

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE DOUTORADO

PAULO JOSÉ SÁ BITTENCOURT

ESPELHOS DE CRONOS

A relação entre passado e futuro no discurso bolivariano (1811-1830)

SÃO LEOPOLDO
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PAULO JOSÉ SÁ BITTENCOURT

ESPELHOS DE CRONOS

A relação entre passado e futuro no discurso bolivariano (1811-1830)

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História (Área de Concentração em Estudos Históricos Latino-Americanos) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Orientador: Prof. Dr. Werner Altmann

SÃO LEOPOLDO
2006

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

B624e Bittencourt, Paulo José Sá
Espelhos de Cronos: a relação entre passado e futuro no
discurso bolivariano (1811-1830) / por Paulo José Sá Bittencourt.
– 2006.
318 f. ; 30cm.

Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos,
Programa de Pós-Graduação em História, 2006.
“Orientação: Prof. Dr. Werner Altmann, Ciências Humanas”.

1. Discurso bolivariano. 2. Revolução independentista –
América espanhola I. Título.

CDU97/8=6

Catálogo na Publicação:
Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil - CRB 10/1184

PAULO JOSÉ SÁ BITTENCOURT

ESPELHOS DE CRONOS

A relação entre passado e futuro no discurso bolivariano (1811-1830)

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História (Área de Concentração em Estudos Históricos Latino-Americanos) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Aprovado em 23 de agosto de 2006.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Werner Altmann (Orientador)
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof. Dr.^a Paula Caleffi
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof. Dr.^a Eliane Cristina Deckmann Fleck
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof. Dr. Jorge Luís da Silva Grespan
Universidade de São Paulo

Prof. Dr. César Augusto Barcellos Guazzeli
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

Antes de mais nada, gostaria de agradecer imensamente a Werner Altmann, meu orientador, pelas indicações bibliográficas, sugestões e críticas que me foram preciosas ao longo desses últimos quatro anos. Mas também é certo que sem os cursos por ele ministrados, que assisti desde 1998, eu não teria sequer conhecido as idéias de Simón Bolívar e de outros clássicos representantes do pensamento latino-americano. Menção especial faço a Paulo Fernando da Silva Bittencourt, professor de Física e meu pai, que, ao explicar as modalidades da incidência da luz sobre os diferentes espelhos, encorajou-me no uso metafórico de elementos do campo da ótica para explicitar a hipótese deste trabalho. Sou grato também a Gerson Égas Severo pelos incontáveis diálogos e as densas sugestões sobre a análise de discursos. Por fim, essa pesquisa também não teria sido levada a cabo sem o auxílio da CAPES.

RESUMO

A presente pesquisa examina as relações entre passado e futuro que emergem dos escritos de Simón Bolívar (1783-1830). Trata-se, portanto, de entrever uma experiência individual do tempo histórico no marco da revolução independentista na América Espanhola. A hipótese de fundo do trabalho aponta para a possibilidade de se abstrair, no plano discursivo, uma disposição formal que traduza as especificidades do caso bolivariano frente a determinadas tipologias propostas para as relações entre passado e futuro nas revoluções de fins do século XVIII e de princípios do século XIX.

Palavras-chave: Discurso bolivariano. Relação entre passado e futuro. Experiência do tempo histórico. Revolução independentista.

ABSTRACT

The present research examines the relations between past and future that emerge of the writings of Simón Bolívar (1783-1830). It is treated, therefore, to seek out an individual experience of the historical time in the mark of the independent revolution in Spanish America. The hypothesis of deep of the work points with respect to the possibility of to abstract, in the discursive plan, a formal disposal that translates the particularities of the bolivarian case front the determined typologies proposals for the relations between past and future in the revolutions of ends of century XVIII and principles of century XIX.

Kew-words: Bolivarian speech. Relation between past and future. Experience of the historical time. Independent revolution.

SUMÁRIO

Introdução	7
------------------	---

Parte I

IMAGENS INVERTIDAS

1. Destruindo o passado	32
2. Prometeu na América	75

Parte II

IMAGENS SIMÉTRICAS

1. O perigo de Ícaro	143
2. Memória, permanência, evasão	203

Conclusão	280
Referências	301
Breve cronologia de Simón Bolívar	316

“[...] miro lo pasado, miro lo futuro, y por mis manos pasa lo presente”.

Bolívar, *Mi delirio sobre el Chimborazo* (1823)

INTRODUÇÃO

1.

Simón Bolívar, o grande líder do movimento de independência na América Espanhola, formulou suas propostas políticas com base nas idéias liberais: pressupunha que “a liberdade [...] seria capaz de transformar a América, oprimida por séculos de colonização, em um novo mundo”. Nesse sentido, a evocação do passado foi um dos instrumentos mais utilizados por ele ao organizar suas idéias revolucionárias. É o que se pode deduzir, por exemplo, da construção discursiva que, apoiando-se precisamente na história, operava pares de opostos: “[...] o passado, dominado pela tirania espanhola, contrapõe-se ao futuro, em que reinaria a liberdade”.¹ Para ilustrar esses fundamentos, recorreu-se a afirmações emblemáticas do general *caraqueño*, destacando-se aquelas contidas em duas de suas cartas. Numa delas – a Carta ao Governador de Curaçao (1813) – é possível ler a respeito do domínio espanhol: “Tres siglos gimió la América bajo esta tiranía, la más dura que ha afligido a la especie humana: tres siglos lloró las funestas riquezas que tanto atractivo tenían para sus opresores [...]”. Em contrapartida, a outra – a célebre Carta de Jamaica (1815) – fala de uma caracterização inteiramente antagônica a respeito do que o Libertador esperava para o futuro. Com efeito, diz, se forem levados a cabo certos imperativos históricos – dentre os quais, o fortalecimento das repúblicas emergentes sob a proteção de uma “nação liberal” –, “[...] seguiremos a marcha majestosa em direção às grandes prosperidades para as quais a América Meridional está destinada”.

¹ PRADO, Maria Lígia Coelho. “Sonhos e desilusões nas independências Hispano-americanas”. In: PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp, 1999, p. 54.

Para além destas citações mais que representativas, as referências aos pares de opostos formulados por Bolívar poderiam se multiplicar num quadro infindável que abrangeria (quase que integralmente) a vastidão de seus documentos. Maria Lígia Coelho Prado (de quem busquei os termos para apresentar a questão) parece ter se limitado apenas em registrar os pares de opostos. Não identifiquei, se não erro, uma explicação de fundo quanto a sua natureza.² Certamente – é importante destacar – não era este o seu propósito. Aliás, até onde eu saiba, a despeito da imensa produção historiográfica sobre Simón Bolívar, não há nenhum estudo que aborde exclusivamente a natureza das relações entre o passado e o futuro em seus infindáveis escritos. De outra parte, muitas pesquisas sobre outras facetas do pensamento bolivariano – em diversos graus – acabavam se referindo ao tema, dada, obviamente, sua importância fundamental para delinear um quadro compreensível de seu discurso.³ Faltava, de qualquer forma, especificamente para o caso de Bolívar, uma análise que oferecesse uma explicação teórica mais acurada. Esta lacuna não implicava de longe um obstáculo intransponível. É que felizmente os elementos fundamentais para uma resposta poderiam ser buscados (pelo menos em parte) nas reflexões teóricas cada vez mais difusas sobre um fenômeno ao qual o problema aqui discutido estaria intimamente ligado a memória histórica. A conjuntura historiográfica, aqui, era amplamente favorável. Além do mais, os resultados neste campo tendem a atingir quase sempre um grau de generalização (devido, sobretudo, à natureza antropológica do objeto) bastante seguro para um vasto campo de configurações sociais similares.

2.

Contudo, foi somente com o desencadeamento da pesquisa que acabei me deparando com a justificação teórica de fundo para as relações antagônicas entre passado e futuro em Bolívar que procurara sem sucesso tanto nas pesquisas sobre ele quanto nos estudos sobre a memória. Ela estava contida em termos precisos nas densas páginas que Reinhart Koselleck escreveu numa obra cujo título é extremamente sugestivo para o que se discute aqui:

² É importante destacar que o ensaio da historiadora brasileira não trata unicamente das esperanças (durante a independência) e das desilusões (no desfecho do processo) nos projetos políticos de Bolívar. Apresenta, na verdade, um panorama geral da questão que inclui defensores da emancipação das colônias espanholas da América (Francisco José Caldas e Miguel Hidalgo y Costilla).

³ As que li serão citadas gradativamente ao longo do texto.

Mi tesis es que en la época moderna va aumentando progresivamente la diferencia entre *experiencia* y *expectativa*, o, más exactamente, que solo se puede concebir la modernidad como un tiempo nuevo desde que las expectativas se han ido alejando cada vez más de las experiencias hechas.⁴

Vejamos, antes de apresentar os desdobramentos fundamentais da tese de Koselleck, o sentido atribuído aos dois conceitos chaves de sua argumentação. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativas” constituem categorias formais com um elevado grau de generalização. A experiência, observava,

[...] es un pasado presente, cuyos acontecimientos han sido incorporados y pueden ser recordados. En la experiencia se fusionan tanto la elaboración racional como los modos inconscientes del comportamiento que no deben, o no debieran ya, estar presentes en el saber. Además, en la propia experiencia de cada uno, transmitida por generaciones o instituciones, siempre está contenida y conservada una experiencia ajena.

Koselleck dizia algo similar a respeito da expectativa:

[...] está ligada a personas, siendo a la vez impersonal, también la expectativa se efectúa en el hoy, es futuro hecho presente, apunta al todavía-no, a lo no experimentado, a lo que sólo se puede descubrir. Esperanza y temor, deseo y voluntad, la inquietud pero también el análisis racional, la visión receptiva o la curiosidad forman parte de la expectativa y la constituyen.

Os conceitos constituem categorias vazias de conteúdo na medida em que nada dizem sobre uma determinada realidade. Elas não estão ligadas, por exemplo, a conceitos históricos ou à linguagem das fontes. Tampouco são realidades históricas. “Experiência” e “expectativa” significam categorias formais de conhecimento capazes de perfilar as condições de histórias possíveis, pois “no existe ninguna historia que no haya sido constituida mediante las experiencias y esperanzas de personas que actúan o sufren.” As duas categorias indicariam, portanto, uma condição humana universal (meta-histórica), ou melhor, um dado antropológico prévio (e, portanto, atemporal) sem a qual a história seria inconcebível.⁵

⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos*. Paidós: Barcelona, 1993, pp. 342s. Destaque meu.

⁵ Ao pressupor os conceitos de *experiência* e *expectativa* como categorias vazias que possibilitam toda e qualquer história, a argumentação de Koselleck lembra inevitavelmente a teoria kantiana sobre as formas *a priori* da sensibilidade, isto é, o tempo e o espaço. Vejamos, a guisa de comparação, algumas passagens das definições do filósofo de Königsberg: “O espaço não é um conceito empírico, extraído de experiências externas. Efectivamente, para que determinadas sensações sejam relacionadas com algo exterior a mim (isto é, com algo situado num outro lugar do espaço, diferente daquele em que me encontro) e igualmente para que as possa representar como exteriores [e par] uma das outras, por conseguinte não só distintas, mas em distintos lugares, requiere-se já o fundamento da noção de espaço. Logo, a representação de espaço não pode ser extraída pela experiência das relações dos fenómenos externos; pelo contrário, esta experiência externa só é possível, antes de

3.

Apesar de estarem presentes reciprocamente, não se trata de conceitos simétricos complementares que coordenam a relação entre passado e futuro como se fossem espelhos.⁶ A experiência e a expectativa possuem, antes de tudo, modos de ser distintos. O passado e o futuro, nesse sentido, nunca chegam a coincidir como tampouco se pode deduzir totalmente uma expectativa a partir da experiência. “Una vez reunida, una experiencia es tan completa como pasados son sus motivos [...]” O passado é um aglomerado de experiência em um todo estratificado que se dá ao mesmo tempo. Constitui, portanto, um espaço.

Tiene sentido decir que la experiencia procedente del pasado es espacial, porque está reunida formando una totalidad en la que están simultáneamente presentes muchos estratos de tiempos anteriores, sin dar referencias de su antes ni de su después. No hay una experiencia cronológicamente mensurable – aunque sí fechable según su motivo – porque en cualquier momento se compone de todo lo que se puede evocar del recuerdo de la propia vida o del saber de otra vida. Cronológicamente, toda experiencia salta por encima de los tiempos, no crea continuidad en el sentido de una elaboración aditiva del pasado.

A experiência elaborou acontecimentos passados, pode tê-los presentes, estando, pois, saturada de realidade. Ela vincula a seu próprio comportamento as possibilidades cumpridas ou fracassadas. O futuro, por sua vez, constitui um “horizonte”, já que se trata de uma linha atrás da qual “se abre en el futuro un nuevo espacio de experiencia”, ainda que não se possa contemplá-lo: “[...] la experiencia futura [...] que se va a hacer, anticipada como expectativa se compone en una infinidad de trayectos temporales diferentes.” A possibilidade de descobrir o futuro sempre se choca, apesar de todos os prognósticos possíveis, contra um limite absoluto, porque “no es posible llegar a experimentarla.”⁷ Não se pode, hoje, experimentar do mesmo modo uma expectativa já vivida. Há, sem dúvida, experiências de expectativas que se poderão fazer presentes em projeções do futuro ainda não vividas. Mas a convergência, neste caso, se reduz a ingredientes muito específicos: “[...] la impaciencia por el futuro, esperanzada o angustiada, previsora o planificadora [...]” As circunstâncias,

mais, mediante essa representação. [...] O espaço não é um conceito discursivo ou, como se diz também, um conceito universal das relações das coisas em geral, mas uma intuição pura.” KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. 5.^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, pp. 64-5. Sobre o tempo diz praticamente o mesmo: “O tempo é uma representação necessária que constitui o fundamento de todas as intuições. Não se pode suprimir o próprio tempo em relação aos fenômenos em geral, embora se possam perfeitamente abstrair aos fenômenos do tempo. O tempo é, pois, dado *a priori*. Somente nele é possível toda a realidade dos fenômenos. De todos estes se pode prescindir, mas o tempo (enquanto a condição geral da sua possibilidade) não pode ser suprimido.” (pp. 70-1.)

⁶ Cf. KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro pasado* cit., p. 338.

⁷ *Ibidem*, p. 340.

situações e conseqüências das ações engendradas pela expectativa, em contrapartida, não podem ser abarcadas pelos conteúdos da experiência.

É exatamente a relação complexa entre experiência e expectativa que, segundo Koselleck, suscita diferentes soluções, engendrando, desse modo e por si mesma, o tempo histórico. Uma interação estática, nesse caso, não é de modo algum concebível. A expectativa, por exemplo, não pode ser derivada totalmente da experiência. Com efeito, novas experiências abrem novas perspectivas e repercutem sobre experiências já feitas. Embora os acontecimentos passados tenham sucedido de maneira definitiva, as experiências baseadas sobre eles podem se modificar com o passar do tempo. As experiências, então, se superpõem, impregnando-se umas das outras exatamente porque as novas esperanças ou frustrações abrem brechas e repercutem sobre elas. A estrutura temporal da experiência pressupõe, curiosamente, sua reunião por intermédio de uma *experiência retroativa*.

Mas descartar o fato de que a expectativa se baseia sobre a experiência é da mesma forma um equívoco. A estrutura temporal da expectativa pressupõe necessariamente a experiência. As expectativas que se baseiam em experiências já não podem surpreender quando sucedem de modo a confirmá-las. Quando, entretanto, sucede aquilo que não se esperava, isto é, quando se estabelece uma ruptura do horizonte de expectativa, apresenta-se, então, uma nova experiência. A ampliação do campo de experiências, por conseguinte, ultrapassa a limitação do futuro possível imposta pela experiência precedente.⁸ O espaço de experiência e o horizonte de expectativa entrelaçam, cada um, o passado e o futuro de maneira desigual. Daí tão somente o fato de se tratar de conceitos assimétricos. A assimetria, aqui, não significa de modo algum oposição.

4.

O fundamental das brilhantes páginas de Koselleck é que *experiência e expectativa* são duas categorias adequadas para se obter um indicador da temporalidade exatamente por entrecruzarem o passado e o futuro. Mas dizer isso não significa intuir a representação do tempo histórico a partir de conceitos arbitrariamente escolhidos. As categorias de determinações formais trazem à tona a própria realidade da história: “[...] en el campo de la investigación empírica, pues, enriquecidas en su contenido, dirigen las unidades concretas de

⁸ Cf. KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro pasado* cit., p. 341-2.

acción en la ejecución del movimiento social o político.”⁹ A conclusão é contundente. Ao se determinar a diferença entre passado e futuro, entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, é possível apreender o próprio “tempo histórico”. Com efeito, o passado e o futuro remetem-se necessariamente um ao outro. Mas não se pode perder de vista o fato de que cada época engendra ritmos históricos distintos. Essa relação é que dá significado ao tempo histórico. Não se trata, portanto, de relações estáticas e lineares. Até mesmo na experiência individual a relação entre passado e futuro se modificará de acordo com as diferentes etapas da vida. Nesse âmbito, mas também no coletivo, passados esquecidos podem ser resgatados e os presentes, esquecidos; da mesma forma, projetos podem ser abandonados em prol de outras esperanças. O problema fundamental, portanto, é averiguar como, em cada presente, as dimensões temporais do passado e do futuro foram postas em relação. Cada época mantém relações diferentes com seu passado e seu futuro. O que possibilitava a Koselleck propor essa questão era precisamente a sua hipótese sobre o “ser” do tempo histórico.

O tempo histórico está longe de se reduzir unicamente ao tempo calendário. Datas corretas são somente as condições prévias para a apreensão do tempo histórico. Mas estão longe de defini-lo. A cronologia oferece calendários e medidas relacionadas ao tempo natural calculado segundo as leis da física e da astronomia. É certo que o tempo histórico não pode existir sem referência ao tempo mensurável. Mas não há dúvida de que o tempo histórico, como dizia Koselleck, é fundamentalmente constituído pelas experiências vividas e as expectativas de indivíduos que agem e sofrem. A reflexão sobre o tempo histórico ganha a dimensão do tempo da consciência, revelando, portanto, outra cadência que a dos ritmos impostos pela natureza. O ritmo das mudanças no tempo histórico é incomensurável em termos quantitativos, podendo ser apreendido, somente, pela análise compreensiva das ações e intenções dos sujeitos coletivos determinados e singulares. Ele se torna intrínseco à experiência vivida. Não se pode falar, portanto, de um tempo histórico linear e evolutivo, pois sua referência é o ritmo das mudanças políticas e sociais que transpõem o ritmo das forças naturais. O tempo histórico, assim, perde a continuidade e a homogeneidade conferidas pelo “tempo calendário”. Não me restava dúvida de que essa hipótese do tempo histórico era o maior dos ganhos da teoria de Koselleck. Seu modelo, com efeito, era claro e preciso.

5.

⁹ *Ibidem.*

Resumidamente, a definição das categorias formais de determinação do tempo histórico comporta duas dimensões essenciais:

I. *Antropológica* (meta-histórica). A experiência e a expectativa, como dados antropológicos, proporcionam o conhecimento das condições de possibilidade da história real; e, por certo, o faziam, demonstrando a relação interna entre passado e o futuro. Essa dimensão definia, como vimos acima, a natureza do tempo histórico.

II. *Histórica*. A relação interna entre experiência e expectativa se modificou no transcurso da história; com ela o tempo histórico é uma magnitude que se transforma; esta modificação pode ser deduzida precisamente da articulação fluida entre experiência e expectativa. Essa dimensão diz respeito às diferenças de significado que se estabeleceram, ao longo da história, nas relações entre passado e futuro. Ela demonstra, sobretudo, que não há tempo histórico único, mas tempos históricos plurais como são as múltiplas sociedades.

Dito isto, o que me interessava particularmente na teoria de Koselleck era uma das respostas específicas que ele oferecia no âmbito da segunda dimensão mencionada acima. Tratava-se precisamente da tipologia proposta para as relações entre passado e futuro do tempo revolucionário de fins do século XVIII e de princípios do século XIX. Vejamos os seus desdobramentos. O horizonte de expectativa teria adquirido uma qualidade inteiramente nova na modernidade ocidental deste período. Antes disso o espaço de experiência era que se impunha ao horizonte de expectativa. A história era concebida, então, como “mestra da vida”, de modo que o exemplo histórico orientava o quadro geral dos prognósticos. A continuidade da natureza humana era o pressuposto fundamental para a repetição das experiências. As expectativas se nutriam totalmente dos antepassados. Se algo, de fato, mudava foi tão lentamente que a ruptura entre a experiência (existente até então) e a expectativa (ainda por descobrir) não rompia o mundo da vida que se havia de herdar. O futuro, assim, se unia ao passado, constituindo-se, então, um espaço contínuo entre as duas figuras de tempo. A tensão do conteúdo entre ambas era tão reduzida a ponto de se estabelecer uma espécie de simetria¹⁰ de sentido. O indicador do tempo histórico revelava, então, um coeficiente de permanência.

¹⁰ O conceito de simetria não é utilizado por Koselleck. Faço uso dele para distinguir as formas antagônicas de coordenação entre a experiência e a expectativa nos tempos históricos do “mundo campesino-artesanal” e na Modernidade. A simetria do tempo histórico, no primeiro caso, indica a ausência de tensão entre as duas categorias e a redução do conteúdo dos prognósticos a exemplos do passado. Simetria, portanto, quer expressar tão somente a continuidade (ou a equivalência relativa) dos conteúdos da experiência e da expectativa. A autoridade da expectativa, aqui, reside na capacidade de se adequá-la ao espaço de experiência. As expectativas são fundamentalmente projeções de conteúdos oriundos da experiência. A experiência, portanto, consiste na referência única para as expectativas. É o próprio Koselleck quem aponta a esse princípio: “[...] las expectativas

6.

Mas o que abalou esse equilíbrio foi justamente a alteração profunda que se percebeu no campo das vivências do tempo presente como a mediação por excelência da temporalidade histórica. A estrutura temporal da modernidade passou a viver sob o signo da “revolução”, isto é, de uma aceleração que pretendeu antecipar, como se fosse possível, o futuro no espaço de experiência.¹¹ Por conseguinte, as muitas experiências de progressos setoriais nunca antes presumidos nutriam novas expectativas (a revolução copernicana, o colapso do Antigo Regime pela indústria e pelo capital, a descoberta do globo e de outros povos que viviam distintas percepções de tempo histórico). O campo da ação política e social se desvinculou cada vez mais dos ritmos da natureza pelo avanço tecnológico e controle científico. O homem moderno planifica e a ação se “desnaturaliza”. Mas não é menos certo que o controle técnico sobre a natureza constitui também um processo desencadeado por forças imanentes. A ação e a decisão, portanto, não se tornam onipotentes a ponto de seguirem a liberdade da vontade. A planificação política, ao contrário, pressupõe muitas vezes o retardamento programado de deliberações. A intervenção consciente não se expressa unicamente pela aceleração. A história, ao contrário, não era mais portadora de informações sobre o futuro. No caso, entretanto, do confronto com o tempo do Estado Absolutista, a aceleração jogou no tempo revolucionário um papel decisivo.¹² O tempo moderno só se pôde conceber como novo

que se mantenían en el mundo campesino-artesanal [...], y que eran las únicas que se podían mantener, se nutrían *totalmente* de los antepasados y también lograron a ser las de los descendientes.” (pp. 343-4.) Já na Modernidade a categoria de progresso pressupõe fundamentalmente a idéia do passado como algo a ser superado. A relação entre experiência e expectativa, assim, torna-se praticamente uma relação antagônica entre o “velho” e o “novo”. A distância entre ambas é a de um abismo. O uso que faço do conceito de “simetria” não contradiz a “assimetria” (constatada por Koselleck no âmbito antropológico) entre experiência e expectativa. A assimetria aqui diz respeito ao modo de ser desigual das categorias, indicando, nesse sentido, a condição universal de toda e qualquer experiência do tempo histórico. A experiência será, sempre e para todos os efeitos, um “espaço” e a expectativa será sempre um “horizonte”. O uso que faço dos conceitos de “simetria” e “assimetria” simplesmente não tem qualquer relação com este âmbito formal. A idéia de “simetria” também não concebe, de modo algum, os conteúdos de experiência e expectativa como idênticos a exemplo do que pressupõe a Dinâmica Clássica a respeito da simetria entre passado e futuro na natureza. (O exemplo que é dado para esclarecer essa simetria “é o do móvel que, desejando um plano inclinado, adquire uma velocidade que o torna capaz de voltar ao estado inicial. Se ele consumisse a velocidade que ele produziu ao descer ao contrário ele voltaria ao estado inicial. Assim, na natureza, os movimentos não esquecem, mas retornam às condições iniciais. Não há produção de eventos, de novidade, na natureza.” REIS, José Carlos. *Tempo, história e evasão*. Campinas: Papirus, 1994, p. 46.) O sentido dos conceitos que utilizo expressam, vale lembrar, as tendências predominantes, segundo Koselleck, na forma de coordenação interna entre passado e futuro em duas experiências distintas do tempo histórico: numa delas, destaca-se a relação de oposição, na outra, a de continuidade.

¹¹ Cf. REIS, José Carlos. *Tempo, história e evasão* cit., p. 80.

¹² Penso aqui, por exemplo, na reforma do sistema colonial planejada pela dominação espanhola sobre a América durante a segunda metade do século XVIII. A política econômica da metrópole, como se sabe, foi obrigada a romper parcialmente seu monopólio sobre as colônias com o objetivo de fomentar a produção. As economias periféricas, paradoxalmente, passaram a experimentar, por sua vez, uma ampliação de suas possibilidades de exportação contra os interesses da política metropolitana. O reformismo ilustrado, assim, visava à manutenção

porque as expectativas se distanciaram de qualquer das experiências realizadas até então, ou seja, a diferença entre ambas foi ampliada cada vez mais. Como se isso não bastasse, o horizonte de expectativa praticamente anulou o espaço de experiência. A experiência histórica tradicional já não poderia mais ser estendida imediatamente às expectativas. Nada mais tinha a ensinar.

As expectativas que agora se estendem para o futuro se separavam daquilo que haviam oferecido, até agora, todas as experiências precedentes.¹³ O futuro será distinto do passado e, por certo, melhor. A experiência do passado e a expectativa do futuro já não se correspondiam. Com o futuro progressista mudava também a importância histórica do passado. A ruptura da continuidade estabelecia o colapso da finalidade didática da história. Se antes a assimetria entre experiência e expectativa dizia respeito às formas de entrelaçamento do passado e do futuro, isto é, no âmbito antropológico, na modernidade, ela se restringe ao progresso irreversível. Passava a imperar, portanto, uma assimetria fundamental entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa. O indicador da estrutura temporal da modernidade como forma temporalmente distinta revelava-se exatamente por esta tensão. Se a oposição entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa era maior, a variação no coeficiente de mudança temporal revelava, proporcionalmente, uma aceleração crescente. Este ordenamento (visto por Koselleck desde a história social) acabava se configurando por expressões discursivas que reagiam frente ao desafio impostos às sociedades que radicalmente se transformavam. Tais operações possuíam, por sua vez, uma força de congregação, sob novos lemas, das massas sociais desmembradas (expressavam-se por diagnósticos científicos e políticos que não poderiam ser desvinculados de interesses sociais). Daí a presença de seus lemas no campo lingüístico sócio-político. A modernidade só se pode conceber como um tempo novo desde que levou a diferença entre experiência e expectativa a um conceito único. O progresso assumia, portanto, os contornos de um choque entre o velho e o novo.

do sistema colonial. Mas os estímulos do capitalismo industrial sobre as economias periféricas impunham um dilema insuperável para as políticas metropolitanas. A independência das colônias seria percebida pelos seus promotores como uma aceleração interceptada, em vão, pelo Antigo Regime que, nesse processo, ruía. Sobre este aspecto vide os oportunos estudos de ALTMANN, Werner. “O capitalismo periférico latino-americano: a revolução independentista e os primórdios da revolução burguesa”. In: *Estudos Leopoldenses – Série História*. São Leopoldo: Unisinos, 10 (1989), p. 38 (que traz profícua indicação bibliográfica) e (para o bastante similar caso português) de NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 7.º ed. São Paulo: Hucitec, 2001. Apesar de não se deterem propriamente sobre a experiência do tempo histórico, ambos trazem inestimáveis elementos contextuais para a compreensão dos mecanismos da política econômica das metrópoles ibéricas.

¹³ Cf. KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro pasado* cit., p. 347.

7.

Nesta altura, tornava-se inevitável, para mim, basear sobre a clara argumentação de Koselleck o par de opostos que Maria Lígia Coelho Prado identificava no discurso bolivariano. Havia convergências bastante fortes entre o programa de pesquisa delineado por Koselleck e a explicação que eu esperava encontrar para a assimetria indicada entre passado e futuro a respeito de Bolívar. As investigações do historiador alemão, mais ainda, foram decisivas para demarcar com clareza o âmbito desta pesquisa. Minhas pretensões, assim, eram de reconstruir a trajetória de uma experiência individual do tempo histórico no interior da tipologia de Koselleck sobre o tempo revolucionário. O objetivo teórico dessa investigação, portanto, não é desvendar a tipologia do tempo revolucionário a partir de um único caso. A representatividade do modelo explicativo pareceu-me ter sido levado a bom termo pela análise de Koselleck. Além disso, embora um produto da aristocracia *criolla*, Simón Bolívar, nascido em 24 de julho de 1783 de uma das famílias mais ricas e poderosas da colônia venezuelana, superava sua classe tanto em conhecimentos quanto pelo sentido político.¹⁴ Mas não é necessariamente a representatividade que garante o estatuto epistemológico a um fenômeno histórico. A justificativa mais explícita para essa opção interpretativa era dada por certos argumentos de uma vertente historiográfica para a qual o caso único, até então desprezado (em diferentes graus) do domínio historiográfico, tornava-se suscetível de tratamento científico. Carlo Ginzburg, por exemplo, advertia decisivamente nesse sentido:

Insistindo nos elementos *comuns, homogêneos*, da mentalidade de um certo período, somos inevitavelmente induzidos a negligenciar as divergências e os contrastes entre as mentalidades das várias classes, dos vários grupos sociais, mergulhando tudo numa mentalidade coletiva indiferenciada e interclassista.¹⁵

De outra parte, num clássico artigo em que procura sistematizar os fundamentos teóricos do projeto micro-histórico, Jacques Revel explicita que “cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, de processos – e portanto se inscreve em contextos – de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao mais global. Não existe portanto hiato,

¹⁴ Cf. MARTÍNEZ, Nelson. *Simón Bolívar*. Madrid: Historia 16/Quorum, 1987, p. 68 e LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas (1808-1826)*. 8.ª ed. Barcelona: Ariel, 2001, p. 198. PRADO, Maria Lígia Coelho. “Sonhos e desilusões nas independências Hispano-americanas” cit., pp. 53-73, enfatiza semelhanças entre diversos líderes independentistas (que formariam, assim, um padrão de comportamento quanto à percepção do movimento independentista) sem, entretanto, aludir às singularidades irredutíveis que eles apresentavam em relação às oligarquias de seus próprios contextos. Talvez tenha lhe passado despercebido que o próprio desfecho trágico desses patriotas – dentre os quais se encontrava Bolívar – e seu isolamento pelos demais setores da aristocracia *criolla* constituía um indício seguro da especificidade de suas trajetórias.

¹⁵ GINZBURG, Carlos. *Os andarilhos do bem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 16.

menos ainda oposição, entre história local e história global.”¹⁶ As reflexões de micro-historiadores contêm, portanto, o mérito inegável de submeter, mediante verificações substanciais em escala reduzida, as generalizações das análises globais da história social, retificando-as.¹⁷ É certo, entretanto, que essa escolha jamais deve ser traduzida nos termos da preferência exclusiva por uma entre as duas escalas da realidade histórica (a “macro” e a “micro”), afinal de contas, “é de um conjunto social – ou melhor, de uma experiência coletiva – que é sempre preciso procurar definir as regras de constituição e de funcionamento.”¹⁸ Nesse sentido, o caso bolivariano assumia os contornos de uma modulação particular da totalidade explicativa representada pela argumentação de Koselleck.¹⁹

8.

Munido dessas recomendações teóricas, procedi com a análise de todos os escritos de Bolívar.²⁰ Considerei, em princípio, a possibilidade de restringir a leitura aos proclamas e aos discursos, distribuídos entre os anos de 1811 e 1830, por uma simples razão. Esse tipo de documentação era marcado fundamentalmente pela natureza específica do seu lugar de enunciação, isto é, aquele investido do poder político por excelência²¹ – o da *presidência* e do comando supremo do exército –, pela oficialidade do momento de enunciação e a elaboração intelectual mais concentrada. Mas esse caminho se revelou, logo em seguida, profundamente inadequado para os propósitos de reconstruir uma experiência individual do tempo histórico. A advertência, surpreendentemente, chegara até mim por uma afirmação do próprio Bolívar. Em 21 de outubro de 1825, ele escrevia, de Pasto, ao General Francisco de Paula Santander: “No mande Vd. publicar mis cartas, ni vivo ni muerto, porque ellas están escritas con mucha

¹⁶ REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 15-38.

¹⁷ Cf. FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Bauru: EDUSC, 2004, pp. 423-4.

¹⁸ REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social” cit., p. 36.

¹⁹ São para mim inconseqüentes alguns deslizes de micro-historiadores, apesar de seus esforços em demonstrar o contrário, para posições que defendem a primazia do nível microssocial em relação às explicações totalizadoras, como se a marca mais individual, menos sujeito à repetição que existe, a saber o ‘nome’, fosse o objeto, por excelência, da disciplina histórica. Desemboca-se, facilmente, numa espécie de determinismo do caso individual.

²⁰ BOLÍVAR, Simón. *Obras completas*. 2.^a ed. 3 vols. La Habana: Editorial Lex, 1950 (edição compilada, com notas, por Vicente Lecuña, com a colaboração de Esther Barret de Nazaris, que especifica, em nota introdutória, a estruturação geral dos volumes e a origem dos escritos (pp. 7-8)). Agradeço a Maximiliano Mac Menz pela preciosa colaboração ao me disponibilizar a fotocópia das fontes que se encontravam na Biblioteca de História da Universidade de São Paulo.

²¹ Essa justificativa foi formulada adequadamente para a análise de discursos presidenciais de posse em países latino-americanos por SEVERO, Gerson Egas. *O que somos e o que esperávamos ser: estado, economia e discurso presidencial na América Latina (o pós-1929 e o pós-1989)*. São Leopoldo: Unisinos, 2003, pp. 25-6.

libertad y com mucho *desorden*.” [II, p. 246]²² A liberdade e a desordem contidas predominantemente nas cartas eram as pérolas que se perderiam se insistisse com os documentos oficiais. A natureza dessa fonte revelava as impressões que o enunciador tinha, no calor da hora, da experiência vivida, não se ajustando, portanto, à imagem coerente que os agentes quase sempre conferem *a posteriori* à recapitulação de suas escolhas.²³ Estava certo de que só poderia apreender o nível da experiência do tempo histórico se estivesse atento não somente aos discursos políticos que eram dotados de uma estruturação predominantemente racional. A experiência individual do tempo histórico, em seu conjunto, não é a decorrência de uma tematização racionalmente discursiva sobre ela mesma pelo sujeito da enunciação. Desse modo, se só podemos acessar essa experiência pelos discursos de Bolívar, não é menos certo que, ao longo dos discursos, a experiência aparece em fragmentos nem sempre coerentes entre si. Daí a atenção especial para com a espontaneidade das declarações nas cartas (muitas delas confidenciais a pedido de Bolívar) quase escondidas por trás do âmbito cotidiano. Mas não podia descartar também a possibilidade de vislumbrar a extrapolação discursiva rumo ao espontâneo até nos escritos que enunciavam idéias relacionadas diretamente a momentos de importância simbólica. Daí que as cartas constituíam um veículo interessante para se observar os atos referendados por Bolívar em toda a sua complexidade e contradição. Estava, portanto, convencido de que a experiência do tempo não se revelava de modo evidente ao longo dos escritos. Outra vez foi para mim cara a importância concedida pelos micro-historiadores aos indícios silenciosos como via para o desvendamento de tramas mais abrangentes.

9.

Passei a examinar logo todos os escritos de Bolívar, concedendo, então, uma atenção especial às vozes quase emudecidas nas cartas. A vasta documentação, compreendida no período de 20 de março de 1799 a 11 de dezembro de 1830, constituía-se, ao todo, de 2.342 cartas, 191 discursos e proclamas, 7 artigos de periódicos e a carta-testamento. Mas quando,

²² À exceção das fontes bibliográficas, identificadas no rodapé, farei a indicação das referências aos escritos de Bolívar no corpo do texto, ao fim de cada citação (direta ou indireta), relacionando, entre colchetes, os números do volume (em algarismo romano) seguido das páginas (em algarismo arábico). Considerei interessante não ilustrar a localização das referências para os casos em que a citação subsequente àquela em que a indicação é feita se encontrar na mesma página. Tomarei a liberdade de identificar no rodapé (em casos muito excepcionais) o destinatário, o local e a data da carta. Na maior parte das citações optei por manter o original em língua espanhola por considerar haver expressões que perdem parte de sua força ao serem traduzidas. As menções a idéias de Bolívar em língua portuguesa constituirão nada mais do que citações indiretas. O destaque dos termos, nessa citação, é meu (quando não o mencionar é porque o mesmo é de Bolívar).

²³ Assim como faz o historiador em seus relatos com a racionalização do contexto.

sem querer, realizei certa vez uma leitura mais atenta dos escritos, alguns indícios não se adequavam ao modelo explicativo de Koselleck. De início, suspeitei, com insistência, de minha própria descoberta, julgando que os traços supostamente inesperados fossem simples anomalias. Mas a persistência gritante deles, ao longo da análise, sobrepujava a minha resistência. Com o passar do tempo, percebi que a frequência dos detalhes refutava qualquer possibilidade de que se tratassem de elementos isolados. Dessa forma, o que, de início, se revelou como uma anomalia ao modelo de Koselleck, tornou-se, no fim, um coro de vozes cuja intensidade não poderia ser mais ignorada. Mas a importância dos indícios não se justificava unicamente em termos de contagem frequencial. Tratava-se, antes de tudo, de uma questão qualitativa. As anomalias destoavam frontalmente da relação assimétrica entre experiência e expectativa no tempo histórico que se consagrou para as grandes revoluções. Não era mais possível refutar a descoberta simplesmente para salvaguardar a integridade de uma teoria. Havia considerado, então, a possibilidade de que as imprecisões se deviam, no fundo, a certos aspectos da esquematização proposta pelo próprio modelo explicativo.

10.

Da mesma carta que Ligia Prado havia citado para ilustrar o repúdio de Bolívar ao passado colonial da América – a Carta de 1813 ao Governador de Curaçao – emergia um elemento intrigante. O general *caraqueño* propunha uma explicação para a causa dos acontecimentos aparentemente incompreensíveis. “Al ver ahora”, dizia,

casi todas las regiones del Nuevo Mundo empeñadas en una guerra cruel y ruinosa; al ver la discordia agitar con sus furores aun al habitante de las cabañas; la sedición encender el fuego devorador de la guerra, hasta en las apartadas y solitarias aldeas, y los campos americanos, teñidos de la sangre humana, se buscará la causa de un trastorno tan asombroso *en este continente pacífico, cuyos hijos dóciles y benévolo*s habían sido siempre un ejemplo raro de dulzura y sumisión, que no ofrece la historia de ningún otro pueblo del mundo.²⁴ [I, pp. 64-5]

A causa primeira das guerras, prosseguia Bolívar, residia no espanhol que, ao chegar à Colômbia (assim denominava também a América), converteu a porção mais bela da natureza num vasto e odioso império de crueldade e rapina. A entrada dos conquistadores no Novo Mundo fez desaparecer da terra sua casta primitiva. A denúncia que Bolívar fazia do domínio espanhol – um domínio cuja definição do caráter punha o enquadramento de suas origens na

²⁴ Destaque meu.

época da conquista – remetia à consideração da vítima. Vemos, portanto, que a mesma lembrança do passado de (a) destruição comportava, de modo quase imperceptível, um (b) significado que lhe era oposto. Naturalmente, como havia dito antes, não havia excluído a possibilidade de que esse detalhe fosse algo marginal. Mas havia fortes indícios para considerar que eu estava enganado.

Duas outras breves – mas não menos sugestivas – descrições de Bolívar sobre o cenário das guerras de independência ilustravam a questão à que nos referimos de maneira clara. A primeira, a de um pronunciamento que dirigiu aos soldados do exército vencedor na Batalha de La Victoria, punha a tônica em referências ao continente americano a partir de conotações positivas: “Volad, vencedores, sobre las huellas de los fugitivos: sobre esas bandas de tártaros, que embriagados de sangre, intentaban aniquilar *la América culta*, cubrir de polvo *los monumentos de la virtud y del génio* [...]”²⁵ [III, p. 596] A outra descrição, a de um discurso de quase dois meses depois, acentuava ainda mais a carga de ambivalência no conteúdo histórico do passado americano. “Terribles días estamos atravesando: la sangre corre a torrentes: han desaparecido *los tres siglos de cultura, de ilustración y de industria*: por todas partes aparecen ruinas de la naturaleza o de la guerra.”²⁶ [III, p. 608]

A descoberta de múltiplas variantes, todas elas dispersas ao longo da documentação, do mesmo tipo de alusão ao passado sugeriu inevitavelmente que eu havia me defrontado com um núcleo fundamental da experiência bolivariana do tempo histórico. O mais decisivo, entretanto, é que as evocações acima ilustravam um uso da história que escapava ao significado unilateral do passado que Lígia Prado identificava no discurso bolivariano. Além disso, a tensão caracterizada como abismal, por Koselleck, entre passado e futuro pareceu-me, em parte, inadequada para captar a ambivalência do caso do Libertador. Mas o que desconcertava ainda mais a questão era o fato de que havia, sem dúvida, uma intuição acertada tanto nas hipóteses de Lígia Prado quanto nas de Koselleck. Era possível identificar claramente um jogo de oposições entre passado e futuro ao longo do discurso bolivariano. O dilema, contudo, persistia. Como explicar que um discurso revolucionário, detentor de um potencial utópico que atacava destrutivamente o passado, tenha se apoiado, ao mesmo tempo, em elementos da experiência histórica para sedimentar expectativas? Se o abismo entre o passado e o futuro foi se fazendo maior, como explicar que se tenha derivado, em parte, uma expectativa revolucionária da alusão ao mundo das experiências?

²⁵ Destaques meus.

²⁶ Destaque meu.

11.

A resposta a esse impasse sugerida (também) por Koselleck é, além de sofisticada, discutível (sobretudo) para os propósitos de se estabelecer a natureza da operação discursiva que estamos analisando. Ele distinguiu, de início, duas formas de organização da experiência, traduzindo-as, respectivamente, por intermédio de uma classificação conceitual bastante sugestiva: (a) o “conceito classificador de experiência” e (b) o “conceito criador de experiência.” Os conceitos classificadores de experiências seriam aqueles que recopiam uma experiência já reunida; são conceitos saturados de um realidade passada e, por isso, remetem a um campo semântico que se conserva e resiste no tempo. Algo diferente ocorre com os conceitos que criam experiências. A base sobre a qual esses conceitos operavam era a das experiências ocultas e imprecisas que mais tinham um potencial de prognóstico do que de classificação de experiência. Os conceitos, nesse caso, pressupõem sempre certos traços da experiência, mas não derivam totalmente dela; remetem, por isso, mais à sua situação em usos futuros. Todavia, os traços da experiência tenderiam a destacar que aquilo que remonta ao futuro é realizável como experiência possível.

Essa resposta, convincente talvez pela sua elegância irresistível, pareceu-me, no mínimo, genérica e reducionista. Mas o fundamental, para mim, era a convergência entre essa resposta e a idéia de que a evocação da história pelos revolucionários era predominantemente um artifício retórico em comparação com as alusões ao passado operadas, por exemplo, por agentes históricos do Antigo Regime. No célebre livro *Modernidad e independencias* (1992), François-Xavier Guerra sustentara, baseando-se em ampla documentação, que, a partir, de 1808, o mundo hispânico iniciou seu trânsito para a *modernidade política* por um duplo caminho singular. A crise do Antigo Regime possibilitava experimentações de novas formas de soberania e representação política. O patriotismo americano assumia de modo específico a concepção moderna de nação, “[...] por esencia, soberana” e que “para sus forjadores se identifica necesariamente con la libertad.”²⁷ A nação no sentido antigo remetia à história, ao passo que a do sentido moderno se voltava para o futuro. Qualquer alusão que se fazia ao passado nada mais era do que um instrumento de legitimação, pois a realidade nacional era mais um projeto a constituir-se do que um resultado do passado. Mas essa posição não se restringe às pesquisas de Guerra. Ela perpassa, na verdade, uma parcela representativa dos estudos que se concentram sobre os usos da memória pelo discurso revolucionário. Nessa andança, por exemplo, encontrei as investigações (sobre diferentes aspectos do movimento

²⁷ GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independências*. México: FCE, 1992, p. 319.

independentista) de T. Perez Vejo, D. Ramos Pérez, F. Colom Gonzáles, J. Díaz-Caballero, H.-J. König (para citar apenas alguns nomes de uma longa lista). Muitas vezes, estudos realizados sobre aspectos distintos do movimento independentista acabavam convergindo com as reflexões de Guerra. Mas, guardadas as disparidades quanto a questões não menos importantes, posicionamentos análogos poderiam ser encontrados também nos estudos clássicos sobre as revoluções dos séculos XVIII e XIX em geral (K. Mannheim, H. Arendt, K. Popper).

12.

Convenci-me, cada vez mais, de que no pano de fundo dessas aproximações se encontrava em grande parte a primazia pouco flexível concedida às assimetrias entre o passado e o futuro. Sem dúvida nenhuma, a associação não era evidente, pois quase nunca aparecia identificada pelos investigadores de maneira explícita. Mas a ausência do reconhecimento de uma posição não significa necessariamente que ela não está presente. Neste caso, tratava-se de uma presença profunda e, por isso, nem sempre explícita. Ao embaraço causado pelas referências ao passado no discurso revolucionário as teorias assimétricas ofereciam uma solução cômoda que, no fim, salvaguardava a sua própria estruturação. A relação entre passado e futuro no discurso bolivariano, de fato, ia se revelando mais complexa do que esse esquema poderia supor. Mais ainda, a insistência sobre ele constituía um obstáculo às tentativas de se obter uma explicação satisfatória para os desvios na experiência revolucionária do tempo histórico no caso bolivariano.

A natureza das explicações que superassem a redução das referências à história a uma excrescência do discurso revolucionário só *a posteriori* se esclareceu para mim. Eu a vislumbrei tendo por base uma constelação ainda mais heterogênea de fenômenos. Com uma única exceção (M. Ozouf), as contribuições que abstraí desses posicionamentos não resultavam de estudos específicos sobre os fenômenos revolucionários. Talvez, por isso, a proposta de identificar um fio que unisse estudos teoricamente distintos comportasse riscos de não pouca monta. Tratava-se, portanto, de uma associação ainda mais indireta. Lancei-me, entretanto, sobre uma tarefa (aparentemente) temerária. Os estudos a que estou me referindo são os de M. Eliade, J. Le Goff e E. Hobsbawm. Todos eles de fato continham elementos que realçavam, de uma forma ou de outra, a consideração do passado como uma condição humana. Deduzi daí que a pressuposição de que o passado fosse dispensável para o discurso revolucionário era, na verdade, uma hipótese inaceitável. Assim, o próprio discurso revolucionário trazia consigo (querendo ou não) ingredientes do passado. A hipótese,

portanto, de que seja possível se estabelecer uma tabula rasa do passado, mesmo que ancorada sobre as intenções do discurso, é insustentável. Até o argumento de que, neste caso, a evocação do passado seja movida claramente por busca deliberada de legitimidade discursiva não explica porque esse recurso é, de fato, tão indispensável.

13.

Mas não é só um tipo de percepção fundamental do passado que escapa à idéia de progresso irretornável. Uma série de indícios dispersos ao longo dos escritos de Bolívar atesta, de fato, a emergência de temores para os quais as possibilidades de fracasso das independências eram tão reais quanto as de êxito. Há, portanto, uma faceta do futuro que destoa da hipótese assimétrica segundo a qual o aperfeiçoamento humano se temporalizou. A ambigüidade constatada, de início, na organização da experiência, despontava, agora, da constituição da expectativa. A posição unilateral que preconiza a relação entre passado e futuro somente como um conflito entre a tirania e a liberdade está por de trás de um equívoco bastante comum a respeito do comportamento de Bolívar. Trata-se da separação entre a crença no futuro de liberdade, restrita ao período da luta militar, e a desilusão, surgida, como que de repente, com a descoberta da complexidade das sociedades americanas. Como tentarei demonstrar mais adiante, tal hipótese, apresentada também por Ligia Prado, não levava em conta que os temores bolivarianos coexistiam, desde o início, com as expressões utópicas sobre a sorte do continente.

Os mesmos três séculos em que a América, para Bolívar, havia gemido sob a tirania espanhola eram designados por ele, em outra ocasião, como os três séculos de cultura, de ilustração e de indústria. O futuro para o qual se dirigiam as esperanças mais promissoras recebia, também, os prognósticos mais desoladores. Como explicar essa ambigüidade? Dessa pergunta nasceu minha pesquisa. Queria reconstruir, por um lado, a natureza da assimetria entre passado e futuro no discurso bolivariano; por outro, o itinerário das percepções marginais dos mesmos tempos ao esquema consagrado para a experiência revolucionária. Mas nenhuma das duas faces poderia continuar sendo desprezada em nome de um modelo explicativo que insistisse em definir um fenômeno complexo em termos de relações unilaterais. Esta investigação trata fundamentalmente da busca por tornar inteligível a ambigüidade estrutural da experiência bolivariana do tempo histórico. Nas páginas seguintes,

trato, em outras palavras, de oferecer uma tipologia abrangente que integre as faces destoantes da relação entre passado e futuro sem, contudo, mutilar seu caráter fundamentalmente equívoco.

14.

A complexidade do objeto modelou a estrutura da pesquisa. Ela compõe-se de duas partes e cada uma se desdobra em dois capítulos. Em todos eles são abordadas, respectivamente, as percepções distintas de Bolívar sobre o passado e o futuro.

Na primeira parte, reconstruo o esquema tradicional da assimetria entre passado e futuro tal qual emerge do discurso bolivariano. Cada um dos dois capítulos está, aqui, posto em relação direta com o outro. A seção, portanto, relaciona as alusões destrutivas ao passado hispânico (parte 1, capítulo 1) e as esperanças sobre o futuro das repúblicas emancipadas (parte 1, capítulo 2). Em seguida, são investigados os temores quanto às possibilidades de fracasso revolucionário (parte 2, capítulo 1) e as evocações positivas do passado (parte 2, capítulo 2). Trata-se, portanto, daquelas percepções do passado e do futuro que escapam ao modelo que privilegia o antagonismo unilateral entre ambos. Mas, diferentemente do que ocorria antes, cada um dos dois últimos capítulos, aqui, não está relacionado com o outro e, sim, àquele da parte anterior com o qual mantém uma afinidade simétrica. A seção, portanto, será o ponto de partida para a identificação de simetrias na experiência bolivariana do tempo histórico. As formas de articulação entre o passado e o futuro estão dadas, respectivamente, pela natureza de cada uma das duas partes que, conjugadas, traduzem a hipótese de estruturação da experiência bolivariana do tempo histórico. Assim, a hipótese culminará com uma proposta de explicação abrangente que vê, sobretudo, a ambigüidade das relações entre passado e futuro como o próprio fundamento da estrutura do discurso bolivariano:

a) relações de simetria entre, de um lado, as alusões positivas de passado e de futuro e, de outro, entre as negativas;

b) relações de assimetria que colocam frente à frente as avaliações negativas de passado e as positivas de futuro e, depois, as positivas de passado e as negativas de futuro.

A tese será ilustrada metaforicamente mediante o recurso a uma figura bastante comum no campo da ótica. A estrutura formal do discurso bolivariano será explicada como um jogo de espelhos plano (que constituem a visualização simétrica de imagens) e convexo

(do qual se dispõe a configuração de imagens invertidas). Tentarei demonstrar, sobretudo, que essa disposição formal é sugerida, *a posteriori*, pela própria estrutura interna (é intrínseca ao e advém do) do discurso bolivariano.

15.

A primeira parte tem andamento predominantemente linear do ponto de vista cronológico.²⁸ A segunda, ao contrário, abandona várias vezes as sucessões cronológicas, na tentativa de reconstruir, por meio de afinidades formais, os núcleos de percepções do tempo histórico documentadas em diferentes períodos. A justificação teórica para esse procedimento está contida, em grande parte, na interpretação específica de Carlo Ginzburg das reflexões que Wittgenstein fez a respeito do *Ramo* de ouro de Frazer.

A explicação histórica, a explicação como hipótese de desenvolvimento é apenas *um* modo de coletar os dados – a sua sinopse. É igualmente possível ver os dados em sua relação recíproca e resumi-los numa imagem geral que não tenha a forma de um encadeamento cronológico.²⁹

O historiador italiano destacava que essa “representação clara”, citando novamente Wittgenstein, “perpassa a compreensão, que consiste justamente em ‘ver as conexões’. Daí a importância de encontrar *elos intermediários*.”

Ginzburg faz considerações importantes sobre a resposta do filósofo alemão. A “representação perspicua” de Wittgenstein “constituía um modo de expor os dados não só alternativo mas, implicitamente superior à apresentação histórica, por ser *a*) menos arbitrário e *b*) imune a hipóteses evolutivas não demonstradas.” Na verdade, a investigação morfológica

²⁸ Cabe destacar que as alusões contextuais foram se tornando cada vez mais escassas com o andamento da análise. É que muitas das percepções distintas de Bolívar sobre o tempo histórico coincidiam muitas vezes do ponto de vista cronológico. Daí que, neste caso, as percepções subseqüentes àquelas contextualizadas dispensavam, quando da coincidência cronológica, interações do tipo. Mas há, de outra parte, exceções. Percepções distintas, mesmo que sincrônicas, requerem eventualmente aspectos contextuais igualmente específicos e que, portanto, são irredutíveis a outros.

²⁹ L. Wittgenstein. *Note sul ‘Ramo d’oro’ di Frazer* apud GINZBURG, Carlo. *História noturna: decifrando o sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 27.

fora útil a Ginzburg (como ele mesmo atesta) devido à constelação documental vastíssima (do ponto de vista cronológico, espacial e cultural) que analisara. Desse modo, ele recorrera a tese de Wittgenstein especialmente em áreas ou períodos pouco e mal documentados em meio à delimitação ampla, servindo-se dela “como de uma sonda, para examinar um estrato profundo, inatingível por outros meios.”³⁰ Mas, do ponto de vista cronológico, espacial e documental, não era este, de modo algum, o caso dos escritos de Bolívar. Sua única vastidão era do ponto de vista quantitativo. Além do mais, a distribuição dos escritos ao longo dos 20 anos de sua trajetória política não apresentava lacunas nem um pouco significativas em qualquer período. O elemento decisivo, portanto, que distinguia o objeto de minha pesquisa daquele investigado brilhantemente por Ginzburg era, sem dúvida, o fato de eu me voltar para um caso individual. Desse modo, poderia me servir, também, de contribuições de Wittgenstein em perspectivas, em parte, distintas das de Ginzburg. A diferença se tornava para mim clara na medida em que as relacionava a proposição de Wittgenstein com uma outra reflexão densa que também questionava, mas de modo específico, a absolutização das explicações diacrônicas. Mais ainda, elas eram igualmente aplicáveis ao âmbito pessoal e, tanto mais, a uma experiência individual do tempo histórico. Para Walter Benjamin, certo tipo de conexões históricas, evolucionista e apriorístico, pode obscurecer a percepção o fluxo “presente” dos acontecimentos em toda a sua complexidade tal como se apresenta aos atores históricos. A linearidade da explicação cronológica, devido ao conhecimento retrospectivo que o historiador tem do futuro do passado, torna-se facilmente presa da “tirania do fato consumado”. A tarefa do historiador, nesse sentido, “é fixar uma imagem do passado como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso.”³¹ O historiador, assim, é o primeiro encarregado de reviver os aspectos perdidos do passado, pois, como proclama Benjamin, nas vozes triunfantes que do passado se escutam há ecos de vozes que emudeceram.³² A questão, portanto, era “escovar a história a contrapelo”.³³ Para os meus intentos de considerar também como um objeto histórico de estatuto idêntico aos projetos concretizados aquelas expectativas de Bolívar que não se efetivaram, não havia razões para não levar em conta as instigantes proposições de Benjamin. Além disso, as

³⁰ *Ibidem*, p. 28.

³¹ BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história”. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (Obras escolhidas: v. 1). São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 224. Benjamin se refere à tarefa do materialista histórico. Mas penso que sua reflexão pode ser estendida ao ofício dos historiadores em geral.

³² *Ibidem*, p. 223.

³³ *Ibidem*, p. 225.

conexões formais apresentavam também afinidades que transpunham momentos distintos, dobrando, portanto, o espaço temporal. Não havia como desprezar facetas tão latentes.

16.

Com efeito, perguntava Ginzburg, uma exposição pouco menos que a-histórica dos resultados obtidos pela análise de documentos dispersos no tempo seria, de fato, suficiente? A investigação morfológica parecia-lhe *demasiado* comprobatória. Assim, limitar-se a descrever em termos apenas formais os processos igualmente históricos implica a negligência de um elemento decisivo.

Pondo entre parênteses, no estudo dos fatos humanos, a dimensão temporal, obtém-se um quadro inevitavelmente deformado, pois depurado das relações de força. A história humana não se desenvolve no campo das idéias, mas sim no mundo sublunar em que os indivíduos, de modo irreversível, nascem, infligem sofrimentos ou são a eles submetidos, e morrem.³⁴

Portanto, eu não poderia, também, não fazer minhas as reticências de Ginzburg sobre certos elementos da investigação morfológica. Do contrário, para o caso da reconstrução da experiência bolivariana do tempo, acabaria, sem dúvida, considerando-a como um fenômeno desinteressado, quando, na verdade, seu conteúdo estava necessariamente associado aos conflitos políticos. Mais ainda a conexão histórica afastaria o equívoco de pressupor a tipologia discursiva como uma estrutura rígida que Bolívar “carregaria” consigo (a guisa de “lente” para a percepção do tempo) em todos os momentos de enunciação. (Essa possibilidade equivaleria, sem dúvida, ao “quadro inevitavelmente deformado” aludido por Ginzburg). A reconstrução histórica, portanto, conferiria à investigação formal os seus devidos termos, isto é, a da identificação de um padrão que decorre do discurso considerado em sua abrangência diacrônica, mas que nem sempre corresponde à linearidade cronológica. Quer dizer, a investigação formal (assumia eu a conclusão do historiador) não poderia substituir a reconstrução histórica.

Nas páginas conclusivas, portanto, será investigada a natureza histórica das conexões formais reconstruídas sob a forma de núcleos de sentido no discurso bolivariano. A articulação tentará traduzir em termos históricos (exatamente como procedeu Ginzburg, mas, agora, na escala individual) a distribuição dos dados até então apresentados na base de

³⁴ GINZBURG, Carlo. *História noturna* cit., p. 28.

afinidades internas e formais. Mas, se as conexões históricas serão estabelecidas no fim, a constelação dos elementos contextuais que lhe servira de base já estará dada, em contrapartida, ao longo do desenvolvimento da análise. Desse modo, sem estarem de início articuladas entre si, as peças das quais se servirá a reconstrução histórica acompanharão as conexões formais, servindo-lhes, portanto, de suporte contextual. Mas a tradução histórica articulará, à parte, os dados de contexto, compondo, então, um quadro distinto que finalmente expressará, a seu modo, a investigação morfológica.

O corpo central do texto segue uma opção que, de início, relutei em assumir. Eu desejava, antes de qualquer coisa, abordar em momentos distintos os âmbitos referentes à teoria, ao contexto e à análise dos documentos. Tratava-se, talvez, da via mais segura. Mas, logo depois, escolhi, com todos os riscos que a decisão traria consigo, o difícil caminho do tratamento simultâneo dos âmbitos. A deliberação não se baseava, de modo algum, no critério de elegância narrativa (embora não esconda certa admiração pela fluência dos estudos que interagem as três dimensões). Havia, sobretudo, uma opção teórica de fundo. A interação dinâmica parecia-me uma opção narrativa mais de acordo com os propósitos de se pensar o agente individual e as estruturas sociais como unidades relacionadas *a priori*. Sabia, entretanto, que o estilo *favoreceria* a interação, mas não era uma condição de sua garantia. Pode-se mesclar os níveis no texto sem necessariamente integrá-los, mantendo, no fim, uma compartimentação de fundo ainda maior do que a que se queria de início evitar. Admitia (como estudos profundos demonstram) que a simples separação formal dos níveis no espaço também não é, de modo algum, um obstáculo para a interação. Mas a interação permanente oferecia ganhos que, para mim, não poderiam ser desprezados. É certo que o êxito dessa operação seria tanto maior quanto fosse a erudição do investigador. Reconhecia, portanto, a possibilidade de não estar à altura da exigência. Mas a simples visão dos benefícios já me foi um incentivo suficiente para ousar uma contribuição particular.

17.

Uma questão, por fim, se apresentava para mim como particularmente delicada. Falo de uma intuição que surgiu da própria experiência de análise dos discursos de Bolívar. Confesso que não seria nem um pouco difícil estabelecer uma empatia com o enunciador ao ler a totalidade de seus discursos. Mais ainda, arriscaria dizer que a propensão a uma empatia pelo menos relativa persistiria até mesmo na hipótese de se aceitar como pertinentes alguns

dos juízos negativos – e não são poucos – que se fizeram dele, desde sua época até momento em que escrevo estas páginas. O isolamento completo a que Bolívar foi submetido pelos adversários políticos, no fim da vida, e o fracasso de seus projetos não deixam dúvidas: o Libertador morreu vencido.³⁵ A complexidade invulgar, contudo, de sua personalidade constituiria o motor da possibilidade. Mas, desde logo, percebi a necessidade de não perder de vista o ideal do distanciamento científico (fosse ele atingível ou não). Assumi, portanto, o desafio de não mover a pesquisa, *a priori*, por intenções laudatórias ou por condenações incompreensíveis.³⁶ Teria que iniciar, então, fugindo da categoria dos destinatários de uma das declarações de Bolívar, feita em 06 de dezembro de 1829: “con mi nombre se quiere hacer [...] el bien y el mal [...]” [III, p. 379] Mas, se no fim houver inevitavelmente uma avaliação valorativa de qualquer tipo, terei a justificativa de havê-la construído *a posteriori*, isto é, após seguir um caminho próprio e, mais ainda, como o resultado da busca por um esforço analítico.

³⁵ NEJAR, Carlos. *Simón Vento Bolívar*. Porto Alegre: AGE, 1993, p. 79, parece condensar magistralmente essa posição no poema “El fuego de las sombras”:

“Hay el fuego de las sombras
que enterré.”

Enterremos juntos,
Simón.

Con las cosas
que no se resuelven.”

³⁶ Tanto são as representações de “Bolívar” quanto as avaliações que dele se fizeram. A bibliografia sobre os usos da figura de Bolívar, na historiografia ou no discurso político, e dos juízos valorativos sobre sua pessoa, que seguem quase sempre uma esquematização maniqueísta, é imensa. Limito-me a indicar algumas referências que apresentam, por sua vez, com a exceção do artigo de Marx, um panorama de facetas específicas sobre as evocações de Bolívar ao longo da história. BIRD, Horacio. “Aproximaciones al Bolívar necesario”. In: *Anthropos*. Los Teques (Venezuela): Instituto Universitario Salesiano Padre Ojeda, 2 (1992), pp. 13-22. BUSANICHE, José Luis. *Bolívar visto por sus contemporáneos*. México: FCE, 1995. CARRERA DAMAS, Germán. “Bolívar y el presente latinoamericano: el rescate de Bolívar”, pp. 133-50. LOMNÉ, Georges. “El ‘espejo roto’ de la Colombia bolivariana (1820-1850)”. In: ANNINO, Antonio & GUERRA, François-Xavier (Coord.). *Inventando la nación: Iberoamérica (siglo XIX)*. México: FCE, 2003, pp. 475-500. KAHLE, Günter. “Conferencia conmemorativa: Bolívar y los alemanes”, pp. 45-57. SALCEDO-BASTARDO, José Luis. “Bolívar en la identidad de la revolución latinoamericana”, pp. 125-32 (estes dois estudos se encontram em STEGMANN, Wilhelm (Hrsg.). *Simón Bolívar: Persönlichkeit und Wirkung*. Berlin: Reimer, 1984). HARWICH, Nikita. “Un héroe para todas las causas: Bolívar en la historiografía”. In: *Iberoamericana*. Berlin: Instituto Ibero-Americano, 10 (2003), pp. 7-22. IRWIN, Domingo & ALBERTO BUTTÓ, Luis. “Reflexiones sobre la literatura venezolana relacionada con ‘los bolivarianismos’”. In: *Military Review*. Kansas: U. S. Army/Combined Arms Center, may.-jun., 2005, pp. 13-21. VARGAS MARTÍNEZ, Gustavo. “Bonapartismo en el siglo XXI”. In: SALADINO, Alberto & SANTANA, Adalberto (Comp.). *Visión de América Latina: homenaje a Leopoldo Zea*. México: Instituto Panamericano de Geografía e Historia-FCE, 2003, pp. 509-12. KOSSOK, Manfred. “Revolución, Estado y Nación en la Independencia”. In: VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica*. Bonn: Inter Naciones, 1984, pp. 161-71. MARX, Karl. *Simón Bolívar*. Madrid: Ediciones Sequitur, 2001. As explicações de fundo para o juízo altamente condenatório de Marx em relação ao Libertador no artigo que escreveu em janeiro de 1858 foram devidamente formuladas por ARICÓ, José. *Marx e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982, pp. 97-117 e ALTMANN, Werner. “Marx/Engels e o olhar europeu sobre a América Latina”. In: *Estudios Leopoldenses (Serie Historia)*. São Leopoldo: Unisinos, 2 (1997), pp. 25-39.

PARTE I

IMAGENS INVERTIDAS

1
DESTRUINDO O PASSADO

1.

Em 25 de julho de 1812, lê-se num manifesto de Simón Bolívar, inaugurou-se um período de atrocidades. A “vergonhosa covardia” de Francisco Miranda, comandante em chefe das forças patrióticas com poderes ditatoriais, tinha restaurado totalmente o domínio espanhol. Naquele dia, o general *caraqueño* assinou a capitulação em La Victoria. Era o fim da primeira república na Venezuela. O “Precursor” – como era conhecido Miranda – assim teria agido em troca da promessa de se respeitar as vidas e as propriedades dos patriotas. Não muito depois, contudo, tanto a fortaleza de Puerto Cabello quanto a de La Guaira foram, de fato, lotadas de independentistas e até de muitos civis considerados simplesmente suspeitos. A experiência seria amargamente lembrada por Bolívar em Cartagena:

Apenas tomaron éstos posesión de las plazas de Puerto Cabello, Caracas y La Guairá, cuando violando abiertamente las capitulaciones y el derecho de gentes, pusieron en cadenas a cuantos ciudadanos de virtud y talentos se habían distinguido en la república; persiguiendo con furor a la inocente infancia, a la vejez respetable, y hasta al débil y bello sexo: siendo su encarnizamiento tal, que parece haberse excedido la crueldad a sí misma. [I, p. 40]

O documento constituía uma exaltada denúncia do que considerava a monstruosa conduta do Governo de Monteverde para com os americanos após a capitulação de Miranda. “Ved cual es el carácter de vuestros enemigos. Lo que podéis esperar de su amistad, cuando a la faz del mundo y bajo la fe de los tratados, violan abiertamente no sólo las estipulaciones que ellos mismos hacen, sino el sagrado derecho de gentes” [III p. 537]. Para o Libertador,

portanto, o fim da primeira república havia desencadeado um regime de terror. Poucos dias depois, também de Cartagena, dirigindo-se ao Congresso da Nova Granada, retomaria novamente as conseqüências geradas pela “inaudita cobardia” de Miranda que, ao invés de lograr as vantagens da vitória, perseguindo ao inimigo, propôs a ignominiosa capitulação que “nos torno al yugo de nuestros tiranos.” [I, pp. 39-40] Bolívar integrava, nessa ocasião, o grupo de dirigentes republicanos que conseguiu escapar às perseguições de Juan Domingo de Monteverde (1772-1823), capitão da marinha e comandante das forças espanholas. Muitos dos patriotas passaram para a clandestinidade: alguns fugiram para as Antilhas, outros, entre os quais Bolívar, para a Nova Granada,³⁷ que estava ainda em mãos dos revolucionários.

2.

Em Cartagena, num manifesto escrito pouco mais de três meses após o início dos acontecimentos neles referido, um elemento essencial adensaria historicamente a avaliação de Bolívar sobre capitulação de Miranda³⁸ e a conduta do Governo de Monteverde. Ele diria, naquela ocasião:

Cerremos para siempre la puerta a la conciliación y a la armonía: que ya no se oiga otra voz, que la indignación. *Vengamos tres siglos de ignominia, que nuestra criminal bondad ha prolongado, y sobre todo, vengamos condignamente los asesinatos, robos y violencias que los vándalos de España están cometiendo en la desastrada e ilustre Caracas.*” [III, p. 538]

A acepção da guerra de independência como “vingança” retornaria inúmeras vezes em diversas circunstâncias. Caberia, por enquanto, apresentar tão somente outra variante da mesma conexão no Manifesto aos Caraqueños (de 08 de agosto de 1813):

Mirad cuán pérfidos deben ser unos hombres que entregándoos a la anarquía os pusieron en la necesidad absoluta de existir en medio de los tumultos sin gobierno y sin orden. Mirad cual será su carácter fementido y protervo, cuando abandonan a sus propios defensores a la merced de un vencedor, y de un pueblo irritado que con razón clamaba a la *venganza de tres siglos de opresión, y de un año de exterminio.* [III, p. 562]

³⁷ Bolívar, nesse sentido, observaria, durante a Assembléia celebrada em Caracas na Igreja do Convento dos Franciscanos (02 de janeiro de 1814): “Cartagena al abrigo de las banderas republicanas, fué elegida para mi asilo. Este pueblo virtuoso defendía por las armas sus derechos contra un ejército opresor que había ya puesto el yugo a casi todo el estado.” [III p. 591]

³⁸ Presumiu-se que os testemunhos mais autorizados da época são, em geral, “desfavoráveis a Miranda que, ao fugir, teria autorizado tacitamente a violação dos termos do acordo que firmara com Monteverde”. CASTRO, Moacir Werneck de. *O Libertador: a vida de Simón Bolívar*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1988, pp. 54s.

Mas termos como “odio implacable” no juramento de “una guerra eterna” contra os espanhóis apareciam também no Discurso à Municipalidade de Mérida [maio de 1813].

Importa destacar a emergência, nos dois exemplos, de uma conexão temporal que, acoplando um evento contemporâneo, de um lado, a um processo histórico de longa duração, de outro, convergia, pelo mesmo caráter ou sentido, o presente ao passado. Seu conteúdo residiria – nada mais nada menos – na identificação substancial entre as atrocidades cometidas pelos realistas no presente e o prolongamento dos três séculos da ignomínia colonial. Essa operação discursiva, por sua vez, tinha em vista fortalecer o imperativo da ruptura como uma vingança das populações americanas delineando, ao mesmo tempo, uma particular faceta da experiência do tempo histórico.

3.

A mesma conjunção iria se repetir no Manifesto aos Venezuelanos de 09 de agosto de 1813. Havia, entretanto, um detalhe curioso (não antes visto) na sua forma. Segundo Bolívar, os espanhóis *renovaram*, no presente, o passado de destruição:

La conducta de Miranda sometió la República venezolana a un puñado de bandidos, que esparcidos en sus extensas poblaciones, llevaron por todas partes los suplicios, las torturas, el incendio y el pillaje: *renovaron las escenas atroces con que ensangrentaron al Nuevo Mundo sus primeros conquistadores*. [I, p. 563]

O termo “renovação” era sugestivo e poderia ser interpretado como uma alusão à resistência de características do passado à ação corrosiva do tempo. Daí que o passado obscuro da *tiranía española* perdurava no presente com as atrocidades realistas (*los pueblos saqueados; los edificios incendiados; el bello sexo atropellado; las ciudades más grandes encerradas en masa, por decirlo así, en horribles cavernas, viendo realizado lo que hasta entonces parecía un imposible, la encarcelación de un pueblo entero*). Em 24 de dezembro de 1812, exortando os habitantes patriotas de Tenerife a jurarem obediência ao Estado de Cartagena, Bolívar já havia insistido em associar a reconquista espanhola a um quadro de crimes abomináveis:

La guerra que habéis sostenido contra ellos, además de haberos cubierto de una ignominia eterna, os ha hecho probar todas las aflicciones que son capaces de inventar los tiranos para asolar, y anonadar si es posible, a los que tienen la estolidez de presentarles la cerviz a su yugo opresor; vuestra experiencia os ha manifestado, cuan duro y feroz es el dominio de la España en estas regiones. Habéis visto incendiar vuestras habitaciones, encadenar a vuestros conciudadanos, pillar vuestras casas, y hasta violar vuestra mujeres; echad los ojos sobre vuestros

campos, y lo hallaréis incultos; observad vuestras poblaciones desiertas: mirad el manantial de vuestra prosperidad, ese caudaloso Magdalena, que solitario y triste huye, por decirlo así, de unas riberas que devora la guerra [...]. [III, pp. 548-9]

Onde reinava o império espanhol, concluiria, reinava, com ele, a desolação e a morte. Bolívar convidava, então, os habitantes da cidade ao norte da Nova Granada, a compararem o sistema adotado por Cartagena com “el horroso cuadro de crímenes e infortunios” que teriam “a la vista hasta el presente, bajo el poder absoluto de los monstruos que os han mandado de España sus feroces mandatários.” [III, p. 550] Resumidamente, a alusão à luta contra a usurpação colonial (uma das formas, neste caso, pelas quais se manifestava o conflito entre os independentistas e a causa realista) recrudescia (no discurso bolivariano) sempre que se tratava de lutar contra *um presente sentido como passado*.³⁹

4.

Evocar a tirania do passado colonial para o discurso bolivariano constituía uma operação de contornos também ambíguos. É o que se pode inferir na enviada a Sir Richard Wellesley (uma memória escrita quase dois anos após a capitulação de Miranda). A subjugação da primeira república da Venezuela, dizia nela, refletia a experiência lamentável que a vergonha proibia transmitir (“que la vergüenza [...] prohibía transmitir [...]” [I, p. 85]), uma experiência sobre a qual seria preferível impor, parece, o véu do esquecimento (“los españoles [...] en este año pasado [1812] han envuelto a Venezuela en ruinas, cometiendo crímenes que debieran condenarse a un eterno olvido.” [I, p. 62]) A tentação do silêncio se fortalecia notavelmente quando a derrota imposta aos *criollos* punha em “risco” a viabilidade da “revolução filantrópica” (revolução que Bolívar procurava legitimar também no campo das relações internacionais). Já na carta dirigida aos representantes da Municipalidade de Barinas,⁴⁰ propunha que a província fosse governada militarmente a fim de que não se repetissem os erros da primeira república na Venezuela.⁴¹ Da segurança da província dependia

³⁹ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4.^a ed. Campinas: UNICAMP, 1996, p. 196.

⁴⁰ Valencia, 16 de dezembro de 1813.

⁴¹ A Primeira República durara pouco mais de um ano. O congresso, instalado em maio de 1811, havia declarado, no dia 05 de julho do mesmo ano, a independência formal da Venezuela. Bolívar tomara parte ativa nela, pois, desde o retorno de sua segunda viagem à Europa, já vinha se incorporando às conspirações dos *criollos*. Os revolucionários da Sociedade Patriótica (um fórum de doutrinas progressistas) impuseram-se sobre os indecisos congressistas. O Congresso logo começou a redigir a Constituição Liberal da Primeira República da Venezuela, promulgada, oficialmente, em dezembro de 1811. Sua estrutura, fortemente influenciada pelo federalismo da norte-americana, concedia a igualdade jurídica a todos os homens, “medida que provocou amplo debate mas que se afigurou um corolário inevitável das doutrinas políticas que os autores da independência pelo

a segurança do ocidente de Caracas. A nomeação de um governo supremo para a nação era a condição necessária para se *olvidar de una vez los males de la esclavitud*.

De outra parte, a derrota nunca deixa de estar, de uma forma ou de outra, associada ao peso do passado tirânico. Mais ainda, em grande parte dos casos, trata-se de uma associação estrutural. A utilização, por exemplo, de determinadas expressões por Bolívar na carta citada (“La subyugación de Venezuela por sus *antiguos tiranos* [...]”; “Huí de un país que *volvía* a poseer la tiranía [...]”; “El sistema opresor del gobierno español, la índole cruel de los individuos de esta nación [...]”) denota justamente esse tipo de relação. A ruptura do tempo revolucionário de Bolívar destacava o conteúdo histórico do antigo a partir de conotações pejorativas. Distingue-se para afastar. A luta travada contra a ordem colonial era indissociável da emergência de valores que significassem as temporalidades. O caráter indesejável do “antigo” tendia a se acentuar com o imperativo de ser superado, a despeito de sua insistência, pelo tempo inexorável. E não é só. Recaídas e titubeios – contínuas é certo – constituem atributos essenciais da “experiência do ressentimento”. Ao serem invocados, tendem a acentuar ainda mais o imperativo histórico da “revolução filantrópica”, e, por conseguinte, a legitimidade de sua atuação política. Nesse jogo de oposições, cheio de significação, contrapõe-se, ao passado que se quer destruir, a singularidade do horizonte de expectativa.

5.

Os fins pedagógicos na rememoração das atrocidades (que, no fim, seriam sempre mais dignas de esquecimento do que de lembrança) eram claramente expostos no fim do manifesto: “Venezolanos! No echéis la vista sobre los sucesos pasados, sino para horrorizaros

menos fingiam adotar.” BUSHNELL, David. “A independência da América do Sul espanhola”. In: BETHEL, Leslie (Org.). *História da América Latina*. Vol. III: Da independência até 1870. São Paulo/Brasília: Edusp/Imprensa Oficial do Estado/Fundação Alexandre Gusmão, p. 136. Ela era também igualitária no sentido de abolir todos os foros e todas as expressões legais de discriminação sócio-racial, isto é, o sistema de castas. Mas a igualdade real garantiria um risco diminuto para o domínio *criollo*, mantendo praticamente inalteradas as já escassas possibilidades de ascensão social dos *pardos* e negros livres. Somavam-se a isso as rigorosas restrições, por critérios censitários, ao direito de voto. Além do mais, se a constituição abolia o tráfico negreiro, conservava, em contrapartida, o escravismo. PÉREZ, Joseph. “El Nuevo Reino de Granada en vísperas de la Independencia (1781-1809). VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica* cit., 1984, p. 101, lembra que, em 17 de outubro de 1800, Humboldt ironizava sobre os *criollos* progressistas e ilustrados que, “con la boca llena de bellas máximas filosóficas, desmienten sin embargo los primeros principios de la filosofía por sus actuaciones: maltratando a sus esclavos, con el Raynal en la mano, y hablando con entusiasmo de la importancia de la causa de la libertad, venden los hijos de sus negros a los pocos meses de nacidos. Qué desierto no sería preferible al trato con semejantes filósofos.” Falou-se, com pertinência, que a constituição venezuelana refletiria o conceito *criollo* de sociedade, pouco interessado pelas mudanças sociais. Vide, a propósito, SANTIAGO RODRÍGUEZ, José. “La abolición de la esclavitud en Venezuela”. In: *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 345 (2004), especialmente, pp. 147-8.

de los escollos que os han destrozado: apartad vuestros ojos de los monumentos dolorosos que os recuerdan vuestras crueles pérdidas: pensad sólo en lo que vais hacer [...]” [III, p. 670] O quadro de horrores cometidos pela reconquista ao longo do fracasso republicano acentuaria, para Bolívar, um tal medo a ponto de fazer do ardor patriótico uma necessidade tão vital quanto o instinto de sobrevivência.

Mas ele não esquecia da indiferença estrangeira frente à sorte dos patriotas. Queixava-se disso, em Angostura, dirigindo-se ao Vice-Presidente de Cundinamarca no dia 20 de dezembro de 1819. Em dez anos, denunciava, de lutas e trabalhos, de sofrimentos que quase excediam as forças humanas, “hemos experimentado la indiferencia con que toda la Europa y aun nuestros hermanos del Norte, han permanecido tranqüilos espectadores de nuestro exterminio”. A principal causa disso, entre outras, consistia na multiplicidade de soberanias que se haviam estabelecido até então. [I, p. 406] A rememoração do obstáculo tornava-se, pois, um argumento poderoso em prol da formação da Grã Colômbia. [I, p. 407] Sua frustração, contudo, já havia sido mencionada na Carta de Jamaica, exaltando, em contrapartida, a urgência do apoio britânico:

La América está encontrada entre sí, porque se halla abandonada de todas las naciones; aislada en medio del universo, sin relaciones diplomáticas ni auxilios militares, y combatida por la España que posee más elementos para la guerra que cuantos nosotros furtivamente podemos adquirir. [I, p. 174]

6.

A alternativa de reação patriótica, observava em 1812, deveria ser, desde então, a mais dramática possível. “No haya otro objeto que el exterminio de los tiranos [...] sedientos de sangre y de oro [...]” [III, p. 537.] “Que desaparezcan para siempre del suelo colombiano los monstruos que lo infestan y han cubierto de sangre: que su escarmiento sea igual a la enormidad de su perfidia, para lavar de este modo la mancha de nuestra ignominia [...]” A *guerra a muerte* implicaria, portanto, uma inversão radical quanto à predominante atitude dos patriotas para com os realistas durante a primeira república.

Nuestra vindicta será igual a la ferocidad española. Nuestra bondad se agotó ya y puesto que nuestros opresores nos fuerzan a una guerra mortal, ellos desaparecerán de América, y nuestra tierra será purgada de los monstruos que la infestan. Nuestro odio será implacable, y la guerra será muerte.⁴² [III, p. 555]

⁴² Proclama de 08 de junho de 1813.

A partir de então, curiosamente, Bolívar passava a encerrar muitos de seus escritos com referências ao tempo de duração da independência e da “Guerra de Morte”. Essa representação remete a uma espécie de marco inaugurador. Indicava, a esta altura, a ruptura com o passado recente da revolução, isto é, com “la revolución sin sangre” (a qual Bolívar já aludira).

Mais ainda, se o passado hispânico marcara a devastação da “América Pacífica”, não haveria outra escolha para os patriotas, assim pensava, senão fazer da revolução uma destruição implacável dos três séculos de colonialismo. A *guerra a muerte*, a da violência física nas táticas militares, seria cruel, destrutiva e total para os “enemigos del género humano y autores de crímenes los más horrosos contra la justicia y el derecho de gentes” [III, p. 573] (uma verdadeira retaliação, portanto, pelos “abusos da tirania” ao longo da contra-revolução). Mas, difundia-se também, ganhando força e eficiência, outra manifestação dessa mesma guerra, então, no plano da violência simbólica, cuja finalidade visava à supressão, também sob a alegação da vingança contra o domínio hispânico, da representação desse passado. As guerras de independência conjugariam os combates tanto pelo poderio quanto pelo sentido. Nessa perspectiva, propôs-se, em termos gerais, a seguinte questão:

Em qualquer conflito social grave – uma guerra, uma revolução – não serão as imagens exaltantes e magnificentes dos objectivos a atingir e dos frutos da vitória procurada uma condição de possibilidade da própria acção das forças em presença? Como é que se podem separar, neste tipo de conflitos, os agentes e os seus actos das imagens que aqueles têm de si próprios e dos inimigos, sejam estes inimigos de classe, religião, raça, nacionalidade etc.? Não são as acções efectivamente guiadas por estas representações; não modelam elas os comportamentos; não mobilizam elas as energias; não legitimam elas a violência?⁴³

Como temos visto, a destruição do passado hispânico caracterizaria uma modalidade específica da luta contra a dominação realista. Esse dispositivo, como no caso de Bolívar, tornava-se inteligível e comunicável através da produção de “discursos”. Uma de suas funções consistiria precisamente na organização e controle do tempo coletivo no plano simbólico. Deparamo-nos, portanto, com uma intervenção consciente “sobre a memória coletiva, para a qual, [...] os acontecimentos contam muitas vezes menos do que as representações a que dão origem e que os enquadram.”⁴⁴ A eficácia do simbólico no combate aos espanhóis e na legitimação do poder parecia algo bem familiar a Bolívar. Com efeito, num artigo sobre “La Instrucción Pública”, escrito em 1825 (e sem especificação do local), ele propunha a substituição dos termos “maestro” e “escuela”, ligados então aos estabelecimentos

⁴³ BACZKO, Bronislaw. “Imaginação social”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 298.

⁴⁴ BACZKO, Bronislaw. “Imaginação social” cit., pp. 310 e 312.

educacionais sob o Governo Espanhol, por, respectivamente, “director” e “sociedad”.⁴⁵

Vamos reler a curiosa justificativa dada à questão:

Habrá quien diga que los nombres no influyen; pero la experiencia prueba que obran directamente sobre nuestros juicios! ¡Cuántas querellas, disputas y guerras solo por un término! dentro de un siglo, con que pavor oirán nuestros descendientes pronunciar el nombre Español! [III, p. 834]

7.

A Guerra de Morte já existia de fato entre os realistas e patriotas quando Bolívar a legalizou no célebre decreto de 15 de junho de 1813;⁴⁶ a divulgação do ato se deu na cidade de Trujillo (tomada na véspera). Havia, contudo, uma restrição importante no próprio decreto: os espanhóis que prestassem serviços ao estado seriam tratados como americanos. A eles não estariam fechadas as portas do futuro; precisariam, entretanto, combater a ordem do passado. No decreto de 16 de agosto de 1813, em Caracas, Bolívar utilizaria a expressão “un puñado de españoles”, ponderando a identificação generalizada, incontida em outros momentos, entre os peninsulares e a tirania. De outra parte, não poderia permitir uma guerra de morte com os venezuelanos, mesmo que fossem realistas. A responsabilidade pela adesão de americanos à causa realista recairia na indução nefasta que sobre eles exerciam os peninsulares.

Y vosotros, Americanos, que el error o la perfidia os ha extraviado de las sendas de la justicia, sabed que vuestros hermanos os perdonan y lamentan sinceramente vuestros descarríos, en la íntima persuasión de que vosotros no podéis ser culpables, y que solo la ceguedad, e ignorancia en que os han tenido hasta el

⁴⁵ Para uma breve contextualização do papel da escola durante a existência da Grã-Colômbia, vide VALENTE, Adriano M. W. “A escola e a construção do nacionalismo neogranadino (1820-1840)”. In: ALMEIDA, Jaime de (Org.). *Caminhos da história da América no Brasil: tendências e contornos de um campo historiográfico*. Brasília: ANPHLAC, 1988, especialmente, pp. 378-9 e 380-1.

⁴⁶ Cf. MARTÍNEZ, Gustavo Vargas. *Bolívar y el poder: orígenes de la revolución en las repúblicas entecas de América*. México: UNAM, 1991, p. 96, que traz elementos fundamentais para a compreensão dos posicionamentos em torno da “Guerra de Morte”: “Los historiadores americanos insisten en fundar sus opiniones en lo necesario y justo de la guerra a muerte; incluso, tomando la explicación que el propio Bolívar dio al arzobispo Coll y Prat el 8 de febrero de 1814, aseguran que se trataba de responder a los crímenes de Boves. Así han pensado Baralt, Montenegro, José Félix Blanco, Larrazábal, Restrepo, etc. Pero otros no piensan así: Coreleau asegura que la ‘guerra a muerte’ ‘será siempre un borrón que empaña la fama de Bolívar’, y algo semejante opinan Bartolomé Mitre, Aníbal Galindo, Felipe Tejera, Cesar Cantú y Salvador de Madariaga, quien dice que ‘la medida constituía grave violación de la leyes de la guerra y del derecho de gentes, que rebajaba a los dos jefes (Bolívar y Castillo) al nivel de los infames Cervéz y Zuazola”. CASTRO, Moacir Werneck de, *op. cit.*, advierte que a prática da *guerra a muerte* fora lançada inicialmente por Antonio Briceño e que Bolívar, inicialmente horrorizado pela prática que feriria o sentimento de humanidade, acabou aceitando-a a despeito das restrições importantes que estabelecia. “A tendência ao extermínio estava implícita, para os elementos extremados, na noção mesma de guerra de independência. Seria um meio de vencer o terror pelo terror.”, p. 63. Já LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas* cit., p. 200, fala de Monteverde como o primeiro a aplicar a “lei da conquista”.

presente, los autores de vuestros crímenes, han podido induciros a ellos. [III, p. 556]⁴⁷

Retornavam, novamente, obscurecendo a consciência dos americanos no presente, as mazelas destruidoras do passado colonial.

8.

O general caraqueño encontrava-se em território venezuelano desde maio de 1813 quando, então, comandando menos de 1000 homens recrutados em Nova Granada, havia recebido ordens para ocupar as províncias limítrofes de Trujillo e Mérida. Em 04 de agosto, sem dar tempo de Monteverde concentrar suas forças, Bolívar entrava triunfante em Caracas. Havia, finalmente, conseguido aplicar, numa marcha forçosa, a disciplina militar que tinha planejado para suas ações na Nova Granada. Na carta (já citada) ao Governador de Curazao, quando estava em Valência, é possível observar outra série de conexões históricas na ordem das temporalidades. As aproximações, neste caso, são evidentes. Não se trata, como veremos adiante, de um texto isolado. O documento apresenta um conjunto de passagens que remete ao já apresentado tema da destruição do continente americano pelos espanhóis. Muitos desses elementos poderiam circunscrever-se à tradição da *leyenda negra* atribuída pelos peninsulares

⁴⁷ Para VILAR, Pierre, Bolívar conferia a “guerra a muerte” um sentido claro (apesar de matizado): a distinção principal da guerra residiria nos grupos nacionais (espanhóis e americanos), não se tratando, portanto, de uma guerra civil e tampouco de uma revolução política. O historiador insistia na hipótese de que a invenção da guerra de morte constituiu uma das conseqüências do fracasso dos patriotas pela falta de coesão entre a vontade política da minoria e a espontaneidade popular. O exemplo de Boves, espanhol e guerrilheiro de talento, que arrastou a massa de cavaleiros “llaneros” (mestiços “pardos”) contra a aristocracia *criolla* da insurgente Caracas, desmantelaria o clamor bolivariano de unidade contra o inimigo comum. (“La participación de las clases populares en los movimientos de independencia de América Latina”. In: CHAUNU, Pierre; HOBBSBAUM, Eric J.; VILAR, Pierre. *La independencia de América Latina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1973, pp. 55s.) Posição semelhante é defendida por GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. “A crise do sistema colonial e o processo de independência”. In: WASSERMAN, Claudia. *História da América Latina: cinco séculos*. 3.^a ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 150: a “guerra a muerte” estaria diretamente relacionada à aposta bolivariana no sucesso de exércitos disciplinados e aguerridos e não, portanto, no apoio espontâneo das massas populares (a esta interpretação ligam-se as observações de Vilar sobre o caráter aristocrático da resistência venezuela, nesta fase (1810-1815), não obstante o tom jacobino da Sociedade Patriótica do jovem Bolívar). O exemplo de Boves é novamente indicado como o fracasso da tentativa de Bolívar em ampliar a base social da luta independentista durante a segunda república. Pode-se consultar praticamente o mesmo em WASSERMAN, Cláudia & GUAZZELLI, Cesar Barcellos. *História da América Latina: do descobrimento a 1900*. Porto Alegre: UFRGS, 1996, pp. 105s. Já LYNCH, John (*Op. cit.*, p. 201) resume-se em indicar (também como Vilar o faz) a tentativa de Bolívar de isolar categorias como realismo e republicanism e de fazer da “guerra a muerte” uma guerra entre nações. Segundo BUSHNELL, David. “A independência da América do Sul espanhola” cit., p. 141, a “guerra a muerte” refletiu a forma dura como Bolívar enfrentou a luta nesta nova fase. Com essas medidas esperava obrigar os espanhóis “a arriscar sua sorte com os insurretos ou a abandonar a Venezuela” e empenhar os americanos “mais intensamente na luta pela independência. [...] A Segunda República foi para todos os efeitos uma ditadura militar”. DONGHI, Túlio Halperin. *Reforma y disolución de los imperios ibéricos (1750-1850)*. Madrid: Alianza Editorial, 1985, p. 140, adverte que um êxito mais palpável desse método de combate acabou se restringindo unicamente ao leste venezuelano. Os colonos canários teriam transformado, ali, o conflito numa guerra de castas contra uma população nativa marcada muito mais pela presença de negros livres do que no resto da Venezuela.

aos registros de Bartolomé de Las Casas. Alguns, de fato, parecem reeditar, com analogias flagrantes, o caráter predominante das descrições da *Brevíssima relação da destruição das Índias Ocidentais*.

El español feroz, vomitando sobre las costas de Colombia, para convertir la porción más bella de la naturaleza en un vasto y odioso imperio de crueldad y rapiña; vea ahí [...] el autor protervo de estas escenas trágicas que lamentamos. Señaló su entrada en el Nuevo Mundo con la muerte y la desolación: hizo desaparecer de la tierra su casta primitiva; y cuando su saña rabiosa no halló más seres que destruir, se volvió contra los propios hijos que tenía en el suelo que había usurpado. [I, p. 64.]

Não falemos, observava no “Manifiesto a las Naciones del Mundo sobre la Guerra a Muerte”⁴⁸, de 24 de agosto de 1814, dos três séculos de ilegítima usurpação,

en que el Gobierno español derramo el oprobio y la calamidad sobre los numerosos pueblos de la pacífica América. [...] En efecto, espantados nuestros soldados con los fenómenos de la naturaleza en el memorable terremoto de 26 de marzo de 1812: enajenados por la superstición, por la predicación de algunos artificiosos fanáticos, dejaron penetrar en el Occidente la expedición mandada por Monteverde. Envueltos por todas partes en ruinas, veíamos al mismo tiempo el inhumano sacrificio de nuestros más inocentes hermanos. [...] ¡Qué horrorosa devastación, qué carnicería universal, cuyas señales sangrientos no lavarán los siglos” [III, pp. 598 e 601].

A história, para Bolívar, havia demonstrado as proscricões que a ambição dos tiranos, o temor e o ódio haviam ditado.

Deve-se levar em conta também uma possível variação de sentido na ênfase discursiva: a associação direta, conforme se vê na Carta de Jamaica, entre a usurpação do colonialismo, remota, e a reação espanhola no tempo presente. “El velo se ha rasgado, ya hemos visto la luz, y se nos quiere volver a las tinieblas; se han roto las cadenas; ya hemos sido libres, y nuestros enemigos pretenden de nuevo esclavizarnos.”

⁴⁸ ACOSTA SIGNES, Miguel. *Introducción a Simón Bolívar*. México: Siglo XXI, 1983, pp. 15-6, recorda que desde a promulgação da “Guerra a Muerte” o povo “fue en parte sobrecogido por la terrible orden. Llegaron oposiciones extranjeras y asombro muy extendido. En varios ocasiones hubo de explicar Bolívar las causas que lo habían movido”. Daí sua insistência em enfatizar para as nações, como fez neste documento, a crueldade de Monteverde e de outros oficiais espanhóis, o desrespeito às capitulações, os saques e abusos contras as cidades patriotas, freqüentemente arrasadas. No “Manifiesto a las naciones del mundo”, de 20 de setembro de 1813, redigido no Quartel General de Valencia, Bolívar explicaria: “Hasta entonces fué nuestro ánimo, y también nuestra conducta hacer la guerra como se hace entre naciones cultas; pero instruidos de que el enemigo quitaba la vida a los prisioneros sin otro delito que ser defensores de la libertad, y darles el epíteto de insurgentes [...] resolvimos llevar la guerra a muerte perdonado solamente a los americanos, pues de otro modo era insuperable la ventaja de nuestros enemigos que a pretexto de titularnos insurgentes mataban a nuestros prisioneros, cuando nosotros los tratábamos con la decencia propia de nuestro carácter, y con todas las consideraciones debidas a la humanidad.” [III, p. 577]

9.

A evocação de Bartolomé de Las Casas emergia, aqui, com uma força incomparável em relação ao conjunto dos documentos de Bolívar. O frade dominicano era (não há dúvida) uma das referências históricas do Libertador. A relação das barbaridades que “el filantrópico obispo de Chiapas, el apóstol de la América” deixou à posteridade era evocada para definir a época do despotismo. Las Casas extraíra, lembrava, o relato das atrocidades

de las sumarias que siguieron en Sevilla a los conquistadores, con el testimonio de cuantas personas respetables había entonces en el Nuevo Mundo, y con los procesos mismos que los tiranos se hicieron entre sí, como consta por los más sublimes historiadores de aquel tiempo. Todos los imparciales ha hecho justicia al celo, verdad y virtudes de aquel amigo de la humanidad, que con tanto fervor y firmeza, denunció ante su gobierno y contemporáneos los actos más horrosos de un frenesí sanguinario. [I, pp. 159s]

A história do colonialismo espanhol não foi senão uma época de sofrimentos e injustiças. Os “três séculos de destruição”, tão importantes na legitimação da independência americana, surgem como um dos temas mais utilizados para designar a era do despotismo.⁴⁹

Desde a queda da segunda república, a contra-revolução de Morillo foi impiedosa. Muitos patriotas, ao longo do período, foram castigados; alguns, inclusive, executados. Se a “Nova Granada ajudou os insurretos venezuelanos a se recobrar de sua primeira derrota esmagadora”, “a segunda derrota da Venezuela abriu caminhos para a reconquista da própria Nova Granada”.⁵⁰ As devastações promovidas sobre o país pelas forças realistas foram contraproducentes e afastaram a possibilidade de uma reconciliação com a elite *criolla*. Esses eventos constituíram, então, os ingredientes mais freqüentes no quadro geral das denúncias de Bolívar, relatadas, então, desde sua entrada em Caracas, em maio de 1816, quando a sorte da insurgência patriótica mudou significativamente.⁵¹ A agricultura, enfatizava, a indústria e o movimento do comércio não se percebiam mais num país morto sob a escravidão. As máquinas eram inutilizadas, os armazéns pilhados. Da antiga grandeza só restaram vestígios; “en las ciudades casi desiertas, no se veían más que algunos brutos pastando: no se oía sino el

⁴⁹ Deparamo-nos, aqui, com uma percepção do passado comum em grande parte da literatura revolucionária de fins do século XVIII e de princípios do século XIX na América (mas também na Europa e, especificamente, até na Espanha). Cf. GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias* cit., pp. 239-50.

⁵⁰ De fato, no mês seguinte, o Libertador dirigiu-se à Nova Granada e, em outubro do mesmo ano, completou a reconquista com uma rápida campanha. Cf. BUSHNELL, David, “A independência da América do Sul espanhola” cit., pp. 134-5.

⁵¹ Cf. LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas* cit., p. 204.

llanto de las esposas, los insultos brutales del soldado, los lamentos desmayados de la mujer, del niño, del anciano, que expiran de la hambre.” [III, p. 599].

10.

Bolívar, na Carta de Jamaica, operava outra das tantas associações temporais de sentido entre o objeto das denúncias de Las Casas e a Venezuela desolada pela contra-revolução:

Sus tiranos [da Venezuela] gobiernan un desierto; y solo oprimen a tristes restos que, escapados de la muerte, alimentan una precaria existencia: algunas mujeres, niños y ancianos son los que quedan. Lo más de los hombres ha perecido por no ser esclavos, y los que viven, combaten con furor en los campos y en los pueblos internos, hasta expirar o arrojar al mar a los que, insaciables de sangre y de crímenes, rivalizan con los primeros monstruos que hicieron desaparecer de la América a su raza primitiva. [p. 161]

Presumia-se aqui uma tensão, no presente, entre conteúdos históricos de temporalidades distintas que dispunham, então, os termos antinômicos de representação do conflito: de um lado, o tempo revolucionário, o da novidade e da ação política que, irrompendo bruscamente na história, antecipava o futuro, descrito quase sempre por termos metafóricos caros à Ilustração (a ruptura do véu que impossibilitava a visão da luz); de outro, o da ordem existente, letárgico e estagnado, o de um presente substancialmente sentido como passado. Acontecimentos muito recentes da história eram combinados a um passado remoto de frustrações. Os conflitos eram, assim, significados por uma necessidade radicada no passado. Essas operações retóricas constituíam, certamente, atos de imagens que ativavam, no discurso político, as condições de mobilização da ação revolucionária. Tratava-se, portanto, de um quadro coeso.

11.

O período de seus serviços militares na Nova Granada lhe proporcionou a oportunidade para revisar a situação da luta emancipacionista e a derrocada da primeira república. Nesta perspectiva, o resultado de suas reflexões sobre este passado recente foi a elaboração de uma série documental compacta. Nela pode-se ver aflorar, com destaque, um núcleo de avaliações severas quanto aos significados da duríssima experiência [“aquele infeliz

estado”] desta fase e do caráter do passado colonial. Veremos, mais adiante, que as lições que Bolívar procurava oferecer neste período aos *neogranadinos* insurgentes traduziriam a modificação do conteúdo das experiências revolucionárias. As experiências, impregnando-se de outras, repercutiriam diretamente sobre novas expectativas. O *Manifiesto de Cartagena* (que tem por nome verdadeiro “*Memoria dirigida a los ciudadanos de la Nueva Granada por un caraqueño*”) sintetizava o pano de fundo dessas modificações. Escrito em 15 de dezembro de 1812, entre a sua incorporação ao exército pelo presidente Manuel Rodríguez Torices e sua participação ativa na Campanha de Magdalena, o documento reclamava o juízo crítico sobre os percalços cometidos pela primeira república. Nele emergiam as linhas essenciais dos projetos que orientariam a ação político-militar de Bolívar nos anos seguintes.⁵² Sua primeira indagação expressava exatamente a finalidade pedagógica de conclamar os cidadãos da Nova Granada a ingressarem na luta pela independência sem, no entanto, incorrerem nos mesmos erros do governo venezuelano: “Libertar a la Nueva Granada de la suerte de Venezuela y redimir a ésta de la que padece, son los objetos que me he propuesto en esta memoria.” Daí sua insistência sobre a análise da experiência revolucionária.

Permitidme que animado de un celo patriótico me atreva a dirigirme a vosotros, para indicaros ligeramente las causas que condujeron a Venezuela a su destrucción; lisonjeándome que las terribles y ejemplares lecciones que ha dado aquella extinguida república, persuadan a la América a mejorar de conducta, corrigiendo los vicios [...]. [I, p. 41]

A resistência patriótica deveria, então, combater as duas frentes que o despotismo havia engendrado no passado. A primeira, externa, era a reação espanhola; a segunda, talvez mais a temível, as debilidades das colônias sublevadas. O combate ao passado ou seria total ou a aniquilação recairia inevitavelmente sobre os governos republicanos. Daí a necessidade de se analisar o passado como a *exemplaridade negativa* por excelência contra a qual se deveria eleger, portanto, os atributos do projeto de restituição da soberania. A independência constituía um projeto fundamentalmente contra-fático. Exatamente aqui, como veremos, residiria a singularidade do ideal bolivariano em relação ao pensamento político que predominava entre a elite *criolla*.

⁵² BELLOTTO, Manoel Lelo & CORRÊA, Anna Maria Martinez. “Bolívar e a luta pela independência da América: ação e pensamento político”. In: BOLÍVAR, Simón. *Política*. São Paulo: Ática, 1983, p. 16.

O discurso advertia que a indulgência (que foi somente a força da maldade espanhola) e a criminal bondade dos americanos prolongaram a opressão colonial no tempo. O tema retornava numa carta dirigida ao Soberano Congresso da Nova Granada (27 de novembro de 1812). Bolívar criticava, naquela ocasião, os governantes da primeira república por terem baseado suas condutas sobre “[...] los preceptos de la filantropia [ou humanidade] mal entendida [...]” [I, p. 39] Sua ingenuidade se explicava pela confiança presunçosa de que, sendo popular a causa revolucionária, todos adeririam ao movimento pela simples exposição dos princípios, isto é, sem a necessidade de se recorrer à força. Como se fosse a decorrência lógica deste argumento, Bolívar voltava a se referir à “estúpida indulgência” para com os “ingratos y pérfidos españoles [...] siempre impunes en sus atroces delitos [...]”. A Junta Suprema deveria ter enviado desde os primeiros dias de sua instalação, uma expedição marítima contra Coro ao ter pronunciado sua decidida vontade de não se conformar “al nuevo sistema que el voto general de Venezuela había constituido, declarándolo como insurgente y hostilizándolo como enemigo.” [I, p. 38] Não era só. Somente a “insensata debilidad” do governo venezuelano seria capaz de operar inversão tão desastrosa (quanto a que lembrava): deixou que a cidade se fortificasse e tomasse uma atitude respeitável a ponto de subjugar posteriormente a confederação inteira com tanta facilidade quanto a que tinham os patriotas anteriormente para vencê-la. Devido à complacência criminosa, todas as conspirações descobertas eram seguidas de perdão; e cada perdão, de nova conspiração.⁵³ As queixas de Bolívar não eram infundadas. É certo que enquanto “los realistas combatían sin piedad y sin escrúpulos, los líderes del congreso eran víctimas de sus prejuicios sociales; inflexibles hacia las gentes de color, fueron demasiado blandos con los realistas y dejaron a mayor parte escapar y reagruparse.”⁵⁴ Todos estes procedimentos estariam agregados às extraordinárias vicissitudes físicas e políticas que, ao se acumularem fatalmente sobre os venezuelanos, acabaram por desconcertar a máquina do governo até sua ruína total. Tudo, dizia, vinha a concorrer, a um só tempo, para preparar “nuestras cadenas”.

Mas acelerou a época de recebê-las o maior dos erros políticos cometidos pela Primeira República, isto é, o federalismo. A divisão do poder entre as regiões atuaria diretamente sobre a sublevação de Valência contra as forças patrióticas, pois enfraquecia

⁵³ CASTRO, p. 58. Para PINEDA, Victor A. “De Cartagena a Jamaica: una revision de dos documentos de Simón Bolívar”. In: *Athropos*. Caracas: Instituto Univesitario Salesiano Padre Ojeda, 1 (2001), p. 97, Bolívar cometia, neste ponto uma injusta apreciação. “En efecto, en los últimos momentos del primer gobierno quiso el generalísimo Miranda tomar medidas fuertes para tratar de solventar aquella caótica situación, y además, de haberse aplicado severos castigos a los desertores, delatores, y enemigos de la causa se habría tenido que fusilar a buena parte de los habitantes de Caragas por realistas.”

⁵⁴ LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas* cit., p. 194.

profundamente o governo federal. A perspicácia de Bolívar no tratamento da questão se figurava no levantamento de suas causas. O federalismo, segundo ele, havia se estabelecido pela atuação de “algunos genios turbulentos, ansiosos de dominar en sus ciudades y provincias [...]”. Daí que os “fogosos y sostenidos debates” que versaram sobre a matéria terminaram por inspirar entre os diversos povos uma desconfiança e um ódio contra Caracas. Com a reconquista de Valência, “el fuego de la discordia”, apesar de sufocado, não só se apagou, como também, tanto nela quanto nas outras cidades subalternas do interior, ressurgiu depois com intensidade ainda maior para abraçar todo o país [I, p. 39].

13.

A adoção do sistema tolerante, sustentado até os últimos períodos desta etapa, era evocado igualmente para explicar a indefinição dos sublevados frente à necessidade de se reprimir as cidades subalternas que não reconheciam a legitimidade do governo republicano. Essa fatal adoção seria também denominada por Bolívar de sistema “débil e ineficaz”, sustentado até os últimos períodos, “con una ceguedad sin ejemplo”. [I, p. 41]

Com efeito, a oposição realista à primeira república concentrou-se em Coro, Maracaibo,⁵⁵ no extremo oeste, e Guayana, na região oriental. Entre julho e agosto de 1811, havia irrompido em Valência, na província de Carabobo, uma séria contra-revolução. Dela muitos pardos, contrariados pela negação do Congresso em lhes conceder a plenitude dos direitos de cidadania, haviam participado, rechaçando, de início, as forças do Marquês de Toro.⁵⁶ A revolta foi reprimida, com dificuldade, por Miranda, que acabou reduzindo a cidade à capitulação em 13 de agosto. “El espíritu de partido decidía en todo, y por consiguiente nos desorganizó más de lo que las circunstancias hicieron. Nuestra división, y no las armas españolas, nos tornó a la esclavitud.” [I, p. 44] Na Carta ao Congresso da Nova Granada, em

⁵⁵ Uma análise interessante sobre o caso da Província de Maracaibo durante as décadas finais do regime borbônico e, precisamente, nos tempos do governo provincial de Fernando Miyares (1799-1810), nos ajuda a compreender o sistema de lealdades e reciprocidades pelo qual o Estado Monárquico beneficiava a presença ativa e leal das oligarquias locais para a execução de suas políticas, fazendo-as, também, participar no governo. BERBESI DE SALAZAR, Ligia y VÁZQUES DE FERRER, Belín. “Representaciones del poder en el antiguo régimen: el caso del gobierno provincial en Maracaibo (1799-1810)”. In: *Humanitas: Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*. Caracas: Revele, 11 (1999), pp. 19-46. É possível que o maior êxito da construção desses sistemas pode estar diretamente relacionado à força opositora de certas províncias ao regime republicano. O caso de Maracaibo, de qualquer forma, parece-me indiscutível.

⁵⁶ Cf. LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas* cit., p. 194.

27 de novembro de 1812, Bolívar destacava que os erros políticos cometidos pelo governo tiveram influxo mais direto sobre a destruição da Primeira República do que o terremoto de 26 de março [I, p. 88]: “[...] la consternación general que causó este terrible suceso, no ha sido sino de segundo orden entre las causas que produjeron el anonadamineto de nuestra libertad e independencia.”

O tema aqui descrito é (arriscaríamos ponderar) por demais conhecido. Limitemo-nos a observar a conexão de sentido que Bolívar operava no discurso entre o peso do passado e o fracasso da “República Boba”. Tratava-se, muitas vezes, de associações de dois níveis: (1) subjacentes (quase imperceptíveis e, talvez, mais verificáveis como vividas do que explicadas) ou, como em outras ocasiões, (2) explícitas por argumentos concisos. É certo que, de acordo com as circunstâncias dos diagnósticos das causas, o destaque recaía, como vimos, mais sobre os fatores internos ao movimento insurgente do que sobre as armas espanholas. De qualquer forma, Bolívar sempre os associava ao prolongamento do passado no presente, ao fardo dos séculos, à inércia fatal de vicissitudes (como observava) que se acumularam no tempo. Daí sua desconfiança na capacidade espontânea das sociedades hispano-americanas marcadas pelo selo da velha ordem.⁵⁷

14.

Articulações dessa ordem são verificáveis de um modo ainda mais explícito na Carta de Jamaica. O documento é, talvez, aquele em que a experiência bolivariana da temporalidade emerge (do que em outros textos) com conteúdos mais conscientemente elaborados; aqui a experiência extrapola o mero registro do vivido. Bolívar insistia em um dos aspectos mais frequentes de seu pensamento. O elemento, o faccionalismo (que subverteu por dentro a primeira república), embasou sua oposição constante ao federalismo. Sua relutância afluía na Carta ao Editor da *Gazeta Real* da Jamaica:

Nuestras discordias tienen su origen en las dos más copiosas fuentes de calamidad pública: la ignorancia y la debilidad. España ha fomentado la una por la superstición, y perpetuado la otra por la tiranía. En el estado anterior de las cosas nuestra situación estaba reducida a una nulidad casi total. Vivíamos ajenos a todos los acontecimientos que se cumplían, extraños a la contemplación del mundo político y separados de todo lo que pudiera, de algún modo, ejercitar nuestra inteligencia o dar valor a nuestras riquezas y nuestro poder. Los americanos del Sur han pasado al través de los siglos, como los ciegos por entre los colonos, se hallaban sobre el teatro de la acción pero sus ojos estaban vendados, nada han visto,

⁵⁷ Cf. DONGHI, Túlio Halperín. *Disolución de los imperios ibéricos* cit., p. 139.

nada han oído. ¿Por qué? porque no podían ver la justicia y mucho menos oír la verdad. [I, p. 176]

Agora, é preciso dizer algo sobre a natureza contextual do faccionalismo na Venezuela.

15.

A estrutura social da capitania estava sujeita a grandes tensões. Desde 1800 a população total girava em torno de 780 mil habitantes (concentrados nos vales das costas e nos *llanos* do sul) dos quais aproximadamente 60 por cento habitavam o bispado de Caracas. Os brancos somavam $\frac{1}{4}$ do total de habitantes. A maior parte da população, entretanto, era formada por negros e pardos, que representavam 61,3 % de seu total. Os brancos não eram um grupo homogêneo. Os *blancos de orilla*, por exemplo, se identificavam mais com os pardos (pois, sendo artesãos, comerciantes e assalariados, ocupavam a base da hierarquia social) do que com os *grandes cacao*s, proprietários de terras e escravos. Em meados do século XVIII, 1,5% da população de Caracas monopolizava todas as terras cultiváveis e de pastos na província. No fim do período colonial, entretanto, a aristocracia rural reduzia-se a 0,5% dos habitantes. Já se fez, entretanto, a advertência de que não é possível estabelecer – pelo menos de forma absoluta – uma separação funcional entre fazendeiros e comerciantes. Procurou-se, assim, abranger esses dois extratos sob o conceito de “burguesia comercial e agrária” (“cujos membros mais proeminentes eram conhecidos popularmente como *mantuanos*”). A natureza colonial da economia venezuelana (clássica nesse sentido) explicaria a interdependência desses setores em ambas as atividades (as *plantações comerciais* produziam uma relativa variedade de produtos de exportação; tabaco, algodão, café supunham, na década de 1790, mais de 30% das exportações; já o cacau, o principal produto, atingiu – após um período de intensa expansão – índices de mais de 60% das exportações; a *pecuária* abrangia as *llanuras* do interior e as orlas ocidentais do lago Maracaibo).⁵⁸ O setor que monopolizava a produção de culturas tropicais buscava controlar sua comercialização no mercado mundial. O antagonismo político com os espanhóis intensificou-se, entretanto, na mesma proporção dos

⁵⁸ A propósito do processo de expansão do latifundismo *ganadero* sobre as extensas *sabanas* e *llanuras*, cf. CHACÓN, Zully. “Los hierros del Conde de Tovar: la lucha de la elite ganadera contra el abigeato”. In: *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 348 (2004), pp. 67-83.

ressentimentos para com o monopólio peninsular sobre o comércio ultramarino.⁵⁹ Depois de 1808, as casas de comércio controladas por espanhóis receberam a orientação de continuar comerciando com Cádiz; desse modo, negou-se qualquer liberalização do comércio. Além disso, o crescimento da economia cacaueteira impulsionou, contra os interesses *criollos*, o fluxo de imigrantes peninsulares, já que, de toda forma, ao menos 50% das importações da colônia dependiam dos provedores espanhóis.⁶⁰ Assim é que a profunda consciência de classe da aristocracia *criolla* contra os monopolistas espanhóis pesou decisivamente sobre a opinião pública.

Mas essa consciência não era menos oposta aos *pardos* livres. Esse grupo (formado por *mulatos*, *zambos* e *mestizos*) constituía, juntamente com os negros livres, mais de metade da população venezuelana. Seu número, portanto, e, mais ainda, suas aspirações de ascensão social na rígida hierarquia colonial (que havia, entretanto, se tornado mais flexível com a expansão econômica durante o decênio que antecedeu à independência) despertaram ofensivas imediatas por parte burguesia comercial e agrária. Os *criollos* temiam uma guerra de castas inflamada pelas idéias revolucionárias da França e, para todos os efeitos, o terrível exemplo do Haiti parecia oferecer mais um freio do que um estímulo para qualquer veleidade revolucionária.⁶¹ Seus temores quanto à violência contagiosa de Santo Domingo se intensificaram tanto mais pelas revoltas de escravos, pardos e brancos pobres que assolaram a sociedade venezuelana entre 1794 e 1797. As conspirações foram duramente reprimidas e, até fins do regime colonial, a aristocracia *criolla* acabou aceitando o domínio espanhol como a mais efetiva garantia contra as convulsões. Entretanto, as instáveis circunstâncias da metrópole espanhola no primeiro decênio do século XIX solidificaram a consciência dos *criollos* de que sua preeminência social dependia imediatamente da emancipação política. A coincidência impressionante da série de tumultos de 1810 – Caracas (19/4), Buenos Aires (25/5), Santafé (20/7), México (16/9), Santiago (18/9) – não era menos explicável. Se o *autonomismo* dos novos estados sucedeu ao *fidelismo* (quando a Espanha então conseguia

⁵⁹ Reproduzo aqui (tal e qual) os dados e (em parte) a análise de LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas* cit., pp. 189-90. Vide, também, as observações de PAZ GONZÁLEZ, Mari. “La sociedad venezolana del siglo XVIII”. In: *Anthropos*. Los Teques (Venezuela): Instituto Universitario Salesiano Padre Ojeda, 2 (1992), pp. 85-100 e LOMBARDI, John V. “The Social Order of Venezuela: Property, Society, and Authority in Times of Bolívar 1750-1850”. In: STEGMANN, Wilhelm (Hrsg.). *Simón Bolívar: Persönlichkeit und Wirkung* cit., pp. 167-84.

⁶⁰ Cf. LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas* cit., p. 191.

⁶¹ Cf. DONGHI, Túlio Halperín. *Disolución de los imperios ibéricos* cit., p. 136. Sobre a revolução haitiana faço referência aos estudos de PIERRE-CHARLES, Gérard. “América: Toussaint Louverture”. In: *Nuestra América* São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 3 (1992), pp. 54-69 e de JAMES, Cyril Lionel Robert. *Os jacobinos negros: Toussaint L’Overture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2000.

garantir relativamente a ordem social para os *criollos*) permaneceu, todavia, o anseio das oligarquias locais de representar seus interesses como classe social.

Havia, entretanto, além das tensões sociais, um fator decisivo, indissociável talvez do anterior, que nutria o faccionalismo tão combatido por Bolívar. Trata-se do regionalismo. Não há dúvida (como veremos) de quão plausíveis foram as atribuições de Bolívar ao peso do período colonial como causa máxima dessas dissensões. A divisão do império espanhol na América em unidades administrativas (vice-reinados, capitanias gerais, audiências), cada uma delas com uma estrutura burocrática e um chefe executivo, favoreceu a formação de bases fragmentadas para os novos estados.⁶² Deixemos de lado, por enquanto, o problema do regionalismo (ele voltará logo numa reflexão sobre a questão nacional no discurso bolivariano).

16.

O discurso bolivariano, na Carta de Jamaica, operava esses aspectos por associações causais de ordem valorativa. Aqui, os ramos (o faccionalismo) remetiam inevitavelmente às “raízes” do contexto hispano-americano: os povos sublevados estavam acostumados ao despotismo. Nasceram nele. A existência política dos habitantes do hemisfério americano havia sido, por séculos, puramente passiva e nula. No grau mais abaixo de servidão, afirmava, se encontravam os americanos, “ausentes del universo en cuanto es relativo a la ciência del gobierno y administración del estado.” Jamais eram vice-reis, nem governadores, senão por causas muito extraordinárias; arcebispos e bispos poucas vezes; diplomáticos, nunca; militares, só em qualidade de subalternos; se nobres, sem privilégios reais; não eram, enfim, nem magistrados, nem financistas, e quase nem ainda comerciantes: tudo em contravenção direta de suas instituições [I, p. 166]. Mas não se tratava unicamente de uma privação da liberdade: o colonialismo espanhol havia, sobretudo, privado a América da tirania ativa.

Exemplos históricos para fundamentar estas indagações (modelos referenciais para avaliação do passado americano) ecoam com insistência. Mas não se trata de exemplos extraídos da experiência colonial; são parâmetros externos, evocados, especialmente, da Antigüidade. *Essa operação discursiva presumia diferentes sentidos do passado.* Suas reflexões, carregadas de valoração positiva, distinguiam, mediante o uso da comparação, níveis da realidade continental assolados por ausências. Por conseguinte, tais avaliações

⁶² Cf. LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas* cit., p. 30.

ressaltavam a especificidade irredutível das repúblicas nascentes. “Tan negativo era nuestro estado que no encuentro semejante en ninguna otra asociación civilizada, por más que recorro la serie de las edades y la política de todas las naciones.” [I, 125, pp. 165s] Já se falou, nesse sentido, da Carta de Jamaica como o documento do “Grande Paralelo da História Universal”.⁶³ Duas dessas comparações chamam particularmente a atenção.

17.

Se nos regimes despóticos não se reconheciam limites no exercício das faculdades governativas, o inverso (advertia Bolívar) ocorria com as populações da América; sequer dispunham do direito de manejar seus negócios internos por uma administração interior. No primeiro caso, a vontade dos soberanos despóticos era a lei suprema; os súditos participavam do sistema opressivo em razão da autoridade que haviam confiado aos seus organizadores. Porém, no fim, eram os persas os chefes de Ispahan; os turcos, os visiris do Grande Senhor; eram os tártaros os sultões da Tartária. “La China no envia a buscar mandatários militares y letrados al país de Gengis Kan, que la conquistó, a pesar de que los actuales chinos son descendientes directos de los subugados por los ascendientes de los presentes tártaros.” [I, p. 165] Os americanos eram duplamente escravos porque nem sequer podiam escravizar a si mesmos.⁶⁴ “[...] en el sistema español que está en vigor, y quizá con mayor fuerza que nunca, no ocupan otro lugar en la sociedad que el de siervos propios para el trabajo, y cuando más, el de simples consumidores.” [I, p. 165] Daí a denúncia detalhada dos fundamentos do monopólio comercial: as proibições de cultivar os frutos da Europa; o estanco das produções que o Rei monopolizava; o impedimento das fábricas que a Metrópole não possuía; os privilégios exclusivos do comércio até sobre os objetos de primeira necessidade; o combate às negociações entre as províncias. Um tal quadro de desolações o fazia indagar:

¿quiere Vd. saber cuál era nuestro destino? Los campos para cultivar el añil, la grana, el café, la caña, el cacao y el algodón, las llanuras solitarias para criar ganados, los desiertos para cazar las bestias feroces, las entrañas de la tierra para excavar el oro que no puede saciar a esa nación avarienta.

⁶³ STEGER, Hanns-Albert. “La geopolítica mundial en tiempos de Simón Bolívar”. In: SALADINO, Alberto & SANTANA, Adalberto (Comp.). *Visión de América Latina: homenaje a Leopoldo Zea*. México: Instituto Panamericano de Geografía e Historia-FCE, 2003, p. 495.

⁶⁴ Cf. MARTÍNEZ, Gustavo Vargas. *Bolívar y el poder* cit., p. 69.

Caberia, aqui, destacar tão somente que, por detrás das alusões retóricas do Libertador, encontrava-se a consciência aguda das particularidades regionais, como se poderia perceber pela análise detalhada que fazia das tendências políticas nos Estados em formação.

18.

No célebre Discurso de Angostura, em 15 de fevereiro de 1819, Bolívar reproduziria praticamente os mesmos paralelos de ordem histórica descritos, quatro anos antes, na Carta de Jamaica (não obstante as circunstâncias de enunciação claramente distintas). Alguns dos trechos são simplesmente citações literais do documento de 1815. Por isso, a estruturação argumentativa gerava o efeito idêntico: uma espécie de indicador de normalidade (constituído a partir da menção a casos da história mundial, comparáveis, pelo despotismo, ao Império Espanhol) demarcava a anomalia e a complexidade do contexto americana sob os efeitos do colonialismo. Outras referências, no entanto, advertiam que se até mesmo para os governos brilhantes o espetáculo da opressão não faltara tanto mais temor causaria a deficiência política das colônias.

Los anales de los tiempos pasados os presentarán millares de gobiernos. Traed a la imaginación las naciones que han brillado sobre la tierra, y contemplaréis afligidos que casi toda la tierra ha sido, y aun es, víctima de sus gobiernos. Observaréis muchos sistemas de manejar hombres, mas todos para oprimirlos; y si la costumbre de mirar al género humano conducido por pastores de pueblos, no disminuyese el horror de tan chocante espectáculo, nos pasmaríamos al ver nuestra dócil pacer sobre la superficie del globo como viles Rebaños destinados a alimentar a sus crueles conductores. [III, p. 678]

Mas havia acréscimos no tocante aos obstáculos nefastos, gerados pelo despotismo, que as tarefas históricas da revolução independentista deveriam, então, superar:

Uncido el Pueblo Americano al triple yugo de la ignorancia, de la tiranía, y del vicio, no hemos podido adquirir, ni saber, ni poder, ni virtud. Discípulos de tan perniciosos maestros, las lecciones que hemos recibido, y los ejemplos que hemos estudiado, son los más destructores; y por el vicio se nos ha degradado más bien que por la superstición. La esclavitud es la hija de las tinieblas; un Pueblo ignorante es un instrumento ciego de su propia destrucción.

Havia, portanto, um material humano historicamente arruinado pelo despotismo. Não era só isso. O déficit de capacitação política, argumento recorrente para explicar a instabilidade endêmica das nascentes repúblicas,⁶⁵ devia-se, sobretudo, à incrustação da passividade sobre o caráter humano. O colonialismo carregava consigo uma espécie de “pedagogia da servidão”, isto é, o cultivo do modelo humano próprio do Antigo Regime, voltado para a estagnação e a passividade. Para combater esse paradigma Bolívar iria propor a educação cívica para o desenvolvimento da virtude política.

Com estas referências, Bolívar, então, passou a dirigir críticas contundentes à ingenuidade dos federalistas: “[...] la ambición, la intriga, abusan de la credulidad y de la inexperiencia, de hombres ajenos de todo conocimiento político, económico o civil: adoptan como realidades las que son puras ilusiones [...]” [III, p. 675] A imposição fácil do exército espanhol, ao mando de Morillo, sobre qualquer resistência na Venezuela e na Nova Granada (com a exceção de Cartagena) significou o colapso de projetos alicerçados sobre um futuro ilusório.⁶⁶ Destacava-se, então, a inexperiência dos americanos diante de uma época radicalmente nova. O passado do despotismo e de seus efeitos sobre os conflitos entre os grupos étnicos não poderia ser – ao que tudo indica – o princípio organizador dessa nova experiência (a criação na nacionalidade e a organização do poder nos estados em formação). Nossa situação, dizia Bolívar, era a mais extraordinária e complicada, sem precedentes históricos (poderíamos acrescentar), incomparável com qualquer experiência que se pudesse tomar como modelo para a questão nacional. A América, portanto, não estava preparada para desprender-se da metrópole. A supressão dessa lacuna, como veremos, seria uma tarefa para o futuro que, em todo caso, não permitiria avanços inadequados sem conseqüências nefastas.

19.

Uma das comparações se dava entre o desmembramento do Império Romano durante as grandes ondas migratórias e a queda do Império Espanhol em princípios do século XIX. A América, em seu estado atual, apresentava uma semelhança ao colapso do Império Romano: a fragmentação das províncias que passavam a formar um sistema político de acordo com seus interesses e sua situação. A similitude, portanto, remontava à emergência dos particularismos.

⁶⁵ COLOM GONZÁLEZ, Francisco. “La imaginación nacional en América Latina”. In: *Historia Mexicana*. México: El Colegio de México, 2 (2003), p. 325.

⁶⁶ RAMOS PÉREZ, Demetrio. “Nación, supernación y nación local en Hispanoamérica en la época bolivariana”. In: VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica* cit., p. 186.

As semelhanças, entretanto, esgotavam-se aí. O paralelo apontava predominantemente para as diferenças profundas que existiam entre ambos os processos. No caso romano, os membros dispersos voltavam a restabelecer as antigas nações. As alterações que exigiam as circunstâncias não afetavam a identidade dos povos. A experiência da união sob o império converteu-se num fator de agregação interna para cada elemento. O Império Espanhol, por sua vez, deixou os vestígios de uma identidade esfacelada: “[...] no somos indios ni europeos, sino una especie media entre los legítimos propietarios del país y los usurpadores españoles [...]” [I, p. 164] Era, pois, nula a possibilidade de se pensar no restabelecimento desses moldes precedentes; afinal de contas, ambos confluíram numa “espécie média” sem precedentes na história.

20.

O discurso bolivariano nos conduz, então, ao problema chave da mudança política na Modernidade. Como foi possível aos novos estados independentes justificar sua existência como nações? Seria possível falar de determinações históricas da nacionalidade no continente em armas? Uma interpretação sugestiva das respostas de Bolívar à questão foi apresentada.⁶⁷ Os precedentes históricos dos moldes que confluíram na “espécie média” seriam critérios inadequados para formular o problema da nação. A solução indígena era impossível e a espanhol provincial, inviável pela experiência do momento. A condição extraordinária em que viviam os americanos, a de filhos da terra de sangue europeu, exigia uma solução igualmente distinta. Pressupunha, no fundo, assumir as duas razões de pertença que se conformavam, por sua vez, num quadro acentuadamente conflituoso. Dizia: “[...] siendo nosotros americanos por nacimiento y nuestros derechos los de Europa, tenemos que disputar éstos a los del país y que mantenernos en él contra la invasión de los invasores; así nos hallamos en el caso más extraordinario y complicado [...]” [I, p. 164] Os direitos que legitimavam a rebelião patriota derivavam da conquista espanhola. Contudo, quando reivindicados em nome da soberania americana, esses direitos se dirigiam contra as próprias tentativas espanholas de reaver seus antigos domínios no Novo Mundo. De outra parte, ao mesmo tempo em que a consciência da autonomia em relação ao controle peninsular se nutria de sentimentos nativos, Bolívar estava convencido das diferenças internas que rivalizavam os diversos grupos da Venezuela. Além

⁶⁷ Cf. RAMOS PÉREZ, Demetrio. “Nación, supernación y nación local en Hispanoamérica en la época bolivariana” cit., pp. 173-95.

das divisões internas, os *criollos* eram rechaçados pelas massas populares, de origem claramente americana, despertando suspeitas e oposições de dois grupos particulares, os escravos e os *llaneros*, “trabalhadores livres nas fazendas de criação, desenvolvendo relação de trabalho que envolvia várias práticas de caráter pré-capitasta, com um grau de adesão aos seus patrões.”⁶⁸

Com efeito, enquanto os independentes titubeavam na incorporação das massas ao novo projeto político, os defensores da velha ordem tratavam de promover rebeliões escravas nas *plantations* costeiras e promoviam nos *llanos*, região econômica periférica à produção tropical, levantes tipicamente caudilhescos, onde proprietários-comandantes conduziam os seus peões-soldados na luta contra os exportadores que organizavam a nova república nas áreas portuárias [...].⁶⁹

O caso de José Tomás Boves, entre outros, é particularmente ilustrativo dessa questão. O asturiano que, insultado pelos patriotas em 1812, havia se convertido no exemplo mais destacado de caudilho nos *llanos*, conduziu sua poderosa cavalaria contra os chefes da capital. Haviam destruído, em setembro de 1814, a Segunda República. Esse itinerário de tensões parecia demonstrar a Bolívar o paradoxo da emancipação: os direitos autonomistas invocados pelos *criollos* não recebiam a adesão de muitos dos elementos nativos.

Propôs-se, a partir desses argumentos, que a solução para o problema da nação em Bolívar distinguiu-se consideravelmente da alternativa proposta por Miranda. O “Precursor”, como era conhecido, procedendo artificialmente, inventou uma solução:

se emancipaban los antiguos reinos indígenas – aunque con otro contenido –, a los que daría forma en la Colombia, por él prevista. Era, al fin y al cabo, una solución, que trasladaba un supuesto imaginativo a un presente, para que otros hombres sobre aquella plataforma geográfica iniciaran su aventura de resurrección.⁷⁰

Miranda, que se definia em fins do século XVIII como peruano, reivindicava miticamente a herança inca (esse recurso havia sido utilizado também por outros revolucionários em Caracas e Buenos Aires).⁷¹ Bolívar, mais realista, teria se desvencilhado dessa fantasia de natureza nostálgica. A história era irreversível. Não se poderia, pois, voltar a experiências que não se mantiveram (e muitos menos por artifícios da imaginação).

⁶⁸ GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. “A crise do sistema colonial e o processo de independência” cit., p. 149.

⁶⁹ *Idem*.

⁷⁰ Cf. RAMOS PÉREZ, Demetrio. “Nación, supernación y nación local” cit., p. 185.

⁷¹ Cf. GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independências* cit., p. 64, nota 19 (Cap. 2: “La modernidad absolutista”).

21.

Há, de fato, uma reflexão do Libertador na Carta de Jamaica que parece reforçar esse tipo de argumentação.⁷² Henry Cullen, o cavaleiro da ilha a quem Bolívar escrevia, indicava a pertinência de se dispor de símbolos pré-hispânicos do imaginário popular como elementos de legitimação das revoltas contra a Espanha.⁷³ O pano de fundo do argumento lembra, em muito, a operação utilizada por Miranda a respeito dos Incas:

Los americanos meridionales tienen una tradición que dice que cuando Quetzalcoatl, el Hermes o Buda de la América del Sur, resignó su administración y los abandonó, les prometió que volvería después que los siglos designados hubiesen pasado, y que él restablecería su gobierno y renovarí­a su felicidad. ¿Esta tradición no opera y excita una convicción de que muy pronto debe volver? ¿Concibe Vd. cuál será el efecto que producirá, si un individuo, apareciendo entre ellos, demostrase los caracteres de Quetzalcoatl, el Buda del bosque, o Mercurio, del cual han hablado tanto? ¿No es la unión todo lo que se necesita para ponerlos en estado de expulsar a los españoles, sus tropas y los partidarios de la corrompida España para hacerlos capaces de establecer un imperio poderoso, con un gobierno libre y leyes benévolas? [I, p. 173]

A resposta de Bolívar deve ter sido desanimadora para Cullen. O Libertador concordava com a tese de seu interlocutor de que os efeitos de ações individuais poderiam produzir mudanças importantes. Mas refutava a idéia de que esse indivíduo devesse ter, para produzir prodígios grandiosos, contornos de um herói, de um grande profeta ou de uma divindade asteca. Quetzalcoatl, advertia, era conhecido somente do povo mexicano. Mais ainda, esse conhecimento não era vantajoso: era indissociável da figura avassaladora da conquista espanhola. Mas pesava também outro fator decisivo: após apresentar uma série de versões sobre a origem da divindade, Bolívar concluía com decisão: “La opinión general es que Quetzalcoatl es un legislador divino entre los pueblos paganos del Anahuac del cual era lugar-teniente el gran Montezuma derivando de él su autoridad.” O gentil, inferia daí, não poderia ser seguido pelos mexicanos contemporâneos que professavam uma religião mais intolerante e exclusiva que as outras (e isto valeria até para o caso em que Quetzalcoatl, tal qual, aparecesse sob a forma mais favorável).

⁷² Demetrio Pérez Ramos não cita em seu ensaio esta reflexão de Bolívar, o que não quer dizer, entretanto, que não a tivesse pressuposto, pois os argumentos centrais que apresentou parecem reforçar essa posição.

⁷³ Como não tive acesso à carta de Cullen (a qual Bolívar respondeu), transcrevo a citação desse trecho apresentada na “Carta de Jamaica”.

22.

Na Carta de Jamaica, Bolívar utiliza-se de argumento que nos remete ao renascimento do pacto no universo mental.

El pacto concluido, dice un historiador, entre el rey y la nación, considerado como la integración del reino a la Corona, se remonta a los primeros tiempos de la Conquista, y se renueva en cada nueva entronización con el mutuo juramento del rey a las leyes fundamentales y de la fidelidad del reino.⁷⁴

Bolívar evocava, com conhecimento de causa, esse vínculo mútuo, destituindo-o, entretanto, dos conceitos que lhe eram mais tradicionais (juramento, pleito de homenagem). Tratava-se, em todo caso, da utilização de referências muito comuns entre os *criollos*, em princípios do século XIX, para justificar o repúdio à concepção absolutista do poder do monarca. A sociedade espanhola estava estruturada “en reinos y ciudades, en estamentos y corporaciones” e “el imaginario social de la mayoría de la población corresponde más a esta realidad que al discurso homogeneizante del absolutismo.”⁷⁵ Os direitos da nação eram assim reivindicados em detrimento do poder “omnímodo” do rei que pressupunha a consideração do reino como um conjunto de indivíduos, os súditos, iguais em direitos e deveres ante a potestade superior do rei que se concebia cada vez mais como absoluto. A crise da monarquia espanhola, em 1808, que deixou a nação sem nenhum governo considerado unanimemente legítimo, afluou ainda mais o rechaço da relação unilateral entre o rei e a nação. Se a monarquia era unitária no programa absolutista, era plural na realidade sócio-histórica. O sistema de juntas independentes (que se constituiu, na América, em 1810) partia indiscutivelmente do que existia e visava conservar os *pueblos* a salvo dos perigos que derivavam da invasão da Espanha.⁷⁶ A Junta de Caracas, proclamada em 19 de abril de 1810, converteu o cabildo no núcleo do novo governo na Venezuela ao assumir, sugestivamente, o título de “Junta Conservadora dos Direitos de Fernando VII”. A doutrina das Juntas espanholas havia sido, portanto, a que entregou o protagonismo aos *pueblos*. A nação seguia sendo única, isto é, o conjunto da Monarquia. Porém, a soberania, com a desapareção de seu titular, retornava aos *pueblos* que a formavam, sem que, por isso, se abandonasse a fidelidade

⁷⁴ Cf. GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias* cit., p. 323. Reproduzo aqui aspectos centrais de sua tese, tecendo, ao mesmo tempo, associações com o discurso bolivariano.

⁷⁵ GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias* cit., pp. 320-1.

⁷⁶ Cf. RAMOS PÉREZ, Demetrio. “Nación, supranación y nación local”, cit., p. 173.

ao rei⁷⁷. As juntas de *criollos* compartilhavam com o governo espanhol que resistia à invasão francesa não somente os argumentos que justificavam sua existência (a base pactista), mas, também a lealdade ao monarca deposto.⁷⁸ Assim, poucos dos seus gestores vislumbravam naquele momento o estabelecimento de novos governos. Nem sempre sua participação podia ser associada ao ímpeto separatista.⁷⁹ Desse modo, a eclosão das referências tradicionais parece reforçar a vigência do pactismo, em pleno início do século XIX, capaz (então) de legitimar tanto o rechaço de um novo soberano quanto a formação de poderes provisórios.⁸⁰ O pactismo (ou o constitucionalismo histórico) remontava a um período anterior à Revolução Francesa.

É verdade que após um breve período de preponderância dos conservadores na Junta de Caracas (que desejavam um governo sob a Coroa Espanhola), a facção revolucionária (de Miranda e Bolívar) contou com um avanço muito rápido. As resistências do Conselho de Regência, na Metrópole, às juntas autônomas precipitou, em grande parte, os ímpetos separatistas. Por conseguinte, as guerras independentistas foram, também, uma guerra civil entre os americanos que aceitaram o governo provisório e aqueles que o rechaçavam. Bolívar, nesse sentido, era, mais do que um reformador, um revolucionário. Mas até mesmo o seu afã de ruptura, como veremos adiante, não dispensava o uso de exemplos da tradição espanhola.

23.

Uma das causas da queda da Venezuela indicada por ele era a oposição dos estadistas ao estabelecimento de um exército regular e disciplinado. Muitos deles, para tanto, utilizavam raciocínios de ordem histórica quanto às formas de composição de exércitos que combatessem ataques inimigos. Reportavam-se, assim, a decisões conhecidas de governos da Antigüidade, da Renascença e até de tempos recentes (Grécia, Roma, Veneza, Gênova, Suíça, Holanda e Estados Unidos). Tais governos não teriam visto a necessidade de se contratar tropas mercenárias: temia-se o perigo destas forças estarem sempre prontas para subjugar os cidadãos e a sustentar o despotismo. Ocorre, entretanto, que os governantes da primeira república deduziram, desse exemplo, que todos os cidadãos venezuelanos acabariam por tomar as armas contra os espanhóis. A refutação de Bolívar a este raciocínio (que considerava inexato) era, pois, da mesma índole. O fascínio para com aplicação daqueles casos (que o

⁷⁷ Cf. GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independências* cit., p. 340.

⁷⁸ Cf. BUSHNELL, David. “A independência da América do Sul espanhola” cit., p. 133.

⁷⁹ Cf. MARTÍNEZ, Gustavo Vargas. *Bolívar y el poder* cit., p. 42.

⁸⁰ Cf. GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independências* cit., p. 321.

Libertador admirava) se explicaria pelo desconhecimento das imensas diferenças que havia entre o passado daqueles governos e o do venezuelano. (“la inmensa diferencia que hay entre los pueblos, los tiempos y las costumbres de aquellas repúblicas y las nuestras.”) A experiência americana (passado) era inadequada às vicissitudes da guerra (má fortuna). (“El soldado bisoño lo cree todo perdido, desde que es derrotado una vez; porque la experiencia no le ha probado que el valor, la habilidad y la constancia corrigen la mala fortuna.” [I, p. 43]) A ênfase de Bolívar ao peso dos fatores internos como causa principal da derrocada da primeira república talvez elucidie também a posterior significação que conferiu à vitória de Monteverde. O chefe das forças espanholas teria sabido aproveitar as favoráveis conjunturas. Auxiliou-o, ao emprender uma obra superior a suas forças, o “imperio de las circunstancias y de las cosas [...]” Teria, por isso, alcançado “[...] resultados que estaban fuera del cálculo de la probabilidad.” [I, p. 53] Bolívar, pelo que parece, estava realmente disposto a relativizar a capacidade da reação espanhola (fator externo). Assim, a primeira república foi estorvada pelas suas próprias debilidades ou (se se preferir) pela estrutura social decorrente dos três séculos de colonização.

Há uma referência densamente significativa de Bolívar ao caráter dos princípios adotados pelos líderes patriotas. Tal caráter viria a constituir, por certo, o núcleo permanente de seu pensamento político. Os chefes republicanos cometeram o erro de consultar códigos doutrinários que não poderiam ser ensinados pela ciência prática do governo. Deduziam, a partir do pressuposto de que a natureza humana fosse perfeita,⁸¹ a possibilidade de se alcançar a excelência das repúblicas abstratas. “La doctrina”, de outra parte,

que apoyaba esta conducta tenia su origen en las máximas filantrópicas de algunos escritores, que defienden la no residencia de facultad en nadie, para privar de la vida a un hombre, aun en el caso de haber delinquido éste, en el delito de lesa patria. [...] ¡Clemencia criminal [...]! [I, p. 42]

24.

⁸¹ BÁEZ CABRERA, Mauricio Marcelino. “Teoría y practica del balance de poder en las relaciones internacionales: los tiempos de Simón Bolívar.” In: *Nuevo Mundo*. Caracas: Instituto de Altos Estudios de América Latina (Universidad Simón Bolívar), 1 (2002), p. 31, vê em tais apreciações de Bolívar uma coincidência, a meu ver superficial, com as posições expressas quando se discutia a Constituição dos Estados Unidos e, especificamente, com aquela assumida por James Madison em 1788: “Si los hombres fueran ángeles, no sería necesario tener un gobierno. Si los ángeles asumieran el gobierno sobre los hombres, tampoco sería necesario instrumentar controles externas sobre la conducta del gobierno. Al diseñar un gobierno administrado por hombres sobre hombres, ésta es la principal dificultad: primero se debe facultar al gobierno para controlar a los gobernados; seguidamente, se le debe obligar a controlarse a sí mismo. Dependier de la gente es, sin lugar a dudas, el principal control sobre el gobierno; pero la experiencia le ha enseñado a la humanidad que son necesarias precauciones adicionales.”

Não há dúvida de que Bolívar comungou, como Miranda,⁸² dos modos de pensamento herdeiros da tradição liberal, racionalista e humanista.⁸³ Seria possível observar em seus posicionamentos alguns indícios de uma atitude nem sempre harmoniosa com a religião. De fato, em meados de 1823, Bolívar, estando em Guayaquil, havia lido um artigo no jornal “El Fósforo” que defendia abertamente a instituição do poder moral. O Libertador desconhecia a autoria do artigo. Mas havia, para ele, um suspeito: José Rafael Arboleda. A ele escreveu, por isso, em 15 de junho de 1823, uma carta entusiasmada, exortando-o para que continuasse a defender o projeto que havia criado. A razão do poder moral, como já foi visto, era a educação do povo, a eliminação do desacato à lei e do desrespeito às autoridades, o auxílio ao cidadão nos campos da ética, do conhecimento, da integridade e da honra, da técnica e da destreza profissional.⁸⁴ Tratava-se, portanto, de assentar a república sobre as bases da ética (a única possibilidade de concretização) e, especificamente, a *virtude montesquiana*.⁸⁵ Nas linhas do breve documento se desenha a idéia de que a religião perdeu muito seu império e de que, talvez, não o recobriria por muito tempo. Os costumes se opunham cada vez mais às doutrinas sagradas [I, p. 773]. Se a religião, argumentava, continha os homens pela pena, ela apresentava, em contrapartida, demasiadas indulgências com “o malvado”. O poder moral, assim, deveria ser uma espécie de meio-termo entre a religião e a filosofia.⁸⁶

25.

⁸² O “Precursor” era de fato um caso atípico; revolucionário precoce, tinha sido, durante o exílio na França, general da nova Convenção: nela dominava o partido dos girondinos, “belicosos no exterior e moderados em casa”. Cf. HOBBSAWM, Eric. J. *A era das revoluções (1789-1848)*. 16.ª ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 100; GUERRA, François-Xavier, *Modernidad e independencias*, cit., p. 40 (e também nota 52). Com o desencadeamento da queda dos girondinos, a partir de maio de 1793, Miranda foi preso no mesmo ano. Escapou, entretanto, da guilhotina, sendo posto em liberdade em 1795. Cf. CASTRO, Moacir Werneck de. *O Libertador: a vida de Simón Bolívar*, cit., pp. 40-1. A radicalização gradativa que o predomínio dos jacobinos estabeleceu na França (1793-4) havia certamente deixado profundas marcas em suas projeções revolucionárias. É o que se pode inferir de uma de suas clássicas observações, feita em 1799: “Temos diante dos olhos dois grandes exemplos, a revolução americana e a francesa. Vamos imitar com prudência a primeira e evitar cuidadosamente a segunda”. As simpatias de Miranda com o “espírito democrático” do modelo de revolução nos Estados Unidos não descartavam, entretanto, críticas ao considerável fanatismo religioso do país. “Miranda describió algunos incidentes de flagrante discriminación en contra de algunas sectas que no estaban conformes con las ideas de la secta más popular en una determinada región. Conversando con el famoso Samuel Adams, a quien Miranda admiraba mucho, el venezolano notó que las constituciones de algunos estados no eran consecuentes con la libertad de religión. Por ejemplo, impedían a los católicos romanos servir como funcionarios electos.” RODRÍGUEZ, Mário. *La revolución americana de 1776 y el mundo hispánico: ensayos y documentos*. Madrid: Tecnos, 1976, p. 175.

⁸³ Os líderes ilustrados no continente europeu haviam-se impregnado mais da filosofia anti-clerical do século XVIII do que nos Estados Unidos. A revolução moral, naquele caso, teria ido muito mais além.

⁸⁴ Cf. MARTÍNEZ, Gustavo Vargas. *Bolívar y el poder* cit., pp. 87-8.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 88.

⁸⁶ Esta caracterizada pelos professores sem códigos e sem estabelecimentos fixos e autorizados por nenhuma instituição.

A insistência de Bolívar no uso de operações discursivas que exaltavam o rompimento do nexos com o passado hispânico levou-o, especialmente a partir da *Carta de Jamaica*, ao repúdio de termos como *Hispanoamérica* e *América española*. Para substituí-los, passou a evocar outros, como *América meridional*, *Nuevo Mundo*, etc.⁸⁷ Antes, nos documentos, era possível até mesmo identificar a utilização de expressões como “españoles europeos” e “españoles americanos”. Ambas eram, sem dúvida, particularmente perigosas para os intentos de solidificar uma representação que exaltasse a unidade dos americanos contra os realistas; se, por um lado, distinguiam, em termos geográficos, os *criollos* dos peninsulares, aproximava-os ao mesmo tempo por identificação cultural que o colonialismo havia sedimentado, afastando-os, pois, dos outros grupos sociais. É certo que o Decreto sobre a *Guerra a Muerte* (1813) testara uma solução ambígua que não surtira os efeitos desejados. Mas, já havíamos visto, que a adesão de grandes contingentes de *llaneros* e negros (libertos e escravos) às forças realistas não só selaram a queda da Segunda República como também decretaram o fracasso dos patriotas na incorporação das massas populares. Mas, apesar de não fazer menção alguma a esses acontecimentos,⁸⁸ Bolívar proporia, desde a *Carta de Jamaica*, um enigma social comum a todas as conjunturas revolucionárias na América. (Havia a exceção de duas instâncias históricas: a insurreição dirigida por Hidalgo e Morelos no México

⁸⁷ Cf. MARTINEZ, Nelson. *Simón Bolívar*. Madrid: Historia 16, 1987, p. 60, que faz referências a investigações do uruguaio Arturo Ardao sobre o tema (sem, contudo, denominá-las). LYNCH, John (*Las revoluciones hispanoamericanas* cit., p. 9) assinala, nesse sentido, que a independência, ainda que precipitada por um choque externo, foi a culminação de um longo processo de alienação no qual a Hispano-América se deu conta de sua própria identidade. Esta crescente consciência de si, continua, moveu a Alexander von Humboldt a observar: “Los criollos prefieren que se les llame americanos; y desde la Paz de Versalles, y especialmente desde 1789, se les oye decir muchas veces con orgullo: ‘Yo no soy español; soy americano’, palabras que descubren los síntomas de un antiguo resentimiento.” A propósito, cf., também, LÓPEZ-OCÓN CABRERA, Leoncio. “Un naturalista en el panteón: el culto a Humboldt en el Viejo y Nuevo Mundo durante el siglo XIX”. In: *Cuadernos hispanoamericanos*. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana, 586 (1999), pp. 21-33. PRATT, Mary Louise. “Humboldt e a reinvenção da América”. In: *Estudios históricos*. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 8 (1991), pp. 155-65. MONAGAS, Antonio José. “La comprensión humboldtiana de la política en la Venezuela de sus tiempos”. In: *Procesos Históricos*. Mérida (Venezuela): Universidad de los Andes, 5 (2004). Em 1804, durante sua segunda viagem à Europa, Bolívar conheceu Humboldt, em Paris, que recém havia chegado de sua longa viagem pelo Novo Mundo. Ambos, na ocasião, teriam tratado sobre temas políticos e o porvir da América. “Según testimonio del General O’Leary Bolívar habría exclamado: ‘Brillante destino el del nuevo mundo si sus pueblos se vieran libres del yugo y qué empresa tan sublime’, a lo que el sabio alemán respondió: ‘Yo creo que su país ya está maduro, mas no veo al hombre que pueda realizarlo’”. CORRADO, Pastore & MARINO, Menini. “La formación política del Libertador”. In: *Anthropos*. Caracas: Instituto Universitario Salesiano Padre Ojeda, 2 (1992), p. 26. O mesmo Humboldt, em 1853, numa carta a O’Leary, manifestaria sua surpresa sobre Bolívar: “Jamás le creí llamado a ser el jefe de la cruzada americana. Lo que más me asombró fue la brillante carrera de Bolívar a poco de habernos separado [...]”. *Idem* (nota 5).

⁸⁸ PINEDA, Victor. “De Cartagena a Jamaica” cit., p. 103, levanta a possibilidade de que essa omissão de Bolívar tenha sido premeditada “para no inquietar los oídos británicos con historias que hablasen de negros y mulatos en plan de protagonistas”. O receptor, em todo caso, não teria porque estar inteirado disso. De outra parte, veremos que na correspondência entre Bolívar e o Ministro das Relações Exteriores do Governo Britânico esses assuntos eram abertamente tratados juntamente com a possibilidade de que as rebeliões poderiam se alastrar pelas colônias inglesas [I, pp. 98-9].

e a revolução da Banda Oriental, cujo chefe era José Artigas, no Rio da Prata.) O problema, agora, giraria em torno das razões pelas quais a incorporação de todos os estratos da sociedade realmente havia fracassado na independência conduzida pelos *criollos*. Tornava-se imprescindível (Bolívar assim compreenderia) uma reconsideração da estratégia política adotada ao longo das duas experiências republicanas na Venezuela (1811-1815).⁸⁹ Um evento, ao que tudo indica, foi decisivo para essa modificação. Curiosamente, ele tornou-se possível pela indiferença da potência inglesa em prestar os auxílios que Bolívar reivindicara com esforço desmedido.⁹⁰ Esse apoio Bolívar foi somente obter na primeira região emancipada na América, o Haiti.

Vimos que os espanhóis, em grande parte, estimularam a guerra social na Venezuela como estratégia para derrotar os patriotas. Esses conflitos internos, pela exaltação do *odio al blanco*, assumiram a forma de uma guerra de castas. Mas os próprios espanhóis, com as vitórias de Monteverde (1814), logo imporiam limites à maré social que haviam manipulado, neutralizando, assim, as ameaças que representavam para o restabelecimento da ordem colonial. Cancelaram-se muitas das liberdades concedidas às castas quando da obtenção dos saques e das outras tantas vantagens provenientes do contínuo estado de guerra. Muitos dos pardos foram também destituídos de seus cargos militares. *Criollos* e espanhóis moderados também tiveram vários de seus bens alienados para subsidiar às necessidades econômicas impostas pela ocupação militar de Morillo. Para estes fins, o comandante realista havia restabelecido também o regime de tributos vigentes na época colonial, como a *alcabala*, ignorando, de outra parte, as promessas de apropriação de bens seqüestrados feitas, anteriormente, a *pardos* e *llaneros*. Essas transformações conjunturais foram habilmente captadas por Bolívar durante o exílio na Jamaica. O reconhecimento da virada pode ser localizado numa das cartas dirigidas ao editor da *Gazeta Real* da Jamaica (que será, entretanto, objeto de nossa análise, posteriormente, numa outra perspectiva).

Después de haber experimentado los españoles, en Venezuela, reveses multiplicados y terribles, lograron, por fin, reconquistarla. El ejército del general Morillo viene a reforzarlos y completa la subyugación de aquel país; parecía, pues, que el partido de los independientes era desesperado, como en efecto lo estaba; pero, por un suceso bien singular se ha visto que los mismos soldados libertos y esclavos que tanto contribuyeron, aunque por fuerza, al triunfo de los realistas, se han vuelto al partido de los independientes, que no habían ofrecido la libertad absoluta, como lo hicieron las guerrillas españolas. Los actuales defensores de la

⁸⁹ *Ibidem*, p. 67.

⁹⁰ Uma série de correspondências enviadas, ao longo do exílio na Jamaica, às autoridades inglesas revelara a esperança do Libertador de que a colaboração britânica seria inevitável.

independencia son los mismos partidarios de Boves, unidos ya con los blancos, criollos, que jamás han abandonado esta noble causa. [I, p. 180]

26.

A memória da reação espanhola, exaltando os efeitos inerciais do passado sobre o presente, enquadrava, em contrapartida, as guerras independentistas como uma vingança histórica às atrocidades perpetradas sobre o continente. Num manifesto dirigido, de 15 de agosto de 1818, aos granadinos, dizia Bolívar com efeito:

La España que aflige Fernando con su dominio exterminador, toca a su término. Enjambres de nuestros corsarios aniquilan su comercio: sus campos están desiertos, porque la muerte ha cegado sus hijos: sus tesoros agotados por veinte años de guerra: el espíritu nacional anonadado por los impuestos, las levas, la inquisición, y el despotismo. [III, p. 666].

Centenas de combates gloriosos para as armas libertadoras (observava) provaram à Espanha que a América tinha tanto justos vingadores quanto magnânimos defensores. “Más de 20.000 españoles han empapado la tierra de Venezuela con su sangre.” As conseqüências nefastas do colonialismo não se restringiam unicamente aos três séculos de submissão à Coroa Espanhola. As feridas continuavam a ser abertas pela reação monárquica, impondo, então, o abatimento sobre o espírito revolucionário. “Cuando las convulsiones de la naturaleza sepultaron al pueblo de Venezuela en más profundo abatimiento”, lembrava aos venezuelanos em 22 de outubro de 1818,

el general Monteverde hizo entrar en la nada nuestra naciente República. Yo que más temía la tiranía que la muerte, abandoné las playas de Venezuela, y fui a buscar la guerra que se hacía a los tiranos en La Nueva Granada, con el único alivio a los dolores de mi corazón. [III, p. 668]

Neste documento (verdadeira memória de sua trajetória até seu retorno do exílio na Jamaica) as alusões aos desastres, como o de La Puerta (1814), recordavam o sepultamento de “afligida patria” no caos ininterrupto. A desorganização causada pelas devastações realistas, de outra parte, parecia-lhe de uma artificialidade tão descomunal que arrastava até mesmo aquelas forças históricas de natureza impessoal, pondo-as, assim a seu próprio serviço contra os sucessos patriotas: “la cólera del Cielo”, por exemplo, fulminava com seus raios a segunda república; “la Providencia” havia decretado a ruína das desgraçadas regiões da Venezuela e da Colômbia, mandando-lhes Morillo com um exército exterminador. Quando discutia com o

Almirante Luis Brión, em 15 de maio de 1818, sobre as possibilidades de tomar Caracas, alertando sobre os perigos de uma tal empresa sem o abastecimento de armas e munições, lembrava: “[...] hemos experimentado desgracias que, en ningún orden de probabilidad, debíamos temer. La suerte se ha conspirado contra nosotros, y ha favorecido mucho a nuestros enemigos: de otro modo desde el mes de febrero toda Venezuela estaría en nuestro poder.” [I, p. 285] O uso retórico dessas metáforas (obscuro e destoante do padrão avaliativo que observamos) destacava a inversão que o colonialismo impunha sobre o natural curso do tempo. O tema retornaria com a mesma intensidade no célebre discurso de Angostura. Bolívar descreveria, ali, a impotência de sua liderança contra as forças esmagadoras que destruíram as instituições republicanas

No ha sido la época de la República, que he presidido, una mera tempestad política, ni una guerra sangrienta, ni una anarquía popular, ha sido, si, un desarrollo de todos los elementos desorganizadores, ha sido la inundación de un torrente infernal que ha sumergido la tierra de Venezuela. [III, p. 674]

27.

Durante a ausência de Bolívar, exilado na Jamaica, diversos grupos orientais da Venezuela mantiveram incessantes atividades guerrilheiras contras os colonialistas espanhóis.⁹¹ Na região de Casanare, limítrofe entre a Colômbia e a Venezuela, promoveu-se um exército composto por vários patriotas e granadinos, do qual havia chegado a ser chefe José Antonio Páez. Todos os que haviam resistido se uniram e apresentaram uma grande frente entre os anos de 1815 e 1817. Bolívar foi reconhecido como chefe supremo.⁹² Mas fracassaram os intentos de Bolívar de integrar a insurgência venezuelana num só exército que seguia, por sua vez, formada por um grupo de forças locais.

⁹¹ Como havia ocorrido também nos duros anos que seguiram à queda da primeira república. Cf. ARELLANO, Homero. “Semblanza del General José Gregorio Monagas”. In: *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 345 (2004), p. 9.

⁹² John Lynch ressalta que publicamente os caudilhos reconheceram o Estado revolucionário personificado em Bolívar. Porém, não mudaram sua tradicional atitude. “Páez aceptó la autoridad del Libertador, consciente de ‘la ventaja de que hubiera una autoridad suprema y un centro que dirigiera a los diferentes caudillos que obraban por diversos puntos...’ [Autobiografía, I, p. 124] Pero todavía existían ejemplos de insubordinación. En ocasiones cuando Páez rehusaba seguir el mando de Bolívar, él y sus tropas preferían regresar a sus hogares en el Apure. Como señalo Daniel F. O’Leary, ‘En esto también tuvo que consentir Bolívar, porque las tropas de Apure eran más bien un contingente de un estado confederado que una división de su ejército.’ En la preparación de la invasión de Nueva Granada Bolívar evitó tener dificultades con los caudillos, advertido del peligro que ellos representaban tanto como del proveniente del enemigo. Bolívar mandó un ejército disciplinado a Nueva Granada, mientras que los caudillos se quedaron en sus tierras.” “Los caudillos de la independencia: enemigos y agentes del Estado-nación”. In: VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica* cit., 1984, p. 208.

“Sin embargo, la unión fue su ideal. Su propósito era de terminar con la disidencia, utilizar los recursos regionales, e inspirar un esfuerzo nacional. Durante 1817-19 organizó tres grupos militares, el Ejército del Este, el Ejército del Oeste, y el Ejército del Centro bajo su mando. Finalmente, estableció un Consejo de Estado como una medida interina hasta que se pudiera establecer una constitución después de la liberación. Estaba integrado por los oficiales mayores militares y civiles, y existía para ocuparse de los asuntos del Estado, la defensa, y la justicia. Fue solamente un órgano consultivo y dependía del jefe supremo para sus reuniones.”⁹³

Na cidade de Angostura, sobre Orinoco, tomada então por uma tarefa de conjunto, o Libertador instalou a chefatura republicana, convocando o célebre Congresso de 1819.

Em março de 1819, Bolívar deixou Angostura, dirigindo-se a Apure, onde travou uma longa campanha contra Morillo. Recebeu, em 15 de maio, notícias do êxito de Santander contra os realistas em Casanare. Era o momento da decisão.⁹⁴ Anunciou a invasão da Nova Granada a seus colegas, em 23 de maio, durante um conselho de guerra. Em 23 de maio de 1819 o Libertador, deixando Apure, uniu-se a Santander para cruzar os Andes.

Dirigió su ejército en una de las inolvidables acciones de la guerra de la liberación, cuando todos los obstáculos de los años recientes – la desunión, la pobreza, los conflictos racial y social – fueron repentinamente superados por las grandes hazañas del espíritu humano y los grandes logros de la voluntad humana.⁹⁵

Graças à liderança de Bolívar as façanhas se sucederam. Ele iniciou, então, uma série de triunfos, vencendo batalha após batalha. A campanha dos Andes foi coroada, em 07 de agosto, quando Bolívar alcançava Boyacá, uma vitória que lhe permitiria, três dias mais tarde, entrar em Bogotá. Desde ali o avanço da revolução cobriu logo quase todo o território neogranadino. Só o extremo norte e o sul não seriam tocados.⁹⁶ A vitória na Nova Granada fortaleceu a posição de Bolívar dentro da república e na luta contra os espanhóis. Tinha, agora, vantagem sobre os caudilhos e no congresso. Em 17 de dezembro de 1819, a Assembléia Nacional, presidida pelo granadino Francisco Antonio Zea, aprovou por unanimidade o projeto de Lei que criou o novo Estado integrado. Na Lei fundamental da República da Colômbia se uniram os territórios da antiga Capitania Geral da Venezuela e o Vice-Reinado da Nova Granada, dividindo-se o novo Estado em três grandes departamentos: Venezuela, Quito e Cundinamarca.⁹⁷ As idéias desenvolvidas em Angostura seriam discutidas

⁹³ LYNCH, John. “Los caudillos de la independencia” cit., p. 208.

⁹⁴ Cf. LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas* cit., p. 212.

⁹⁵ *Idem.*

⁹⁶ Cf. DONGHI, Túlio Halperin. *Disolución de los imperios ibéricos* cit., p. 177.

⁹⁷ OCAMPO LÓPEZ, Javier. “La separación de la Gran Colombia en el proceso de la desintegración del Imperio colonial hispanoamericano”. VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica*

em Cúcuta, ocasião em que se redigiria a Constituição da Grã-Colômbia, definindo-se, pois, a organização definitiva do novo Estado nacional integrado e a definição sobre a forma de governo e administração. Durante as sessões surgiu o inevitável choque de interesses. As possibilidades quanto à forma de integração política, de acordo com a posição dos congressistas, consistiam nas seguintes alternativas: (a) uma República unitária e indivisível (para os centralistas), (b) uma República federal (para os federalistas) e (c) um Estado monárquico. A Constituição por fim aprovada introduzia significativas modificações na proposta original, limitando, inclusive, as condições para liberdade contra as solicitações de Bolívar feitas em Angostura pela ratificação de seus decretos. Se a constituição, não obstante, introduzia para a nova república uma organização centralista, quanto ao resto,

incorporava um tipo bastante convencional de republicanismo liberal, com separação dos poderes, garantias de direitos individuais e a adoção de diversos modelos anglo-americanos e europeus. Apesar da inclusão expressa de “faculdades extraordinárias” a que o executivo podia recorrer em caso de emergência – um dispositivo quase universal tanto nas primeiras constituições hispano-americanas quanto nas posteriores –, os amplos poderes atribuídos ao legislativo eram fonte de preocupação para Bolívar, que por essa e por outras razões considerava a constituição da Gran Colombia demasiado avançada em seu liberalismo.⁹⁸

O mesmo congresso elegeu o primeiro presidente e vice-presidente da Colômbia. “A única escolha possível para a presidência seria o próprio Bolívar: os deputados limitaram-se a confirmar a autoridade suprema que ele já detinha.”⁹⁹ O escolhido para a vice-presidência foi Santander. A escolha, contudo, foi menos óbvia. Uma das conquistas secundárias da revolta liberal na Espanha fora o retorno de Antonio Nariño da prisão. Estabeleceu-se entre ambos uma violenta disputa. A vitória de Santander, ao final, era um reconhecimento de seu trabalho eficiente à frente da administração regional de Nova Granada, que Bolívar lhe confiara em 1819, ao passo que os serviços passados de Nariño foram neutralizados em virtude dos ressentimentos ainda insepultos de seus inimigos pessoais e políticos.¹⁰⁰ Já a confrontação

cit., p. 364. “El 10 de febrero de 1820 se recibió en la Nueva Granada el documento oficial sobre la constitución de la República de Colombia. Dos días después, Santander congregó una asamblea compuesta de prelados eclesiásticos, altas autoridades civiles, para explicar la importancia del acto aprobado en el Congreso de Angostura. El 12 de febrero de 1820, el General Francisco de Paula Santander publicó el siguiente decreto: ‘Estando de acuerdo con las autoridades de la Nueva Granada, tanto civiles y militares como la eclesiástica, publíquese la Ley fundamental de la República de Colombia en todos los pueblos y ejércitos de las provincias hasta hoy conocidas con el nombre de Nueva Granada.’” (p. 365.)

⁹⁸ Cf. BUSHNELL, David. “A independência da América do Sul espanhola” cit., p. 170.

⁹⁹ *Idem.*

¹⁰⁰ *Ibidem*, pp. 170-1. Bushnell lembra que Santander, durante as campanhas de Bolívar no Sul, era um homem que parecia deliciar-se com os detalhes da administração e em cuja gestão o aparelho governamental de algum modo funcionava. Santander estabeleceu boas relações de trabalho com o legislativo, que desfrutava de considerável independência, mas geralmente acabou concedendo-lhe o que ele queria; não lhe foi muito difícil,

final, na Venezuela, ocorrera em 24 de junho de 1821, quando Bolívar, apoiado por Mariño e Páez, derrotou o exército espanhol. A Campanha de Carabobo foi importante não só para derrotar aos espanhóis senão também para integrar mais os caudilhos num exército nacional. A condução do exército republicano foi um verdadeiro progresso na organização política e militar que resultou diretamente das reformas de Bolívar.¹⁰¹ Em 16 de julho de 1821, Bolívar promulgou um decreto que acabou regulamentando o caudilhismo. No Oeste estabeleceu duas regiões político-militares, uma para Páez e outra para Mariño. As províncias do Leste foram designadas a Bermúdez.¹⁰² Apesar de Carlos Soublette, respeitado colega do Libertador, assumir a vice-presidência da Venezuela, o mando militar recaía inevitavelmente nas mãos de Páez. O caudilho, no fundo, detinha o poder real e seu governo, desde o início, desfrutaria da hegemonia. Assim, de caudilho regional Páez logo se converteria num herói nacional e no incontestável líder militar e político da Venezuela.¹⁰³

28.

A paz, todavia, era algo distante. A presença espanhola no Equador e no Peru ameaçava a estabilidade da Colômbia. É certo que os realistas se encontravam isolados no território venezuelano e combatidos por distintos chefes patriotas. No Panamá desencadeava-se um movimento revolucionário que culminava com a proclamação da independência. Já no sul o avanço se revelava mais difícil. “Bolívar sabia que el último acto del drama de la independencia de las colonias españolas en Suramérica se desarrollaría en el Perú, el centro del poder realista.”¹⁰⁴ Além disso,

[...] si Popayán, bajo la égida de sus opulentas familias de aristocracia criolla, se convertía en baluarte revolucionario, en el extremo meridional de la Nueva

portanto, fazer jus ao título de ‘homem de leis’ que Bolívar lhe conferiu inicialmente. Além da insatisfação com questões de política de governo que grassava em algumas regiões – na medida em que Santander e seus colaboradores se mantinham em sua trajetória liberal de reformas agendadas pelo Congresso de Cúcuta –, havia um conflito regional latente entre a Venezuela, Nova Granada e o Equador. Todavia, por algum tempo, o resultado de tudo isso foi mais uma acalorada controvérsia jornalística e um debate no congresso do que uma ruptura da ordem civil; e certamente o prestígio de Bolívar em seu país estava tão alto como sempre. Em consequência, podia atender ao chamado do Peru sem temer complicações domésticas.” (pp. 172-3.)

¹⁰¹ Cf. LYNCH, John. “Los caudillos de la independencia” cit., p. 209. “Sin embargo, Carabobo no significó la muerte de los caudillos. Mientras estos guerreros pudieron ser organizados para la guerra, la paz les disgregaría otra vez.”

¹⁰² *Ibidem*, p. 211.

¹⁰³ Cf. LYNCH, John. “Los caudillos de la independencia” cit., p. 211.

¹⁰⁴ WAGNER DE REYNA, Alberto. “Bolívar viene al Perú: esbozo psicológico”. In: STEGMANN, Wilhelm (Hrsg.). *Simón Bolívar: Persönlichkeit und Wirkung* cit., pp. 115-6.

Granada, Pasto, cuya población fuertemente indígena parecía reconocer en su clero a sus jefes naturales, ofrecía cerrado apoyo a la causa del rey.¹⁰⁵

O Libertador preparava a campanha desde Bogotá, confiando o governo da república, no momento da partida, a Santander. Seus interesses se concentravam, acima de tudo, na marcha para o sul. Sem esperar a supressão do foco de resistência em Pasto, Bolívar se apressava em tomar contatos com o Equador. Com efeito, uma revolução na cidade de Guayaquil, em outubro de 1820, derrubara o governo espanhol. Mas as montanhas continuavam ainda sob o domínio realista. A libertação de Quito esteve a cargo do General Antonio José de Sucre, o lugar-tenente de maior confiança de Bolívar. A vitória de Pichincha, em 24 maio de 1822, com o apoio adicional de uma força fornecida por San Martín, impôs a rendição das autoridades espanholas de Quito e, indiretamente, também de Pasto, “embora os *pastusos* tenham voltado à luta numa prolongada insurreição guerrilheira antes que a região tivesse sido pacificada em definitivo.”¹⁰⁶ Em 27 de julho de 1822 Bolívar recebia San Martín em Guayaquil. San Martín desejava inicialmente que Guayaquil fosse incorporada ao Peru. Mas reconhecia o seu direito de decidir seu próprio futuro político. O general argentino necessitava também de tropas colombianas para sustentar as suas e derrotar aos espanhóis. A adversidade crescia ainda mais quando de seus projetos de instalação da monarquia constitucional para os estados nascentes. Bolívar deixava claro que não estava disposto a aceitar uma monarquia européia na América. Era o que manifestava, por exemplo, ao receber a notícia da derrubada de Iturbide, o imperador mexicano (ao lado do qual punha também O’Higgins e San Martín): “Están creyendo algunos que es muy fácil ponerse una corona y que todos la adoren”, diria, em 26 de setembro de 1822, a Fernando Peñalver,

y yo creo que el tiempo de las monarquías fué, y que, hasta que la corrupción de los hombres no llegue a ahogar a la libertad, los tronos no volverán a ser de moda en la opinión. Vd. dirá que toda la tierra tiene tronos y altares; pero yo responderé que estos monumentos antiguos están todos minados con la pólvora moderna y que las mechas encendidas las tienen los furiosos, que poco caso hacen de los estragos. [I, pp. 688-9]

29.

Bolívar, inflexível, sustentava que Guayaquil deveria se unir a Colômbia, alegando que a presidência de Quito havia pertencido ao vice-reinado da Nova Granada. Tratava-se,

¹⁰⁵ Cf. DONGHI, Túlio Halperin. *Disolución de los imperios ibéricos* cit., p. 178.

¹⁰⁶ Cf. BUSHNELL, David. “A independência da América do Sul espanhola” cit., p. 171.

para ele, de uma matéria simplesmente inegociável.¹⁰⁷ San Martín era o suficientemente realista para ver que nada podia fazer contra a ocupação de Guayaquil por Bolívar. Estava certo de que ele era quem propunha e Bolívar, quem dispunha.¹⁰⁸ A entrevista de Guayaquil, envolta em conjeturas sobre o que realmente foi deliberado pela ausência de registros precisos, não deixou dúvidas quanto aos seus resultados. Quando voltou a Lima, San Martín encontrou uma situação não pouco desoladora. Monteagudo, seu protegido, havia sido derrubado por uma conspiração organizada por Luna Pizarro. O íntimo colaborador Torre Tagle sofria duros ataques. Como se isso não bastasse o próprio San Martín perdia o apoio da classe dominante peruana. Ele estava convencido de que havia chegado finalmente o momento de se retirar de cena, dando por encerrada sua carreira política.¹⁰⁹ Ficava aberto o caminho para que Bolívar conquistasse o Peru para a independência.

Nas cartas a San Martín, Bolívar expressava sua vontade de dirigir seu exército ao Peru.

A situação político-militar da América, nesse momento histórico, integrava um conflito maior, de âmbito internacional. À referida diminuição da intervenção espanhola na América após a Revolução Liberal de 1820, sucedeu a reação metropolitana. O Congresso de Verona, que em 1822 reuniu representantes de várias nações européias, decidiu-se pela recolonização da América. Em respostas a essa política levantaram-se a Grã-Bretanha e os Estados Unidos. A primeira, em defesa do princípio de não-intervenção, sustentado por Canning; os Estados Unidos, com a formulação da doutrina Monroe, formulada em 1823. Foi nesse quadro internacional, em que estavam envolvidos múltiplos interesses, que Bolívar continuou sua luta pela independência do Peru, onde, apesar da vitória dos americanos, a situação político-militar permanecia freqüentemente contestada pelas forças reacionárias.¹¹⁰

Em 13 de janeiro de 1823 ordenou Bolívar em Pasto, para onde havia retornado, uma junta para a repartição dos bens nacionais de acordo com a lei das recompensas aos militares

¹⁰⁷ Cf. LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas* cit., p. 212. Em 22 de junho, Bolívar escrevia, nesse sentido, a San Martín: “V. E. expresa el sentimiento que ha tenido al ver la intimación que hice a la provincia de Guayaquil para que entrase en su deber. Yo no pienso como V. E. que el voto de una provincia debe ser consultado para consultar la soberanía nacional, porque no son las partes sino el todo del pueblo el que delibera en las asambleas generales reunidas libres y legalmente. La constitución de Colombia da a la provincia de Guayaquil una representación la más perfecta, y todos los pueblos de Colombia inclusive la cuna de la libertad, que es Caracas, se han creído suficientemente honrados con ejercer ampliamente el sagrado derecho de deliberación.” [I, p. 649]

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 183. O apoio militar, ao que tudo indica, foi a medida que San Martín obteve de Bolívar. A retomada mais convincente das principais polêmicas na crítica historiográfica a respeito das conduções de Bolívar e de San Martín nos desdobramentos da entrevista de Guayaquil é mesmo a de Lynch. O historiador, entretanto, não se restringe a descrevê-las. Seus posicionamentos são igualmente convincentes.

¹⁰⁹ *Ibidem*. Em 20 de setembro de 1822, antes do primeiro congresso constituinte do Peru, San Martín, renunciando a todos os seus poderes, exilava-se na Europa até sua morte em 1850.

¹¹⁰ Cf. BELLOTTO, Manoel Lelo & CORRÊA, Anna Maria Martinez. “Bolívar e a luta pela independência da América” cit., pp. 23-4.

ativos nos serviços da independência. Logo depois, em Guayaquil, Bolívar recebia várias solicitações de ajuda do presidente peruano José Riva Agüero. Durante alguns meses Bolívar esperou a permissão do congresso colombiano para intervir no Peru. Finalmente, em 07 de agosto de 1823, saiu em direção à Lima, onde chegara em 1.º de setembro. No Peru havia dois presidentes, Riva Agüero, em Trujillo, e Torre Tagle, em Lima. O país teoricamente era independente há três anos. Mas os espanhóis ainda estavam lá e ocupavam posições importantes (como, por exemplo, o interior montanhoso). A Assembléia Nacional outorgara a Bolívar a mais alta autoridade militar e a posição de árbitro das divergências internas do país. Ele, porém, abriu mão do poder político, aplacando as desconfianças. Novas dificuldades surgiram. Torre Tagle, que continuava chefe do governo civil em Lima, iniciou um processo de intrigas políticas. Riva Agüero rompia com Bolívar, planejando a formação de um exército “peruano-espanhol” para expulsar o “intruso” do norte. Nas longas e inesgotáveis correspondências com Santander, Bolívar abordava a independência e a pacificação do Peru como uma questão de vida ou morte. Tornava-se imperioso que viessem tropas para destruir a ameaça. Em diversas cartas, como as 13 de outubro, de 08 de dezembro (ambas a Santander) e a de 24 de dezembro (a Mariano Montilla) ele comparava os realistas com os conquistadores, como já fizera com Monteverde durante a Segunda República da Venezuela: “Los godos son terribles; ya están en marcha contra nosotros y pronto llegarán a las manos si Dios no lo remedia. Tomaremos posiciones en las cimas de estos Andes, y veremos como las defendemos para que no pasen a Colombia los nuevos Pizarros y Almagros.” [I, p. 841] Mas, na relação de 13 de outubro, constava também um nome inevitável, classificando, outra vez, os espanhóis como “los reconquistadores de la América meridional”: “Estos hombres son los nuevos Pizarros, Almagros y Corteses.” [I, p. 818]¹¹¹

30.

Quando, no início de 1824, Lima havia sido submetida pelos espanhóis, o Congresso do Peru, antes de dissolver-se, outorgou o mando supremo a Bolívar, nomeando-o ditador. O estadista passou a ocupar a sede do governo provisório na cidade de Trujillo, ao norte do Peru. De lá, organizou a ofensiva contra os espanhóis, vencendo-os, finalmente, nas batalhas de Junín e de Ayacucho (esta última sob o comando de Sucre).

¹¹¹ Destaque meu.

A vitória na batalha de Ayacucho, em 09 de dezembro de 1824, marcou efetivamente o término da dominação espanhola no continente americano. O encerramento da fase militar do movimento independentista coincidiu (o que não é motivo de surpresa) com a redução quase completa das evocações destrutivas de Bolívar ao passado hispânico. A distribuição dos dados, portanto, concentra-se exatamente na documentação deste período (1811-1824). É certo, contudo, que as alusões se tornam mais escassas já a partir de 1820, em proporção inversa ao aumento dos escritos. Três eventos bem precisos, diretamente relacionados entre si, parecem ter contribuído para tanto: 1) a revolução liberal na Espanha; 2) o armistício firmado entre Bolívar e Morillo; 3) o fim da *guerra a muerte*. Ao mesmo tempo em que os ataques simbólicos se tornam mais rarefeitos, veremos, curiosamente, o surgimento de algumas referências até mesmo positivas ao legado hispânico. Mas alusões negativas ainda são perceptíveis, entre 1820 e 1824, como se pode concluir pelos rápidos exemplos analisados quando do período das campanhas sobre o Equador e o Peru. Depois praticamente desaparecem.¹¹²

Um indício, entretanto, exigirá cautela ao se tomar uma decisão aparentemente óbvia. Se o inimigo comum saía de cena, as dissensões intestinas, agora, assumiam o primeiro plano. Os adversários políticos de Bolívar, desencadeada a fase da organização interna das repúblicas nascentes, passariam a ser mais diretamente aquelas forças que, para ele, representavam desde os primórdios da emancipação os elementos desagregadores. Mas a associação essencial que, como vimos, fazia Bolívar entre erros políticos e o legado hispânico levantará a hipótese de que as evocações destrutivas à herança colonial não se perderam. Elas simplesmente se transformaram.

31.

Fecha-se, então, o círculo que encerra uma tensão entre as temporalidades. A identificação dos obstáculos ao movimento independentista (do peso do passado que se faz presente) estaria inversamente relacionada à aceleração histórica do projeto de

¹¹² Há pouquíssimas exceções. Vejamos uma delas. Em 26 de outubro de 1825, no Alto Peru, Bolívar, após recordar os triunfos obtidos desde 1813 (o ano, portanto, da proclamação da *guerra a muerte*) junto a soldados da Colômbia, do Peru, do Chile e de Buenos Aires, concluirá: “Venimos venciendo desde las costas del Atlántico y en quince años de una lucha de gigantes, hemos derrocado el edificio de la tiranía formado tranquilamente en tres siglos de usurpación y de violencia.” [III, p. 756] Uma distância no tempo de doze anos entre a declaração e os argumentos utilizados no Decreto da “Guerra a Muerte” nos indica uma convergência surpreendente. Ao longo dos vários anos de uma incessante trajetória caracterizada pela vivência de transformações tão dramáticas, as alusões de Bolívar ao passado hispânico se mantiveram praticamente intactas.

aperfeiçoamento sempre contínuo e crescente. Trata-se, portanto, de um círculo que objetiva a legitimação do discurso bolivariano. A inércia do passado, sua insistência, neste caso, conduz ao imperativo histórico de se antecipar os efeitos da “revolução filantrópica”. *A relação antinômica entre passado e futuro na experiência bolivariana do tempo caracteriza-se essencialmente por um entrecruzamento indissociável dos conteúdos de seus termos.* Volta-se, então, aos contornos não poucas vezes ambivalentes pelos quais se caracterizou, acima, as menções de Bolívar ao passado. O passado digno de denúncia é (e propriamente por isso) aquele que se quer ao mesmo tempo apagar. *Non se fracassa menos que se aprende.* Já foi dito que o esquecimento é, antes de tudo, o outro da memória. A derrota “[...] nos ha dado lecciones demasiado fuertes para que puedan ser vanas.” [I, p. 82] Na correspondência destinada ao Arcebispo de Caracas (10 de agosto de 1812), Bolívar o exortava a intimar seus párocos para que explicassem os princípios da emancipação americana aos fiéis. Para tanto, justificava à autoridade eclesiástica a adoção da “Guerra de Morte”:

Instruido por una experiencia cruel he descubierto que las contemporizaciones y la impunidad en tiempo de la primera junta suprema y de los poderes ejecutivos dieron audacia a los conspiradores y a los enemigos y lo que es más asombroso aquellas autoridades toleraron sin sofocarlos los incentivos que en el confesionario se suministraron a la guerra sorda que al fin aniquiló nuestra independencia. [I, p. 59]

É certo que o tempo não pode ser apagado (pelo menos de todo) pelo esquecimento. Contudo, esta faculdade permite (e com um grau considerável de êxito) esvaziar ou empalidecer os significados do passado. A atitude negativa frente ao que ocorreu demarca as atrocidades dos tiranos. De outra parte, transparece como algo constante nos relatos de Bolívar que a ação do esquecimento não é puramente negativa. Assim, quando se trata, por exemplo, da evocação do mesmo acontecimento que se passou, nem sempre as relações entre o silêncio e a denúncia são propriamente incompatíveis (e isto se torna, sob a luz do círculo de tensão entre as temporalidades, tanto mais verdadeiro para o discurso revolucionário). Com efeito, a evocação do passado tirânico instala o conteúdo do futuro que lhe é oposto como resistência, denotando, assim, que a ameaça de seu peso poderá ser sempre relativizada pelo alcance da ação.¹¹³

Seguimos, até aqui, o itinerário que trouxe à luz a percepção das revoluções independentistas como a *destruição do colonialismo hispânico*. Mas, agora, será preciso

¹¹³ DOMINGUES, Ivan. *O fio e a trama: reflexões sobre o tempo e a história*. São Paulo/Belo Horizonte: Iluminuras/UFMG, 1996, pp. 21 e 68s.

reconstruir, em oposição ao “passado tirânico”, o horizonte de esperanças a respeito da nova realidade que a revolução deveria inaugurar.

PROMETEU NA AMÉRICA

1.

Em 26 de março de 1812, um violentíssimo terremoto destruiu grande parte de Caracas e outras cidades controladas pelos republicanos. Mais de 10 mil pessoas foram soterradas. Antes que o fenômeno se repetisse com a mesma violência no sábado, devastando tantas outras cidades, “cerca de seis mil desapareceram nas rendas do solo”;¹¹⁴ depois, veio a queda da frágil primeira República venezuelana. Como se isso não bastasse, poucos redutos realistas sofreram os estragos provocados pela catástrofe.

Para essa calamidade natural, os realistas (como vimos) improvisaram uma explicação tão religiosa quanto política. Tratava-se do castigo divino pela quebra da lealdade ao monarca espanhol.¹¹⁵ Desse modo, pior do que um crime, a revolução era um sacrilégio.

Um pregador dominicano clamava: ‘De joelhos, desgraçados! Chegou a hora do arrependimento. O braço divino caiu sobre vossas cabeças, pois insultastes a majestade do Altíssimo, na pessoa do mais virtuoso dos monarcas, D. Fernando VII!’ Houve quem lembrasse Sodoma e Gomorra. Penitentes faziam confissão pública de seus pecados.¹¹⁶

Bolívar, por sua vez, foi visto saindo pela cidade a resgatar vítimas entre os escombros e a enterrar mortos. A luta contra a catástrofe natural e os enormes danos materiais viria

¹¹⁴ Cf. CASTRO, Moacir Werneck de. *O libertador* cit., p. 51.

¹¹⁵ Não podemos esquecer, nesse sentido, “el papel jugado por la Iglesia al inculcar profundamente en los españoles europeos y americanos, tanto la veneración por el rey, como la identificación de lo español con lo católico, forjando la cohesión entre los pueblos hispánicos frente a los infieles o herejes.” NAVARRO GARCÍA, Luis. “El orden tradicional y la revolución de Independencia en Iberoamérica”. VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica* cit., p. 148.

¹¹⁶ CASTRO, Moacir Werneck de. *O libertador* cit., p. 51.

necessariamente acompanhada por outro conflito de forças no domínio do imaginário coletivo. Os republicanos, então, passariam a combater a exploração que do terremoto fez o “fanatismo religioso” do clero realista e os “transtornos morais” daí causados à causa patriótica. (Aparecia, novamente, em cena a contenta simbólica.) A tudo isso Bolívar dedicaria uma resposta emblemática. A um conhecido seu, partidário de Fernando VII, que o teria interpelado com sarcasmo (“Que tal, Bolívar? Parece que a Natureza ficou do lado dos espanhóis [...]!”) dedicara uma resposta emblemática: “Si se opone la Naturaleza, lucharemos contra ella y la haremos que nos obedezca.”

2.

A essa intervenção foi dedicada uma interpretação não menos curiosa. Com efeito, Miguel de Unamuno destacou-a como a expressão do mais puro quixotismo. Mas, se inserirmos esse indício no enredo, reconstruído até aqui, sobre a experiência da temporalidade no discurso bolivariano, emergirá, como pano de fundo, uma faceta particularmente diversa.

A resposta de Bolívar, além de lembrar a rejeição ao uso de elementos religiosos na interpretação do desastre sísmico, remeteria, em primeiro lugar, a uma obscura passagem que foi anteriormente apresentada. A idéia, aqui, de controlar a natureza no caso dela se pôr a serviço da causa realista parece contrastar frontalmente, e não, com a declaração no Manifesto aos Povos da Venezuela de 22 de outubro de 1818. Poderíamos nos contentar tão somente em estabelecer paralelos entre os dois trechos no âmbito dos momentos históricos de enunciação dos discursos e dos eventos nele referidos. Nesse caso, seria preciso destacar que, em outubro de 1818, Bolívar se encontrava em Angostura, cidade convertida na base a partir da qual organizaria a república e a libertação definitiva da Venezuela.¹¹⁷ O documento se inscrevia, pois, no espírito da convocação de um congresso nacional (“mi ánimo fué convocar [...] el Congreso”) que se instalaria definitivamente no dia 10 de novembro do mesmo ano. O Libertador lembrava seu ânimo em reuni-lo já na época de seu desembarque na Ilha de Margarita em maio de 1816. Entretanto, “los sucesos de la guerra no permitieron, sin embargo, este anhelado acto de la voluntad nacional” [III, p. 670]. O Congresso deveria “fijar la suerte de la República combatida y errante tantos años” [III, p. 668]. Sua finalidade, portanto, era clara: proporcionar ao regime republicano uma base legal mais regular. “Nuestras heridas”, dizia Bolívar, “van a curarse al abrigo de una representación legítima”.

¹¹⁷ Cf. LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas* cit., p. 211.

Mas essas afirmações seguiam essencialmente à rápida memória das vicissitudes enfrentadas ao longo da trajetória revolucionária até ali percorrida. De fato, noutros trechos do manifesto, recordava os seguintes eventos:

a) o colapso da Primeira República (quando “el general Monteverde hizo entrar en la nada nuestra naciente República”);

b) “el desastre de la Puerta” (que havia sepultado “en el caos nuestra afligida patria”), de 17 de maio de 1814;

c) a reconquista da Nova Granada pelas forças de Morillo (1816).

Instigantes seriam os contornos de suas referências a cada uma dessas ocasiões a partir (respectivamente) de termos como: *(a)* “las convulsiones de la naturaleza” (que “sepultaron al pueblo de Venezuela en el más profundo abatimiento”), *(b)* “la cólera del Cielo” (a fulminar a pátria) e *(c)* “la Providencia” (e o seu decreto no tocante à ruína daquelas desgraçadas regiões). De outra parte, suas palavras pronunciadas diante dos escombros do terremoto, provavelmente na “Plazuela de San Jacinto”, remontavam a acontecimentos vividos no calor da hora, isto é, ao primeiro dos casos citados acima. Exatamente neste ponto pareceria emergir a única convergência entre os eventos mencionados nas passagens de 1812 e de 1818 (a crise da primeira república). Mas para além da analogia meramente cronológica se entrevê entre todas as alusões uma conexão profunda. Trata-se da tensão entre, de um lado, a “ação humana” (a mobilização revolucionária) e, de outro, as “forças históricas de caráter impessoal” (os obstáculos à independência), ligadas fundamentalmente a elementos da natureza (com exceção, talvez, do conceito de “Providência”).

Poderíamos concluir, a esta altura, pela rendição total de Bolívar na luta contra a natureza (a predominância das menções ao auxílio das forças da natureza ao poderio espanhol fortaleceria tal hipótese). Mas um argumento realmente central, apresentado por ele no fim do mesmo documento de 1818, reforçando, ao contrário, o clamor de reduzir a natureza à obediência à causa patriota em 1812, refuta em grande parte aquela conjetura. “[...] nada nos impide ahora devolver al pueblo sus derechos soberanos. Venezolanos! Nuestras armas han destruido los obstáculos que oponía la tiranía a nuestra emancipación.” [III, p. 670] Pode-se presumir, portanto, que, o tempo social, isto é, o da emancipação política, ao destruir a tirania espanhola, submeteria até mesmo aquelas barreiras que o tempo natural ergueu a seu favor.

3.

Essas formas discursivas não revelavam apenas um devaneio retórico com sentido meramente político. Mais do que isso, todas elas traduziam um indicador temporal da experiência revolucionária. A ação que destruiu os obstáculos impostos pelo despotismo à independência americana, constituía, ao mesmo tempo, a força que controlava “a ação nefasta de Cronos nos diferentes planos da natureza”.¹¹⁸ As afirmações de Bolívar, num primeiro plano, corresponderiam “à estrutura temporal da crítica iluminista: o futuro racional é o metacritério para a condenação do passado [...]”.¹¹⁹ Mais ainda, suas avaliações se adequavam plenamente à metáfora que, por excelência, traduzia um dos aspectos centrais da percepção do tempo nas revoluções modernas: como o novo Prometeu¹²⁰ que, ao tratar de dominar o tempo do mundo, cuidava, por isso, de controlar e dominar a história, Bolívar instalava, à vista do planejamento consciente do futuro, a ação prospectiva sobre o tempo histórico.¹²¹ No famoso “Mi delirio sobre El Chimborazo”, diria, em 1823: “[...] el tiempo no ha podido detener la marcha de la libertad.” [III, p. 729] A ação revolucionária, submetendo as próprias forças do tempo, tornava a independência um fenômeno irreversível.¹²² Numa proclamação, no Quartel General de Valência, de 09 de setembro de 1813, quando foi instalada a Segunda República, a natureza parecia já submetida: “El cielo que protege siempre la buena causa, y abandona a su

¹¹⁸ Cf. DOMINGUES, Ivan. *O fio e a trama* cit., p. 46. Os gregos trataram de ampliar o léxico do tempo, com a introdução de termos que traduziam novos aspectos da experiência da temporalidade, modalizando, assim, o tempo. “O primeiro e mais importante deles é, sem dúvida, *chronós*, grafado com *chi*, termos introduzido por Homero [...] para designar os intervalos de tempos em seus diferentes aspectos. Outro termo é o discutido *Krónos*, grafado com *kapa*, introduzido por Hesíodo na *Teogonia* e n’*Os Trabalhos e os Dias*, para designa ‘o deus de pensamentos funestos’, ‘a divindade que devora seus próprios filhos’, ‘o mais temível filho dos céus’, sobre o qual se instalou a polêmica de se *Krónos* é ou não o deus do tempo. No entanto, mesmo que se admita que Hesíodo não tenha feito de *Krónos* o deus do tempo mão tão-só um ‘deus astucioso’ e que, a exemplo de Homero, ele emprega para designar o tempo o termo *chrónos*, que nunca aparece propriamente como nome próprio (personagem) ou assumindo a função gramatical de sujeito, na tradição deu-se livre curso à divinização do tempo, levando à assimilação de um e de outro, quando, à noção de intervalo ritmado por ciclos e cadenciado por rupturas na série de ciclos, sugerido pelo mito das raças, se acresce um fundo trágico ao fluxo temporal (por que nasci nesta época, na idade do ferro, em meio a tantos sofrimentos, e não antes ou depois?, perguntava o poeta, desconsolado, n’*Os Trabalhos e os Dias*.” (pp. 29-30) Vide, também, VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro/Edusp, 1973.

¹¹⁹ REIS, José Carlos. *Nouvelle histoire: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. Rio de Janeiro: Ática, 1994, cit., p. 12.

¹²⁰ Sobre Prometeu vide HESÍODO. *Teogonia: a origem dos deuses*. 3.^a ed. São Paulo: Iluminuras, 1995, 535-616 e *Trabalhos e os dias*. 3.^a ed. São Paulo: Iluminuras, 1996, 42-105. BRUNEL, Pierre (Dir.). *Dicionário de mitos literários*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998, pp. 784-93 (verbete “Prometeu” de Raymond Trousson). VERNANT, Jean-Pierre. *Entre mito e política*. São Paulo: Edusp, 2001, pp. 263-8 (“Prometeu”).

¹²¹ Cf. DOMINGUES, Ivan. *O fio e a trama* cit., p. 58.

¹²² Cf. AÍNSA, Fernando. “Tensión utópica e imaginário subversivo en Hispanoamérica”. In: *Anales de literatura hispanoamericana*. Madrid: Universidad Complutense, 13 (1984), p. 30, lembra, a respeito da função utópica na colonização da América (o que pode ser, em grande parte, associado a Bolívar): “[...] a diferencia de lo que planteaban los textos de la antigüedad clásica o la escatología judeo-cristiana, a partir e la aparición del género utópico, ‘se trata del hombre que juega ser Dios, no del hombre que sueña con un mundo divino’ como gráficamente ha señalado Ruer. El hombre descubre su capacidad demiúrgica gracias a América.”

rigor a los tiranos de la humanidad, ha señalado su justicia haciendo perecer al azote de Venezuela, el abominable Monteverde, y a sus cómplices.” [III, p. 382] Prometeu parecia estar realmente na América.

Mas “o conceito moderno de revolução” estava também “inextricavelmente ligado à noção de que o curso da História começa subitamente de um novo rumo, de que uma História inteiramente nova, uma História nunca antes conhecida ou narrada para se desenrolar [...]”¹²³ O mundo moderno, assim, parecia livrar-se de toda a referência ao passado, buscando implantar, com termos novos (revolução, progresso, emancipação, evolução, crise, espírito do tempo), o futuro no presente.¹²⁴ Nesse sentido, a relação entre futuro (utopia) e passado (ordem existente) aparecia quase sempre como uma relação dialética, isto é, uma tensão bipolar. Mas qual relação tais esquematizações apresentam com os discursos de Bolívar?

Para responder, faremos uma breve recapitulação, buscando, por seu intermédio, uma nova faceta de um indício já visto. Havíamos lembrado que, no caso bolivariano, a crítica ao passado indicava as repercussões nefastas da herança colonial sobre o caráter político na América Espanhola. Daí a desconfiança constante de Bolívar, desde o *Manifiesto de Cartagena* (1812), na capacidade espontânea das sociedades americanas em constituir estados independentes. Nesse sentido, ele tecia, na *Carta de Jamaica* (1815), seus já conhecidos argumentos contra o federalismo:

Los acontecimientos de la Tierra Firme nos han probado que las Instituciones perfectamente representativas, no son adecuadas a nuestro carácter, costumbres y luces actuales. En Caracas el espíritu de partido tomó su origen en las coiedades, asambleas y elecciones populares; y estos partidos nos tornaron a la esclavitud. Y así como Venezuela ha sido la república que más se ha adelantado en sus instituciones políticas, también ha sido el más claro ejemplo de ineficiencia de la forma democrática y federal para nuestros nacientes estados. En Nueva Granada las excesivas facultades de los gobiernos provinciales y la falta de centralización en el general, han conducido aquel precioso país al estado a que se ve reducido en el día. [I, p. 168]

O sistema federal, reconhecia no *Manifiesto de Cartagena* (1812), era o mais perfeito. O mesmo reconhecimento afluava no Discurso de Angostura (1819). “Sólo la Democracia, en mi concepto, es susceptible de una absoluta Libertad [...]” [III, p. 679] Mas os povos da

¹²³ ARENDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo/Brasília: Ática/UnB, 1988, p. 23.

¹²⁴ Cf. REIS, José Carlos. *Nouvelle histoire* cit., p. 13. A propósito, afirmava MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976, p. 258: “[...] para o liberalismo, o futuro constituía tudo e o passado nada [...]” Vide, também, ARIÈS, Philippe. *O tempo da história*. Lisboa: Antropos, 1992, pp. 210-11 que diz enfaticamente o mesmo. “Antes de 1789, as revoluções nunca tinha sido concebidas como uma passagem para uma nova partida, mas antes como um regresso a um estado melhor e antigo. O característico das revoluções dos séculos XVIII e XIX é proporem-se pôr um termo ao passado, e retomarem o presente a partir do zero.”

América (lembrava em Cartagena) estavam longe de exercerem, por si mesmos e amplamente, os seus direitos, pois careciam, pelos efeitos do despotismo hispânico, das virtudes políticas que caracterizavam o verdadeiro republicano:

¿que país del mundo por morigerado y republicano que sea, podrá, en medio de las facciones intestinas y de una guerra exterior, regirse por un gobierno tan complicado y débil como el federal? No, no es posible conservarlo en el tumulto de los combates y de los partidos. [I, p. 44]

Advertências análogas retornavam, em 1819, a partir da proposição de paralelos entre a situação venezuelana e a dos Estados Unidos:

Cuanto más admiro la excelencia de la Constitución Federal de Venezuela, tanto más me persuado de la imposibilidad de su aplicación a nuestro estado. Y según mi modo de ver es un prodigio que su modelo en el Norte de América subsista tan prósperamente y no se trastorne al aspecto del primer embarazo o peligro. A pesar de que aquel Pueblo es un modelo singular de virtudes políticas y de ilustración moral. [III, p. 680]

Mas, insistia, ainda que aquele povo fosse o único na história do gênero humano, tratava-se de um verdadeiro prodígio que um sistema tão débil e complicado como o federal tenha podido regê-lo em circunstâncias tão difíceis e delicadas como as passadas. “Pero sea lo que fuere, de este Gobierno con respecto a la Nación Americana, debo decir, que ni remotamente ha entrado en mi idea asimilar la situación y naturaleza de los Estados tan distintos como el Inglés Americano y el Americano Español.”

4.

O Libertador delineava, então, uma reflexão chave em seu pensamento: “la suerte de América sería no la mejor, no la más perfecta, sino la más asequible.”¹²⁵ Bolívar, de fato, não era tão idealista a ponto de imaginar que a América estivesse preparada para a democracia pura ou que a lei pudesse anular as desigualdades da natureza e da sociedade.¹²⁶ O federalismo, portanto, não era o sistema mais apropriado para a circunstância daquelas terras.

¹²⁵ PINEDA, Victor. “De Cartagena a Jamaica” cit., p. 105.

¹²⁶ Cf. LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas* cit., p. 198.

Era certo que o pessimismo bolivariano a respeito das virtudes cívicas de seus compatriotas não era definitivo, dado que, no final das contas, devia-se ao colonialismo espanhol. Mas o republicanismo só triunfaria na América Espanhola uma vez que certas características desse modelo se adaptassem às circunstâncias do continente, isto é, ao modo, costumes e tradições da América.¹²⁷ “Es preciso”, declarava no *Manifiesto de Cartagena*,

que el gobierno se identifique, por decirlo así, al carácter de las circunstancias, de los tiempos y de los hombres que lo rodean. Si éstos son prósperos y serenos, él debe ser dulce y protector; pero si son calamitosos y turbulentos, él debe mostrarse terrible y armarse de una firmeza igual a los peligros, sin atender a leyes ni constituciones, ínterin no se restablecen la felicidad y la paz. [I, p. 44]

Exatamente neste ponto do discurso surgia, com toda força, o elemento da tensão dialética entre passado e futuro. Com efeito, ao inserir tal ingrediente no conjunto da documentação em análise, podemos supor que, na verdade, Bolívar compreendia por “identificação ao caráter das circunstâncias” um fundamento de tipo contrafático. O seu discurso político havia focado o problema de como materializar uma liberdade moderna – e suas respectivas instituições políticas, jurídicas, sociais – em povos acostumados com o despotismo.¹²⁸ A realização desse imperativo histórico, isto é, a de uma verdadeira antecipação do futuro, dependeria, portanto, da capacidade das repúblicas nascentes aniquilar os seus principais entraves.¹²⁹ Desse modo, era crucial, para Bolívar, que “o caráter das circunstâncias” e a “projeção da liberdade” fossem dois termos necessários na tensão temporal em que, respectivamente, a ação revolucionária (aceleradora e intervencionista) combateria radicalmente a ordem existente (as forças do passado, inerciais e espontâneas). Se as esperanças deveriam se adequar às circunstâncias, tratava-se, antes de tudo, de uma adaptação às avessas. Um projeto republicano que não levasse em conta as mazelas históricas a serem superadas seria arrastado pelos elementos do passado. A esterilidade da herança

¹²⁷ Cf. JAKSIC, Iván. “La república del orden: Simón Bolívar, Andrés Bello y las transformaciones del pensamiento político de la independencia”. In: *Historia*. Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile, 36 (2003), p. 207. Vide também PINEDA, Victor. “De Cartagena a Jamaica” cit, p. 109.

¹²⁸ Cf. GUERRERO, Carolina. “Leopoldo Zea y una perspectiva original sobre Bolívar como hombre político”. In: SALADINO, Alberto & SANTANA, Adalberto (Comp.). *Visión de América Latina: homenaje a Leopoldo Zea*. México: Instituto Panamericano de Geografía e Historia-FCE, 2003, p. 67.

¹²⁹ Este detalhe não foi levado em conta por David Bushnell quando insiste em que “a república que inspirou especialmente os autores da constituição [de 1811] não era [ao contrário do que presumia Bolívar] fantástica nem imaginária”, pois “as reais diferenças regionais na estrutura social, na economia e na composição étnica [...] tornavam intrinsecamente qualquer forma de federalismo não mais artificial do que uma estrutura unitária.” (cit., pp. 135-6.) John Lynch, por outra via, defende uma conclusão em grande parte semelhante: “[...] muchas veces, los caudillos se ajustaban a las condiciones reales con más fidelidad que Bolívar. En la ausencia de un ejército nacional, el liderazgo personal tenía que ser decisivo, y sin un objetivo nacional la estructura de la insurgencia fue inevitablemente informal” “Los caudillos de la independencia” cit, p. 207.

colonial como escola da virtude cívica convertia necessariamente a tarefa da emancipação num projeto de voluntarismo político-moral.¹³⁰ A viabilização dos estados nascentes dependeria inevitavelmente de fatores artificiais que apressariam – em busca do tempo perdido – o estabelecimento das bases de uma sociedade moderna.¹³¹ A tarefa dos chefes da revolução era “hacer por la fuerza libres a los pueblos estúpidos que desconocen el valor de sus derechos”. Daí a tendência de Bolívar em buscar nos exércitos organizados, disciplinados e obedientes a direção revolucionária, um sucedâneo, pois, para as deficiências endêmicas de uma sociedade marcada com os sinais da velha ordem.¹³²

Aflorava, aqui, com toda força, a curiosa – e tão conhecida – simbiose, tão própria de Bolívar, entre *realismo político* (acentuadamente pragmático) e *idéias visionárias* e até mesmo utópicas (de inspiração iluminista). Haveria, assim, para a revolução, uma dupla tarefa: (1) propor, como solução correta, a “escala” apropriada para o exercício da liberdade por intermédio de leis que, se ajustando à realidade, contivessem as forças imposto pelo despotismo; (2) cultivar a virtude política que garantiria a ordem interna. Adaptação à circunstância significava, portanto, adequar os projetos republicanos (tal como o antídoto que é feito do veneno) às condições do material humano arruinado historicamente pelo idealismo para melhor combatê-las. O ideal bolivariano era, de fato, “artificial”, se pelo termo pressupõe-se o sentido de intervenção voluntarista; mas também era paradoxalmente realista quando se levava em conta a percepção dos acontecimentos (*calamitosos y turbulentos*) contra os quais o ideal republicano se organizar (*él debe mostrarse terrible y armarse de una firmeza igual a los peligros*). “Estos ejemplos de errores e infortúnios”, dizia, no *Manifiesto de Cartagena*, a respeito do colapso da Primeira República, “no serán enteramente inútiles para los pueblos de la América meridional, que aspiran a libertad e independencia.” [I, p. 45] Essa assimetria é, na verdade, um dos substratos da experiência bolivariana da temporalidade e, sem ela, talvez seja impossível compreender – arriscaríamos afirmar – o conteúdo de suas projeções para o futuro.

5.

Intervenção e aceleração. Duas combinações fundamentais e essencialmente convergentes que marcavam os passos das esperanças de Bolívar para o futuro da revolução

¹³⁰ Cf. COLOM GONZÁLES, Francisco. “La imaginación nacional en América Latina” cit., pp. 326-7.

¹³¹ Cf. LIBERMANN, Jacobo Z. “Bolívar: americano y universal”. In: STEGMANN, Wilhelm (Hrsg.). *Simón Bolívar: Persönlichkeit und Wirkung* cit., 1984, p. 164.

¹³² Cf. DONGHI, Túlio Halperin. *Disolución de los imperios ibéricos* cit., p. 139.

independentista. Desde Cartagena, após a reconquista de Monteverde, Bolívar, como vimos, recolhia lições da experiência, começando a distinguir, então, entre a teoria e a prática revolucionária.¹³³ Vejamos um exemplo. Bolívar, então general, se encontrava em Mérida, província venezuelana limítrofe que, na ocasião, ocupara, juntamente com a de Trujillo, após dois meses de espera pela permissão da Presidência para invadir a Venezuela. Numa carta, então, de 25 de maio de 1813,¹³⁴ dirigida ao Presidente das Províncias Unidas (25/5/1813), declarava com angústia:

Dentro de dos meses podremos ver enteramente libertada la república de Venezuela, siempre que, como lo espero del Soberano Poder Ejecutivo de la Unión, se me autorice para obrar con arreglo a las circunstancias, pues de otro modo no aprovecharemos la bella oportunidad que se nos ofrece y perderemos el tiempo, como hemos perdido estos tres meses pasados arruinando el erario, destruyendo el entusiasmo de las tropas y exponiendo la suerte del ejército sin ventaja alguna, y desperdiciando las que el enemigo nos ha presentado. [I, pp. 54-5]

Um clamor análogo havia sido revelado no final do *Manifiesto de Cartagena*, quando Bolívar enfatizava que a glória da Nova Granada dependia dela tomar, a seu cargo, a empresa de marchar à Venezuela. O povo *caraqueño*, insistia, cujos clamores se dirigiam aos compatriotas *granadinos*, aguardava “con una mortal impaciencia.” [I, p. 48] Mais do que nunca, reforçava junto ao Congresso de Cartagena, devemos atacar com rapidez e vigor.

Se a Primeira República foi federalista, a Segunda foi centralizada na figura de Bolívar. Com a exceção de Maracaibo e de Guayana, toda a Venezuela estava sob o controle dos patriotas. (Desde o início da fulminante *Campaña Admirable* em maio de 1813, durante a qual, de fato, haviam sido recuperadas as províncias de Mérida, Trujillo, Valencia e, finalmente, Caracas, no dia 06 de agosto.) Como comandante de fato da revolução, Bolívar evitou a restauração da Constituição de 1811, ao contrário do que havia dito, em Trujillo, no dia 15 de junho,¹³⁵ impondo uma política sem mercê para com os espanhóis e, sobretudo, um governo forte e centralizado. Esperava, com isso, “impedir a debilidad política a que ele, pessoalmente, atribuiu à queda da Primeira República.”¹³⁶ Dois dias depois de sua chegada a Caracas, Bolívar assim falava aos integrantes da Comissão Político-Militar do Supremo Congresso da Nova Granada:

¹³³ Cf. MARTINEZ, Nelson. *Simón Bolívar* cit., p. 43.

¹³⁴ Bolívar havia recebido dois dias antes, pela primeira vez, na mesma cidade, o título de Libertador, ratificado em Caracas no dia 14 de outubro de 1813.

¹³⁵ “Nosotros somos enviados a destruir a los españoles, a proteger a los americanos, y a restablecer los Gobiernos Republicanos que formaban la Confederación de Venezuela. Los estados que cubren nuestras armas, están regidos nuevamente por sus antiguas Constituciones y Magistrados, gozando plenamente de su libertad e independencia.” [III, p. 555]

¹³⁶ BUSHNELL, David. “A independência da América do Sul espanhola” cit., p. 141.

Ínterin se organiza un gobierno legal y permanente, me hallo ejerciendo la autoridad suprema, que depondré en manos de una asamblea de notables de esta capital [Caracas] que debe convocarse para exigir un gobierno conforme a la naturaleza de las circunstancias [...].” [I, pp. 58-9]

Tal espírito parecia perfeitamente anunciado na Carta ao Arcebispo de Caracas na ocasião em que o conclamava a intimidar os párocos para que explicassem “semanalmente los justos principios de la emancipación americana”:

El general en jefe después de haber restablecido la república ha empleado y sostendrá en sus resoluciones aquel carácter fuerte que aterre a tan pérfidos maquinadores, que mantenga en el respecto debido a todos los súbditos del gobierno y que infunda en las demás naciones la decorosa consideración a que es acreedor el pabellón de una república civilizada y triunfante. [I, p. 59]

6.

Já na Carta ao Congresso da Nova Granada, de 14 de novembro de 1813, afirmava com obstinação seus propósitos em torno da repressão às cidades insubmissas, tarefa irremediavelmente ligada à organização de um exército fortemente disciplinado. Mais ainda, destacava-se o otimismo em torno dos resultados favoráveis e, portanto, a certeza de que os erros do passado não mais se repetiriam.

Mi autoridad y mi destino en Venezuela están reducidos a hacer la guerra; en efecto, asegurado todo el territorio libertado de agresiones exteriores y de conmociones interiores, partiré a castigar la rebelde obstinación de Coro y de Guayana, y no dejar pie para nuevas tentativas de los opresores. He establecido una suscripción para mantener un ejército que haga respetar al gobierno independiente [...]. A estas se reducen las principales medidas que he adoptado, y de las cuales tengo derecho a esperar las más benéficas resultas. Por ellas creo afianzar para siempre la independencia venezolana y hacerla generalmente reconocer [I, pp. 60-1]

Ao invés dos americanos *pusilánimes* e *estúpidos* que representava a Espanha, concluía, viu *hombres intrépidos* e *inteligentes* aniquilar a seu *caudillo* mais ponderado, isto é, a Monteverde.

A guerra na Venezuela não estava ganha. Enquanto Bolívar avançava pelo oeste, Santiago Mariño (1788-1854), um caudilho menor do leste, dirigia a libertação de Cumaná.¹³⁷ “Cuando, el 11 de enero de 1813, [...] encabezó una pequeña expedición, la famosa ‘cuarenta

¹³⁷ Cf. LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas* cit., p. 199.

u cinco', de Trinidad a Güirria, condujo a la banda de su hacienda como un verdadero caudillo, para operar en un territorio donde tenía propiedad, parientes y dependientes.”¹³⁸ Mas, em 19 de agosto de 1813, Mariño ocupou Barcelona, declarando-se ditador das Províncias do Oriente.¹³⁹ O Libertador, então, defrontava-se com a alternativa, inadiável para ele, de propor a união das forças diante da fragmentação do comando militar. Além disso, Mariño procurou submeter, a seu mando, a Ilha de Margarita. Bolívar comunicava as intenções de seus esforços ao Coronel Juan Bautista Arismendi: “He adoptado un partido en consecuencia, y es de interponer con el general Mariño mi mediación y el interés de la unión de las provincias, a efecto de que nunca obre hostilmente contra la isla de Margarita.” [I, p. 78] Diante da hostilidade de Mariño, em contrapartida, à idéia de unidade de ação, Bolívar apertou ainda mais a pressão sobre os espanhóis,¹⁴⁰ concentrando suas ações contra Puerto Cabello, para onde Monteverde, após um gradativo recuo, viu-se obrigado a retirar. Foi nessas circunstâncias que, de Valência,¹⁴¹ o Libertador escreveu a Santiago Mariño:

[...] no me parece propio retardar el establecimiento de un centro del poder para todas las provincias de Venezuela. Me parece, si, a propósito, que haya dos departamentos militares de Oriente y de Occidente al cargo de los jefes actuales, o de aquellos que elija el gobierno supremo de Venezuela, o sea el presidente de los estados. Las provincias deben ya elegir sus representantes para la asamblea general a la cual toca el nombramiento de este presidente que ha de tener el mando supremo [...]. [I, p. 81]

A nação, por isso, deveria apresentar-se ao mundo dignamente submetida a um governo central. Por trás dessas preocupações, de outra parte, se entrevê também os propósitos permanentes de dar a constitucionalidade aos governos que se formavam.

7.

¹³⁸ LYNCH, John. “Los caudillos de la independencia” cit., p. 204. “Mariño no era un bandido social. Como Simón Bolívar, procedía de la élite colonial e intentó movilizar fuerzas sociales, no cambiarlas.”

¹³⁹ John Lynch apresenta este acontecimento como exemplo da vaga consciência nacional dos caudilhos. Com efeito, Mariño “no sólo estableció una comandancia militar autónoma en el Este sino también, una entidad política independiente de Caracas y de la dictadura de Bolívar.” Assim, “caudillos como Mariño nunca adquirieron una visión nacional, menos aún, la americana de Bolívar.” (*Ibidem*, pp. 206-7.)

¹⁴⁰ Cf. CASTRO, Moacir Werneck de. *O Libertador* cit., p. 69.

¹⁴¹ De Valência Mariño dirigia também suas preocupações para com a ocupação da Província de Barinas pelas forças realistas comandadas por Francisco Yañes, um espanhol das ilhas Canárias. “Es pues forzosa necesidad obrar hostilmente contra los enemigos de la provincia de Barinas, y someter por la fuerza aquellos pueblos refractarios de la misma, afectos a la causa española, que obstinadamente hacen la guerra a la libertad. Mientras no se haya conseguido arrancar de raíz el germen de las irrupciones, fijar la opinión a favor de la independencia, y mientras no se vea el orden nacer de la fuerza, no es posible abandonar la suerte de la provincia de Barinas al régimen de las leyes.” [I, p. 79]

Não se pode descartar, evidentemente, as ligeiras intenções de Bolívar em afastar diante de Mariño – e das reservas da aristocracia *criolla* como um todo – as suspeitas de apropriar-se do poder.¹⁴² Mas o que, no final, acabava predominantemente se impondo eram as advertências sobre a necessidade de centralização. O Libertador, portanto, propunha, pela primeira vez, a união entre a Venezuela e a Nova Granada como a única possibilidade de se formar uma nação que inspirasse às demais a consideração que lhe era devida. E poderíamos dividir a Venezuela, perguntava, em duas? A unidade era, para ele, um imperativo histórico: “Nuestra seguridad y la reputación del gobierno independiente nos impone al contrario el deber de hacer un cuerpo de nación con la Nueva Granada. [...] La unión bajo un solo gobierno supremo, hará nuestra fuerza, y nos hará formidables a todos.” A aspiração voltaria a ser tema da breve proclama de 06 de maio de 1814. Em 27 de outubro ainda diria: “[...] la unión debe salvarnos [...]” [I, p. 102]

Em 02 de Janeiro de 1814, quando uma assembléia representativa lhe outorgou poderes supremos, Bolívar, finalmente, obteve a base constitucional para o novo e rigoroso executivo que tanto almejava. “Durante a guerra civil e a revolução interna – dizia a Camilo Torres – nossa administração deve reduzir-se ao denominador mais simples. Dele obteremos força e rapidez.” Ao escrever-lhe também do Quartel General de Puerto Cabello, um mês depois de ter se tornado ditador, mencionava a importância de se adotar a urgente medida de pôr a Inglaterra entre os interesses patriotas. Datavam, de fato, deste período, suas primeiras referências à estratégia de aliança com a potência européia¹⁴³ após a queda de Napoleão. Bolívar, com efeito, enfatizava a Camilo Torres que a derrota de Bonaparte, no Norte da Europa (*suceso demasiado confirmado*) tinha uma transcendência imediata sobre a situação dos americanos. Ele se antecipava à iminência de que a Espanha, já evacuada pelos franceses e após afiançar mais solidamente sua independência, voltaria inevitavelmente seus olhares para a América. “Es menester prevenir *aceleradamente* este golpe”. Era claro para o

¹⁴² “Yo reitero de nuevo mis protestaciones, que me serán sagradas, de no conservar autoridad ninguna, aun aquélla que me confieren los pueblos y mucho menos la de jefe supremo del estado. Lo he ofrecido en mis proclamas, y seré fiel a mis promesas.” [I, p. 81]

¹⁴³ Não se pode, obviamente, esquecer de sua viagem (já como coronel aos 27 anos) com Andrés Bello e Luis López Mendez à Inglaterra, entre os meses de julho e setembro de 1810. A missão tinha por finalidade obter a ajuda britânica contra o inimigo comum, a França de Napoleão. A viagem oficial contribuiu para a abertura dos portos sul-americanos ao comércio inglês. Bolívar, através de sua atividade diplomática em Londres, já havia percebido, desde então, que Inglaterra seria uma peça chave na independência da América Espanhola. Cf. STOETZER, O. Carlos, “Bolívar y Europa”. In: STEGMANN, Wilhelm (Hrsg.). *Simón Bolívar: Persönlichkeit und Wirkung* cit., 1984, p. 81. Um dos episódios curiosos dessa missão, bastante conhecido, teria sido a precipitação de Bolívar em anunciar ao secretário de Relações Exteriores, Richard Wellesley, que o objetivo da Venezuela era declarar-se independente da Espanha, quando o emissário britânico havia enfatizado o bom estado das relações entre a Junta de Cádiz e o governo de Londres contra Napoleão. Cf. CASTRO, Moacir Werneck de. *O Libertador* cit., p. 45.

Libertador que a Inglaterra exercia uma preponderância decisiva sobre os negócios de Espanha [I, p. 89]. Se a Grã Bretanha havia protegido a América das forças napoleônicas, contribuindo, além disso, para conjurar o perigo de Bonaparte na Europa, só ela seria capaz de neutralizar a ameaça espanhola: “[...] si ella abraza nuestro partido como Señora de los Mares, burlará los esfuerzos de aquella, si se obstina en subyugarnos.” Uma série de correspondências com autoridades inglesas, ao longo da Segunda República, acenara até mesmo com perspectivas de monopólio para o comércio britânico, em troca de empréstimos, armas e proteção naval à costa venezuelana.¹⁴⁴ De outra parte, é possível entrever em dois documentos específicos,¹⁴⁵ uma modificação estratégica nos argumentos de Bolívar. Para convencer o governo inglês a favorecer as forças patrióticas, apesar da neutralidade estrita que observava a respeito da Espanha, o Libertador passava a se referir ao perigo de contágio, sobre as Colônias Inglesas, que representava o exemplo fatal das revoltas de escravos e do ódio dos mestiços contra o branco, fomentado pelos realistas. Nesses documentos, portanto, encontramos evocações que reportavam diretamente aos socorros militares, não para o auxílio republicano, mas, sim, para conter os excessos que pudessem ter uma tendência direta em perturbar a tranqüilidade das colônias britânicas [I, p. 98]. Desse modo, é possível ler nas Instruções para o Comissionado da Venezuela junto ao intermediário britânico para solicitar auxílios sobre aquelas que demonstravam propriamente essa finalidade. Na 1.^a, por exemplo, era solicitado o auxílio de fuzis (até o número de dois mil) para conter os excessos das facções internas fomentadas pelos espanhóis. Também na 3.^a, assegurava-se a utilização dos socorros não contra os espanhóis, mas, sim, contra os *bandidos* e *esclavos fugitivos* “que llevan el pillaje, la muerte y la desolación por muchas de nuestras más bellas poblaciones y haciendas.” [I, p. 100]

8.

¹⁴⁴ “Fueron desde el principio”, dizia numa carta a Richard Wellesley, então afastado de qualquer cargo, “mis primeras disposiciones enviar agentes extraordinarios cerca de S. M. B.; pero he querido más bien aguardar el momento en que he juzgado asegurada nuestra suerte, para pedir la amistad y auxilios de la nación poderosa de que es Vd. un principal ornamento.” [I, p. 88] Alusões como, por exemplo, aos votos da Venezuela por separar-se da *tiránica dominación española*, surgiam na carta a General Sir George Beckwith, Governador de Barbados (05 de maio de 1814). Merece destaque também a carta ao Ministro das Relações Exteriores do Governo de S. M. B. de 10 de junho de 1814 [I, pp. 95-7], na qual Bolívar chegara até falar que as duas primeiras medidas da revolução em todas as regiões da América eram (1) *sacudir el yugo español* (ditada pela natureza, a justiça, a honra e o próprio interesse) e (2) estabelecer *amistad y comercio con la Grã Bretaña* (aspirada pela confiança na generosidade da nação inglesa, no augusto caráter do seu Governo e os recíprocos interesses de um e outro povo).

¹⁴⁵ Carta de 17 de junho de 1814 ao Ministro das Relações Exteriores da Grã-Bretanha e uma relação de Instruções para o Comissionado da Venezuela junto ao Comandante em Chefe das Forças de Terra de S. M. B. e o Almirante da Estação de Barbados, de 19 de junho do mesmo ano.

Derrotado, Bolívar (com Mariño e 42 patriotas) deslocou-se novamente para Cartagena (20/9/1814), de onde havia partido há pouco mais de um ano, para prestar contas, na Nova Granada, da campanha iniciada sob os seus auspícios. Lá encontrara entraves realistas que ainda permaneciam insubjugados; o insolúvel conflito entre federalistas e centralistas continuava latente. “Os colombianos, inteirados dos horrores da *guerra a muerte* na Venezuela, estavam divididos”. Em meio a estas condições adversas, Bolívar trazia, a partir da justificação de suas ações militares, elementos concernentes à recepção positiva de sua missão entre os granadinos. Daí o tom insistente, em 28 de outubro de 1814, ao Presidente da Nova Granada: “Mi espíritu no gozará un solo instante de reposo, mientras el voto general del augusto Congreso granadino no decida que mis operaciones han sido justas; que mis intenciones no han sido guiadas por outro norte que la justicia y la salud pública.” [I, p. 104] Perante o Congresso confederado da Nova Granada, reunido em Tunja, fez valer a força de sua argumentação.¹⁴⁶ Foi, então, nomeado capitão-geral das forças federadas. Ao mesmo Congresso proporia também, durante a sua sessão inaugural, o envio de delegados às potências européias para promover o apoio à independência da América. Sua primeira missão foi subjugar a rebelde Santa Fé (atual Bogotá) que resistia a fazer parte da União Granadina, recusando-se a acatar as resoluções do Congresso de Tunja. Cumprida a pacificação de Cundinamarca, o propósito de Bolívar era dirigir-se às províncias limítrofes de Santa Marta e Maracaibo para restabelecer a libertação da Venezuela.¹⁴⁷ Temas como a reorganização dos exércitos [I, p. 108] constituem ingredientes constantes em suas cartas durante esse período. Mais ainda, é possível observar, nesses documentos, as exigências de Bolívar para com ordens convenientes do governo a fim de que, centralizado, de fato, o comando militar, se obedecessem as deles [I, p. 109]. Mais ainda, elementos como os que transcendiam os limites da região, onde sua ação era desenvolvida, em direção ao continente americano em sua totalidade conformavam, desde então, o núcleo de seu pensamento. Muitas de tais reflexões que apontavam para tendência do Libertador a considerar o problema da América Espanhola

¹⁴⁶ Cf. CASTRO, Moacir Werneck de. *O Libertador* cit., p. 78, que fala a respeito das diferentes percepções que os granadinos tinham de Bolívar. “Alguns continuavam vendo em Bolívar um herói – o Libertador. Outros o hostilizavam, acusando-o de ambição desmedida e autoritarismo, criticando-o por querer dar dimensões continentais ao conflito. Para o que utilizaria os granadinos como instrumento; contestavam, enfim, sua capacidade de chefe militar.” (p. 77.)

¹⁴⁷ Cf. MARTINEZ, Nelson. *Simón Bolívar* cit., p. 53. Em carta a Juan Jurado, de 08 de dezembro de 1814, Bolívar dizia: “Yo inmediatamente que entre en Santafé, volveré a salir hacia Venezuela, sin mezclarme en nada de lo relativo a este país [Nova Granada], excepto lo que respecta a los auxilios militares que necesito para tomar el Occidente de aquella república, cuya capital estará ya ocupada por las tropas de Oriente.” [I, pp. 106-7].

dentro do contexto da política mundial culminariam na *Carta de Jamaica*.¹⁴⁸ Bolívar enumerava esses princípios com uma clareza particular, associando-os, por sua vez, ao ideal da unidade sem vacilações:

[...] si deseo el que se me autorice de un modo amplio en lo relativo a la guerra, es porque estoy determinado a tomar a Santa Marta, Maracaibo, Coro y volver por Cúcuta, a libertar el Sur hasta Lima, si es posible; pero para esto se necesita que todo marche uniformemente y que no se haga nada fuera del plan que me he propuesto, pues en la unidad consiste la mejor parte de nuestros buenos sucesos.

Em Mompós, Bolívar esperava o auxílio, em armamentos, de Manuel Castillo, comandante de Cartagena que se recusara a lhe obedecer, para atacar Santa Marta, onde os espanhóis se encontravam fortemente plantados. As tropas de Bolívar, atacadas pelo impaludismo e a varíola, nada podiam fazer sem a ajuda daquela praça. Diante do impasse, o Libertador novamente exaltava a necessidade de se acelerar os acontecimentos: “[...] y cuantas ventajas”, advertia ao Governador Juan de Dios Amador em 22 de fevereiro de 1815,

lograríamos, si, obrando con rapidez, marchásemos luego sobre el enemigo, antes que un evento inesperado frustre nuestra empresa de libertar Santa Marta. [...] Estoy pronto a sacrificar hasta el honor de ser el libertador de mi país. Renuncio el mando del ejército, si se desconfía de mi buena fé. [I, p. 126]¹⁴⁹

9.

Bolívar deixava a Nova Granada, depois de seis meses de serviço militar, com destino à Jamaica, no dia 09 de maio de 1815. A despeito das condições altamente desfavoráveis, que justificariam qualquer desesperança,¹⁵⁰ ele apresentaria, na *Carta de Jamaica*, sua fé inabalável e apaixonada na vitória final da revolução. “El suceso coronará nuestros esfuerzos porque el destino de la América se ha fijado irrevocablemente [...]” [I, p. 150] O curso da revolução parecia estar assegurado pela história e, no máximo, poderia ser adiado a curto prazo. Nessa perspectiva, se a pacificação da reconquista fosse consolidada, “los hijos de los actuales americanos, unidos con los de los europeos reconquistadores, no volverían a formar dentro de veinte años, los mismos patrióticos designios que ahora se está combatiendo?” [I, p. 162] Suas projeções partiam novamente (o esquema seguia sendo o mesmo) do balanço

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 59.

¹⁴⁹ A despeito das suspeitas de que seu desinteresse fosse um ardid, Bolívar, para todos os efeitos, foi confirmado no comando.

¹⁵⁰ Bogotá logo sucumbiria às forças do General Pablo Morillo.

traçado sem complacências da trajetória da revolução na Venezuela e na Nova Granada.¹⁵¹ Entretanto, a análise extrapolava o âmbito local para se deter nos diagnósticos sobre a totalidade continental. Um dos primeiros esclarecimentos, nesse sentido, tratava de especificar o teor das conjecturas. Quais transformações concretas seriam possíveis especificar para o futuro imediato da revolução? Nesse sentido, Bolívar enfatizava, sobretudo, a incerteza.

[...] aunque una parte de la estadística y revolución de América es conocida, me atrevo a asegurar que la mayor está cubierta de tinieblas, y, por consecuencia, sólo se pueden ofrecer conjeturas más o menos aproximadas, sobre todo en lo relativo a la suerte futura y a los verdaderos proyectos de los americanos. [I, p. 159]

Mas a dificuldade dos prognósticos recaía, precisamente, no estabelecimento dos princípios sobre a política, isto é, a natureza de governo que seria adotado no Novo Mundo.

Toda idea relativa al porvenir de este país me parece aventurada ¿Se pudo prever cuando el género humano se hallaba en su infancia, rodeado de tanta incertidumbre, ignorancia y error, cuál sería el régimen que abrazaría para su conservación? ¿Quién se habría atrevido a decir, tal nación será república o monarquía, ésta será pequeña, aquella grande? [I, p. 164]

Qualquer conjectura, para Bolívar, por mais fundada que estivesse em diagnósticos convincentes da realidade, não poderia ultrapassar, ao que tudo indicava, os limites da adivinhação. Mas exatamente neste ponto ele acabaria revelando o sentido de suas projeções para as linhas políticas que a América seguiria. Elas não seriam movidas por um raciocínio provável, mas, antes, por um desejo racional, caracterizando-as de arbitrárias. Defrontamos, portanto, com um indício que induziria a perceber essas expectativas de Bolívar muito mais como a revelação espontânea de suas esperanças e desejos do que o fruto de uma análise racional. Mas veremos que ambos os fatores, apesar da afirmação de Bolívar, não eram, de modo algum, excludentes.

10.

¹⁵¹ Carlos Bosch García (“Lo que nos dejó Bolívar”. In: BOSCH GARCÍA, Carlos. *El descubrimiento y la integración iberoamericana*. México: UNAM, 1991, p. 168) insiste acertadamente que a Carta de Jamaica “analiza la realidad americana, *su realidad*, y se apoya para ello en *su* historia lanzándola a disquisiciones sobre el futuro del continente y las reacciones que se producirían en sus habitantes; pero también razona sobre la conducta que los dirigentes habrían de mantener ante esas poblaciones.”

Um dos núcleos fundamentais de Bolívar, na *Carta de Jamaica*, remontava à convicção de que da luta pela independência emergiriam repúblicas e não monarquias.¹⁵²

Y deseo más que otro alguno ver formar en América la más grande nación del mundo,¹⁵³ menos por su extensión y riquezas que por su libertad y gloria. Aunque aspiro a la perfección del gobierno de mi patria, no puedo persuadirme que el Nuevo Mundo sea por el momento regido por una gran república; como es imposible, no me atrevo a desearlo, y menos deseo una monarquía universal de América.

Diferenças instigantes que afloram neste trecho, mas também em outros, delineavam o paradoxo bolivariano. *Ele desejava, primeiro, uma grande nação regida pelo sistema republicano, mas reconhecia, sem ilusões, a impossibilidade do projeto.* De outra parte, a certeza da inviabilidade recaía igualmente sobre as perspectivas de uma grande monarquia, que, todavia, ele declaradamente rejeitava.¹⁵⁴ Novamente, o peso do herança colonial despontava como a referência determinante para a configuração das expectativas bolivarianas.

11.

Com efeito, na *Carta de Jamaica* algo parece evidente. A América, para Bolívar, pertencia ao futuro. As duas figuras do tempo, passado e futuro, ficavam, por sua vez, claramente delimitadas. Na introdução do documento, por exemplo, Bolívar mostrava-se

¹⁵² Essa convicção foi expressa por JAKSIC, Iván. “La república del orden” cit., p. 206.

¹⁵³ TORRES, Angel. “Integración de América: ¿sueño o realidad?” In: *Anthropos*. Los Teques (Venezuela): Instituto Universitario Salesiano Padre Ojeda, 2 (1992), p. 88, destaca, com certa devoção, que o projeto de integração de Bolívar apresentado nestes termos “es una visión profética, porque sin haber transitado aún por los caminos de América, intuye, con mirada anticipada, el futuro hemisférico, emitiendo juicios tan exactos que jamás han sido igualados.”

¹⁵⁴ Parece uma constante na ação política de Bolívar a capacidade de não esmorecer nas realidades mais adversas. Pode-se dizer, com certeza, que, na Jamaica, como chefe militar num exílio forçado, viveu a pobreza mais austera. É certo, em contrapartida, o fato de ele ter contado com alguns benfeitores (como o inglês Maxwell Hyslop) que lhe socorreram, com auxílios econômicos, em mais de uma ocasião. Da mesma forma, ele procurou encontrar soluções financeiras para outros exilados venezuelanos que haviam também se dirigido para a ilha caribenha. Mas, episódios verdadeiramente constrangedores para um aristocrata até então acostumado com uma vida refinada e de abundâncias denotam, sem dúvida, um quadro indiscutivelmente singular da trajetória bolivariana. Citemos alguns deles:

(1) a materialização de uma série de atentados contra a sua vida devido à intensificação de sua ação política;

(2) a presumida consideração da possibilidade de suicídio (que teria enigmáticamente confessado ao inglês Maxwell Hyslop, seu principal apoio) [I, p. 182];

(3) a impossibilidade de pagar os serviços oferecidos pela mulher na modesta pousada onde se encontrava, donde, por isso, havia provisoriamente saído [I, p. 186].

De qualquer forma, o dilema principal de Bolívar era, sem dúvida, ter em mente a união das várias tendências políticas contra os espanhóis, quando, na verdade, se encontrava num exílio provocado, em grande parte, pela desunião interna na Nova Granada. Cf. BELLOTTO, Manoel Lelo & CORRÊA, Anna Maria Martinez. “Bolívar e a luta pela independência da América” cit., p. 19.

sensível ao interesse de Henry Cullen pela sorte de sua pátria, “afligiéndose con ella por los tormentos que padece, desde su descubrimiento hasta ellos últimos períodos, por parte de sus destructores los españoles [...]” [I, p. 159] O passado hispânico, de fato, figurava predominantemente como uma “massa” homogênea de tempo cujo sentido tendia a uniformizar os acontecimentos nela referidos. O caráter geral, aliás, prevalecia sobre as menções a eventos singulares. Tal tendência, como vimos, era verificável em quase todas as alusões ao tema no conjunto da documentação. A cadência específica dessa figura de tempo definia-se, sobretudo, pela estagnação. Mas não era só. Operações retóricas sobre a degeneração da conduta dos dominadores, que, segundo Bolívar, teria relaxado o pacto colonial, indicavam até mesmo um coeficiente de regresso do ritmo temporal. Se, durante o domínio peninsular, a opinião era a força da Espanha e por ela se estreitavam mutuamente as partes da imensa monarquia [I, p. 160], no presente, continuava Bolívar, “sucede lo contrario: la muerte, el deshonor, cuanto es nocivo, nos amenaza y tenemos: todo lo sufrimos de esa desnaturalizada madrasta.” O que antes enlaçava, fazendo do princípio de adesão algo que parecia eterno, agora divide (“el lazo que la unía a la España está cortado” [I, p. 160]).

A fissura introduzida no tempo pela revolução – que o dividiria entre passado e futuro, inaugurando, pois, uma nova temporalidade – era, então, inevitável: “[...] más grande es el odio que nos ha inspirado la Península, que el mar que nos separa de ella; menos difícil es unir los dos continentes, que reconciliar los espíritus de ambos países.” O Libertador parecia aludir à crise do sistema colonial, denunciando especialmente os laços de adesão como o “apego forzado por el imperio de la dominación.” Desse modo, a revolução se inscrevia na história como a consequência inevitável da degeneração intrínseca ao colonialismo. A metáfora do novo tempo, então, seria anunciada em termos nitidamente iluministas: “El velo se ha rasgado, ya hemos visto la luz, y se nos quiere volver a las tinieblas; se han roto las cadenas; ya hemos sido libres, y nuestros enemigos pretenden de nuevo esclavizarnos.” A reação espanhola, para todos os efeitos, postularia sempre uma regressão qualitativa. Ao inaugurar uma era distinta da precedente, o tempo revolucionário se caracterizaria fundamentalmente pela novidade: “[...] incertos sobre nuestro destino futuro, y amenazados por la anarquía, a causa de la falta de un gobierno legítimo, justo y liberal, nos precipitamos en el caos de la revolución.” [I, p. 167] De fato, se para o passado vislumbrava-se o tempo homogêneo, os prognósticos sobre o futuro pareciam dispensar qualquer apoio sobre as soluções anteriores. Daí a dificuldade, segundo Bolívar, de se definir o porvir dos projetos americanos, sempre coberto de trevas. “¿Se pudo prever cuando el género humano se hallaba en su infancia, rodeado de tanta incertidumbre, ignorancia y error, cuál sería el régimen que

abrazaría para su conservación?” Termos como “infancia”, “ignorancia” e “error” pareciam denotar a idéia de um projeto para o qual, apesar de ter tudo por fazer, não era oferecida qualquer experiência histórica realmente válida. O futuro, um tempo profundamente heterogêneo em relação ao passado, tornava-se passível somente de conjunturas mais ou menos aproximadas, que nem mesmo, a estatística sobre a revolução poderia superá-las.

12.

Falou-se que essa característica estaria inevitavelmente associada ao drama de se pensar a realidade nacional no Novo Mundo. Havíamos visto que o paralelo histórico entre a fragmentação do Império Romano e as guerras de independência da América tendia a acentuar a singularidade irreduzível do segundo caso. Se em ambos os exemplos cada membro formaria um sistema político conforme os seus interesses e situação “o siguiendo la ambición particular de algunos jefes, familias o corporaciones”, as partes dispersas do Império Romano “volvían a restablecer sus antiguas naciones con las alteraciones que exigían las cosas o los sucesos [...]” [I, p. 164]¹⁵⁵ Já para a situação americana os modelos precedentes, o indígena e o espanhol, se mostrariam inadequados por razões que Bolívar indicaria com sua formidável capacidade intelectual:

[...] mas nosotros, que apenas conservamos vestigios de lo que en otro tiempo fué, y que por otra parte no somos indios ni europeos, sino una especie media entre los legítimos propietarios del país y los usurpadores españoles¹⁵⁶: en suma, siendo nosotros americanos por nacimiento y nuestros derechos los de Europa, tenemos

¹⁵⁵ É curioso notar que dessa comparação fez uso também, mas em sentido inverso, Andrés Bello, o primeiro preceptor de Bolívar que, não obstante, exerceu pouca influência sobre ele. Bello, no prólogo de sua *Gramática de la lengua castellana* (1847), temia que a dissolução do império espanhol ameaçasse reproduzir na América Espanhola a gradual corrupção do latim que a queda do Império Romano havia desencadeado. O idioma, para ele, era uma importante meio da ordem nacional e da unidade continental. “Juzgo importante la conservación de la lengua de nuestros padres en su posible pureza, como un medio providencial de comunicación y un vínculo de fraternidad entre las varias naciones de origen español derramadas sobre los dos continentes.” JAKSIC, Iván. “La república del orden”, cit., pp. 216-7. Uma avaliação equivocadamente contrária foi indicada, às pressas, por MENINI, Marino. “Andres Bello: su personalidad y su filosofía”. In: *Anthropos*. Los Teques (Venezuela): Instituto Universitario Salesiano Padre Ojeda, 1 (1981), p. 60, ao afirmar que, com sua gramática, Andrés Bello desterrou o invasor até da linguagem.

¹⁵⁶ Para RAMOS PÉREZ, Demetrio. “Nación, Supernación y Nación local” cit., pp. 186-7, Bolívar, aqui, se referia à impossibilidade de se adotar as soluções do “reino indígena mirandino” e o da “nação provincial”, já experimentada no tempo da dominação espanhola. Uma explicação em nada desprezível, mas que, tomada isoladamente, não leva em conta a ambigüidade dos pronunciamentos bolivarianos ao longo de sua trajetória. Com efeito, veremos, no último capítulo que o Libertador acabaria por admitir claramente a vertente colonial quando das negociações em torno da emancipação boliviana. (Trata-se, pois, de uma passagem que, ao que tudo indica, não recebeu a devida consideração de Ramos Pérez.) Fico, neste caso, com as interpretações clássicas segundo as quais Bolívar se reportava aos setores *criollos*. Cf. MARTÍNEZ, Nelson. *Simón Bolívar* cit., p. 61; LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas* cit., p. 30.

que disputar éstos a los del país y que mantenernos en él contra la invasión de los invasores; así nos hallamos en el caso más extraordinario y complicado [...].

13.

Pouco a pouco, as dissensões internas, quase simultâneas em múltiplas repúblicas, se tornariam gritantes demais para serem neutralizadas pelo otimismo dos anos anteriores. Na mesma proporção de tal reconhecimento, as operações discursivas de Bolívar, por sua vez, reclamavam o imperativo de se acelerar as ações preventivas. Assim, confessava a J. R. Revenga, em 24 de julho de 1826, o desejo de que a Colômbia fosse submetida a uma reforma radical. [II, p. 433] Outros exemplos ilustravam uma ênfase não menos insistente, associada, em grande parte, ao mesmo núcleo discursivo de intervenções sobre os fatores de desagregação. Um exame mais atento das variantes permite destacar, sem dúvida, as referências de Bolívar à situação peruana (a mais crônica, para ele, no quadro geral das avaliações conjunturais). Assim, vemos emergir, nestes casos, a exigência de medidas de repressão às conspirações organizadas por militares em meados de 1826: “[...] y ahora que se acaba de descubrir una revolución tramada contra el gobierno, contra mí y contra los colombianos, se hace más necesaria la venida de estas tropas a mantener el orden y la tranquilidad en un país que parece no alimentarse sino del desorden y la intriga.” [II, p. 433] Uma das atitudes para conter a revolta, dentro dos próprios corpos nacionais, foi a convocação de dois batalhões colombianos para guarnecer Arequipa [II, p. 434]

Tínhamos visto quais críticas Bolívar havia dirigido à herança colonial na *Carta de Jamaica*. Sua análise centrara-se, sobretudo, na associação entre o passado despótico, que não oferecia nenhuma lição válida de organização e ação pública, e as insuficiências político-militares do movimento independentista.¹⁵⁷ Contudo, se situarmos tal núcleo no enredo das esperanças bolivarianas que se está reconstruindo, emergirá novamente o mecanismo das relações assimétricas entre passado e futuro. “Los estados americanos”, dizia nesse sentido, “han menester de los cuidados de gobiernos paternales que curen las llagas y las heridas del despotismo y la guerra.” [I, p. 169] Voltava, portanto, com maior urgência, ao seu tema permanente: a necessidade de um governo central enérgico, pois a revolução carecia, sobretudo, de poder e de unidade.¹⁵⁸ “Seguramente la unión es la que nos falta para completar la obra de nuestra regeneración.” [I, p. 174] Mas essa união, reconhecia, não cairia do céu por

¹⁵⁷ Cf. DONGHI, Túlio Halperin. *Disolución de los imperios ibéricos* cit., pp. 175-6.

¹⁵⁸ Cf. LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas* cit., 206.

meio de prodígios divinos e tampouco resultaria de fatores espontâneas das sociedades sublevadas. Nas entrelinhas do discurso era possível vislumbrar, novamente, os indícios da experiência temporal a que vimos nos referindo (a do Prometeu Moderno que destrona as forças impessoais do tempo histórico, acelerando-o, numa escala nunca antes vista, por intermédio da intervenção que antecipa o futuro). “Yo diré a Vd. lo que puede ponernos en actitud de expulsar a los españoles y de fundar un gobierno libre: *es la unión*, ciertamente; mas esta unión no nos vendrá por prodigios divinos sino por efectos sensibles y esfuerzos bien dirigidos.” Vemos que a união, para Bolívar, não seria também uma consequência do movimento independentista, mas, sim, nada mais do que sua pré-condição.

14.

As idéias visionárias de Bolívar, outra vez, entrariam em ação, pois, a despeito de reconhecer, não sem amargura, a inviabilidade da Nação Continental, não deixaria de tecer certas imagens utópicas da realidade ardentemente desejada. Observemos a primeira das duas de suas principais menções a essa vontade: “La metrópoli, por ejemplo, sería Méjico, que es la única que puede serlo por su poder intrínseco, sin el cual no hay metrópoli. Supongamos que fuese el istmo de Panamá, punto céntrico para todos los extremos de este vasto continente [...]” [I, p. 169] A outra alusão, na parte final do célebre documento, após revisar o panorama de cada um dos focos revolucionários no continente, trazia à tona ingredientes significativos que justificariam, por si só, a idéia de uma Super-Nação:

Es una idea grandiosa pretender formar de todo el Mundo Nuevo una sola nación con un solo vínculo que ligue sus partes entre sí y con el todo. Ya que tiene un origen, una lengua, unas costumbres y una religión, debería, por consiguiente, tener un solo gobierno que confederase los diferentes estados que hayan de formarse [...]” [I, p. 172]

Que belo, continuava, seria que o Istmo do Panamá fosse para os americanos o que Corinto havia sido para os gregos. No meio dessas operações retóricas afluíam as primeiras alusões ao desejo de que se instalasse ali “un augusto congreso de los representantes de las repúblicas, reinos e impérios a tratar y discutir sobre los altos intereses de la paz y de la guerra, con las naciones de las otras tres partes del mundo.” [I, pp. 172-3]. Esta espécie de corporação, como a denominava Bolívar, poderia ter lugar “en alguna época dichosa de nuestra regeneración.” [I, p. 173] Para ele, naquele momento, tratava-se curiosamente de uma entre outras tantas de suas esperanças infundadas. Mas, se fizermos uso da visão retrospectiva

dos acontecimentos que lhe sucederam (e, claro, somente neste caso), seria possível vislumbrar, por trás da conjectura cautelosa, uma previsão de admirável descortino a respeito do que ocorreria onze anos depois.

15.

Em meio a adversidades intransponíveis, Bolívar mostrava-se de acordo com a tese de M. de Pradt quanto ao número de estados independentes que se poderiam constituir na América do Sul, isto é, entre 15 e 17. Mas o que suas expectativas revelavam a respeito dos sistemas de governo que os países americanos poderiam adotar? Antes de responder à questão, Bolívar propunha um breve diagnóstico da revolução no tocante ao tema. Todos os governos, dizia, marcaram seus primeiros passos com o estabelecimento de juntas populares. [I, p. 167] A Venezuela ergueu um governo democrático e federal. O mesmo seguira, no início, a Nova Granada. Contudo, o executivo havia sido recentemente aperfeiçoado, obtendo, assim, as tantas atribuições que lhes seriam correspondentes. Apesar de se referir ligeiramente a Buenos Aires e ao Chile, que teriam seguido a mesma linha de governo dos casos anteriores, as distâncias e a ausência de informações não permitiam o estabelecimento de diagnósticos mais precisos. Os sucessos do México, por sua vez, foram tão complicados para que pudessem ser analisados ao longo do curso da revolução. De qualquer forma, o povo da Nova Espanha, sob o comando dos generais Morelos e Rayón, se encontrava em plena sublevação pela liberdade. De todos estas referências, uma conclusão despontava. “Los acontecimientos de la Tierra Firme, nos han probado que las instituciones perfectamente representativas, no son adecuadas a nuestro carácter, costumbres y luces actuales. [I, p. 168]

16.

Essas considerações são, para nós, de fundamental importância, pois lançam uma luz sobre a natureza dos prognósticos bolivarianos que exprimem a relação assimétrica entre passado e futuro. “Voy a arriesgar el resultado de mis cavilaciones sobre la suerte futura de la América: no la mejor sino la que sea más asequible.” [I, p. 170]. Novamente, as expectativas de Bolívar mesclavam, como ele afirmara antes, esperanças e desejos com suposições esboçadas a partir de cálculos empíricos. Desse modo, ele refutava a conjectura de que os estados americanos viriam a ser governados por monarquias. Tal regime, “aunque es más fácil

conseguirlo, es menos útil, y así no soy de la opinión de las monarquías americanas.” Os argumentos de Bolívar em prol dos regimes republicanos são bastante conhecidos. Para os propósitos de nossa investigação caberia mencionar tão somente a sua convicção de que a república se circunscrevia sempre à esfera da conservação e da estabilidade. Já os exemplos históricos, dizia, demonstravam que a natureza endêmica das monarquias, quando confrontada com circunstâncias específicas, as conduziria, mais cedo ou mais tarde, para a degeneração despótica.¹⁵⁹

Nesse enredo parecia se inscrever a única exceção para o futuro republicano na América. Trata-se do caso mexicano. É certo que, aqui, Bolívar previra a tentativa inicial de estabelecer uma república representativa. Se por uma violenta administração (ou incapacidade) o poder executivo viesse a excitar uma comoção popular que triunfe, suas atribuições poderiam ser difundidas em uma assembléia. Mas, se o partido preponderante fosse militar ou aristocrático, a reação a estas mudanças poderia ser a exigência de uma monarquia. Ela em princípio seria limitada e constitucional; depois, declinaria inevitavelmente na forma absoluta. Os estados do istmo do Panamá até Guatemala formariam talvez uma associação.

A Nova Granada se uniria com a Venezuela, constituindo, se achassem conveniente, um governo central, cuja capital seria Maracaibo ou uma nova cidade que, com o nome de Las Casas, honraria ao “héroe de la filantropía”. Os selvagens que habitassem a nova nação seriam civilizados. Novos territórios poderiam ser adquiridos. Essa nação, como um tributo de “justicia” y “gratitud” ao criador do hemisfério ocidental, se chamaria Colômbia. Surge aqui também a primeira menção de Bolívar ao modelo inglês que, então, o governo colombiano deveria imitar. No lugar do rei, entretanto, haveria um executivo eletivo, no máximo vitalício e nunca hereditário. Bolívar propunha, também pela primeira vez, a idéia da câmara ou senado legislativo hereditário. Essa proposta, que seria objeto de grande polêmica em seu tempo e para a posteridade, voltaria a ser abordada mais detidamente por ocasião do *Discurso de Angostura* (1819). Na Carta de Jamaica, entretanto, as idéias básicas sobre a questão já eram dadas. Essa instituição se interporia, nas tempestades políticas, “entre las olas populares y los rayos del gobierno, y un cuerpo legislativo, de libre elección, sin otras restricciones que

¹⁵⁹ “No ejerciendo la libertad imperio, porque es precisamente su opuesto, ningún estímulo excita a los republicanos a extender los términos de su nación, en detrimento de sus propios medios, con el único objeto de hacer participar a sus vecinos de una constitución liberal. Ningún derecho adquieren, ninguna ventaja sacan vencéndolos; a menos que los reduzcan a colonias, conquistas o aliados, siguiendo el ejemplo de Roma. Máximas y ejemplos tales, están en oposición directa con los principios de justicia de los sistemas republicanos; y aun diré más, en oposición manifiesta con los intereses de sus ciudadanos: porque un estado demasiado extenso en sí mismo o por sus dependencias, al cabo viene en decadencia y convierte su forma libre en otra tiránica; relaja los principios que deben conservarla y ocurre por último al despotismo.” [I, pp. 169-70]

las de la cámara baja de Inglaterra.” [I, p. 171] De qualquer forma, essa constituição participaria de todas as formas sem incorrer – como era o desejo de Bolívar – em nenhum dos vícios. O fato de essa ser sua pátria dava-lhe, assim exprimia, o direito incontestável de desejar-lhe o que, em sua opinião, era o melhor. Resumidamente, um dos sonhos bolivarianos, brevemente anunciado em 1812, continuaria firme sua marcha: a formação da Colômbia a partir de um governo forte e a constituição de um senado hereditário. Pouco mais de seis anos depois a unificação dos dois estados se concretizaria. O curto espaço de tempo comprovaria seu empenho anunciado na *Carta de Jamaica*. Talvez, por isso, não surpreenderia o fato de que, com a morte de Bolívar (1830), a obra com a qual tanto se identificou tenha, ao mesmo tempo, entrado em colapso. O reconhecimento, na Carta de Jamaica, de que à Nova Granada poderia não convir um governo central, pelo seu apego ao federalismo, indica a consciência dos entraves históricos à realização de seus ideais.

Parece plausível reconhecer que o próprio diagnóstico de Bolívar sobre a sorte futura da América significava, por si só, a aceitação de que o surgimento de vários estados nacionais, na América, era algo realmente inevitável. Daí o conceito claro que tinha da necessidade de basear a independência conquistada numa série de nações no lugar de uma “nação continental”. Além disso, admitiria, desde logo, a incapacidade de um governo central de tais proporções para conter “el desorden actual” dos estados americanos. “Para que un solo gobierno dé vida, anime, ponga en acción todos los resortes de la prosperidad pública, corrija, ilustre y perfeccione al Nuevo Mundo, sería necesario que tuviese las facultades de un Dios, y cuando menos las luces y virtudes de todos los hombres.” O que ele dizia a respeito de uma monarquia semelhante poderia ser aplicado, sem dúvida, a sua própria idéia de república americana: ela nada mais seria do que um “coloso disforme”, destruído, ao menor sinal de convulsão, pelo seu próprio peso. Para o caso também da referência à adequação da idéia de Nação Continental aos critérios étnico-culturais do Novo Mundo, citada acima, Bolívar reconhecia, paradoxalmente, entraves não menos significativos. Tal projeto, afirmava, não seria possível “porque climas remotos, situaciones diversas, intereses opuestos, caracteres desemejantes, dividen a la América.” [I, p. 172] Nesse sentido, o abandono da idéia de Nação Continental correspondia à admissão da força do regionalismo. Mas tal reconhecimento estaria sempre relacionado à consciência do Estado como a principal instituição para a defesa da emancipação.¹⁶⁰

¹⁶⁰ Cf. KOSSOK, Manfred. “Revolución, Estado y Nación en la independencia”. In: VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica* cit., 1984, p. 162.

17.

De fato, desde o princípio da revolução o pensamento de Bolívar havia transcendido as limitações nacionais, expressando, portanto, um amplo americanismo.¹⁶¹ A partir do ano de 1813, como vimos, já havia desejado fortemente a união da Nova Granada e da Venezuela numa grande república. Entretanto, as considerações mais detidas de Bolívar ao projeto de formação da Colômbia e às expectativas da revolução na realidade continental, na *Carta de Jamaica*, caracterizam o ano de 1815 como o marco de uma mudança fundamental do conceito de nação no seu discurso. Primeiro porque a nova nação não seria, de um lado, nem a Venezuela nem a Nova Granada, e, de outro, nem a confederação de ambas.¹⁶² A novidade irreduzível da questão nacional prevalecia em relação aos modelos do passado. Além disso, tanto a admiração pelo modelo inglês quanto a conseqüente adaptação da estabilidade monárquica aos projetos republicanos acentuariam ainda mais a particularidade de suas propostas. Critérios como os da centralização do executivo e do exercício vitalício do poder nos inúmeros governos da América supririam a impossibilidade da nação continental. Mas, se o desejo de formar na América “la más grande nación del mundo” era inviável, em contrapartida, a convicção bolivariana de que o êxito da independência dependeria também da unidade continental tornava-se algo cada vez mais solidificado. “Su esperanza de unidad tenía una base geopolítica, puesto que la experiencia le había demostrado que las regiones que formaban el virreinato de la Nueva Granada no estaban en condiciones de enfrentar por sí solas una invasión española.”¹⁶³

18.

Nem governo continental (fosse de qualquer regime), nem mesmo monarquias. Bolívar desejava, sim, governos republicanos que, diante da impossibilidade de constituírem uma Super-Nação, fossem centralizados, cada um deles, no seu próprio âmbito. O regime republicano, de modo geral, estaria mais de acordo com as expectativas dos americanos, “ansiosos de paz, ciencias, artes, comercio y agricultura”. Havia, portanto, uma identificação

¹⁶¹ Cf. LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas* cit., p. 248.

¹⁶² Cf. RAMOS PÉREZ, Demetrio. “Nación, Supernación y Nación local” cit., p. 190.

¹⁶³ JAKSIC, Ivan. “La república del orden” cit., p. 210.

essencial entre *república* e *futuro*. De outra parte, é importante observar que o núcleo temático do unitarismo, já afirmado no *Manifiesto de Cartagena* (1812), não se manteria intacto apenas no exílio na Jamaica. Observaremos, mais adiante, uma radicalização sem precedentes desse princípio, ao longo da trajetória bolivariana, na medida em que as convulsões internas se intensificavam nas repúblicas emergentes. De qualquer forma, as repúblicas centralizadas constituíam, para ele, uma espécie de meio termo entre os dois extremos que conduziriam “a los mismos escollos, a la infelicidad y al deshonor”: de um lado, a monarquia; de outro, o sistema federal (nas repúblicas populares e representativas). É certo que a insistência nas idéias centralistas e no imperativo de estabelecer governos fortes aproximou Bolívar, de uma forma ou de outra, ao modelo constitucional britânico. Mas ele rejeitara abertamente o regime monárquico [*rehuso la monarquía mixta de aristocracia y democracia, que tanta fortuna y esplendor ha procurado a la Inglaterra*]. Evitemos igualmente, observava, cair nas anarquias demagógicas ou em tiranias monocratas. O mesmo mecanismo que tendia a evidenciar as relações assimétricas entre o passado e o futuro fundamentava, neste momento, o tempo revolucionário no discurso bolivariano. Ele descartava fundamentalmente a adoção de soluções inaplicáveis, a despeito de serem perfeitas, a realidades assoladas pelo colonialismo. Mas uma alternativa desse tipo trazia também problemas instigantes. Vejamos por quê.

19.

O futuro ideal seria aquele que anulasse com maior eficácia as mazelas históricas. Com efeito, para Bolívar, o passado hispânico parecia impor dificuldades gigantescas para a independência que se traduziam na postergação de tarefas que a história (infelizmente) não havia garantido. Assim, entre a ruptura com os laços do colonialismo e a adoção dos regimes perfeitos, haveria uma distância temporal que pressupunha (como condição *sine qua non* do percurso) a edificação das virtudes políticas. (Simplificando: tratava-se de correr atrás do tempo perdido.) Daí o equilíbrio perfeito – do qual falamos acima – entre o antídoto e o mal que se queria curar.

Dois casos extraídos de situações futuras que mantêm, contudo, uma conexão formal com as diversas projeções estabelecidas na *Carta de Jamaica*. Caberia lembrar, nesse sentido, a avaliação sugestiva que, aqui, fazia Bolívar da experiência venezuelana durante a Primeira República. Se a Venezuela constituíra “la república americana que más se *ha adelantado* en

sus instituciones políticas” foi também “el más claro ejemplo de la ineficacia de la forma democrática y federal para nuestros nacientes estados.” A tentativa de identificar a estrutura do tempo revolucionário no discurso bolivariano parece ter nos levado, agora, a uma ambigüidade curiosa. A mesma ruptura que aceleraria o futuro em direção à independência impunha, em contrapartida, o cumprimento das tarefas pendentes que o passado legara à revolução. Mas se investigarmos mais detidamente a natureza das projeções bolivarianas, o que antes surgira como dois termos incompatíveis – aceleração e lentidão – revela, no fundo, a complexidade característica de sua experiência do tempo.

Com efeito, os limites anteriormente citados constituíam impasses para escolhas apressadas que poderiam pôr em risco a estabilidade política. Se grande parte deles, como vimos, provinha da herança colonial, outra não menor estaria ligada ao próprio contexto da guerra. Em resumo, a América, para Bolívar, não se encontrava apta para a liberdade. Essa preparação, como vimos, dependeria do cultivo da virtude política. “Ni las leyes ni el gobierno, por fuertes que fuesen, podían por sí solas garantizar la solidez y estabilidad de las instituciones republicanas, salvo en combinación con la virtud política ciudadana.”¹⁶⁴ Essa condição para o êxito futuro da América era claramente anunciado no fim da *Carta de Jamaica* com mais um forte apelo à ajuda da Inglaterra. A confluência dos dois elementos, aliás, parecia destinar o Novo Mundo à realização de uma utopia universal; a ele convergeriam, no final, os grandes avanços da Modernidade:

Luego que seamos fuertes, bajo los auspicios de una nación liberal que nos preste su protección, se nos verá de acuerdo cultivar las virtudes y los talentos que conducen a la gloria; entonces seguiremos la marcha majestuosa hacia las grandes prosperidades a que está destinada la América meridional; entonces las ciencias y las artes que nacieron en el Oriente y han ilustrado la Europa volarán a Colombia libre, que las convidará con un asilo.” [I, p. 174]

“Los suramericanos ya no temen sino la tiranía. Su espíritu se ha elevado.” É o que podemos ler em uma das correspondências com o editor da *Gazeta Real* da Jamaica, escrita em 28 de setembro de 1815 (poucas semanas, portanto, após a redação da *Carta de Jamaica*). Nessa circunstância é possível observar que a própria reação espanhola não deixaria de exercer um impulso favorável ao desenvolvimento das virtudes políticas. “Los suramericanos ya no temen sino la tiranía. Las persecuciones de España les han dado la fuerza que necesitaban. Al amor a la patria, a las virtudes que no podían adquirir bajo el régimen

¹⁶⁴ LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas* cit., p. 208.

absoluto, se han unido profunda aversión a nuestros enemigos y una terrible desesperación que casi siempre ha asegurado la victoria.” [I, p. 177]

20.

A partir de então Bolívar também passaria a combater qualquer idéia que, incentivando a diferença de castas, pusesse em risco a unidade dos exércitos revolucionários. Na carta ao editor do jornal jamaicano esses ataques se traduziriam na refutação àquelas reflexões para as quais os conflitos internos na sociedade venezuelana teriam origem exatamente pelo ódio entre cores. “No, señor, las contiendas domésticas de la América nunca se han originado de la diferencias de castas: ellas han nacido de la divergencia de las opiniones políticas, y de la ambición particular de algunos hombres, como todas las que han afligido las demás naciones.” [I, p. 181].

Em suas viagens pelo Caribe, o Libertador havia conhecido Luis Brion, um armador de Curaçao, empreendedor e de espírito aventureiro, que se tornou um dos poucos amigos durante o exílio. Ele logo iria aderir à causa independentista, convencendo Bolívar a viajar para Cartagena, parte de Nova Granada, então, livre do domínio espanhol. Mas, ao embarcar pouco antes do Natal, soube, durante a viagem, que a cidade caíra sob a ação realista. Mudou de rumo, dirigindo-se ao Haiti. Lá encontrou outros líderes patriotas como Manuel Piar, Santiago Mariño, Carlos Soublette, Francisco Bermúdez, Briceño Mendez e o escocês MacGregor.

Muitas haviam sido as cartas dirigidas aos ingleses, solicitando auxílio à causa independentista. A contrapartida, na maioria dos casos, girava em torno do oferecimento de vantagens comerciais com os estados americanos. Quase nada de concreto conseguiu-se com o governo britânico nesse período. No Haiti algo muito diferente ocorrera. Até então, e principalmente durante o seu exílio na Jamaica, Bolívar não havia dirigido nenhuma correspondência à nação negra de colonização francesa. Mas, quando de seu desembarque no Haiti, em 19 de dezembro de 1815, a resposta que tanto desejara não tardou a chegar. O presidente Alexandre Pétion, herói da emancipação do país, forneceu ao Libertador aquilo que pedia – armas, munições, navios, abastecimento e dinheiro – em troca de uma condição somente: Bolívar assumiria o compromisso solene de abolir a escravidão na Venezuela e nas repúblicas americanas emancipadas com seu apoio.¹⁶⁵ Havia, sem dúvida,

¹⁶⁵ Cf. CASTRO, Moacir Werneck de. *O Libertador* cit., p. 86, recorda que “os preparativos da expedição seriam levados a cabo em segredo, pois a metade dominicana da ilha estava em poder dos espanhóis; nem mesmo o

para o governante haitiano o temor de um retorno do domínio colonial sobre a América de cujos efeitos não estaria isenta a ilha.

Já se discutiu muito a respeito do grau de identificação do Libertador com a população negra. Mas, no tocante à questão, algo parece indiscutível. Bolívar era, de fato, abolicionista. Além disso, ele se destacaria como o mais audaz e idealista dentre todas as lideranças *criollas*, vendo, de fato, a necessidade de fundir num grande movimento patriótico, as rebeliões de pardos e de escravos.¹⁶⁶ Considerava-se livre dos preconceitos raciais e essa nova atitude se revelaria, sobretudo, na organização das forças revolucionárias após o retorno à Venezuela durante primeira metade de 1816.

Com efeito, após uma primeira tentativa fracassada de invasão, em fins de 1815, Bolívar desembarcaria em Guayana, na bacia do Orinoco. Nesta terceira etapa republicana, a causa independentista seria outra vez sustentada por chefes locais cuja disposição à autoridade de Bolívar seria, desde o começo, duvidosa.¹⁶⁷ De todos os *caudillos* republicanos, Manuel Piar, o general “pardo”, representaria a principal ameaça contra Bolívar não só pela sua capacidade militar, mas, principalmente, por revestir suas ambições particulares por uma aguda consciência de raça.¹⁶⁸ Bolívar não estava disposto a admitir uma fissura no comando militar e, mais ainda, uma revolta de cunho racial no interior de suas fileiras. O ambicioso nativo de Curaçao foi capturado, julgado e, em 16 de outubro de 1817, fuzilado em público, na praça principal de Angostura, como rebelde, conspirador e desertor. O perigo de Piar era, sobretudo, o da explosão de uma propaganda racial divisora. No manifesto aos venezuelanos, um documento severo em que Bolívar justificava a confirmação da pena capital, a revolução apareceria como a inauguradora de uma era de igualdade:

apoio de Pétion devia se tornar público. Túlio Halperín Donghi (*Disolución de los imperios ibéricos* cit., p. 176) adverte que o governo Pétion no sul haitiano se esforçava por instaurar em seu território uma ordem livre daqueles elementos que os observadores estrangeiros haviam achado particularmente escandalosos na experiência haitiana; “ese orden no podía, empero, sino basarse en ese hecho fundacional que era la destrucción de Saint-Domingue, la más rica colonia plantadora del planeta; era por tanto un orden del que la antigua clase propietaria blanca había sido eliminada por la muerte o la huida, y el gobierno estaba en manos de una élite de color.”

¹⁶⁶ Observou-se que, de um modo geral, o processo de construção de nações (que difunde entre a massa da população a crença na existência da nação, até então sustentada unicamente pela elite, e incorpora na nação a todos os setores da população) estava ausente na política dos caudilhos e seus aliados do pós-guerra. “La creación de Estados nacionales fue un proceso lento y laborioso durante todas las etapas en que los criollos mantuvieron el control de los instrumentos del poder y rehusaron compartirlos con los sectores populares. [...] La clase dirigente definía la nación criolla, no una nación popular: sus instituciones estaban destinadas para proteger los intereses criollos, y se identificaban con la república constitucional.” LYNCH, John. “Los caudillos de la independencia” cit., p. 216.

¹⁶⁷ Cf. DONGHI, Túlio Halperín. *Disolución de los imperios ibéricos* cit., p. 176.

¹⁶⁸ Cf. LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas* cit., pp. 206-7.

Todo lo inicuo, todo lo bárbaro, todo lo odioso se ha abolido y en su lugar tenemos la igualdad absoluta hasta en las costumbres domésticas. La libertad hasta de los esclavos que antes formaban una propiedad de los mismos ciudadanos. La independencia en el más lato sentido de esta palabra sustituida a cuantas dependencias antes nos encadenaban. [III, p. 658]

Para Bolívar, os homens de cor negra já tinham a igualdade e dela desfrutavam na maior latitude, assim diria, que pudessem desejar. O próprio general pardo era apresentado como uma prova irrevogável dessa igualdade. No dia seguinte à sua execução, Bolívar proclamaria, nesse sentido, aos soldados do Exército Libertador:

Soldados! Vosotros lo sabéis. La igualdad, la libertad, y la independencia son nuestra divisa. ¿La humanidad no ha recobrado sus derechos por nuestras leyes? Nuestras armas no han roto las cadenas de los esclavos? La odiosa diferencia de clases y colores no ha sido abolida para siempre? Los bienes nacionales no se han mandado repartir entre vosotros? La fortuna, el saber y la gloria no os esperan? Vuestros méritos no son recompensados con profusión, o por lo menos con justicia? Qué quería, pues, el general Piar para vosotros? No sois iguales, libres, independientes, felices y honrados? [III, p. 652]

21.

Em janeiro de 1817 Morillo retornou a Venezuela, situando suas forças ao longo das províncias andinas. No mês de agosto, pôs seus quartéis em Calabozo, à entrada dos *llanos*. Bolívar, impaciente e otimista, lançou-se à ofensiva, tomando Guayana enquanto Mariño libertava grande parte de Cumaná. José Antonio Páez, por sua vez, combatia como caudilho republicano dos *llaneros* no sudoeste. Bolívar e Páez, que se submeteu ao mando do Libertador, se encontraram pela primeira vez em 30 de janeiro de 1818. Em 12 de fevereiro, Bolívar obrigou Morillo a abandonar Calabozo. As forças patrióticas, entretanto, foram obrigadas a retroceder ao Sul do Orinoco, após a derrota imposta por Morillo a Bolívar na Batalha de Semen (16 de março). O mesmo sucedera, em Cojedes, a Páez que relutava a abandonar a ação local sobre os *llanos*, comprometendo, assim, o auxílio indispensável às forças de Bolívar. Cumaná foi perdida logo depois. Ao fazer de Angostura a base a partir da qual organizaria a república, planejando, pois, a libertação da Venezuela, Bolívar convocava o Congresso Nacional de Angostura, diante do Conselho de Estado, no dia 1.º de outubro. “No basta”, dizia naquela ocasião,

que nuestros ejércitos sean victoriosos: no basta que los enemigos desaparezcan de nuestro territorio, ni que el mundo entero reconozca nuestra Independencia; necesitamos aún más, ser libres bajo los auspicios de leyes liberales, emanadas de la fuente más sagrada, que es la voluntad del pueblo. [III, p. 668]

Um horizonte promissor de expectativas para a sorte do continente americano tornava a tarefa de tal monta um imperativo inadiável:

La libertad de Venezuela a despecho de todo el poder español, parece infalible. Las armas del Rey humilladas en tantos sangrientos y gloriosos combates, han perdido todos los prestigios que las hacían formidables [...]. *Por todas partes hemos experimentado los favores de la Providencia* [...]. El enemigo será atacado simultáneamente sobre todos los puntos que ocupa; y *si la suerte nos concede la victoria, como todo lo promete, muy pronto llegará el dichoso día, en que veamos nuestro Territorio libre de tiranos y restablecido en toda su perfección el gobierno de la República*. [III, p. 667]

Animado por tão grandes esperanças, continuava Bolívar, “yo me apresuro a proponer al Consejo de Estado la convocación del Congreso de Venezuela”. Acima de tudo, indagações dessa ordem ressaltavam, com uma evidência que afasta a menor dúvida, o poder de “anticipar todos los pasos que aceleren la marcha de la restauración de nuestras instituciones republicanas” ainda que não tivesse chegado o momento “en que nuestra afligida Pátria goce de la tranquilidad que se requiere para deliberar con inteligencia y acierto [...]”; quer dizer, mesmo que as circunstâncias, à primeira vista, não o permitissem; para Bolívar, o controle sobre o tempo revolucionário pressupunha, antes de tudo, a superação, das próprias condições do presente. “El Congreso de Venezuela”, indagava no Manifesto aos Venezuelanos, de 22 de outubro, “debe fijar la suerte de la República combatida y errante tantos años. Nuestras heridas van a curse al abrigo de una representación legítima.” [III, p. 668]

22.

O congresso de membros eleitos que representavam as províncias (vinte e seis delegados) e de observadores estrangeiros reunira-se, finalmente, em Angostura, no dia 15 de fevereiro de 1819, sete anos após a última assembléia. No seu discurso de abertura, um verdadeiro esboço de constituição para a nova república, Bolívar recolhia e desenvolvia as vertentes centrais de sua teoria política (já apresentadas, como vimos, na *Carta de Jamaica*). Ambas foram já muito bem sintetizadas: “[...] a) *la unidad interna* en cada uno de los Estados de Hispanoamérica independiente; b) *la unidad continental* para enfrentarse al ejército

español, evitar guerras entre sus entidades nacionales, y como factor de *equilibrio del mundo*.”¹⁶⁹

Na primeira vertente, Bolívar continuava preconizando o que para ele constituía a condição *sine qua non* para a consolidação da ordem interna de cada unidade nacional: a centralização do governo. As justificativas da opção pelo centralismo traduziam a ampliação de um núcleo que, ao repetir-se também na *Carta de Jamaica* (1815), se mantinha permanente desde o *Manifiesto de Cartagena* (1812).

Horrorizado de la divergencia que ha reinado y debe reinar entre nosotros por el espíritu sutil que caracteriza al Gobierno Federativo, he sido arrastrado a rogaros para que adoptéis el Centralismo y la reunión de todos los Estados de Venezuela en una República sola, e indivisible.

“En las Repúblicas el Ejecutivo debe ser el más fuerte, porque todo conspira contra él; en tanto que en las Monarquias el más fuerte debe ser el Legislativo, porque todo conspira en favor del Monarca.” Para tirar do caos a nascente República, dizia, todas as faculdades morais não seriam bastante se não se fundar “la masa del pueblo en un todo: la composición del Gobierno en un todo: la Legislación en un todo: y el espíritu nacional en un todo. Unidad, Unidad, Unidad, debe ser nuestra divisa.” [III, p. 691] A retomada da comparação, que analisamos, entre o colapso do Império Romano e a fragmentação do espaço americano, ao desprender-se do domínio espanhol, aludia à idéia de que a independência liberara forças centrífugas até então contidas pela dominação colonial.¹⁷⁰ O impacto da força histórica da Independência, com efeito, surgiu de imediato ao desvertebrar-se o Império espanhol e desaparecer para as colônias a cabeça comum que as unia politicamente.¹⁷¹ De fato, se o Império Espanhol aparecia, durante os três séculos de colonização, como uma fortaleza na política internacional, manejado através de um centro metropolitano na Península, apresentava, na realidade, a desconexão de umas colônias com as outras.¹⁷²

Como resultado de la Conquista, España estableció un Imperio colonial centralizado pero no unitario. Centralismo y Unidad pueden ser dos fenómenos idénticos, pero no tienen que serlo necesariamente. En el caso de España no hubo tal identidad. [...] Del centralismo español resultó una tendencia predominantemente vertical, orientada hacia la Corona y a sus instituciones

¹⁶⁹ MARTÍNEZ, Nelson. *Simón Bolívar* cit., p. 81. Gustavo Vargas Martínez (*Bolívar y el poder* cit., p. 73) fala, na mesma perspectiva, dos dois grupos de ideais centrais das propostas bolivarianas para solucionar o conflito entre o despotismo e o federalismo: “el equilibrio del sistema político interno y el equilibrio universal”.

¹⁷⁰ *Ibidem*, p. 80.

¹⁷¹ Cf. OCAMPO LÓPEZ, Javier. “La separación de la Gran Colombia en el proceso de la desintegración del Imperio colonial hispanoamericano” cit., p. 378.

¹⁷² *Ibidem*, p. 377.

centrales de poder. Por otro lado, hacían falta aquellas ligazones horizontales en mayor escala, indispensables para la formación de elementos dominantes unitarios.¹⁷³

Sobre a base dos resultados desta crise se fazia imprescindível reconstruir um esquema que dotaria de fortaleza ao conjunto. Desse modo, a unidade tornava-se o único meio de obter a vitória. À proposta do centralismo, portanto, subjaz a compreensão de que a fragmentação era o maior perigo a ser combatido pela independência. Bolívar levava sempre consigo um temor pela *anarquia regularizada* que havia provocado o fracasso das duas primeiras repúblicas da Venezuela. Em contrapartida, propunha novamente a estabilidade política e a solidez institucional a partir do republicanismo.¹⁷⁴

Un Gobierno Republicano ha sido, es, y debe ser el de Venezuela; sus bases deben ser la Soberanía de Pueblo: la división de los Poderes, la Libertad civil, la proscripción de la Esclavitud, la abolición de la monarquía, y de los privilegios. Necesitamos de la igualdad para *refundir*, digámoslo así, en un todo, la especie de los hombres, las opiniones políticas, y las costumbres públicas. [III, p. 683]

Temas como os das massas carentes das *virtudes republicanas* retornavam para embasar suas expectativas. A regeneração seria produto da geração do espírito democrático que tornaria possível, por sua vez, o desenvolvimento das virtudes republicanas no sentido do amor à pátria, à igualdade, do respeito às leis. O grande temor de Bolívar (como vimos) consistia em que as repúblicas se desfizessem em meio de uma descendente espiral de fracassos:¹⁷⁵ o renovado surgimento de explosões populares e os efeitos da demagogia sobre as massas. A experiência, de fato, havia lhe mostrado a facilidade quase incompressível com a qual se haviam pulverizado até então os projetos alicerçados sobre um futuro ilusório que se acreditava coberto por toda classe de garantias.¹⁷⁶ A permanência das liberdades conquistadas dependeria da imprescindível tarefa de dominar as forças irresistíveis do passado. Daí sua reivindicação pela educação popular como o cuidado primogênito do amor paternal do Congresso. “Moral y luces son los polos de una República, moral y luces son nuestras primeras necesidades.” Bolívar tomava de exemplos da Antigüidade a instituição do *poder moral*.¹⁷⁷

¹⁷³ KOSSOK, Manfred. “Revolución, Estado y Nación”, p. 163

¹⁷⁴ Cf. MARTÍNEZ, Nelson. *Simón Bolívar* cit., pp. 80-3.

¹⁷⁵ Cf. VARGAS MARTÍNEZ, Gustavo. *Bolívar y el poder* cit., p. 73.

¹⁷⁶ Cf. RAMOS PÉREZ, Demetrio. “Nación, Supernación y Nación local” cit., p. 186.

¹⁷⁷ A propósito, vide, também, BIOD CASTILLO, Raul. “El hombre como vocación a la libertad: dimensión ética de la antropología política del Libertador”. In: *Anthropos*. Los Teques (Venezuela): Instituto Universitario Salesiano Padre Ojeda, 2 (1992), especialmente, pp. 51-5.

Tomemos de Atenas su Areópago, y los guardianes de las costumbres y de las Leyes; tomemos de Roma sus censores y sus tribunales domésticos; y haciendo una Santa alianza de estas instituciones morales, renovemos en el mundo la idea de un Pueblo que no se contenta con ser libre y fuerte, sino que quiere ser virtuoso. [...] Constituyamos este Areópago para que vele sobre la educación de los niños, sobre la instrucción nacional; para que purifique lo que se haya corrompido en la Republica; que acuse la ingratitud, el egoísmo, la frialdad del amor a la Patria, el ocio, la negligencia de los Ciudadanos: que juzgue de los principios de corrupción de los ejemplos perniciosos; debiendo corregir las costumbres con penas morales, como las Leyes castigan los delitos con penas aflictivas [...]. [III, p. 692]

23.

O mesmo discurso continha um desesperado apelo à abolição da escravidão. “Yo abandono a vuestra soberana decisión la reforma o la revocación de todos mis Estatutos y Decretos; pero yo imploro la confirmación de la Libertad absoluta de los Esclavos, como imploraría mi vida, y la vida de la República.” [III, p. 694] Daí que os posicionamentos sobre a escravidão destacavam, sobretudo, os benefícios da adoção das medidas abolicionistas. Bolívar, para quem parecia “una locura que en una revolución de la libertad se pretenda mantener la esclavitud” [I, p. 435], mencionava especialmente as transformações favoráveis inauguradas, após 1816, pela ampliação social no movimento independentista, ao incorporar combatentes negros livres e escravos.

La esclavitud rompió sus grillos, y Venezuela se ha visto rodeada de nuevos hijos, de hijos agradecidos que han convertido los instrumentos de su cautiverio en armas de Libertad. Sí, los que antes eran Esclavos, ya son Libres: los que antes eran enemigos de una Madrastra, ya son defensores de una Patria.

Até então a atroz e ímpia escravidão, como dizia, cubria com seu manto a terra da Venezuela “y nuestro Cielo se hallaba recargado de tempestuosas nubes, que amenazaban un diluvio de fuego.”

Com efeito, Bolívar já havia proclamado o fim da escravidão pelo decreto de 02 de junho de 1816, cumprindo logo a promessa feita a Pétion. Tratava-se, certamente, de um gesto histórico, movido também por uma de suas mais arraigadas convicções, nunca abandonada por ele, que incluía a obrigação de se alistarem no exército libertador todos os homens válidos entre 14 e 60 anos. [*Artigo tercero. El nuevo Ciudadano que rehusa tomar las armas para cumplir con el sagrado deber de defender su libertad, quedará sujeto a la servidumbre, no sólo él, sino también sus hijos menores de catorce años, su mujer, y sus padres ancianos.*] Escravidão e liberdade seguiam como os termos que figuravam, respectivamente, os sentidos da tensão temporal (o mesmo esquema, portanto) entre os estados do passado e do futuro.

“Considerando que la justicia, la política, y la Patria”, dizia no manifesto, “reclaman imperiosamente los derechos imprescindibles de la naturaleza, he venido en decretar [...] la libertad absoluta de los esclavos que han gemido bajo el yugo español en los tres siglos pasados.” [III, p. 634] Mas uma medida tão radical como a “liberdade absoluta” dos escravos esbarrava fundamentalmente na inexistência de uma base social que a sustentasse. O Libertador, mais ainda aqui, se situava mais além das concessões de sua própria classe. O seu exemplo ao dar a liberdade a seus próprios escravos foi seguido por poucos *hacendados*. A verdade, como se observou de modo preciso, é que a aristocracia venezuelana não havia abraçado a causa da independência para desprender-se de suas propriedades. Desse modo, o decreto de 1816 havia sido ineficaz. Mais ainda, o Congresso de Angostura fez escasso esforço por ratificá-lo, deixando, na verdade, a questão para o congresso que haveria de reunir-se, em 1821, para a redação da constituição.¹⁷⁸

24.

A reunião entre a Nova Granada e a Venezuela num grande Estado jogaria um papel fundamental para equilíbrio do sistema político interno. O seu grande projeto de unidade regional, contudo, só se materializou constitucionalmente no Congresso de Cúcuta, em 1821, o primeiro da República da Colômbia. De qualquer forma, a apresentação da proposta aos deputados reunidos em Angostura traduzia a imaginação utópica do Libertador. A longa

¹⁷⁸ Cf. LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas* cit., p. 209. Vide, também, SANTIAGO RODRÍGUEZ, José. “La abolición de la esclavitud en Venezuela”, cit. pp. 149-150. O Congresso de Cúcuta se restringiu, neste caso, a ditar a Lei de 19 de julho sobre a liberdade dos pardos, manumissão e abolição do tráfico de escravos no território da Grã-Colômbia. “Estatuyó esta ley que, desde el día de su publicación, serían libres los hijos de las esclavas que nacieran en las capitales de provincias, y que como tales se inscribirían sus nombres en los registros cívicos de las municipalidades y en los libros parroquiales. Dispuso igualmente que los dueños de esclavos tendrían la obligación precisa de educar, vestir y alimentar a dichos hijos, a quienes impuso en compensación indemnizar tales gastos con obras y servicios que prestarían hasta la edad de 18 años cumplidos, lo que no impedía que tal obligación cesase antes con sólo recibir el dueño de la madre de ese hijo, libre ya por la ley, la indemnización correspondiente por tales aspectos, la cual podía alcanzarse por avenimiento particular o por el prudente arbitrio del juez. Ordenó también que ningún esclavo podía ser vendido fuera de la provincia donde se hallase, separando los hijos de los padres en tanto que aquellos no hubiesen llegado a la puberdade. Prohibió de manera absoluta la venta de esclavos para fuera del territorio de Colombia, lo mismo que su extracción con igual objeto de venta, bajo pena de restitución del esclavo vendido, el que adquiriría por ello, además, su libertad. Y si la restitución no podía hacerse, una pena pecuniaria que alcanzaba casi al duplo del mayor precio a que por aquella época llegaba lo que se pagaba por un esclavo. Y de modo expreso también prohibió la introducción de esclavos de cualquier manera que se hiciese. Cuando se violaba esta disposición la pena para el dueño infractor era la libertad del esclavo pura y simple.”

transcrição do trecho, no Discurso de Angostura, é justificada pela sua representatividade quanto ao que aqui se quer demonstrar: “Al contemplar”, dizia aos deputados reunidos,

la reunión de esta inmensa comarca, mi alma se remonta a la eminencia que exige la perspectiva colosal, que ofrece un cuadro tan asombroso. Volando por entre las próximas edades, mi imaginación se fija en los siglos futuros, y observando desde allá, con admiración y pasmo, la prosperidad, el esplendor, la vida que ha recibido esta vasta región, me siento arrebatado y me parece que ya la veo en el corazón del universo, extendiéndose sobre sus dilatadas costas, entre esos océanos, que la naturaleza había separado, y que nuestra Patria reúne con prolongados, y anchurosos canales. Ya la veo servir de lazo, de centro, de emporio a la familia humana [...] Ya la veo sentada sobre el Trono de la Libertad, empuñando el cetro de la Justicia, coronada por la Gloria, mostrar al mundo antiguo la majestad del mundo moderno. [III, p. 696]

Deparamo-nos com um trecho extremamente denso e, por isso, passível de interpretações inesgotáveis. A unidade da Colômbia seria capaz de transformar, no longínquo porvir, o continente americano na ponte entre dois mundos até então contraditórios. “Un solo gobierno central de un mismo *cuervo de nación*, garante de la paz mundial, del equilibrio de colosos.”¹⁷⁹ O equilíbrio interno do estado colombiano asseguraria ao Novo Mundo uma destinação de primeira grandeza na história universal que condicionaria o equilíbrio do universo. A América, assim, passava a ser concebida como o sujeito que conduziria as potencialidades do mundo moderno às suas realizações máximas. “[...] la libertad del Nuevo Mundo es la esperanza del Universo.” [III, p. 737]¹⁸⁰ O continente tornava-se a porta que se abria para o porvir, fechando-se, em contrapartida, à etapa do passado.¹⁸¹ Essa tensão temporal que a Colômbia selava era claramente identificável no Manifesto aos Colombianos de 08 de março de 1820: “Yo contemplo con un gozo inefable este glorioso período en que van a separarse las sombras de la opresión de los resplandores de la libertad.” [III, p. 706] O desejo pelo acontecimento impulsionava uma ousadia sem precedentes:

Colombianos! Yo os lo prometo en nombre del Congreso: seréis regenerados: vuestras instituciones alcanzarán la perfección social, vuestros tributos abolidos, rotas vuestras trabas; vuestras virtudes serán vuestro patrimonio, y solo el talento, el valor y la virtud serán coronados.

25.

¹⁷⁹ Cf. VARGAS MARTÍNEZ, Gustavo. *Bolívar y el poder* cit., p. 77.

¹⁸⁰ Uma variação dessa fórmula aparecia na Carta ao General Robert Wilson, de 15 de novembro de 1824: “[...] la libertad del mundo está dependiente de la salud de América.” [II, p. 45]

¹⁸¹ Cf. LIBERMANN Z., Jacobo. “Bolívar: americano y universal” cit., p. 163.

Parece certo que, com seu ideal da Grã Colômbia, Bolívar tinha a simples intenção de estabelecer o tamanho apropriado para uma nação viável; longe, portanto, de negar a identidade nacional, ele procuraria acima de tudo afirmá-la. Mais ainda, sua visão não se limitava à Colômbia: ele acreditava que a união da Venezuela e da Nova Granada daria força a uma grande – e maior – unidade hispano-americana. De fato, em carta a Santander, datada de 16 de agosto de 1821, o Libertador observava a ascendência irresistível das condições que favoreciam a independência continental: “A propósito de guerra: se está esperando la paz por momentos, y la independencia de Méjico y del Peru, porque todo se ha acumulado a favor de la libertad de América” [I, p. 578] Uma semana depois dizia ao General Carlos Soublette, na mesma perspectiva, que “[...] es necesario terminar de um modo resplandeciente la guerra de América, haciendo nuevos sacrificios para que nuestra paz sea completa y gloriosa.” [I, p. 579] De Maracaibo enriquecia ainda mais suas avaliações militares, comunicando-as, pois, a Pedro Gual:

Parece que, por todas partes, se completa la emancipación de la América. Se asegura que Iturbide ha entrado en junio en Méjico. San Martín debe haber entrado, en el mismo tiempo, en Lima; por consiguiente, a mí es que me falta redondear a Colombia, antes que se haga la paz, para completar la emancipación del Nuevo Mundo. [I, p. 590]

Insistia, pois, na necessidade de não se perder tempo e de acelerar, pela ação político-militar, o horizonte de expectativa que então se desenhava: “Vea Vd., amigo, si en estas circunstancias debo yo perder tiempo y dar lugar a que algún aficionado se apodere del *vehículo del Universo...!*” Já havia, com efeito, ponderado em outra ocasião que “[...] el tiempo, decía Séneca, es lo más precioso; la vida es corta, no sé cuando la perderé; un día perdido es irreparable.” [I, p. 584]

Com efeito, desde 1.º de janeiro de 1820, a Revolução Liberal sancionada na Espanha pelo exército de Cádiz desencadeou uma fase caracterizada pela diminuição dos ímpetus realistas na reconquista do continente sublevado.¹⁸² Essa situação permaneceu durante os dois anos seguintes, facilitando, sobretudo, a libertação, a partir do centro estabelecido na Nova Granada, das demais regiões do antigo vice-reinado (embora com vagar e prudência). Pablo Morillo, que dominava ainda Caracas e as terras altas costeiras, sem reforços e destituído de

¹⁸² “La revolución liberal de 1820 hizo prender dos ideas en la Metrópoli: que la guerra tal como se va no parece conducir a ningún lado y que, por tanto, hay que buscar algún tipo de acuerdo con los insurgentes. El gobierno de Riego y Quiroga ordena entonces negociar y, en efecto, las conversaciones se inician en un momento propicio: precisamente cuando la guerra está en un punto muerto.” STRAKA, Tomás. “España y Venezuela: un reconocimiento en dos actos (1820-1845)”. In: *Cuadernos Hispanoamericanos*. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana, 653-657 (2004), pp. 35-42.

sua posição política, recebeu ordens de abrir negociações com os independentistas sobre a base de um reconhecimento do governo constitucional na Espanha. O armistício de seis meses firmado em 26 de novembro de 1820 foi fundamental para a Venezuela. Legitimou a luta pela independência, terminando, ainda, com a *guerra a muerte*. Mais ainda, obrigou a Espanha a reconhecer – se não a legalidade – a existência da Colômbia. Morillo acabou se retirando para a Espanha, deixando em seu lugar o general La Torre, um comandante menos resoluto que ele, e as forças realistas desanimadas. A paz foi, além disso, uma forma dos patriotas se rearmarem. Maracaibo, em 28 de fevereiro de 1821, revoltou-se contra a Espanha com a conveniência republicana. As forças patrióticas, então, avançaram desde os *llanos*, os Andes e Maracaibo, convergindo para o vale de Aragua. Bermúdez, enquanto, isso avançava sobre Caracas desde o Oriente. Assim, a Venezuela finalmente caiu, em 24 de junho de 1821, na Batalha de Carabobo, quando Bolívar derrotou o exército espanhol, apoiado por Mariño e Páez (que, com os *llaneros*, contribuiu decisivamente para quebrar as filas realistas). Caracas foi tomada logo depois. A Venezuela, para todos os efeitos, estava definitivamente livre do domínio espanhol. O Libertador partiu para Bogotá em 1.º de agosto de 1821 para levar a revolução para o Sul. Sua preocupação, depois de Carabobo, passava a ser cada vez mais “la causa general de la libertad e independencia de América”. [I, p. 583]

26.

A unidade, então, parecia-lhe a melhor forma de consolidar tanto a potência nacional quanto a viabilidade econômica. “En primero lugar, la unidad aseguraría la paz y el bienestar como opuestos a la anarquía del dominio de los caudillos locales.”¹⁸³ Mais ainda, a visão política de Bolívar, no projeto sobre a Colômbia, ao desenhar um esquema integrador para as zonas libertadas, cristalizava a transição para um projeto de maior alcance: a política internacional.

Esto esperaba forjarlo en un congreso en Panamá, donde plenipotenciarios de los países liberados coordinarían la política americana hacia el resto del mundo y constituirían simultáneamente un órgano de conciliación entre las naciones americanas, una especie de legislatura supranacional.¹⁸⁴

¹⁸³ Cf. LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas* cit., p. 248.

¹⁸⁴ *Idem*.

No convite dirigido em dezembro de 1824 aos governos do México, Chile, Argentina e Guatemala, Bolívar expressara a expectativa de fundo para o projeto da Federação Americana, ressaltando, especialmente, o momento oportuno para a sua concretização:

Después de quince años de sacrificios consagrados a la libertad de América por obtener el sistema de garantías que, en paz y guerra, sea el escudo de nuestro nuevo destino, es tiempo ya de que los intereses y las relaciones que unen entre sí las repúblicas americanas, antes colonias españolas, tengan una base fundamental que eternice, si es posible, la duración de estos gobiernos. [II, p. 50]

Tratava-se, pois, de uma espécie de nova Liga Anfictiônica, segundo o modelo grego. As idéias de confederação e congresso supunham a existência de nações individuais; o que Bolívar simplesmente tinha em vista, ao que tudo indica, era dar-lhes estabilidade¹⁸⁵ por meio de uma união necessária. Havíamos visto, de fato, que na *Carta de Jamaica* o desejo de “un augusto congreso de los representantes de las repúblicas, reinos e imperios”, na América, surgia após o reconhecimento da impossibilidade da “Nação Continental”. Uma declaração a Pedro Gual, escrita de Lima, em abril de 1826, não deixaria dúvida quanto à convergência entre “nações”, de um lado, e “congresso”, de outro.

Convengo con Vd. en que la asamblea de Panamá es absolutamente necesaria al bien y al reposo de la América, y tan penetrado estoy de esta verdad, que yo desearía que esta asamblea fuese permanente para que, sirviendo de árbitro en las diferencias que cada día han de suscitarse entre estados nuevos y vecinos, fuere el lazo que los uniese perpetuamente. [II, p. 342]

Já quase oito anos antes, na carta de 12 de junho de 1818 a Juan Martín Pueyrredón, Supremo Diretor das Províncias Unidas do Rio da Prata, Bolívar esboçara a idéia de converter o território americano numa entidade cujo peso traria inevitavelmente benefícios futuros no âmbito universal: “Una sola debe ser la patria de todos los americanos, ya que en todo hemos tenido una perfecta unidad.” [I, p. 294] A formação do pacto americano era questão de tempo. Mais ainda, Bolívar garantia apressá-la logo após a consolidação da independência venezuelana ou assim que as circunstâncias favoráveis permitissem comunicações mais freqüentes. “La América así unida, si el cielo nos concede este deseado voto, podrá llamarse la reina de las naciones, y la madre de las republicas.” A consagração da Colombia à causa da liberdade e da união e a consolidação dos governos estabelecidos pela luta contra a Espanha, observava no Manifesto a favor de Sucre de 21 de janeiro de 1821, seriam logradas de modo mais segura pelo cultivo das relações entre os diferentes estados [III, p. 711]. Em 08 de

¹⁸⁵ *Idem.*

janeiro de 1822, diria, nesse sentido, a Bernardo O’Higgins, Diretor Supremo do Chile, que, de todas as épocas assinaladas pela história das nações americanas, nenhuma era tão gloriosa com a presente, “en que desprendidos los imperios del Nuevo Mundo de las cadenas que desde el otro hemisferio les había echado la cruel España, han recobrado su libertad, dándose una existencia nacional.” [I, pp. 618-9] Mas, continuava, o grande dia da América ainda não havia chegado. “Hemos expulsado a nuestros opresores, roto las tablas de sus leyes tiránicas y fundado instituciones legítimas: más todavía nos falta poner el fundamento del pacto social, que debe formar de este mundo una nación de Repúblicas.” [I, p. 619] Lembrou-se que por “unión de repúblicas”, Bolívar concebía uma espécie de unidade supranacional.¹⁸⁶ Fosse o que fosse, sua capacidade imaginativa de fomentar realidades visionárias e otimistas quanto ao futuro da unidade americana não tinha fronteiras. “¿Quien resistirá a la América reunida de corazón, submis a una ley y guiada por la antorcha de la libertad?” Mais ainda, a união continental, disso não duvidava, viria a ser motivo de assombro para a Europa. Com efeito, uma das conseqüências da unidade (a mais desejável, talvez, entre as possíveis) seria a obtenção de respeito por parte das outras nações (e especialmente das potências). “La imaginación no puede concebir sin pasmo la magnitud de un coloso, que semejante al Jupiter de Homero, hará temblar la tierra de una ojeada.”

27.

Bolívar se referia, nesse documento, ao Senador Joaquín Mosquera y Arboleda, Ministro Plenipotenciário, solicitando ao Diretor Supremo do Chile, Bernardo O’Higgins, que o acolhesse na missão designada pelo governo colombiano que deveria ser, assim dizia, “la salvación del Nuevo Mundo”. O Tratado entre a Colômbia e o Chile foi firmado no dia 23 de outubro de 1823. Porém, não foi ratificado. Em todo caso, Mosquera chegara a Lima em 1.º de maio de 1822, apresentando, no dia seguinte, suas credenciais junto ao governo do Protetor San Martín. Havia também firmado com Monteagudo dois Tratados, logo depois ratificados por Torre Tagle no Peru e pelo governo colombiano em 12 de junho de 1822. Os Tratados de Aliança e Confederação entre o Peru e a Colômbia (1822), considerados como o primeiro

¹⁸⁶ Cf. LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas* cit., p. 248.

evento consumado de unidade latino-americana, e entre o México e a Colômbia, a partir do envio de Miguel de Santamaría (3/10/1823) foram baseados em termos semelhantes.¹⁸⁷

Quando o Libertador, por intermédio da Circular de Lima, de 07 de dezembro de 1824, convocou o Congresso Anfictiônico,¹⁸⁸ uma série de circunstâncias parecia tornar a medida realmente imprescindível:

- a) os intentos de reconquista por parte da Espanha;
- b) a criação da Santa Aliança na Europa;
- c) a atitude até então reticente da Grã Bretanha sobre a independência americana;
- d) a ambigüidade dos Estados Unidos durante o período crítico da guerra contra os realistas;
- e) a Doutrina Monroe.

Sua percepção da natureza do momento revelava não só uma concepção política de extraordinário alcance, mas, também, a capacidade de contemplar a América como um todo em sua diversidade.¹⁸⁹

O Congresso do Panamá era, em primeira instância, uma resposta à Santa Aliança, cujos planos para restaurar a autoridade de Fernando VII na América, por meio de uma intervenção franco-espanhola, Bolívar de modo algum ignorara. Nessa perspectiva, termos antinômicos, utilizados numa carta a Santander, de 26 de fevereiro de 1825 (tronos – reis – dependência, de um lado; povos – repúblicas – liberdade, de outro) figuravam os sentidos conferidos a ambas as frentes.

[...] nosotros debemos imitar a la Santa Alianza en todo lo que es relativo a seguridad política. La diferencia no debe ser otra que la de los principios de la justicia. En Europa todo se hace por la tiranía, acá es por la libertad; lo que ciertamente nos constituye enormemente superiores a los tales aliados. Por ejemplo: ellos sostienen a los tronos, a los reyes; nosotros a los pueblos, a las republicas; ellos quieren la dependencia, nosotros la independencia. [II, p. 86]

¹⁸⁷ Extraí as informações neste parágrafo contidas (tais quais) de BRANDI ALEIXO. *Visión y actuación internacional de Simón Bolívar*. Caracas: Comité Ejecutivo el Bicentenario de Simón Bolívar, 1984, p. 19. O autor lembra que os Tratados de 1822 e 1823 foram um antecedente remoto do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, assinado em Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil, em 1947.

¹⁸⁸ Na carta a Pedro Molina, Ministro Plenipotenciário e Enviado Extraordinário das Províncias Unidas da América Central, Bolívar se referia à proposta de Federação Americana como “la obra más grande para la dicha del Nuevo Mundo.” [II, p. 21] Sobre o Congresso do Panamá cf. DORATIOTO, Francisco. *Espaços nacionais na América Latina: da utopia bolivariana à fragmentação*. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 33-7 (Os projetos bolivarianos), ALEIXO, José Carlos Brandi. *Visión y actuación internacional de Simón Bolívar* cit., pp. 17-32 e MARTÍNEZ, Nelson. *Simón Bolívar* cit., pp. 139-45.

¹⁸⁹ Cf. MARTÍNEZ, Nelson. *Simón Bolívar* cit., p. 114.

A unidade americana, portanto, constituiria uma reação contra as pretensões estrangeiras, uma reação que tanto mais superaria em força a opressão quanto lhe fosse inversa no sentido.

Com efeito, havia razões suficientemente plausíveis para os temores. A invasão de um exército francês, autorizada pelos aliados, ao derrubar, em 1.º de outubro de 1823, o governo liberal na Espanha, restaurara o absolutismo que aboliu a constituição. Desde então a Santa Aliança mantinha uma atitude suspeita para com os estados nascentes da América. A capacidade de Bolívar em transcender os limites da política local fez da informação sobre os acontecimentos da América e da Europa um dos fatores mais importantes para preparar a sua ação revolucionária. Nas suas correspondências de 1825 é possível observar dados referentes à existência de embarcações espanholas em Cuba que acentuavam suas convicções sobre o perigo de invasão. A posterior presença de forças marítimas francesas junto às costas da Venezuela confirmaria suas expectativas.¹⁹⁰ Sobre esse episódio, registrado também em correspondência com Santander de 11 de março de 1825, Bolívar propunha novamente como remédio a conjugação fundamental de vários fatores.

Yo creo que se puede salvar con estos cuatro elementos: primero, un grande ejército para imponer y defendernos; segundo, política europea para quitar los primeros golpes; tercer, con la Inglaterra; y cuarto, con los Estados Unidos. Pero todo muy bien manejado y muy bien combinado [...]. Además insto sobre el congreso del Istmo de todos los estados americanos, que es quinto elemento. [II, p. 100]

Mas, antes disso, as possibilidades de uma aliança com a Grã Bretanha, pela sua potencialidade marítima, pareciam ser a opção mais plausível para mudar o curso da política da Santa Aliança¹⁹¹. Essas expectativas afluíam na série extensa de correspondências ao longo do ano de 1824.

Em 28 de abril dizia, numa carta, que “la Inglaterra está bien decidida a reconocer la independencia de las repúblicas de Sur América, y mirar como acto hostil contra ella cualquiera intervención de alguna potencia europea en los negocios de la América.”¹⁹² [I, p. 958]. Contudo, a Declaração de Monroe, presidente dos Estados Unidos, sobre a defesa dos novos estados ameaçados pela Santa Aliança, juntava-se também às expectativas promissoras

¹⁹⁰ *Ibidem*, p. 140.

¹⁹¹ Cf. STEGER, Hanns-Albert. “La geopolítica mundial en tiempos de Simón Bolívar” cit., p. 492.

¹⁹² Sobre a evolução das reações britânicas frente à constituição dos estados independentes na América Ibérica vide BECKER, Félix. “Los Tratados de Amistad, Comercio y Navegación y la integración de los Estados independientes americanos en el sistema internacional”. VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica* cit., especialmente, pp. 259-69.

em torno do apoio inglês. “Los enviados ingleses que han llegado a Santa Marta,” indagara a Sucre em 30 de abril,

nos han asegurado que seremos prontamente reconocidos, y auxiliados contra la Francia en caso de un rompimiento contra nosotros. Los americanos ofrecen lo mismo. La España no puede hacer nada, porque no tiene marina, ejército, ni dinero para nada; y todo lo que pueda hacer se atribuirá a la Francia, y se combatirá por lo mismo como usurpación extraña y opuesta a la Inglaterra y a la libertad. Todo lo que depende de la Santa Alianza, será combatido por la Inglaterra y por la América de Norte. [I, p. 943]¹⁹³

A Inglaterra, afirmara a Sucre em 04 de fevereiro de 1824, “nos promete mucho; y yo espero todavía más de lo que ella ofrece.” [I, p. 903]. Mas a condição fundamental para a proteção, insistia Bolívar, era que a Inglaterra reconhecesse a independência americana [I. p. 904] Mas, para tanto, o governo britânico deveria romper com a neutralidade. Não demoraria muito para Bolívar se decepcionar com as atitudes reticentes das duas grandes nações: “Los ingleses y los norteamericanos,” queixava-se a Santander, no dia 08 de março de 1825, “son unos aliados eventuales, y muy egoístas.” [II, p. 95] Ademais, o americanismo bolivariano tendia a se contrapor à Doutrina Monroe. Embora contrária ao colonialismo da Santa Aliança (o que movera Bolívar, como vimos, a expressar-lhe certa simpatia em algumas ocasiões), a política norte-americana para as repúblicas que se desprendiam da Espanha deixava-lhe transparecer uma nítida pretensão hegemônica no continente.¹⁹⁴

28.

A significação universal da primeira assembléia dos governos confederados associava-se intimamente à sua localização geográfica: “Parece que si el mundo hubiese de elegir su capital, el Istmo de Panamá sería señalado para este augusto destino, colocado, como está en el centro del globo, viendo por una parte el Asia, y por la otra África y la Europa.” Se os governos não aderissem ao congresso, advertia Bolívar, era possível estipular o retardo na marcha para o futuro, isto é, no tempo em que o movimento do mundo, marcado pela

¹⁹³ O tema aparece praticamente intacto em seu conteúdo, não obstante as pequenas variações formais e de contexto, nas seguintes correspondências: Carta a Santander (23 de janeiro de 1824) [I, p. 883]; Carta ao Secretário de Relações Exteriores da Colômbia (24 de janeiro de 1824) [I, p. 886]; Carta a Sucre (26 de janeiro de 1824) [I, p. 896]; Carta a Sucre (20 de fevereiro de 1824) [I, p. 924]; Carta a Santander (16 de março de 1824) [pp. 932-3]; Cartas a Sucre (21 de março e 14 de abril de 1824) [I, pp. 927 e 948]; Carta a Tomás de Heres (28 de abril de 1824) [I, p. 956]; Carta a Pedro Antonio Olañeta (21 de maio de 1824) [II, p. 10]; Carta a Tomás Rowcroft (15 de agosto de 1824) [II, p. 22]; Carta a Santander (10 de novembro de 1824) [II, p. 38]; Carta a Jacinto Lara (13 de janeiro de 1825) [II, p. 71]; Carta a José Manuel Restrepo (07 de março de 1825) [II, p. 93].

¹⁹⁴ Cf. CASTRO, Moacir Werneck de. *O Libertador* cit., p. 163.

aceleração, poderia paradoxalmente acelerar-se em dano à América [II, p. 51]. O Congresso inauguraria, para ele, uma nova era superior até mesmo ao modelo histórico que lhe dera origem: a Liga dos Helenos, reunida, sob a hegemonia de Felipe da Macedônia, em Corinto; uma operação discursiva, assim, entrecruzava o passado com o futuro,

El día que nuestros plenipotenciarios hagan el canje de sus poderes, se fijará en la historia diplomática de América una época inmortal. Cuando, después de cien siglos, la posteridad busque el origen de nuestro derecho público y recuerde los pactos que consolidaron su destino, registrarán con respeto los protocolos del Istmo. En él encontrarán el plan de las primeras alianzas, que trazará la marcha de nuestras relaciones con el universo. ¿Qué será entonces del Istmo de Corinto comparado con el de Panamá? [II, p. 52]

Bolívar, falando a Santander, em 06 de janeiro de 1825, se referia à idéia da Federação Americana como o único remédio contra as facções e “un templo do asilo contra las persecuciones del crimen.” O congresso, declarava, serviria pelos 10 ou 12 anos da primeira infância da América, mesmo que depois se dissolvesse para sempre, “pues tengo la Idea de que nosotros podemos vivir siglos siempre que podamos llegar a la primera docena de años de nuestra niñez. *Las primeras impresiones duran siempre.*” [II, p. 67] Expectativas, contudo, mais próximas à realização do Congresso indicavam com precisão os vários benefícios que poderiam ser assegurados (predominavam, em primeira instância, aquelas que, de uma forma ou de outra, contribuían para o fortalecimento da soberania nacional):

- 1.º – El nuevo mundo se constituiría en naciones independientes, ligadas todas por una ley común que fijase sus relaciones externas y les ofreciese el poder conservador en un congreso general y permanente.
- 2.º – La existencia de estos nuevos Estados obtendría nuevas garantías.
- 3.º – La España haría la paz por respeto a la Inglaterra y la Santa Alianza prestaría su reconocimiento a estas naciones nacientes.
- 4.º – El orden interno se conservaría intacto entre los diferentes Estados, y dentro de cada uno de ellos.
- 5.º – Ninguno sería débil con respecto a otro: ninguno sería más fuerte.
- 6.º – Un equilibrio perfecto se establecería en este verdadero nuevo orden de cosas.
- 7.º – La fuerza de todos concurriría al auxilio del que sufriese por parte del enemigo externo o de las facciones anárquicas.
- 8.º – La diferencia de origen y de colores perdería su influencia y poder.
- 9.º – La América no temería más a ese tremendo monstruo que ha devorado a la isla de Santo Domingo; ni tampoco temería la preponderancia numérica de los primitivos habitantes.
- 10.º – La reforma social, en fin, se habría alcanzado bajo los santos auspicios de la libertad y de la paz, pero la Inglaterra debería tomar necesariamente en sus manos el fiel de esta balanza.” [III, pp. 756-7]

Entre outras propostas enviadas por Bolívar à discussão dos delegados no congresso estavam incluídas: a abolição da escravidão; a adoção da Doutrina Monroe no que ela poderia

oferecer de proteção aos países independentes; a submissão dos conflitos entre os Estados à arbitragem da Liga; garantias recíprocas para o cumprimento dos acordos; fixação de limites entre os Estados membros, com base no *uti possidetis*.¹⁹⁵ O Congresso, reunido entre os dias 22 de junho e 15 de julho de 1826, aprovou um Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua (contra a Espanha ou qualquer outra potência que viesse a agredir os países hispano-americanos). A assembléia permanente dos Estados federados deveria se reunir a cada dois ou três anos (ou anualmente em caso de guerra). É sabido que de todos os países convidados somente Peru, Colômbia, América Central e México compareceram com dois representantes cada um. Na condição de observadores, participaram a Grã-Bretanha (com Edward James Dawkins) e a Holanda (com Carl van Veer). Havia também secretários particulares das delegações do Reino Unido (os dois faleceram de febre amarela), do Peru e da Colômbia.¹⁹⁶ O Congresso, na verdade, não produziu resultados concretos e os poucos que se obtiveram não agradaram, naquele primeiro momento, a Bolívar (que não se fez presente na Assembléia). Somente a Colômbia ratificou o Tratado de Liga e Confederação. Assim, as convenções não foram postas em prática. Os países enviados não acataram as insistências do Libertador na organização de um grande exército (certamente porque, asseguradas as independências, embora a Espanha não tivesse ainda admitido a derrota, não sentiam a necessidade de uma ação militar conjunta; além disso, qualquer possibilidade, nunca efetivamente séria, de outras potências intervirem a favor da Espanha parecia desencorajada pela Inglaterra).¹⁹⁷

¹⁹⁵ O projeto de Bolívar para o Congresso recebeu retoques introduzidos por Santander, que, alegando dificuldades internas de ordem econômica e financeira, opunha-se a uma grande mobilização de forças militares. Oferecia, além disso, privilégios aduaneiros às grandes potências (como a Inglaterra que estavam muito mais interessados numa penetração econômica) a fim de apaziguá-las, medida contra a qual Bolívar se levantou, apesar de reconhecer a necessidade de se equilibrar o orçamento, com a proposição, sobretudo, de cortes no funcionalismo. Os direitos alfandegários deveriam ser, inclusive, aumentados e não diminuídos para dar gosto aos estrangeiros. Cf. CASTRO, Moacir Werneck de. *O Libertador* cit., p. 166.

¹⁹⁶ Cf. ALEIXO, José Carlos Brandi. *Visión y actuación internacional de Simón Bolívar* cit., p. 22. A Inglaterra e os Estados Unidos foram convidados, contra a vontade de Bolívar, por insistência de Santander (as desavenças entre ambos começavam, nessa época, a se tornar cada vez mais evidentes). O Libertador tinha uma consciência perspicaz da questão britânica em relação àqueles líderes dos novos países que se mostravam subservientes às inversões estrangeiras: por maior que fosse uma frente unida nas negociações, para ele, o poder de barganha das ex-colônias seria demasiadamente fraco contra a principal potência comercial e industrial. De outra parte, a Inglaterra não queria romper sua política de neutralidade em relação à Espanha, temendo, inclusive, o grau de influência que os Estados Unidos pudessem exercer sobre o continente. Chile e Argentina não mandaram representantes. O enviado norte-americano morreu na viagem, ficando os Estados Unidos sem representação oficial. Também estiveram ausentes da reunião os seguintes países: a Bolívia nomeou demasiadamente tarde seus representantes; as Províncias Unidas do Rio da Prata mostraram-se frustradas com a recusa do Libertador a participar na guerra contra o Brasil; o Brasil temia a abordagem no Congresso da questão cisplatina e uma política de hostilidade à Espanha; o Haiti foi excluído por Santander sob o pretexto de que a república de cor, além de não ter sua independência reconhecida, atrairia prejuízos à causa americana frente à opinião das potências européias; o Paraguai acabou por centrar-se em seu isolamento com a política de Francia; o Chile foi reticente ao envio de uma delegação.

¹⁹⁷ Cf. BUSHNELL, David. “A independência da América do Sul espanhola” cit., p. 178.

29.

A verdade é que a cada ano que passava Bolívar se fazia mais consciente das divisões na sociedade americana e da propensão dos seus povos à anarquia. De fato, os desdobramentos na Colômbia, que continuava aparentemente tranqüila, vinham gerando um coro crescente de queixas que chegavam até seus ouvidos.¹⁹⁸ Era o ano de 1826. A todos esses problemas, o Libertador, que se encontrava no Alto Peru, ofereceria duas soluções que convergiam em essência entre si: a Constituição da Bolívia e a Confederação dos Andes. “Aqui tenemos grandes proyectos entre manos sobre constitución y liga de Bolívia, Perú y Colômbia” [II, p. 415], diria, em 23 de junho de 1826, já na Colômbia, a Santander. Em 1.º de agosto de 1826, afirmava, de Lima, ao Coronel Tomás Cipriano de Mosquera, enfatizando, entretanto, a solução da Constituição Boliviana, “el resumen de mis ideas”, oferecida à Colômbia como a toda la América. A mis ojos no se presenta ningún otro medio de rescate y todo lo demás me parece absurdo.” Mas o pano de fundo que as unia era sem dúvida a consciência, cada vez mais decidida e não menos amarga, de que “solamente un hábil despotismo puede reger a la América.”

30.

Após a batalha de Ayacucho, a última escaramuça importante da guerra contra os espanhóis, realizada por Sucre, em 09 de dezembro de 1824, quando Bolívar se encontrava em Lima, desenhava-se um problema para a futura situação do Alto Peru. A província, antes da guerra, fizera parte do Vice-Reino do Rio da Prata¹⁹⁹. Mas havia razões importantes para se considerar a possibilidade de sua incorporação ao Peru. Triunfou, contudo, entre a minoria de habitantes de consciência política o sentimento predominante de se criar uma nova república. Chegou-se a defender a hipótese de que Bolívar tentou retardar a decisão; porém, quando a independência total foi decretada, em agosto de 1825, por uma assembléia do Alto Peru convocada por Sucre, só então ele teria aceitado o veredicto. Na verdade, é possível observar, ao longo de suas correspondências do período, que já meses antes dessa data Bolívar havia

¹⁹⁸ *Ibidem*, pp. 174-5.

¹⁹⁹ ACEVEDO, Edberto Oscar. “Política, Religión e Ilustración en las Intendencias Alto-peruanas: regionalismo frente a unidad en el Virreinato Rioplatense”. VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica* cit., 1984, p. 49, destaca que, com o Alto Peru, Buenos Aires “no pudo llegar a anudar vínculos estables de influencia recíproca económica y cultural. Era una zona apartada, con problemas propios, distinta y particular [...]”

reconhecido o projeto de criação do novo Estado (confirmando, assim, as posições do Marechal de Ayacucho – como era chamado Sucre – que havia apoiado calorosamente a idéia). Já em 07 de abril de 1825, na carta a Santander, o Libertador assim se referia à questão:

El Alto Perú quiere ser independiente y los vecinos quieren dominarlo. Buenos Aires tiene el derecho, y al Peru toca la conveniència: pero la naturaleza, burlándose de todos, ha ordenado la creación de un nuevo estado, porque una capital que se halla a 500 y 700 leguas de distancia, es fuera de todo cálculo de utilidad provincial. [II, p. 115]

Pouco mais de um mês depois (15/5/1825), ele asseguraria a Sucre seu desejo de deixar em liberdade o Alto Peru para que expressasse livremente sua vontade. “El lugar de la asamblea debe estar despejado de tropas del ejército libertador a veinte leguas en contorno [...] para impedir toda acusación de influencia militar en las actas de sus representantes.” [II, p. 131] Bolívar deixou a Sucre o governo da Bolívia, em fevereiro de 1826, e voltou ao Peru, onde, então, redigiu a constituição e a enviou a Bolívia, onde seria adotada em julho do mesmo ano.

Os representantes da assembléia nacional deram à república o nome “Bolívar” (que logo, entretanto, seria mudado para Bolívia). “Hoy”, declarava a Santander, no dia seguinte à sua chegada à La Paz (18/8/1825), “he recibido una acta de la asamblea del Alto Peru, que se declara independiente y toma el nombre de *Bolívar* y la capital *Sucre* [...]. El día de Junín se ha declarado independiente esta nación y república independiente.” [II, p. 201] Novamente a Santander, no dia 25 de setembro de 1825, de Oruro, fazia a Santander as primeiras menções à natureza da constituição que os membros do Congresso da Bolívia lhe haviam convidado para escrever:²⁰⁰ “Pienso que ésta sea fuerte y *nueva*, ligando las ventajas de las repúblicas de América y de Holanda: habrá algo de gobierno vitalicio y algo también de las libertades del federalismo.” Parecia antever, além disso, as recepções opostas que o texto provocaria: “[...] la cosa no dejará de tener sus amigos y sus enemigos.” [II, p. 217]

As declarações de Bolívar iriam, com efeito, delineando, pouco a pouco, a situação da república que homenageava seu nome como a referência para os demais estados americanos. Declarava, de Chuquisaca, em 11 de novembro de 1825, a Santander, oito dias após sua chegada: “Estos pueblos cada dia muestran más adhesión a sus libertadores y, a la verdad, ellos se han anticipado a los beneficios [...]” [II, p. 268] A juventude da Bolívia, um estado

²⁰⁰ Em carta de 08 de setembro de 1825 [II, pp. 211-2], Bolívar já havia comunicado a Santander a respeito do convite formal que a Assembléia Nacional da Bolívia havia lhe feito.

que ainda estava se constituindo e carente, portanto, de qualquer experiência, parecia constituir, exatamente por isso, um fundamento propício para a formulação de expectativas. É possível observar, de fato, um paralelo singular quanto à questão. Enquanto para os demais estados predominara, desde então, o pessimismo insondável das avaliações de Bolívar, para o caso boliviano, em contrapartida, as projeções otimistas, rarefeitas e dispersas quando situadas no quadro geral, afluíam de maneira incontida. “El pueblo más moderno de América en la marcha nacional, parece que quiere ponerse a la cabeza de los demás por la elevación del espíritu que lo guía”, afirmava, de Lima, em 04 de julho de 1826, ao referir-se à instalação do Congresso Constituinte na Bolívia e à nomeação de Sucre para presidente.

31.

“O texto criado por Bolívar representava mais uma tentativa de combinar [...] republicanismo liberal com salvaguardas contra a disseminação da desordem que, em sua opinião, ameaçava as conquistas dos libertadores hispano-americanos.”²⁰¹ A Constituição da Bolívia abraçaria, segundo Bolívar, “los intereses de todos los partidos”, conferindo “una estabilidad firme al gobierno unida a una grande energia”. Mais ainda, ela conservaria ilesos “los principios que hemos proclamado de libertad e igualdad.” [II, p. 307] O projeto constitucional era, após a Colômbia, a última criação bolivariana, representando, por sua vez, uma verdadeira síntese de seu pensamento de então. O Libertador demonstrava por seu intermédio, um completo conhecimento dos problemas bolivianos, das possibilidades de convulsões sociais, das ambições da oligarquia e da existência de uma massa indígena explorada e relegada, à margem de toda a vida política.²⁰² Na carta ao General Santander, de 27 de dezembro de 1825, anunciava suas expectativas: “[...] estoy haciendo una constitución muy fuerte y muy bien combinada para este país, sin violar ninguna de las tres unidades y revocando, desde la esclavitud abajo, todos los privilegios” [II, p. 291]. Diria ainda:

En general, la constitución está muy bien trabajada y el discurso que daré para probar su utilidad será muy fuerte. No dudo que será mejor que el otro de Angostura, pues ya no estoy en estado de transigir con nadie. Mi constitución será más liberal que la de Colombia, pero también más durable. [II, p. 292]

²⁰¹ Cf. BUSHNELL, David. “A independência da América do Sul espanhola” cit., p. 174.

²⁰² Cf. MARTÍNEZ, Nelson. *Simón Bolívar* cit., p. 130.

Na redação, teria em mente não apenas a desunião no Rio da Prata e os distúrbios do Peru, do Chile e do México, mas os desdobramentos na Colômbia.

A Constituição Boliviana foi, de certa forma, uma tentativa do Libertador de corrigir, em favor da estabilidade institucional e da centralização, os excessos dos inovadores de mentalidade liberal. Um detalhe curioso, nesse sentido, precisaria ser lembrado. Se em Angostura, a confiança bolivariana havia sido depositada na estabilidade de um senado hereditário, agora, com a proposta da presidência vitalícia, as atenções se voltariam para o Chefe de Estado,²⁰³ que poderia também nomear seu sucessor. “El Presidente de la República”, lê-se no Discurso ao Congresso Constituinte da Bolívia,

viene a ser en nuestra Constitución, como el Sol que, firme en su centro, da vida al Universo. Esta suprema Autoridad debe ser perpetua; porque en los sistemas sin jerarquías se necesita más que en otros, un punto fijo alrededor del cual giren los Magistrados y los ciudadanos [...]. Para Bolivia, este punto fijo es el Presidente vitalicio. En él estriba todo nuestro orden, sin tener por esto acción. [III, p. 765]

Ele participaria das faculdades do Executivo, porém, dizia, com restrições favoráveis ao povo. O modelo do Executivo era, confessava, o do Haiti, “la República más democrática del mundo.” O Libertador enfatizava, entretanto, que o Presidente da Bolívia seria menos perigoso que o do Haiti. Ele estaria, por exemplo, privado de todas as influências pelos limites constitucionais: “no nombra los Magistrados, los Jueces, ni las Dignidades eclesiásticas, por pequeñas que sean.” Assim, não haveria porque se temer a usurpação, referindo-se, ao que tudo indica, aqueles que o acusariam de ambições tirânicas. “No, Legisladores: no temáis a los pretendientes a coronas: ellas serán para sus cabezas la espada pendiente sobre Dioniso.”²⁰⁴ O presidente nomearia ao vice-presidente para que, administrando o estado, suceda-lhe no mando. Bolívar citava, então, a prática dos Estados Unidos de nomear ao primeiro-ministro para suceder ao presidente. “Nada es tan

²⁰³ Cf. MARTÍNEZ, Nelson. *Simón Bolívar* cit., p. 130.

²⁰⁴ Bolívar refutaria esse temor por intermédio de argumentos relacionados ao espaço de experiência: “Aquí [na América] no hay grandes nobles, grandes eclesiásticos. Nuestras riquezas eran casi nulas, y en el día lo son todavía más. Aunque la Iglesia goza de influencia, está lejos de aspirar al dominio, satisfecha con su conservación. Sin estos apoyos, los tiranos no son permanentes; y si algunos ambiciosos se empeñan en levantar imperios, Dessalines, Cristóbal, Iturbide, les dicen lo que deben esperar. No hay poder más difícil de mantener que el de un príncipe nuevo. Bonaparte, vencedor de todos los ejércitos, no logró triunfar de esta regla, más fuerte que los imperios. Y si el gran Napoleón no consiguió mantenerse contra la liga de los republicanos, en un suelo incendiado con las brillantes llamas de la libertad, y que devora las tablas que se le ponen para elevar esos cadalsos regios?” [III, p. 766]

conveniente, en una república, como este método: reúne la ventaja de poner a la cabeza de la administración un sujeto experimentado en el manejo del Estado.” [III, p. 766] Mas, por esse, recurso, o Libertador esperava fundamentalmente evitar as eleições “que producen el grande azote de las repúblicas, la anarquía, que es el lujo de la tiranía, y el peligro más terrible de los gobiernos populares.” O presidente bolivariano foi definido, não poucas vezes, como “um monarca constitucional em tudo, exceto no nome, com poderes legais rigorosamente definidos, mas com um fundo de influência pessoal.”²⁰⁵ É certo que Bolívar não escondia certas simpatias com as monarquias que apareciam, inclusive, no discurso em análise. Mas o que ele procurava absorver desse regime era, sobretudo, a unidade e a estabilidade, como era claramente exposto nas suas referências ao modelo britânico na *Carta de Jamaica*. “Si, Legisladores, la monarquía que gobierna la tierra, ha obtenido sus títulos de aprobación de la *herencia* que la hace estable, y de la *unidad* que la hace fuerte.” [III, p. 767] Outro detalhe que seguramente chama a atenção no seu discurso é a menção à flexibilidade do texto constitucional para as situações futuras: “He pensado que la constitución de Bolivia debiera reformarse por períodos, según lo exige el movimiento del mundo moral.” [III, p. 768]

32.

Princípios fundamentais de seus posicionamentos, que delineavam sua transcendência em relação aos setores oligárquicos, voltariam a ser afirmados de maneira ainda mais intransigente por intermédio de operações retóricas. Um deles, sem dúvida, era o abolicionismo.

Legisladores, la infracción de todas las leyes es la esclavitud. La ley que la conservara, sería la más sacrílega. ¿Qué derecho se alegaría para su conservación? Mírese este delito por todos aspectos, y no me persuado que haya un solo Boliviano tan depravado, que pretenda legitimar la más insigne violación de la dignidad humana. ¡Un hombre poseído por otro! ¡Un hombre propiedad! Una imagen de Dios puesta al yugo como el bruto! Dígasenos ¿dónde están los títulos de los usurpadores del hombre? [...] Transmitir, prorrogar, eternizar este crimen mezclado de suplicios, es el ultraje más chocante.

²⁰⁵ Cf. BUSHNELL, David. “A independência da América do Sul espanhola” cit., p. 175.

Nada, para Bolívar, poderia “romper el santo dogma de la *igualdad*”. [III, pp. 768-9] Outra de suas medidas propostas, talvez a mais liberal entre elas, girava em torno da separação entre as esferas do Estado e da Igreja. Seus argumentos, bastante conhecidos, remontam à idéia de que numa constituição política “no debe prescribirse una profesión religiosa” porque, segundo as melhores doutrinas sobre as leis fundamentais, somente a garantia dos direitos políticos e civis deveriam estar nela contidos. A religião pertence, por sua vez, à moral intelectual (*la conciencia íntima*) e privada (*gobierna el hombre en la casa, en el gabinete, dentro de sí mismo*): ela não trata, enfim, das atribuições da constituição política. A lei, em contrapartida, “no gobierna sino fuera de la casa del ciudadano.” Daí a conclusão revolucionária em prol da liberdade religiosa:

Aplicando estas consideraciones ¿podrá un Estado regir la conciencia de los súbditos, velar sobre el cumplimiento de las leyes religiosas, y dar el premio o el castigo, cuando los tribunales están en el Cielo, y cuando Dios es el juez? La inquisición solamente sería capaz de reemplazarlos en este mundo. ¿Volverá la inquisición con sus teas incendiarias?

Uma proposição de tal ordem suscitaria polêmicas agudas no seio do universo mental que havia assistido, no tempo de Libertador, a condenação de Miguel Hidalgo y Costilla, pelo Santo Ofício, como herege. Bolívar parecia empreender, novamente, a destruição do passado de intolerâncias.

O Libertador, novamente, ressaltaria a novidade do texto em relação aos modelos do passado:

He recogido todas mis fuerzas para exponeros mis opiniones sobre el modo de manejar hombres libres, por los principios adoptados entre los pueblos cultos; aunque las lecciones de la experiencia solo muestran largos períodos de desastres, interrumpidos por relámpagos de ventura. [III, p. 763]

O projeto das três câmaras, com distintas atribuições e membros elegíveis, completava o quadro institucional. Uma delas – a Câmara dos Censores – ressuscitava o poder moral proposto em 1819 no Discurso de Angostura. Os censores vigiariam, sobretudo, a conduta do poder executivo e a conservação das liberdades civis consagradas na Constituição; ficariam, ademais, sob o encargo da boa marcha da instrução pública, a cultura e as artes. Mantinha a clássica divisão dos poderes: executivo, legislativo, judiciário.

Alguns historiadores ressaltam que, na Bolívia, a nova constituição foi aceita formalmente, com poucas emendas, mas sem grande entusiasmo.²⁰⁶ Outros, em contrapartida, advertem que, no fundo, o texto acabou sendo aprovado com grandes modificações.²⁰⁷ A proposição das três câmaras, por exemplo, foi rechaçada. O mesmo sucedeu com a prerrogativa outorgada ao Chefe de Estado para eleger o vice-presidente e também da liberdade religiosa. O problema da liberdade dos escravos, que, como vimos, Bolívar reclamara com insistência, tampouco foi abordado com decisão, e as soluções definitivas ficaram postergadas por uma legislação excessivamente tímida, para não irritar aos *terratenientes*.²⁰⁸

Los obstáculos a los cambios eran muchos y poderosos. Los criollos eran conservadores, sus horizontes económicos estaban limitados por las estancadas haciendas, los valores de rentistas y los cargos públicos; sus hábitos eran de indiferencia ante las actividades empresariales; sus concepciones sociales eran de una profunda e inamovible desigualdad.²⁰⁹

Bolívar e Sucre tinham a intenção de transformar a Bolívia numa nação próspera e liberal. Sucre, por exemplo, propôs a criação de um sistema de tributação mais equitativo e produtivo. Um congresso, em 1826, aboliu a *alcabala* e reduziu outros impostos sobre artigos de consumo básico. Com o decreto de 22 de dezembro de 1825, Bolívar havia abolido o tributo indígena, substituindo-o por um imposto sobre a renda e outro sobre a propriedade, “un nuevo curso revolucionário para los privilegios largamente disfrutados por los blancos y los mestizos asimilados.”²¹⁰ Tais grupos resistiram tenazmente à nova política, empreendendo uma campanha sem escrúpulos para revitalizar o sistema tributário dos tempos coloniais. O tributo indígena seria finalmente restaurado em julho de 1826 e os impostos sobre rendas e propriedades, instituídos por Sucre, abolidos no final do mesmo ano. Os índios da Bolívia formavam 80% da população em princípios do século XIX. Nas vésperas da independência continuavam suportando a *mita*, o *repartimiento*, o tributo, os encargos paroquiais e os dízimos, os serviços pessoais e o trabalho agrícola nas terras dos

²⁰⁶ Cf. BUSHNELL, David. “A independência da América do Sul espanhola” cit., p. 175.

²⁰⁷ Cf. ACOSTA SAIGNES, Miguel. *Introducción a Simón Bolívar* cit., p. 27.

²⁰⁸ Cf. MARTÍNEZ, Nelson. *Simón Bolívar* cit., p. 131.

²⁰⁹ LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas* cit., p. 281. Passo a reproduzir, daqui em diante, suas principais explanações, tais quais, sobre a questão (pp. 281-4).

²¹⁰ BUISSON, Inge. “El ‘Ejército Libertador’ y la formación del Estado boliviano (1825-1828)”. VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica* cit., 1984, pp. 499-512

brancos. Apesar das medidas de Bolívar, como a abolição dos serviços pessoais e a declaração da igualdade entre todos os cidadãos, que, somadas à abolição da *mita* (que nunca voltou a aparecer), fizeram da independência certa melhoria para a situação social, os índios da Bolívia continuaram sendo explorados. A reforma agrária decretada por Bolívar em 1825, visando distribuir as terras do estado preferencialmente entre os indígenas, havia sido também sabotada pela classe dominante na Bolívia, que considerava que um campesinato livre e com terras era uma ameaça a suas fontes de mão de obra dependente. Igualmente impopular foi a política antiescravista de Bolívar.²¹¹ Sucre havia percebido, entretanto, que as próprias classes oprimidas estavam divididas entre si, já que os *cholos*, por exemplo, não queriam ser classificados como índios.

34.

Sucre, que Bolívar considerara o único homem capaz de exercer a presidência perpétua, concordou em ser o primeiro governante da Bolívia, embora declarasse desde o princípio que não pretendia assumir vitaliciamente o cargo.²¹² Mais ainda, quando de sua eleição, aceitou a presidência somente até 1828.

A mesma constituição foi adotada, antes do final de 1826, pelo Peru, com ainda menos entusiasmo e grandes oposições. (Algumas delas foram expressas pelo questionamento em torno da legalidade do procedimento utilizado.) De fato, as elites peruanas, em geral, não viam o projeto com bons olhos e nem mesmo a seu artífice, ditador, e ao seu exército de 6.000 colombianos, comparado muitas vezes a uma “nuvem de gafanhotos”.²¹³ A proposta

²¹¹ Afirma Lynch nesse sentido (pp. 284-5): “En 1825 la asamblea general de Bolivia votó que se le diera un millón de dólares a Bolívar como recompensa por sus servicios; éste aceptó ‘con la sola condición de que el dinero debería emplearse en la compra de la libertad de alrededor de un millar de esclavos negros que existían en Bolivia’. La respuesta fue negativa.” Na Constituição de 1826 declarava que eram bolivianos todos “[...] los que hasta el día han sido esclavos; y por lo mismo quedarán, especial se determinará la indemnización que se debe hacer a sus antiguos dueños.’ Los diputados pretendieron completar, pero en realidad modificaron sustancialmente, el texto de Bolívar; la nueva versión declaraba a los antiguos esclavos ciudadanos libres ‘pero no podrán abandonar la casa de sus antiguos señores sino en la forma que una ley especial lo determine’. [...] Según Sucre, la única indemnización que éstos buscaban era que se vieran obligados a trabajar en las haciendas como peones. Ésta fue una característica de la abolición en Hispanoamérica; la esclavitud no fue sustituida por la libertad, sino por el trabajo servil.”

²¹² Em algumas ocasiões são claramente identificáveis as tentativas de Bolívar de persuadir Sucre, até mesmo após a sua eleição, em 1826, a assumir como presidente vitalício da Bolívia. Veja-se, por exemplo, as duas cartas do Libertador escritas em Caracas no dia 06 de abril de 1826 [II, pp. 599-601].

²¹³ Cf. CASTRO, Moacir Werneck de. *O Libertador* cit., p. 180.

da constituição poderia, sem dúvida, ser explicada em relação à experiência de Bolívar com a espantosa anarquia do Peru e com o atraso e a instabilidade da Bolívia.

Parece correta a tese segundo a qual o ideal bolivariano de fazer vigorar a constituição da Bolívia em todas as repúblicas por ele libertadas estaria profundamente associado ao seu sonho de unificar a Bolívia, o Peru e a Colômbia numa Confederação dos Andes. Tratava-se, sem dúvida, de um projeto de maior alcance que, alavancado, sobretudo, com o malogro do Congresso do Panamá, teria em vista (novamente) a criação de grandes unidades políticas para o fortalecimento institucional dos países americanos. Ele contava, outra vez, com o apoio da Inglaterra, coerente com a estratégia desenvolvida na Carta de Jamaica. Mais ainda, seria para ele uma conquista maior do que a batalha que selou definitivamente a independência da América espanhola. Nesse sentido, falava, em carta de 22 de junho de 1826, a Sucre:

La alianza con la Gran Bretaña es una victoria en política más grande que la de Ayacucho, y si la realizamos, diga Vd. que nuestra dicha es eterna. Es incalculable la cadena de bienes que va a caer sobre Colombia si nos ligamos con la Señora del Universo, y yo estoy enajenado de gusto y contento al solo pensar que podemos unir nuestro interés y nuestra política a la de la Gran Bretaña. [II, p. 296]

A idéia da confederação, entretanto, foi logo abandonada, não encontrando eco entre seus seguidores.

O mais preocupante, contudo, era o surgimento de um grave foco de desordem na Venezuela, desde abril de 1826, sob o comando de José Antonio Páez. O caudilho *llanero*, ao fixar seu quartel general em Valência, se investira dos poderes de ditador, decidido em romper os laços que uniam o país à Colômbia, iniciando, então, as hostilidades contra o governo de Bogotá e seus políticos civis (que considerava opressores dos “pobres militares”). Ele arrastara consigo aos *llaneros* da zona de Apure, explorando, novamente, o já conhecido tema das castas. Na verdade, o separatismo venezuelano já vinha de tempos. Vimos, por exemplo, que desde 1815 as divisões entre as duas repúblicas, após a derrocada da Segunda República na Venezuela, originou a resistência de comandantes da Nova Granada a Bolívar e a seus oficiais. As dissensões, nesse sentido, não só haviam contribuído para o êxito da contra-revolução espanhola (1815-6), como selaram também o próprio exílio de Bolívar na Jamaica. Em 1819 o conflito nacional foi responsável pela deposição do *neogranadino* Francisco Antonio Zea, como vice-presidente da Venezuela,

pelo Congresso de Angostura e a sua substituição pelo venezuelano Juan Bautista Arismendi.²¹⁴ As tensões persistiram após a formação da Colômbia. As grandes distâncias que separavam as províncias, de um lado, e a heterogeneidade da massa da população, de outro, constituíam obstáculos intransponíveis para a formação de uma identidade nacional. Lembrou-se, também, dos problemas relativos à ausência de potencial para se obter a integração econômica. As dificuldades de acesso à Bogotá pareciam privar os venezuelanos de uma adequada representação na capital. Muitos dos líderes venezuelanos exaltavam o fato de estarem sendo governados por uma nova metrópole que não administrava, de maneira justa, a parte dos gastos nacionais que lhes cabia. O suposto neocolonialismo, criticado sobretudo pelos militares venezuelanos, ganharia força ao identificar os da Nova Granada, que, de fato, se encontravam no centro dos cargos públicos, como dominadores estrangeiros.²¹⁵ A rebeldia de Páez, comandante em chefe do departamento de Venezuela acabou estimulando uma maior resistência por parte do Equador à administração de Santander. O chefe *llanero*, sem educação, dependia, até certo ponto, de conselheiros mais cultos como Mariño, oponente tenaz de Bolívar, o doutor Miguel Peña, o conselheiro civil e o Coronel Francisco Carabão, seu colega militar. Estes constituíam, juntamente com Páez, o núcleo da facção separatista.

35.

Bolívar, por isso, foi chamado com urgência pelo Congresso da Colômbia, que lhe conferia plenos poderes, como árbitro supremo, para fazer frente à revolta. Ele, que havia morado, ao todo, onze meses em Lima (quatro, de setembro de 1824 a abril de 1825, e sete, de fevereiro a setembro de 1826) deixou o país, em 23 de setembro de 1826, que continuava ainda minado pelas lutas internas. (Alguns meses depois de sua partida, uma insurgência no Peru provocava a derrubada de seus aliados e a revogação no país da Constituição Boliviana.) “Embarcou no porto de Callao e, de Guayaquil, foi por terra a Bogotá, onde só chegou a 14 de novembro.”²¹⁶ Em sua passagem na cidade equatoriana, revelaria, em 14 de setembro, numa carta a José de Larrea y Loredo, as expectativas, em grande parte otimistas diante do grave quadro que se desenhava, quanto à sua viagem à Bogotá:

²¹⁴ Cf. LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas* cit., pp. 247-8.

²¹⁵ *Ibidem*, p. 248.

²¹⁶ CASTRO, Moacir Werneck de. *O Libertador* cit., p. 183.

[...] estoy en Colombia y lleno de la más lisonjera esperanza de poner a las diferencias que han asomado en Venezuela un término pronto. La disposición de todos los pueblos de la república, que uniformemente han puesto su suerte en mis manos, me hace esperar con mucho fundamento un completo restablecimiento de la orden. Todos los partidos, aun los más opuestos entre sí, dirigen a mí. Aprovecharé esta ocasión para ser un buen árbitro. [II, p. 468]

No caminho à capital colombiana, ia recolhendo informações sobre a situação colombiana. O encontro com Santander, em Bogotá, não havia se dado há cinco anos. O Libertador, superando os atritos que até então haviam crescido gradativamente,

chegou a um acordo com vice-presidente em torno de alguns pontos cruciais: 1) aceitação, por Santander, da Constituição boliviana, expurgada do inaceitável tópico da presidência vitalícia; 2) obrigação, por parte de Bolívar, de declarar inequivocamente restabelecida a ordem constitucional, como advertência aos dissidentes; 3) partida imediata de Bolívar para a Venezuela, com o objetivo de resolver o problema da insurreição de Páez; 4) rejeição da oferta de ditadura feita a Bolívar e obrigação deste, ao reassumir a autoridade de presidente da Colômbia, de declarar-se investido das faculdades conferidas pela Carta de Cúcuta para os casos de perturbação da ordem interna.²¹⁷

Quanto à possibilidade de reassumir a presidência, Bolívar já havia expressado, de fato, seu desejo de não admiti-la por nada. “No debo no puedo, no quiero” diria a Santander. “Estoy cansado de mandar y de otras muchas cosas. Yo no me he constituido para presidente sino para soldado.” Um dia após sua chegada à Bogotá, não escondera a Páez suas disposições de salvar a Venezuela:

En día no tengo más mira que servir a Venezuela; demasiado he servido a la América; ya es tiempo, pues, de dedicar a Caracas todo mi conato, toda mi solicitud; por Caracas [...] he servido al Nuevo Mundo y a la libertad, pues debía destruir a todos sus enemigos para que pudiera ser dichosa. [II, p. 491]

Já na ocasião da revolta, Páez havia sido deposto de seu mando e convocado a Bogotá para ser julgado pelo Congresso dos crimes de conduta ilegal e arbitrária ao recrutar civis para a milícia em Caracas.²¹⁸ Ele, entretanto, resistiu, levantando a bandeira da revolta em 30 de abril de 1826. Santander era partidário de uma solução violenta para o impasse. Bolívar,

²¹⁷ *Idem.*

²¹⁸ Cf. LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas* cit., pp. 247-8.

entretanto, havia sido mais tolerante, considerando, inclusive, que Páez não deveria ser convocado pelo Congresso. Enviado como chefe de guerra para castigar a Páez, o Libertador, contudo, firmou a submissão do caudilho à sua autoridade por meios persuasivos em troca da anistia total aos rebeldes e a promessa de uma reforma constitucional. Santander, irritado ao saber da paz selada em Caracas, tratou de mobilizar as correntes liberais e constitucionalistas contra Bolívar. O rompimento entre os dois líderes consumara-se em 16 de março de 1827, interrompendo, então, os vários anos de estreitas relações epistolares. Por sete meses, a partir de então, Bolívar vivera em Caracas, governando pessoalmente a Venezuela. Mas as sedições no Peru o fizeram voltar, em setembro, à Bogotá para assumir o controle da administração (deixara, na ocasião, o mando a Páez). Em meio à crescente anarquia de 1828, o Libertador falou ansiosamente da necessidade de um “governo forte”. Procurou, por isso, suprir as deficiências da constituição e centralizar o poder na Colômbia. Aqueles que se diziam liberais consideravam o novo regime conservador e militarista, acusando a Bolívar de ambições monárquicas. Santander assumia posições cada vez mais federalistas. Em março de 1828, o General Padilla, com base na população de cor da costa, liderou uma rebelião, em Cartagena, contra Bolívar em favor de Santander e da Constituição de Cúcuta.²¹⁹ Os santanderistas, ao considerar a constituição como demasiadamente bolivariana, esperavam impor o federalismo; os bolivaristas, em contrapartida, desejavam o fortalecimento do centralismo. No clima de grandes conflitos teria lugar, em abril, a Convenção de Ocaña para reformar a constituição. Durante as deliberações, Bolívar ficou em Bucaramanga, de onde acompanhou, com amargura, o desenlace da assembléia. A Convenção parecia demonstrar que o ideal de unidade era impraticável. Os representantes bolivarianos se retiraram depois de infrutuosas discussões e a assembléia se dissolveu por falta de *quorum*. Bolívar ficou confuso. Mas parecia ser o único capaz de restaurar a tranqüilidade: atas chamadas populares, elaboradas por juntas eleitorais ou por grupos dos *pueblos*, solicitavam que Bolívar assumisse a ditadura. Os congressistas, por sua vez, pediram também que assumisse o poder supremo para evitar o colapso e impor a paz.²²⁰ Apesar das resistências, Bolívar, em junho, aceitou o mando.

²¹⁹ *Ibidem*, pp. 249-50. A propósito, vide, também, HELG, Aline. “Simón Bolívar and the Spectre of *Pardocracia*: José Padilla in Post-Independence Cartagena”. In: *Journal of Latin American Studies*. Cambridge: Cambridge University Press, 35, Part 3 (2003), pp. 447-71.

²²⁰ Cf. ACOSTA SAIGNES, Miguel. *Introducción a Simón Bolívar* cit., pp. 29-30. LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas* cit., p. 250, lembra, com acerto, que Bolívar, até mesmo durante a ditadura

Na Colômbia, Bolívar encontrara um país dividido, não dissimulando sua desaprovação pelo que considerava o indiscriminado liberalismo de Santander e seus efeitos divisores sobre a nação. Ele não perdeu também a oportunidade de promover, como já vinha fazendo ao longo de 1826, a adoção da constituição boliviana. Um conjunto de suas correspondências ilustrava preocupações permanentes no que concerne à questão antes mesmo da reunião do congresso na Bolívia. Suas atenções, nesse sentido, estavam dirigidas (sobretudo) para a divulgação, entre um círculo seleta de lideranças *criollas* de seu projeto e do discurso que o analisaria. A convergência de elementos discursivos permitia, para nós, a formulação de uma hipótese esclarecedora em relação ao problema. Vejamos alguns exemplos nessa perspectiva. Na Carta ao General José Francisco Bermúdez, de 25 de maio de 1826, o Libertador, referindo-se, de Lima, à expectativa da reforma constitucional na Colômbia para o ano de 1831, fazia também uma rápida menção ao desejo de adotar a Constituição da Bolívia. Mas, na Carta ao General José Antônio Páez, data do dia seguinte, o mesmo tempo vinha acompanhado de uma eloqüente especificação. Bolívar, então, se referia a uma adoção dos princípios constitucionais na “parte que nos convenga de este proyecto”²²¹ [II, p. 377]

Com efeito, em Magdalena, o Libertador aludia, com uma clareza não menos retórica, às intenções “proselitistas” de uma possível viagem à Venezuela, sob a permissão do congresso colombiano, para descansar. (Estamos nos referindo a uma carta escrita ao General Pedro Briceño Mendez, datada também de 25 de maio.) “En Venezuela procuraré ahogar el espíritu de partido y, al mismo tiempo, predicaré entre mis amigos el evangelio de mi constitución para Bolivia, en contraposición al federalismo y al imperio.” [II, p. 374] Expressões como “um meio termo entre os dois extremos” são correntemente evocados para os propósitos de “asegurar la paz doméstica con la libertad de las provincias”. Curiosamente, Bolívar chegava a tecer, neste momento, uma breve análise de seu próprio discurso que revelaria, por sua vez, perspectivas indispensáveis para a compreensão tanto de sua

militar de 1828-1830, nunca foi um déspota e em 1829 rechaçou um projeto que estabelecia uma monarquia na Colômbia, apresentado a ele sem consulta prévia.

²²¹ Variantes dessa mesma posição apareceriam nas cartas a Santander (30/5/1826) (com o acréscimo de que a adoção dos princípios constitucionais, segundo “muchas gentes”, poderia se dar também no Peru).

intencionalidade discursiva quanto de seu rigor simbólico. Solicitava ao seu sobrinho, nesse sentido, para que prestasse atenção na presença predominante, no texto, de elementos tanto republicanos quanto ainda filosóficos na religião. Os primeiros estavam subordinados aos fins de refutar a idéia, atribuída por seus adversários políticos, de que suas reais intenções consistiam na formação de um império monárquico. Os últimos, por sua vez, traziam à tona a oportunidade de satisfazer os que esperavam a Constituição como uma espécie de “meio de salvación”.

A idéia que tendia a definir seu próprio discurso, sobre a constituição, como um meio termo entre o federalismo e a monarquia foi se tornando cada vez mais evidente ao longo das correspondências. “El discurso”, dizia a Páez, “no es más que la expresión de mis ideas republicanas y patrióticas. Dice todo y explica todo”. Para todos os efeitos, os direitos republicanos fundamentais – *libertad, igualdad, seguridad y propiedad* – estariam plenamente assegurados. Tanto para o caso do federalismo quanto para o da monarquia os respectivos princípios eram adotados até certo grau. Na carta a Santander, escrita a partir de Lima, em 30 de maio de 1826, é possível ler que em seu projeto “los federalistas encontrarán [...] sus deseos realizados en gran parte y los aristocratas hallarán un gobierno permanente, sólido y fuerte; los demócratas verán conservada la igualdad sobre toda cosa.” [II, p. 382] As circunstâncias, completava, exigiam as idéias fortes nele contidas. Mais ainda, afirmava claramente seu desejo de que as recepções positivas do projeto entre o círculo de amigos fossem publicadas nos veículos de informação. “Puede ser que mi ejemplo estimule a otros americanos a imitar mi arrojo y al fin tendremos todo propio, sin mendigar ejemplos”, falaria, no dia 02 de junho de 1826, a Joaquín José de Olmedo. Para ele, aliás, solicitara revisões gramaticais e gráficas dos dois textos, revelando, ao mesmo tempo, o desejo de que o poeta o traduzisse para o francês e o inglês; não deixaria, como se não bastassem, de solicitar, no fim, suas inserções nos diários da capital peruana e nos da França.

Em mais de uma ocasião podemos averiguar uma atenção especial de Bolívar ao tema. No dia 14 de outubro de 1826, por exemplo, em carta a Santa Cruz, o Libertador faria menção à ordem com que marchava a situação do Peru em relação à crise colombiana. “Dios no permita que Vds.”, recomendava, “se organicen como Colombia. [...] Nada de aumentos, nada de reformas quijotescas que se llaman liberales; *marchemos a la antigua española lentamente y viendo primero lo que hacemos.*” [II, p. 482] Quase dois meses antes, dirigindo-se, de Lima, ao vice-presidente da Colômbia, faria um pedido semelhante quanto ao tratamento do impasse entre Nova Granada e Venezuela: “En estas circunstancias creo que no debe emplearse ninguna *medida fuerte o violenta* por parte del gobierno, ni ninguna otra de una naturaleza

capaz de alterar el estado actual de las cosas antes de mi llegada [...].” [II, p. 465] No famoso *Discurso de Angostura* (1819), outras versões dos mesmos posicionamentos já haviam sido afirmadas de modo contundente. “Un pueblo pervertido si alcanza su libertad, muy pronto vuelve a perderla; porque en vano se esforzarán en mostrarle que la felicidad consiste en la práctica de la virtud [...].”

37.

No tocante às relações entre Igreja e Estado no Peru, Bolívar emitia um juízo curioso, pois, por seu intermédio, lembrava-nos, em grande parte, da exploração simbólica que o fanatismo religioso fizera no episódio do terremoto de 1812. Mas, neste caso, tratava-se de reconhecer explicitamente o poder moral da Igreja quanto à influência sobre a opinião publica. Se o clero realista havia abatido os espíritos patrióticos durante a contra-revolução de Monteverde, por que não direcionar o potencial das representações religiosas para a legitimação da era republicana? Seria melhor, de qualquer forma, dispor das autoridades religiosas mais como aliadas – a experiência havia demonstrado – do que como adversárias. No disputemos”, falaria nesse sentido,

con los eclesiásticos que llaman siempre en su auxilio la religión y hacen causa común con ella. Las desavenencias con éstos son siempre funestas; la amistad con ellos es siempre ventajosa. Ellos persuaden en secreto y manejan las conciencias, y el que posee estas armas, casi está seguro del triunfo [II, p. 420]

Nessa ocasião, Bolívar apresentava ao General Agustín Gamarra o eclesiástico encarregado de governar a Diocese de Cuzco, Pedro Antonio Torres, como uma autoridade profundamente favorável aos ideais republicanos. Pode-se observar no documento (de 30 de junho de 1826) expectativas figuradas por recomendações do Libertador para que se pusesse em perfeita harmonia as relações entre a autoridade civil e a eclesiástica, “haciendo que sirvan de un apoyo firme de la primera los párrocos y demás eclesiásticos, agentes de la segunda [...].” Nas condições atuais do Peru, somente uma união estreita, advertia, entre todos os funcionários públicos, “puede formar una masa de oposición a los muchos que intentan introducir el desorden y la anarquía por ambición personal.”

38.

A confiança de Bolívar na força de sua ação prevalecia nos últimos a despeito da oposição crescente. Expressava a Sucre, em 28 de outubro de 1828, a firme resolução de reprimir focos de rebelião no sul da Colômbia e no Peru: “[...] yo soy implacable contra la ignominia, y porque estoy convencido de que el Cielo, que me ha deparado tantos obstáculos para vencerlos también me ha concedido la *destrucción de mis enemigos*.” [III, p. 31] As tensões políticas demandavam sua presença no sul. Essa era uma de suas conclusões na carta de 20 de dezembro de 1828, a Pedro Pablo Díaz. “Sin mí no se hará la paz ni la guerra y la posición de Colombia [...]” [III, p. 88] Preocupações da mesma ordem retornavam pouco mais de um mês depois: “Las cosas del Sur van bien y mis conjeturas son muy lisonjeras.” Ele esperava “un resultado pronto y feliz”, porque “ningún obstáculo” lhe “amenaza y todavía menos aparece ninguna imposibilidad.” A paz, a religião e a necessidade estavam a seu favor [III, p. 120] Na Venezuela, por exemplo, considerava-se mais forte que ninguém [III, p. 168] Nada tinha a temer, dizia, já que “todo se presenta con halagüeño semblante.”²²² [III, p. 55] Nunca se retiraria diante dos perigos [III, p. 81] Era a sua resposta, em 16 de novembro de 1828, ao desejo de Mariano Montilla de se retirar da vida pública com a alegação de fadiga. Estava decidido a fazer os maiores esforços por libertar a Colômbia de “sus enemigos internos y externos, a fin de presentar abundantes elementos a la representación nacional, con que pueda dar al país la organización que crea más adaptable y conveniente a sus mismas circunstancias.”²²³ [III, p. 84]

39.

Ao assumir a presidência da república com poderes ditatoriais mostrava-se convicto, em 07 de novembro de 1828, da existência de movimento amplamente favorável às reformas políticas: “[...] cada día el espíritu público va manifestándose más exaltado por el Gobierno, y todos desean que las reformas que haga sean estables.” A ordem com que se apresentavam os sucessos do momento, declarava a Páez, “hacen presentir un desenlace venturoso para Colombia.” [III, p. 90] Lentidão nas obras e firmeza nos passos. Tal era a natureza da marcha que as autoridades departamentais deveriam assumir. A Venezuela, por exemplo, marchava sempre “por la senda de la paz y de la justicia”, o que lhe inspirava “una confianza ilimitada.”²²⁴ [III, p. 68] Mas em ocasião não distante estava resolvido, mais do que nunca, a

²²² Carta a Páez (Chía, 19 de novembro de 1828).

²²³ Carta a Estanislao Vergara (Bogotá, 16 de dezembro de 1828).

²²⁴ Carta a Páez (La Mesa, 06 de dezembro de 1828).

acelerar a reunião do novo congresso constituinte “para que este cuerpo ponga fin a nuestras disensiones.” Ele enfatizava outra vez a preferência pelas soluções políticas sobre as militares na obtenção da estabilidade institucional: o congresso era o “*único remedio*” para todos os males, “pues el descontento no se corta con la fuerza” e esse, em contrapartida, era até então o único instrumento que se tinha “para impedir la desgracia de la república.” [III, p. 132] Mais ainda, a reunião do congresso inauguraria “el nuevo orden de cosas que debe establecerse: entonces será tiempo de hacernos conocer en el mundo político.” [III, p. 133] Os projetos de reforma potencializavam esperanças que vislumbravam, num horizonte próximo, um novo recomeço para a república. O mesmo prognóstico aflorava na carta de 06 de fevereiro de 1829 a Estanislao Vergara: “Las últimas noticias venidas del Sur acerca del estado del Perú y Bolivia, podrán término a la guerra civil en Colombia y darán curso a los grandes acontecimientos que son de esperar de la política del Nuevo Mundo.” [III, p. 137] Era para ele sumamente necessário, como podemos observar na carta a José Manuel Restrepo de 06 de maio de 1829, a mudança do sistema constitucional na América, antes espanhola, para que pudesse se consolidar. Havia dificuldades. Mas não eram insuperáveis. Muito menos o seriam “si los hombres de juicio se empeñan en superarlas [...]” [III, p. 189] Não deixava, nunca, de “alimentar algunas esperanzas de buen éxito [III, p. 110]²²⁵ Já havia, entretanto, reconhecido, exatamente um mês antes, que “en medio de estos horrores”, isto é, o dos sublevações no Peru, “no dejan de lucir rayos de esperanza [...]”²²⁶ [III, p. 167] Esperava obter a paz nos momentos mais críticos [III, p. 124].²²⁷ “No sufrimos otro mal que la penuria, aunque nuestras esperanzas políticas son inmensas”, dizia em Quito, no dia 25 de março de 1829, a José María del Castillo Rada.

O congresso continuava portando-se bem, dizia ainda em 30 de março de 1830, e muito decidido pela união, agora mais que nunca, porque a opinião geral está em seu favor [III, p. 414].²²⁸ Todos estavam unidos com os ideais liberais [III, 394]²²⁹ e ninguém desejava a desintegração da Colombia [III, p. 393].²³⁰ Não havia motivos para se temer nada [III, p. 403].²³¹ Em tudo reinava a tranqüilidade [III, p. 409].²³² Tanto o favorável quanto o adverso davam certo de modo que não havia necessidade de se tomar cuidados, já que “lo favorable es

²²⁵ Carta a Rafael Urdaneta (La Plata, 09 de janeiro de 1829).

²²⁶ Carta a Rafael Urdaneta.

²²⁷ Carta a José Maria del Castillo Rada (Popayán, 28 de janeiro de 1829).

²²⁸ Carta a C. Castelli (Bogotá, 30 de março de 1830).

²²⁹ Carta a José Antonio Arroyó (Bogotá, 22 de janeiro de 1830).

²³⁰ Carta a J. Rafael Arboleda (Bogotá, 22 de janeiro de 1830).

²³¹ Carta a Daniel Florence O’Leary (Bogotá, 02 de março de 1830).

²³² Carta a O’Leary (Fucha, 09 de março de 1830).

muy superior a todo, y además mis enemigos son unos pobres locos.”²³³ [III, p. 196] A paz com o Peru, se fosse estabelecida, seria “el día más venturoso de nuestra vida”. Ela deve ser, e será, inalterável por todos os séculos [III, p. 355].²³⁴

40.

A imagem de um Bolívar desiludido no fim da vida a ponto de renunciar a qualquer esperança em relação à sorte futura do continente não condiz com facetas importantes de seus escritos dispersos nesse período. Toda a tentativa de reduzir suas expectativas unicamente aos temores omite, como temos demonstrado, a ambigüidade estrutural de sua experiência do tempo histórico. Vamos apresentar alguns exemplos que quase falam por si só. Duas semanas antes de morrer, Bolívar dizia, em Santa Marta, a respeito da situação colombiana: “Los negocios de la patria por acá marchan bien. El general Urdaneta desempeña con acierto su destino y todos los amigos tienen buenas esperanzas.” [III, p. 519] Pouco menos de dois meses antes, dizia, em 25 de setembro de 1830: “[...] haré cuantos esfuerzos estén a mi alcance para restablecer el orden, debiendo terminar mis funciones cuando vea Colombia gozando de tranquilidad y el libre ejercicio de las leyes.” [III, p. 463] Os povos da Venezuela redimiram sua honra, que desde fim de 1829 havia sido atacada pelos infaustos sucessos, voltando a reconhecê-lo como chefe da nação. Esta era a sua jubilosa manifestação em 29 de junho de 1830. Fazia, então, uma profissão de fé na índole dos povos para iniciar o mundo político dos valores liberais: “[...] la inmensa mayoría de todos los ciudadanos está decidida a sostener la integridad nacional, a mantener la paz y a defender en común la libertad y la independencia.” [III, p. 431] Os opositores, agora, eram reduzidos a uma expressão ínfima:

Así como en Venezuela no hay más que cien individuos que se empeñan en dividirnos y perdersnos, en la Nueva Granada nada hay muy pocos más, y cuyo número es compuesto de muy pocos ambiciosos y de algunos jóvenes y niños locos que no saben lo que se hacen. Yo estoy seguro de que el nuevo presidente de la república, señor Joaquín Mosquera, se alegrará infinito de volver a reunir las partes dislocadas de esta patria querida.

41.

²³³ Carta a Rafael Urdaneta (Quito, 11 de maio de 1829).

²³⁴ Carta a Antonio Gutiérrez de la Fuente, Vice-Presidente do Peru (Ibarra, 02 de novembro de 1829).

A revolução despontava, mais uma vez, como tensão dialética: desintegração-integração. Nesse esquema que afluía nos documentos capitais do pensamento bolivariano é possível entrever (quase sempre) as grandes linhas de interpretação do passado colonial. A estrutura seguia sendo a mesma. Os intelectuais da emancipação (e Bolívar despontava como um dos seus representantes mais proeminentes) propunham, a partir da rejeição ao legado herdado da metrópole, a busca de modelos modernizadores que anulassem as mazelas impostas pelo colonialismo. Daí o uso freqüente de termos como *regeneração* para se referir ao esforço de construir uma nova ordem política.²³⁵ Mas a construção do futuro pressupunha, sobretudo, a intervenção consciente que visasse o controle sobre forças do passado.

De outra parte, a série formal que reconstruímos²³⁶ a respeito das percepções de Bolívar sobre o passado hispânico, como vimos, induziu uma conclusão fundamental. Deparamo-nos, de fato, com linhas interpretativas de avaliações claramente desenvolvidas ao longo da seqüência documental *Manifiesto de Cartagena – Carta de Jamaica – Discurso de Angostura*. Mas a ampliação da análise para as cartas trouxe à tona a confirmação do mesmo núcleo de sentido. Para além dos discursos cuja natureza, ao se caracterizar pela concentrada elaboração intelectual, voltava-se claramente para os fins de avaliação da experiência, as cartas, em contrapartida, são marcadas, sobretudo, pela singularidade em termos de estatuto epistemológico. As cartas constituem, por isso, um complemento interessante para se observar uma feição da experiência do tempo que a força retórica e a racionalidade dos documentos mais sistemáticos podem, muitas vezes, acabar encobrendo. Trata-se daquela feição vital, às vezes quase oculta, mas que comporta o espontâneo e a ambigüidade. Mais ainda, é sem dúvida sugestivo o fato dessa documentação se concentrar exatamente ao longo dos períodos intermediários aos “discursos” mencionados acima, ou seja, entre os anos de 1812, 1815, e 1819 que coincidem, sobretudo, com a fase militar do movimento emancipacionista (1811-1824).

42.

Munidos desse indício é possível vislumbrar uma primeira hipótese. Há esperanças bolivarianas sobre a sorte da América ao longo do mesmo espaço de tempo em que se encontram as alusões à negação do passado hispânico. A análise da documentação revela, para o período mencionado, a função *real* das relações assimétricas entre passado e futuro no

²³⁵ Cf. MARTÍNEZ, Nelson. *Simón Bolívar* cit., p. 131.

²³⁶ Vide Cap. 1.

discurso bolivariano: trata-se, pois, de um ingrediente primordial da contenda simbólica análoga à luta material dos combates militares. Essa resposta é já bastante conhecida. Porém, definir a função de algo não explica necessariamente a sua natureza. Além disso, não parece forçoso admitir que a mesma assimetria no discurso bolivariano revelava uma resposta específica ao problema das rápidas transformações na ordem política do continente americano. Assim, no fundo da série que vimos emergir (*passado*: estagnação, escravidão, inércia – *futuro*: aceleração, liberdade, intervenção) encontramos uma determinada experiência do tempo. Dela a insistência de Bolívar sobre a necessidade de se fundamentar o projeto republicano sobre as circunstâncias locais dos estados nascentes traduzia um conteúdo fundamental: trata-se do esforço para impedir a reiteração das situações históricas que, se a própria dominação colonial havia contido, o movimento independentista liberara contra si mesmo.

Mas como explicar o conteúdo específico das esperanças de Bolívar que perduram, no tempo, para além das alusões destrutivas ao passado hispânico? Uma pista parece ter ligeiramente aparecido. Havíamos nos defrontado, com efeito, com as referências de Bolívar às mazelas enormes e negativas impostas pela dominação espanhola sobre a própria luta independentista. Na medida em que essas seqüelas foram sendo percebidas como forças históricas cada vez mais resistentes, as esperanças bolivarianas, que antes se contrapunham ao passado hispânico, convertem-se no *temor* frente à impossibilidade de superar o legado colonial. Antes, *experiência* versus *esperança*. Agora, *esperança* versus *temor*. Dois núcleos, portanto, de relações temporais. O primeiro, característico de quase todos os estudos consagrados ao tempo revolucionário, assentava-se nas relações entre passado e futuro; o segundo, nas relações entre duas possibilidades de futuro, sendo uma delas a concretização de um horizonte de expectativas oposto ao desejado. Ambas as relações, entretanto, convergem pelo fato de manterem no discurso o esquema das assimetrias. Mas o sentido do futuro temido estava irremediavelmente ligado às mazelas do passado que se deveriam destruir.

Guiados por esse detalhe, deparamo-nos com a possibilidade de vislumbrar uma relação de simetria entre o passado e futuro na estruturação da experiência bolivariana do tempo histórico. Um percurso inverso nos permitirá ver, ao longo de uma via transversal, a existência de uma dimensão que complica a tese, confirmada pelo quadro até aqui reconstruído, de que o tempo revolucionário é sempre percebido, pelos que o vivenciam, como fundamentalmente assimétrico.

PARTE II

IMAGENS SIMÉTRICAS

1
O PERIGO DE ÍCARO

1.

Seremos nós capazes (perguntava Bolívar, em 1815, na *Carta de Jamaica*) de manter em seu verdadeiro equilíbrio “la difícil carga” de uma república? É concebível que um povo, recentemente libertado, consiga alçar vôo às esferas da liberdade sem que, como a Ícaro, se lhe desfaçam as asas e recaia no abismo? A resposta que o general *caraqueño* oferecia a esse conjunto de questões acentuava ainda mais, sem ser ao mesmo tempo pessimista, a complexidade do desafio. Tal prodígio, prosseguia, era inconcebível, nunca visto. Em 07 de setembro do ano anterior (um dia antes, portanto, de embarcar para Cartagena com Santiago Mariño, dirigente patriota na Venezuela), Bolívar, derrotado, redigia seu célebre “Manifesto de Carúpano”; nele justificava, perante os venezuelanos relutantes que não reconheciam seu comando, os métodos revolucionários que adotara, desde 1813, na guerra contra os espanhóis. A proclamação era, portanto, uma autodefesa. Mas, sem dúvida, não se tratava somente disso. Seus argumentos ofereciam também uma explicação preliminar – e não menos arrojada – para o colapso da segunda república. Uma análise mais detida do documento, entretanto, permitiria identificar um elemento contundente. Aqui, o pessimismo do Libertador em relação às expectativas de desfecho da causa revolucionária (mesmo que mesclado a tons de confiança inabalável na sua vitória final) emergia com um peso até então não visto em seus pronunciamentos.

[...] si los sucesos no han correspondido a sus miras, y si desastres sin ejemplo han frustrado empresa tan laudable, no ha sido por efecto de ineptitud o cobardía, ha sido, sí, la inevitable consecuencia de un proyecto agigantado superior a todas las

fuerzas humanas. La destrucción de un gobierno, cuyo origen se pierde en la obscuridad de los tiempos: la subversión de principios establecidos: la mutación de costumbres: el trastorno de la opinión, y el establecimiento en fin de la libertad en un país de esclavos, es un obra tan imposible de ejecutar súbitamente, que está fuera del alcance de todo poder humano, por manera que nuestra excusa de no haber obtenido de lo que hemos deseado, es inherente a la causa que seguimos, porque así como la justicia justifica la audacia de haberla emprendido, la imposibilidad de su adquisición califica la insuficiencia de los medios.

Dois pronunciamentos de bases aparentemente similares sobre expectativas de futuro para a revolução independentista. O que há por detrás deles e de suas variações? Quais são as suas ligações com a trama que desenvolvemos até aqui? Ambos parecem constituir, num primeiro momento, um fenômeno anômalo em relação a uma tese já consagrada (que vimos até então): a de que as conseqüências do futuro da revolução para Bolívar, em oposição ao passado colonial, seriam a instalação inevitável do reino da liberdade. Em todo caso, os relatos colocam questões das quais não podemos fugir.

2.

Para responder, partiremos de um documento de Bolívar, intitulado “Una mirada sobre la América Española”²³⁷ [III, pp. 841-7], pouco citado. Trata-se, na verdade, de um artigo de periódico escrito em 1829, na cidade de Quito, e publicado no Equador. Nele, Bolívar revisava de modo surpreendente os quase 20 anos do início da revolução independentista. Vejamos o que ele dizia.

Começava seu “bosquejo” pela Argentina. Fazia isso não porque ela constituía “la vanguardia de nuestra revolución, como lo han querido suponer con sobra de vanidad sus mismos ciudadanos [...]”, mas, sim, porque, além de estar mais ao Sul, “presenta las vistas más notables en todo género de revolución anárquica.” O objetivo de sua análise já estava dado desde o início: tratava-se, pois, de lançar um olhar sobre o desenvolvimento da anarquia endêmica às sociedades americanas ao longo das lutas revolucionárias. Como as tropas de

²³⁷ O documento não tem data precisa. Mas a presença evidente do tema, por intermédio de versões resumidas, numa série de correspondências entre 05 de abril e 23 de julho de 1829, quando Bolívar se encontrava em território equatoriano, permite situar o artigo nesse intervalo de tempo. Cf. as cartas a Páez (Quito, 05 de abril) [III, pp. 164-5], a Montilla (Quito, 06 de abril e 06 de maio) [III, pp. 165-6 e 190-1], a Briceño Mendez (Quito, 06 de maio) [III, pp. 190-1], a Urdaneta (Campo de Bujió, à frente de Guayaquil, 05 de julho) [III, pp. 236-7], a Castillo Rada (Bujió, 06 de julho) [III, p. 237-8], a Manuel Restrepo (Bujió, 07 e Guayaquil, 23 de julho) [pp. 242-3 e 257-8]. De todas elas a carta a Pedro Briceño Mendez ocupa um lugar especial. Já em seu primeiro parágrafo é possível identificar o intento de Bolívar em comunicar “algunas noticias importantes sobre el estado de nuestra América.” [p. 191]. Ele iniciava por Buenos Aires, como fizera no Artigo de Quito, referindo-se às atrocidades de Lavalle contra Dorrego. Mas aí vem o detalhe decisivo. No final do parágrafo sugeria indiretamente a seu aliado o mesmo procedimento que adotara ao publicar o artigo. “Mucho puede escribirse en nuestros periódicos sobre esta materia y muchas observaciones fuertes pueden hacerse.”

Buenos Aires, dizia, não obtiveram, desde 15 de maio de 1810, a adesão das demais províncias, a força passava a ser empregada para obrigá-las a seguir a causa da rebelião. Nesse quadro de severidade e desconhecimento, vários eventos nefastos, segundo ele, foram infelizmente perpetrados: o fuzilamento do Vice-Rei Liniers (que antes havia libertado o país das tropas inglesas); a perseguição aos padres da Igreja (cuja única culpa era a de serem fiéis aos seus juramentos); o federalismo desenfreado (negligente para com a salvaguarda dos direitos individuais); a corrupção; as eleições fraudulentas (decididas quase sempre pela força, com tumultos ou intrigas). A esse último elemento Bolívar dava uma atenção especial. “Muchas veces los soldados armados vienen à votar en formación, como no se hiciera ni en la primitiva Roma, ni el la isla de Haití.” Quase todos os magistrados eram substituídos por vencedores sangrentos, “llegando los primeros a sufrir tan desgraciada suerte, que eran desterrados ó proscritos, y aun asesinados.”

3.

Mas, para Bolívar, o indício argentino não se tratava, de modo algum, de um dado isolado. Nada que o caracterizava era peculiar deste país. Sua história, acima de tudo, era, numa escala reduzida, a da própria da América espanhola. “Observaremos en toda la generalidad de la América un solo giro en los negocios públicos; épocas iguales según los tiempos y las circunstancias, correspondientes a otras y circunstancias de los nuevos Estados.” México, Bolívia, Colombia, Paraguai, Chile, Guatemala: em todas essas repúblicas as eleições eram ilegais (*en ninguna se sucede el mando por los electos según la ley*); as autoridades legítimas, despojadas (quando não assassinadas); o tesouro público, assaltado; a guerra civil, disseminada sem cessar. Se na Argentina os Magistrados duravam muitas vezes não mais de três dias, a Bolívia seguia este detestável exemplo. Em menos de duas semanas, lembrava, “la infeliz Bolivia” tinha quatro chefes distintos. A série de atrocidades cometidas nos estados republicanos fortalecia, outra vez, os ataques de Bolívar ao federalismo, comparado, desta vez, ao feudalismo no interior das Monarquias. O caso da Argentina retornava, outra vez, como exemplo: a subdivisão quase infinita do território equivalia, nesse sentido, ao estado dos antigos barões que impunham “pechos, construían castillos, gobernaban a su modo, para desconocer al Soberano y aun combatirlo.” Mas não era só isso. Buenos Aires, Chile e Guatemala superavam, até mesmo, as práticas e as doutrinas dos antigos senhores, não se contentando em simplesmente imitá-las. O federalismo e o feudalismo, modalidades de

administração política que, em princípio, constituíam dois extremos, encontravam-se, então, pelos mesmos motivos de ambição individual.

O caso mexicano, contudo, parecia-lhe muito superior com tudo o que, com dor, havia indicado a respeito da Argentina e do resto da América.

Si; los horrores más criminales inundan aquel hermoso país: nuevos sanculotes, ó más bien descamisados, ocupan el puesto de la magistratura y poseen todo lo que existe. El derecho casual de usurpación y del pillaje se ha entronizado en la capital como Rey, y en las provincias de la Federación.

Bolívar fazia, então, uma alusão explícita ao presidente Vicente Guerrero, “un bárbaro de las costas del Sur, vil aborto de una india salvaje y de un feroz africano”, que subira “al puesto supremo por sobre dos mil cadáveres, y a costa de veinte millones arrancados a la propiedad.” Ao chamá-lo de “nuevo Desalines” (a quem “no exceptúa nada”) comparava-o ao líder e ex-escravo hatiano que confiscou as propriedades dos *grands blancs* (após terem sido praticamente exterminados ao longo das lutas contra a França), proibindo o direito dos brancos à terra no Haiti.²³⁸ Guerrero “lo viola todo: priva al pueblo de su libertad, al ciudadano de lo suyo, al inocente de la vida, a las mujeres del honor. Cuantas maldades se comente, son por su orden, ó por su causa.” Não podendo ascender à Magistratura por “la senda de las leyes y de los sufragios públicos”, continuava, associou-se ao General Santana, “el más protervo de los mortales.”

Primero, destruyen el Imperio y hacen morir al Emperador, como que ellos no podían abordar al trono: después establecen la Federación de acuerdo con otros demagogos, tan inmorales como ellos mismos, para apoderar de las provincias y aun de la capital. Entran en la sociedad de los masones con la mira de juntar prosélitos [...].

²³⁸ Cf. GUAZZELI, Cesar Augusto Barcellos. “A crise do sistema colonial e o processo de independência” cit., p. 137. As alusões pejorativas de Bolívar (*india salvaje e feroz africano*) revelam, aqui, mais a ambigüidade que lhe era característica no tratamento da questão étnica do que propriamente uma rejeição definitiva aos referidos grupos (como atesta a resposta cômoda e simplista). Se levarmos em conta que o acordo com Alexandre Pétion constituiu o marco fundamental da incorporação dos setores populares, promovida por Bolívar, à luta independentista, a ambigüidade de suas afirmações tornava-se ainda mais desconcertante para o caso do Haiti. Vimos, por exemplo, que em 1826, elogios e temores eram direcionados sem receios à ilha por declarações de Bolívar [III, pp. 757 e 765]. Fica realmente difícil definir se ele falava, com temor, do Haiti para apaziguar os *criollos* (para os quais o Estado dirigido por negros rebelados contra a escravidão era um exemplo abominável) ou para expressar uma opinião pessoal. É certo que os elogios referiam-se, sobretudo, à abolição e à configuração vitalícia do poder presidencial. Mas seria, no mínimo, uma precipitação descartar a possibilidade de que a defesa de Bolívar à abolição não significava necessariamente uma adesão ao modelo haitiano quanto à organização social. Suas alusões negativas, quase sempre genéricas, parecem fortalecer essa advertência. A evocação do exemplo do Haiti era, sem dúvida, contraproducente para os seus ímpetos de combate à “pardocracia” (como nos casos de Piar e Padilla). Os temores ao Haiti, nesse sentido, eram temores que o identificavam, para todos os efeitos, como membro da aristocracia *criolla*.

O ambicioso guerreiro não se detém por crimes: “de acuerdo con Victoria, Presidente que rebaja el mando, ensangrienta la capital, y arrojando toda la canalla sobre el pueblo propietario, inundan la más hermosa ciudad de América de todo lo que hay de más soez sobre la tierra.” [III, p. 845] Bolívar, então, punha lado a lado os soldados de Átila em Roma (*despedazan y aniquilan su libertad, su Gobierno y su Opulencia*) e “los asquerosos Lepreros, acaudillados por generales de su calaña, Gerrero, Lobato y Santana”, que de tudo se apoderavam.

O Peru, cúmplice de seus tiranos durante a guerra de independência, se antecipava, “sin conseguir todavía bien la libertad”, a rasgar seu próprio seio nos primeiros dias de sua existência. A carreira política do Peru rompera-se pela ingratidão para com General San Martín que, “a la cabeza de los Chilenos y de los Argentinos”, expulsou aos espanhóis desde Trujillo até Ica: quando de seus serviços necessitavam com maior urgência, alguns se empenharam em desfazer-se dele. “Luna Pizarro (digno de ambos nombres) odiando a Riva-Agüero y a Torre-Tagle, se conjura con ellos para expulsar a San Martín.” La Mar, Torre-Tagle e Riva-Agüero, “nunca ciertamente, se habrán visto tres jefes sucesivos de una misma Nación, entregarla todos tres a los más crueles enemigos de su Independencia y existencia política.” Recém partira o Libertador à Colombia, “dejando el Perú descaudillado”, explodia a insurreição dos auxiliares de Lima. “El General La Mar, súbdito del Peru, ayuda poderosamente este movimiento revolucionário, de modo que bien pronto se apodera de Guayaquil y se hace nombrar de sus amigos y parientes, jefe daquel departamiento.” [III, p. 846] Por esta inaudita perfídia, o Congresso do Peru nomeava a Luna Pizarro como Presidente da República. O “indigno colombiano” não perdera tempo ao invadir a Bolívia em plena paz, cometendo “actos atroces de política para hacerle después con mayores fuerzas la guerra a su patria.”

4.

A própria leitura desse documento sugere uma comparação com a Carta de Jamaica, redigida 14 anos antes. A conclusão desse exercício (um caminho interessante para revelar a especificidade do núcleo de sentido do artigo) seria inevitável. À primeira vista, o destaque recairia sobre o profundo antagonismo entre os dois documentos. De fato, se pusermos, lado a lado, a carta escrita durante o exílio caribenho, e o artigo de 1829, o título “Una mirada sobre la América Española” bem que poderia ser modificado para a fórmula “Anti-Carta de

Jamaica”. Bolívar o concluía, dizendo: “De un cabo a outro, el Nuevo Mundo parece un abismo de abominación [...]”. [III, p. 845] No fim do documento completava: “No hay buena fé en América, ni entre las naciones. Los tratados son papeles: las Constituciones libros; las elecciones combates; la libertad anarquía; y la vida un tormento.” [III, p. 846] A deplorável situação que emergia após o fim da guerra contra a Espanha não poderia mais prevalecer. “Si no la variamos, mejor es la muerte: todo es mejor que una relucha indefinible, cuya indignidad parece acrecer por la violencia del movimiento y la prolongación del tiempo.” As expectativas, neste caso, convertiam-se em temores para os quais o crescimento dos males no quadro das repúblicas americanas parecia uma tendência inevitável. “No lo dudemos: el mal se multiplica por momentos, amenazándonos con una completa destrucción. Los tumultos populares, los alzamientos de la fuerza armada, nos obligarán al fin a detestar los mismos principios constitutivos de la vida política.” Bolívar se referia novamente ao federalismo como o elemento que liberava as mazelas históricas impostas pela dominação colonial.

Colombianos! [...] Os enamorásteis de la libertad, deslumbrados por sus poderosos atractivos: pero como la libertad es tan peligrosa como la hermosura en las mujeres, a quienes todos seducen y pretenden,²³⁹ por amor, ó vanidad, no la habéis conservado inocente y pura como ella descendió del cielo. [III, p. 847]

O federalismo, portanto, perpetrava desordens que afetariam, pelo ódio dos povos, a própria credibilidade de seus princípios constitutivos. As conseqüências nocivas das divisões intestinas fariam se sentir especialmente sobre o cultivo das virtudes políticas. Como solução insistia, mais do que nunca, no imperativo histórico do remédio que já propunha 17 anos antes no *Manifesto de Cartagena*:

Ansiamos por un Gobierno estable, consecuente con nuestra situación actual, análogo a la índole del pueblo y sobre todo que nos aleje de esta feroz hidra de la discordante anarquía, monstruo sanguinario que se nutre de la sustancia más exquisita de la República, y cuya inconcebible condición reduce a los hombres a tal estado de frenesí, que a todos inspira amor desenfrenado del mando absoluto y al mismo tiempo odio implacable a la obediencia legal. [III, pp. 846-7]

Bolívar estava cansado da revolução para o qual praticamente havia devotado, com um entusiasmo incomparável, toda a sua vida. “Bástennos, pues, veinte años hostiles, dolorosos,

²³⁹ Essa descrição metafórica da liberdade feita por Bolívar lembrou-me inevitavelmente do episódio em que Ulisses, para não ouvir o canto sedutor das sereias (que, ao atrair irresistivelmente os homens, acabavam por devorá-los), pediu à sua tripulação que o amarrasse ao mastro da embarcação, após ordenar que os marinheiros cobrissem seus ouvidos para não caíram na mortal armadilha. Bolívar se assemelharia aqui ao herói grego por abrir mão da liberdade momentânea (mas mortal) em prol do desfrute da liberdade futura que exigiria, acima de tudo, uma preparação adequada em termos morais.

mortales.” Sua teoria de que a revolução independentista havia liberado os elementos desagregadores contidos até então pelo domínio espanhol voltava a ser afirmada por intermédio de uma avaliação surpreendentemente pessimista. A revolução não só faltara para com a realização de sua finalidade como também havia conduzido os americanos para uma situação mais deplorável do que os tempos coloniais.

Hemos perdido las garantías individuales, cuando por obtenerlas perfectas habíamos sacrificado nuestra sangre, y lo mas precioso de lo que poseíamos antes de la guerra: y si volvemos la vista a aquel tiempo ¿quién negará que eran más respetados nuestros derechos? Nunca tan desgraciados como lo somos al presente. Gozábamos entonces de bienes positivos, de bienes sensibles: entre tanto que en el día la ilusión se alimenta de quimeras; la esperanza, de lo futuro; atormentándose siempre el desengaño con realidades acerbas. [III, p. 847]

O retrato desta quimera era “el de la revolución que hemos pasado ya, *aunque que nos aguarda todavía*, si todos no alentamos con vigor enérgico el cuerpo social que está para abismarse.”

5.

Em 1830, narrativas como essa foram gradualmente ampliadas. O poder de intervenção de Bolívar decaía ao mais baixo nível de sua carreira (mais pelas adversidades externas do que pela queda de seu magnetismo pessoal tomado em si mesmo). Duas razões parecem evidentes para explicar o quadro. Uma delas era a tendência indisfarçável de oposições conspiratórias contra o seu mando. A outra dizia respeito a seu deplorável estado de saúde. Mas a onda crescente de anarquia havia engrossado seu curso bem antes. A partir da dissolução do Congresso de Ocaña, quando os partidários de Bolívar lhe ofereceram o título de ditador para “salvar a república”, a ação de poderosos caudilhos locais, que podiam expressar sua ambição em escala regional, acelerou ainda mais as forças do separatismo. A insidiosa anarquia na Colômbia e a agitação na Venezuela, como vimos, já haviam requerido a atenção pessoal de Bolívar desde setembro de 1826. Naquela ocasião, ao deixar o Peru para retornar à Colômbia, ele fora obrigado a abandonar seu cosmopolitismo em prol de um papel mais nacional.²⁴⁰ Quando, em setembro de 1827, chegou a Bogotá, sua conversão em presidente da Colômbia era a última esperança de estabilidade na luta para apagar os incêndios constantes ao longo do país. É certo que Bolívar sempre preferiu as soluções

²⁴⁰ Cf. LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas cit.*, p. 287.

políticas às soluções militares. Mas a tentativa de solução constitucional esbarrou rapidamente no faccionalismo e na intransigência dos seus oponentes. Ao assumir com poderes ditatoriais, em junho de 1828, procuraria frear a oposição liberal, recorrendo a sua própria autoridade. Contudo, a Colômbia estava se desintegrando com uma rapidez extraordinária. A mobilização social que tivera lugar durante a guerra havia então terminado. O próprio Bolívar, como veremos, reconheceria amargamente a força avassaladora das dissensões. Mais ainda, aceitaria o triste fato de que, governando só, nada poderia fazer.

6.

Na noite 25 de setembro de 1828, em Quito, ele escapara por pouco de ser assassinado por um grupo de conspiradores que planejavam dar um golpe liberal com a conveniência de Santander.²⁴¹ Manuela Sáenz, a amante de Bolívar a quem ele chamaria, depois do episódio, de “a Libertadora do Libertador”,²⁴² tivera, sem dúvida, um papel decisivo na frustração do

²⁴¹ A propósito, Bolívar estava convicto de que Santander não poderia ser inocente “en un delito que solo se ha cometido en el beneficio de él.” (Carta a Mariano Montilla, 13 de outubro de 1828) [III, p. 21] A delicada questão de sua pena foi um dilema que realmente atormentou a Bolívar. De início, ele esperava que Santander fosse expulso do país [III, p. 25] e descartava a aplicação da pena capital. Ele estava preocupado com a repercussão negativa que teria a condenação de seu inimigo pessoal, já que, por isso, a imparcialidade do veredicto seria imensamente contestada. Defendeu, portanto, uma posição mais de clemência que de rigor. Essa postura, entretanto, se inverteria no mês de novembro como podemos averiguar na carta a Montilla de 14 de novembro. Nela Bolívar lamentava imensamente a comutação da pena capital de Santander em desterro (como no princípio queria). “[...] me han probado que mi gloria valía más que la patria. Yo he conservado el título de magnánimo y la patria se ha perdido. Mucho me duele, pero no lo puedo ya evitar.” [III, p. 45] Dois dias depois, falando com Pedro Briceño Mendez, trazia à tona o que seria talvez um dos principais argumentos para a mudança de posição. Ele temia que a vida de Santander, “el pendón de las impunidades más escandalosas”, fomentasse, no fim, a pardocracia. “Ya estoy arrepentido de la muerte de Piar, de Padilla y de los demás que han perecido por la misma causa [...]” O crime de Santander “se purificará en el crisol de la anarquía, pero lo que más me atormenta todavía es el justo clamor con que se quejarán los de la clase de Piar y de Padilla. Dirán, con sobrada justicia, que yo no he sido débil sino a favor de esta infame blanco que no tenía los servicios de aquellos famosos servidores de la patria.” A conclusão, portanto, de Werneck de Castro segundo a qual Bolívar teria comutado em desterro a condenação à morte de Santander não está ancorada na documentação (que, inclusive, a refuta). Segundo ela, Bolívar teria, então, contrariado o Conselho de Ministros que confirmou as sentenças do tribunal especial (constituído de oito juízes, quatro civis e quatro militares, sob a presidência de Urdaneta). Nessa instância, foram condenados à morte, em diferentes ocasiões, 14 conspiradores (entre os quais Santander e o almirante Padilla). Para afastar qualquer dúvida quanto à questão, já em 09 de novembro, antes da confirmação da sentença pelo Conselho de Ministros, Bolívar, escrevendo a Páez, esperava a definição pela pena capital a Santander: “[...] si estos señores no le condenan, me veo frozado a perdonar a los demás miserables, que no han sido otra cosa que unos meros instrumentos de sus perversas maquinaciones.” [III, p. 44] É importante levar em conta que, ainda em 13 de janeiro de 1829, Bolívar manifestaria preocupações, junto a Urdaneta, pela “guerra de colores”, cujos promotores, segundo ele, poderiam trabalhar em conjunto com antigos partidários dos espanhóis para “destruir la pequeña opinión que sostiene a Colombia en el día.” [III, p. 110] É muito provável que, aqui, o Libertador se lembrasse das duras experiências da segunda república na Venezuela (1813-4), quando, então, os *llaneros* de Boves e as insurreições de negros livres e escravos foram decisivos para a vitória realista.

²⁴² Sobre Manuela Sáenz, vide MURRAY, Pamela S. “‘Loca’ or ‘Libertadora’?: Manuela Sáenz in the Eyes of History and Historians (1900-c.1990)”. In: *Journal of Latin American Studies*. Cambridge: Cambridge University Press, 33, Part 2 (2001), pp. 291-310.

atentado. O evento, ironicamente, proporcionou a Bolívar um apoio ainda maior. Mas seus ressentimentos pela extensão da trama abateram o seu ânimo. Ele percebia que, por trás do movimento, se escondia uma tendência popular de amplitude mais vasta do que se podia esperar. Não se tratava de ação perpetrada por um grupo marginal da sociedade ou por meia dúzia de descontentes.²⁴³ O Libertador, na ocasião, estava envolvido na pacificação de rebeliões no Sul. As complicações, entretanto, se ampliariam para a região, quando, em 1829, o Peru invadiu o território equatoriano. Explodiria, logo depois, uma insurreição em Antioquia. Como se isso não bastasse, no final do mesmo ano, eclodia novamente o movimento separatista da Venezuela, sob a liderança de Páez (aparentemente o maior de seus aliados após o rompimento com Santander). A idéia havia sido consagrada em atas de assembléias populares reunidas em Valência e Caracas que concederam, então, plenos poderes a Páez: nelas, portanto, era desconhecida tanto a autoridade de Bolívar quanto a do Congresso Constituinte. O mais surpreendente, entretanto, era que o Libertador passava a ser vilipendiado, em seu próprio país natal, como traidor e declarado virtualmente proscrito.²⁴⁴ A propaganda venezuelana contra Bogotá ganharia o pretexto que precisava com a propagação de rumores, na Colômbia, em torno dos projetos de instalação de uma monarquia constitucional.²⁴⁵ Agentes oficiais ligados a Páez espalharam boatos de que Bolívar iria coroar-se rei absoluto sob o amparo da Santa Aliança. O general *llanero*, ardiloso a ponto de não se colocar frontalmente contra Bolívar, pedia à assembléia que cessasse ataques dessa ordem. Escrevendo a Bolívar, Páez solicitava, no fim, que não se opusesse à separação, já que a Venezuela preferiria retornar ao domínio espanhol a ver-se submetida à Bogotá. Era esse talvez um dos golpes mais duros ao seu projeto. Sua angústia seria completada pela sua tragédia pessoal.

7.

²⁴³ Cf. CASTRO, Moacir Werneck de. *O Libertador* cit., p. 196. Não obstante, Bolívar se esforçaria em isolar o atentado ao grupo de conspiradores, como se pode concluir de sua carta a José Fernandez Madrid (14 de outubro de 1828): “Los traidores se esforzaron a extender la conspiración a las provincias; y son conocidos los medios de que se valieron [...]” [II, p. 24]

²⁴⁴ Cf. LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas* cit., p. 288.

²⁴⁵ A exploração propagandística desse projeto pelos opositores de Bolívar, que beneficiava indiretamente a Páez, demarcaria, no mínimo, um paradoxo curioso, já que um dos primeiros rumores de se atribuir a Coroa ao Libertador teria sido também proposto pelo próprio chefe *llanero*. O tema é, sem dúvida, delicado. Páez, por exemplo, negou, em sua “Autobiografía de Páez”, a autenticidade do documento de 1.º de outubro de 1825, dirigido a Bolívar, em que apresentava essa proposta. Vicente Lecuña, entretanto, lembrando o conteúdo de várias cartas de Bolívar (todas elas autênticas) e os testemunhos de Briceño Mendez (na carta ao Libertador datada, no Panamá, de 23 de dezembro de 1825) e de Maria Antonia Bolívar (carta de 30 de outubro), conclui brilhantemente pelo equívoco de Páez [II, pp. 323-4]. As cartas de Páez e a de Briceño Mendez, desse modo, constam na edição das “Obras Completas” de Bolívar que consultei [II, pp. 324-30].

Voltemos, porém, ao projeto monárquico que tanto atormentara a Bolívar. O plano, respaldado pelo Conselho de Governo, teria surgido com Rafael Urdaneta e foi ganhando força até tornar-se um problema político quando a ingerência estrangeira se voltou para o assunto. Um dos representantes do governo francês, enviado, em princípios de 1829, para estudar a viabilidade do estabelecimento de relações diplomáticas entre as repúblicas sul-americanas e a França, teria proposto também a criação de uma monarquia constitucional na América cujo rei seria um Bourbon.²⁴⁶ De outra parte, o representante da Grã-Bretanha na Colômbia, animado pelo crescente apoio à idéia no Conselho de Governo, se dirigiu, a Bolívar, em nota oficial, indagando sobre sua opinião a respeito do projeto. A idéia, ao que tudo indica, era encarada com óbvia (mas não declarada) simpatia.²⁴⁷ Bolívar veria “mil inconvenientes” para o projeto por vantajosos que fossem seus resultados.²⁴⁸ É o que se constata, por exemplo, em sua correspondência com Estanislao Vergara do dia 13 de julho de 1829. Vejamos as razões que ele enumerara. 1) “Ningún príncipe extranjero admitirá por patrimonio un principado anárquico y sin garantías”; 2) “Las deudas nacionales y la pobreza del país no ofrecen medios para manetener un príncipe y una corte miserablemente” [III, p. 247]. Os argumentos denotavam obstáculos práticos, oriundos da conformação das sociedades americanas, para o estabelecimento de monarquias. Deles poderíamos concluir que não haveria uma oposição de fundo por parte de Bolívar a esse tipo de regime. Mas (embora repisassem também nas questões de viabilidade) os dois argumentos subseqüentes continham resistências implicitamente formais à monarquia. Isto porque eles apontavam, sobretudo, os prejuízos sociais que a natureza das monarquias traria inevitavelmente ao solo do Novo Mundo. 3) “Las clases inferiores se alarmarán, temiendo los efectos de la aristocracia y de la desigualdad”; 4) “Los generales y ambiciosos de todas condiciones, no podrán soportar la idea de verse privados del mando supremo.”

Na carta, de 05 de agosto de 1829, ao coronel Patrick Campbell, Encarregado dos Negócios do Governo Britânico, chegava ligeiramente a admitir, no final, a possibilidade da mudança de sistema e da eleição de uma dinastia se ela significasse, é claro, a salvação da Colômbia [III, p. 279]. Preferia, entretanto, esperar um pronunciamento oficial por parte dos governos da Inglaterra e da França sobre a questão antes de se posicionar. Mas as críticas

²⁴⁶ Cf. BELLOTTO, Manoel Lelo & CORRÊA, Anna Maria Martinez. “Bolívar e a luta pela independência da América” cit., p. 29.

²⁴⁷ Cf. CASTRO, Moacir Werneck de. *O Libertador* cit., p. 202.

²⁴⁸ Esse detalhe foi devidamente apreendido por CARRERA DAMAS, Germán. “Estructura de poder interna y proyecto nacional inmediatamente después de la Independencia” cit., p. 417, que, entretanto, não deixa de enfatizar as afirmações de Bolívar contidas na Carta a Patrick que veremos a seguir.

apresentadas a Vergara não seriam poupadas também nesta ocasião. De outra parte, as palavras dirigidas a O’Leary, em 15 de setembro, não deixavam dúvidas quanto às resistências doutrinárias à monarquia. Bolívar, aqui, confessava com ousadia todo o seu republicanismo que se sobrepunha, então, a necessidades emergenciais. O regime democrático era superior ao monárquico.

Yo no concibo que sea posible siquiera establecer un reino en un país que es constitutivamente democrático, porque las clases inferiores y las más numerosas reclaman esta prerrogativa con derechos incontestables, pues la igualdad legal es indispensable donde hay desigualdad física, para corregir en cierto modo la injusticia de la naturaleza. [III, p. 315].

Punha, então, um ponto final sobre a desagradável questão. “No hablemos más, por consiguiente, de esta quimera.” O assunto retornaria em 1830, mas, sem a menor empolgação. Se para evitar a guerra civil na Colômbia, dizia, o Congresso considerasse indispensável, e o povo desejasse, estabelecer uma Monarquia, ele, então, não se rebelaria. Porém, retrucava, inflexível: “[...] *la corona jamás ceñirá la cabeza de Bolívar.*” [III, p. 527]²⁴⁹ Desejava descansar. Tinha, portanto, a certeza de que nenhuma ação de sua vida mancharia sua história. “La Posteridad me hará justicia, y esta esperanza es cuanto poseo para mi felicidad.”

8.

Não restavam dúvidas de que a fonte de legitimidade do Libertador continuava sendo suas qualidades pessoais. Desse modo, o apoio que seus grandes projetos receberam se deve, sobretudo, ao seu próprio prestígio e, mesmo assim, tratou-se sempre de uma adesão parcial ou efêmera. O regime constitucional da Colômbia foi, sem dúvida, a mais bem-sucedida de suas medidas. Mas definiu pouco antes de sua morte. A presidência vitalícia e a constituição boliviana tiveram adesões temporais e, por isso, quase sempre vacilantes. A confederação dos Andes, por sua vez, nem sequer chegou a se realizar e o Congresso do Panamá foi, para ele, ineficaz em quase todas as suas repercussões. Nada mais parecia duradouro. Assim, quando a Venezuela proclamava-se um estado independente, destroçando, em pouco tempo, o mais caro projeto político de Bolívar, o exemplo serviu, na Nova Granada, de incentivo aos seus opositoristas que passaram intensamente a hostilizá-lo. Quando da instalação do Congresso da Colômbia, em 20 de janeiro de 1830, no final de seu discurso lido por Sucre, dizia,

²⁴⁹ Esse documento, escrito em Bogotá, mas sem datação precisa, é o fragmento de uma carta do Libertador a um amigo seu de Cartagena (cujo nome também não aparece especificado).

“ruborizado”, aos “conciudadanos”: “[...] la independencia es el único bien que hemos adquirido a costa de los demás.” [III, p. 817] Em 1.º de março de 1830, Bolívar renunciaria definitivamente à chefia do governo em favor do general Domingo Caicedo. No mesmo mês propunha a Urdaneta e a outros chefes assumir o comando e reprimir os separatistas colombianos. A resposta que obteve era a de que a separação da Venezuela constituía um fato consumado e uma guerra, nessas circunstâncias, seria completamente impopular. O Congresso reunido, em abril, não só rejeitou seu nome para a presidência, como considerou por bem informa-lo que sua permanência em Bogotá representava um perigo para a segurança do Estado.²⁵⁰ Na mensagem especial ao Congresso inclinou-se diante do inevitável. “Debéis estar ciertos de que el bien de la patria exige de mi el sacrificio de separarme para siempre del país que me dió la vida, para que mi permanencia en Colombia no sea un impedimento a la felicidad de mis conciudadanos.” [III, p. 822] Não poderiam mais acusá-lo de ambição pelo poder. Ele deixava definitivamente a capital colombiana, em 08 de maio, dirigindo-se ao litoral para o que esperava ser um rápido exílio.

Em 11 de maio escrevia uma carta desesperada a Gabriel Camacho na qual suplicava que suas propriedades não fossem confiscadas pelos tribunais venezuelanos. Por todos os seus serviços prestados ao país, considerava “la más solemne y escandalosa maldad” ser perseguido “como a un enemigo público.” [III, p. 422] Decidia não mais voltar nem servir aos “ingratos compatriotas.” O clima de hostilidade ao Libertador na Venezuela, já definitivamente separada da Colômbia, continuaria a prevalecer. Em 13 de maio, o Equador se separava da união da qual só a Nova Granada manteria o nome de “Colômbia”. No dia 04 de junho seu mais íntimo amigo, talvez o único que realmente lhe restara, teria um desenlace trágico. Sucre era assassinado no caminho de Bogotá a Quito, nas montanhas ao Sul da Colômbia, a mando certamente de um grupo de colombianos antibolivaristas ao qual estava ligado o general José Maria Obando (um dos mentores da rebelião de Pasto). Bolívar, que recebera a mensagem no dia 20 de junho, em Cartagena, declarava, profundamente abalado, ser “imposible vivir en un país donde se asesinan cruel y bárbaramente a los más ilustres generales y cuyo mérito ha producido la libertad de la América.” [III, p. 432]

9.

²⁵⁰ Cf. CASTRO, Moacir Werneck de. *O Libertador* cit., p. 207.

Um apelo final para retornar à vida pública lhe era dirigido em setembro por ocasião da vitoriosa revolta, em Bogotá, chefiada por Urdaneta e um grupo de veteranos de Junín e Ayacucho. Os novos governantes mandaram um emissário que apresentou a Bolívar a proposta de reassumir a presidência. A repulsa de Bolívar foi enérgica. Não queria participar de um ato que o tornaria, segundo ele, um usurpador. Uma barreira de bronze, dizia, o separava da presidência. “Esta barrera es el derecho.” Esperava, então, que as eleições assegurassem o restabelecimento da legalidade constitucional. Vinha à tona outra vez a sua preocupação, nunca abandonada, pela base estável do governo. Chegado esse momento só então desejaria servir “unicamente como ciudadano y como soldado.” [III, p. 456] Contra todos os apelos de que comandasse novamente a Colômbia faria seus atos de renúncia. Pouco mais de um mês antes de sua morte expressaria, ao general Juan José Flores, suas últimas desilusões. Citadas exaustivamente como se fossem a única face do termo de sua vida, as palavras merecem ser lembradas.

Vd. sabe que yo he mandado veinte años, y de ellos no he sacado más que pocos resultados ciertos: 1.º, la América es ingobernable para nosotros; 2.º, el que sirve una revolución ara en el mar; 3.º, la única cosa que se puede hacer en América es emigrar; 4.º, este país caerá infaliblemente en manos de la multitud desenfrenada para después pasar a tiranuelos casi imperceptibles de todos colores y razas; 5.º, devorados por todos los crímenes y extinguidos por la ferocidad, los europeos no se dignarán conquistarnos; 6.º, si fuera posible que una parte del mundo volviera al caos primitivo, éste sería el último período de la América. [III, pp. 501-2]

Lutava contra a sua doença desde maio. De início, nas correspondências mantidas até poucos dias antes de sua morte, revelaria, ao longo da evolução das enfermidades, o desejo de exilar-se na Europa. Mas depois a admitia a possibilidade de servir a Colômbia até o restabelecimento da ordem, quando, então, terminaria suas funções. Seus males se agravavam. Mas não cessava de pensar na recuperação e tampouco nos planos futuros. Ainda em 07 de dezembro, como se lê na carta a Urdaneta, ele tinha a esperança de restabelecer a saúde. Mas no dia 11 já falava de seus dias como os derradeiros de sua vida [III, p. 526]. Suas últimas palavras escritas constituíam um apelo em favor da união e da ordem. Acometido pela tuberculose, em 17 de dezembro de 1830, na localidade de San Pedro Alejandrino, proximidades de Santa Marta, morria, aos 47 anos, Simón Bolívar.

A esta altura, poderíamos concluir que o pessimismo bolivariano se deva, sem dúvida, a uma “semelhança de comportamento entre os revolucionários da independência e os posteriores advogados de transformações sociais na América Latina.” Esse padrão ensejaria (de modo evidente) dois elementos fundamentais, claramente definíveis e opostos entre si quanto ao sentido, um sucedendo ao outro ao longo da trajetória dos líderes patriotas. Num primeiro momento, afloraria, pois, na “fase heróica” do movimento independentista, o desejo de mudança e o voluntarismo político, tão próprio da juventude, baseado “na vontade e na crença da justeza de suas idéias”. Mas com a maturidade, as esperanças acentuadamente otimistas dariam lugar, como que de repente, “ao desespero e à desilusão”. Como teria ocorrido com Bolívar, Bustamante e Monteagudo, o resultado seria, “muitas vezes, a adoção de posições conservadoras e a negação de todas as certezas passadas.”²⁵¹ Desse modo,

a crença no futuro, própria dos liberais, parecia ter-se evaporado. Todos, como que de repente, davam-se conta de que as sociedades latino-americanas eram mais complexas do que as aparências sugeriam. Bolívar, durante os anos de luta pela independência, deixara escritos de louvor à liberdade e prognosticara um porvir que faria da América um exemplo para o mundo. Quinze anos depois, morria doente, pobre, desiludido e só.²⁵²

O argumento de que o povo não estaria preparado para as mudanças por ter sido historicamente arruinado pelo despotismo tornava-se recorrente (por mais de um século) para as pretensões de explicar a instabilidade endêmica das jovens repúblicas. Assim, enquanto o material humano se preparava para o futuro ideal, “a resposta deveria ser um estrito controle social baseado na repressão policial e na ordem autoritária”. A referência que fizemos ao artigo de 1829 reforçaria a tese de que as desilusões bolivarianas compunham um bloco à parte do otimismo inicial.

Vários dos elementos dessa hipótese parecem, de fato, incontestáveis. Uma análise quantitativa dos documentos bolivarianos permitiria vislumbrar uma concentração maior de referências pessimistas ao futuro das repúblicas americanas a partir do ano de 1821. Não restam dúvidas, portanto, quanto ao peso evidente das desilusões do Libertador sobre as últimas etapas de sua vida. Mas para essa tese passa despercebido um indício decisivo. Vamos

²⁵¹ A tese acima foi, nesses termos, categoricamente formulada por PRADO, Maria Lígia Coelho. “Sonhos e desilusões nas independências hispano-americanas” cit, pp. 67-73. As citações que relacionei nesse parágrafo são transcrições de trechos do interessante estudo da historiadora brasileira. Conclusão similar parece ser também a de NAVARRO GARCÍA, Luis. “El orden tradicional y la revolución de Independencia en Iberoamérica” cit., p. 158 (nota 15), ao estabelecer a carta de Bolívar a Castillo Rada, de 06 de julho de 1829, como o marco inaugurador das freqüentes manifestações pessimistas do Libertador.

²⁵² *Ibidem*, p. 70.

encontrá-lo, a seguir, numa carta de Bolívar escrita 16 anos antes do *Artigo de Quito*, ainda no período da Segunda República.

11.

No dia 18 de novembro de 1813, Bolívar escrevia, de San Carlos, ao General Santiago Mariño. As hostilidades do caudilho que dirigia a libertação de Cumaná à unidade de ação fizeram o Libertador dirigir-lhe um apelo cheio de temores. “Bien sabéis, ciudadano general, que la guerra civil es la más devastadora y sangrienta, y la de que se trata, si por desgracia se verificase, traería males incalculables y comprometería el honor y la seguridad de nuestro país.” [I, p. 73] Um dos pretextos, continuava, de que se valiam o espanhol Yañez (que ocupara com sua divisão a província de Barinas) e o governador de Coro (à cabeça, então, de suas tropas em Barquisimeto) era “ponderar la desunión en que ellos dicen se encuentran los jefes de Venezuela; y si por un fatal suceso se realizaren sus pronósticos, *nos veríamos sujetos a una esclavitud más ignominiosa que la pasada.*” A idéia (precoce neste caso) de que à independência pudesse suceder um quadro de desolações pior do que o do período colonial (afirmada diretamente em 1829) não era estranha a Bolívar já na primeira fase do movimento emancipacionista. Poderia se ponderar, é claro, que uma diferença contundente tendia a afastar os dois exemplos. Com efeito, no primeiro caso, quando a revolução ainda explodia, a possibilidade da reação espanhola não parecia apresentar-se a Bolívar como algo inevitável, sendo, portanto, um obstáculo superável pela ação revolucionária. Assim, sobre o temor da reconquista recairia muito mais a função retórica de exaltar a urgência da unidade patriótica contra o inimigo comum. Mais ainda, o perigo decorria do âmbito externo. As circunstâncias do entorno, em 1829, apontavam, em contrapartida, para o reconhecimento do fracasso interno das repúblicas na organização de sistemas políticos realmente estáveis. Esse diagnóstico, por sua vez, construído a partir da experiência histórica dos estados após a consumação da independência, teria imprimido sobre os temores bolivarianos um pessimismo avassalador. Mas, na verdade, o conjunto da documentação permite identificar, para o caso de 1813, que o fracasso da Primeira República acompanhara permanentemente as preocupações de Bolívar. O perigo da reação espanhola (senão inevitável) era uma possibilidade firmemente vislumbrada nos horizontes de expectativa. Além disso, o Libertador assinalava claramente que se os inimigos se prevaleciam, sobretudo, das circunstâncias favoráveis para subjugar os

patriotas, dentre elas, a guerra civil, talvez a mais fatal, decorreria “necessariamente de la división de los jefes de los diversos estados de Venezuela.”

Uma série de indícios que decorrem de uma análise mais abrangente da documentação de Bolívar indica, pois, que as desilusões expressas por ele no final de sua vida estavam já contidas sob a forma de temores desde os primeiros períodos do comando sobre as forças patrióticas. Mas, assim como a presença de elementos pessimistas nas expectativas de Bolívar não era tardia em sua trajetória, havia (como vimos) espaço para esperanças nas suas últimas palavras, analisadas, quase sempre, como fatalistas. Há na experiência bolivariana do tempo uma complexidade que resiste a abordagens que tendem a identifica-la como um fenômeno unilateral. A tese que acentua, portanto, a linha divisória no tempo entre crenças otimistas no futuro, de um lado, e desilusões quanto à possibilidade das repúblicas cumpri-las, de outro, como se fossem dois compartimentos separados, desconsidera, para o caso bolivariano, que seus prognósticos de esperança vinham acompanhados (não poucas vezes) de temores a respeito de futuros indesejáveis. O inverso seria igualmente válido. É certo que as esperanças e os temores predominavam, respectivamente, sobre os períodos iniciais e finais da atuação político-militar de Bolívar. Contudo, cada um dos tipos de expectativas se apresentava quase sempre entrecruzado, em maior ou menor grau, pelo seu contrário. Desse modo, o otimismo bolivariano não era ingênuo e voluntarista a ponto de descartar as perspectivas em torno de quadros desoladores para o porvir (e isso parece válido, também, para os períodos iniciais de sua trajetória político-militar). Essa descoberta, portanto, propõe a possibilidade de reformular a estrutura temporal do discurso bolivariano reconstruída até aqui.

12.

Nosso itinerário explicativo havia nos conduzido a um significado fundamental da experiência da temporalidade no discurso bolivariano. Nela, a análise dos sentidos do passado e do futuro (cada uma das formas tomadas isoladamente na parte anterior) culminou na elaboração de um quadro relacional. Aflorava, nesse âmbito, uma oposição abismal entre as elaborações dos sentidos do passado e do futuro. O resultado era, por certo, previsível, pois não consistia em nada mais do que confirmar uma tese já consagrada. (A peculiaridade residiria talvez na busca de confirmá-la – num caso muito específico – por uma relação maior de ingredientes oriundos da análise documental.) Os elementos relacionados nos remetiam à

estrutura básica de uma experiência do tempo histórico de âmbito mais vasto: a dos agentes das revoluções burguesas de fins do século XVIII e de princípios do século XIX. Os fenômenos revolucionários eram sentidos, então, como o anúncio, no presente (visto significativamente como futuro), do triunfo político e ideológico da idéia do progresso. Do discurso bolivariano afloravam aspectos básicos desta tendência.

Os ingredientes desse quadro, então, nos induziram a propor com cautela a possibilidade da existência de um campo lexical inerente a esses operadores discursivos. Sua decifração, no final, poderia nos conduzir a uma determinada estruturação da experiência bolivariana do tempo histórico. Apresentamos, então, uma figura que ilustra uma específica rede de relações antinômicas. Um espelho côncavo (o lugar do presente como gerador da temporalidade) inverte a imagem que lhe é projetada (imagem que é sempre a associação de uma forma do tempo a uma determinada avaliação de sentido). De tipo temporal são as relações de assimetrias entre o passado e o futuro, entre a estagnação e a aceleração; os conteúdos que lhes são correspondentes se dão entre as variantes singulares das seguintes séries: despotismo–liberdade; estagnação–aceleração. Qualquer um desses estados de temporalidade pode ser tomado, no jogo do espelho, como um referencial de projeção em relação ao outro, já que ambos são dotados de realidade pelo discurso (se o passado é o fato consumado, o futuro é factível). Importa destacar que o tempo revolucionário configurava-se quase sempre pela ruptura com o passado colonial; era um tempo acelerado pela ação prospectiva que tratava de materializar o futuro no presente. O passado colonial, em contrapartida, era representado, em todos os casos, com as propriedades de um tempo inercial (que insistiam, por sua vez, em permanecer no presente); tratava-se de um obstáculo à antecipação do futuro. As guerras independentistas eclodiam no discurso como um combate, no presente, entre (a) temporalidades distintas (do ponto de vista da cadência dos ritmos) e entre (b) estados de tempo significativamente opostos (passado *versus* futuro). Desse modo, a experiência do tempo histórico continha, quando evocada, um poder organizador da ação revolucionária no palco dos acontecimentos.²⁵³ Não se deve esquecer que o presente é sempre a instância geradora da temporalidade, “seja enquanto presente da enunciação, seja como presente da história”.²⁵⁴ Mas esse aspecto não é menos dotado de complexidade. Se o acontecimento recorta o tempo, apontando a diferentes formas de temporalidades, é igualmente correto que esses estados inserem o acontecimento dentro de uma rede de significação.

²⁵³ Cf. DOMINGUES, Ivan. *O fio e a trama* cit., p. 134.

²⁵⁴ *Ibidem*, p. 148.

A comparação entre a *Carta de Jamaica* (1815) e o *Artigo de Quito* (1829) teria nos conduzido a uma comprovação da assimetria estrutural entre o passado e o futuro no discurso bolivariano. Uma retomada do paralelo demonstrará, entretanto, que a questão é mais complexa do que se disse até aqui.

13.

O diagnóstico bolivariano de 1829, que resultara da análise de fatos consumados, parecia opor-se, em grande parte, às expectativas predominantemente otimistas sobre a sorte futura das repúblicas que então se constituíam pela Carta Profética. O texto do artigo é, sem dúvida, bem menor do que o da carta de 1815; está distante dela pelo tempo. Como se não bastasse, se opõe a seu sentido fundamental. Mas, há semelhanças formais entre as referências que não podem ser desprezadas. Um delas, sem dúvida, é o procedimento básico de Bolívar de entrecruzar o passado com o futuro. Já vimos como essa operação discursiva se desenvolvia na Carta de Jamaica. Da mesma forma, o Libertador, no *Artigo de Quito*, além de tecer também diagnósticos históricos da situação de algumas repúblicas, lançava expectativas não menos surpreendentes. Contudo, para além das analogias formais, há um elemento comum, quase imperceptível, que parece dobrar o tempo e pôr, frente a frente, os dois documentos vistos até aqui como brutalmente antagônicos. Estamos nos referindo à (utilização da figura do “abismo” e suas relações com) à figura do vôo de Ícaro.

Uma série de expectativas bolivarianas assumia, neste caso, o caráter de uma impaciência angustiosa. Ao contrário, portanto, do que ocorria com a ordem planificadora da impaciência esperançosa (capítulo 2), suas expectativas, aqui, eram da ordem previsora,²⁵⁵ diziam respeito, ao que tudo indica, à intervenção de certas potências do tempo (espontâneas e inerciais); tais forças, diante do fracasso da ação controladora dos agentes, afetariam – à revelia dela – a experiência histórica.

14.

A explicação do uso que fez Bolívar desse personagem mitológico certamente não se esgotaria com a simples remissão ao seu apreço pela Antiguidade ou à intenção meramente retórica de suas operações discursivas. A metáfora (ao que tudo indica) está longe também de

²⁵⁵ Cf. KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro pasado* cit., p. 341.

ter sido um mero lapso nas suas projeções visionárias. Na alusão ao vôle para o futuro da liberdade tão desejado por repúblicas acostumadas ao despotismo (um processo de materialização histórica que por certo se encontrava além de suas capacidades) se entrevê, na verdade, um núcleo de sentido que complica a explicação consagrada da experiência do tempo revolucionário que reconstruímos até aqui. Com efeito, a comparação entre a queda no abismo de Ícaro e a alternativa semelhante de futuro para o Novo Mundo pressupõe que o fracasso das repúblicas nascentes na tarefa de superar as mazelas impostas pela herança colonial implicaria uma projeção identificadora do passado com o futuro. Mais ainda, certas alusões de Bolívar expressavam até mesmo idéias como as de regresso do futuro em relação aos tempos coloniais. Neste caso, temia-se que o fracasso revolucionário pudesse liberar ainda forças desagregadoras (não sendo por elas somente vitimado) que o passado hispânico (apesar de gerá-las) havia contido com certo êxito. Daí que a derrota implicaria a trágica queda na realidade oposta às das esperanças quase sempre preconizadas. O temor, portanto, de que no porvir (ora próximo ora remoto) os estados americanos empreendessem uma espécie de vôle de Ícaro aponta, no fundo, para relações de *simetria* entre os sentidos do passado e o do futuro. Em outras palavras, Bolívar estabelecia uma confluência de sentidos análogos entre o passado e o futuro na percepção do devir temporal.

Nessa comunicação se discriminavam princípios responsáveis pelos sentidos que permaneceriam na ordem das coisas.²⁵⁶ O pano de fundo de tal mecanismo parece bem ilustrado por outro de seus pronunciamentos no Manifesto de Carúpano:

El hombre es el débil juguete de la fortuna, sobre la cual suele calcular con fundamento muchas veces, sin poder contar con ella jamás, porque nuestra esfera no está en contacto con la suya de un orden muy a la nuestra. Pretender que la política y la guerra marchen al grado de nuestros proyectos, obrando a tientas con solo la fuerza de nuestras intenciones, y auxiliados por los limitados medios que están a nuestro arbitrio, es querer lograr los efectos de un poder divino por resortes humanos. [III, p. 612]

Afirmava, a seguir, que não tinha a pretensão de se considerar inculpável pela queda da segunda república; presumia, aliás, ter sido o instrumento infausto, não querendo sê-lo, das misérias de sua pátria. Mas defendia, ao mesmo tempo, sua inocência, argumentando que,

²⁵⁶ Cf. DOMINGUES, Ivan. *O fio e a trama* cit., de cujas reflexões extraí, guardadas algumas distinções de abordagem em relação a aspectos que proponho aqui, preciosos elementos para a formulação deste problema. Quanto à Bolívar, a questão da permanência excluiria o equívoco de identificar, de um lado, a re-edição de significados do passado, com, de outro, repetições de acontecimentos na ordem da história. Não há como se admitir em Bolívar – assim como talvez em toda experiência do tempo na Modernidade – a possibilidade de se pensar uma suspensão da ordem das mudanças ou uma temporalidade cíclica

apesar dos erros de cálculo, sua consciência jamais havia participado de equívocos voluntários.

Si el destino inconstante hizo alternar la victoria entre los enemigos y nosotros, fue sólo a favor de pueblos americanos que una inconcebible demencia hizo tomar las armas para destruir a sus libertadores y restituir el cetro a sus tiranos. Así parece que el cielo para nuestra humillación y nuestra gloria ha permitido que nuestros vencedores sean nuestros hermanos y que nuestros hermanos únicamente triunfen de nosotros. [III, p. 610]

As circunstâncias propícias para a restauração do poder real deveriam ser atribuídas às divisões internas, à estrutura social da colônia, e não a si mesmo (como queriam aqueles que o acusavam de levá-los à catástrofe). A alusão era certamente aos revolucionários que, ao contrário do que deveria ser, conformavam seus projetos políticos aos elementos espontâneos das sociedades sublevadas. Daí os perigos da permanência do passado colonial, da sua ação, com aquele peso avassalador, com a inércia que lhe é própria, sobre as asas da república.

É certo que o trecho citado acima consistia em uma das tantas análises feitas por Bolívar das duas tentativas fracassadas de estabelecer a república na Venezuela. Na medida em que evocavam o passado recente, eram, portanto, avaliações operadoras de novas experiências. Mas novas experiências sempre abrem também novas expectativas.²⁵⁷ Assim, certos elementos que já analisamos (parte 1) podem constituir um indício para elucidar o núcleo de assimetria entre o passado e o futuro. Se antes Bolívar insistia nas causas internas à revolução americana como explicação última para o fracasso republicano, um novo ingrediente então surgia. Parece certo, assim, que o Libertador não descartava uma possibilidade decisiva. O controle efetivo dos meios que permitiriam superar os efeitos perniciosos do passado era um imperativo histórico. A ausência dessa intervenção, contudo, deixaria a luta revolucionária ao predomínio dessas forças do tempo (tornadas ainda mais autônomas) que, portanto, a levariam de roldão.

15.

O futuro, assim, poderia prolongar, numa tendência incontida, os significados nocivos do passado. O fundamental, contudo, é perceber que esses temores não estão separados, muitas vezes, das crenças no futuro, como se eles as tivessem sucedido, no tempo, pela

²⁵⁷ Cf. KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro pasado* cit., p. 341.

desilusão diante da impossibilidade de concretizá-las. O rápido exemplo²⁵⁸ da *Carta de Jamaica* confirma a simultaneidade entre o temor de que no futuro (ora próximo ora remoto) as repúblicas americanas empreendessem uma espécie de vôo de Ícaro²⁵⁹ e a projeção das esperanças (que nela predominavam) no horizonte de expectativas. Chegamos, então, a um dado fundamental. A dualidade da expectativa bolivariana (a esperança e o temor como horizontes simultâneos na experiência temporal) passa despercebida pela explicação que a preconiza como compartimentos incomunicáveis que se sucedem no tempo por uma simples razão: é que ela contempla somente o núcleo assimétrico das relações entre passado e futuro. Os temores, assim, só poderiam decorrer da desilusão, isto é, do fim total das esperanças. Mas, a explicação dessa ambigüidade pressupõe (antes de mais nada) o percurso de um itinerário que permita a reconstrução geral dos temores bolivarianos ao longo de seus documentos. É o que continuaremos a desbravar daqui em diante.

16.

O uso da figura de Ícaro por Bolívar aparece somente na *Carta de Jamaica*. Mas uma série de alusões à metáfora do abismo expressava igualmente o temor incontido de que ao vôo precipitado para a liberdade sucederia a trágica queda no abismo. Tais referências, embora não mencionassem o filho de Dédalo, constituíam um prolongamento da clássica metáfora pela analogia evidente entre os sentidos evocados. Com efeito, em todas elas se encontram o núcleo do vôo à esfera da liberdade por povos recentemente emancipados que, diante da imensa dificuldade de manter o verdadeiro equilíbrio, poderão cair no abismo. As diferentes versões não encobrem, de fato, a convergência de fundo.

Na Proclama de 03 de agosto de 1825, Bolívar expressava a José Mariano Serrano, Presidente da Assembléia Deliberante do Alto Peru, sua imensa satisfação pelo estabelecimento do corpo representativo das províncias da colônia há pouco emancipada. O mundo liberal, dizia, aumentou num só dia com um milhão de homens. Logo depois, contudo, referia-se à oportunidade dos “hijos de la Plata y de la Paz” de fazer uso de seus direitos antes submergidos “en el abismo de una esclavitud inmemorial” [III, p. 754] Parecia claro, aqui, o significado da figura do abismo. Tratava-se exatamente da servidão do passado colonial. Uma

²⁵⁸ Analisaremos, ao longo do capítulo, outras tantas variantes do mesmo caso em vários documentos de Bolívar.

²⁵⁹ Sobre Ícaro, vide OVÍDIO. *Metamorfoses*. Rio de Janeiro: TecnoPrint, 1983, VIII, 183-235. Vide, também, BRUNEL, Pierre (Dir.). *Dicionário de mitos literários* cit., pp. 217-21 (verbetes “Dédalo”) e GRIMAL, Pierre. *Dicionário da mitologia grega e romana*. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 241 (verbetes “Ícaro”).

outra versão da metáfora, desenvolvida em carta ao General Antonio Gutierrez no dia 16 de janeiro de 1827, tendia a confirmar essa interpretação. Nesse documento, Bolívar encarava com preocupação as notícias publicadas em jornais de Arequipa, no Peru, que deixavam “caer algunas chispas de federación provincial [...]” [II, p. 531] Sua reflexão, aludindo mais uma vez aos exemplos negativos da experiência revolucionária como ponto de partida, retomava, logo em seguida, os ataques ao federalismo.

Por Dios, querido general, no permita Vd. que estas chispas lleguen a prender el corazón de su patria; recuerde Vd. cuanto acaba de suceder en Venezuela y a los desastres que la amenazaban, junto con Colombia y la América entera, por esta manía de federación provincial. Se quiere imitar a los Estados Unidos sin considerar la diferencia de elementos, de hombres y de cosas.

Que poderia, perguntava, resultar deste “insensato projeto”? Sua resposta apontava para a Venezuela. Só restava mesmo a alternativa da guerra civil. O Libertador, então, emitia um apelo simbólico: “Vd., querido general, que salvó a su pátria de este tremendo mal, no permita que vuelva al abismo de donde Vd. la sacó.” Não será surpreendente, portanto, notar o fato de Bolívar se referir, na Carta de Jamaica, à possibilidade de que o povo recentemente libertado *recaísse* no abismo. Mas uma pergunta crucial que fizera no *Discurso de Angostura* (1819) não deixava mais dúvidas quanto a esse tipo de associação entre o futuro e o passado. Como, indagava, depois de haver rompido todas as travas de nossa antiga opressão, podemos fazer a obra maravilhosa de evitar que os restos de nossos duros ferros não se transformem em armas “liberticidas”?

Las reliquias de la dominación Española permanecerán largo tiempo antes que lleguemos a anonadarlas: el contagio del Despotismo ha impregnado nuestra atmósfera, y ni el fuego de la guerra, ni el específico de nuestras saludables Leyes han purificado el aire que respiramos. Nuestras manos ya están libres, y todavía nuestros corazones padecen de las dolencias de la servidumbre. [III, p. 683]

Quase dez anos depois (22 de agosto de 1828), as escassas esperanças de Bolívar em relação às reformas na Colômbia lhe fariam tecer considerações formalmente análogas às relações de simetrias antes indicadas entre o passado hispânico e o futuro republicano. “*La América es un mundo herido de maldición, desde su descubrimiento hasta los términos de la predicción.*” [III, pp. 26-7]²⁶⁰

²⁶⁰ Destaque meu.

A idéia de regresso afluía, também, quando da lamentação de Bolívar, junto a José Fernández Madrid, pela morte de George Canning: “Mi corazón ha quedado con mayor dolor que el que he mostrado, pues el género humano debía marchar a su perfección, y ya recaído como al principio del siglo con la elevación de Napoleón al trono de Francia.” [II, p. 709]²⁶¹ As mesmas lamentações continuavam, com algumas variações, na correspondência com Robert Wilson de 13 de novembro de 1827. Nela se lê: “El género humano ha marchado en este siglo dos veces hacia sus derechos, y dos veces la fatalidad lo ha rechazado. La ambición de Bonaparte y la muerte de nuestro amigo, son las catástrofes más crueles que ha sufrido la buena causa.” [II, p. 711] Eu sinto, concluía, pelo presente e pelos séculos futuros. Mas, sem dúvida alguma, uma afirmação, entre outras tantas, resumia, de maneira emblemática, o maior de seus temores: “Cuando más pienso en nuestra situación, más me persuado que debemos tener vecinos temibles que nos obliguen a concentrarnos y reunirnos a nuestros principios e intereses.” [II, p. 722] Mas já em 14 de fevereiro de 1823, a partilha com Santander suas de preocupações em torno da intensificação dos conflitos, entre os estados emergentes, apontava para expectativas similares.

Cuando nos dilatemos por la expansión que nos debe ofrecer la libertad, la paz y la seguridad, nuestros más crueles peligros se van a multiplicar. Entonces vamos a experimentar la verdadera guerra y la verdadera anarquía reunidas en masa para arrebatar el triunfo de la libertad y de los sacrificios. *Yo tiemblo amigo, delante de lo futuro: más horrible me parece el porvenir que lo pasado.*²⁶² [I, p. 723]

No ano de 1829 (06 de abril), expunha a Rafael Urdaneta a idéia de que a anarquia na América se prolongaria eternamente se não fossem tomadas medidas para cortá-la. Nessa correspondência, ele contou que já estava preparado para ver “tantos horrores”. Mas a previsão não lhe impedia de se espantar, mesmo assim, ao contemplar o quadro futuro que a Colômbia lhe oferecia naquele momento: “ahora mismo es horrible, mas después será mucho

²⁶¹ Essa declaração pessimista sintetizava a desilusão da expectativa promissora que Bolívar revelara no dia seguinte à morte da autoridade inglesa: “La humanidad entera se hallaba interesada en la existencia de este hombre ilustre que realizaba con lentitud y sabiduría lo que la revolución de Francia había ofrecido con engaño, y lo que América está practicando con suceso.” (Carta a Patrick Campbell, 27 de outubro de 1827, II, p. 702)

²⁶² No mesmo ano, em 25 de novembro, declarava ao Coronel Tomás de Heres, referindo-se à questão peruana: “Necesitamos de mucha política y de mucha moderación para que este pueblo no se haga enteramente godo. Por lo mismo, el dinero es más necesario para que supla las contribuciones que no podemos ni debemos echarle a estos desgraciados hombres, pues aquí la época de la patria ha sido la época del crimen y del saqueo. Cándidamente me han confesado los habitantes que eran mejor tratados por los españoles antes; así volverán fácilmente y con gusto a su yugo.” [I, p. 834]

más.”²⁶³ [III, p. 167] A América, por sua vez, “una tierra condenada a destruirse ella misma”, se tornaria facilmente “esclava de la Europa”²⁶⁴ [III, p. 246] Suas preocupações voltavam-se, sobretudo, para o estabelecimento de “un nuevo coloniaje” como o único patrimônio que sua geração poderia legar “a la posteridad”. Que será de nós, perguntava a José Manuel Restrepo, que ao fim voltaremos à escravidão?²⁶⁵ [III, p. 242] Como esquematizara no *Artigo de Quito*, ele procurava derivar seus temores das avaliações elaboradas sobre as circunstâncias, apresentando-as, portanto, como tendências que se prolongariam desde o presente até o futuro. “Las demás secciones de América marchan hoy por la senda del escándalo y del crimen.” Se a América, argumentava, não se voltasse sobre seus passados, se não se convencesse de “su nulidad e impotencia”, se não se chamasse “al orden y a la razón”, muito pouco haveria que se esperar da consolidação de seus governos. [III, p. 275]²⁶⁶

18.

As circunstâncias de então marcariam as declarações do Libertador com uma dramaticidade nunca antes expressa. Uma das passagens mais comoventes em todas as suas cartas podia ser observada dois meses antes de sua morte.

Nunca he considerado un peligro tan universal como el que ahora amenaza a los americanos: he dicho mal, la posteridad no vió jamás un cuadro tan espantoso como el que ofrece la América, mas para lo futuro que para lo presente, porque ¿dónde se ha imaginado nadie que un mundo entero cayera en frenesí y devorase su propia raza como antropófagos?... Esto es único en los anales de los crímenes y, lo que es peor, *irremediable*. [III, p. 475]

Essa percepção do tempo presente, que ele mesmo achou aterrorizante, deixava transparecer, sem nenhuma dúvida, temores ainda maiores para o futuro. Esse era, de fato, mais do que o presente, o objeto de suas atenções.

Parecia-lhe “imposible”, como diria a Santander em julho de 1826, “restablecer las cosas como estaban antes [...]” [II, p. 429] Alertava, aliás, ser este o desejo dos que “no saben más que *continuar* a la española.” Com clareza, suas operações discursivas acionavam outra vez a idéia de um *continuum* entre o passado hispânico e o futuro anárquico. Convencia-se cada vez mais da impossibilidade de fazer algo de bom com simples reformas legais. Dizia

²⁶³ O mesmo dissera praticamente a Estanislao Vergara em 07 de julho de 1829: “[...] yo tiemblo por la suerte da América que dada día se degrada más y más.” [II, p. 243]

²⁶⁴ Carta a Estanislao Vergara, 13 de julho de 1829.

²⁶⁵ Guayaquil, 07 de julho de 1829.

²⁶⁶ Carta a Mariano Montilla, 04 de agosto de 1829.

ainda: “[...] ya estamos hartos de leyes, y de leyes parecidas en todo a las de los libertadores de España. [...] Guinea y más Guinea tendremos [...].” Mas seus ataques voltavam-se com maior força para os ideólogos, isto é, aos legisladores federalistas, “los más viles y más cobardes” que, “acostumbrados al yugo, lo llevarán fácilmente hasta de sus propios esclavos.”

Em 08 de outubro de 1826, as preocupações retornavam, de modo ainda mais grave, numa carta “confidencial y reservada” a Santander. O Sul da Colômbia que o recebera com “ostentación y con júbilo” parecia-lhe, ao mesmo tempo, “un coro de lamentación, como puduiera haberlo en el purgatorio.” [II, p. 478] Queixava-se, pois, da tributação direta que os habitantes denunciavam como a causa de sua ruína. “[...] los indios ya no trabajan no teniendo contribución que pagar. Mientras tanto la tropa y los empleados están miserables y a la desesperación.” Não sabia como todos aqueles povos e soldados não se levantavam ao considerar que os seus males não vinham da guerra, senão das “leyes absurdas”. Como se não bastasse, a situação dos empréstimos estrangeiros arruinava o crédito do governo. Assim, a ineficiência do estado fazia-lhe tecer palavras a tal ponto surpreendentes que a reconstrução de seu sentido torna-se, aqui, uma tarefa imprescindível (e que persiste mesmo para o caso em que tais expressões possam vir a ser consideradas nada mais do que um artifício retórico). “Yo, por servir a la patria, debiera destruir el magnífico edificio de las leyes y el romance ideal de nuestra utopía. Colombia no puede hacer otra cosa, fallida como está, sino disolver la sociedad con que ha engañado al mundo, y darse por insolvente.” (A responsabilização de Santander pelos percalços do país, mesmo que não afirmada de modo explícito, acabava sendo uma decorrência inevitável de seus diagnósticos. As discordâncias entre ambos, daí em diante, só aumentariam.) Até mesmo uma ditadura, como pediam algumas representações do Sul, “no será más que una moratória para la bancarrota que en último resultado ha de tener lugar.” [II, pp. 478-9] As forças desagregadoras entre as regiões dilaceravam a estabilidade do governo central. “La pardocracia triunfa en medio de este conflicto general.” A liberdade irresponsável da imprensa só agravava as chagas que cobriam toda a república. Daí suas decepcionadas conjeturas. Elas apontavam, sobretudo, para a necessidade de se destruir um edifício republicano cujas realizações tornaram ainda mais desoladora a situação das populações emancipadas. A mesma tábula rasa em que tentara converter o domínio espanhol deveria ser aplicada, então, à revolução independentista no seu percurso de equívocos. Tratava-se, portanto, de um recomeço total que reuniria novas energias para a construção de instituições republicanas que levassem a cabo, de fato, a revolução independentista. “[...] cada día me confirmo más en que la república está disuelta, y que nosotros debemos volver al pueblo su soberanía primitiva, para que él se reforme como quiera y que se dañe a su gusto.”

[II, p. 479] Essa posição associava-se à descrença, cada vez maior, na capacidade dos legisladores. “Tengo mil veces más fe en el pueblo que en sus diputados.” [II, p. 480] Se ele havia combatido as leis da Espanha, não combateria, assim sentenciava, por leis tão perniciosas como aquelas e tanto mais absurdas por serem mais espontâneas. O pior é que eram tão danosas como as da metrópole quando sequer havia necessidade para isso. As leis republicanas, assim, em nada diferiam das que constituíam a administração colonial. “He combatido por dar la libertad a Colombia; la he reunido para que se defendiese con más fuerza; ahora no quiero que me inculpe y me vitupere por las leyes que le han dado contra *su voluntad* [...]”

19.

Reconhecia que a extensão da Colômbia e a complicação dos seus elementos não deviam marchar senão por prodígios. Mas, “[...] como nunca congreso ha hecho prodigios, el resultado ha sido natural y necesario.” A insistência sobre a desmoralização da república aparecia, novamente, como o principal pólo desta narração bolivariana. “Nuestro sagrado pacto está cubierto de una pureza intacta; gozaba de una virginidad inmaculada; ahora ha sido violado, manchado, roto, en fin; ya no puede servir de nada [...]” A menção, na *Carta de Jamaica*, ao repúdio dos reis da Espanha ao pacto que o imperador Carlos V formou com os descobridores sugere outra associação de sentido entre a violação do pacto colonial, de um lado, e a do republicano, de outro. A operação discursiva mantinha o mesmo esquema que estabelecia continuidades negativas entre o passado o futuro. Se o que antes enlaçava a América e a Espanha passou, depois, a dividi-las, a ausência de um governo centralizado nas repúblicas nascentes liberava ainda mais as forças desagregadoras que o passado legou. Mais ainda, assim como o rompimento do pacto colonial havia imposto, depois de três séculos, a necessidade de se fundar outro baseado na soberania popular, a recente violação do pacto republicano tornava um imperativo a formação de “un contrato general [...] para mantener una organización que no solo parezca libre sino que sea y lleve el sello de todas las partes.” Mas estragos dessa ordem dificilmente poderiam se “reparar sino en otra era.”

20.

No mesmo final de 1826, previa, amargamente, junto a Santander, os desdobramentos do ano seguinte. “El año de 27 será peor mil veces que los de 14 y 15.” [II, p. 489] Uma sentença breve e concisa acusava de modo ainda mais evidente a convergência entre o passado despótico e o futuro anárquico. “El despotismo lleva consigo su remedio y la anarquía envenena para siglos la sangre del cuerpo social.” Não queria, então, “presidir los funerales de Colombia”, reafirmando sua resolução de rechaçar a presidência e de sair do país. Esse mesmo pano de fundo, dois anos depois, se escondia por trás das palavras dirigidas, de Bogotá, em 29 de janeiro, a Páez. Ele desenhava, na ocasião, uma retrospectiva desoladora da trajetória revolucionária percorrida até então. “Después de diecisiete años de combates inauditos y de revoluciones ha venido a parir nuestra madre patria a una hermana más cruel que Megera, más parricida que Júpiter y más sanguinaria que Belona: es la anarquía [...]!” [II, p. 761]²⁶⁷ Estremeço-me – podemos ainda ler na carta – ao contemplar “el cuadro horrible de nuestra perspectiva: nos vamos a sepultar entre las ruinas de la patria, porque todo es malo y todo es peor.”

O mesmo pano de fundo se escondia por trás do desapontamento a respeito dos tímidos resultados da Convenção de Ocaña (até mesmo quando eles repercutiam em medidas favoráveis). “Ya sabrás”, dirigia-se, em 04 de maio de 1828, ao General Lino de Clemente, “que la convención ha decretado un gobierno central y conservar la constitución con pocas alteraciones. Esto quiere decir que, después de tantas contiendas por las reformas, nos quedamos como antes, o quizás peor.” [III, p. 846] A carta a sua irmã, María Antonia, de mesma data, repisava queixas idênticas, destacando também a frustração pelas ligeiras modificações na constituição que sequer tocavam aquelas “reformas que nos librasen de los terribles males de la anarquía.” [I, p. 848] A anarquia, como se fosse algo realmente inevitável no futuro, constituía, então, a referência básica para a ação prospectiva. Se levarmos em conta esse parâmetro, a declaração a Santander, proferida cinco anos antes, já não seria mais causa de surpresa: “Penétrese Vd. del sentimiento doloroso que yo padezco con esta consideración”, isto é, o de temer pela anarquia, “y evitaremos por esta anticipación alguna cantidad de agudos pesares.” [I, p. 723]

Quando, em 1823, se dirigia a Bernardo O’Higgins, Diretor da República do Chile, a respeito da situação chilena o fazia de modo muito semelhante ao que falara a Mariano

²⁶⁷ “La república se caía por su base y nada más apropiado que el símil dado por Bolívar a la anarquía. Megera era una de las furias o Erinnias vengadoras, aplicadoras implacables de salvajes castigos; Júpiter mutiló a su padre Urano, y la fértil imaginación de los poetas ha hecho nacer a las Erinnias de la sangre derramada por Urano; y Belona excitaba a los hombres a la guerra.” BRICEÑO PEROZO, Mario. *Reminiscencias griegas y latinas en las obras del Libertador*. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 1992, p. 115.

Serrano. “El pueblo chileno”, exclamava, “es bueno, patriota y valeroso, y por estos nobles títulos tiene derecho a las más justas aspiraciones del bienestar y gloria nacional [I, p. 675] Este povo, segundo ele, teria a imensa vantagem de ser o último (até então) a seguir a via constitucional. Desse modo, veria “con anticipación los escollos que debe evitar y los ejemplos que debe seguir. La historia de los infortunios y errores de la América es elocuente para los que saben leerla.” Clamava, então, ao General O’Higgins que apresentasse “al pueblo chileno un resumen de nuestras vicisitudes a fin de que no venga a caer sobre los mismos precipicios a donde han ido a estrellarse todos nuestros ensayos legislativos.”²⁶⁸

21.

Três anos antes, o tema retornava, à primeira vista, em uma versão consideravelmente distinta que, não obstante, mantinha o mesmo núcleo de sentido. Bolívar, na ocasião, falava a Santander durante a realização do Congresso de Cúcuta que aprovou a Constituição da Grã-Colômbia (em 20 de agosto de 1821). Empenhado na Campanha de Carabobo (na Venezuela), o Libertador acompanhara apreensivo ao “delírio dos legisladores” (assim dizia) que abraçavam o federalismo.

¿No le parece a Vd., mi querido Santander, que esos legisladores más ignorantes que malos, y más presuntuosos que ambiciosos, nos van a conducir a la anarquía, y después a la tiranía, y siempre a la ruina? Yo lo creo así, y estoy cierto de ello. De suerte, que si no son los llaneros los que completan nuestro exterminio, serán los suaves filósofos de la legitimada Colombia. [I, pp. 565-6]²⁶⁹

Queixas do mesmo tipo, isto é, sobre os legisladores, agora venezuelanos, retornariam cinco anos depois, em uma das correspondências com Páez. “El ejecutivo, guiado por esta tribuna engañosa [a imprensa] y por la reunión desconcertada de aquellos legisladores, ha marcado en busca de una perfección prematura [...]” [II, p. 456] Tratava-se, neste caso, de uma carta realmente pessimista na qual a revolução era caracterizada, em parte, pelo desenvolvimento visível de “elementos del mal”. “Diez y seis años de amontonar combustibles van a dar el incendio que quizás devorará nuestras victorias, nuestra gloria, la

²⁶⁸ À solicitação seguia um conselho que o general *caraqueño* não cansara de oferecer em diversas ocasiões: “Chile hará muy bien si constituye un gobierno fuerte por su estructura y liberal por sus principios.”

²⁶⁹ Em carta também a Santander, de 21 de julho de 1823, Bolívar, impaciente para empreender desde Quito sua marcha ao Peru, exclamaria, aludindo ao outro lado de sua audácia como chefe militar: “[...] cuanto más me elevo tanto más hondo se ofrece el abismo.” [I, p. 784]

dicha del pueblo y la libertad de todos.” [II, p. 455]²⁷⁰ Eu creio, selava assim sua angústia, que bem logo não teremos mais que cinzas do que fizemos. Via submergir-se em nada o fruto de vários anos de vitórias e desastres [II, p. 450] Pouco tempo depois, no dia 23 de dezembro de 1826, reproduzia, de maneira ainda mais intensa, esse pessimismo ao definir “la horrorosa calamidad que amarga a Colombia”: “Veo distintamente destruida nuestra obra, y las maldiciones de los siglos caer sobre nuestras cabezas como autores perversos de tan lamentables mutaciones.” Contudo, não desistia de acreditar, como fizera no exílio na Jamaica, em meio ao que se lhe apresentava como um quadro de desolações: “Quiero salir ciertamente del *abismo* en que nos hallamos, pero por la senda del deber y no de outro modo.” [I, p. 514]²⁷¹

22.

Mas voltemos nosso olhar para 1814 e, especificamente, ao Manifesto de Carúpano, retomando um trecho já citado. Nele encontraremos o mesmo elemento que permaneceria virtualmente constante em meio à variedade dos documentos, em grande parte, da década de 1820, analisada acima. O tema girava, outra vez, em torno do peso das dissensões internas sobre o fracasso das primeiras experiências republicanas.²⁷² A semelhança de fundo com o sentido da metáfora de Ícaro na *Carta de Jamaica*, apesar de não haver menções ao personagem mitológico e à figura do abismo, é incontestável:

[...] si los sucesos no han correspondido a sus miras, y si desastres sin ejemplo han frustrado empresa tan laudable, no ha sido por efecto de ineptitud o cobardía, ha sido, sí, la inevitable consecuencia de un proyecto agigantado superior a todas las fuerza humanas. La destrucción de un gobierno, cuyo origen se pierde en la obscuridad de los tiempos: la subversión de principios establecidos: la mutación de costumbres: el trastorno de la opinión, y el establecimiento de la libertad en un país de esclavos, es una obra tan imposible de ejecutar súbitamente, que está fuera del alcance de todo poder, por manera que nuestra excusa de no haber obtenido lo que hemos deseado, es inherente a la causa que seguimos, porque así como la justicia justifica a la audacia de haberla emprendido, la imposibilidad de su adquisición califica la insuficiencia de los medios. [I, p. 611]

²⁷⁰ Palavras idênticas já haviam sido dirigidas a Páez numa carta de quatro dias antes, isto é, de 04 de agosto de 1826 [II, pp. 444-6].

²⁷¹ Nesse sentido, Bolívar se alegrava, em carta aos Generais Mariano Montilla e José Padilla, de 27 de janeiro de 1827, pela união entre os partidos e pelo reconhecimento, na Venezuela, de sua autoridade, após ter recebido a submissão de Páez: “Me es muy agradable participar a Vds. el feliz y hermoso desenlace de los sucesos que han agitado este país y que lo precipitaban ya en el fondo del abismo.” [II, pp. 539-40]

²⁷² Já em 18 de novembro de 1813, ao advertir o Governador da Ilha de Margarita, Juan Bautista Arismendi pela sua diferença com o General Santiago Mariño, Bolívar manifestava o seu temor de que a dissensão, no caso de persistir, deveria “necesariamente aumentarse, y llegar hasta el punto de ser irremediable, o por lo menos serlo a costa de sacrificios imponderables.” [I, p. 74]

Essas reflexões convergiam também com o apelo aos deputados no *Discurso de Angostura* de 1819. Nele afluía, outra vez, a usual metáfora da queda que sucederia, no futuro, ao ato da elevação desequilibrada: “No aspiremos a lo imposible, no sea que por elevarnos sobre la región de la Libertad, descendamos a la región de la tiranía.” [III, p. 691] Moderemos desde já, dizia antes, o ímpeto das pretensões excessivas que certamente suscitaria a forma de um governo incompetente como o federal [III, p. 690]. Tudo isso estava, de fato, ligado a uma preocupação constante de sua parte no momento da instalação do congresso: “No seamos presuntuosos, Legisladores; seamos moderados en nuestras pretensiones. No es probable conseguir lo que no ha logrado el género humano: lo que no han alcanzado las más grandes y sabias Naciones.” O que impressiona de imediato, nunca é demais lembrar, é a permanência, quase intacta, do conteúdo das explicações de Bolívar por diversas ocasiões.

Citemos mais um exemplo. Nove anos depois do Congresso de Angostura, Bolívar, então na (também) abertura da Convenção de Ocaña, repetiria praticamente as mesmas palavras que proferira na Venezuela: “Por aproximarnos a lo perfecto, adoptamos por base de representación una escala que nuestra capacidad no admite todavía.” [III, p. 791] O governo, para ele, estava essencialmente mal constituído. “Sin considerar que acabamos de lanzar la coyunda, nos dejamos deslumbrar por aspiraciones superiores a las que la historia de todas las edades manifiesta incompatibles con la humana naturaleza.” [III, p. 790]

23.

Em Guayaquil, no dia 05 de agosto de 1823, Bolívar comentava com Bernardo Monteagudo²⁷³ sobre o projeto de confederação enviado pelo Ministro de Estado de Lisboa ao Governo de Buenos Aires, que o havia, então, dirigido a Mosquera. A proposta discorria sobre a reunião em Washington de um congresso de plenipotenciários com o desígnio de manter uma confederação armada contra a Santa Aliança. Ela seria composta por Espanha, Portugal, Grécia, Estados Unidos, México, Colômbia, Haiti, Argentina, Chile e Peru. Bolívar, então, emitia sua opinião sobre o projeto. “A primera vista, y en los primeros tiempos,

²⁷³ Revolucionário argentino que defendia a dureza da luta contra o espanhol. Lutou, no Chile e no Peru, no exército de San Martín, a quem se manteve estreitamente unido pelos laços políticos e pelo projeto monárquico. Foi expulso, em 1822, do Peru, onde havia exercido os cargos de Ministro da Guerra e, logo depois, dos Assuntos Exteriores. Foi assassinado em 1825 na cidade de Lima.

presenta ventajas; pero después, en el abismo de lo futuro y en la luz de las tinieblas, se deja descubrir algunos espectros espantosos.” Ele se explicava. Teremos, indagava, logo a paz e a independência e algumas garantias sociais e de política interna; “estos bienes costarán una parte de la independencia nacional, algunos sacrificios pecuniarios, y algunas mortificaciones nacionales.” [I, p. 791] Logo que a Inglaterra se pusesse à cabeça desta liga seremos seus humildes servidores, já que “formado una vez el pacto con el fuerte, ya es eterna la obligación del débil.” Não obstante, o relato de Bolívar reconhecia, em parte, a lógica argumentativa do projeto. “Todo bien considerado, tendremos tutores en la juventud, amos en la madurez y en la vejez seremos libertos [...]” [I, p. 792] Contudo, explicava também que não havia base suficiente para se prever, a longo prazo, o êxito de uma projeção tão arrojada [*me parece demasiado que un hombre pueda ver de tan lejos, y, por lo mismo, he de esperar que estas profecías sean como las otras*]. Predominava, portanto, sua atitude cautelosa já que, para ele, Portugal não era mais do que um instrumento da Inglaterra, “la cual no suena en nada”. Já o convite aos Estados Unidos visava aparentar desprendimento “y animar a los convidados a que asistan al banquete; después que estemos reunidos será la fiesta de los Lapitas, y ahí entrará el León a comerse a los convivios.”

Em contrapartida, o Libertador, falando com convicção a Antonio Gutiérrez de La Fuente, em 12 de maio de 1826, referia-se à Confederação dos Andes como o projeto que produziria, num só instante, vantagens que livrariam, no futuro, do “abismo de males” que sucederia “con el curso del tiempo” à Bolívia, ao Peru e à Colômbia. Ele se referia, neste caso, às dissensões internas pelas quais viria a “perderse la obra de nuestros sacrificios y de nuestra gloria.” [II, pp. 364-6] Na ocasião em que se comunicava com Sucre (03 de junho de 1826), a Colômbia era comparada, em sua carta, a “un edificio que, a fuerza de quererse elevar, está pronto a caer.” [II, p. 395]

24.

As debilidades internas à constituição das repúblicas levavam-no a outro de seus maiores temores. A América, desunida como estava, constituía para ele uma presa fácil das tentativas estrangeiras de restaurar qualquer tipo de pacto colonial. A Espanha e a França conservadoras e a Santa Aliança representariam, na primeira metade da década de 1820, o principal foco de suas atenções. Mas havia sem dúvida uma preocupação especial para com o grande vizinho. “Por desgracia el Brasil linda con todos nuestros estados; por consiguiente,

tiene facilidades muchas para hacernos la guerra con suceso, como lo quiera la Santa Alianza” [I, p. 74] – ouvira dele Santander em 23 de janeiro de 1825. O Libertador observava ainda que seria muito agradável à aristocracia européia que o poder do príncipe brasileiro se estendesse “hasta destruir el germen de la revolución”. “Desde luego empezará por Buenos Aires y acabará por nosotros.” Somente a Colômbia era suficientemente forte para fazer frente a tal avalanche. O problema é que as outras regiões americanas poderiam ser facilmente desbaratadas. Nesse quadro, a força colombiana reduzia-se de modo considerável. “Cada día se pone peor el Sur de América; el día que yo me vaya del Perú se vuelve a perder; porque no tienen hombres capaces de sostener el estado [...]” Voltaria a ponderar com Santander, em 09 de fevereiro, sobre a vulnerabilidade das Províncias do Rio da Prata, que “no tienen un solo ejército con que bloquear a Montevideo, mientras que el príncipe del Brasil y la Santa Alianza son uno solo.” [II, p. 79] Era, para ele, inadmisível que “los pueblos libres” não formassem também uma união. Estariam perdidos se não o fizessem. A região de Montevideu havia sido anexada pelo império luso-brasileiro em 1821 com o nome de Província Cisplatina. A intervenção esmagou as aspirações de independência do povo oriental, que tivera em Artigas o seu líder maior e contava, então, com a chefia de Lavalleja e o apoio *porteño*.

Observou-se que na Carta de Jamaica, de 1815, ao expor suas idéias sobre o presente e o futuro dos povos americanos, Bolívar sequer mencionou o nome do Brasil; tampouco levou em conta os anseios de independência dos brasileiros. Mas, dez anos depois, as circunstâncias históricas tornavam impossível qualquer atitude de indiferença para com a posição do colosso atlântico na política continental. As antigas prevenções de Bolívar em relação ao Brasil foram reavivadas ainda mais em função dos incidentes fronteiriços de março de 1825. O governador espanhol da província de Chiquitos, no Alto Peru, sabendo, na ocasião da vitória de Sucre em Ayacucho e da subsequente queda de Santa Cruz, solicitou à Junta do Governo de Vila Bela, em Mato Grosso, que colocasse sua área administrativa sob a proteção do império brasileiro. Chiquitos foi, então, anexada ao Brasil pela ocupação de uma tropa sob o comando do capitão Araújo e Silva. De início, Bolívar simpatizou com a posição de Sucre de levar ao território brasileiro, como medida de retaliação, segundo dizia, a revolução, a liberdade, os princípios democráticos e republicanos. Posteriormente, o Libertador se contentou em utilizar a força apenas para recuperar o território usurpado, recomendando a Sucre que contivesse seus ímpetos agressivos. Acreditou que se tratava de uma ação isolada em relação ao imperador [II, p. 142]. De fato, Dom Pedro I, ao receber somente em agosto a notícia da invasão de Chiquitos, censurou publicamente a ocupação, ordenando a retirada das tropas brasileiras. “O

caso de Chiquitos rendeu fartos dividendos diplomáticos a Buenos Aires”²⁷⁴ Em fins de julho de 1825, Bolívar recebeu a informação de que iria encontrá-lo uma missão Argentina para tratar sobre a guerra contra o Brasil. Sua posição, reticente e cautelosa, considerava o assunto “muy espinoso y muy peligroso, porque debe enredarnos con la Santa Alianza.” [II, p. 190] A relação entre a restauração do absolutismo de Fernando VII pela França e as tentativas de consolidação do domínio colonial na América despertara-lhe preocupações quanto a qualquer tipo de ação precipitada. Além disso, corria, entre o governo colombiano, a informação de que a França e a Espanha preparavam o envio de uma poderosa expedição à América com o objetivo de sufocar a rebelião das colônias espanholas. Por trás de seus cuidados escondia-se, de fato, a consideração do que seria, para ele, um fator imprescindível, isto é, o comportamento do governo britânico. “Como este negocio es gravísimo, no me dejaré arrastrar ni por la gloria ni por la lisonja” – dizia ao General Tomás de Heres. “Este proyecto a primera vista parece que sólo es para ayudar contra aquél, pero como la Santa Alianza puede con el tiempo aprovecharse del Brasil para dañarnos, sería muy útil consultar de antemano a la Inglaterra.” [II, p. 192] Mais ainda, ele temia, ao que tudo indica, que uma medida hostil ao império luso-brasileiro pudesse causar uma reação negativa por parte dos ingleses [II, p. 143].²⁷⁵ Lembremos, por exemplo, que seu projeto de federação americana não poderia subsistir sem a proteção britânica [II, p. 158].

25.

Voltemos agora a uma das hipóteses ligeiramente apresentadas acima, seguindo, então, as pistas oferecidas pelos exemplos do discurso de Bolívar. Por trás da metáfora da trágica queda devido às condições inadequadas do vôo para a liberdade emerge um núcleo de expectativas pouco comuns para os elementos do discurso revolucionário examinados até aqui. Nesse sentido, não foi em vão a insistência em identificar (de maneira quase exaustiva) casos que, dispersos, à primeira vista, no tempo, envolviam permanentemente esse jogo metafórico. O que antes parecia um indício isolado (o uso da metáfora de Ícaro) levou-nos, pela recorrência das diversas variantes que comportavam o mesmo sentido, à descoberta de uma série compacta. Ela trazia à tona, como resultado, a existência de um núcleo perceptivo

²⁷⁴ As informações deste parágrafo se encontram, em grande parte, em CASTRO, Moacir Werneck de. *O Libertador* cit., pp. 156-9.

²⁷⁵ Cf., a propósito, MONDOLFI GUDAF, Edgardo. “Primeros contactos entre Venezuela y Argentina en el siglo XIX”. In: *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 347 (2004), p. 100.

do futuro nos pronunciamentos de Bolívar. Mas a indicação dos temores quanto à sorte futura da revolução no Novo Mundo não se esgotava pelo recurso à figura de Ícaro. Essa operação retórica revelava, certamente, a faceta central desse tipo de expectativas. Mas, o Libertador, nos seus diversos escritos, ruminava outros exemplos relacionados igualmente ao código de leitura de antes, isto é, ao estrato sólido de cultura clássica no seio de sua formação. Mais ainda, veremos aflorar por meio dessas figuras uma massa de elementos compostos que revelam, no fundo, variantes surpreendentes do mesmo tipo de expectativas. Com efeito, assim como no exemplo de Ícaro, todas elas constituem narrativas mitológicas de tragédias gregas. Todas, portanto, têm em comum o mesmo tipo de desfecho. Esse conjunto de elementos, aliás, nos leva a uma interrogação fundamental. Por que Bolívar utilizou freqüentemente referências da tragédia grega – e não outras, relacionadas, por exemplo, à própria tradição histórica da cultura hispano-americana – para expressar o núcleo de temores de suas expectativas? É importante considerar, cautelosamente, que, no caso do discurso bolivariano, a recorrência a figuras trágicas (ao que tudo indica) constituía uma operação retórica que visava dar sentido a uma experiência de densidade histórica tão esmagadora que não poderia ser traduzida por referências ao universo cultural mais próximo. A tragicidade arquetípica das narrativas mitológicas, assim, fazia justiça à percepção das implicações que os percalços do movimento independentista poderiam ter sobre o futuro da revolução. Mas a potencialidade simbólica das tragédias era, acima de tudo, expressão dos temores bolivarianos e não o contrário.²⁷⁶ Começemos por uma não menos conhecida.

Certa vez, Bolívar recorreria a um mito relativamente distante da fábula de Ícaro. Mas o fato do recurso à nova metáfora manter, surpreendentemente, a mesma figura do “abismo”, demonstra, na verdade, que a distância entre ambos era bem menor do que se poderia supor à primeira vista. Só que, agora, por trás da personagem mitológica se escondia a idéia da paralisia que as forças intransponíveis, provenientes do passado despótico, causavam à ação

²⁷⁶ Essa constatação nos dispensa, sobretudo, das abordagens puristas quanto à consideração da historicidade dos mitos trágicos. É o caso, por exemplo, de algumas posições de MARSHALL, Francisco. *Édipo tirano: a tragédia do saber*. Brasília/Porto Alegre: UnB/UFRGS, 2000, pp. 24-34, que, se ancorando na Escola de Paris, denuncia, por exemplo, as leituras anti-históricas de Freud a respeito do Mito de Édipo. Esses posicionamentos nos dão a impressão de que, em nome da historicidade do texto de Sófocles, não se poderia utilizar certos significados da tragédia, pela sua potencialidade simbólica, como reveladores da natureza humana. Esse preciosismo exige, portanto, que a apropriação dos mitos antigos seja sempre condicionada a uma interpretação metódica das vertentes históricas a que tais narrativas se filiam. Mas Freud não se preocupou em apresentar uma interpretação histórica do rei de Tebas e, sim, em utilizar uma figura mitológica para expressar, de fato, uma dimensão fundamental da psique humana. Penso que, para o caso de Bolívar, essa consideração é igualmente aplicável com uma diferença. Os cuidados excessivos são mais desnecessários se levarmos em conta que o Libertador não se dedicou a oferecer interpretações pormenorizadas das referências mitológicas em prol da construção de complexos simbólicos.

prospectiva de Bolívar sobre o tempo. “Parecerá fábula”, dizia, em 26 de maio de 1827, a Robert Wilson,

lo que podemos decir de mis servicios, semejantes a los de aquel condenado que llevaba su enorme peso hasta la cumbre para volverse rodando con él otra vez al abismo. Yo me hallo luchando contra los esfuerzos combinados de un mundo; de mi parte estoy yo solo, y la lucha, por lo mismo, es muy desigual: así, debo ser vencido. La historia misma no me muestra un ejemplo capaz de alentarme; ni aun la fábula nos enseña este prodigio. Lo que se nos dice de Baco y de Hércules es menor en realidad de lo que se exige de mí. ¿Logrará un hombre solo constituir a la mitad de un mundo? ¡y un hombre como yo!! [II, p. 626].

O mito de Sísifo – cujo nome Bolívar não mencionara – indicava, portanto, o reconhecimento de uma luta desigual entre a ação do individual e as forças do tempo. Logo em seguida (16 de junho de 1827) voltaria a aludir, revoltado, à fatalidade que parecia revestir sua trajetória: “Yo no quiero estar como aquel condenado de la fábula renovando siempre su trabajo.” [II, p. 633]

26.

Com efeito, da inação ao reconhecimento da incapacidade de reagir, o caminho era demasiadamente curto. Nesses momentos, imbuído ou de pessimismo ou de incertezas, a revolução era percebida novamente como um processo fora de controle contra o qual nada podia a ação prospectiva (aquela, como vimos, a que se atribuía a força para oferecer a partir de si os meios capazes de reparar os males que ela mesma acarretara). Em todas as revoluções não se sabe até onde podem chegar os resultados [III, p. 29] “La violencia de la fuerza arrastra consigo los principios de su propia destrucción” – exclamou a Páez em 1828 – após se referir aos dezessete anos de “combates inauditos y de revoluciones” em que a mãe pátria veio a parir a “anarquía” [II, p. 761] Lembrando uma reflexão tipicamente dialética, Bolívar parecia reconhecer a possibilidade de que a turbulência desencadeada pela ruptura revolucionária poderia se converter em elementos que se voltariam contra ela mesma.

Retornemos, entretanto, ao período de seu avanço sobre os Andes. Era o dia 14 de outubro de 1822. Bolívar felicitava, na ocasião, a José De La Mar por ter sido posto à cabeça do poder executivo do Peru. A situação, observava, exigia um homem que dirigisse um estado em meio das convulsões da revolução e da guerra.

Puede Vd. contar con todo lo que depende de mí para ayudarle a alcanzar el término de su carrera con dicha y gloria. En esta parte yo me felicito también, mas

no puedo dejar de tener muy cerca de mi corazón todas las angustias que Vd. va a devorar, teniendo que arrostrar el embarazo de las pasiones ajenas y el cúmulo de obstáculos que la revolución en su marcha multiplica como se va avanzando. [I, pp. 692-3]

Em Guayaquil, já no ano de 1823, dizia algo semelhante ao General Rudesindo Alvarado, em 18 de março de 1823: “La revolución es un elemento que no se puede manejar. Es más indócil que el viento.” [I, p. 729] Pouco mais de dois meses depois, no dia 30 de maio, esperando a permissão do Congresso da Colômbia para a intervenção no Peru, lamentava, sobretudo, a morte de compatriotas ao longo das contendas militares. Para ele, parecia, nesse sentido, que se havia se verificado a fábula de Saturno: “la revolución se está comiendo sus hijos, los más los ha destruido la espada y los menos han perecido por la hoz del infortunio, más cruel que la atroz guerra.” [I, p. 757] Em uma outra versão, “revolução” e “incertezas sobre o futuro” apareciam como termos essencialmente análogos. “[...] inciertos sobre nuestro destino futuro, y amenazadas por la anarquía, a causa de la falta de un gobierno legítimo, justo y liberal, nos precipitamos en el caos de la revolución.” [I, p. 167] A identidade formal dessa passagem com os exemplos citados logo acima poderia induzir-nos apressadamente a situá-la no mesmo ano (ou no período posterior à vitória de Ayacucho (1824) quando, então, se intensificaram como nunca antes as rivalidades que já haviam surgido, desde a Colômbia até a Bolívia, entre os exércitos colombianos e venezuelanos comandados por Bolívar, Sucre e outros generais durante o processo de independência).²⁷⁷ Mas, a declaração é surpreendentemente da *Carta de Jamaica*: um temor, portanto, que se entrevia até mesmo naqueles períodos em que predominava a emergência de expectativas promissoras, quando, então, a independência sequer havia sido minimamente consolidada.

27.

²⁷⁷ Cf. ACOSTA SAIGNES, Miguel. *Introducción a Simón Bolívar* cit., p. 28. BUISSON, Inge. “El ‘Ejército Libertador’ y la formación del Estado boliviano (1825-1828)”. VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica* cit., pp. 505-6, destaca que a desintegração do Exército Libertador no Alto Peru se fazia cada vez mais evidente. “Al cabo de tres años de su presencia en Bolivia, Sucre llegó a un cambio total de su opinión sobre los auxiliares. Antes los había considerado como tropa brillante y como instrumento seguro para imponer los proyectos políticos de Bolívar, preocupándose incluso por el momento en que le faltara este apoyo. Por el contrario, desde principios del año 1827 empezó a insistir en una retirada rápida, ya que el Ejército Libertador – en su mayoría colombianos – ‘ha perdido mucho, mucho en moral, en entusiasmo y hasta su espíritu nacional [...]’. Incluso llegó a prever que el ataque contra su posición y contra el partido bolivarista en Bolivia no provendría de los nativos, ni de los Estado vecinos, sino de los mismos auxiliares. Más tarde, resultaría que su sospecha había sido fundada, pues la derrota de los bolivaristas se inició el 18 de abril de 1828, con la rebelión de unidades del Ejército Libertador.”

Mas uma breve memória de Bolívar, feita em 1829, em relação ao percurso histórico da revolução introduz um detalhe precioso para compreendermos a natureza de suas expectativas. De Guayaquil, ele falara sobre isso ao seu fiel ajudante-de-campo, o irlandês O'Leary. O documento, já citado quando das menções à desintegração da Colômbia, é uma carta bastante conhecida. Nela, por exemplo, o Libertador, ridicularizando as pretensões federalistas com tons tragicômicos, declarava ser preferível para América adotar o “Al Corão” ao modelo de governo dos Estados Unidos (ainda que este fosse o melhor do mundo). Contava também que, desde o início, a revolução fixou as atenções dos patriotas “en los negocios hostiles” [III, p. 316]. Assim, “hemos estado como enajenados en la contemplación de nuestros riesgos y con la ansia de evitarlos.” Quer dizer, as expectativas quanto à sorte da revolução estiveram, no fundo, muito mais condicionadas e constringidas pelo que se deveria evitar, isto é, pelos temores, do que impulsionadas propriamente por esperanças e projetos positivos. “No sabíamos lo que era gobierno y no hemos tenido tiempo para aprender mientras nos hemos estado defendiendo.” Em princípio, tais observações não parecem trazer elementos novos à reconstrução de suas expectativas. Afinal de contas, elas denotam uma continuidade formal com aquelas posições traçadas da *Carta de Jamaica* que já foi objeto de nossa reconstrução. Vamos, mesmo assim, recapitulá-las. De acordo com elas, “la América no estaba preparada para desprenderse de la metrópoli”. Além disso, os americanos “han subido de repente sin los conocimientos previos”. Mas algo diferente emergia na carta a O'Leary que contrastava aparentemente com o padrão das expectativas bolivarianas. Vimos, com efeito, na primeira parte desta reconstrução, o esforço do Libertador em traduzi-las essencialmente como meios que levassem em conta as mazelas históricas impostas pelo colonialismo. Falávamos, nesse sentido, de “esperanças contra-fáticas”, do combate eficaz e permanente à presença subterrânea de elementos nocivos do passado na índole dos povos americanos. Mas, agora, Bolívar parecia reconhecer a precariedade das expectativas que se viam sempre levadas de roldão pelos “negocios hostiles”. Forçada pelas condições adversas a contemplar unicamente os riscos, a revolução ficara reduzida à defesa. Tudo isso moderou os ímpetus ativos, pois, enquanto se defendia, o movimento independentista pouco pôde fazer para construir estados sólidos. Se antes ouvíamos Bolívar afirmar que as condições adversas impunham necessariamente a organização de estados centralizados, agora, os mesmos entraves impediam, para ele, a constituição de um governo “suficiente para ordenar y administrar sus extensas provincias.”

Na carta a Páez, de 04 de agosto de 1826, Bolívar, falando das dissensões entre as províncias colombianas, tecia considerações alarmantes. “¿Qué no deberemos temer de un choque tan violento y desordenado de pasiones, de derechos, de necesidades y de principios? El caos es menos espantoso que ese tremendo cuadro [...]” [II, p. 445] Nem mesmo a indiferença poderia afastar o inevitável tormento causado pelos conflitos: “[...] aunque apartemos la vista de él, no por eso lo alejaremos ni dejará de perseguirnos con toda la saña de su naturaleza.” O Libertador comparava a situação colombiana a “un inmenso volcán [...] a nuestros pies”. Suas conclusões diagnosticavam, sobretudo, a insuficiência da ação política na administração dos impasses. “Nada me persuade que podamos franquear la suma prodigiosa de dificultades que se nos ofrece.” Mais ainda, essa tomada de consciência tornava-se um parâmetro a partir do qual a trajetória da Colômbia (até então fragilmente mantida) seria avaliada de um modo inédito. A estabilidade da república, que antes se presumia eterna, receberia, então, o epíteto de “un punto de equilibrio casual” em que “estábamos como por milagre”, “[...] como cuando dos olas enfurecidas se encuentran en un punto dado y se mantienen tranquilas apoyada una de otra y en un calma que parece verdadera aunque instantánea.”²⁷⁸ Segundo Bolívar, ele mesmo era o ponto de equilíbrio entre as ondas da “Venezuela” e da “Cundinamarca” que se encontraram “en el período constitucional de la primera elección” (1821), “un momento”, para todos os efeitos, “que acaba de pasarse”.²⁷⁹ Um tal diagnóstico, por fim, provocara-lhe uma previsão não menos desoladora. O mesmo milagre dificilmente poderia se realizar outra vez. “Ya no habrá más calma ni más olas ni más punto de reunión que forme esta prodigiosa calma [...]” Voltava, então, o tema do regresso da república ao passado que se procurou superar a qualquer custo. Seria, contudo, uma queda tão catastrófica que somente a alusão retórica ao caos do mundo primitivo poderia expressá-la de modo adequado. “[...] todo va a sumergirse al seno primitivo de la creación, de la materia. Sí,

²⁷⁸ Em 31 de julho de 1829, Bolívar, na Carta a J. A. Álamo, voltaria a utilizar essa mesma figura para se referir à revolução independentista: “Yo, sin embargo, estoy cada vez más aburrido de todo y con menos esperanzas de lograr un porvenir tranquilo, porque *las revoluciones fluctúan en esta América como las olas en oceano.*” [III, p. 269] [Destaque meu] Já em 05 de janeiro do mesmo ano, falando, da cidade de Neiva, a Urdaneta, a metáfora aludia aos temores pelas insurreições: “[...] las insurrecciones son como las olas del mar que se suceden unas a otras, quedando siempre descontentos y fugitivos.” [III, p. 105]

²⁷⁹ “Como lo demostraron los acontecimientos posteriores, el Estado grancolombiano nació sobre bases precarias. Se mantuvo gracias a la voluntad férrea y obsesiva de Bolívar, pero durante los diez años de su existencia el Libertador tuvo que sostener una continuada batalla contra sus elementos disgregadores.” JARAMILLO URIBE, Jaime. “Nación y región en los orígenes del Estado nacional en la Colombia”. VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica* cit., p. 345.

de la materia, digo, porque todo va a volverse nada.” Quem poderia reunir mais os espíritos? Quem poderia conter as classes oprimidas?

La esclavitud romperá el yugo; cada color querrá el dominio, y los demás combatirán hasta la extinción o el triunfo. *Los odios apagados entre las diferentes secciones volverán al galope, como todas las cosas violentas y comprimidas.*²⁸⁰ [...] Los gritos de sedición resonarán por todas partes. El trueno de la destrucción ha dado la señal. Y lo que todavía es más horrible que todo esto es cuando digo es *verdad*. Me preguntará Vd. ¿qué partido tomaremos? ¿En qué arca nos salvaremos? Mi respuesta es muy sencilla: “*mirad el mar que vais a surcar con una frágil barca cuyo piloto es tan inexperto.*”

Nem mesmo o Congresso do Panamá, “institución que debiera ser admirable si tuviera más eficacia”, era poupado nas suas expectativas temerosas, que o comparavam, então, ao “loco griego que pretendia dirigir desde uma roca los buques que navegaban.” Reconhecia amargamente a incapacidade do projeto cuja potência, assim pensava mais de dez anos antes, deveria ser proporcional à sua amplitude geopolítica.

29.

Entravam em jogo, nessa perspectiva, duas novas alusões metafóricas. Uma seguia o caminho já trilhado em torno dos mitos gregos; a outra enfocava uma figura que não era estranha às narrativas também mitológicas. Começamos analisando a primeira e o seu desdobramento em outros documentos.

Na mesma carta citada acima, Bolívar passava a se referir a certas deficiências dos estados nascentes como se fossem a Caixa de Pandora “que encierra todos los males”.²⁸¹ O epíteto traduzia suas críticas à estruturação do poder legislativo na Colômbia. Mas a alegoria seria utilizada em diferentes episódios para expressar sentidos claramente análogos, como, por exemplo, os cuidados na aplicação de medidas preventivas contra distúrbios regionais. Assim, no dia 24 de março de 1828, em carta repleta de perspectivas esperançosas a respeito da Convenção de Ocaña, Bolívar autorizava o General Mariano Montilla a extinguir “algunos

²⁸⁰ Destaque meu; os demais, a seguir, são de Bolívar.

²⁸¹ “[...] Pandora foi o castigo reservado pelos deuses aos homens, por terem, como Prometeu, se insurgido contra eles, pondo-se à escalada do Olimpo: o castigo foi o envio de uma mulher, Pandora, que traz numa caixa (jarro) a infelicidade, espalhando pelo mundo, ao abri-la, os males e os infortúnios, e deixando guardado, ao fechá-la, longe do alcance dos mortais, um sentimento que poderia estragar toda a vingança dos deuses [...]” DOMINGUES, Ivan. *O fim e a trama* cit., p. 50. O sentido da figura de Pandora, isto é, o das forças incontroláveis da história, na trama que reconstruímos expressa precisamente o oposto da ação intervencionista, traduzida pela experiência prometéica, que Bolívar tanto perseguira. Mas o antagonismo entre as personagens mitológicas, na verdade, que aqui vislumbramos no plano da experiência do tempo histórico, emerge originariamente da própria narrativa de Hesíodo.

principios del mal” que se encontrariam somente em Cartagena. Exigia, entretanto, extrema cautela no cumprimento da missão. “¡Cuidado con la caja de Pandora y con la llave que abra tan formidable y horroroso cofre!” [II, p. 798] O caso de Cartagena lhe pesava “en el corazón como el único peligro que nos amenaza en el día”, alertava, na mesma data, ao General Pedro Briceño Méndez. Seu pedido para que o interlocutor reforçasse junto a Montilla a advertência que lhe dirigira no mesmo dia revelava preocupações especiais no tratamento da questão. O Libertador, desse modo, temia que um erro de cálculo na solução de um problema regional pudesse espalhar ainda as comoções gerais contidas sob a frágil unidade. Pouco tempo depois (10 de abril), como se pode ler na correspondência com Miguel Peña, as projeções otimistas sobre a convenção davam lugar à desconfiança em relação às artimanhas do partido federalista. Introduzia, então, uma mudança curiosa na aplicação da figura mítica. “Yo había dicho que Cartagena era la arca de Pandora y Padilla su llave: ya la han abierto; pero yo me he equivocado, porque la verdadera arca es Santander y su codicia la llave.”²⁸² [I, p. 813]

Retornemos, então, à mesma carta destinada a Páez em que descobrimos uma das menções figurativas à Caixa de Pandora. No documento emergia também a comparação do quadro colombiano com a figura do labirinto [II, p. 466]. A possibilidade de se guiar nele, pela simples obtenção de certas vantagens de curta ou longa duração, dependia necessariamente da aplicação de “algunas ligeras modificaciones” para a acomodação do código boliviano a estados pequenos como a Venezuela, “enclavados en una vasta confederación.” Quase um ano depois, no dia em que informava seu rompimento definitivo com Santander (16 de março de 1827), dirigia-se ao mesmo Páez para tratar da rebelião de soldados que explodia em Puerto Cabello. Mas, a saída que antes lhe era com certeza viável parecia encoberta pela sua incapacidade de vislumbrar uma solução. “[...] yo no sé que haré en este conflicto. [...] Aseguro a Vd., mi querido general, que no sé como salir de este laberinto inextricable [...].”²⁸³ [II, p. 583] A eclosão de todos esses problemas, entretanto, já parecia ser prevista quando ele ainda se encontrava em Guayaquil, em setembro de 1826, antes de se dirigir à Bogotá. “Mi querido general”, falava a Santa Cruz, “voy a entrar en un

²⁸² Foi no mínimo curioso para mim constatar que Maria Ligia Prado, ao se referir, no seu ensaio frequentemente citado aqui, ao fato de que, “como uma caixa de Pandora, as lutas pela independência espalharam desejos e aspirações sociais que pediam soluções imediatas, mas que nem sempre eram fáceis de ser alcançadas”, não tenha mencionado o uso que Bolívar fez dessa metáfora.

²⁸³ O sentido conferido por Bolívar a essa expressão parece ter sido, em grande parte, captado pelo gênio de GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *O general em seu labirinto*. Rio de Janeiro: Record, 1989. Análises dessa obra do escritor colombiano foram levadas a cabo por SALCEDO-BASTARDO, José Luis. “Bolívar en orbita”. In: *Cuadernos Americanos*. México: UNAM, 18 (1989), pp. 104-7 e COWIE, Lancelot. “Bolívar: entre la historia y la ficción”. In: *Cuadernos americanos*. México: UNAM, 104 (2004), pp. 33-42.

laberinto horrible que me ocupará todo entero de Colombia [...].” [II, p. 470] Tudo lhe parecia incerto e, exatamente por isso, perigoso [II, p. 547].

30.

As insistências de Bolívar sobre a incapacidade dos meios humanos de conter os impasses da revolução se intensificaram em proporção direta ao fatalismo que foram assumindo gradativamente algumas de suas expectativas. Um exemplo, em especial, será bastante elucidativo para o que aqui se quer dizer. Estamos nos referindo a uma carta escrita a Santander, de Magdalena, no dia 08 de julho de 1826. O documento, comparado com todos os que lhe são anteriores, parece conter, ao que tudo indica, a primeira manifestação de pessimismo extremo de Bolívar. Para ele, as notícias de Santander sobre a rebelião de Páez confirmavam suas antigas idéias de que *tudo está perdido*. “Ni federación general ni constituciones particulares son capaces de contener a estos esclavos desenfrenados [...].” [II, p. 428] Via o Congresso do Panamá “como a una representación teatral” e as leis como Sólon “que pensaba que solo servían para enredar a los débiles y de ninguna traba a los fuertes.” Estava cansado das guerras civis: “cuatro he sufrido en catorce años y el vituperio cae siempre sobre el vencido y el vencedor.” Os paralelos histórico-mundiais que tanto estabelecera entre a América e outras referências na *Carta de Jamaica* e no *Discurso de Angostura* retornavam para destacar, ligeiramente, o quadro endêmico do Novo Mundo. “Estamos muy lejos de los hermosos tiempos de Atenas y de Roma y a nada que sea europeo debemos compararnos. El origen más impuro es el de nuestro ser: todo lo que nos ha precedido está envuelto con el negro manto del crimen.” Emergia, então, em seus posicionamentos, com desenvoltura não antes vista, ingredientes fundamentais da consciência *criolla* daquele período. A preponderância da união física entre conquistadores espanhóis e escravos africanos havia imposto sobre o Novo Mundo uma indisposição moral para a vivência da liberdade.

El origen más impuro es el de nuestro ser: todo lo que nos ha precedido está envuelto con el negro manto del crimen. Nosotros somos el compuesto abominable de esos tigres cazadores que vinieron a la América a derramarle su sangre y a encostar con las víctimas antes de sacrificarlas, para mezclar después los frutos espurios de estos enlaces con los frutos de esos esclavos arrancados del África.

A evocação do passado estabelecia novamente uma projeção de similitudes sobre o futuro.

Con tales mezclas físicas; con tales elementos morales ¿cómo se pueden fundar leyes sobre los héroes, y principios sobre los hombres? Muy bien que esos señores ideólogos gobiernen y combatan y entonces veremos el bello ideal de Haití, y los nuevos Robespierres serán los dignos magistrados de esta tremenda libertad.

Outra vez sua conclusão lembraria, de maneira indireta, uma das figuras que havia utilizado em outras ocasiões, isto é, a de Sísifo testemunhando a inexorável caída da pedra após tê-la conduzido até o topo do monte: “*todo está perdido, y como todo marcha en sentido inverso de mis ideas y de mis sentimientos, que no cuenten conmigo para nada.*”²⁸⁴ [II, pp. 428-9]

Tudo junto, dizia a Santander, fatos e observações, incidentes e acidentes, causas e efeitos, tudo lhe confirmava a idéia de que a Colômbia estava “perdida para siempre”. Com ditadura ou sem ela, “los indios serán indios, los llaneros y los abogados intrigantes.” Se “no podemos salvar este nuevo mundo de la anarquía que ya lo devora con sus garras”, a única alternativa era deixar ao povo que dissesse seus pensamentos, os executasse e, por fim, assumisse a responsabilidade pela sorte que decidia. Num dos trechos de uma carta, de um ano depois, a José Fernández Madrid, desfilavam também declarações pouco promissoras quanto aos desafios de reorganização da Colômbia. “En Caracas se habla de federación, y quien sabe si en el Sur harán lo mismo. Lo cierto del caso es que veo como imposible fijar la estabilidad de este país.” [II, p. 745] Qualquer medida de ordem federalista parecia-lhe, então, insuficiente para manter a integridade política da Colômbia. Se dividem o país, “se pierde, y si establecen leyes generales, débiles, como son todas las que emanan de un gobierno muy libre, entonces esta dilatada región tendrá que sufrir los mismos inconvenientes de un país sin gobierno [...]” Unida ou dividida, a Colômbia era, para ele, ingovernável [II, p. 850]

31.

As duas alternativas que predominavam no período, isto é, a separação entre a Nova Granada e a Venezuela, de um lado, e a federalização do governo central sem a dissolução do território, despertavam-lhe, de qualquer modo, resistências. Ambas, para ele, pareciam conduzir ao mesmo fim. A situação constituía um beco sem saídas. A divisão seria, para ele, o fim da “ruina misma” e a federação “el sepulcro de Colombia.” Mas se não era possível vislumbrar nenhuma alternativa além dessas duas, se ambas eram, de fato, inevitáveis, preferia ainda assim “que dividan a Colombia antes que ponerla bajo una federación

²⁸⁴ Destaques meus.

destructora y disolvente de todos los principios sociales, de todas las garantías.” O primeiro mal “es preferible a los demás”. Porém, “más como un plazo como un bien.”²⁸⁵ Em 1829, quando a dissolução da república parecia inevitável, Bolívar demonstraria maior resignação por uma proposta que a contemplasse. “Mi opinión es que este congreso debe dividir la Nueva Granada de Venezuela, porque este es el deseo más vivo, y lo contrario la quimera más impracticable.”²⁸⁶ [III, p. 304] Chegou a considerar, por exemplo, a divisão da Nova Granada e da Venezuela como uma “de dos resoluciones únicas que le quedan en la situación de las cosas”, sendo a outra “la creación de un gobierno vitalicio y fuerte” [III, p. 316]

A medida de separação, mesmo assim, estava longe do federalismo. Ele esperava uma divisão “perfecta, justa y pacífica” em que cada parte se reorganizaria a seu modo e tratasse separadamente “sobre los intereses comunes y relaciones mutuas.” A Nova Granada, além disso, deveria ficar íntegra para que “pueda defenderse por el Sur de los peruanos y para que Pasto no venga a ser su cáncer.” A Venezuela deveria “quedar igualmente íntegra, tal como se hallaba antes de la reunión.” Lemos, nesse documento, que Bolívar não só começou a comprovar que a criação da Colômbia havia sido prematura,²⁸⁷ como também reconhecia a necessidade de que a separação entre as duas sessões fosse também antecipada [III, p. 314].

A percepção, entretanto, da ascendência dos elementos de dissociação sobre as forças aglutinadoras provoca-lhe a apresentar prognósticos terríveis, já que, como pensava, “la fuerza del gobierno debe ser relativa a la extensión: en una palabra, Colombia y la América entera son países perdidos para esta generación.” Com efeito, grande parte dos documentos a partir de 1828 (dentre os quais o Artigo de Quito constituía a síntese máxima) passava a insistir ainda mais, para além dos limites colombianos, sobre a amplitude continental da crise. “Todas las naciones americanas están en marcha hacia su ruina, según las noticias que vienen de todas partes. La federación no pega, en prueba de esto Buenos Aires, Chile, Guatemala y Méjico están perdidos.”²⁸⁸ [II, p. 769]

32.

²⁸⁵ Vide também a Carta a Rafael Arboleda de 07 de fevereiro de 1828, II, p. 770.

²⁸⁶ Carta a Joaquín Mosquera (Guayaquil, 03 de setembro de 1829). Em carta a José Angel de Álamo, de 06 de dezembro de 1829, quase sem nenhuma esperança em relação à permanência da Venezuela na união colombiana, diria: “Haga Venezuela la suya [opinião]: que se separe; o federación; o lo que quiera. Yo no me opongo a nada, nada, nada, pues no deseo más que mi *licencia*, o la *libertad* como los soldados o esclavos.” [III, p. 380]

²⁸⁷ Cf. LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas* cit., p. 250.

²⁸⁸ Carta a José Fernández Madrid, 07 de fevereiro de 1828.

Certa vez chegou a se referir ao Novo Mundo por intermédio de uma alegoria bastante exótica. Nós a encontramos ligeiramente apresentada na carta, de 15 de maio de 1828, a Pedro Briceño Mendez. A América, aqui, era comparada a “un medio globo que se ha vuelto loco”. Seus habitantes se encontravam atacados de um estranho frenesi. Para conter, então, esse “flotamiento de delirios y de atentatos”, introduzia-se, no meio disso, a “un loquero con un libro en la mano para que les haga entender su deber.” [II, p. 862] Mas, se em 1828 esses temores eram proferidos com freqüência, já se faziam perceber, em contrapartida, em pronunciamentos de 1827, como o dirigido a Santa Cruz em 14 de março. Nele as convulsões que a América padecia no momento se prolongariam, por “largo tiempo”, em direção ao futuro. [II, p. 478] O verdadeiro campo de batalha, contava em 1823, era mesmo a América meridional. A fragmentação e os conflitos internos constituíam, para ele, duas realidades indissociáveis: “nuestros enemigos son todas las cosas; y nuestros soldados son los hombres de todos los partidos, y de todos los países, que cada uno tiene su lengua, su color, su ley y su interés a parte.” [I, p. 845] Em meio ao caos em que dominavam as forças de desagregação somente “la Providencia” poderia dispor de algo em termos de organização. Diante de seu ceticismo quanto à eficácia da ação nem mesmo a ajuda britânica constituía exceção. Congratulava-se, por exemplo, das disposições do General Robert Wilson em defender, com um “zelo protetor”, sua “pobre causa” diante do governo britânico. Mas essas bondades, confessava, lhe oprimiam cada dia: “[...] temo que los esfuerzos generosos de los ilustres amigos de la América se pierdan en el vasto océano de la anarquía que va inundando el Nuevo Mundo.” [II, p. 768]

33.

Fosse com a adoção da constituição boliviana, a que pouco tempo antes considerava ser a única saída da anarquia, fosse com a instalação de um regime monárquico, a Colômbia não se poderia salvar. Eram estas as palavras escritas a Santander em 08 de agosto de 1826. Outra vez Bolívar associava o futuro anárquico à figura da África, que, então, se uniria intimamente ao Novo Mundo. “Ya estoy mirando venir el Africa a apoderarse de la América y todas las legiones infernales establecerse en nuestro país.” A comparação com Sila retornava, trazendo, entretanto, outros ingredientes de cunho fatalista. Se o quisesse imitar, observava, poderia retardar talvez a perda. Mas, só por um tempo. Mais ainda, depois de ter agido com os espanhóis como Nero em relação à Roma, bastava-lhe de sangue. Se havia,

antes, a desculpa de que os espanhóis fossem tiranos, o artifício, agora, de nada valeria contra os patriotas. Os paralelos, então, com personalidades romanas davam lugar, logo em seguida, a comparações com Napoleão. Ele “no ha mandado al otro mundo tantos como yo, es decir, por mi orden. Ahora, si añado a los pobres patriotas que será necesario exterminar para restablecer el orden, no habrá término para mis desgracias, pues estoy cansado de mandar, de sufrir y de quejas contra mí.” [II, p. 455] O amor à liberdade – completava – o havia impelido – como se controlasse seus ímpetos mais violentos – a seguir um ofício contrário a todos os seus sentimentos. Quase um ano depois, repetiria praticamente as mesmas palavras a Robert Wilson. “[...] no quiero pasar a las posteridad como tirano” [II, p. 617]. Uma ditadura, mesmo sendo a única saída realmente eficaz, era “el escollo de las repúblicas.” Já em 06 de julho de 1829, Páez ouviria dele: “En fin, mi amigo, yo veo hoy a la América como un inmenso caos de pasiones, de dificultades y de desordenes; y *mi imaginación se pierde al contemplar hasta que punto puede llegar nuestra fatalidad!*”²⁸⁹ [III, p. 241] Não via “ningún otro resultado que la pérdida absoluta” de seu país. Pensar outra coisa seria “quimera”. “No puedo concebir la esperanza de que Colombia se salve del incendio general de la América” [III, p. 257], dizia a Páez, em 22 de julho de 1829. “La América entera es un cuadro espantoso de desorden sanguinario. Vivimos sobre un volcán [...]”²⁹⁰ [III, p. 226] Era cada vez mais frequente nesses tempos vê-lo reduzir as esperanças às quimeras. Dizia a Leandro Palácios que, em Bogotá, pensavam que, ao mudar a forma de governo, se faria muito, “pero yo tengo la tristeza de decir a Vd. que no espero nada de ninguna forma de sistema americano.” [III, p. 261] Despontava novamente a comparação entre o Novo Mundo e a África. “Esta América es una Nueva Guinea, y debía serlo por sus principios y elementos sociales.” Mas, como o desejo realiza quimeras, completava, “nos hemos engañado como niños.”

34.

Eu tenho a desgraça de saber certas coisas com antecipação, o que me desespera mais que tudo. Era o que Bolívar declarava a Santander, já em 06 de maio de 1826, falando a respeito das intenções européias quanto às guerras independentistas. Escrevo – então em maio – um quadro horroroso do que nos espera. O pensamento, cético a ponto desacreditar qualquer ação prospectiva, contrastava sem dúvida com a sua passagem pela Jamaica, quando, então, contrariado também por adversidades de peso incalculável que não desconhecera, apontava,

²⁸⁹ Destaque meu.

²⁹⁰ Carta a Andrés de Santa Cruz (Barranca, 25 de junho de 1829).

entretanto, para poderosos caminhos. “Yo no ahorro los colores más fuertes, porque estoy tan penetrado de horror y desesperación que nada espero de bueno.” [II, p. 455] “Mis temores son los presagios del destino; los oráculos de la fatalidad.” A antevisão da alternativa trágica de futuro o levava, portanto, à fria convicção de que seus temores nunca o burlavam e de que seus presságios eram infalíveis [II, p. 836]. Via a desolação da América, enfim, tão claro como a luz do dia [III, p. 236].²⁹¹ Quase todos os acontecimentos recentes, como os tumultos no Peru em 1829, eram interpretados como um presságio seguro da fatalidade [III, p. 242] Pouco mais de um mês antes de sua morte, retirado e gravemente enfermo, contava, em Barranquilla, ao General Marianos Montilla (10 de novembro de 1830): “No crea que yo soy hombre que veo visiones, que lo que yo preveo son cavilaciones de un enfermo, sino los cálculos más perfectos de una razón experimentada.” [III, p. 505]

Confidenciava também esse sentimento a Castillo Rada, em 24 de abril de 1828, acompanhando, de Bucaramanga, os tumultuados trabalhos da Convenção de Ocaña. Para ele, o único resultado da transigência com os federalistas moderados (o partido santanderista) e com as opiniões débeis seria o decreto de morte da república. Parecia-lhe, de fato, não haver qualquer saída que pudesse controlar a situação. A possibilidade do fracasso convertia-se, à primeira vista, numa consequência inevitável. “Estoy tan penetrado de nuestra infausta posición, que creo que sea la que sea la marcha que tomemos, nunca llegaremos a un término dichoso. Esta es una confesión que puedo llamar de artículo de muerte, arrancado del fondo de mi conciencia.” É impossível para ele começar sua carta alegre e não a terminar triste, “porque la cadena de mis pensamientos se fija en el cielo y termina en el abismo.” “Es preciso tener una vista muy corta para no prever males infinitos” – acrescentava, em outra ocasião, à certeza de que não se podia esperar nada de bom da grande convenção [II, p. 851]. Os desentendimentos entre os dois partidos da Assembléia Nacional indicavam a impossibilidade de se suprir as deficiências da constituição colombiana e de estabelecer um governo forte. As tendências hostis às idéias de Bolívar eram cada vez mais claras. Ele vacilava entre ir ou não a Ocaña, tentado a experimentar o efeito do seu reconhecido magnetismo pessoal.²⁹² Mas qualquer esforço parecia inútil. De um só golpe, a frustração despertara-lhe uma visão homogênea dos últimos acontecimentos na Venezuela (desde a revolta de Páez) que destacava, com um tom de sóbrio reconhecimento, a dissolução de seu país natal. “Desde el movimiento de Valencia yo vi este país perdido y cada día lo veo acercarse al precipicio último.” [II, p. 870] Mas prevalecia ainda a confiança de que o voluntarismo político pudesse

²⁹¹ Carta a Rafael Urdaneta, 05 de julho de 1829.

²⁹² Cf. CASTRO, Moacir Werneck de. *O Libertador* cit., p. 189.

controlar as adversidades do tempo no caso de não se deixar desolar por elas (e mesmo que houvesse motivos para isso). “Cada paso, cada instante, es un escalón en que descendemos, y si mi desesperación no fuese igual al horror de nuestra suerte, hubiera perdido el juicio; pero yo me encuentro en el tremendo momento de la calma del despecho.”

A situação da república, analisava, em 15 de maio de 1828, junto a Pedro Briceño Méndez, e mais ainda das castas e denominações obrigavam a prever catástrofes horrorosas [II, p. 862]. A referência, não há dúvida, retomava dolosamente o episódio da revolta de Padilla. Mas sublevações menores como a de Cumaná, em dezembro de 1827, provocavam-lhe também diagnósticos desanimadores. O que acabava de se suceder ali, contava a Páez, “no es sino el prelúdio de lo que aun puede suceder [...]” [II, p. 733]

35.

Mesmo quando fazia questão de destacar a constância que “no desmaya y aun se fortifica con la adversidad”, aquela que tanto caracterizava seu comando ao longo das primeiras fases da revolução, não lhe passara despercebidas “las dificultades invencibles para un ciudadano.” [I, p. 617] Essas declarações traziam à tona sua reflexão sobre as diferenças entre os regimes monárquico e republicano, feita, sobretudo, durante a abertura do Congresso de Angostura. Como naquela ocasião, a retomada desses pontos tendia a exaltar a necessidade de um executivo forte que contrabalançasse, em relação ao poder legislativo, a sua debilidade. Mas, no caso colombiano, era exatamente isso que não ocorria. Sua ação, portanto, se via ainda mais limitada pela forma de estruturação do poder presidencial, acrescentando-se, de outra parte, a própria situação conjuntural do país. “Un magistrado republicano”, dizia, “constituido para esclavo del pueblo, no es otra cosa que una víctima. Las leyes de un lado lo encadenan, y las circunstancias por otra parte lo arrastran.” Poderia, sem dúvida, inverter este quadro. Mas não queria “pasar a la posteridad como tirano.”

Santa Cruz ouviria sua incisiva resolução de não se por, em Bogotá, à cabeça de “una bancarrota produzida por mil causas viciosas.” Mantinha-se convicto de que “el estado de las cosas en este país amenaza ruina y disolución.” Mais ainda, parecia que estava “destinado a vivir en medio de las tempestades [...]” [II, p. 578]

Desse modo, reconhecia que não poderia mais. O tempo quase o vencia. Estou me arrependendo de minha conduta profana, “cansado de imitar a Alejandro ando en pos de Diógenes para robarle su tinaja, o su tonel o su casa” – contava, diminuindo-se, a Olmedo, o poeta que tanto o engrandecera pelas campanhas no Peru. Sua tarefa parecia terminada, não porque consumara, com êxito, suas expectativas, mas porque o poder de sua ação desfalecia

diante das forças do tempo e das circunstâncias. “Es tiempo, pues, de que entren otros héroes a representar sus papeles, que el mío ha terminado, porque Vd. sabe muy bien que la fortuna como todas las hembras, gusta de mudanzas, y como mi señora se ha cansado de mí yo también me he fastidiado de ella.” [II, p. 893] Um sentimento, contava a Vergara em 13 de julho de 1829, lhe passaria a ser dito por seu coração cem vezes por dia: “*no puedo más*” [III, p. 248]

36.

A consciência dos limites de sua ação provocava também a alternância, quase imediata, de estados de ousadia e abnegação com os de angústia e de desolação. É o que podemos constatar numa de suas correspondências com Sucre no decisivo ano de 1824. Nela detalhava suas expectativas de levar a guerra contra Espanha para uma definitiva batalha. Mas a demora do governo (sob o encargo, na ocasião, de Santander) em destinar o contingente de 12 mil homens que solicitara com insistência interminável provoca-lhe indignação:

[...] he mandado mi demisión al congreso, manifestando mucho disgusto por la ingratitude de los pueblos. Este paso no dejará de producir algún provecho [...]. Si no hubiere [...], tendré ocasión de separarme totalmente del servicio, pues estoy resuelto a no dejar perder a Colombia en mis manos y mucho menos a librarla segunda vez; obra semejante no es para repetirla. Estoy pronto a dar una batalla a los españoles para terminar la guerra de América, pero no más. *Me hallo cansado, estoy viejo y ya no tengo que esperar nada de la suerte, por el contrario, estoy como un rico muy avaro, que tengo mucho miedo de que me roben mi dinero: todos son temores e inquietudes; me parece que, de un momento a otro, pierdo mi reputación, que es la recompensa y la fortuna que he sacado de tan inmenso sacrificio.*²⁹³ [I, p. 877]

Eu não sou tão forte para domar um mundo, contava a Santander por uma das cartas que já citamos (5 de novembro de 1826), e, desferindo seus ataques aos federalistas, “mucho menos aun para gobernarlo por ideas metafísicas y por principios morales.” [I, p. 489] A

²⁹³ Nesse sentido, entre tantas reclamações feitas por Bolívar diretamente a Santander, uma, em especial, chamava a atenção. Seus argumentos partiam, sobretudo, dos ímpetus espanhóis de reconquistar a América após a vitória de Fernando VII: “[...] debemos redoblar los esfuerzos militares para no sucumbir con estos conquistadores. Cada día esto se pone peor, cada día un nuevo *demonio* se presenta en campaña, multiplicando nuestros obstáculos y mejorando la suerte de los enemigos. Jamás he tenido más mal humor desde que estoy haciendo la guerra. Montado sobre el más vasto teatro, me veo asido de un enemigo que cuenta tantas ventajas como objetos lo rodean. Por nuestra parte no hay instrumento que no sea de muerte para nosotros [...]” (23 de janeiro de 1824) [I, p. 884]

grande eficácia de seu prestígio pessoal frente a tensões e insubordinação durante o período bélico convertia-se, agora, numa ação continuamente contestada²⁹⁴ e cuja esfera pouco podia contra os limites impostos pelos próprios obstáculos que deveriam ser superados. “Yo no puedo mejorar las cosas porque no está en mis facultades”, desabafava junto a José Fernández Madrid, “yo no puedo salirme fuera de los límites de una constitución a que debo ceñirme; yo no puedo alterar las leyes que complican nuestro sistema y últimamente no puedo ser un dios para cambiar los espíritus y las cosas.” [II, pp. 744-5] Se nos voltarmos para o ano de 1824, no dia 30 de abril, quando Bolívar, da cidade de Trujillo, falava a Sucre, uma expectativa apresentada ali pareceria uma profecia quando situada no marco da reconstrução feita até aqui. O Libertador afirmava, destacando essa passagem no conjunto do texto, que a cada dia se confirmava sua idéia de que a Colômbia se conservaria unida enquanto os libertadores se mantivessem unidos a ele. Mas, depois disso, haveria necessariamente guerras civis “y el Río de la Plata correrá por nuestras tierras.” [I, p. 943] Sua percepção parecia se antecipar à gradativa extinção dos elementos aglutinadores dos regimes republicanos que se mantiveram ao longo das guerras contra a Espanha. É certo que, para tanto, indícios não faltavam já que diversos conflitos em torno da unidade de comando bélico se fizeram sentir, por exemplo, já na Primeira República. Mas a fase da desagregação política, em termos mais precisos, havia sido, de fato, inaugurada após o fim da fase militar do movimento independentista, quer dizer, a partir a vitória de Ayacucho, ocorrida curiosamente pouco mais de meio ano depois de sua “profecia”. Em 13 de setembro de 1829, Bolívar escreveu de Guayaquil para O’Leary (numa carta já citada):

Mientras teníamos que continuar la guerra, parecía, y casi se puede decir que fué conveniente la creación de la república de Colombia. Habiéndose sucedido la paz doméstica y con ella nuevas relaciones, nos hemos desengañado de que este laudable proyecto, o más bien este ensayo, no promete las esperanzas que nos habíamos figurado. [III, p. 317]

Como se observou, essa avaliação, circunscrita aparentemente ao estado colombiano, parecia, no fundo, sintetizar o papel jogado pela ideologia republicana de Bolívar, “muy importante en tiempos de guerra”, porém, fracassada tristemente “en tiempos de paz.”²⁹⁵

Poucos me ajudam e, pelo contrário, muitos conspiram, não bastando minha vontade para que os povos recebam os benefícios de que são credores. Essas eram suas palavras a José Angel Álamo em 26 de novembro de 1829 [III, p. 368]. Mas já em 08 de outubro 1828, ele

²⁹⁴ Cf. BELLOTTO, Manoel Lelo & CORRÊA, Anna Maria Martinez. “Bolívar e a luta pela independência da América” cit., p. 29.

²⁹⁵ JAKSIC, Iván. “La república del orden” cit., p. 218.

havia reconhecido, junto ao General Juan J. Flores, que o prestígio de seu nome quase nada valia. “Tudo ha desaparecido para siempre” [III, p. 21]. Triste era “reconocer esta verdad que no admite ya duda: nosotros no podemos ya hacer nada sino vegetar entre los sufrimientos y la adversidad.” Era prudente abandonar qualquer expectativa promissora. “Renuncie Vd. las quimeras de la esperanza; el instinto solamente nos hará vivir, mas, casi sin objeto [...]. En fin, resuélvase Vd. a obrar como los demás y a someterse a las circunstancias.” Esse era a único consolo que lhe restava “después de perdido todo”. A única preocupação plausível seria com a sobrevivência. Parecia, então, se inclinar diante daquilo que (como já vimos) repudiaria, um ano depois, em correspondência com O’Leary, isto é, que a deficiência dos governos se devia ao fato dos patriotas se alienarem, durante a revolução, na contemplação dos riscos e na ânsia de evitá-los. Disso tudo admitia uma lição, amarga e inevitável, de que seu senso pragmático, por certo contra a sua própria vontade, não viria a abrir mão: “[...] un desengano vale más que mil ilusiones.” [III, p. 465]

Quando renunciou ao poder, em março de 1830, o desmantelamento da Colômbia foi somente uma questão de tempo. Essa questão certamente não havia lhe passado despercebida. Tal avaliação é encontrada na mesma carta a O’Leary. “Todos sabemos que la reunión de la Nueva Granada y Venezuela existe ligada únicamente por mi autoridad, la cual debe faltar ahora o luego, cuando queira la Providencia, o los hombres.” Tratava-se de uma resposta acentuadamente ambígua. Ela implicava, de um lado, o reconhecimento de que o projeto colombiano tributava, de fato, sua existência à ação eficaz de Bolívar; mas, de outra parte, comportava a amarga constatação de que a união era tão efêmera quanto a vida de seu mentor. “No hay nada tan frágil como la vida de un hombre [...] Muerto yo ¿qué bien haría a esta república?” Daí sua conclusão (já citada) que indicava a utilidade de se haver antecipado a separação da Nova Granada e da Venezuela ainda durante a sua vida.

Dois ingredientes fundamentais nas expectativas de Bolívar sobre a duração da Colômbia vemos aflorar ao pôr, lado a lado, as declarações de 1824 e de 1829. Na primeira, a vida do projeto colombiano era condicionada à fidelidade dos aliados ao mando do Libertador; já na última, a reunião das três administrações coloniais deveria sua pertinência aos desafios impostos pelas guerras independentistas.

Sem dúvida, era glorioso, para ele, servir à pátria, salvá-la em combate. Mas assumir o mando sem outros inimigos que os próprios cidadãos e “los hombres del pueblo que se llaman víctimas” tornava-se algo “muy odioso”. Ele relacionava a Santander, em 07 de junho de 1826, uma série de desastros que afetavam a república, alguns deles referentes à rebelião de Páez, dos quais se considerava, entretanto, isento de culpa. Tratava-se de coisas que fugiam de seu raio de comando e que tampouco poderiam ter sido criadas por ele. Fazia, pois, questão de firmar sua preferência, que não escondera inúmeras vezes, pela atividade militar em relação à administrativa (*yo no me he constituido para presidente sino para soldado*). Estava cansado de mandar. “Yo he sacrificado todo por la patria y por la libertad de ella; pero no puedo sacrificarle el carácter noble del hombre libre y el sublime título de Libertador.” Para salvar a pátria, completava, deveria ter sido um “Bruto” e, para conter uma guerra civil, um “Sila”: antes, porém, de assumir um caráter que não lhe convinha, perderia tudo se fosse preciso, “la vida misma.” [II, p. 403]

38.

Nesse marco, a desilusão quanto aos rumos da república colombiana e do Novo Mundo passaria a marcar os diversos documentos deste período, em ritmo relativamente crescente, com ameaças de renúncia e, mais ainda, de exílio. Uma delas era exposta a Santa Cruz, em 14 de outubro de 1826. Não estava disposto a voltar para a Colômbia se as reformas que deveriam lá se implementar não se conformassem a suas idéias. “[...] ¡por Dios! Conserve Vds. eso en estado de que yo lo ame; pues de otro modo, me voy hasta Europa y no pienso más en América, para no flotar perpetuamente en medio de mil agitaciones convulsivas.” [II, p. 482] Nos meses que antecederiam à Convenção de Ocaña, mas ainda em dezembro de 1827, a simples consideração da possibilidade de se estabelecer o sistema federal causava-lhe uma reação imediata, do mesmo tipo: “ese mismo momento me embarco y me voy para Europa.” [II, p. 741] (Há também, neste caso, variações do tipo “[...] el día que se proclame [o federalismo] en Colombia será el último de mi permanencia.” [II, p. 832])²⁹⁶ Outra queixa, tecida já no início de 1828, acompanhando o mesmo núcleo que exaltava a insuficiência de qualquer medida que contornasse os problemas endêmicos, parecia antever os principais resultados da Assembléia Nacional. “Yo no veo modo humano de mantener a Colombia, la convención nada hará que valga, y los partidos, la guerra civil será el resultado.”

²⁹⁶ Carta a Gerónimo Pompa, 21 de abril de 1828. Vide também a Carta ao General Pedro Briceño Mendez de 23 de abril de 1828, II, pp. 834-5.

Com sua autoridade tão contestada pelos partidos que eclodiam, prosseguia com amargura, nada poderia fazer:

Para evitar este conflicto claman por mí; ¿pero qué haré yo, cuando por todas partes me faltan; cuando me llaman tirano porque hago cumplir una ley, y últimamente, cuando se ha hecho ya casi un deber prodigarme insultos, y tenerme por ambicioso? ¿En esta terrible y desagradable posición qué haré yo? Yo sé el mejor partido, y es abandonar el país? [II, p. 750]

Não lhe era possível pensar em outra coisa além de desprender-se das relações que tinha com a Colômbia. Esse sentimento, externado numa carta a A. L. Guzmán de 16 de janeiro de 1828, continha, entretanto, um ligeiro acréscimo que especificava, sobretudo, a natureza do motivo que lhe faria ir embora. Sua preocupação maior (como já vimos) girava em torno das formas pelas quais a posteridade acabaria recebendo sua memória. A ser lembrado como o presidente das exéquias da república que havia criado preferiria manter o já consagrado título de Libertador. Eu não devo viver mais na Colômbia, dizia, e tampouco tenho com que viver fora dela. “Sin embargo, me iré luego que me sea permitido, no porque tema las calamidades futuras, sino porque no quiero que me las atribuyan y tenga yo que presidir al entierro de Colombia.” [II, p. 756]. Desde então, “desengañado” de que seus “desvelos” eram “nulos” e de que “la recompensa es la ingratitud”, olharia cada vez mais para a Europa como ao maior asilo do resto de sua vida [II, p. 760]²⁹⁷.

Sua resolução parecia ainda mais inabalável, quando, em 13 de abril do mesmo ano, assegurava a Pedro Briceño Mendez que só um milagre o impediria de abandonar o país “inmediatamente que la gran convención decida de su suerte”. Não haveria, para ele, como esperar outras decisões da assembléia nacional que não fosse “un retardo de la caída final. Es decir, una existencia de dos, tres o cuatro años para sucumbir con mayores desastres.” [II, p. 825] Chegou a pensar, certa vez, que o partido de Santander conseguiria, na convenção, estabelecer ardilosamente a federação mas sem referência ao nome. De qualquer forma, tratava-se, para todos os efeitos, de um sistema federalista que conservaria, a todo custo, a estrutura da Constituição de Cúcuta. Mais ainda, as modificações se dariam de tal modo que o governo central ficaria tão débil como o desejo inicial dos “facciosos y anarquistas.” Assim previa, considerando-se fortemente tentado pela possibilidade do asilo na Venezuela. Tal alternativa aparecia mais detalhada na correspondência com Rafael Urdaneta, de 07 de maio, durante a realização da convenção, embora atenuada pela expectativa de que resultados ainda fossem favoráveis. Assim, suas “ganas de ir a Venezuela a mejorar su organización de un

²⁹⁷ Carta a Joaquín Mosquera, 22 de janeiro de 1828.

modo u outro” estavam nas mãos dos deputados de Ocaña [II, p. 850]. Seu desapontamento atingira tal ponto que uma resolução mais firme não poderia ser totalmente descartada (muito embora sempre relutasse em seguir esse caminho). “Estoy convencido de que si combato triunfo y salvo el país y Vd. sabe que yo no aborrezco los combates.” Sabia que seus opositores o contestariam por combater contra “la voluntad de los buenos que se llaman libres y moderados”. Indignado pela inoperância dos federalistas diante da crise endêmica, estabelecia uma imagem acentuadamente irônica do que seria das lutas independentistas nas mãos de seus opositores. “Me responderán [ainda] que no consulté a estos mismos y buenos y libres para destruir a los españoles y que desprecié para esto la opinión de los pueblos.” Daí sua mordaz conclusão: “[...] pero los españoles se llamaban tiranos, serviles, esclavos y los que ahora tengo al frente se titulan con los pomposos nombres de republicanos, liberales, ciudadanos. He aquí lo que me detiene y me hace dudar.” [II, p. 851]

39.

No seu penúltimo ano de vida (1.º de junho de 1829) revelava seu desejo de não querer ser mais a vítima de sua consagração “al más infame pueblo que ha tenido la tierra.” [III, p. 207] A América que ele havia libertado de seus inimigos e a qual havia dado “una libertad que no merece”, despedaçava-lhe diariamente “de un extremo a otro con todas las furias de sus viles pasiones.” Era-lhe impossível suportar “el escarnio de todos los liberales del mundo que prefieren los crímenes de la anarquia al bienestar del reposo.” Não queria ser um mártir. “Dudo que haya derecho para exigírseme que expire en el suplicio de la cruz [...]” [III, p. 305] Chegava, nesse sentido, a estabelecer um curioso paralelo entre si mesmo e a figura de Jesus (uma comparação que tendia a realçar eloqüentemente a desproporção entre os seus limites, como homem, e as insondáveis adversidades do mundo). “Jesucristo sufrió treinta y tres años esta vida mortal: la mía pasa de cuarenta y seis; y lo peor es que yo no soy un Dios impasible, que si lo fuera, aguantaría toda la eternidad.”²⁹⁸ Estava resolvido a não tomar sobre suas “débiles fuerzas responsabilidades de tanta superioridad.”²⁹⁹ [III, p. 310]

Na linguagem de Bolívar vemos surgir, por esse tempo e a todo momento, termos como traidores, ingratos, pérfidos. Chegou-se até mesmo a definir sua voz como uma espécie de “necrológio antecipado” em relação ao futuro da América.³⁰⁰ Mas, amparados na ampla

²⁹⁸ Carta (já citada) a Joaquín Mosquera, escrita, de Guayaquil, em 03 de setembro de 1829.

²⁹⁹ Carta a José María del Castillo Rada (Guayaquil, 06 de setembro de 1829).

³⁰⁰ Cf. CASTRO, Moacir Werneck de. *O Libertador* cit., p. 201.

documentação, os exemplos anteriores que trouxemos à luz comprovam que, senão a exagerada noção de “necrológio”, os prognósticos negativos em relação à América adiantavam-se ainda mais em relação ao final da vida do Libertador. De qualquer forma, é inevitável reconhecer que a destruição gradativa de seu sonho de unidade de uma grande América, ainda mais visível nessa época, arrancava-lhe lamentos patéticos. Toda tentativa de compreender a destruição insaciável do que havia construído parecia fugir de seus limites humanos e, no fim, se esvaír diante de sua perplexidade.

Não podia suportar, por exemplo, a acusação cometida contra ele de que fosse um usurpador. “¡Yo usurpador! una usurpación cometida por mi! Mi amigo”, escrevia a Estanislao Vergara, “esto es horrible; yo no puedo soportar esta idea, y el horror que me causa es tal que prefiero la ruina de Colombia a oirme llamar con ese epíteto.” [III, p. 247] Aos opositores devolvia-lhes a acusação, retrucando que a Colômbia não poderia suportar nem a liberdade nem a escravidão, de modo que “mil revoluciones harán necesarias mil usurpaciones.” [III, pp. 247-8] Lamentando a morte do pai de Joaquín Mosquera, Bolívar atingia o extremo de conceber a morte como um consolo diante da frustração pela causa da América. “[...] ¿para qué había de vivir sino para aumentar su martirio? Estos hombres, esta vida y esta revolución son bastante para hacer aborrecer la existencia más afortunada.” [III, p. 250] Os que ficam sentem pelos que se vão, “aunque sabemos que la vida es un mal” [III, p. 304] – diria pouco tempo depois a Mosquera (em 03 de setembro de 1829). “[...] la muerte es la cura de nuestros dolores.” Dez dias depois, advertia a O’Leary que seu estado de saúde apresentava um aspecto sem precedentes em toda a sua vida. Convencia-se de que suas forças se esgotavam quase todas. Mas não era só isso. Sua “robustez espiritual” sofria, também, “mucha decadencia”, o que não deixava dúvida de que se sentia “sin fuerzas para nada y que ningún estímulo puede reanimarlas.”

Outro recuo no tempo, agora de oito anos, demonstrará que, de fato, esse enredo de advertências não ficava restrito unicamente ao período subsequente a Ayacucho. Bolívar contava, em 13 de setembro de 1820, a Santander [I, p. 496] que, sentindo-se molestado pelas intrigas dos legisladores, se confirmava ainda mais a impossibilidade de se “mantener el equilibrio” nas repúblicas que se formavam. “Será un milagro”, dizia, “si salvamos siquiera el pellejo de esta revolución.” Estava disposto, então, a separar-se do mando antes mesmo da instalação do Congresso de Cúcuta.

40.

Quatro dias depois, entretanto, os “espantosos [...] precipicios que rodean esta república” o imobilizavam, quanto à escolha do que fazer para impedir a dissolução da Colômbia.

No hay una base sólida y fija, no sé sobre que debemos contar, y de esto estoy cada vez más persuadido. Yo deseara poderme mover, pero no sé de que manera, de suerte que si los nuevos peligros que van a sobrevenir no me indican el camino que debo seguir, tenderé que permanecer en la inacción, porque yo no veo más que incertidumbres y amenazas [II, p. 875]

Lembrava, novamente, seu desejo de se retirar para a Venezuela “a servir hasta donde [...] se posible”, caso a constituição de Ocaña não se adaptasse à situação em que se encontrava a Colômbia. Mas a consideração pelo desejo de seus amigos o obrigavam “a estar en la inacción aguardando un porvenir tan dudoso.” [II, pp. 871-2] Já no ano da concretização de um dos maiores de seus projetos, quer dizer, o da Colômbia, em 1821, se referia, numa rápida carta a Santader, à Venezuela como um país que “presenta el aspecto de un pueblo que, repentinamente, sale de un gran letargo, y nadie sabe cual es su estado, ni lo que debe hacer, ni lo que es.” [I, p. 572] Naquele tempo a situação já era descrita por ele como um caos. Nada se podia fazer de bom “porque los hombres buenos han desaparecido, y los malos se han multiplicado.” Antecipava-se ao se persuadir de que “sólo un milagro” poderia preservá-los “de una guerra civil”.

41.

Todos esses ingredientes culminavam com um documento de conteúdo enigmático, quase obscuro, devotado em grande parte, por uma linguagem predominantemente poética, a uma vertigem sobre o tempo.³⁰¹ Estamos nos referindo ao célebre “Mi delírio sobre el Chimborazo”, de 1823. A passagem alude a um confronto entre Bolívar e (ao que tudo indica) *Chronos*. (É certo que o Libertador não menciona tal nome para designar seu temeroso

³⁰¹ MORA, Pablo. “Bolívar escritor ante el espejo de la crítica”, In: *Espéculo*. Madrid: Universidade Complutense, 12 (1999) p. 19, trata o “Mi Delirio sobre el Chimborazo” como um poema pessimista que expressaria a crise ideológica vivido pelo Libertador depois de Carabobo. GOMES, Miguel. “Poder, alegoría y nación en el neoclasicismo hispanoamericano”. In: *Hispanic Review*. Pennsylvania: Universitu of Connecticut-Storrs, 1 (2005), 2005, p. 52, enfatiza que o poema desprende o discurso alegórico dos contextos legislativos ou informativos, aproximando-o “sin tapujos” aos âmbitos da “ficção” neoclássica.

interlocutor, chamando-o, na verdade, de “Tempo” e “fantasma”; contudo, as características físicas com as quais o descreveu induzem a supor que se tratasse mesmo da divindade grega do tempo.) A densidade simbólica do documento para o núcleo de temores que aqui reconstruímos impõe transcrições literais do referido trecho.

A descrição ressalta, no início, um tipo de estado vertiginoso e abissal de Bolívar, um plano de percepção transcendente aos seus próprios limites de tempo e espaço.³⁰²

Un delirio febril embarga mi mente; me siento como encendido por un fuego extraño y superior. Era el Dios de Colombia que me poseía.
De repente se me presenta el Tiempo bajo el semblante venerable de un viejo cargado con los despojos de las edades: ceñudo, inclinado, calvo, rizada la tez, una hoz en la mano...

Parece, então, querer demonstrar a Bolívar o seu engano ao se imaginar suficientemente poderoso, qual um deus, para controlar o tempo.

“Yo soy el padre de los siglos, soy el océano de la fama y del secreto, mi madre fue la Eternidad; los limites de mi imperio los señala el Infinito; no hay sepulcro para mí, porque soy más poderoso que la Muerte; miro lo pasado, miro lo futuro, y por mis manos pasa lo presente. ¿Por qué te envanece, niño o viejo, hombre o héroe? ¿Crees que es algo tu Universo? ¿Qué levantaros sobre un átomo de la creación, es elevaros? ¿Pensáis que los instantes que llamáis siglos pueden servir de medida a mis arcanos? ¿Imagináis que habéis visto la Santa Verdad? ¿Suponéis locamente que vuestras acciones tienen algún precio a mis ojos? Todo es menos que un punto a la presencia del Infinito que es mi hermano”.

O Tempo, portanto, faz-lhe uma advertência. A ação prospectiva, criadora e eficaz, e o planejamento consciente sobre o futuro, ingredientes, que, como vimos, compõem o núcleo da experiência moderna do tempo, não são nada mais que uma ilusão. Em vez disso, o homem se envaidece, pensando que se levantar sobre um átomo da criação é elevar-se. Qualquer esforço, contudo, por controlar o tempo por meios tão somente humanos conduz não ao domínio sobre ele, mas à maior das servidões. O tempo, portanto, não só se esvai por entre as mãos, escapando ao governo dos homens por mais que eles tentem barrá-lo e assujeitá-lo³⁰³, mas

³⁰² Quanto à transcendência do espaço, falava, por exemplo, nas primeiras linhas do delírio: “Yo venía envuelto con el manto de Íris, desde donde paga su tributo el caudaloso Orinoco al Dios de las aguas. Había visitado las encantadas fuentes amazónicas, y quise subir al talaya del Universo. Busqué la huellas de La Condamine y de Humboldt seguías audaz, nada me detuvo; llegué a la región glacial, el éter sufocaba mi aliento. Ninguna planta humana había hollado la corona diamantina que pusieron las manos de la Eternidad sobre las sienas excelsas del dominador de los Andes. Yo me dije: este manto de Iris que me ha servido de estandarte ha recorrido en mis manos sobre regiones infernales, ha surcado los ríos y los mares, ha subido sobre los hombros gigantescos de los Andes; la tierra se ha allanado a los pies de Colombia [...]” [III, p. 729]

³⁰³ Cf. DOMINGUES, Ivan. *O fio e a trama* cit., pp. 39, 43, 51-2 e 57.

demonstra, inexoravelmente, que toda obra não chega a ser mais que “un punto a la presencia del Infinito.”

Sobrecogido de un terror sagrado, “¿cómo, ¡oh Tiempo! – respondí – no ha de desvanecerse el mísero mortal que ha subido tan alto? He pasado a todos los hombres en fortuna, porque me he elevado sobre la cabeza de todos. Yo domino la tierra con mis plantas; llego al Eterno con mis manos; siento las prisiones infernales bullir bajo mis pasos; estoy mirando junto a mí rutilantes astros, los soles infinitos; mido sin asombro el espacio que encierra la materia, y en tu rostro leo la Historia de lo pasado y los pensamientos del Destino.”

Mas, para Bolívar, tomado pelo sentimento primordial do fenômeno religioso, o “terror”, sua situação, a de um “miserio mortal”, impunha paradoxalmente o reconhecimento de seus próprios limites. De um lado, a ascensão rápida e quase ininterrupta, desde a explosão do movimento independentista, de seu comando militar sobre a revolução numa vasta área continente; de outro, um período marcado por dificuldades com lideranças políticas no Peru, o problema principal da revolução americana, que passariam a repugná-lo mais que aos espanhóis. A experiência mística, que lhe revelara segredos a partir de sua própria proeminência, culminava, então, com a visão extática, no rosto do Tempo, da “Historia de lo pasado” (passado) e os “pensamientos del Destino” (futuro).

“Observa, – me dijo – aprende, conserva en tu mente lo que has visto, dibuja a los ojos de tus semejantes el cuadro del Universo físico, del Universo moral; no escondas los secretos que el cielo te ha revelado: di la verdad a los hombres.”
La fantasma desapareció.” [III, p. 730]

Será que a posição privilegiada de Bolívar, que o fizera crer que seu lugar lhe concedia a percepção quase onisciente dos desdobramentos da revolução no tempo e no espaço, não era a mesma que lhe impusera o fardo de diagnosticar, ao mesmo tempo, os males futuros?

42.

Percebido como herança que resistia, nos combates do tempo presente, às tentativas deliberadas de destruí-lo, o passado hispânico convertia-se, para Bolívar, em alternativa potencial de futuro para os rumos da revolução. Tratava-se, pois, de uma possibilidade realmente ameaçadora e, por isso mesmo, nunca desprezada nos seus prognósticos temerosos. Antes, a luta contra os espanhóis despontava nos seus discursos como um conflito entre o

passado e o futuro, ao passo que, agora, o combate às forças desagregadoras, sempre vistas como o legado do colonialismo, constituía uma tensão entre duas possibilidades antagônicas de futuro. Tudo indicava que a reconstrução da experiência bolivariana do tempo confirmava uma estrutura de relações assimétricas entre as percepções de passado e de futuro. Mas a descoberta, nela, de um núcleo de temores levou-nos, em contrapartida, à coexistência de associações simétricas entre as duas figuras do tempo. Da convergência entre passado e futuro emergia, agora, uma divergência de expectativas, isto é, a projeção de futuro calcada essencialmente sobre esperanças e temores. Mas esse mecanismo comportava também (se pudéssemos visualizá-lo de forma figurada) a direção inversa, operando, no conjunto, por intermédio de movimentos circulares:

- a)* determinados temores de fracasso evocavam certas facetas do passado hispânico
- b)* e de certas facetas do passado hispânico se projetavam determinados temores de fracasso.

A experiência temporal no discurso bolivariano era indissociável de conteúdos políticos já que (como vimos) as guerras de independência eram traduzidas como o conflito do futuro contra a ordem do passado: o presente, portanto, é sempre o palco em que passado e futuro se entrecruzam. Os elementos que reconstruímos da experiência bolivariana do tempo histórico permitem, ao que tudo indica, a formulação de uma hipótese minimamente plausível. Ela permite refutar a unilateralidade das explicações que abordam a experiência revolucionária em termos de assimetria. Assim, nosso itinerário pareceria ter chegado a um termo. Mas, na verdade, qualquer tentativa de uma resposta de fundo, a esta altura, seria ainda precipitada, por deixar escapar uma faceta sem a qual a experiência do tempo de Bolívar não seria captada em sua abrangência. Com efeito, o risco de uma conclusão até poderia ser assumido se omitíssemos, por trás do discurso bolivariano, a complexidade de um núcleo fundamental, ainda não contemplado, na relação entre passado e futuro. Estamos falando de um passado sempre evocado em termos positivos, isto é, um passado ligado até mesmo à herança colonial, mas que, ao contrário, não deveria ser destruído.

MEMÓRIA, PERMANÊNCIA, EVASÃO

1.

Mais difícil do que subjugar um povo livre é tirar um da escravidão. A tão conhecida máxima de Montesquieu despontava na Carta de Jamaica como uma verdade que parecia transcender qualquer circunstância. Mas a ela Bolívar acrescentava um argumento cuja força retórica remetia a uma fórmula não menos célebre. “Esta verdad está comprobada por los anales de todos los tiempos, que nos muestran, las más de las naciones libres, sometidas al yugo, y muy pocas de las esclavas recobrar su libertad.” [I, p. 168] As fórmulas montesquianas, às vezes escondidas ao longo das reflexões de Bolívar, retornariam com destaque ainda maior no Discurso de Angostura.

Mas algo chama logo a atenção na natureza do comentário de 1815. Com efeito, o pano de fundo de suas palavras manifestava o núcleo semântico da *História* como mestra da vida. Vimos que, em 1819, o Discurso de Angostura, talvez mais do que em outros momentos, endossava essa compreensão fundamental. Que a história, observava, nos sirva de guia sobre os perigos que devemos evitar na fundação das repúblicas americanas! [III, p. 683]. Mas uma versão essencialmente análoga aparecia também noutra circunstância. Em 23 de dezembro de 1822, Bolívar queixou-se a Santander das dificuldades que tinha a representação nacional da Colômbia para reunir-se. Tal quadro, de imediato, lhe suscitava uma triste questão. Seria mais fácil remediar tal problema ou atender às necessidades da guerra que inevitavelmente impunha esse mesmo estado? A fragmentação só enfraquecia o poder, tornando-o inferior às potências da época; em resumo, era a sua própria destruição. Neste

momento, entrava em ação, pois, o mesmo esquema de releitura das referências montesquianas vista acima, mas, agora, aplicado à evocação de Rousseau.

Anoche leí a Rousseau, hablando de la pequeña república de Ginebra, *que la mole de un grande estado se conserva y marcha por si misma, y que la menor falta en uno pequeño lo arruina*. Al instante eché la vista sobre la historia y encontré que los grandes imperios se han conservado indestructibles a pesar de las muchas guerras y sacudimientos, y que las pequeñas naciones, como Caracas, han sido sumidas en la nada por un conquistador, un mal ciudadano, o un terremoto. [III, p. 708]

É possível entrever nesse elenco de formas elásticas a pressuposição de um espaço de experiência supostamente contínuo, ou melhor, uma pré-compreensão geral das possibilidades humanas num contínuo universal da história. Uma tal perspectiva foi acertadamente condensada na premissa que apontava para a similitude potencial entre os acontecimentos. “La *Historie* puede enseñar a los contemporáneos o a las generaciones posteriores a ser más inteligentes o relativamente mejores, pero sólo si los presupuestos para ello son básicamente iguales, y mientras lo sean.”³⁰⁴ De fato, somente uma perspectiva dessa natureza parece explicar os paralelos intermináveis que Bolívar traçava entre o espaço de seu tempo, de um lado, e as referências a acontecimentos que lhe eram tão alheios, de outro. A pré-compreensão geral das possibilidades humanas num contínuo universal da história continha uma estrutura temporal bem específica. Ela se figurava, a despeito das transformações possíveis, pela ordem das permanências, possibilitando, assim, a vigência da utilidade dos exemplos.³⁰⁵

2.

A expressão *historia magistra vitae* – que Cícero cunhou apoiando-se em exemplos helenísticos – não era certamente desconhecida por Bolívar. Um sólido indício reforçaria duplamente essa possibilidade: (1) a obra de Cícero era, sem dúvida, familiar ao Libertador; (2) mais ainda, essa proximidade se inseria no núcleo de alusões paradigmáticas aos clássicos da Antigüidade, o que induz, sem receios, a constatação de que a máxima latina era para ele uma referência imprescindível.

Não é nenhuma novidade que, no discurso bolivariano, o componente do humanismo cívico e seu ideal de liberdade, tão associado ao voluntarismo político da modernidade, era o das repúblicas antigas. O conceito de *virtude política*, observado desde o “Manifesto de

³⁰⁴ KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro pasado* cit., pp. 42-3 (“*Historia magistra vitae*”).

³⁰⁵ *Ibidem*, p. 43.

Cartagena” (1812), evocava-se sempre como ingrediente fundamental do êxito da república romana (além do exemplo dos Estados Unidos).³⁰⁶ Ao contrário do que se possa presumir à primeira vista, Bolívar apresentava, aqui, uma característica típica da Ilustração.

Manifestó una gran cercanía a las obras de Plutarco, Julio César, Tácito, Cicerón, Ovídio y Virgilio cuyos libros lleva consigo incluso en sus campanas militares. Las múltiples referencias de Bolívar a los autores clásicos que se encuentran en su correspondencia se refieren a ejemplos de virtud política y a líderes como Alejandro el Grande, Julio César y Nerón; fundadores de repúblicas como Teseo, Licurgo y Pompilio Numa; filósofos y tribunos como Platón, Séneca, Cicerón y Catón y varios héroes extraídos de la *Ilíada*, la *Odisea*, y la *Eneida*. No debiera resultar sorprendente, entonces, que el republicanismo de Bolívar estuviese influido por las fuentes clásicas, como ocurrió también con los líderes de las revoluciones norteamericana y francesa.³⁰⁷

Essa passagem, aliás, permite supor a possibilidade de inserir a experiência bolivariana num contexto histórico de amplitude maior.

3.

Foi sublinhada várias vezes a tese de que a modernidade, de um modo geral, pôde camuflar-se ou exprimir-se sob as cores do passado. Eloqüente, nesse sentido, era o caso Revolução Francesa ao consagrar o gosto pela Antigüidade.³⁰⁸ De fato, cada um dos termos e conceitos correspondentes ao *antigo* e ao *moderno* nem sempre se opôs um ao outro. Qualquer um dos dois podia ser acompanhado de conotações laudatórias ou pejorativas. Desse modo, um componente fundamental da luta dos modernos contra o antigo era, paradoxalmente, a *moda retro*.³⁰⁹ Uma das especificações mais cabais desse conteúdo circunscrevia-se à coincidência entre as expectativas pedagógicas do tempo ilustrado e a tarefa usual da *História*.³¹⁰ Ambigüidades dessa dimensão eram freqüentes na experiência

³⁰⁶ MARTINEZ, Nelson. *Simón Bolívar*, cit., p. 88, adverte que o conceito romano de virtude republicana foi por Bolívar acolhido através das assembléias da Convenção durante a Revolução Francesa.

³⁰⁷ JAKSIC, Iván. “La república del orden” cit., pp. 205-6.

³⁰⁸ Cf. LE GOFF, Jacques. *História e memória* cit., p. 219. GRESPAN, Jorge. *Revolução francesa e iluminismo*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 58, interpreta, nesse sentido, que para Voltaire, no *Ensaio sobre os costumes*, o método da filosofia da história tem uma função muito importante. “Trata-se de combater os preconceitos e as superstições, especialmente as que seriam propagadas pela Igreja. Ele adota a estratégia de mostrar que ‘aquilo que acreditamos ser antigo é moderno’; ou seja, ele quer destruir a vulnerabilidade de certas crenças religiosas, mostrando que elas não são antigas, não são eternas, não são divinas, mas ao contrário, invenções recentes do homem. Aqui a diferença entre o passado e o presente é o elemento essencial para a história cumprir um papel desmistificador.” Mas trata-se, na verdade, de uma dupla forma de argumentação, já que Voltaire também inverte as palavras e, neste caso, a estratégia “seria mostrar que aquilo que acreditamos ser moderno é, de fato, antigo.”

³⁰⁹ Cf. LE GOFF, Jacques. *História e memória* cit., p. 168.

³¹⁰ Cf. KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro pasado* cit., p. 46.

temporal da modernidade. Embora o essencial se jogasse conceitualmente do lado moderno, o conteúdo histórico adquirido pelo “antigo” teve muito peso na luta travada pela emergência dos novos valores. “Também o moderno, na sua luta contra o antigo, será levado a aliar-se às outras antiguidades [...]”.³¹¹ A convergência desse princípio geral e das evocações permanentes, no discurso bolivariano, a modelos da Antigüidade permite supor, nestes casos, que a exemplaridade do passado era algo mais do que uma aceitação simplesmente aparente. Mas o âmbito das lições da história abrangia, também, as alusões ao recente passado revolucionário. Escolhia-se, então, o exemplo do Haiti. Bolívar insistia com Santander, em 20 de abril de 1820, na necessidade de se vincular a utilização de escravos no serviço das armas à abolição. As bases militares do Libertador (que estava, ao escrever a Santander, em San Cristóbal) assentavam-se, nesse período, sobre a região de Cúcuta, na borda entre a Venezuela e a Nova Granada.³¹² Esperava, então, reunir forças e armas para um combate mais decisivo contra os realistas. As razões militares, segundo ele, para se defender a manumissão eram óbvias; porém, as políticas eram ainda mais poderosas. Se o Congresso de Angostura havia declarado a liberdade dos escravos de direito e ainda de fato (apesar de seu escasso esforço em aplicá-la), era porque tinha presente (outra vez) a referência clássica de Montesquieu. De acordo com ela, os escravos tornam-se facilmente inimigos da sociedade, porque, não sendo livres e contemplando aqueles que o são, estão mais expostos ao perigo das revoltas sociais. O discurso bolivariano incrementava o argumento com a usual reconstrução que conectava preceitos do pensamento ilustrado com a instrução histórica. “Es, pues, demostrado por las máximas de la política, sacada de los ejemplos de la historia, que todo gobierno libre que comete el absurdo de mantener la esclavitud es castigado por la rebelión y algunas veces por el exterminio, como el Haití.” [I, p. 425]

4.

Uma constatação do gênero, entretanto, suscita logo um obstáculo para a qualidade temporal atribuída, não poucas vezes, à experiência que havíamos reconstruído, na primeira parte, a partir do discurso bolivariano. Como explicar a emergência, no seio de uma

³¹¹ Cf. LE GOFF, Jacques. *História e memória* cit., p. 172.

³¹² Cf. LYNCH, John, *Las revoluciones hispanoamericanas* cit., p. 213.

experiência progressista do tempo – que pulverizava a exemplaridade histórica – de traços fundamentais de uma continuidade que fundia o passado com o futuro?

Tudo indicava que a qualidade temporal do discurso bolivariano parecia, de fato, confirmar a nova forma de coordenação entre o passado e o futuro verificada de modo geral na Ilustração tardia. A assimetria entre passado e futuro anulava a evidência de um passado exemplar. O mundo moderno, ao pretender implantar o futuro no presente, livrava-se de toda referência ao passado.³¹³ A mudança de perspectiva verificada a partir de 1780 convertia o tempo da história num singular coletivo que envolvia, num plano único e universal, os acontecimentos particulares. O tempo histórico, assim, não era mais o passado, mas a antecipação subjetiva, pela experiência da aceleração, do futuro, a eterna novidade. A história (disponível à ação humana e, ao mesmo tempo, convertida numa entidade que dominava os homens) deixava para trás toda a exemplaridade repetível.³¹⁴ O contexto das revoluções, de fato, inaugurava a época das simplificações contra a sociedade estamental: “de las libertades se hizo la libertad, de las justicias, la justicia única, de los progresos (*les progrès*, en plural), el progreso, de la multiplicidad de revoluciones, *La Révolution*.”³¹⁵ O sucesso histórico-lingüístico da *História* como um singular coletivo conferiu à unicidade da revolução a posição central no pensamento ocidental de fins do século XVIII. O conceito de história da escola histórica alemã, tornado evidente na Revolução Francesa, atribuía aos sucessos humanos uma força imanente que a tudo interconectava. Um plano oculto ou patente impulsionava os acontecimentos, pulverizando, assim, a exemplaridade do passado. Diante da aceitação tácita do conceito unitário de história, qualquer tipo de referência ao modelo da *Historia magistra vitae* seria fruto de uma adesão aparente, possível, então, somente no campo político-ideológico.³¹⁶ Mas, se essa exemplaridade havia, de fato, fracassado, como explicar a sua incontestável presença no pensamento revolucionário de Bolívar?

5.

Outros exemplos sobre a preocupação de Bolívar em edificar para a posteridade a memória da experiência revolucionária tendem a complicar o quadro. Agradecia Bolívar a De Pradt (1759-1837), antigo arcebispo de Malinas (Bélgica), pela carta que lhe havia enviado:

³¹³ Cf. REIS, José Carlos. *Nouvelle histoire e tempo histórico* cit., 1994, p. 13.

³¹⁴ Cf. KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro pasado* cit., pp. 52-3.

³¹⁵ *Ibidem*, p. 56.

³¹⁶ *Ibidem*, pp. 56-7. Koselleck cita, neste caso, o exemplo de Ranke.

“[...] ella graba mi nombre en *las tablas del templo de la Memoria* con ese buril incomparable que hace resplandecer cuanto toca. Si yo tuviese algo de común con un gran príncipe imitaría el dicho de Filipo, y me diría a mí mismo, mi felicidad no es haber nacido, sino haber venido al mundo cuando existía De Pradt, porque él da la inmortalidad a todo lo que su pluma escribe [...]” [I, p. 770]

Em várias ocasiões Bolívar parecia, de fato, estar preocupado, mesmo que aparentemente ressaltasse o contrário, com a recepção, pela posteridade, de determinadas representações de sua memória.³¹⁷ “El estado de Cartagena en recompensa de mis servicios”, dirigiendo-se ao Presidente do Governo Geral da Nova Granada, “a aquella provincia, ha hecho inscribir mi nombre en letras de oro con los dictados más lisonjeros que pueden honrar la memoria de un mortal.” Quando escrevia, em 17 de maio de 1816, ao General Juan Bautista Pardo, chefe das tropas espanholas em Pampatar, não disfarçou o temor de que a posteridade lhe atribuísse o sangue a ser derramado nas campanhas na Venezuela e na Nova Granada. Mas, para ele, havia um consolo incontestável. Os documentos autênticos de sua filantropia, o elemento suficientemente justo para destinar à execração universal os únicos culpados que eram os espanhóis, convertiam esse frágil temor em inabalável esperança [I, p. 191]. Bolívar parecia estar profundamente convencido (seu esforço em demonstrá-lo era, pelo menos, evidente) de que o sacrifício do mando, efeito de sua fortuna, anunciava-lhe, não menos, a glória futura. (Tratava-se, portanto, de um fardo ambivalente.) Acreditava que a memória de sua integridade moral, no fim das adversidades, se manteria intacta e vitoriosa perante os tribunais do tempo. Escrevia, nesse sentido, ao Presidente das Províncias Unidas, nas vésperas de seu exílio na Jamaica, justificando sua renúncia ao mando do exército: “[...] confío en que, mis compatriotas y el mundo entero, puedan valorar justamente mi conducta, y decidir si

³¹⁷ Mas essa preocupação, sem dúvida, tocou também a outras lideranças que se ocuparam com a gesta da emancipação e a administração pública por terem sistematizado diretamente uma historiografia testemunhal (o que não foi o caso de Bolívar). QUINTERO, Inés. “El surgimiento de las historiografías nacionales: Venezuela y Colombia desde una perspectiva comparada”. In: *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*. Caracas: Academia Nacional de la História, 347 (2004), pp. 48-54 (“La historiografía testimonial”), relaciona, nesse sentido, uma lista de nomes e obras de personalidades que apresentaram a dupla condição de historiador e protagonista. Na Colômbia: Francisco de Paula Santander. *Apuntamientos para las memorias sobre Colombia y la Nueva Granada*. Bogotá, 1837. Francisco Soto. *Mis padecimientos políticos y mi conducta pública desde 1819 hasta hoy*. Bogotá, 1841. José María Obando. *Apuntamientos para la historia*. Bogotá, 1842. José María Samper. *Apuntamientos para la historia de la Nueva Granada*. 1853. Joaquín Posada Gutiérrez. *Memorias histórico políticas*. Bogotá, 1865-1881. José María Espinosa. *Memorias de un abanderado e Recuerdos de la Patria Boba (1810-1819)*. Bogotá, 1876. Florentino Gonzáles. *Memorias*. Buenos Aires, 1933. Na Venezuela: José Félix Blanco. *Rápida ojeada sobre el origen y progreso de la Revolución de Venezuela*. Caracas, 1816 e *Bosquejo Histórico de la Revolución de Venezuela*. Caracas, 1837-1839. Manuel Palacio Fajardo. *Outline of the revolution in Spanish America*. Londres, 1817. José de Austria. *Bosquejo de la Historia Militar de Venezuela*. Caracas, 1855 e Valencia, 1857. José Antonio Páez. *Autobiografía del General José Antonio Páez*. 2 vols. Nova York, 1857-1859. Rafael Urdaneta. *Memorias del General Rafael Urdaneta*. Caracas, 1880. Pedro Briceño Méndez. *Relación histórica del general Pedro Briceño Méndez*. Caracas. 1933. “En la mayoría de los casos, las obras se ven precedidas por un comentario en el cual los autores hacen explícita su condición de protagonistas y del deber que los asiste como tales de legar a la posteridad la narración de los hechos vividos a fin de que sean útiles para aquellos que, en un futuro, se encarguen de la escritura de la Historia.”

alguno se ha encontrado jamás en mis circunstancias, si alguno me ha excedido en sacrificios por la patria.” [I, p. 130]

O conteúdo de suas expectativas dirigia-se, aqui, contra os adversários que lhe atribuíam ambições de se perpetuar no poder. Nesse sentido, as figurações da memória pressupunham um entrecruzamento entre as suas destinações futuras e os combates simbólicos do presente. Sua insistência, de qualquer forma, em demonstrar, a favor de sua vocação militar, a repugnância pelo mando, visava à fixação de símbolos evasivos ao tempo: “Vd. me dice”, respondia a Pedro Gual,

que la historia dirá de mi cosas magníficas. Yo pienso que no dirá nada tan grande como mi desprendimiento del mando, y mi consagración absoluta a las armas para salvar al gobierno y a la patria. La historia dirá: ‘Bolívar tomó el mando para libertar a sus conciudadanos, y cuando fueron libres, los dejó para que se gobernasen por las leyes, y no por su voluntad’. Esta es mi respuesta [...] [I, p. 590]

6.

Que uma tal atenção seja, de fato, dedicada à posteridade, supõe a convergência de outras alusões (não menos instigantes) com o núcleo referido. Assim, na carta ao Coronel José de Fábrega, Governador Comandante Geral da Província do Panamá, de 1.º de fevereiro de 1822, Bolívar exaltava a Ata da Independência do Panamá como o monumento mais glorioso que nenhuma província americana poderia oferecer à história [I, p. 626]. Constam também nessa mesma relação – e com força não menos retórica – as referências aos meios fundadores das instituições republicanas, que, exatamente por isso, pareciam cancelar a fugacidade do tempo. Sobre essas figuras é presumível não só vislumbrar a busca da evasão do tempo pela ação moral e política, mas, sim, a idéia fundamental de que os homens passam e as obras ficam. “El primer Congreso de Venezuela”, evocava, no Discurso de Angostura, o fundamento institucional da Primeira República (1811-12),

ha estampado en los anales de nuestra Legislación con caracteres indelebles, la majestad del Pueblo dignamente expresada, al sellar el acto social más capaz de formar la dicha de una Nación. Necesito de recoger todas mis fuerzas para sentir con toda la vehemencia de que soy susceptible, el supremo bien que encierra en sí este Código inmortal de nuestros derechos y de nuestras Leyes. [III, p. 679]

As atas do governo da República eram elevados à categoria de “monumentos eternos de justicia y liberalidad.” [III, p. 647]

7.

A memória revolucionária, entretanto, dependia necessariamente da construção de um discurso histórico que, exaltando os feitos empreendidos pelos líderes independentistas, estivesse destinado a perenizar o patriotismo. Esse mecanismo faz lembrar inclusive a hipótese segundo a qual a homologação das funções desempenhadas pela transmissão dos mitos na Antiguidade estaria na origem dos modelos exemplares propostos pela educação moderna. Seria talvez ingênuo descartar a possibilidade de associar esse núcleo temático ao caso bolivariano. A lembrança da presença esmagadora de referências greco-romanas em seus discursos é por si só suficiente para se tentar uma reconstrução desse feito. De qualquer forma, a pertinência da aproximação torna-se ainda mais plausível quando o foco da análise se concentra especificamente nas alusões de Bolívar às virtudes morais e cívicas da Antiguidade Clássica.³¹⁸ Observemos, por exemplo, a seguinte reconstituição:

Na antiguidade, não existiam hiatos entre a mitologia e a história: as personagens históricas esforçavam-se por imitar os seus arquétipos, os deuses e os heróis míticos. Por seu turno, a vida e os feitos destas personagens históricas tornavam-se paradigmas. Já Tito Lívio apresenta uma rica galeria de modelos para os jovens romanos. Plutarco escreve mais tarde as suas *Vidas dos Homens Ilustres*, verdadeiro somatório exemplar para os séculos vindouros. As virtudes morais e cívicas destas personagens ilustres continuam a ser o modelo supremo para a pedagogia europeia, sobretudo depois do Renascimento. Até finais do século XIX, a educação cívica europeia seguia ainda os arquétipos da Antiguidade Clássica, os modelos que se manifestam *in illo tempore*, naquele lapso de tempo privilegiado que foi, para a Europa letrada, o apogeu da cultura greco-latina.³¹⁹

Falou-se até da repetição do modelo exemplar (uma das observações essenciais do comportamento mítico) como algo consubstancial a toda a condição humana.³²⁰ De qualquer forma, Bolívar parecia estar plenamente consciente de sua missão de transformar as vidas revolucionárias em paradigmas que servissem à instrução para o futuro. O seguimento de arquétipos heróicos denota a tendência para transcender o momento histórico local, efêmero e corrosivo, e para recuperar o “Grande Tempo”.

“Es V. E.”, dirigia-se assim Bolívar ao Diretor Supremo do Chile, “el hombre a quien esa bella nación deberá en su más remota posteridad, no solamente su creación política, sino

³¹⁸ BRICEÑO PEROZO, Mario. *Reminiscencias griegas y latinas en las obras del libertador* cit., especialmente, pp. 85-123 (“los griegos en numen de Bolívar”) e 127-55 (“el paradigma romano”) apresenta um panorama detalhado das referências de Bolívar à Antiguidade Clássica. “Grecia figuraba, siempre, en primer término, en los ejemplos presentados por Bolívar en su permanente cátedra de política y civismo” (p. 87) e “al lado de Grecia, estaba Roma, gallarda e ilustre, en la mente del Libertador. Eran allí inseparables como dos nobles maestras que pregonan a los siglos sus lecciones de la eternidad.” (p. 127)

³¹⁹ ELIADE, Mircea. *Mitos, sonhos e mistérios*. Lisboa: 70, 2000, p. 24.

³²⁰ *Idem*.

su estabilidad social y su reposo doméstico.” [I, p. 618] Aqui, Bolívar, ele próprio, se comprometia a enviar à *posteridade mais remota* os “eternos monumentos” que construíram as obras dos revolucionários. Os que morriam em combate, ao lutar pela causa da independência, levariam, então, em todos os corações da Colômbia, um altar consagrado à gratidão [I, p. 610]. A exigência de sistemas de permanência, ao que tudo indica, não descartava o recurso de revestir com uma roupagem sagrada as formas profanas do mundo das coisas e dos homens.³²¹ Assim, “a novidade do mundo moderno traduz-se por uma revalorização ao nível profano dos antigos valores sagrados.”³²² As referências no discurso bolivariano eram claras. Aquele que assegura sua honra dedicando sua vida ao serviço da humanidade, à defesa da justiça e ao extermínio da tirania, adquire uma vida de imortalidade “ao dejar el marco de matéria que el hombre recibe de la naturaleza. *Una muerte gloriosa triunfa sobre el tiempo y prolonga la sublime existencia hasta la más remota posteridad* [...]”³²³ [I, p. 260] Ante a impossibilidade de suspender o devir e de barrar a ação do tempo, as pretensões do Libertador, típicas do homem moderno, revelavam, ao menos, a crença na possibilidade de controlar o tempo-fluxo, de pô-lo a seu serviço. Dizia que “[...] los objetos que se desean conservar como memoria deben usarse de modo que no se disminuya su duración, sino que se aumente, si es posible.” [I, p. 429]³²⁴

A eternidade, de fato, só poderia ser instalada no tempo e no mundo através de um conjunto de experiências e meios simbólicos. Um dos casos mais modelares, nesse sentido, foi a fundação da Ordem dos Libertadores, criada por Bolívar, durante a Segunda República, quando ele era o ditador supremo da Venezuela. Inspirado na Legião de Honra de Napoleão, o título seguia o exemplo da França revolucionária.³²⁵ Assim, a inclusão de líderes na Ordem dos Libertadores inscrevia-se exatamente na relação dos meios organizados contra o tempo [I, p. 531] Em 04 de maio de 1814, dirigindo-se a Antonio Nariño, presidente então do Estado de Cundinamarca, Bolívar resumia, com precisão, o espírito que o fez fundar a Ordem: “Deseoso de distinguir a aquellos militares que con sus sacrificios y esfuerzos extraordinarios contribuyeron altamente al feliz éxito de la campaña que libertó a Venezuela, y que haría la

³²¹ Cf. DOMINGUES, Ivan. *O fio e a trama* cit., p. 45.

³²² ELIADE, Mircea. *Mitos, sonhos e mistérios* cit., p. 20.

³²³ Destaque meu.

³²⁴ A presente passagem, de uma carta de 03 de maio de 1820, referia-se, aqui, à “prenda” inestimável do General Anzoátegui que sua viúva enviara ao Libertador. Bolívar continuava sua resposta com sugestivos termos de evasão do tempo: “Para perpetuar, no la memoria ni el nombre del general Anzoátegui, pues él durará mientras dure el recuerdo de Boyacá, sino para perpetuar el aprecio tan merecido y eminente que el gobierno hace de sus cenizas, he consagrada su nombre al batallón primero de la segunda brigada de la Guardia, compuesto de todo el ejército del Oriente y mandada por su hermano de Vd.”

³²⁵ Cf. CASTRO, Moacir Werneck de Castro. “O libertador” cit., p. 68.

gloria de los más grandes héroes de la tierra instituí el Orden de los Libertadores.” [I, p. 92] A esta questão, portanto, Bolívar concedia uma atenção cuidadosa; para justificá-la, recolhia, outra vez, alusões à exemplaridade do passado. “Los guerreros ilustres han sido en todos tiempos y en todas las naciones distinguidos con los primeros honores, y aún se ven hoy día los monumentos elevados en los antiguos pueblos para inmortalizar la memoria de sus libertadores.” [III, p. 585] Dessa forma, continuava, os libertadores chegaram à posteridade e

nuestros descendientes, clamarían contra nuestra ingratitud, si por distinciones particulares, no preserváramos del olvido los nombres de los que han redimido a Venezuela. Al leer la historia de tres siglos de ignominiosas cadenas, y al verse libres de ellas, lamentarían no poder presentar a la memoria de sus Libertadores, un tributo de reconocimiento.

Os relatos convergem, portanto, para afirmação de que a preservação da memória – a mais eficaz das armas na luta contra o esquecimento – tornava-se uma responsabilidade moral das populações do presente para com as futuras gerações. O tempo passa mas o sentido do presente pode ser perpetuado; é o que se deduz do manifesto de 11 de agosto de 1813 em que Bolívar conclamava os venezuelanos a engrossarem as fileiras da guerra contra os espanhóis:

[...] todos aquellos que se prestasen al servicio que se les destinase sin devengar los sueldos que les quepan en las clases que se coloquen serán sentados sus nombres en un libro que el Gobierno abre desde hoy, para que en todos tiempos conste tan heroico sacrificio, e igualmente el de sus hazañas personales; y para que en su posteridad se tenga con ella la consideración debida a su causante uno de los libertadores de Venezuela. [III, p. 566]

8.

Nos numerosos escritos dirigidos à posteridade, as celebrações aparecem como um corpo ritualístico ainda incipiente. Mas uma coisa é certa: a rememoração de acontecimentos marcantes desde os primeiros tempos do levantamento presumia uma forte consciência histórica. “[...] si mis cuentas no me engañan”, lembrava a Fernando Peñalver, “el quince de junio estamos en Caracas celebrando el aniversario de la guerra a muerte, que es la que nos ha dado patria, libertad y vida.” [I, p. 561] Sobre a criação da Grã Colômbia, por exemplo, nada mais justo lhe era do que celebrar uma obra que honraria perpetuamente a memória dos patriotas. Em 19 de abril de 1820 lembrava aos soldados do Exército Libertador os dez anos de liberdade que se solenizavam naquele dia.

Diez años consagrados a los combates, a los sacrificios heroicos, a una muerte gloriosa...! Pero diez años que han librado del oprobio, del infortunio, de las cadenas, la mitad del Universo. [...] El mundo desconocía al Pueblo Americano, vosotros lo habéis sacado del silencio, del olvido, de la muerte, de la nada. [...] lo habéis consagrado a la inmortalidad por vuestra gloria. [III, p. 707]

Se olharmos, de fato, o conjunto das menções esparsas à memória da geração revolucionária, emergirá uma narração abrangente das façanhas da guerra de Independência, preocupada, sobretudo, com as comemorações futuras. Assim, respondia desde Rosário, em 21 de julho de 1820, a uma carta de Morillo, dizendo que o povo da Colômbia estava resolutos há mais de dez anos a consagrar o último de seus membros à única causa digna de sacrifício de paz, isto é, a “*de combatir perpetuamente contra el dominio exterior y de no reconciliarse sino con la independencia [...]*”

Há um pouco mais de seis meses antes, o presidente do mesmo Congresso que proclamara, em 17 de dezembro de 1819, a união da Venezuela e da Nova Granada na República da Colômbia, Antonio Zea, detalhava, no artigo 6.º de seu Decreto, os elementos que deveriam integrar as festas de aniversário da Fundação da República:

Los nombres de los Libertadores de Cundinamarca se proclamarán por bando con música militar y salva de artillería en las capitales de departamento y plazas fuertes, y en las demás ciudades con la posible solemnidad en todas las fiestas del aniversario del Establecimiento de la República, quedando desde ahora inscritos en los libros municipales y en todos los registros públicos. [I, p. 705]

Todos esses ingredientes nos lembram o princípio da dupla abertura do presente na festa revolucionária:³²⁶ sendo ao mesmo tempo uma repetição do passado, ela traz consigo uma simulação do futuro, uma aproximação do horizonte de expectativas. A festa, como um prenúncio do porvir, representa sempre uma estratégia de imortalidade e de indestrutibilidade contra a angústia da evasão e da dimensão corruptora do tempo. A pedagogia temporal que lhe é implícita pressupõe que ela ensine a Revolução àqueles que não a conheceram diretamente. Mas, no que se refere à experiência do tempo, as festas revolucionárias nos conduzem a um paradoxo de proporções insondáveis: de um lado, levam a uma inserção

³²⁶ Cf. OZOUF, Mona. “A festa sob a Revolução Francesa”. In: LE GOFF, Jacques & NORRA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, pp. 216-32. Vide, também, OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “As festas que a república manda guardar”. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 4 (1989), pp. 172-89 e LEMPÉRIÈRE, Annick. “De la república corporativa a la nación moderna: México (1821-1860)”. In: ANNINO, Antonio & GUERRA, François-Xavier (Coord.). *Inventando la nación* cit., especialmente, pp. 336-43 (“La invención de una tradición”: las fiestas cívicas y sus ambigüedades) e CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. “Tempo e cultura”. In: GAUER, Ruth Maria Chittó (Coord.) & SILVA, Mozart Linhares da (Org.). *Tempo/história*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 10, que fala o mesmo das festas, restringindo-se, entretanto, ao caso do pensamento primitivo.

temporal, a um fortalecimento da consciência histórica; de outro, propõem uma fuga para o extratemporal.³²⁷ Com efeito, o “tempo que as festas celebram é o tempo regenerável, aquele que a comoção revolucionária tem a virtude de reatualizar num movimento novo”.³²⁸ Outrossim, uma das principais finalidades das festas de caráter cívico nos regimes republicanos era acabar com a idéia de que pudesse haver desavenças dentro da Nação

já que ela é uma totalidade que tem um fim único, o que leva a um estado de coerência e de transparência totais, de unamidade, expressa no canto feito por todos dentro do mesmo compasso, da mesma harmonia, com o mesmo entusiasmo, gritando os mesmos lemas o tempo todo.³²⁹

Mas, para o caso bolivariano, as especificações dessa ordem não paravam por aqui. Os dois primeiros artigos do decreto, por exemplo, tratavam de procedimentos referentes a celebrações em homenagem a Bolívar. A condecoração com o título de Libertador seria utilizada por ele em todos os despachos e atas do governo, antepondo-se ao de Presidente. A denominação seria conservada por Bolívar como uma “propriedad de gloria” em qualquer outro destino ou até mesmo no seu retiro dos negócios públicos. O artigo segundo era ainda mais preciso. Nele, previa-se a colocação do retrato de Bolívar sob o solio do Congresso com

³²⁷ Sobre o paradoxo das experiências de evasão na Modernidade, cf., também, REIS, José Carlos. *Tempo, história, evasão* cit., pp. 157-9 e ELIADE, Mircea. *O mito do eterno retorno*. Lisboa: 70, 1993, pp. 160-74.

³²⁸ OZOUF, Mona. “A festa sob a Revolução Francesa” cit., pp. 217-8. Mircea Eliade dizia praticamente o mesmo sobre certas festas da ordem cotidiana (é certo que ele não fala das revolucionárias; contudo, se levarmos em conta a análise feita até aqui, talvez suas reflexões possam se aplicar ainda mais a esse tipo de comemoração): “É evidente que certas festas do mundo moderno, profanas na aparência, conservam ainda a sua estrutura e função mítica: as comemorações do Ano Novo, ou os festejos que se seguem ao nascimento de uma criança, à construção de uma casa ou mesmo à instalação num novo apartamento, denunciam a necessidade, obscuramente sentida, de um *recomeço absoluto*, de um *incipit vita nova*, isto é, de uma regeneração total. Seja qual for a distância entre essas comemorações profanas e o seu arquétipo mítico – a periodicidade da Criação – não é menos evidente que o homem moderno sente ainda a necessidade de reatualizar periodicamente tais cenários, por mais dessacralizados que se tenham tornado. Não se põe a questão de avaliar a que ponto o homem moderno ainda está consciente das implicações mitológicas dos seus festejos; um só facto interessa: é que eles ainda têm uma certa ressonância, obscura mas profunda, em todo o seu ser.” ELIADE, Mircea. *Mitos, sonhos e mistérios* cit., p. 20. Menos vacilante que a de Eliade é a posição (um tanto surpreendente) de Nicolau Sevcenko (cujas palavras compõem intervenções como debatedor na conferência ministrada por RIBEIRO, Renato Janine. “História, soberania e revolução: a Revolução Francesa e uma nova concepção de história”. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *A revolução francesa e seu impacto na América Latina* cit., p. 28.): “O relevante é perceber como por trás desta mudança de discursos, que parece denunciar uma ruptura, existe um deslizamento de um conteúdo fundamental, de base popular, de cunho mítico e irracional com o qual se funda a nova concepção tanto de História quanto de revolução e soberania.” O substrato mítico de que fala era, em certa medida, o mito solar por trás do qual se legitimava, tanto como pela idéia de filosofia das Luzes, o próprio Iluminismo. “É desta idéia de luz, de base autenticamente popular, que a prática revolucionária francesa vai construir a idéia de Nação, usando de um mesmo simbolismo dentro do contexto cultural da revolução, muito peculiar do final do século XVIII, que é do revivalismo religioso e o desenvolvimento do romantismo. Um século, portanto, marcado por um forte irracionalismo, cuja essência facilmente se adaptará a esta noção de povo de base também irracional.” (p. 27.)

³²⁹ É o que diz Nicolau Sevcenko a respeito das festas e das cerimônias públicas criadas pelo Comitê de Instrução Pública no Ano II, durante a ditadura jacobina. O Comitê regulava, de fato, a possibilidade da prática historiográfica a partir da idéia de que a História nasce com o gesto de tabula rasa do passado em relação ao obscurantismo representado pelo Antigo Regime. Cf. RIBEIRO, Renato Janine. “História, soberania e revolução: a Revolução Francesa e uma nova concepção de história” cit., p. 28.

a seguinte inscrição em letras de ouro: “Bolívar Libertador de Colômbia, Padre de la Patria, Terror del Despotismo”. De outra parte, todos aqueles que participaram de todos os modos da Campanha de Boyacá (fossem homens e mulheres) e não somente os chefes militares teriam seus nomes inscritos na coluna do Triunfo de Boyacá (Art. 3.º).

O Artigo 4.º estabelecia que os Libertadores de Cundinamarca deveriam portar uma medalha em que estivesse gravado e esmaltado com letras vermelhas seu próprio nome e, sob ele, a divisa “Cundinamarca libertada, 1819”. Havia, além disso, especificações distintas dos detalhes da condecoração de acordo com o caráter social dos indivíduos:

Esta medalla orlada de una corona de laurel, esmaltada de verde, será de oro guarnecida de esmeraldas para los generales, de oro sin guarnición para los oficiales y ciudadanos empleados, y de plata para los soldados y ciudadanos sin destino público. Los militares la llevarán pendiente de una cinta roja en el segundo ojal de la casaca, y los ciudadanos de una cinta azul. [I, p. 705]

Deparamo-nos, sem dúvida, com aspectos fundamentais de um entre tantos ingredientes que convergiam, em escala maior, na simbólica da pátria (com o seu panteão de heróis e com suas façanhas primordiais): trata-se da construção do imaginário histórico da nova nação.

Contava Bolívar, em 29 de novembro de 1820, que o General Morillo havia proposto a edificação de uma pirâmide no lugar em que, três dias antes, ambos firmaram o armistício de seis meses. A idéia, dizia a Santander, era a de constituir um monumento para recordar “el primer día de la amistad de españoles y colombianos, la cual se respetase eternamente” [I, p. 515]. O comandante realista tinha destinado, inclusive, um oficial de engenheiros; mas Bolívar se encarregava também de mandar outro para que, juntos, seguissem a obra. “Nosotros mismos la comenzamos poniendo la primera piedra que servirá en su base.” Na pirâmide, retrucava, estariam figuradas diversas paisagens. As sugestões de idéias para as inscrições que deveria ter a obra eram já muito belas. Mas expectativas dessa ordem já vinham sendo tecidas momentos antes. Vemos, por exemplo, Bolívar falar ao General Morillo, em 03 de novembro de 1820, a respeito da esperança de se concluir um tratado *verdaderamente santo*, “que regularice la guerra de horrores y crímenes que hasta ahora ha inundado de lágrimas y de sangre a Colômbia, y que sean um monumento entre las naciones más cultas, de civilización, de liberalidad y filantropía.” [I, p. 504]

Outras variantes sobre o tempo regenerável na organização da memória revolucionária são vislumbradas. “Ejércitos grandes oprimían la República”, dizia Bolívar no já citado discurso à Assembléia celebrada em Caracas (02 de janeiro de 1814),

y vísteis, compatriotas, un puñado de soldados libertadores volar desde la Nueva Granada hasta esta capital vencíendolo todo, y *restituyendo* a Mérida, Trujillo, Barinas, y Caracas a su primera dignidad política. Esta capital no necesitó de nuestras armas para ser libertada. Su patriotismo sublime no había decaído en un año de cadenas y vejaciones. Las tropas españolas huyeron de un pueblo desarmado, cuyo valor temían, y cuya venganza merecían. Grande y noble en el seno mismo del oprobio, se ha cubierto de una mayor gloria en su *nueva regeneración*.³³⁰

O Libertador apontava, ao falar da *Campaña Admirable* (1813), para um detalhe inédito (para nós) de sua experiência do tempo como permanência.

Exemplos de períodos relativamente dispersos denotavam, apesar de usos distintos de acordo com as circunstâncias, variantes de uma série homogênea. Suas aparições distinguem-se de acordo com a circunstância dos eventos. Mas até, neste caso, as peculiaridades não contradizem um esquema comum: a preponderância de usos recaía, especialmente, sobre a série de experiências interrompidas por fracassos que Bolívar atribuía aos efeitos inerciais do passado colonial.

É o que se verifica na “Declaração da República da Venezuela” (20 de novembro de 1818), escrita no palácio do governo, sediado, então, em Angostura. Nesse período, Bolívar organizava suas bases (a partir da Venezuela) para levar a guerra patriótica à Colômbia: a decisão (que já vinha amadurecendo) cristalizara-se em agosto de 1818. Era exatamente o passo inverso ao que dera em 1813. Bolívar também insistia, a partir desse período, na convocação do Congresso Nacional. Esperava, pois, que fossem assentadas as bases constitucionais da república na Venezuela. O documento consistia na proclamação definitiva da emancipação venezuelana e, por conseguinte, no repúdio aberto às pretensões espanholas de reaver o antigo domínio.

Quase dois meses antes, no Discurso na Sessão do Conselho do Estado (1.º de outubro 1818), lisonjeava-se de abrir uma nova campanha para conquistar regiões da Venezuela que não estavam, então, subordinadas à república: “[...] las armas de Venezuela, conservando su antigua gloria, adquirirán nuevas ventajas, y completarán el *restablecimiento* de la República.” [III, p. 667]. Bolívar insistia novamente na convocação do Congresso da

³³⁰ Destaque meu.

Venezuela apesar da inexistência da tranqüilidade que se requeria para realizá-lo. Recomendações dessa ordem implicavam a antecipação de passos que acelerassem a marcha de *restauração* das instituições republicanas.

10.

As referências históricas, além da alusão à própria independência alienada, se reportavam à autoridade que as “leyes mismas de España” e os elementos de seu passado conferiam à sublevação armada (“[...] hallándonos en posesión de la libertad e independencia que la naturaleza nos había concedido, que las leyes mismas de España, y los elementos de su historia nos autorizaban a *recobrar* por las armas, como efectivamente lo hemos ejecutado.” [III, p. 672] No último artigo da declaração, Bolívar evocava novamente o início da sublevação venezuelana contra o domínio espanhol: “Ultimamente declara la república de Venezuela que desde el 19 de abril de 1810, está combatiendo por sus derechos [...]”.

Essa mesma perspectiva aflorava no Discurso de Angostura. Bolívar, naquela ocasião, exaltava mais uma vez a experiência de estabelecimento da primeira república na Venezuela.

A pesar de tan crueles reflexiones, yo me siento arrebatado de gozo por los grandes pasos que ha dado nuestra República al entrar en su noble carrera. Amando lo más útil, animada de lo más justo, y aspirando a lo más perfecto al separarse Venezuela de la Nación Española, ha recobrado su Independencia, su Libertad, su Igualdad, su Soberanía Nacional. Constituyéndose en una República Democrática, proscribió la Monarquía, las distinciones, la nobleza, los fueros, los privilegios: declaró los derechos del hombre, la Libertad de obrar, de pensar, de hablar y de escribir. Estos actos eminentemente liberales jamás serán demasiado admirados por la pureza que los ha dictado.” [III, p. 678]

A avaliação positiva, no discurso, contrastava com o áspero pessimismo dos parágrafos anteriores. Neles se destacava a referência aos exemplos históricos, escassos e raros, de nações que conseguiram gozar de alguns preciosos momentos de liberdade. Não há dúvida de que este núcleo temático fundamentou as alusões constantes de Bolívar (nas mais diversas ocasiões) às deficiências que marcaram o fracasso da primeira república. Mas no dia da instalação do Congresso de Angostura algo diferente ocorria. Bolívar elogiava, com emoção, os princípios da Legislação elaborados pelo primeiro Congresso da Venezuela. Tratava-se curiosamente da mesma constituição que tanto criticara por ter assentado as bases da debilidade política da primeira república. (Com o êxito da *Campaña Admirable*, Bolívar, de fato, evitou que essa constituição fosse restaurada na segunda república.) Já se falou, nesse

sentido, que um dos elementos da política de Bolívar, com a convocação do Congresso, “[...] era conquistar a confiança e a colaboração dos patriotas civis de convicção constitucionalista liberal, do mesmo tipo que ele havia responsabilizado pelos erros da Primeira República.”³³¹ Esse dado talvez não deva ser desprezado e, à primeira vista, pode ter alguma relação com os motivos de Bolívar ao enfatizar uma legislação que sempre lhe inspirara tanta resistência. Entretanto, se é certo que Bolívar explicou o colapso da primeira república venezuelana como o resultado de uma desastrada imitação do sistema constitucional dos Estados Unidos, a desordem e o caos resultantes disso não se deviam à constituição em si, mas à ausência da virtude política.³³² Não se pode omitir, nessa perspectiva, a profissão de fé do Libertador no Governo Democrático como o único suscetível de uma liberdade absoluta. De qualquer forma, as aproximações pareciam se restringir aos postulados gerais do republicanismo moderno.

El primero Congreso de Venezuela ha estampado en los anales de nuestra Legislación con caracteres indelebles, la majestad del Pueblo dignamente expresada, al sellar el acto social más capaz de formar la dicha de una Nación. Necesito de recoger todas mis fuerzas para sentir con toda la vehemencia de que soy susceptible, el supremo bien que encierra en si este Código inmortal de nuestros derechos y de nuestras Leyes. [III, p. 679]

A partir daí, as conhecidas resistências (que víamos aflorarem em diversos momentos) eclodiam com toda força: Bolívar, convencido de que não se poderia dispensar a adoção de novos princípios, acabava por reivindicar a reforma do governo venezuelano. A revisão das experiências dos últimos nove anos, no Discurso de Angostura, alicerçava-se sem dúvida sobre um jogo de valorações opostas: os juízos, muitas vezes, pareciam se intercalar em momentos claramente distintos (era o caso, por exemplo, da avaliação positiva do passado que desembocava, logo em seguida, na identificação de suas deficiências). Em outros casos, as valorações antinômicas apareciam imbricadas na mesma observação, formando quadros avaliativos (apesar de ocasionais) com maior amplitude semântica e, talvez por isso mesmo, com contornos mais ambíguos: “Mas por halagüeño que parezca, y sea en efecto este magnífico sistema Federativo, no era dado a los Venezolanos gozarlo repentinamente al salir de las cadenas.” [III, p. 681]

11.

³³¹ BUSHNELL, David. “A independência da América do Sul espanhola” cit., p. 166.

³³² Cf. JAKSIC, Iván. “La república del orden” cit., pp. 191-218.

A correspondência dirigida ao Governo do Rio da Prata, em 12 de junho de 1818, exaltava a sabedoria de seus líderes em todos os departamentos da administração: Bolívar destacava, nesse sentido, as negociações políticas com as nações estrangeiras e o fornecimento de parte do poderio bélico às frentes patriotas do Peru e do Chile. Os exemplos históricos, aqui, caracterizados por ele como “eloqüentes”, inseriam a experiência revolucionária no âmbito continental: “Vuestros hermanos de Venezuela han seguido con vosotros la gloriosa carrera que desde el 19 de abril de 1810 ha hecho *recobrar* a la América la existência política de que la habían privado los tiranos de España.” [III, p. 664] A carta era uma resposta à primeira manifestação de solidariedade americana vinda de Buenos Aires assinada pelo presidente Pueyrredón.

Essa variante de evocações inaugurava-se em dois célebres documentos escritos na Nova Granada (1812) após a queda da primeira república. Bolívar advertia que o Congresso da Nova Granada (27 de novembro), instalado no tempo da destruição da república da Venezuela, não poderia menos servir de auspícios favoráveis ao *restabelecimento* daquele feliz estado. O general *caraqueño*, portanto, apelava ao apoio continental e, dirigindo-se ao Congresso da Nova Granada, requeria apoio para a libertação da Venezuela.³³³ Reflexões de ordem histórica ressaltavam, com grande força retórica, a urgência de reconquista desse país para a segurança da revolução americana. O apelo se convertia, ao utilizar a simbologia religiosa para dar eloqüência a determinações históricas da modernidade, em legitimação do avanço revolucionário (o progresso moral e político como realidade mundana):

Caracas, cuna de la independencia colombiana, debe merecer su *redención*, como otra *Jerusalén*, a *nuevas cruzadas* de *fieles* republicanos.³³⁴ y estos republicanos no pueden ser otros, que los que, tocando tan inmediatamente los tormentos que sufren las víctimas de Venezuela, se penetrarán del sublime entusiasmo de ser los libertadores de sus hermanos cautivos. [I, p. 40].

A operação discursiva convergia referências históricas ligadas a contextos temporais distintos, canalizando suas conotações discordantes num quadro que projetava novas expectativas. A remissão, desse modo, a um elemento da tradição cristã transmitia a imagem de uma cruzada cívica contra os infiéis da república. A imagem (sem dúvida) era conhecida pela cultura hispânica (tanto nos círculos da elite quanto na tradição popular). Tratava-se, não

³³³ Cf. LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas* cit., p. 199.

³³⁴ Destaque meu.

há dúvida, da recorrência a um substrato poderosamente conservado (desde séculos) no imaginário religioso. Mas essa categoria de experiência aparecia, aqui, como metáfora:

[...] en la metáfora el resultado es una nueva pertinencia de la predicación; en la narración lo que se genera es una nueva congruencia de la disposición de los acontecimientos contados. En la metáfora nos encontramos con una estratificación de significaciones, de manera tal que una incongruencia de sentido en un nivel genera una afluencia de significaciones en otro. Su potencial simbólico precisamente es la capacidad de forzar la interacción entre significaciones discordantes dentro de un marco conceptual unitario. La intensidad de esa potencia depende del grado en que la metáfora consiga superar la resistencia psíquica provocada por la tensión semántica. Cuando esa superación se logra, una metáfora transforma una falsa identidad en una analogía pertinente y emotiva: la patria como Edén o como altar [...].³³⁵

Assim, Caracas equiparava-se à Jerusalém;³³⁶ a libertação da primeira, à redenção da última; os cruzados, aos republicanos. Para o acréscimo a essa relação, não se poderia descartar, sem mais, a extensão das analogias a termos latentes (mas que decorrem logicamente da metáfora): é o caso, por exemplo, da transmutação dos realistas em infiéis (uma inversão curiosamente paradoxal, aqui, quando se trata de lembrar da milenar ocupação moura na península ibérica).

12.

Um dos temas mais freqüentes nos discursos de Bolívar é, de fato, a tentativa de elaborar, a partir de representações teológicas, uma simbologia cívico-religiosa. É possível perceber que muitos desses ingredientes tinham origem no universo do tradicionalismo hispânico. Mas a maior parte deles adquiria um sentido mais claro quando situada no quadro da teologia deísta (ou católica liberal). Assim, os elementos da fé (ordem e tradição) nunca estavam dissociados dos valores fundamentais da república laica. Tratava-se, portanto, de sustentar as representações seculares da república sobre a determinação de pressupostos teológicos. Esse traço decisivo apontava precisamente para uma concepção finalista do tempo nacional (constatação que nos lembra inevitavelmente a organização escatológica do tempo como um elemento típico da consciência ocidental). Observou-se, inclusive, que a presença da sacralidade no discurso patriótico estaria associada à reminiscência salvífica das grandes

³³⁵ COLOM GONZÁLEZ, Francisco. "La imaginación nacional en América Latina" cit., p. 333.

³³⁶ Sem precisar se ater ao teor religioso da comparação, seria imprescindível associar o imperativo histórico de libertar Caracas com as reflexões consagradas pela historiografia sobre o papel indiscutível dessa cidade no desencadeamento da rebelião independentista na Venezuela. Além do mais, a capital venezuelana foi o primeiro centro da América do Sul espanhola a reagir à derrocada metropolitana (19/04/1810).

religiões universalistas e, mais especificamente, da tradição judaico-cristã.³³⁷ Em abril de 1820, Bolívar dirigia-se ao frei Francisco Medina, exaltando a “esclarecida virtude” e o “patriotismo” dos franciscanos. Nessa carta, termos religiosos e conceitos políticos se fundem (e confundem) a tal ponto que é quase impossível distinguir semanticamente cada um dos campos.

“Atletas de los títulos imprescriptibles del hombre y de Colombia, VV. PP. han abierto un nuevo camino de gloria a los verdaderos apóstoles de la verdad y de la luz; y asociando VV. PP. el saber de la religión a los sencillos preceptos de la naturaleza, han dado mayor realce a la túnica y a las sandalias del seráfico, a esa orden que fue siempre la primera en santidad monástica, y ahora en santidad política.”

Em outros casos, a terminologia religiosa estava claramente destinada, como se fosse uma roupagem, a exaltar os valores da república laica (progresso, direitos humanos, autonomia). As invocações religiosas se subordinavam, portanto, à afirmação do princípio político e da soberania popular. Um tal núcleo temático, contudo, não foi de modo algum algo que se circunscrevesse unicamente ao caso bolivariano. Um dentre os vários catecismos patriotas e republicanos que apareceram ao longo da independência americana, por exemplo, tinha por fim dar a conhecer “la sagrada causa” através da qual a América do Sul “se propone recuperar su soberanía, su império, su independencia, su gobierno, su libertad y sus derechos”.³³⁸ Os catecismos políticos constituíram uma das formas predominantes pelas quais o ideário liberal atingia a sociedade.³³⁹ Mas a presença da terminologia cívico-religiosa nos escritos bolivarianos impõe necessariamente a idéia de que a apresentação das bases da independência republicana sob aqueles moldes transcendeu amplamente o recurso aos catecismos políticos. A luta pela restauração da independência era fortalecida, no caso de Bolívar, pelo esmero do povo em recobrar os direitos que o Criador (e também a natureza) lhe

³³⁷ Cf. COLOM GONZÁLEZ, Francisco. “La imaginación nacional en América Latina” cit., p. 332.

³³⁸ “Catecismo o despertador patriótico, cristiano y político”, dedicado “a los paisanos y militares voluntarios de la provincia de Salta” (1811), de Buenos Aires, apud SAGREDO BAEZA, Rafael. “Actores políticos en los catecismo patriotas y republicanos americanos (1810-1827)”. In: *Historia mexicana*. México: El Colégio de México, 3 (1996), p. 505. Uma apresentação geral do assunto (sem, entretanto, alusões a Bolívar) é dada, de maneira muito convincente, por este ensaio.

³³⁹ “El sistema catequístico consiste en la organización de los temas, capítulos y partes en forma de preguntas con sus respectivas respuestas. Es un método antiguo, aparecido ya en tiempos de Carlomagno como un compendio histórico para uso de la Iglesia que, partiendo desde la creación, culminaba con la explicación del Credo y del Padre Nuestro. Utilizado por la Iglesia católica en la evangelización de América a partir del siglo XVI, su objetivo fundamental fue la enseñanza de las verdades esenciales de la religión a través de una forma simple y comprensible para todos. En lo fundamental, el método catequístico servía para la instrucción popular, de ahí que el Concilio de Trento, en 1546, propusiera un modelo de catecismo romano en lengua latina y vulgar para facilitar la enseñanza religiosa de los pueblos. Sin embargo, los catecismos no sólo fueron utilizados para propagar la religión. Su uso fue amplio y abarcó una gran variedad de intereses. En el siglo XVII fueron empleados para explicar y difundir las ideas de los filósofos ilustrados a los sectores populares y para exponer la doctrina del derecho de los monarcas”. SAGREDO BAEZA, Rafael. “Actores políticos en los catecismo patriotas y republicanos americanos (1810-1827)” cit., p. 503.

havia concedido [I, p. 163]. Nesse pano de fundo de analogias, a expectativa em torno das negociações entre o governo colombiano e a monarquia espanhola, em 1820, era a do estabelecimento de um tratado *verdaderamente santo* [I, pp. 503-4]. Seu mando supremo, dizia, sobre as províncias insurgentes da Venezuela, havia se constituído pela “Providência divina” e “a vontade geral de seus habitantes” [I, p. 57].

A mesma reivindicação de apoio à Venezuela retornava na “Memória dirigida aos cidadãos da Nova Granada por un caraqueño” (1813): “[...] presento como una medida indispensable para la seguridad de la Nueva Granda, la reconquista de Caracas.” [I, p. 45]. O desfecho do documento mesclava termos carregados de índole messiânica (judaico-cristã) com expressões que lembravam categorias muito caras à tradição profética do Velho Testamento:

Como su gloria [a da Nova Granada] depende de tomar a su cargo la empresa de marchar a Venezuela, a libertar la cuna de la independencia colombiana, sus mártires, y aquel benemérito pueblo caraqueño, cuyos clamores sólo se dirigen a sus amados compatriotas los granadinos, que ellos aguardan con una mortal paciencia, como a sus redentores. Corramos a romper las cadenas de aquellas víctimas que gimen en las mazmorras, siempre esperando su salvación de vosotros: no burleis su confianza: no seais insensibles a los lamentos de vuestros hermanos. *Id veloces a vengar al muerto, a dar vida al moribundo, soltura al oprimido y libertad a todos.* [I, p. 48]³⁴⁰

Na carta dirigida à Comissão Político-Militar do Supremo Congresso da Venezuela, de 08 de agosto de 1813, dois dias (portanto) após a entrada triunfal em Caracas, persistia o recurso à simbologia religiosa. É certo que, aqui, sua presença era mais rarefeita. Mas, à luz da série que identificamos, a marginalidade do detalhe se desfaz e uma compreensão de fundo se impõe. A alusão aparecia outra vez mesclada com a percepção da primeira república como passado recente (como uma categoria de experiência que, por sua vez, fundamentava o horizonte de expectativas). Bolívar, em nome dos venezuelanos, agradecia ao Congresso daquela república pela generosidade com que,

“[...] atendiendo a sus lamentos, les envió sus huestes *salvadoras* para que los repusiese a la dignidad de hombres, de que la tiranía española los había depuesto, *restituyéndoles* al mismo tiempo sus propiedades, su honor y sus familias, que por espacio de un año entero se vieron obligados a abandonar, refugiándose a los bosques para libertarse de las persecuciones con que eran inquietados los que cumplían con el deber de amar su patria.” [I, p. 58]³⁷

No final, falava, outra vez, da “redención de la república”.

³⁴⁰ Destaques meus.

Era, é verdade, um passado recente; mas talvez não menos (por isso) uma realidade que se percebia como passado. Daí a recorrência constante a expressões formadas pelo prefixo “re” que denotam o sentido de retorno de situações já concretizadas no tempo: “restaurar”, “recobrar”, “restituir”, “reconquista”, “redenção”, “ressurreição”, “regeneração”, “restabelecimento”. Há um elemento unificador desses exemplos no discurso de Bolívar: trata-se da emergência do passado (ou, pelo menos, de parte dele) como uma referência que dirige a unidade concreta de ação no movimento revolucionário.³⁴¹

13.

Havíamos visto, até aqui, que as projeções revolucionárias de Bolívar pareciam se apoiar unicamente naquela tensão bipolar entre o “paradigma do futuro” (que ainda não existia) e a “ordem colonial” definida como passado. Despontava, desde então, um componente peculiar em relação ao quadro mais amplo que coincidia, em grande parte, com uma hipótese abrangente (e já formulada de modo muito plausível): o desencadeamento de toda e qualquer revolução inaugura, de um modo geral, um processo de conversão das expectativas (que, desse modo, se desgastam) em novas experiências. No caso das operações discursivas de Bolívar, esse plano foi se destacando naturalmente no mesmo grau da constituição histórica do movimento independentista. O entrecruzamento entre passado e futuro se tornava particularmente curioso quando expectativas voltadas para o futuro eram concretizadas no palco dos acontecimentos. Assim, o passado tornava-se também uma das referências preciosas para se traçar perspectivas futuras da revolta contra a Espanha. Mais ainda, não se tratava de um passado exterior ao movimento independentista (o que se verificava nos casos das evocações de exemplos clássicos: Roma, Grécia, Inglaterra, França, Espanha). A própria revolução convertia-se, então, numa referência historicamente evocada. Mas tratava-se, sem dúvida, ao contrário do que ocorria com os conteúdos assimétricos de passado e de futuro, de *extratos de experiências com sentido análogo às expectativas. A força de evocação dos acontecimentos, neste caso, parecia encontrar-se exatamente na significação positiva que lhes era conferida. Assim, certas faces do passado, diferentemente do que ocorria com as avaliações do sistema colonial, recebiam atributos que remetiam ao futuro.*

³⁴¹ Esta é uma das hipóteses de Koselleck que também acolho aqui, *Futuro pasado* cit., p. 337.

Todavia, uma conclusão do gênero, embora não possa ser descartada de imediato, acaba impondo um dilema de implicações interpretativas à estruturação de uma hipótese plausível. Aceitá-la, nessas condições, seria contentar-se com uma explicação em grande parte conjectural e pouco abrangente. Faltam outros ingredientes importantes para a reconstrução do quadro geral de referências positivas de Bolívar ao passado. Até agora detivemo-nos em apenas um deles: a percepção do próprio movimento revolucionário. De fato, não se pode desprezar dois traços fundamentais desse passado referencial a partir do qual Bolívar deduz suas projeções de futuro:

a) do ponto de vista meramente cronológico, esse passado era recentíssimo ao Libertador (um passado do qual ativamente participara) e, no fundo, dele quase nada se depreendia de sua percepção do passado remoto (aquele que não coincide com a revolução e que, como vimos, na maioria dos casos se opunha a ela em termos de valoração);

b) tal forma de tempo estava indiscutivelmente muito mais relacionada ao futuro (*sentido histórico*) do que ao passado, deixando pouca margem para uma distinção mais ampla entre experiência e expectativa; simplificando, quando Bolívar se referia ao passado recente da revolução, persistia, ainda, intacta e abismal, a ruptura entre o passado revolucionário (que instalou um novo tempo) e o passado remoto (aquele que deveria ser superado).

A base para confirmar a hipótese de traços simétricos nas relações entre passado e futuro no discurso bolivariano unicamente com a série que até aqui reconstruímos seria, no mínimo, insuficiente. Mas se ampliarmos o âmbito da pesquisa, até incluir a percepção de elementos do passado mais remoto à circunstância revolucionária, emergirá a possibilidade de uma explicação de fundo para a experiência bolivariana da temporalidade. Nós o faremos, isolando do conjunto de ingredientes examinados até agora as referências a um bem específico – os fundamentos históricos da nacionalidade.

14.

Na Carta de Jamaica, Bolívar utiliza-se de argumento que nos remete ao renascimento do pactismo no universo mental.

El pacto concluido, dice un historiador, entre el rey y la nación, considerado como la integración del reino a la Corona, se remonta a los primeros tiempos de la Conquista, y se renueva en cada nueva entronización con el mutuo juramento del rey a las leyes fundamentales y de la fidelidad del reino.³⁴²

Bolívar evocava, com conhecimento de causa, esse vínculo mútuo, destituindo-o, entretanto, dos conceitos que lhe eram mais tradicionais (juramento, pleito de homenagem). Tratava-se, em todo caso, da utilização de referências muito comuns entre os *criollos*, em princípios do século XIX, para justificar o repúdio à concepção absolutista do poder do monarca. A sociedade espanhola estava estruturada “en reinos y ciudades, en estamentos y corporaciones” e “el imaginario social de la mayoría de la población corresponde más a esta realidad que al discurso homogeneizante del absolutismo.”³⁴³ Os direitos da nação eram assim reivindicados em detrimento do poder “omnímodo” do rei que pressupunha a consideração do reino como um conjunto de indivíduos, os súditos, iguais em direitos e deveres ante a potestade superior do rei que se concebia cada vez mais como absoluto. A crise da monarquia espanhola, em 1808, que deixou a nação sem nenhum governo considerado unanimemente legítimo, aflorou ainda mais o rechaço da relação unilateral entre o rei e a nação. Se a monarquia era unitária no programa absolutista, era plural na realidade sócio-histórica. O sistema de juntas independentes (que se constituiu, na América, em 1810) partia indiscutivelmente do que existia. Tratava-se de conservar-se a salvo dos perigos que derivavam da invasão da Espanha.³⁴⁴ A Junta de Caracas, proclamada em 19 de abril de 1810, converteu o cabildo no núcleo do novo governo na Venezuela ao assumir, sugestivamente, o título de “Junta Conservadora dos Direitos de Fernando VII”. A doutrina das Juntas espanholas havia sido a que entregou o protagonismo aos “povos”. A nação seguia sendo única, isto é, o conjunto da Monarquia; porém, a soberania, com a desapareição de seu titular, retornava aos “pueblos” que a formavam, sem que, por isso, se abandonasse a fidelidade ao rei.³⁴⁵ As juntas de *criollos* compartilhavam com o governo espanhol que resistia à invasão francesa não somente os argumentos que justificavam sua existência (a base pactista), mas, também a lealdade ao monarca deposto.³⁴⁶ Assim, poucos dos seus gestores vislumbravam naquele momento o estabelecimento de novos governos. Nem sempre sua participação podia ser associada ao ímpeto separatista.³⁴⁷ Desse modo, a eclosão das referências tradicionais parece reforçar a

³⁴² GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias* cit., p. 323. Reproduzo aqui aspectos centrais de sua tese, tecendo, ao mesmo tempo, associações deles com o discurso bolivariano.

³⁴³ GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias* cit., pp. 320s.

³⁴⁴ Cf. RAMOS PÉREZ, Demetrio. “Nación, supernación y nación local” cit., p. 173.

³⁴⁵ Cf. GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias* cit., p. 340.

³⁴⁶ Cf. BUSHNELL, David, “A independência da América do Sul espanhola” cit., p. 133.

³⁴⁷ Cf. MARTÍNEZ, Gustavo Vargas. *Bolívar y el poder* cit., p. 42.

vigência do pactismo, em pleno início do século XIX, capaz (então) de legitimar tanto o rechaço de um novo soberano quanto a formação de poderes provisórios.³⁴⁸ O pactismo (ou o constitucionalismo histórico) remontava a um período anterior à Revolução Francesa.

É verdade que após um breve período de preponderância dos conservadores na Junta de Caracas (que desejavam um governo sob a Coroa Espanhola), a facção revolucionária (de Miranda e Bolívar) contou com um avanço muito rápido. As resistências do Conselho de Regência, na Metrópole, às juntas autônomas precipitaram, em grande parte, os ímpetus separatistas. Por conseguinte, as guerras independentistas foram, também, uma guerra civil entre os americanos que aceitaram o governo provisório e aqueles que o rechaçavam. Bolívar, mais do que um reformador, era um revolucionário. Mas até mesmo o seu afã de ruptura não dispensava o uso de exemplos da tradição espanhola.

15.

Eram os revolucionários herdeiros ou criadores? Uma resposta prudente que se ofereceu a essa questão é aquela que a encara em termos de fenômenos de hibridação de idéias e dos imaginários.³⁴⁹ Ela está, de qualquer forma, irremediavelmente ligada a uma constatação de fundo. Entrevemos que é difícil (senão impossível) sustentar a hipótese de que a emancipação das colônias espanholas na América tenha se fundamentado (pelo menos no momento de sua eclosão, mas, veremos se essa hipótese não poderá ser aplicada para ocasiões posteriores) sobre um programa de ruptura radical do passado.

O constitucionalismo histórico aflorava por meio de confluências múltiplas e complexas de idéias.

El emperador Carlos V formó un pacto con los descubridores, conquistadores y pobladores de América, que [...] es nuestro contrato social. Los reyes de España convinieron solemnemente con ellos que lo ejecutasen por su cuenta y riesgo, prohibiéndoseles hacerlo a costa de la real hacienda, y por esta razón se les concedía que fuesen señores de la tierra, que organizaran la administración y ejerciesen la judicatura en apelación, con otras muchas exenciones y privilegios [...]. El Rey se comprometió a no enajenar jamás las provincias americanas, como que a él no tocaba otra jurisdicción que la del alto dominio, siendo una especie de propiedad feudal que allí tenían los conquistadores para sí y sus descendientes.³⁵⁰
[I, p. 166]

³⁴⁸ *Ibidem*, p. 321.

³⁴⁹ Cf. MARTÍNEZ, Gustavo Vargas. *Bolívar y el poder* cit., p. 170.

³⁵⁰ Viu-se, nessas ponderações de Bolívar, que suas inclinações tendiam mais para os direitos dos conquistadores do que à reivindicação dos indígenas (e, particularmente dos Incas), o que desmistificaria, para o caso do Libertador, a ficção retórica do incaísmo redentor. DÍAZ-CABALLERO, Jesús. “Nación y patria: las lecturas de

Associou-se essa posição de Bolívar a outros elementos de suas reflexão que, conjugados, confluíam num dos núcleos fundamentais da Carta de Jamaica: a de que, na visão bolivariana, o colonizado era identificado com o *criollo*, o grupo que analisava com enorme precisão: *no somos indios ni europeos, sino una especie media entre los legítimos propietarios del país y los usurpadores españoles*. A ambigüidade dessa situação dos *criollos* expressaria justamente a limitação, ao extrato dominante, do sentido de identidade continental. “Hasta donde había una nación era una nación criolla, porque las castas tenían solo un oscuro sentido de la nacionalidad, y los indios y negros ninguno en absoluto.”³⁵¹ No caso bolivariano, essa referência a conceitos pactistas não pode ser dissociada da presença do pensamento clássico espanhol, um dos pilares de seu ideário político. Com efeito, a historiografia contemporânea, conservadora ou não, tendeu a enfatizar (nem sempre com a devida cautela) essa vertente no estudo geral das referências ideológicas do processo independentista na América Latina. Dentre elas, “o citado com mais frequência é o jesuíta Francisco Suárez (1548-1617), mais conhecido por sua negação do direito divino dos reis e por sua tese de que o poder civil deriva de Deus por intermédio do povo”³⁵².

As doutrinas revolucionárias operavam, muitas vezes, uma recopilação, inconsciente na maioria dos casos, de experiências já produzidas a partir de novas bases, isto é, de forças históricas do presente, fossem elas de qualquer natureza. Curioso era, nesse sentido, a amálgama do pactismo e das teorias contratualistas de Locke e de Rousseau,³⁵³ tão caras, por

los *Comentarios Reales* y el patriotismo criollo emancipador”. In: *Revista de critica literaria latinomericana*. Lima/Hanover: Dartmouth College, 59 (2004), p. 98.

³⁵¹ LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas* cit., pp. 30-1.

³⁵² BUSHNELL, David, “A independência da América do Sul espanhola” cit., p. 132. O autor, apesar disso, adverte “que o nome de Suárez é notável tão-somente por sua ausência na propaganda dos revolucionários.”

³⁵³ VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. “As influências de Rousseau e Napoleão em Simón Bolívar”. In: *UFJF Defesa*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2005, pp. 1-12, observa que a presença dos ideais rousseauianos sobre a formação intelectual do Libertador se deu fundamentalmente por meio do educador que sobre ele exerceu o maior impacto, Simón Rodríguez (1771-1854). “Se teve alguém que encarnou de forma fiel o ideal de vida e de concepção humanística apregoados por Jean-Jacques Rousseau, foi Simón Rodríguez. Ele reproduziu, na sua vida e nos seus ensinamentos, os idéias rousseauianos: autodidatismo, relação estreita entre natureza e sociedade, moral alicerçada na liberdade, domínio do sentimento sobre a razão, teoria da bondade natural do homem e doutrina do contrato social.” (p. 2). “O contato de Simón Rodríguez com Bolívar deu-se em três momentos: na adolescência do seu pupilo, entre os 11 e os 14 anos (1794-1797), na sua juventude, aos 21 anos de idade (1804-1805)”, quando ambos viajaram a Itália e ali, no Monte Sacro, em Roma, Bolívar pronunciou, diante do Mestre, o célebre juramento de libertar os povos americanos [I, p. 881], “e vinte anos depois [...]”, ocasião em que Rodríguez, atendendo também a solicitações do Libertador, tentou desenvolver não sem problemas, durante a presidência de Sucre na Bolívia, as suas “escolas-modelo” a partir do ideal de um “socialismo pedagógico” com a finalidade de transformar as crianças abandonadas em cidadãos livres (pp. 3 e 5). Cf., também, RAMOS, Jorge Abelardo. *Historia de la nación latinoamericana*. Buenos Aires: A. Peña Lillo, 1968, pp. 236-7 (“Don Simón Rodríguez en el Alto Perú”), que destaca a desconfiança de Sucre em relação às atividades iniciativas do Mestre e os escândalos levantados por ele na sociedade alto-peruana. ROZITCHNER, Leon. “O pensamento de Simón Rodríguez e a revolução pendente na América Latina”. In: COGGIOLA,

exemplo, às declarações de Bolívar: por noções modernas se interpretava o antigo; mas também a novidade era aprendida no sentido tradicional.³⁵⁴ Daí o repertório de referências ao direito natural nos marcos do jusnaturalismo hispânico e sua normatividade contratual para legitimar a construção autônoma da comunidade política. Elas apontam, sobretudo, para a perda de liberdades precedentes. Todavia, é forçoso reconhecer que a ponderação das influências teóricas nos pressupostos do discurso revolucionário esbarra em dificuldades enormes. Os agentes históricos não são especialistas de história das idéias ou de ciência política. O pensamento político compõe-se, em todos os casos, de fragmentos de doutrinas nem sempre coerentes entre si.³⁵⁵ É certo ainda que os argumentos de cunho arcaico em Bolívar não podem ser tomados ao pé da letra.

Mas deixemos de lado, por enquanto, as referências de Bolívar ao universo político da tradição hispânica; elas voltarão a ser, mais adiante, o objeto de nossa atenção. Para o que se discute agora interessa tão somente a análise de um modelo singular de suas evocações. O elemento será a porta de entrada a um conjunto de percepções da tradição religiosa.

16.

Desse corpo de referências, uma destacou-se sem dúvida no discurso bolivariano. Ela surgia marcada por uma densidade de significação tão clara que parecia compensar sua diminuta aparição, em termos quantitativos, ao longo dos discursos. Trata-se da figura de Bartolomeu de Las Casas. Já havíamos visto qual tipo de associação simbólica se dava predominantemente neste caso: conferia-se uma continuidade fundamental entre as

Oswaldo (Org.). *A revolução francesa e seu impacto na América Latina* cit., pp. 231-243, além de focar o problema da moral e dos modos de vida (pp. 235-7), investiga as análises de Rodríguez sobre os meios de se evitar, em terras americanas, que na passagem da Monarquia para a República se volte a escamotear o clamor desesperado dos oprimidos, como se deu na Europa com a Revolução Francesa que se prolongou em Napoleão (p. 231).

³⁵⁴ Observou-se, nesse sentido, que não seria correto reduzir a tradição filosófica e política europeia no crepúsculo da Ilustração unicamente ao contractualismo (século XVIII) e ao organicismo romântico alemão da Restauração (século XIX). Daí a consideração do escolasticismo ibérico que alimentou até fins do século XVIII uma versão orgânica do contractualismo capaz ainda de fecundar a linguagem política da emancipação hispano-americana. Cf. COLOM GONZÁLEZ, Francisco. “La imaginación nacional en América Latina” cit., pp. 328-9. Vide, também, ANNINO, Antonio. “Soberanías en lucha”. In: ANNINO, Antonio & GUERRA, François-Xavier (Coord.). *Inventando la nación*, cit., p. 153, que destaca “la enorme ambivalencia que en el tema de la soberanía la época colonial dejó en herencia al siglo XIX hispanoamericano. El liberalismo hispánico adoptó una concepción de la soberanía y del Estado parecida a la francesa posrevolucionaria, pero al mismo tiempo no muy distinta de la borbónica española, exportada a las Indias hacia fines del siglo XVIII.” É preciso lembrar, também, que o pensamento jusnaturalista, “[...] para o qual existiriam leis e direitos antigos, eternos, derivados da ‘natureza’ humana [...]”, aciona, exatamente por isso, uma determinada organização do discurso histórico. GRESPLAN, Jorge. *Revolução francesa e iluminismo* cit., p. 58.

³⁵⁵ Cf. BUSHNELL, David, “A independência da América do Sul espanhola” cit., p. 132.

atrocidades perpetradas pela reação espanhola após a queda da Primeira República e pelos conquistadores do século XVI. Um exemplo modelar dessa articulação se verificava na carta ao Editor do *The Royal Gazette*, dirigida, desde Kingston (Jamaica), em 18 de agosto de 1815:

[...] esos hechos, por abominables que sean, no hacen sino ligera impresión comparados con el gran número de hejos semejantes que, para deshonra del género humano, con tanta frecuencia se repitieron durante la época del descubrimiento y dominación española en la América del Sur y que, desde entonces, se han continuado aun en nuestros días, con tan inconcebible crueldad.

Os governos realistas eram os herdeiros a Lenda Negra; esse tipo de caráter, aliás, definia a história do domínio espanhol no Novo Mundo como uma realidade homogênea. Não surpreende o dado de que esse recurso discursivo tenha aflorado na fase militar do movimento emancipacionista. De qualquer modo, a simbologia de Las Casas era por demais conhecida pelo imaginário religioso de resistência ao colonialismo na América Hispânica, inserindo-se numa tradição remota. A posse tranqüila do solo nativo se garantia à custa da destruição dos habitantes da América pelos inumeráveis assassinatos e atrocidades cometidas pelos espanhóis depois da conquista. Bolívar insistia, a seguir, nessa operação:

“La historia relata ampliamente aquellos espantosos acontecimientos que han sido tan profundamente deplorados por el ilustre historiador Dr. Robertson, apoyado en la autoridad del gran filósofo y filántropo Las Casas, que vió, con sus propios ojos, esta nueva y hermosa porción del globo poblada por sus nativos indios, regada después con la sangre de más de *veinte millones de víctimas*; y vió también las más opulentas ciudades y los más fértiles campos reducidos a horribas soledades y a desiertos espantosos.” [I, pp. 152]

A existência de uma analogia profunda entre a estrutura de argumentação de Bolívar e a de Las Casas no tocante à avaliação da conquista merece, nesse pormenor, a menção à clássica passagem do “Apóstolo das Índias”:

[...] não foi senão a avareza que causou a perda desses povos, que, por serem tão dóceis e tão benignos, foram tão fáceis de subjugar; e quando os índios acreditaram encontrar algum acolhimento favorável entre esses bárbaros, viram-se tratados pior que animais e como se fossem o excremento das ruas [...] e, no entanto, ali teriam podido viver como um paraíso terrestre se disso não tivessem sido dignos.³⁵⁶

Propunha também o nome de Las Casas para a capital da república central que se formaria da união entre a Nova Granada e a Venezuela. O Libertador esperava, assim, honrar o “herói da filantropia” à semelhança do tributo de justiça e gratidão que pretendia dedicar ao

³⁵⁶ LAS CASAS, Bartolomé de. *Brevíssima relação da destruição das Índias*. Porto Alegre: L&PM, 1984, p. 30.

criador do hemisfério (com a proposição do nome de Colômbia para a mesma nação). Os dois nomes, para todos os efeitos, não poderiam ser dissociados da tentativa bolivariana de solidificar – como também Miranda havia procurado fazer – uma idéia de identidade nacional de alcance hemisférico.³⁵⁷

17.

É significativo, entretanto, o fato de Bolívar não ter reforçado as empolgações de ordem religiosa do destinatário da Carta de Jamaica. Mas esse recurso não era, para o caso do Libertador, absolutamente dispensável, sobretudo quando se levava em conta os efeitos que poderia produzir. Desse modo, a evocação de elementos históricos do imaginário religioso indígena, na Nova Espanha, era bem-vinda quando inflamasse o espírito patriótico. O general *mantuano* parecia, aqui, estar cômico do poder que certas imagens possuíam de extrapolar as formas predominantemente discursivas, tão habituais para ele, desenvolvidas mais no restrito círculo das elites. Com efeito, a imbricação de um símbolo poderoso, a virgem índia, com determinadas idéias políticas ilustradas (às vezes não tão precoces) acionava poderosamente a participação das massas camponesas na causa revolucionária.³⁵⁸

Felizmente los directores de la independencia de Méjico se han aprovechado del fanatismo con el mejor acierto, proclamando a la famosa virgen de Guadalupe por reina de los patriotas; invocándola en todos los casos arduos y llevándola en sus banderas. Con esto el entusiasmo político ha formado una mezcla con la religión, que ha producido un fervor vehemente por la sagrada causa de la libertad. La veneración de esta imagen en Méjico es superior a la más exaltada que pudiera inspirar el más diestro profeta. [I, p. 174]

18.

³⁵⁷ Cf. VARGAS MARTÍNEZ, Gustavo. *Bolívar y el poder* cit., p. 137. A associação entre “Colômbia” e Las Casas parece não ter sido gratuita. Miranda, que usava com maior freqüência essa denominação, teria aparentemente cunhado o termo em 1784, a partir de sua leitura em Las Casas (quando concebeu seu projeto independentista).

³⁵⁸ É por demais conhecido o quanto batalhas ideológicas e políticas entre insurgentes mexicanos e tropas realistas (especialmente nas etapas de revolução social profunda, lideradas por Hidalgo e Morelos) foram freqüentemente acompanhadas das batalhas de imagens entre as Virgens de Guadalupe e dos Remédios. Em outubro de 1810, após a vitória parcial das tropas realistas sobre as forças de Hidalgo, em Monte de las Cruces, o vice-rei de Nova Espanha “decidiu transportar solenemente uma imagem de Nossa Senhora dos Remédios de seu santuário até a catedral da cidade do México, atribuindo a vitória à sua proteção e entronizando-a como protetora dos realistas, numa clara competição com o ‘poder milagroso’ da Virgem de Guadalupe, protetora dos rebeldes”. Cf. PRADO, Maria Lígia Coelho. “Sonhos e desilusões nas independências hispano-americanas” cit., pp. 65-6.

A situação de Bolívar em relação à religião era particularmente curiosa. Segundo o irlandês Daniel Florence O’Leary (1801-1854), convertido, em 1820, em *edecán* do Libertador, Bolívar seria “un completo ateo” que acreditava que a religião era necessária somente para governar.³⁵⁹ Essa descrição lembrava, em parte, a que se havia feito a respeito de Miranda, um “deísta” e “anticlerical”.³⁶⁰ Mas uma investigação das declarações de Bolívar a esse respeito parece complicar a descrição de seu ajudante-de-campo. Seu testemunho teria sido no mínimo exagerado. Talvez reforcem essa conjetura as queixas do irlandês sobre a associação freqüente entre a política e a religião na Nova Granada. Essa mescla, observava, incorria quase sempre na justificativa de erros e crimes cometidos em nome do Todo-Poderoso; se conferia às discussões civis uma certa importância e estabilidade, era sempre sucedida, por fatais conseqüências.³⁶¹ Pode ser, então, que O’Leary tenha projetado a Bolívar seu próprio distanciamento em relação aos sentimentos religiosos.

Algumas ocasiões indicavam, de fato, a rejeição espontânea de Bolívar em dar prosseguimento a contendas simbólicas que envolvessem elementos religiosos. O exemplo, talvez, mais paradigmático deste caso foi, como vimos,³⁶² a peculiaridade de sua resposta à devastação causada pelo terremoto de 1812. Ao “fanatismo religioso” do clero realista que, explorando este fenômeno, causou “transtornos morais” à causa patriótica, respondia, tal qual um novo Prometeu, com a típica expressão da experiência moderna do tempo: “Si se opone la Naturaleza, lucharemos contra ella y la haremos que nos obedezca.”

19.

Havia, contudo, exemplos freqüentes que indicavam uma atitude contrária. Onze anos depois, Bolívar, dirigindo-se a Dom Lasso de la Vega, Bispo de Mérida (14/06/1823), respondia, com obstinação, às explorações que faziam os espanhóis do rompimento da Santa

³⁵⁹ Citado por LYNCH, John, *Las revoluciones hispanoamericanas* cit., p. 199.

³⁶⁰ *Ibidem*, p. 194. O historiador faz referências, aqui, à biografia do Precursor escrita por W. S. Robertson. *The life of Miranda*. 2. vols. Chapel Hill, 1929, II, pp. 90 e 272 e à obra de Láutico García, S. J. *Francisco Miranda y el Antiguo Régimen Español*. Caracas, 1961. Um caso representativo dessa tendência foi o do conspirador José León que, no cárcere de Caracas, em 1808, se dedicou a emitir, entre os presos, conceitos delicados contra a Monarquia e a Igreja, sendo, por isso, julgado pela Real Audiência e o Santo Ofício. REYES, Juan Carlos. “El pensamiento ilustrado en la cárcel real de Caracas en el año 1808”. In: *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 342 (2003), pp. 153-73.

³⁶¹ Citado por MORA MÉRIDA, José Luis. “Iglesia y Estado ante la configuración de un nuevo modelo político hispanoamericano”. VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica* cit., p. 238.

³⁶² Vide cap. 2.

Sé com a Colômbia.³⁶³ “Ahora dirán nuestros enemigos que el Papa nos tiene separados de la comunidad de los fieles: son ellos los que se han separado de la Iglesia Romana. Acabo de ver decretos horribles contra la Silla Apostólica.”³⁶⁴ [I, p. 765] Mas uma advertência da mesma índole já havia sido dirigida, cerca de um ano e meio antes, ao Bispo de Popayán (31/01/1822). Bolívar insistia ao prelado que não haveria razões para se temer uma ameaça à Igreja por parte da demasiada liberalidade dos governos republicanos. Se a fragilidade estrutural dessas instituições fosse um dos motivos pelos quais o bispo teria se mantido fiel ao governo espanhol, ele não poderia menosprezar, argumentava o Libertador, o fato de que a revolução liberal na Espanha acabou por se mostrar profundamente imbuída pelo espírito anti-religioso. Os esforços retóricos de Bolívar em enfatizar as figuras da América piedosa contra a impiedade européia iam exatamente nesse sentido. Convidava, então, ao bispo que fizesse justiça à religiosidade do governo republicano. Emergiam referências, para tanto, a prelados espalhados pela América Espanhola que reconheceram a perfeita compatibilidade entre os princípios liberais e a “verdadeira religião”. Alguns desses bispos eram até, a princípio, realistas inflexíveis [I, p. 625]. A prudência e a diplomacia de Bolívar no tratamento desta

³⁶³ Em 1816, pela Breve *Etsi longissimo*, o Papa Pio VII dirigiu-se à Igreja “da América sujeita ao Rei católico das Espanhas”, denominando a luta pela independência como “[...] uma funesta cizânia de desordens, de sedições, que o homem inimigo semeou nestes países.” A revolução contra a Coroa espanhola era assim apresentada como uma revolução contra a Igreja. Quando eclodiu a revolução liberal anti-religiosa na Espanha, o Papa começou a mostrar-se favorável aos novos governos. Isso aparecia na carta de 1822 dirigida ao bispo de Mérida. Mas a atitude relativamente favorável de Roma mudou outra vez, quando da restauração absolutista de Fernando VII, a partir de 1823. Daí o rompimento subsequente entre a Santa Sé e a Colômbia da qual falava Bolívar. Pouco mais de um ano depois, em 25 de setembro de 1824, Leão XII, pela Bula *Etsi iam diu*, declarava indiretamente ilegítimas as guerras pela independência. Vide, a propósito, RICHARD, Pablo. *Morte das cristandades e nascimento da Igreja: análise histórica e interpretação teológica da Igreja na América Latina*. 2.^a ed. São Paulo: Paulinas, 1982, pp. 63-4 (“A atitude dos papas perante a guerra de Independência”). Richard apresenta também o caso de Dom Lasso de la Vega como representativo das contradições que devia conhecer a Igreja durante esse período. Até 1820 ele pregou a fidelidade ao rei Fernando VII e apoiou, com suas cartas pastorais e também com ajuda econômica, o exército real. Mas, a partir de 1820, com a revolução liberal na Espanha, o bispo passou progressivamente para o campo dos patriotas. “De uma maneira extraordinária para a sua época, esse bispo, quando veio à discussão o projeto de constituição, insistiu para que se suprimisse o artigo concernente à religião católica como religião oficial do Estado. Sua iniciativa foi um fracasso, pois o governo republicano não estava disposto a perder as vantagens do Padroado que acreditava herdar do Rei da Espanha. O prelado publicou em 1822 uma carta pastoral favorável ao governo patriota e, a pedido de Bolívar, escreveu também ao Papa uma carta explicando a situação da Igreja na Venezuela, e tomando a defesa do movimento revolucionário. A resposta positiva do Papa a essa carta [...] espalhou-se por toda a América Latina e foi comentada com entusiasmo pelos revolucionários-patriotas de todos os outros países.” (pp. 66-7) Quando da missão do Monsenhor Giovanni Muzi, como vigário apostólico da América meridional, que partiu de Roma com faculdades amplíssimas para consagrar bispos *in partibus* e autorizar aos chefes de Estado o uso do patronato na apresentação de eclesiásticos menores, Bolívar foi o único que percebeu a importância política do acontecimento. Mas a missão fracassou com o radicalismo chileno e argentino. Além disso, o estado de guerra latente no Peru tornou impossível à missão atuar na região, apesar dos apelos de Bolívar. Cf. BIDEGAIN GREISING, Ana Maria. “A igreja na emancipação (1750-1830)”. In: DUSSEL, Enrique. *Historia liberationis: 500 anos de história da Igreja na América Latina*. São Paulo: Paulinas/CEHILA, 1992, p. 155 e VÁZQUEZ, Josefina Zoraida. “Una difícil inserción en el concierto de las naciones.” In: ANNINO, Antonio & GUERRA, François-Xavier (Coord.). *Inventando la nación* cit., p. 264.

³⁶⁴ Bolívar não especificou esses decretos.

questão pareciam ter surtido o tão esperado efeito. Dom Salvador Jiménez de Enciso, que havia de fato já oferecido a ocasião para ser expulso de sua diocese em 1820, era finalmente atraído, dois anos depois, ao campo republicano.³⁶⁵ Ao bispo de Cuzco, Dom José Calixto de Orihuela, dizia, nesse sentido, “[...] que el patriotismo es un fuego sagrado, que no puede estar oculto; y que habrá ganada la felicidad del país cuya moralización demanda extraordinariamente todo el paternal cuidado de los sucesores de los Apóstoles.” [II, p. 77]

Mas o Libertador não reconheceu menos (para além da medida de sua adesão pessoal) a importância do catolicismo como parte essencial da identidade hispano-americana e a influência constante que o clero desempenhou sobre todos os grupos sociais³⁶⁶. Com efeito, havia até a emancipação uma profunda unidade da fé católica com os princípios políticos. Também não resta dúvida de que o aproveitamento das crenças populares foi um elemento comum entre os líderes independentistas. Além disso,

[...] la revolución independentista triunfó porque, aparte la actuación de los militares y los políticos, encontró una base y un apoyo en el ancestro ideológico eclesiástico que le sirvió a los próceres para explicar y probar la legitimidad de sus gobiernos. [...] En el fondo se trataba de ofrecerle al pueblo una justificación adecuada ante el problema de derecho y de moral que significaba para Hispanoamérica el fenómeno emancipador. La Iglesia podía entre otras cosas porque ella tenía que seguir siendo fiel a su oficio pastoral y, además, sus teólogos eran precisamente los que daban la base ético-ideológica para explicar el proceso.³⁶⁷

A Igreja era, de fato, uma instituição religiosa e estatal no mais amplo sentido da palavra. “El Estado embrionario”, por sua vez, “acepta, utiliza, busca o se apropria de unas instituciones eclesiásticas [...]”³⁶⁸ Seria, portanto, um equívoco presumir que Bolívar tenha almejado converter o universo tradicional da religião em *tábula rasa*. Se algo próximo dessa tentativa foi de fato visado ela só pode ser aplicada na busca pela supressão de certas prerrogativas da Igreja, relacionadas, sobretudo, ao controle do sistema de ensino. É certo, por

³⁶⁵ Cf. MORA MÉRIDA, José Luis. “Iglesia y Estado ante la configuración de un nuevo modelo político hispanoamericano” cit., p. 243.

³⁶⁶ Cf. SUBERO, Efraín. “Bolívar y la cultura”. In: *Anthropos*. Los Teques (Venezuela): Instituto Universitario Salesiano Padre Ojeda, 2 (1992), p. 57. De algo também é preciso lembrar. “Na realidade do tipo colonial, onde o Estado controlava totalmente o aparelho político impedindo a formação de organizações políticas, e onde também faltava autonomia do pensamento político em relação ao religioso, a única possibilidade de expressão que os setores populares tinham era afirmar certos princípios religiosos capazes de funcionar como utopia política. Nessa situação, em que o religioso aparece como elemento aglutinante e dinamizador, a Igreja se apresenta como a única instituição fundamental do sistema imperial não considerada pelas classes populares como estranha e afastada delas.” BIDEGAIN GREISING, Ana Maria. “A igreja na emancipação (1750-1830)” cit., p. 135.

³⁶⁷ MORA MÉRIDA, José Luis. “Iglesia y Estado ante la configuración de un nuevo modelo político hispanoamericano” cit., p. 239.

³⁶⁸ *Ibidem*, p. 220.

exemplo, que Bolívar havia se queixado várias vezes da situação de imunidade dos eclesiásticos, sobretudo daqueles que não eram partidários da causa emancipadora.³⁶⁹

20.

O pensamento de Bolívar, neste pormenor, poderia ser em grande parte inserido na atitude predominante dos fundadores da república colombiana frente à religião:

O pensamento dos fundadores da república colombiana não é [...] nem ‘anticatólico’, nem fundamentalmente deísta, nem, menos ainda, irreligioso. Seu horizonte simbólico é, salvo algumas raras exceções, essencialmente religioso. Considera-se que os direitos do homem, a soberania popular e ainda a autonomia da razão se inscrevem na ordem divina da Criação. [...] Longe de ser ‘materialista’, a nova institucionalidade republicana se apóia em representações teológicas. [...] em nível simbólico, a República não busca substituir a religião pela ‘filosofia’, [...] senão trocar formas arcaicas de pensamento religioso, correlativas de formas arcaicas de organização política da sociedade, por formas que implicam uma nova articulação entre fé e razão. O espírito republicano não vai contra a religião, porém supõe e implica uma renovação da teologia e do pensamento religioso.³⁷⁰

O Libertador, queixando-se do clero ainda ligado à causa realista,³⁷¹ dizia praticamente o mesmo numa carta, irônica e ao mesmo tempo indignada, dirigida, desde Pamplona, a Santander (08 de novembro de 1819):

Es preciso que [todos os padres] llamen las cosas por su nombre; que digan altamente: “El gobierno de la república es legítimo, es santo porque Dios ha establecido entre los hombres el derecho y el deber para consagrar la propiedad de las cosas, de los bienes, y de las instituciones. Dios no puede aprobar la violación de sus propios principios, de sus leyes fundamentales; por el contrario, Dios ve con horror el crimen de la usurpación, de la tiranía; Dios aprueba la creación de un gobierno cuyo fin es el bien de la comunidad, o cuando no es la obra de la propia comunidad, según su voluntad y no según la fuerza, que ningún derecho de la

³⁶⁹ MORA MÉRIDA, José Luis. “Iglesia y Estado ante la configuración de un nuevo modelo político hispanoamericano” cit., p. 224.

³⁷⁰ MULLER, Alfredo Gómez. “Para uma teologia da república no século XIX latino-americano: o caso colombiano”. In: FORNET-BETANCOURT, Raúl (Org.). *A teologia na história social e cultural da América Latina*. Vol. 3. São Leopoldo: Unisinos, 1996, pp. 90 e 98-9.

³⁷¹ Sobre a atitude do clero nas revoluções de independência na América Espanhola vide RICHARD, Pablo. *Morte das cristandades e nascimento da Igreja* cit., pp. 65-6, que enfatiza a diferença em relação ao comportamento dos bispos, “pois não estando senão indiretamente ligado à dependência colonial, estava menos dependente da Coroa da Espanha e da legitimação que o Papa lhe dava”, e BIDEGAIN GREISING, Ana Maria. “A igreja na emancipação (1750-1830)” cit., pp. 146-9, que lembra a atuação dos religiosos e sacerdotes desde a cura das almas até a participação nos combates.

fuerza; es tan diferente el derecho, de la fuerza, como es el sacrificador, de la víctima, como es la España con respecto a la América”. [I, p. 400]

Com efeito, tão forte era o tradicionalismo religioso na América Espanhola que seus efeitos se fizeram sentir até sobre o ímpeto reformador do congresso venezuelano em 1811. Apesar de ter destituído, “indiscriminadamente, os religiosos e os militares de seus *fueros*”, continuou-se “a rejeitar a tolerância religiosa, ou por ser inaceitável por princípio, ou simplesmente por se revelar prematura [...]”.³⁷² A Primeira República demonstrava-se, assim, herdeira da religião como elemento tradicional na definição da personalidade da Monarquia, apesar de um número expressivo de insurgentes americanos, e Bolívar certamente era um deles, ter tido grande dificuldade de declarar-se, ao mesmo tempo, católicos, independentistas e republicanos.³⁷³ Uma atitude de proteção das instituições eclesiásticas era francamente assumida por Bolívar, numa carta dirigida, em 24 de maio de 1821, a Fernando Peñalver. Mais ainda, esse comportamento demarcava uma posição sobre a matéria que distinguiria consideravelmente os partidários do Libertador em relação a seus adversários.³⁷⁴ No documento, recomendava cuidados no tratamento ao Bispo de Maracaibo, “un santo hombre lleno de eminentes cualidades [...]”. O prelado, observava, aborrecia mais aos liberais (federalistas) que aos patriotas (centralistas), “porque aquéllos se han declarado contra las instituciones eclesiásticas, cuando nosotros las protegemos.” [I, p. 561]

³⁷² BUSHNELL, David, “A independência da América do Sul espanhola” cit., p. 136. Do Congresso que declarou, nessa ocasião, a independência da Venezuela nove sacerdotes tomaram parte. Cf. BIDEGAIN GREISING, Ana Maria. “A igreja na emancipação (1750-1830)” cit., p. 147. Alguns líderes *criollos*, e Bolívar destacava-se sem dúvida entre eles, pareciam ter se dado conta de algo que escapou ao grupo dirigente ilustrado na Espanha das reformas borbônicas, isto é, de que o ataque à Igreja fulminava os mesmos fundamentos do estado, pois, na Monarquia católica, o compromisso político foi monopolizado pelas instituições eclesiásticas até a época de Carlos III. Cf. ANNINO, Antonio. “Soberanías en lucha” cit., p. 156.

³⁷³ Cf. GUERRA, François-Xavier, *Modernidad e independencias* cit., p. 165.

³⁷⁴ Federalista convicto, Vicente Rocafuerte, que havia sempre feito profissão de tolerância, aconselhava Bolívar, numa carta de 08 de janeiro de 1825 dirigida de Londres, a romper com Roma, qualificando com termos depreciativos o Papa Leão XII: “[...] con mucha sagacidad y con el tino político que les es a V. característico, es indispensable cortar de un modo imperceptible el cable que aún nos une a Roma. Allí está el germen de las desgracias que nos esperan, los rayos del Vaticano [...] para evitar semejante desgracia aprovechémonos de la debilidad del actual jefe de Roma, que es un bonus vir, miserable satélite de la Santa Alianza [...]”. SALVADOR LARA, Jorge. “Bolívar y Rocafuerte: unitarismo y federalismo”. In: VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica* cit., pp. 449-50. O estudo aborda a evolução das relações entre o Libertador e o representante da elite *criolla*, desde a amizade desencadeada em Paris, durante os primeiros anos do século XIX, até o período da franca hostilidade a partir de 1826. As diferenças entre ambos são retratadas adequadamente como o reflexo, no plano pessoal, do enfrentamento entre unitaristas e federalistas em escala continental.

21.

Se os argumentos religiosos não desempenhavam uma função prioritária no combate aos espanhóis, a defesa da religião parecia a Bolívar um instrumento imprescindível para a defesa da institucionalidade republicana.³⁷⁵ As advertências que dirigia, numa segunda carta, ao Bispo de Popayán (10 de junho de 1822) expressavam esse reconhecimento com precisão. O prelado, irredutível à causa independentista, não renunciara às pretensões de se retirar da Colômbia. A resposta do Libertador era, no mínimo, curiosa. Bolívar não acusava o bispo de conspiração política. Responsabilizava-o, sim, de abandonar sua missão pastoral. A resistência da autoridade eclesiástica em reconhecer a nação colombiana acarretava necessariamente o desprezo pela universalidade da Igreja.

[...] Ilmo. señor, yo me atrevo a pensar que V. S. I., lejos de llenar el curso de su carrera religiosa en los términos de su deber, se aparta notablemente de ellos, abandonando la iglesia que el cielo le ha confiado, por causas políticas y de ningún modo conexas con la viña del Señor. [I, p. 641]³⁷⁶

Ficariam, assim, órfãos os “cordeiros” de Popayán. O bispo, dizia, mostrava-se surdo também à voz do governo da Colômbia que suplicava-lhe que fosse um de seus condutores na carreira do céu.

Sepa V. S. I. que una separación tan violenta en este hemisferio, no puede sino disminuir la universalidad de la Iglesia romana, y que la responsabilidad de esta terrible separación recaerá muy particularmente sobre aquellos que, pudiendo mantener la unidad de la Iglesia de Roma, hayan contribuido, por su conducta negativa, a acelerar el mayor de los males, que es la ruina de la Iglesia y la muerte de los espíritus en la eternidad.” [I, p. 642]

³⁷⁵ O detalhe da simbiose entre expressões políticas e religiosas no pensamento bolivariano parece ter passado despercebido para RICARDO, Pio Bello, “Los sentimientos religiosos del Libertador”, in: *Anthropos*. Los Teques (Venezuela): Instituto Universitario Salesiano Padre Ojeda, 2 (1992), pp. 67-86. O autor, destacando somente as referências positivas do Libertador à religião, propõe um Bolívar “devoto”, para quem os universos do enciclopedismo e do sentimento religioso, como se fossem dois compartimentos isolados, parecem nunca se imbricar. Não são dados no ensaio esclarecimentos acerca da natureza profundamente ambígua das posições do Libertador a respeito da religião.

³⁷⁶ Preocupações dessa ordem se mostraram ainda mais fortes com a missão que Bolívar enviara a Paris a cargo de Palácio Fajardo (quando o papa Pio VII era prisioneiro de Napoleão) para solicitar a nomeação de novos bispos para a nova república da Colômbia. “Bolívar enviou insistentes delegações diplomáticas à Santa Sé; Peñalver y Vergara em 1819, Zea em 1821, Echevarria em 1822, Gutiérrez Moreno em 1823 e finalmente Ignacio Tejada em 1823 a 1826; este conseguiu a nomeação dos bispos. Bolívar buscou antes de tudo pôr em contato direto com Roma o episcopado da república para em seguida poder solicitar a nomeação de bispos para as sedes vacantes.” Cf. BIDEGAIN GREISING, Ana Maria. “A igreja na emancipação (1750-1830)” cit., p. 151.

Essas ponderações mostram, com razoável segurança, que Bolívar se encontrava, de fato, entre os líderes patriotas que reconheceram um erro que, de início, estiveram a ponto de cometer. Tratava-se da alternativa de fundar várias igrejas nacionais e locais, o que, sem dúvida, poria em risco a institucionalidade e a universalidade que a Igreja oferecia ao movimento independentista. Era, como já se observou, uma forma indispensável para definir e consolidar a nascente nacionalidade.³⁷⁷ Desde os primeiros anos da presidência delegada do General Santander, o inseguro governo colombiano não quis se ver comprometido com a religiosidade popular. Mais ainda, num decreto de 16 de dezembro de 1819, Santander declarava o governo “Protetor da Igreja católica”. Esse tipo de auxílio à jurisdição eclesiástica comportava, paradoxalmente, um sentido patronal que nada devia ao mais puro regalismo do século XVIII.³⁷⁸

Uma série de correspondências e decretos acusava, sem dúvida, a atenção de Bolívar para questões concernentes à tumultuada organização da Igreja nas repúblicas nascentes. Preocupações dessa ordem pareciam ter sido inauguradas já na brevíssima carta dirigida ao Arcebispo de Caracas (07 de agosto de 1813). Bolívar solicitava dados precisos sobre os párocos proprietários da Arquidiocese. Três dias depois solicitava ao mesmo arcebispo que intimasse “a todos los párocos, predicadores y confesores” de sua jurisdição eclesiástica para que explicassem, sob a pena de suspensão de suas funções, “semanalmente los justos principios de la emancipación americana.” Em 23 de maio de 1814, queixava ao Arcebispo de Valência por haver poucos no estado eclesiástico que se expunham, como capelães, a perigos, “pela defensa de nuestros derechos y del orden público.” Menções mais honrosas, entretanto, expressavam o seu contentamento pela consolidação, mesmo em meio a tempos mais incertos, da instituição eclesiástica. Bolívar, nesse sentido, felicitava a Fernando Caicedo, Provisor Vigário Geral do Arcebispado de Bogotá, pela conclusão da Catedral. Aos seus olhos, a eleição do clérigo a este encargo havia sido acertada; à cabeça da Igreja via um digno filho dela [I, pp. 794-5].

Podes assegurar aos clérigos, declarava à sua irmã, María Antonia Bolívar, em 27 de outubro de 1825, “que protegeré la religión hasta que muera.” [II, p. 254] Essa perspectiva se acentuava ainda mais com a intensificação da crise na Colômbia, quando, então, o Libertador convocara a Igreja para contribuir na condução da república a uma estabilidade

³⁷⁷ Cf. MÉRIDA MORA, José Luis. “Iglesia y Estado ante la configuración de un nuevo modelo político hispanoamericano” cit., pp. 240-1.

³⁷⁸ *Ibidem*, p. 242.

permanente³⁷⁹. “Mi plano”, confidenciava a Páez em carta de 30 de junho de 1828, “es apoyar mis reformas sobre la sólida base de la religión, y acercarme, en cuanto sea compatible con nuestras circunstancias, a las leyes antiguas menos complicadas y más seguras y eficaces” [II, p. 905] Quase dois meses depois, em 23 de agosto de 1828, ele retomaria essa reflexão junto ao general *llano*, identificando explicitamente a força simbólica dos princípios religiosos na sedimentação da ordem: “Yo he dado ya algunos decretos importantes en varios ramos que han sido muy bien recibidos, particularmente aquéllos que tienen por objeto aumentar nuestras rentas y sostener la religión como una de las más fuertes barreras que puede oponerse al torrente de las pasiones anárquicas [...]” [II, p. 952] A Dom Ramón Ignácio Mendez, Arcebispo de Caracas, solicitava, em outubro de 1828, que exortasse aos ministros para que não cessassem na pregação da moral cristã e “[...] de la necesidad del espíritu de paz y de concordia para continuar en la vía del orden y de la perfección social.” E acrescentava: “¿Cómo nos preservaremos de la anarquía y de las desgracias de la guerra intestina, si no se calman los espíritus y no se desvanecen los proyectos?” [III, p. 14] O motivo imediato não deixava dúvidas. Bolívar iniciava a correspondência aludindo ao “criminal suceso de la noche del 25 [...]”, isto é, do atentado contra sua vida. Na carta ao Padre Justiniano Gutiérrez, do mesmo mês, evocando o destrutivo exemplo do tratamento da Revolução Francesa à questão religiosa, indagava enfaticamente sobre o maior interesse que tomava

por el restablecimiento de la religión y de las órdenes monásticas que tanto contribuyen a la civilización de este país; y lo que es más, que trabajan incesantemente en impedir la propagación de los principios que nos están destruyendo, y que al fin logran no sólo destruir la religión, sino los vivientes, como sucedió en la revolución de Francia, en que los más acalorados filósofos tuvieron que arrepentirse de lo mismo que ellos habían profesado; así fue que el abate Raynal murió despedazado de remordimientos, y como él, otros muchos, pues, sin la consciencia de la religión, la moral carece de base. [III, p. 15]

³⁷⁹ Essa aproximação franca de Bolívar com a Igreja coincide com o período de ridicularização da maçonaria, segundo, por exemplo, sua declaração a Perú de la Croix, em 1828, que a recolheu em seu *Diario de Bucaramanga*. O Libertador, pouco depois, conceberia a maçonaria não só ridícula, senão perniciosa, proibindo-a pelo Decreto de 08 de novembro de 1828. FERRER BENIMELI, José A. “Bolívar y la masonería”. In: *Estudios ibero-americanos*. Porto Alegre: PUCRS, 1 e 2 (1983), p. 45. Até onde eu saiba esse documento deve ter se perdido. Mas o núcleo de afirmações pejorativas de Bolívar à maçonaria está disperso ao longo dos documentos da década de 1820. A única documentação que existe, segundo o detalhado estudo de Ferrer Benimeli, sobre a militância maçônica de Bolívar é dos anos de 1804-1805. As tentativas de historiadores de provar a participação direta de Bolívar nos 25 ou 26 anos subsequentes fracassaram. Trata-se, pois, de um período de distanciamento maçônico ou de ausência, ao menos, de notícias de uma participação direta. Mas algo é certo. As alusões do Libertador à maçonaria, nas cartas, são, como disse acima, esmagadoramente negativas. Sobre as maçonarias como um espaço público onde, no início do século XIX, se travavam discussões política diante do poder constituído e fora do controle hegemônico das monarquias absolutistas, cf. MOREL, Marco. “Sociabilidades entre *Luzes* e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX”. In: *Estudios históricos*. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 28 (2001), pp. 3-22.

Desde 1826 as relações entre Roma e os novos Estados já começava a se regularizar. O Papa tendia progressivamente a viver sem o direito do Padroado, desencadeando-se, assim, o processo de reconstrução da Igreja.³⁸⁰ Mas, ainda em carta de 07 de novembro de 1828, o Libertador solicitava ao Papa Leão XII que ratificasse a declaração do governo da Colômbia de exercer o direito de padroado que haviam utilizado os reis da Espanha [III, p. 37]. “A virtud del patronato”, prosseguia,

se han llenado las numerosas vacantes que había en las catedrales, se han provisto en propietarios, y con arreglo a las disposiciones canónicas, los beneficios que tienen cura de almas, y la Religión se conserva pura y como la recibimos de nuestros padres, por el cuidado, por la vigilancia y protección del gobierno. Vuestra Santidad debe siempre contar con ella y con nuestra decidida voluntad de sostener el Catolicismo en esta república. [III, p. 38]

22.

Há, no Manifesto de Bolívar “às Nações do Mundo sobre a Guerra de Morte”, de 24 de fevereiro de 1814, um detalhe silencioso, quase imperceptível. O Libertador fazia menção “aos numerosos povos da pacífica América” sobre os quais o governo espanhol derramou, durante os três séculos de ilegítima usurpação, o opróbrio e a calamidade. Se observarmos, de fato, que Bolívar privilegiou no documento a exaltação das atrocidades realistas praticadas após o colapso da Primeira República, a insignificância do indício pareceria em grande parte justificada. Mas uma avaliação desse tipo seria, no mínimo, duvidosa. Com efeito, o que à primeira vista denota insignificância passará a adquirir uma faceta inteiramente distinta se a situarmos pouco a pouco na análise rigorosamente formal que até agora delineamos. Há uma razão decisiva para pensarmos com cautela.

23.

³⁸⁰ Cf. RICHARD, Pablo. *Morte das cristandades e nascimento da Igreja*. Roma acabou por reconhecer os novos Estados da América Espanhola, em 1831, com a bula *Solicitud Ecclesiarum*, de Gregório XVI.

Bolívar, ao que tudo indica, “distinguía el gobierno absolutista de Madrid y el envidiable patrimonio humanístico y cultural de España.”³⁸¹ Essa distinção aparecia com maior frequência após a revolução de Riego na Espanha (1820) e o armistício firmado entre Bolívar e o General Pablo Morillo, em Santa Ana (27/11/1820). A emergência de um governo liberal despertou em Bolívar a certeza de que era possível negociar com a Espanha em pé de igualdade.³⁸² Mas declarações do mesmo tipo são visíveis também em anos anteriores. Uma delas aparecia já na Carta de Jamaica de maneira bastante direta: “[...] el lazo que la unía”, isto é, a América,

a la España está cortado: la opinión era toda su fuerza; por ella se estrechaban mutuamente las partes de aquella inmensa monarquía; lo que antes las enlazaba, ya las divide [...]. El hábito a la obediencia; un comercio de intereses, de luces, de religión; una recíproca benevolencia; una tierna solicitud por la cuna y la gloria de nuestros padres; en fin, todo lo que formaba nuestra esperanza, nos venía de España. De aquí nació un principio de adhesión que parecía eterno, no obstante que la conducta de nuestros dominadores relajaba esta simpatía, o, por mejor decir, este apego forzado por el imperio de la dominación. [I, p. 160]

A distinção, portanto, era clara: havia um futuro do passado (as esperanças nutridas) solidificado pelos laços entre a América e a Espanha; mas a degradação desse vínculo se encontrava na ação corrosiva do colonialismo. A operação discursiva sugere, portanto, a pressuposição de um substrato positivo do passado hispânico. Bolívar, de fato, não poderia desprezar um dos elementos fundamentais da identidade *criolla*.

Num manifesto dirigido, em 09 de fevereiro 1819, aos venezuelanos, essa distinção volta a ser destacada, em meio aos presumidos rumores da morte de Fernando VII: “La justicia se ha declarado por la Libertad, y el tirano de Espana es muerto. [...] La Nación Española vengándose y vengándonos, nos ha librado de la Guerra, porque al derribar la Tiranía, ha recobrado la Libertad.” [III, p. 673] A condenação do ímpeto contra-revolucionário de Fernando VII, sempre que evocada, exaltava, como contrapartida que a engrandecia, o espírito liberal da nação peninsular [III, p. 287].³⁸³

³⁸¹ ALEIXO, Jose Carlos Brandi. *Visión y actuación internacional de Simón Bolívar* cit., pp. 10-1. O âmagô da citação que transcrevo a seguir, da Carta de Jamaica, foi ilustrada nesse contexto por Aleixo. Tomei, mesmo assim, a liberdade de reproduzi-la com um trecho essencial que no seu ensaio havia sido omitido.

³⁸² Cf. MARTINEZ, Nelson. *Simón Bolívar* cit., p. 108.

³⁸³ Carta a Mariano Renovaes (20/05/1818), tenente-general espanhol, partidário da independência da América.

A tradição jurídica espanhola foi particularmente reivindicada por Bolívar quando do episódio do confisco, em julho de 1817, das embarcações norte-americanas *Tigre* e *Libertad* pelas forças marítimas da Venezuela.³⁸⁴ Para tanto, Bolívar alegava que os *buques* haviam ignorado o bloqueio e o sítio sobre a Baixa Guayana e Angostura, decretado pelos patriotas desde 6 de janeiro de 1817 e publicado na Gazeta de Norfolk, em 06 de março do mesmo ano. As cartas de Bolívar a Bautista de Irvine distribuídas entre 29 de julho e 12 de outubro de 1818, indicam dez ocasiões de contato. O Agente dos Estados Unidos junto à Venezuela exigia a indenização pelo apresamento dos *buques*; levando-se em conta as resistências agudas de ambas as partes, a correspondência chegou a ser marcada por momentos verdadeiramente tensos. Bolívar refutava o argumento de que os capitães das embarcações não teriam conhecimento do bloqueio. Mas um fator, sem dúvida, acentuaria ainda mais a inflexibilidade do Libertador. As *goletas* haviam introduzido elementos militares aos realistas, violando a neutralidade; essa transgressão as fez passar para o estado de beligerantes [III, p. 316]. A atitude dos Estados Unidos de não permitir que se abastecessem com armamentos de qualquer tipo a patriotas contra os espanhóis firmava ainda mais a indignação de Bolívar. Além disso, nenhuma potência marítima reprimiu a extensão espanhola do direito de bloqueio, para além do que fez a Nação Britânica, que teria confiscado diversas embarcações neutras por qualquer causa ou pretexto. Para justificar o bloqueio, Bolívar alegava a confirmação dessa doutrina universal e antiqüíssima pelo artigo 33 das *Ordenanzas de Corso españolas*: “Serán siempre buena presa todos los géneros prohibidos y de contrabando que se transportaren para el servicio de enemigos en cualesquiera embarcaciones que se encuentran [...]” [I, p. 334] O decisivo,

³⁸⁴ O hibridismo entre a ruptura e a continuidade em relação à tradição jurídica espanhola foi, na verdade, analisada devidamente como um componente geral dos estados nascentes do movimento independentista na América Espanhola por GUARDIA, Amelia. “Proceso de codificación en Hispanoamérica”. In: *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 349 (2005), pp. 71-90. “Las Constituciones en lo que respecta al Derecho Público y las codificaciones del Derecho privado de los distintos países hispanoamericanos, cambiaron su manera de ser y se utilizaron como instrumentos formales de la ruptura con España aún cuando en muchos casos el derecho histórico anterior, se mantuviera en su vigor. Prácticamente en todos los países hubo congresos, constituciones, derechos formales, poderes y elecciones y así se inició una etapa de la vida republicana donde el liberalismo fue moldeado por las condiciones particulares de cada uno de ellos. En ese sentido se puede decir que así como en la esfera del Derecho público se acudió a la constitución francesa, a la Carta Federal de los Estados Unidos de 1875 y a la Constitución gaditana de 1812, en materia de códigos la situación fue diferente toda vez que la dinámica social impedía un rompimiento radical con la tradición jurídica española representada por las Leyes de Indias y por la dinámica que había impuesto el desarrollo de la administración ultramarina de España desde centros tan importantes como Virreinos, Audiencias y Capitanías Generales.” (pp. 76-7.) Cf., también, GUERRA, François-Xavier. “De la política antigua a la política moderna: invenciones, permanencias, hibridaciones. In: *19th International Congress of Historical Sciences*. Oslo: University of Oslo, 2000, pp. 1-13, que analisa o fenômeno das complexas combinações entre o antigo e o novo no plano das práticas políticas, reproduzindo, em grande parte, as reflexões desenvolvidas em *Modernidad e independencias* cit.

entretanto, era que, de acordo com Bolívar, essa regra se observava nos julgamentos de confisco pelos tribunais espanhóis “*en todos tiempos*”. “Venezuela, que hasta ahora no ha podido ocuparse sino de combatir se ha visto forzada a continuar la leyes y prácticas que la habían regido durante el duro yugo de la España, en cuanto no han sido contrarias a su sistema de libertad e independencia.” Se a lei era injusta, continuava, ou se afetava os direitos de neutralidade, o que teria feito o governo espanhol, a responsabilidade deveria recair sobre a monarquia ibérica e não sobre a Venezuela. A república venezuelana não poderia, devido ao estado beligerante, aplicar-se em melhorar as instituições. Esse aperfeiçoamento só era possível como consequência da emancipação; não se tratava, portanto, de uma premissa.

Outro reconhecimento do direito público do período colonial aparecia na carta ao General Antonio José de Sucre (21 de fevereiro de 1825). A ocasião era a do delicado impasse em torno da emancipação do Alto Peru. Com efeito, sua anexação era reivindicada tanto por Buenos Aires quanto pelo Peru. Mas o Libertador lembrava que a província era uma dependência imediata do vice-reinado de Buenos Aires (assim como Quito era do Peru). “El Alto Perú”, dizia, “pertenece de derecho al Río de la Plata, de hecho a España, de voluntad a la independencia de sus hijos que quieren su estado a parte, y de pretensión pertenece al Perú, que lo ha posído antes, y lo quiere ahora.” [II, p. 88] Sabemos que Bolívar não aceitava (o que também confidenciou a Sucre) a incorporação do Alto Peru ao Rio da Prata, um governo marcado pela anarquia; entregá-lo, de outra parte, ao Peru era uma violação do direito público que estabelecemos. Que direito era esse? A categórica resposta de Bolívar tornou-se bastante conhecida:

Ni Vd., ni yo, ni el congreso mismo del Perú, ni de Colombia, podemos romper y violar la base del derecho público que tenemos reconocido en América. Esta base es que los gobiernos republicanos se fundan entre los límites de los antiguos virreinos, capitanías generales, o presidencias [...]. [II, p. 83]

Curiosamente, Bolívar, ao reforçar o princípio de *uti possidetis*, reconheceu (pelo menos neste caso) as bases das divisões hispânicas que acabaram promovendo o regionalismo que tanto combateu³⁸⁵. Seu argumento, portanto, aludia mais à fundamentação histórico-

³⁸⁵ Cf. LYNCH, John, “Las revoluciones hispanoamericanas” cit., p. 30 e OCAMPO LÓPEZ, Javier. “La separación de la Gran Colombia en el proceso de la desintegración del Imperio colonial hispanoamericano” cit., p. 378 (“Como consecuencia del vacío de poder creado por la desaparición de la autoridad de la Metrópoli, toda

administrativa à unidade de toda a América de origem espanhola. Mas não se deve esquecer que os projetos bolivarianos de unidade continental eram o resultado das necessidades de preservação dos estados nascentes frente à ameaça da reação espanhola. Como se pode ler na Carta de Jamaica, o Libertador já havia renunciado – não sem amargura – à idéia de Nação única, o que indicava, de qualquer forma, o reconhecimento da existência de interesses opostos.³⁸⁶

24.

O tema retornava, de um modo ainda mais desconcertante, num Manifesto dirigido aos venezuelanos em 13 de abril de 1814. Para Bolívar, os espanhóis empreenderam uma destruição universal que fez “desaparecer del suelo de Venezuela la obra de tres siglos de cultura, de ilustración, y de industria.” [III, p. 606] A mesma expressão era utilizada, menos de um mês depois, noutro manifesto escrito aos patriotas venezuelanos [I, p. 608]. A ambigüidade de sua avaliação do passado colonial tornava-se ainda mais flagrante se confrontada com a denúncia inflexível dos três séculos da tirania sob a qual gereram os americanos (a mais dura, dizia, que afligiu a espécie humana). A Venezuela, observava na Carta de Jamaica, era, antes de sofrer as devastações da guerra contra Espanha, um dos mais belos países dos quantos faziam o orgulho da América. Esse conjunto de afirmações genéricas sobre o passado americano confluiu paradigmaticamente nas reflexões de Bolívar junto ao Editor da “The Royal Gazette”. Trata-se, na verdade, de um documento muitas vezes omitido nas abordagens sobre as representações bolivarianas da história. A carta, escrita desde Kingston, em setembro de 1815, poderia muito bem receber, sem hesitações, o título particularmente sugestivo de “os fundamentos históricos da nação bolivariana”. Mas a elucidação de seu núcleo temático depende da referência a outro documento produzido no mesmo mês.

América española tendió hacia la división de los territorios en pequeñas soberanías nacionales, siguiendo las grandes divisiones administrativas coloniales. Se proyectó la doctrina del *util possidetis juris* de 1810, mediante la cual se respetó la validez de los límites administrativos coloniales para la debilitación de las fronteras entre los nuevos Estados nacionales que surgieron después de la Independencia. La delimitación del espacio de los nuevos Estados nacionales, respetando las fronteras de las antiguas divisiones político-administrativas, dio surgimiento a la fuerza geo-política del nacionalismo regional.”)

³⁸⁶ Cf. RAMOS PÉREZ, Demetrio. “Nación, supernación y nación local” cit., p. 188.

25.

Bolívar, no dia 28, havia lido um artigo no “The Courant” sobre a natureza das guerras intestinas na Nova Granada. A questão lhe inspirou, como vimos, a elaboração de uma carta destinada ao Editor da “The Royal Gazette”, anterior (talvez) à mencionada acima.³⁸⁷ O Libertador elogiava o artigo pela imparcialidade; as opiniões que ali se encontravam eram, para ele, corretas. Mas reclamava também pela ausência de mais pormenores e de maior clareza quanto à explicação das causas da guerra civil no Novo Mundo. Oferecia, então, sua resposta, já bastante conhecida e que, nesta versão, parecia resumir a elaboração mais detida da Carta de Jamaica e de outros tantos discursos, proclamas e correspondências. Bolívar respondia com convicção de que a explicação das discórdias entre os americanos só poderia se assentar sobre as duas mais copiosas fontes de calamidade pública: a ignorância e a debilidade; a primeira, fomentada pela superstição; a segunda, perpetuada pela tirania. Mas o pano de fundo de suas indagações era o colonialismo espanhol, o único responsável pela redução dos americanos à nulidade quase total em que se encontravam. Já na carta que nos interessa, Bolívar discutia novamente a questão das discórdias no seio dos povos sublevados da América a partir de uma opinião difundida entre políticos europeus e até mesmo americanos. Entretanto, sua resposta, apesar de se harmonizar com a oferecida na carta anterior, seguia curiosamente uma outra via. A explicação para essa mudança era até certo ponto simples. É que as reflexões que a desencadearam defendiam a hipótese de que a maior dificuldade para a obtenção da independência do Novo Mundo consistia na diferença de castas que compunham a população daquele imenso país. A reação de Bolívar era uma discordância frontal com estas conjecturas. Mas agora era certo que, diante de uma provocação tão específica, ele não poderia mais continuar assentando sua refutação somente nas acusações contra a

³⁸⁷ Exceto o ano e o mês, não há especificação da data dessa carta. Na edição das Obras Completas de Simón Bolívar que consultei, compilada por Vicente Lecuña, o documento foi posto após a carta de 28 de setembro ao Editor da “The Royal Gazette”. Apesar de não explicar as razões dessa classificação, o autor da compilação, que seguiu sempre o critério cronológico para organização dos documentos, buscou indícios minuciosos para identificar, pelo conteúdo das correspondências, datas que foram alteradas por erros de cópia. Daí que seguiu a possibilidade de que a carta sem data ao editor do jornal jamaicano fosse posterior à do dia 28 de setembro.

colonização espanhola. Tinha, portanto, que se basear predominantemente na experiência dos povos americanos.

26.

Convém observar que, na carta, havia uma tese fundamental, elaborada com esmero e sofisticação. *Apesar da desproporção numérica entre os grupos étnicos espalhados pelo continente, as peculiaridades de suas formas de composição tendiam a produzir uma circunstância mais favorável à união e à harmonia entre todos os habitantes* [I, pp. 178-9]. Se observarmos os critérios apresentados no início por Bolívar para examinar essa questão, emergirá, talvez, um paradoxo sem precedentes. Com efeito, o Libertador deduzia suas referências dos *conhecimentos positivos* e da *experiência* adquiridos pelo curso da revolução. Contudo, “sua própria viagem à Jamaica fora motivada, em parte, pela desunião interna na Nova Granada.”³⁸⁸ A revolução independentista na Venezuela havia, de fato, fracassado decisivamente pela falta de coesão entre a vontade política da minoria aristocrática e a espontaneidade das massas populares.³⁸⁹ As divisões criaram as circunstâncias propícias para a restauração do poder real. “Los realistas combatían por el antiguo orden. Los independentistas combatían por la supremacía criolla. Los pardos y los esclavos luchaban por su propia liberación.”³⁹⁰ Contrariamente, quando falava em nação, como na Carta de Jamaica, “tinha em mente a união das várias tendências políticas contra o inimigo do momento, o espanhol.”³⁹¹ A propósito, havíamos visto o quanto a “guerra a muerte” recebeu de Bolívar o sentido de uma guerra contra o estrangeiro. Essa operação, ao enfraquecer a aceção de “guerra civil” ligada ao antagonismo entre as classes populares e a aristocracia, propunha a união dos grupos nacionais. Voltaremos a analisar com mais atenção o problema, enfocando, contudo, outras características do movimento

³⁸⁸ BELLOTO, Manoel Lelo & CORRÊA, Anna Maria Martinez, “Bolívar e a luta pela independência da América: ação e pensamento político” cit., p. 19.

³⁸⁹ Cf. VILAR, Pierre. “La participación de las clases populares en los movimientos de independencia de América latina” cit., p. 55, e também MARTINEZ, Nelson. *Simón Bolívar*. Madrid: Historia 16, 1987, pp. 49-50.

³⁹⁰ LYNCH, John, “Las revoluciones hispanoamericanas”, op. cit., p. 197, e também ALTMANN, Werner, “O capitalismo periférico latino-americano: a revolução independentistas e os primórdios da revolução burguesa” cit., p. 52.

³⁹¹ BELLOTO, Manoel Lelo & CORRÊA, Anna Maria Martinez, “Bolívar e a luta pela independência da América: ação e pensamento político” cit., p. 19.

independentista. Cabe destacar, por enquanto, que Bolívar insistiria ainda sobre a questão na Carta ao Editor da “Gaceta Real”: “[...] *no se ha oído un grito de proscrición contra ningún color, estado o condición; excepto contra los españoles europeos, que tan acreedores son a la detestación universal.*” [I, p. 181] O Libertador tinha, em todo caso, a consciência aguda de que os *criollos* não poderiam mais continuar ignorando os problemas étnicos e mantendo as forças populares à parte da revolução. Apesar de continuar falando em nome da *aristocracia terrateniente mantuana* e da *burguesia comercial caraqueña*, as reflexões bolivarianas, durante o exílio na Jamaica, produziram, de fato, uma ampliação do espectro social atuante no seio do movimento independentista. Tratou-se, sem dúvida, de um período de significação historicamente densa. Bolívar se encontrava numa região, o Caribe, de enorme influência inglesa.³⁹² Além disso, ninguém como ele tinha confiança no poder da propaganda revolucionária. Diante das respostas ambíguas do governo britânico, indisposto a se comprometer com a conjuntura instável da emancipação, o Libertador acentuava a sua fé incondicional na revolução. Daí a elaboração de numerosas cartas destinadas a políticos, personalidades influentes (Hyslop e Richard Wellesley; o governo da Nova Granada e o Governador da Jamaica) e dos vários artigos ao *Royal Gazette*.

27.

Já se observou, a propósito, que a “Carta de Jamaica” foi o documento mais esclarecedor com referências a essa nova inflexão que a revolução independentista teve na busca do estabelecimento de bases sociais mais sólidas.³⁹³ Mas o projeto da “maior nação do mundo” que, nesse documento, remontava à idealização do futuro da América, convertia-se, na Carta ao Editor da “Gaceta Real”, na grande linha de interpretação do passado e referência para a organização do discurso histórico.

³⁹² Cf. MARTINEZ, Nelson. *Simón Bolívar* cit., p. 58.

³⁹³ Cf. ALTMANN, Werner. “O capitalismo periférico latino-americano” cit., p. 52. NWEIHED, Kaldone G. “Bolívar, él del pensamiento universal”. In: *Mundo Nuevo*. Caracas: Instituto Altos Estudios de América Latina (Universidad Simón Bolívar), 92 (2001), pp. 71-2. GOMES, Miguel. “Poder, alegoría y nación en el neoclasicismo hispanoamericano” cit., pp. 47 e 49, para quem a Carta de Jamaica estabeleceu um marco apropriado para a expansão das alegorias do nacional, constituindo, além disso, um dos primeiros escritos públicos em que Bolívar elaborou discretamente uma disciplina racial. O enfoque sócio-racial que o Libertador concederia às campanhas a partir de então teria sido uma das razões de seus triunfos político-militares.

Estamos autorizados [...] a creer que todos los hijos de la América española, de cualquier color o condición que sean, se profesan un afecto fraternal recíproco, que ninguna maquinación es capaz de alterar. Nos dirán que la guerras civiles prueban lo contrario. No, señor, las contiendas domésticas de la América nunca se han originado de la diferencia de castas: ellas han nacido de la divergencia de las opiniones políticas, y de la ambición particular de algunos, como todas las que han afligido a las demás naciones. [I, p. 181]

Se os *criollos* eram a menor parte entre os 15 a 20 milhões de habitantes do continente, as qualidades intelectuais que possuíam lhes proporcionavam uma relativa igualdade com as *nações* indígenas, africanas e mestiças. (Enigmático, à primeira vista, foi o uso de uma concepção etnicamente plural de nação em detrimento da acepção homogênea própria da Modernidade.) O caráter moral e as circunstâncias físicas asseguravam uma curiosa irradiação de influências da população de origem europeia sobre os demais extratos étnicos. A desigualdade intelectual dos *criollos* supria sua desvantagem numérica.³⁹⁴ Esse equilíbrio relativo na balança dos “grupos raciais” teria se verificado desde a conquista do Novo Mundo.

Observemos que al presentarse los españoles en el Nuevo-Mundo, los indios los consideraron como una especie de mortales superiores a los hombres; idea que no ha sido enteramente borrada, habiéndose mantenido por los prestigios de la superstición, por el temor de la fuerza, la preponderancia de la fortuna, el ejercicio de la autoridad, la cultura del espíritu, y cuantos accidentes pueden producir ventajas. Jamás éstos han podido ver a los blancos, sino a través de una grande veneración como seres favorecidos del cielo. [I, p. 179]

Mas havia ainda outro traço fundamental do *criollo* que concorreria para o equilíbrio das relações entre os grupos raciais.³⁹⁵ O espanhol americano (em distinção ao europeu) não oprimiu, com trabalhos excessivos, ao escravo; teria lhe tratado como a um companheiro;

³⁹⁴ Esse posicionamento de Bolívar coincidia em parte com o do mexicano Luis de Mendizábal, em seu *Catecismo de la independencia* (1821) (citado por SAGREDO BAEZA, Rafael. “Actores políticos en los catecismos patriotas y republicanos americanos (1810-1827)” cit., p. 531.) ao ser interpelado sobre as razões pelas quais o México não teria se emancipado no início do século XVIII, existindo circunstâncias favoráveis para tanto:

“R. Si; pero no estaba México en sazón para hacerse independiente.

P. ¿Pues no acabáis de decirme que tenía luces y población, aunque no el grado de ahora?

R. Esta población se hallaba muy complicada, y el número de las castas excedía sobremanera a los que llamamos blancos.

P. ¿No se puede asegurar que no menos en el día se verifica este exceso?

R. Si; pero los blancos se han aumentado ya considerablemente, y ellos tienen a su favor la preponderancia de luces y conocimientos para vencer la del número. [...]” [Destaque meu]

³⁹⁵ Cf., a propósito do tratamento dessa questão pela historiografia, MÖRNER, Magnus. “A história das relações de raças na América Latina”. In: *Revista de história*. São Paulo: USP, 72 (1967), pp. 501-22. Apesar de antigo, o estudo traz importantes relações sobre o estado da pesquisa até a época, indicando, sobretudo, investigações clássicas sobre o assunto.

“[...] lo educa en los principios de moral y de humanidad que prescribe la religión de Jesús. Como su dulzura es ilimitada, la ejerce en toda su extensión con aquella benevolencia que inspira una comunicación familiar.”³⁹⁶ [I, p. 179] Mas também nutria intensamente esse quadro de ingredientes morais o fundamento geográfico do continente americano. A abundância natural neutralizaria as pretensões de aniquilamento de uma ou mais raças por outra. Desse modo, o americano do sul “[...] no está aguijoneado por los estímulos de la avaricia, ni por los de la necesidad, que producen la ferocidad de carácter, y la rigidez de principios, tan contrarios a la humanidad.” O colono espanhol satisfazia suas necessidades e paixões a pouco custo. “Campos férteis, llanuras pobladas de animales, lagos y ríos caudalosos com ricas pesquerías lo alimentan superabundantemente, el clima no le exige vestidos y apenas habitaciones [...].” O habitante da América poderia viver isolado e subsistir por si mesmo, mantendo-se independente dos outros; recursos minerais em abundância, como o ouro e a prata, possibilitaram-lhe adquirir facilmente manufaturas européias. Além disso, sua independência individual derivava da satisfação que lhe proporcionava a natureza intocada com suas riquezas inesgotáveis. Se toda a terra já estava esgotada, a América era apenas desbravada.³⁹⁷ De um modo geral, o tema do estado de virginal pureza se repetia com insistência, ao se obter independência, entre os publicistas das novas nações. “Para ellos, criados en los esquemas de Rousseau, la ruptura del vínculo

³⁹⁶ É no mínimo curiosa a ligeira semelhança (guardadas as devidas proporções) entre este posicionamento de Bolívar e as investigações, tecidas durante a primeira metade do século XX, de Gilberto Freyre. Sabe-se que o antropólogo brasileiro analisou a integração das culturas, na fase de colonização, mais pelas condições favoráveis que a garantiram do que pelas disparidades apresentadas pelo sistema de trabalho compulsório. “Nunca as relações sociais entre as duas raças, a conquistadora e a indígena, aguçaram-se nunca na antipatia ou no ódio cujo ranger, de tão adstringente, chega-nos aos ouvidos de todos os países de colonização anglo-saxônica e protestante. Suavizou-as aqui o óleo lúbrico da profunda miscigenação, quer a livre e danada, quer a regular e cristã sob a benção dos padres e pelo incitamento da Igreja e do Estado.” *Casa-grande & senzala*. 46.^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 226. Para GÓMEZ-MARTINEZ, José Luis. “La encrucijada del cambio: Simón Bolívar entre dos paradigmas (una reflexión ante la encrucijada postindustrial)”. In: *Cuadernos americanos*. México: UNAM, 104 (2004), p. 21, um dos poucos que analisam o documento em questão, “las referencias en los escritos de Bolívar, tanto en los que se referieren a la población negra como aquellas otras sobre la población de ascendencia precolombiana, muestran un distanciamiento de clase y una falta de comprensión del papel que los grupos mayoritarios de la población iban a tender en el nuevo orden social.” Mas parece certo que, neste estudo, a ênfase ao problema da objetividade das afirmações bolivarianas constituiu um obstáculo à possibilidade de se entrever, nelas, uma organização formal do espaço de experiência.

³⁹⁷ Convém lembrar que o sentido positivo dado por Bolívar a esse critério era exatamente o oposto ao que lhe conferiu Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), filósofo alemão contemporâneo de general *caraqueño*. Nas suas *Lições sobre a filosofia da história universal* (Brasília: UnB, 1995) é possível ler a respeito dos Estados Unidos da América do Norte: “Somente quando já não mais se puder aumentar à vontade o número de lavradores – como aconteceu na Europa –, os habitantes, ao invés de sair à busca de novos campos para cultivar, premirem-se em massa sobre si mesmos, rumo às indústrias e ao comércio urbanos, só então eles formarão um compacto sistema de sociedade civil e sentirão a necessidade de um Estado orgânico”, p. 78. O território norte-americano era, portanto, uma região a ser desbravada pelo espírito hegeliano. Assim, essas antigas colônias britânicas só poderiam constituir um estado histórico quando o espírito contivesse em si mesmo a natureza. A respeito da imaturidade física e espiritual da América do Sul, as reflexões do filósofo eram ainda mais pessimistas (pp. 74-5).

político con España se traducía en una especie de rescisión del ‘contrato social’, en una como *restitutio in pristinum*, en un retorno a la inocencia primigenia.”³⁹⁸ Contudo, para Bolívar, essa imensidão do continente, acrescida da autonomia individual, proporcionaria um benefício decisivo para o futuro: a neutralidade às pretensões das diversas raças de constituírem-se à custa da anulação das outras. “Campos fértiles, llanuras pobladas de animales, lagos caudalosos con ricas pesquerías lo alimentan superabundantemente, el clima no le exige vestidos y apenas habitaciones [...]”

28.

No relato, são reveladoras as afirmações de Bolívar sobre o indígena quanto à sua situação no passado americano. O ponto de partida para a evocação consistia nas representações elaboradas pelos naturais da América sobre os espanhóis, durante a conquista.

Observemos que al presentarse los españoles en el Nuevo-Mundo, los indios los consideraron como una especie de mortales superiores a los hombres; idea que no ha sido enteramente borrada, habiéndose mantenido por los prestigios de la superstición, por el temor de la fuerza, la preponderancia de la fortuna, el ejercicio de la autoridad, la cultura del espíritu, y cuantos accidentes pueden producir ventajas. Jamás estos han podido ver a los blancos, sino al través de una grande veneración como seres favorecidos del cielo. [I, p. 179]

Bolívar, aqui, parecia identificar que a legitimação do controle espanhol não poderia ser deduzida unicamente das relações de força material. A esse tipo de dominação acrescentavam-se as relações de sentido, fortalecidas, em grande parte, por ingredientes das representações coletivas que constituíam a cosmovisão indígena. A combinação de certos elementos simbólicos – tais como “os prestígios da superstição” – equilibrou a inferioridade numérica dos espanhóis, assegurando-lhes, em parte, a preponderância nas

³⁹⁸ GERBI, Antonello. *La disputa del Nuevo Mundo: historia de una polémica (1750-1900)*. México: FCE, 1993, pp. 399-401: entre as breves páginas, críticas a essa transfiguração retórica, como a de Goethe (que atacou a absurda justificação fisiológica do argumento), são apresentadas de modo a ressaltar a ambigüidade do conceito de “virgindade”, que oscilava entre a perfeição e a imaturidade (como avaliou também Hegel: pp. 527-58). GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias* cit., p. 348, destaca que o fundamento geográfico (a novidade do continente e a sua distância em relação ao outro hemisfério) constituía um dos fundamentos da especificidade americana muito operativos durante a guerra de Independência.

relações de força.³⁹⁹ As representações do indígena coincidiam, sem dúvida, com as apreciações de Bartolomeu de Las Casas. Essa referência comparativa permite vislumbrar, sem dúvida, a convergência de analogias fundamentais entre ambas as argumentações. A docilidade do autóctone é, de fato, o qualificativo central desse núcleo. No caso de Bolívar, o caráter indígena integrava, de modo decisivo, o quadro de fatores que conferiam à “variedad de colores” o poder de neutralizar o ódio de castas.

El indio es de un carácter tan apreciable, que sólo desea el reposo y la soledad: no aspira ni aun a acaudillar su tribu, mucho menos a dominar las extrañas: felizmente esta especie de hombres es la que menos reclama la preponderancia; aunque su número exceda a la suma de los otros habitantes. *Esta parte de la población americana es una especie de barrera para contener a los otros partidos: ella no pretende la autoridad, porque ni la ambiciona, ni se cree con aptitud para ejercerla, contentándose con su paz, su tierra y su familia. El indio es el amigo de todos, porque las leyes no lo hablan desigualada, y porque, para obtener todas las mismas dignidades de fortuna y honor que conceden los gobiernos, no ha menester de recurrir a otros medios que a los servicios y al saber; aspiraciones que ellos odian más que lo que pueden desear las gracias.* [I, pp. 179-80]

Curiosamente, Bolívar exaltava os grupos indígenas, tão predispostos à ação conciliatória quanto resistentes ao domínio pela autoridade, como o extrato “racial” que amortizaria a tensão dos partidos.

29.

Desse quadro esquemático surgia ainda uma ordem específica de analogias. Bolívar prosseguia, na mesma carta ao editor da *The Royal Gazette*, com a menção à “abominable destrucción de los incas y de casi toda la población del Perú” e aos “sufrimientos sin ejemplo que experimentaron Tupac-Amaru y toda su real familia” [I, p. 153]. Esse elemento, à primeira vista, parecia se circunscrever, sem a mínima distinção, no *continuum* de articulações inspiradas no esquema lascasiano, isto é, entre espanhóis, de um lado, e vítimas nativas, de outro. Mas se integrarmos tal detalhe a afirmações da Carta de Jamaica, emergirá uma peculiar correspondência de elementos que integram a memória sobre os indígenas. O

³⁹⁹ Parece ter escapado a Bolívar a possibilidade de que aos presumidos “prestígio da superstição” poderia subjazer uma elaboração simbólica que tendia a amortecer o impacto traumático da conquista espanhola. Uma elucidação precisa, nesta perspectiva, para a situação histórica à qual o Libertador se referia genericamente encontra-se em LEÓN PORTILLA, Miguel. *A conquista da América vista pelos índios: relatos astecas, maias e incas*. Petrópolis: Vozes, 1985.

discurso histórico, aqui, mais coerentemente elaborado, compunha-se, sem dispensar a exaltação afetiva, por recursos mais precisos: (1) identificação dos nomes dos atores; (2) citações ligeiras de fontes da historiografia; (3) elaboração de conexões explicativas no discurso histórico (tornando-o mais esmiuçado e não tão genérico). A série segue, neste caso, as inferências comparativas mais freqüentes, entrevendo uma seqüência de oposição entre as suas variantes singulares: espanhóis – presente; nativos – passado. Bolívar respondia ao comentário de seu interlocutor sobre a abdicação forçada de Carlos IV e Fernando VII (05 de março de 1808). Durante três séculos, ponderava Henry Cullen, os reis da nação espanhola haviam aprisionado, com traição, aos imperadores da América meridional. A prisão imposta por Napoleão aos humilhados monarcas espanhóis era interpretada como um ato manifesto da retribuição divina; mais ainda, era uma prova de que Deus sustentava a causa americana e lhe concederia inevitavelmente a independência. A justificativa lembrava inevitavelmente o mesmo tipo de exploração religiosa feita pelos realistas do terremoto de 1812: os acontecimentos eram interpretados como indícios da intervenção divina a favor de sua causa.

Parece que Vd. quiere aludir al monarca de Méjico Motezuma, preso por Cortés y muerto, según Herrera, por el mismo, aunque Solís dice que por el pueblo; y a Atahualpa, Inca del Perú, destruido por Francisco Pizarro y Diego de Almagro. Existe tal diferencia entre la suerte de los reyes españoles y de los reyes americanos, que no admite comparación; los primeros son tratados con dignidad, conservados, y al fin recobran su libertad y trono; mientras que los últimos sufren tormentos inauditos y los vilipendios más vergonzosos. Si a Guatimonzín, sucesor de Motezuma, se le trata como emperador y le ponen la corona, fue por irrisión y no por respeto; para que experimentase este escarnio antes que las torturas. Iguales a la suerte de este monarca fueron las del rey de Michoacán, Catzontzín; el Zipa de Bogotá y cuantos toquis, iomas, zipas, ulmenes, caciques y demás dignidades indianas, sucumbieron al poder español. [I, p. 163]

Os reis europeus (destaca Bolívar) – e especificamente Fernando VII – só sofreram o desterro quando foram destituídos de sua legítima soberania. Se os governantes indígenas foram, da mesma maneira, submetidos à usurpação, algo – entretanto – os distinguiu absolutamente da sorte dos soberanos da Europa. A comparação se particulariza nos casos de Fernando VII e do “ulmen” do Chile.

El suceso de Fernando VII es más semejante al que tuvo lugar en Chile en 1535, con el ulmen de Copiapó, entonces reinante en aquella comarca. El español Almagro pretextó, como Bonaparte, tomar partido por la causa del legítimo soberano y, en consecuencia, llama al usurpador, como Fernando lo era en España; aparenta restituir al legítimo a sus estados, y termina por encadenar y echar a las llamas al infeliz ulmen, sin querer ni aun oír su defensa. Este es el ejemplo de Fernando VII con su usurpador.

As alusões de Bolívar, neste ponto, estavam muito próximas da trajetória imaginária que permitiu ao frei Servando Teresa de Mier interpretar a independência da Nova Granada como uma vingança dos *manes de Montezuma*.⁴⁰⁰

30.

Uma questão a ser resolvida é até que ponto eram superficiais ou profundas as aproximações semânticas dos conceitos, no discurso bolivariano, de “legítima soberania” e “autoridade usurpada” com as suas manifestações formais, idênticas, no universo simbólico incaico.⁴⁰¹ De qualquer maneira, a “conquista” e a “usurpação” se entrelaçavam como elementos indissociáveis. Mais ainda, a despeito das reflexões que defendem a idéia de que Bolívar refutou terminantemente a “fantasia mirandina” de transportar o suposto imaginário incaico ao presente,⁴⁰² é certo que, curiosamente, ele não descartou o recurso à recuperação simbólica do passado indígena. “Sin embargo, el incaísmo como recurso retórico de redención del indio estaba bastante arraigado en la ideología criolla independentista y curiosamente Bolívar no pudo escapar a este imaginario de la época que veía a los libertadores como redentores de los Incas.”⁴⁰³

As reminiscências à população autóctone, que se intensificavam até chegar à glorificação do índio, surgiram (tanto nos escritos quanto nas artes) desde o início do movimento independentista em 1810. No caso específico da Nova Granada, tanto centralistas

⁴⁰⁰ Cf. COLOM GONZÁLEZ, Francisco. “La imaginación nacional en América Latina” cit., p. 321.

⁴⁰¹ Lembremos, por exemplo, que “Túpac Amaru esperaba que sus partidarios en la ciudad del Cuzco, indios y blancos, lo recibieran como al Inca, como legítimo soberano y restaurador de la autoridad usurpada.” Cf. FISHER, John. “La formación del Estado Peruano (1808-1824) y Simón Bolívar”. In: VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica* cit., 1984, p. 474. Cf. também sobre isso, na mesma obra, o ensaio de O’PHÉLAN GODOY, Scarlett. “El mito de la ‘Independencia concedida’: los programas políticos el siglo XVIII y del temprano XIX en el Perú y Alto Perú (1730-1814)”, pp. 55-92, que acentua, da mesma forma, a dirigência mixta nos levantamentos de fins do século XVIII que foram tradicionalmente identificados como “indígenas”. Aos setores mestiços e *criollos* correspondeu um papel relevante dentro da estrutura da dirigência.

⁴⁰² É a posição, pouco convincente, defendida por RAMOS PÉREZ, Demetrio, “Nación, supernación y nación local” cit., p. 185. COLOM GONZÁLES, Francisco. “La imaginación nacional en América Latina” cit., p. 326, mesmo sem se referir ao caso incaico, defende praticamente o mesmo. Cf. também a nota 81.

⁴⁰³ DÍAZ-CABALLERO, Jesús. “Nación y patria: las lecturas de los *Comentarios Reales* y el patriotismo criollo emancipador”, cit., p. 96. Referências a imperadores incas e astecas foram utilizadas, desde meados do século XVIII, até mesmo no marco da construção borbônica de uma nação espanhola que se confundisse com a pátria, incluindo, nela, todos os que vivessem sob as leis da monarquia espanhola. Um dos elementos, para tanto, utilizados era particularmente curioso. No novo Palácio Real de Madrid representava-se “una genealogía imaginaria de la monarquía hispánica en la que, junto a los previsibles reyes godos, asturianos, navarros, leoneses, castellanos y aragoneses, tienen cabida también los últimos emperadores azteca e inca [...]” PÉREZ VEJO, Tomás. “La construcción de las naciones como problema historiográfico: el caso del mundo hispánico”. In: *Historia Mexicana*. México: El Colegio de México, 2 (1996), pp. 287-8.

(Antonio Nariño) como federalistas (Camilo Torres) faziam uso do símbolo “indígena”.⁴⁰⁴ A figura do índio aparecia nos escritos políticos de patriotas como o pobre homem digno de lástima e de compaixão “al cual la conquista española le había obstaculizado su desarrollo y quien durante la época colonial había sido descuidado y humillado por la opresión española”.⁴⁰⁵ Na contemplação histórica, o índio foi considerado como o símbolo da servidão. A alusão a esse estado servia para denunciar publicamente a escravidão e a opressão da América em sua totalidade desde a conquista. Em contrapartida, a liberdade da população autóctone declarava o motivo do movimento independentista.

La identidad pretendida por la simbólica indiana servía más bien para distinguir a los criollos tanto de los conquistadores españoles, sus antepasados, como también de los españoles contemporáneos, los nuevos conquistadores, para poder caracterizar la dominación colonial española como dominación extranjera, la cual había que vencer para lograr la libertad política y la autonomía.⁴⁰⁶

31.

O poema *Canto a Bolívar* (1825), de José Joaquín Olmedo, foi considerado o poema canônico do patriotismo independentista *criollo*. O texto celebrava as batalhas de Junín (06/08/1824) e de Ayacucho (09/12/1824) que selaram a independência hispano-americana. Bolívar, neste poema que mesclava ressonâncias clássicas e andinas, era apresentado como o herói fundacional da nação *criolla*. Mais ainda, incorporava-se o Libertador à linha genealógica da tradição inca, fazendo-o ocupar um lugar privilegiado ao lado do Inca que fundou o Império. Anunciava-se, assim, a restauração da grandeza dos templos incaicos e de deuses como Pachacámac. Evocava-se, então, a origem solar e luminosa do Inca como um símbolo libertário. A emancipação obtida pela revolução *criolla* figurava como “un nuevo ciclo fundacional del império incaico a través de la fraternidade multiétnica o hermandad racial de indios y criollos [...]” A base dos recursos legitimadores do patriotismo multiétnico *criollo* (a confluência de elementos como redenção, guerra, nação e família numa

⁴⁰⁴ Cf. MIRES, Fernando. “Do indianismo à indianidade”. In: FORNET-BETANCOURT, Raúl (Org.). *A teologia na história social e cultural da América Latina*. Vol. 2. São Leopoldo: Unisinos, 1996, pp. 249-50.

⁴⁰⁵ KÖNIG, Hans-Joachim. “Símbolos nacionales y retórica política en la independencia”. In: VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica* cit., pp. 394-5. O historiador lembra que, depois de 1819, quando a batalha de Boyacá consolidou a libertação da maior parte da Nova Granada e se aproximava a derrota das tropas espanholas na Venezuela, o Congresso de Cúcuta (a assembléia constituinte do novo Estado da Grã-Colômbia) abandonou a figura da “índia” como a personificação da liberdade, determinando em seu lugar, como novo símbolo, um busto feminino em indumentária romana. Desse modo, a função da simbólica “indiana” se circunscreveria à mobilização de partes da população *criolla* mais na fase de desencadeamento da insurgência patriótica (nota 84, p. 398).

⁴⁰⁶ *Ibidem*, p. 397.

condensação unitária) delineava-se na concepção de mestiçagem harmônica. É ilustrativo, nesse sentido, que Bolívar a tenha defendido, com tanta insistência, sob a versão da coexistência pacífica das castas ao longo da história.

Bolívar, assim, encarnava, como um continuador da tradição incaica, um novo pai da “nação primordial” ao lado do herói civilizador Manco Cápac. Sabemos que esse tipo de representação (trazido à tona pelo incaísmo) foi tachado por críticas posteriores como ficção retórica, falsa e imprópria.⁴⁰⁷ Sua maior incongruência teria sido postular a pretensa identificação de interesses entre *criollos* e *indios*. Mas (se levarmos em conta as circunstâncias históricas da revolução) talvez justamente aqui residisse a sua força. De fato, para os fins de se imaginar uma nação americana que superasse as funestas faces da realidade histórica, o discurso homogeneizador do incaísmo representava uma oportunidade inevitavelmente preciosa. Seus ingredientes de fraternidade e solidariedade racial eram já parte importante do projeto revolucionário de Túpac Amaru II. Tudo isso nos recorda também as apropriações *criollas* que associavam os direitos fundadores dos índios e dos conquistadores. Releituras desse porte pressupunham necessariamente o enfraquecimento relativo do componente indígena em relação ao elemento *criollo*. Mais ainda, era necessário dissociar as fortes ligações dessa tradição com os projetos de recuperação dinástica incaica nos marcos da monarquia (caso de San Martín ou da Espanha Borbônica).⁴⁰⁸

De qualquer forma, remeter, de um lado, a força de evocação do passado aos efeitos de legitimação e, de outro, os últimos à primeira, levaria a um círculo vicioso que em quase nada esclareceria a natureza dessa operação discursiva.

32.

Não resta dúvida, portanto, de que nas referências de Bolívar ao passado retorna de maneira insistente o núcleo de evocações positivas. Termos como “autoridade usurpada” e a “vingança dos Incas” exprimem a idéia de justificar o imperativo histórico da nação como projeto de passado. Mas o itinerário que reconstruímos na primeira parte havia nos conduzido a uma direção exatamente oposta. A estrutura básica da experiência bolivariana da temporalidade se configurava fundamentalmente pelas relações antinômicas entre os

⁴⁰⁷ Cf. DÍAZ-CABALLERO, Jesús. “Nación y patria: las lecturas de los *Comentarios Reales* y el patriotismo criollo emancipador”, cit., pp. 95-6. Passo a reproduzir, no que segue até o fim do parágrafo, os principais pontos de sua análise do poema *Canto a Bolívar* (1825), pp. 94-100.

⁴⁰⁸ Vide também a nota 86.

distintos estados de tempo. *O passado (que parecia se identificar na maior parte dos casos à tirania do colonialismo) comportava necessariamente o seu contrário, o futuro da liberdade entre as repúblicas americanas.* Cada forma temporal, assim, reduzia-se totalmente a um sentido homogêneo de valor. Mas, agora, menções como a da “América pacífica” que *não se confundiria totalmente* com a opressão imposta pelos espanhóis ao longo dos três séculos de colonialismo parecem complicar o quadro. De fato, essa afirmação de Bolívar deixa claro que a opressão colonial se sobrepôs, no passado, a uma base que lhe era significativamente distinta [“*el Gobierno español derramó el oprobio y la calamidad sobre los numerosos pueblos de la pacífica América*”]. Não era só. Tratava-se de um fundamento que lhe era realmente oposto. Em princípio, Bolívar parecia aqui operar o mesmo mecanismo discursivo das antinomias valorativas das formas temporais. Mas há, agora, uma diferença profunda. Se antes a “América pacífica” (ou livre) era remetia sempre ao futuro, agora, é situada no próprio passado. O conflito de sentidos que antes se apresentava fundamentalmente como uma oposição diacrônica, remontava (aqui sim) a uma tensão sincrônica. Não se tratava mais do passado revolucionário inaugurado em 19 de abril de 1810 e nem do externo ao continente americano (fosse o da civilização greco-romana ou da Europa Moderna).

Não há dúvida que Bolívar vislumbrou com frequência essa tensão temporal no presente. Afinal de contas, os termos dessa oposição remetiam, no fundo, a um presente de conflitos e, para todos os efeitos, o presente era o lugar a partir do qual se reorganizava a percepção do tempo. Portanto, pode-se afirmar, em parte, que o passado e o futuro chocavam-se no mesmo estado de tempo e, até certo ponto, refletiam uma oposição sincrônica. Mas, apesar disso, os significados dos estados de tempo eram apresentados predominantemente por meio de uma assimetria diacrônica. Ao que tudo indica, as avaliações que Bolívar fez do recente passado republicano parecem estar quase sempre esmagadas pelo pessimismo (Capítulo 1). Enquanto as avaliações negativas parecem se destacar constantemente em seus pronunciamentos (além de poderem ser quase sempre identificadas de modo evidente), as evocações positivas são rarefeitas e, muitas vezes, quase imperceptíveis. Mas alguns elementos nos induzem a propor que talvez a resposta a esta questão esteja longe de se reduzir unicamente à (quase sempre incontestável) ordem quantitativa.

I. A geração revolucionária, com uma convicção muito nítida, punha em primeiro plano a ruptura,⁴⁰⁹ tipificando negativamente o absolutismo: contrapunham, a esse epíteto, a nova era em que a humanidade havia entrado. Essa condição da produção discursiva, portanto, acentuava componentes ideológicos da experiência revolucionária que não podem ser ignorados sem mais.

II. Contra tal fundo de contagem freqüencial, destaca-se um argumento fundamentado na densidade lingüística:⁴¹⁰ as evocações positivas do passado que a revolução inaugurou adquirem uma força gritante exatamente pelo seu caráter anômalo em relação ao núcleo temático já consagrado.

Se o peso quantitativo das avaliações negativas do passado republicano quase silencia as suas evocações positivas, o caráter anômalo destas em relação ao núcleo temático já consagrado parece, em contrapartida, conferir-lhes por si só uma força gritante.

De um lado, deparamo-nos com uma experiência da temporalidade que (em detrimento do passado) justificava o imperativo das nações americanas como projeto de futuro; de outro, uma idéia de nação que remetia à organização da memória nacional a partir de raízes históricas profundas. Como explicar, diante de um esquema consagrado e plausível, as desconcertantes menções de Bolívar ao passado americano? Perante o que denota ser uma ambigüidade estrutural do discurso, as explicações possíveis em teoria são três: (a) subjetivista; (b) objetivista; (c) hibridismo. A que apresentamos na primeira parte cabe na categoria a: o discurso bolivariano que organizava o passado nada mais seria do que uma construção arbitrária. Trata-se de uma explicação aceitável?

33.

Poderíamos tentar remover o impasse a que chegamos aceitando essa hipótese. Ela manteria praticamente intacta a tese clássica de acordo com a qual o Libertador teria insistido, contra os fabuladores de continuidades com o passado hispânico ou indígena, num ideal de

⁴⁰⁹ Cf. GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias* cit., p. 239.

⁴¹⁰ Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (“História e análise de textos”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 379) apresentam diversos cuidados que o pesquisador deve ter ao adotar métodos e técnicas de auxílio na decifração semântica do texto. Um deles, que me interessa para a questão que discuto, se refere ao uso de métodos quantitativos que estabelecem as listas de freqüência das “palavras fortes”. Trata-se do uso inflexível desse instrumento que pode conduzir “o historiador a construir, no mínimo um relatório técnico no lugar de uma ‘narrativa historiográfica’ e, no máximo, terminar constatando o óbvio [...]”

nação historicamente descontextualizado. Assim, a realidade nacional seria, para Bolívar, mais um projeto a constituir-se do que um resultado natural de determinações históricas. O discurso bolivariano, ao ancorar-se na idéia de nações cívicas (de caráter voluntarista) segundo o que se pode chamar (para simplificar) de modelo francês, pressupunha uma interpretação subjetivista da nação; assim, a consciência da nacionalidade seria um construto inteiramente cultural. Para cumprir com sua missão redentora, as novas pátrias hispano-americanas deveriam criar-se *ex nihilo*, apoiando-se exclusivamente na virtude de seus cidadãos.⁴¹¹ As constatações de Bolívar sobre a heterogeneidade étnica, que o teriam levado a buscar critérios de ordem política para a formação da nacionalidade, constituíam novamente o exemplo mais plausível para o que se quer dizer aqui. Por conseqüência, o republicanismo concedera um modesto papel em sua antropologia política à história e aos costumes.⁴¹² Uma versão mais genérica dessa hipótese pode ser formulada da seguinte maneira: se, na Modernidade, a percepção do tempo histórico baseou-se sobre a ruptura com o passado e a aceleração para o futuro, a história real (e também mítica) seria dispensável. A concepção moderna referia-se “a una comunidad nueva, fundada en la asociación libre de los habitantes de un país; esta nación es ya, por esencia, soberana, y para sus forjadores se identifica necesariamente con la libertad.”⁴¹³ A nação no sentido antigo, por sua vez, ligada às comunidades políticas do Antigo Regime, remetia à história, ao passado de um agrupamento humano que se sentia uno e, ao mesmo tempo, diferente dos demais; enquanto a antiga olhava para o passado, a segunda voltava-se para o futuro. “La verdadera patria resulta de la unión de voluntades y no de una simple herencia: de la geografía o de la historia.”⁴¹⁴ A concepção de nação moderna dependia do modelo elaborado pela Revolução Francesa e, de um modo geral, pela Ilustração do século XVIII.⁴¹⁵ A recorrência à organização da memória nacional ficaria

⁴¹¹ Cf. COLOM GONZÁLES, Francisco. “La imaginación nacional en América Latina” cit., p. 325. Essa posição é também endossada por RAMOS PÉREZ, Demetrio. “Nación, supernación y nación local” cit.

⁴¹² Cf. KÖNIG, Hans-Joachim. “Símbolos nacionales y retórica política en la independencia: el caso de la Nueva Granada” cit., p. 397 (e nota 18).

⁴¹³ GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias* cit., p. 319.

⁴¹⁴ *Ibidem*, p. 242. FLORESCANO, Enrique. “Mitos, historia, nacionalismo e identidades colectivas”. In: *Configuraciones*. México, Instituto de Estudios para la Transición Democrática, 5-6 (2001), p. 66, enfatiza, na mesma perspectiva, que os construtores do Estado “anhelaban una nación desprendida de las comunidades históricas que había formado a la nación plural. [...] En lugar de la nación real dividida en criollos, mestizos, indios y castas, se proclama un Estado integrado por ciudadanos iguales. En contraste con la nación escindida por su historia (el pasado prehispánico separado por la historia del virreinato, y éste por el pasado de la República), aparecen las primeras obras que unen esos pasados excluyentes en un discurso integrado.”

⁴¹⁵ Guerra designa, com efeito, a nova nação como herdeira da concepção unitária da soberania da época do absolutismo; mas, nesse pormenor, parece não levar em conta um detalhe essencial. Ele omite, nessa reflexão, as diferenças fundamentais entre as concepções de mudança histórica do absolutismo ilustrado (propenso mais às transformações de longo prazo) e a do Iluminismo francês (que destaca a ruptura). Ademais, na Espanha, a versão do Iluminismo (além de não colocar em jogo a Igreja Católica) era “predominantemente voltada para as ciências aplicadas e para a racionalização do aparelho de Estado”. GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. “A

sempre circunscrita à necessidade da justificação retórica e ideológica. À primeira vista, a presença freqüente de evocações ao passado na extensão geral das memórias bolivarianas confirmaria sua eficácia como um instrumento de legitimação. O Libertador, aqui, não constituiria um caso isolado; seu ideário estaria inserido na concepção de nação moderna comum – como vimos – à geração de líderes revolucionários: a aposta na construção de nações cívicas se impôs sobre as nações essencialistas, de tipo étnico-cultural, associadas esquematicamente ao modelo alemão (b).⁴¹⁶ O patriotismo americano, neste caso, apontava – como um imperativo – à constituição de tarefas pendentes da história.⁴¹⁷

crise do sistema colonial e o processo de independência” cit., p. 147. Assim, se a idéia de nação moderna das reformas borbônicas era avessa ao passado, talvez não o fosse (se não erro) no mesmo grau defendido por Guerra. A bibliografia sobre o impacto da Revolução Francesa nas revoluções hispano-americanas é vasta. Limite-me, aqui, a indicar alguns estudos que, guardadas sempre as devidas distinções, são em geral divididos em torno de duas posições teoricamente predominantes: (a) a de que as revoluções de independência nasceram de fatores externos, isto é, ou do movimento das idéias européias (SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo: civilização e barbárie*. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 113) ou da sobreposição do quadro de “revolução generalizada” ao mundo hispano-americano (GODECHOT, Jacques. *As revoluções*. São Paulo: Pioneira, 1976 e PALMER R. R. *The age of democratic revolution*. Princeton: Princeton University Press, 1959) e (b) a da priorização da dinâmica interna das sociedades hispano-americanas sem, contudo, se desconsiderar a incidência dos fatores externos. BONILLA, Heraclio. “O impacto da revolução francesa nos movimentos de independência da América Latina”. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *A revolução francesa e seu impacto na América Latina* cit., pp. 151-7. CHIARAMONTE, José Carlos. “Iberoamérica en la segunda mitad del siglo XVIII: la crítica ilustrada de la realidad.” In: CHIARAMONTE, José Carlos. *Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedades iberoamericanas en el siglo XVIII*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1979, pp. IX-XXXIX. PÉREZ, Joseph. “La revolución francesa y la independencia de las colonias hispanoamericanas”. In: *Cuadernos Americanos*. México: UNAM, 18 (1989), pp. 55-71; RUIZ GAYTÁN, Beatriz. “Reflexiones sobre la revolución francesa y América”. In: *Cuadernos Americanos*. México: UNAM, 17 (1989), pp. 87-105; SCHNELLE, Kurt. “El siglo XVIII e Hispanoamérica”. In: *Actas del IV Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas*. Salamanca: Centro Virtual Cervantes, 1971, pp. 617-23; SEVILLA SOLER, Rosario. “Las repercusiones de la revolución francesa en el Caribe español: los casos de Santo Domingo y Trinidad”. In: *Cuadernos Americanos*. México: UNAM, 17 (1989), pp. 117-53; VENTURA, Roberto. “Leituras do Abade Raynal na América Latina”. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *A revolução francesa e seu impacto na América Latina* cit., pp. 165-79; VIVES AZANCOT, Pedro A. “Ilustración en España y América (ensayo sobre una coyuntura renovadora)”. In: *Estudios ibero-americanos*. Porto Alegre: PUCRS, 1 (1986), pp. 7-24; ZEA, Leopoldo. “Francia en la conciencia latinoamericana”. In: *Cuadernos Americanos*. México: UNAM, 17 (1989), pp. 57-67; FARIAS, Amy Caldwell de. “Reorganizando o passado: Andrés Bello e o Iluminismo na América Latina”. In: *Estudios ibero-americanos*. Porto Alegre: PUCRS, 2 (1998), pp. 29-49; GANDIA, Enrique de. “El reflejo europeo y América”. In: *Estudios históricos*. Marília, 13 e 14 (1974-1975), pp. 182-95; LOHMANN VILLENA, Guillermo. “Crítico e Ilustración como factores formativos de la conciencia del Perú en el siglo XVIII”. VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica* cit., pp. 15-31. OSCAR ACEVEDO, Edberto. “Política, Religión e Ilustración en las Intendencias Alto-peruanas: regionalismo frente a unidad en el Virreinato Rioplatense”. VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica* cit., pp. 33-54. GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Revolução e independências: notas sobre o conceito e os processos revolucionários na América Espanhola”. In: *Estudios históricos*. Rio de Janeiro: UFRJ-FGV, 20 (1997), pp. 275-94.

⁴¹⁶ Cf. PÉREZ VEJO, Tomás. “La construcción de las naciones como problema historiográfico” cit., p. 289. Como se poderá ver logo em seguida, esta é praticamente a posição defendida por François-Xavier Guerra (que não se refere, até onde eu saiba, ao modelo alemão).

⁴¹⁷ RAMOS PÉREZ, Demetrio (“Nación, supernación y nación local”, *op. cit.*) relaciona, a propósito, as declarações do chileno Martínez de Rozas (“Catecismo político-cristiano, dispuesto para la instrucción de los pueblos libres de la América Meridional”), de Muñoz Tébar, Secretário de Relações Exteriores da Venezuela na Segunda República (Carta a Simón Bolívar, 1813) e Andrés Bello (“América”, poema). Todas seriam marcadas pela ênfase à novidade histórica do caso americano.

O teor dessas reflexões também é facilmente identificado em certos posicionamentos a respeito do padrão do caráter nacional (questão que não está de todo ausente no discurso bolivariano). A esta perspectiva referiu-se criticamente um filósofo brasileiro ao dizer que a legitimidade da consciência nacional estaria no cultivo da memória. A autenticidade do caráter “seria então medida por uma espécie de processo de adaptação às avessas, no saber escutar uma origem prístina e tentar o desvelamento de uma nebulosa demiúrgica, critério de tudo e de todos.”⁴¹⁸ Mas exatamente neste ponto começaria a ambigüidade que informa essa consciência.

Porque esse caráter nacional apresenta-se muito mais como o que deve ser construído, como tarefa criativa a ser realizada, do que como desvelamento de uma realidade anterior e à qual bastaria adaptar-se. Pois sucede que não existe essência prefigurada, e adaptação pode ser, como normalmente é, o oposto simétrico da criatividade: esta desadapta para inventar um mundo outro.⁴¹⁹

Convergente com essa conclusão é a tese de que “toda a nação quer ter um longo passado para poder se legitimar”: os acontecimentos evocados eram vistos como se estivessem destinados a realizá-la⁴²⁰. Uma consequência inevitável desse afã seria, portanto, o anacronismo. Desse modo, toda história de uma nação não passaria de uma invenção.

O elemento predominante nessas reflexões tende a definir o apelo dos revolucionários a “nações preexistentes” (ao porem em primeiro plano a ruptura) como um mero artifício retórico (menos “real” por romper com elementos tradicionais decisivos). Mas presumir que as menções de Bolívar ao passado se devam puramente à força ideológica de legitimação significa formular um problema sem resolvê-lo. A indicação das causas ou das finalidades desse tipo de recurso, apesar de convincente, é mais um dado de fato do que propriamente uma explicação, conseguindo, no máximo, deslocar a solução das dificuldades. Tal defeito de análise, no final, permite que questões basilares permaneçam ainda sem resposta. Como explicar que o artifício retórico de alusões ao passado (e não somente ao futuro) era, de fato, tão imprescindível? Por que as formas pelas quais essas operações discursivas eram levadas a

⁴¹⁸ BORNHEIM, Gerd. “Filosofia e realidade nacional”. In: BORNHEIM, Gerd. *O idiota e o espírito objetivo*. Rio de Janeiro: UAPÊ, 1998, p. 181.

⁴¹⁹ *Ibidem*, p. 182.

⁴²⁰ É a idéia assumida pelo historiador brasileiro Fernando Novais que, numa entrevista, levou-o a concluir pelo anacronismo da expressão “Brasil colônia”: “Havia uma colônia que se chamava Brasil. Mas que não corresponde ao Brasil nação. Essa colônia não era nem uma unidade administrativa. Então, pensar, pensar em período colonial na história do Brasil é algo muito difícil, porque a história da colonização é, ao mesmo tempo, a história de Portugal e a pré-história do Brasil.” “No meio do caminho, uma colônia”. In: *Nossa história*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 6 (2004), pp. 54-5.

cabo não poderiam ser – como não o foram – escolhidas de forma arbitrária, assumindo, entre inúmeras alternativas possíveis, exatamente as formas específicas constatadas no plano histórico?

34.

Para uma tentativa de dar conta destas questões é preciso investigar a consistência da hipótese mais consagrada atualmente no debate historiográfico sobre a memória nacional: a explicação subjetivista. Ela defende, acima de tudo, a tese de que os conteúdos da rememoração constituintes do discurso nacional são um estado mental redutível tão somente a práticas discursivas específicas.

Para uma tentativa de dar conta destas questões é necessário considerar uma dimensão que essa hipótese facilmente omite. Já se falou, com pertinência, que toda operação de enquadramento da memória coletiva impõe limites à autonomia interpretativa dos agentes históricos frente às sobrevivências do passado. Por isso, sua construção não pode ser totalmente livre. Dizer que essa operação esteja tão somente à mercê de imperativos de poder (como se a elaboração da memória fosse sempre o produto de uma conspiração) desconsidera, no mínimo, a sua função de coordenadora das condutas humanas.⁴²¹

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. Mas, assim como a exigência de justificação [...] limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política, o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos.⁴²²

Até mesmo a utopia, nesse sentido, possui uma essência histórica.

Las relaciones con la realidad son determinantes, ya que la utopía más irreal y fantástica no puede nunca evitar la referencia a la época de su autor. La negación de una escala de valores, su proyección o la imaginación más libremente concebida, no puede ser totalmente arbitraria.⁴²³

⁴²¹ Cf. POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 3 (1989), pp. 3-15.

⁴²² *Idem*.

⁴²³ AÍNSA, Fernando. “Tensión utópica e imaginário subversivo em Hispanoamérica” cit., p. 16 (“La esencia histórica de la utopía”).

A manifestação consciente do sentido de pertença comum não pode ser encarada como um fenômeno puramente psicológico. Além disso, seria, no mínimo, a-histórico exigir provas absolutas da nacionalidade às novas repúblicas da América espanhola e concluir, por isso, que não existiram nações.⁴²⁴ A existência da identidade coletiva de tipo nacional deriva de uma conexão permanente entre o indivíduo e uma complexa série de relações sociais objetivas.⁴²⁵

Hay que reconstruir las redes, las afinidades, los intereses y las estrategias que ligaban a las elites antes y después de la construcción de los nuevos Estados. Fueron ellas las que construyeron las naciones, pero no como resultado de una elección libérrima. Eran a su vez prisioneras de una visión del mundo, de un imaginario que había construido memorias, identidades, afinidades históricas y culturales, desde mucho antes de que la nación estallase como problema en 1812.⁴²⁶

A consciência nacional não foi construída a partir de decretos e de formas políticas, mas, sim, de valores simbólicos e culturais. Esses valores foram obviamente re-significados. Todavia, não é menor a evidência de que a sua formação se inscrevia, em grande parte, em processos cujas origens remontavam a circunstâncias anteriores à emancipação. Para que, até mesmo no universo subjetivo dos indivíduos, o discurso da identidade nacional fosse politicamente operativo, era necessário enraizar-se, antes de tudo, no imaginário coletivo. Como, de fato, a uniformização cívica do “patriotismo nacional”, tão distante das comunidades heterogêneas com as quais os indivíduos se identificaram ao longo da história (fragmentadas por divisões étnicas e culturais) tornou-se, tão rápido, uma força política de mobilização? Temos que presumir, pois, que a memória nacional no discurso bolivariano seguia, em parte, um padrão de mecanismo que se operou amplamente nas elites políticas das nações e dos Estados modernos. De fato, “em muitas partes do mundo, os Estados e os movimentos nacionais podem mobilizar certas variantes do sentimento de vínculo coletivo já existente e podem operar potencialmente, dessa forma, na escala macropolítica que se ajustaria às nações e aos Estados modernos.”⁴²⁷ O vazio emocional causado pelo período de instabilidade política e ruptura social que a independência inaugurou seria irresistivelmente preenchido por esse tipo particular de substituição. De certa forma, a força sedutora exercida

⁴²⁴ Cf. LYNCH, John. “Los caudillos de la independencia” cit., p. 197.

⁴²⁵ Cf. COLOM GONZÁLES, Francisco. “La imaginación nacional en América Latina” cit., p. 318.

⁴²⁶ PÉREZ VEJO, Tomás. “La construcción de las naciones como problema historiográfico” cit., p. 298.

⁴²⁷ HOBBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 163, que chama esses laços de “protonacionais” (Cap. 2: “O protonacionalismo popular, pp. 63-100). Só podemos, aqui, entrever genericamente o protonacionalismo popular pelas alusões vagas de Bolívar, levando em conta, com Hobsbawm, a ilegitimidade de “extrapolar das elites para as massas e dos alfabetizados para os analfabetos, mesmo que os dois mundos não sejam inteiramente separáveis e a palavra escrita tenha influenciado as idéias daqueles que apenas falavam.” (p. 65). Vide, também, CARDOZO GALUÉ, Germán. “Venezuela: de las regiones históricas a la Nación”. In: *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 349 (2005), p. 11.

pela manipulação dos símbolos e sentimentos existentes nas comunidades protonacionais facilitou a tarefa da nação moderna, apesar de ambos não terem sido, de longe, a mesma coisa (como a história atesta) ou de suas ligações serem muitas vezes obscuras.⁴²⁸ Citemos, neste caso, dois exemplos óbvios aludidos no discurso bolivariano. Os projetos históricos, de um lado, do patriotismo provincial dos *criollos* e, de outro, da recuperação dos direitos indígenas, tão díspares entre si, confluíam, durante um breve período, nos critérios determinantes da consciência nacional. Apesar dos inúmeros fracassos e objetivos políticos não menos ambíguos, elementos de autonomia regional que se moviam nos parâmetros de identidade do Antigo Regime possuíam, para uma época de combate aos realistas, uma inegável relevância histórica.

35.

Havia, sem dúvida, fatores que favoreciam o nascimento de uma consciência de antagonismo contra os “usurpadores” da Metrópole (mesmo que precária e nem sempre muito difusa). Contudo, por um sucesso particularmente singular – continuava Bolívar – os mesmos soldados *pardos* livres e os escravos, que contribuíram com o triunfo dos realistas em 1814, se voltaram ao partido dos patriotas, “que no habían ofrecido la libertad absoluta, como lo hicieron las guerrillas españolas.” [I, p. 180] É praticamente certo que Bolívar, ao falar do “suceso bien singular”, estivesse se referindo aos fracassos da política espanhola na administração do problema “racial”. Com a chegada de Morillo, no início de 1815, as forças expedicionárias passaram a assumir cada vez mais a estrutura político-militar de cunho formal. “Agora os oficiais de carreira do exército e os burocratas, *criollos* e peninsulares, tinham precedência sobre os chefes tipo Boves e seus seguidores *pardos*, que se sentiram desfeiteados.”⁴²⁹ Bolívar sabia, portanto, que a configuração étnica da sociedade venezuelana era cada vez mais favorável à reativação da causa patriota. Decisivamente, a opção republicana (com a própria mobilidade social do tempo de guerra) tornava-se uma oportunidade real para os *pardos* ascenderem a extratos superiores e à ocupação de cargos públicos. Os pardos e escravos tinham mais a ganhar com a causa republicana⁴³⁰. “Los actuales defensores de la independencia son los mismos partidarios de

⁴²⁸ Cf. HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780* cit., p. 92.

⁴²⁹ BUSHNELL, David, “A independência da América do Sul espanhola” cit., p. 142.

⁴³⁰ Cf. LYNCH, John, *Las revoluciones hispanoamericanas* cit., p. 208.

Boves, unidos ya con los blancos criollos, que jamás han abandonado esta noble causa.” [I, p. 180] As avaliações, aqui, combinavam-se, a partir de um olhar retrospectivo, com prognósticos claramente firmes, longe, portanto, de serem um devaneio infundado. Em 1817, a incorporação dos *llaneros*, sob o comando de José Antonio Páez, mudaria definitivamente a sorte das forças insurgentes.

O discurso bolivariano – e de grande parte dos construtores das novas ou potenciais nações – se via obrigado a escovar a contrapelo a historiografia oficial que o colonialismo havia consagrado, elaborando, em contrapartida, por meio das alusões históricas às culturas populares, uma própria que fosse politicamente operacional. Dentro dessa retórica,

por la cual los criollos se enfrentaban con la madre patria o la metrópoli España en escritos políticos, en artículos de periódicos, en cartas particulares y oficiales, así como en las primeras constituciones, los siguientes metáforas y slogans que aparecieron al mismo tiempo como símbolos concretos fueron de importancia: la metáfora familiar, que caracterizaba al Imperio español como familia y las relaciones entre las colonias y la madre patria como relaciones de padres a hijos con todos los consiguientes deberes y derechos bilaterales, y que confrontaba a la madrastra España a su hijo mayor América o Nueva Granada, respectivamente.⁴³¹

Evocações dessa ordem acentuavam ainda mais a fórmula da escravidão de três séculos imposta aos americanos, isolando-os, pois, da identificação operada pela historiografia realista do século XVIII entre a história do conjunto da monarquia hispânica e a da nação espanhola. (Daí o caráter simbólico que se outorgava ao matrimônio dos reis espanhóis). Assim, índios e descendentes dos espanhóis conquistadores se identificariam no projeto de emancipação. A construção de um imaginário no qual o monarca fosse substituído pela nação como fonte e origem de toda a legitimidade política se convertia no imperativo histórico para os líderes patriotas.⁴³²

⁴³¹ KÖNIG, Hans-Joachim. “Símbolos nacionales y retórica política en la independencia” cit., p. 397. König cita (nota 3) uma manifestação central dessa metáfora no artigo que Antonio Nariño escreveu para a sua revista satírico-política, “La Bagatela”, em 1.º de setembro de 1811: “Si ella [Madre Patria España] tiene alguna similitud con lo natural, no viene de que las Américas se hayan portado como hijas: era necesario que la España hubiese hecho Oficios de Madre, así como merecer el título de patria, creo yo que la España debiera haber sido para los Americanos, lo que América ha sido para los españoles. Estos que tanto cacarean de la maternidad, pudieran señalarnos el patriotismo que heredamos de aquella madre, entre tanto que la tal madre después de haberse mantenido a expensas de la hija, no exige su filiación sino en cuanto pretende sobrevivir á ella y heredarla [...]. Tengo esta maternidad pegadisa por una Bagatela; pero bagatela que influye mucho en la emancipación de unos pueblos que se forman por sí mismos, y de donde es preciso desterrar el lenguaje de la dependencia.”

⁴³² Cf. PÉREZ VEJO, Tomás. “La construcción de las naciones como problema historiográfico” cit., p. 289.

A idéia – já vista – de que o presente é o lugar privilegiado da experiência da temporalidade permite responder, em parte, à questão que acima formulamos. A tensão entre os tipos de memória nacional remete fundamentalmente aos conflitos entre patriotas e realistas ao longo das guerras de emancipação. Toda a afirmação sobre o passado constitui uma reivindicação que se refere ao presente.

36.

Em decorrência de retroceder a um passado americano sempre mais remoto, teríamos sido levados de uma explicação em termos equivocadamente subjetivistas (*a*) a uma explicação em termos objetivistas (*b*). Entretanto, sob uma hipótese desse gênero, que não apresenta nenhuma novidade, reconhecemos os perigos de um modelo que, ao confundir a história vivida com a história erudita, postula o romantismo.

Um deles é postular que não haveria construção da nação, pois ela, como uma alma coletiva prévia à vontade dos indivíduos desde a origem dos tempos, empurraria sua própria realização histórica. A atenção, neste caso, recairia mais sobre a construção dos Estados do que a das nações. Se a existência das nações era óbvia, sua explicação tornava-se desnecessária. Daí adviria uma justificativa plausível para o surpreendente grau de vaguidade do discurso bolivariano no tocante à segunda questão.

Outra ingenuidade de implicações não menores seria aceitar o quadro geral dos conteúdos da memória nacional no discurso *criollo* como se fosse inteiramente válido em termos de objetividade; a consequência seria ignorar o grau expressivo de autonomia interpretativa do passado apesar dos limites impostos pelo âmbito contextual. Mas não é só. Desconsiderar as condições sociais de enunciação do discurso liberal seria o principal prejuízo para os fins de explicação mais ampla. Esse dado permite vislumbrar que a consciência nacional se construiu desde as elites para baixo. Se tal consciência (como vimos) evocava aqueles traços de identidades tradicionais que a reforçavam, substituiu também os que supunham para si um perigo. A cultura nacional, de uma forma ou de outra, se edificara contra as culturas locais.

37.

Essa tensão estrutural podia se verificar claramente na carta que já havíamos analisado em parte sobre o equilíbrio das relações entre os grupos étnicos: a carta ao Editor da Gazeta Real de Jamaica de setembro de 1815. Nela, Bolívar operava um cálculo. Devemos contar, observava, com a docilidade de mais da metade do total de habitantes no continente americano. Se os índios e os brancos constituíam $\frac{3}{5}$ da população, com a inclusão dos mestiços, que “participan de la sangre de ambos”, o aumento dessa parcela se faz ainda mais sensível. O resultado era a redução do temor das cores. Mas vejamos o que ele dizia dos escravos. Eles respeitam aos seus senhores com amor, considerando-se, eles mesmos em seu estado natural, membros de suas famílias. Como se poderá ver, a referência à escravidão seguiria avaliações análogas às que se aplicavam ao caso indígena. O escravo, na América espanhola, foi persuadido pela religião que é um dever sagrado servir. Nasceu nessa condição e continuou a existir na dependência doméstica. Por isso, o servo vegetava nas fazendas de seu senhor, gozando “de su inacción” e “de una gran parte de los bienes de la libertad”. O rechaço das massas de pardos e escravos aos *criollos* (também divididos entre si), tão lamentada por Bolívar durante a primeira etapa das lutas independentistas (1810-1815), era paradoxalmente evocada para reforçar seus argumentos em prol das relações fraternais entre as castas. “La experiencia nos ha mostrado [alude novamente à autoridade da história] que ni aun excitado por los estímulos más seductores, el siervo español, no ha combatido contra su dueño; y por el contrario, ha preferido muchas veces, la servidumbre pacífica a rebelión.” [I, p. 180] A alusão era evidente. Bolívar reportava-se à “revolución de los negros, libres y esclavos, provocada, auxiliada y sostenida por los emisarios de Monteverde” [III, p. 574] Como vimos, a primeira república, apesar de abolir o tráfico, conservava a escravidão. Os negros combateram em sua própria revolução e os agentes realistas estavam preparados para explorar a situação: provocaram insurreições negras na zona costeira.⁴³³ As rebeliões de escravos continuavam a assustar a aristocracia venezuelana na segunda república. Se era certo, contudo, que a luta dos negros seguia autônoma à dos *criollos*, também o era para os realistas, e, em todo caso, há indícios de que forças de cor combateram em ambos os bandos.⁴³⁴ Mas, para Bolívar, tratava-se predominantemente de negros excitados pelos espanhóis europeus [I, p. 574]. Os chefes realistas na Venezuela (Boves, Morales, Rosete, Calzada e outros) pretenderam seguir o exemplo de Santo Domingo. Mas cometeram, para

⁴³³ Cf. LYNCH, John, *Las revoluciones hispanoamericanas* cit., pp. 195-6.

⁴³⁴ *Ibidem*, p. 201.

ele, o erro de ignorar as verdadeiras causas daquela revolução.⁴³⁵ O caso dos pardos se inseria no mesmo esquema e, até certo ponto, Bolívar tinha razão.

Los jefes españoles de Venezuela [...] se esforzaron en sublevar toda la gente de color, inclusive los esclavos, contra los blancos criollos, para establecer un sistema de desolación, bajo las banderas de Fernando VII. Todos fueron instados al pillaje, al asesinato de los blancos; les ofrecieron sus empleos y propiedades; los fascinaron con doctrinas supersticiosas a favor del partido español, y, a pesar de incentivos tan vehementes, aquellos incendiarios se vieron obligados a recurrir a la fuerza, estableciendo el principio, *que los que no sirven en las armas del rey son traidores o desertores*; y, en consecuencia, cuantos no se hallaban alistados en sus bandas de asesinos, eran sacrificados, ellos, sus mujeres, hijos y hasta las poblaciones enteras; porque a todos obligaban a seguir las banderas del Rey. Después de tanta crueldad, de una parte, y tanta esperanza de otra, parecerá inconcebible que los esclavos rehusasen salir de sus haciendas, y cuando eran compelidos a ello, sin poderlo evitar, luego que les era posible, desertaban. [I, p. 180]

Apesar de ter estimulado os *pardos* com a promessa de lhes entregar as propriedades dos *criollos* revolucionários, Boves não tinha em mira (ao contrário do que se supunha muitas vezes) uma política sistemática de igualdade social e até mesmo de reforma agrária.⁴³⁶ De fato, o confisco das propriedades dos *criollos*, proclamada em Guayabal (1.º/11/1813), decorria tão somente da necessidade de financiar o esforço de guerra e de pagar seus seguidores.⁴³⁷ Seus objetivos, mais do que sociais, eram militares; Boves não era um reformador e, como chefe realista, representava inevitavelmente os partidários da ordem colonial. De qualquer forma, era certo que os *llaneros* aderiram a Boves para combater por sua liberdade e por seu gado. Já os *criollos* esperavam que a concessão de igualdade perante a lei pela Constituição de 1811, independentemente da raça, contentasse os *pardos* livres. Mas a verdade é que essa medida – juntamente com abolição do comércio escravista – fez pouca diferença para a estrutura social. Na primeira república, vários decretos (as “Ordenanzas de llanos”) visaram à extensão da propriedade privada a essas regiões, associando a propriedade do gado à da terra.

38.

⁴³⁵ Bolívar não especificou, aqui, estas causas. Mas é possível presumir que sua alusão à revolução dos negros era seguramente positiva. Ao afirmar, neste trecho, que o caso do Haiti contrastava com as características das revoltas na Venezuela (nutridas pelos espanhóis), poderia estar se referindo às comoções de caráter geral na insurgência da colônia francesa. Essa pressuposição afastaria, portanto, as suspeitas de que se tratava de uma revolução incitada desde fora dos setores sociais diretamente envolvidos.

⁴³⁶ Cf. BUSHNELL, David, “A independência da América do Sul espanhola” cit., p. 142.

⁴³⁷ Cf. LYNCH, John, *Las revoluciones hispanoamericanas* cit., p. 202.

Mas Bolívar insistia com as operações discursivas que, reforçando, desde a proclamação da “Guerra de Morte”, a emergência de uma consciência “americana” como “consciência nacional difusa”, esbarrava (como vimos) em limites históricos de não pouca monta. De fato, os “americanos” combatiam nas duas frentes, a patriota e a realista. Como se não bastasse, a oposição retórica ao estrangeiro, em muitos casos, via-se comprometida tanto pela identificação cultural entre espanhóis americanos e europeus (religião, língua,⁴³⁸ costumes) quanto pelo corte interno entre “castas” nas sociedades do Novo Mundo.⁴³⁹ Essa constatação lembra a clássica interpretação segundo a qual o pressentimento da nacionalidade se limitaria predominantemente aos *criollos*, o grupo que Bolívar teria analisado com precisão na Carta de Jamaica. (“[...] no somos europeos, no somos indios, sino una especie media entre los aborígenes y los españoles.”) A alta cultura, de fato, era basicamente espanhola. Daí que as culturas populares acabassem sendo elevadas pelo patriotismo *criollo* ao fundamento da nacionalidade.⁴⁴⁰

Outro exemplo modelar das discrepâncias entre as operações discursivas e a realidade social poderia ser vislumbrado na natureza específica da recuperação do passado indígena pela experiência da temporalidade em Bolívar. Com efeito, escrevendo, em 12 de julho de 1825, Olmedo, o já apresentado autor do poema a ele dedicado, parecia reconhecer certa incongruência (aquela retórica fictícia da qual se falou acima) entre a posição do Inca Huaina-Capac, “el asunto del poema”, e o discurso demasiadamente *criollo* e patriótico que o poeta lhe atribuía. “[...] no parece próprio que [Huaina-Capac] alabe indirectamente a la religión que le destruyó; y menos parece propio aun que no quiera el restablecimiento de su trono por dar preferencia a extranjeros intrusos, que, aunque vengadores de su sangre, siempre son descendientes de los que aniquilaron su imperio” [II, p. 175]. Mas na carta para Olmedo, escrita duas semanas antes, pela qual acusou o recebimento do poema, a primeira impressão atribuía ao texto um sentido claramente oposto:

⁴³⁸ WENTZLAFF-EGGEBERT, Christian. “Literatura americana o literatura internacional: problemas de legitimación después de la Independencia”. VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica*. Bonn: Inter Naciones, 1984, p. 280, nota que a maior dificuldade que influenciaria na formação das novas nações em nível cultural era exatamente a da unidade lingüística. “Como ya expresa el mismo término ‘Hispanoamérica’, la identidad del idioma oficial con el de España y el de los jóvenes Estados americanos impide una rápida diferenciación de las literaturas americanas de la española y de las diferentes literaturas nacionales entre sí. La prueba más cabal de que los intelectuales de la época son conscientes del problema, es el esfuerzo que hace Bello para purificar el habla de los chilenos, mientras que Sarmiento parece dispuesto a admitir características distintas de las peninsulares.”

⁴³⁹ Cf. VILAR, Pierre. “La participación de las clases populares en los movimientos de independencia de América latina” cit., p. 59-60.

⁴⁴⁰ Cf. PÉREZ VEJO, Tomás. “La construcción de las naciones como problema historiográfico” cit., p. 297.

He llegado ayer al país clásico del sol, de los Incas, de la fábula y de la historia. Aquí el sol verdadero es el oro; los Incas son los virreyes o prefectos; la fábula es la historia de Gracilazo; la historia la relación de la destrucción de los Indios por Las Casas. Abstracción hecha de toda poesía, todo me recuerda altas ideas, pensamientos profundos; mi alma está embelesada con la presencia de la primitiva naturaleza, desarrollada por sí misma, dando creaciones de sus propios elementos por el modelo de sus inspiraciones íntimas, sin mezcla alguna de las obras extrañas, de los consejos ajenos, de los caprichos del espíritu humano, ni el contagio de la historia de los crímenes y de los absurdos de nuestra especie. Manco Capac, Adán de los indios, salió de su Paraíso títicaco y formó una sociedad histórica, sin mezcla de fábula sagrada o profana. [II, pp. 154-5]

A continuação do texto não deixava dúvidas. “Dios lo hizo hombre. Él hizo su reino, y la historia ha dicho la verdad [...]” Os *costumes inocentes*, a *tradição genuína*, os *monumentos de pedra*, as *vias grandes e retas* testemunhavam uma criação social sem par; dela, dizia Bolívar, os patriotas não tinham a mínima idéia e dela não havia modelos nem cópias. Às vezes, as impressões causadas por esses vestígios tendiam a figurá-los como ecos do passado que ressoavam pelo presente: “El Perú es original en los fastos de los hombres. Esto me parece, porque estoy presente, y me parece evidente todo lo que, con más o menos poesía, acabo de decir [...]” [II, p. 155] As distinções entre *indios* e *criollos* vigoravam; persistiam, sobretudo, as discrepâncias profundas entre a “natureza incólume” do mundo incaico frente à ação dos conquistadores. Bolívar parecia, aqui, constatar a discrepância entre a retórica política e a realidade histórica. Mas, ainda neste caso, a sua exaltação mantinha intacta a matriz da “nação primordial”. Fragmentos do passado, mesmo que destituídos de seu lugar próprio, se entrecruzavam com esperanças muitas vezes fundadas sobre os traços da cidadania ilustrada. Conteúdos distintos ocultavam, na verdade, uma condensação híbrida de sentidos, ou melhor, uma projeção recíproca de estados do tempo, que, por isso, pareciam se confundir.

39.

Talvez nada mais poderia ilustrar o que aqui se tem dito do que as palavras que Bolívar dirigia a San Martín nas vésperas de sua campanha no Peru: “Me hallo en marcha para ir a cumplir mis ofertas de reunir el império de los Incas al império de la Libertad.” [I, p. 524] Esta e outras passagens pressupunham uma disposição fundamental dos acontecimentos na trama da narração bolivariana: a elaboração de uma estrutura da temporalidade que ilustrava o itinerário histórico da emancipação nacional. “Mediante procesos simbólicos, rituales políticos y mitos fundacionales las referencias de la nacionalidad se articulan

discursivamente para confirmar la pertenencia de los individuos a un conjunto más amplio que se despliega en el espacio y en el tiempo.”⁴⁴¹ Se a identidade se enraizava sobre os elementos históricos da etnia e da cultura, o tempo imaginário, então, manifestava-se como ressurgimento.⁴⁴² Daí a imagem dos *criollos* como vingadores dos índios oprimidos.

Desencadeavam-se operações análogas em outras séries de documentos. Proclamava praticamente as mesmas palavras quando escrevia, em Trujillo, ao Almirante Cochrane (23/08/1821): “La mayor satisfacción que mi corazón va a sentir al acercarme a los antiguos impérios de los Incas, y a las repúblicas nacies del hemisfério austral.” [I, p. 582] Num manifesto aos soldados colombianos, de 16 de novembro de 1823, evocava a tão conhecida idéia de justiça aos incas do passado. Bolívar denunciava a subversão de Riva Agüero, presidente do Peru que, sendo-lhe contrário, procurou reconciliar-se com os realistas no final do mesmo ano. O combate contra os realistas, os últimos opressores, inseria-se no quadro de evocações da dizimação dos antigos incas ao longo da colonização. Tratava-se da tão conhecida idéia de se fazer justiça aos incas do passado:

[...] nos amenaza con insensatos amagos, y lo que es más nos priva de marchar al Cuzco a llevar los últimos rayos sobre los últimos opresores de la América y a tributar exéquias pomposas a las inocentes cenizas de los Incas. Esta ofensa es inmensa: volad pues a buscar su vindicta. [III, p. 735]

Quase um ano depois, quando se preparava para ocupar o reduto realista de Cuzco, a ênfase recaía sobre o futuro que, além de vingar a sorte inca, levaria à plenitude a liberdade do passado: “Peruanos! Bien pronto visitaremos la cuna del imperio peruano y el templo del Sol. El Cuzco tendrá en el primer día de su libertad más placer y más gloria que bajo el dorado reino de sus Incas.”⁴⁴³ [III, p. 738]

⁴⁴¹ Cf. COLOM GONZÁLES, Francisco. “La imaginación nacional en América Latina” cit., p. 334.

⁴⁴² *Ibidem*. Colom González, citando Jon Juriasti, afirma que uma dentre as diversas variantes desta forma de enraizamento da identidade nacional extrairia sua força da melancolia pela perda fictícia. Neste caso, a história que conta o discurso da nacionalidade é uma interminável sucessão de derrotas, delineando, pois, um arquétipo da rebelião.

⁴⁴³ Não se trata, portanto, de uma retomada sem mais do passado, e, sim, de uma potencialização híbrida de ingredientes da memória étnica a partir de componentes da tradição iluminista. “Em 10 de fevereiro de 1825, Simón Bolívar esclarece, solenemente, ao Congresso peruano, que o exército de libertação teria devolvido a liberdade ‘ao filho de Manco Capac’, que Pizarro tinha roubado. Era a liberdade, para a qual, numa larga aliança popular, sob a chefia de Tupac Amaru II, há alguns séculos, tinham-se levantado? Ao projeto, que triunfara nas guerras de independência, faltava, após o destroçamento desse levante popular, o choque de direção antifeudal da oposição indígena. Era o projeto de uma minoria crioula que, em lugar da libertação social, persegue a imposição de alguns princípios da Revolução Francesa que, em primeiro lugar, tendem para a criação de um mercado de trabalho livre e comercialização de terras. Visto que as estruturas de dependência colonial não foram violadas, deu-se a privatização, decretada por Bolívar, da terra, segundo direito colonial inalienável, da comunidade aldeã ao solo para sua usurpação através do latifúndio expandido.” DIETSCHY, Beat. “O evangelho da emancipação indígena: princípios do indigenismo moderno no Peru (1921-1919)”. In: FARNET-

40.

Parece inevitável reconhecer que, no discurso bolivariano, as referências históricas ao universo indígena se encontravam, em grande parte, associadas a exortações mobilizadoras; como armas políticas, emergiam do ambiente de conflito encarniado contra o inimigo.

O índio, em geral, havia sido o elemento essencial de um “passado nacional” que acentuava enfaticamente a dominação estrangeira; a evocação de sua imagem, ao mesmo tempo, desembocava na justificação do movimento nacional que aspirava autonomia e soberania. O dado de que a retórica política do patriotismo crioulo tendia a distinguir conscientemente os aspectos do passado que eram úteis dos inúteis, atesta que a rememoração seletiva de elementos tradicionais era imprescindível para o discurso nacional.⁴⁴⁴ Útil, por exemplo, teria sido a alusão à população autóctone subjugada pelos espanhóis, com a qual os *criollos*, no tocante à subordinação, poderiam se solidarizar; inútil, em contrapartida, foi a propriedade comum indígena, porque obstaculizava o futuro do desenvolvimento nacional, projetado sobre o interesse individual.

Na verdade, toda a organização do espaço de experiência (quer a baseada em continuidades inconfundíveis quer a organizadora do passado a partir do futuro) implica uma propriedade subjetiva. Ela pressupõe – como vimos – permanências seletivas de universos tradicionais. Disso, portanto, advém uma advertência: o caminho subjetivista, que mencionamos acima, contém elementos que não podem ser desprezados. É certo que vários indícios identificados no discurso bolivariano ilustravam a aposta por uma nação semelhante à de tipo essencialista que remetia a tradições locais. Mas essa aposta era feita em sociedades em que nenhum dos elementos da trilogia romântica (etnia – língua – história) estava suficientemente disponível para se conformar tal qual à nacionalidade cívica.⁴⁴⁵ O projeto bolivariano se defrontava com histórias fragmentadas dos grupos étnicos que não se

BETANCOURT, Raúl (Org.). *A teologia na história social e cultural da América Latina*. Vol. 2. São Leopoldo: Unisinos, 1996, p. 221.

⁴⁴⁴ O posicionamento de König de que a rememoração do “passado nacional”, a partir de critérios culturais e étnicos, foi *puramente* seletiva, parece-me, em grande parte, reducionista. Algumas razões para essa discordância já foram explicitadas (se bem que de maneira indireta) quando da identificação de imprecisões na interpretação subjetivista da nacionalidade. Mas elas ficarão mais claras, logo a seguir, numa sistematização concisa.

⁴⁴⁵ Cf. PÉREZ VEJO, Tomás. “La construcción de las naciones como problema historiográfico” cit., p. 292.

adequavam aos moldes do território nacional. Mas, Bolívar parecia estar plenamente convicto de que isso não se tratava de um obstáculo. Suas célebres menções ao passado ofereciam uma curiosa e genérica resposta: a predisposição das castas à coexistência pacífica.

41.

Para ilustrar esta questão, devemos voltar a um exemplo que já foi, em parte, analisado. Era claro, para Bolívar, que a harmonia entre as castas se deduzia da experiência de uma face do passado americano organizada pelo discurso histórico. Desse modo, da estruturação de determinados conteúdos do passado projetava-se, sob condições específicas, um futuro de permanência. Observava, a propósito, que não havia motivos para se temer que no futuro ocorresse o contrário, “porque para entonces el orden estará establecido, los gobiernos fortificados con las armas, la opinión, las relaciones extranjeras y la emigración europea y asiática, que necesariamente debe aumentar la población”. Tem-se a impressão, portanto, de que a unidade nacional já estava dada – *a priori* – nos territórios sublevados. De outra parte, essa imagem “proto-romântica”, utilizada por Bolívar e por grande parte dos líderes independentistas, presumia a nação como unidade natural que existia também à margem das tensões sociais.⁴⁴⁶ (Daí que sua construção nacional associava-se sensivelmente à historiografia nacionalista do século XVIII.) Importa também destacar que o Libertador possuía um alto nível de consciência nacional, independentemente de como definisse a nação, e acreditou que esta era um requisito para um Estado com êxito:⁴⁴⁷ “[...] para formar un Gobierno estable se requiere la base de un espíritu nacional.” [III, p. 691] – declarava, nesse sentido, no Discurso de Angostura.

Até o presente – lemos novamente na Carta ao Editor da *Gazeta Real* – era possível contemplar “la más perfecta armonía” entre os que nasceram no continente. “Estamos autorizados, pues, a creer que todos los hijos de la América española, de cualquier color o condición que sean, se profesan un afecto fraternal recíproco, que ninguna maquinación es capaz de alterar.” [I, p. 181] A longa história da nação prolongara sua existência, como uma planta da natureza, desde o mais remoto passado até o momento atual. É certo que tal operação discursiva (como atesta a presença das divisas de igualdade e liberdade) movia-se no universo conceitual da nação cívica, estendendo o sentimento de identidade a

⁴⁴⁶ Cf. LYNCH, John. “Los caudillos de la independencia” cit., p. 206.

⁴⁴⁷ *Idem*. A citação subsequente de Bolívar acompanha também a posição de Lynch.

sociedades assoladas pela enorme disparidade. Mas, também as alusões evidentes a núcleos tradicionais – o pactismo espanhol e a autoridade indígena usurpada – visavam justificar que do domínio da nação espanhola haviam se libertado nações preexistentes: elas concebiam, portanto, as guerras de independência como guerras de libertação nacional.⁴⁴⁸

Com em parte já vimos, sua ênfase, a partir do exílio na Jamaica, recaía em considerar-se livre dos prejuízos raciais. Essa avaliação lançava uma luz sobre o problema que se suscitaria, logo depois, entre Manuel Carlos Piar, ao pretender criar uma facção étnica dentro das forças patrióticas, e o Libertador. Bolívar não estava disposto, em nome da unidade sem vacilações do movimento independentista, a permitir um confronto racial dentro de suas fileiras.⁴⁴⁹ É certo que ele nunca deixou de transcender, por seu sentido político, a classe dos *terratenientes*. Mas, para todos os efeitos, continuava a ser um representante da aristocracia *criolla*,⁴⁵⁰ integrando, juntamente com diversas lideranças dessa elite, a *intelligentsia* canalizadora da consciência nacional, isto é, a autora coletiva dessa entidade que seria toda a nação. Parecia-lhe certo, portanto, que a ampliação das bases sociais da revolução não deveria pôr em risco essa mesma liderança. No violento manifesto em que denunciou a conspiração de Piar (05/08/1817), alegava:

[...] proclamar los principios odiosos de la guerra de colores para destruir así la igualdad que desde el día glorioso de nuestra insurrección hasta este momento ha sido base fundamental; instigar a la guerra civil; convidar a la anarquía; aconsejar el asesinato, el robo y el desorden, es en sustancia lo que ha hecho Piar desde que obtuvo la licencia de retirarse del ejército, que con tantas instancias había solicitado, por que los medios estuvieran a su alcance. [III, p. 647]

⁴⁴⁸ Cf. PÉREZ VEJO, Tomás. “La construcción de las naciones como problema historiográfico” cit., p. 286. John Lynch (“Los caudillos de la independencia” cit., p. 210) assinala que um dos primeiros objetivos do nacionalismo na América Espanhola era a independência, isto é, o estabelecimento de um Estado soberano em que dominasse a nação. “En Hispanoamérica las nuevas naciones encontraron su identidad primero en la reacción a la influencia imperial del Estado borbónico, luego en la guerra prolongada contra España, y más tarde en los conflictos con sus vecinos y las relaciones con Estados extranjeros.” Segundo, Bolívar, a independência foi o único êxito da revolução. “Un segundo objetivo es la unidad nacional, la incorporación dentro de las fronteras del nuevo Estado de todos los grupos que se considera pertenecen a la nación. En algunos casos hay un tercer objetivo, construir una nación dentro de un Estado independiente, que inculque a la gente en su conjunto a la creencia de la existencia de la nación, hasta ahora sólo entendida por la minoría.” Como temos averiguado pela reconstrução das alusões ao passado, os três objetivos emergiam simultaneamente nos discursos de Bolívar.

⁴⁴⁹ Cf. MARTINEZ, Nelson. *Simón Bolívar* cit., p. 70.

⁴⁵⁰ *Ibidem*, p. 61. Nelson Martínez referiu-se ao fato de que Bolívar, apesar de buscar a todo custo a fusão das rebeliões dos diferentes grupos sociais num grande movimento, não transcendeu o âmbito de sua classe.

Piar, de acordo com Bolívar, não pretendia a igualdade para “los hombres de color”, pois eles já a tinham e a desfrutavam no mais alto grau que poderiam desejar. Pouco mais de dois meses depois, num manifesto dirigido aos soldados de seu exército, voltaria a pronunciar-se contra o “cruel parricida”:

Soldados! Vosotros lo sabéis. La igualdad, la libertad, y la independencia son nuestra divisa. ¿La humanidad no ha recobrado sus derechos por nuestras leyes? ¿Nuestras armas no han roto las cadenas de los esclavos? ¿La odiosa diferencia de clases y colores no ha sido abolida para siempre? [...] ¿Qué quería, pues, el general Piar para vosotros? ¿No sois iguales, libres, independientes, felices y honrados? ¿Podía Piar procuraros mayores bienes? No, no, no. [III, 652]

42.

Bolívar não era, de modo algum, ingênuo a ponto de ignorar a existência dos conflitos na América. Mas, para ele, o tipo desses conflitos era exatamente o dos mesmos que se sucedia em todas as demais nações. Os argumentos que elucidavam essa questão – retomada ligeiramente no documento que estamos analisando – haviam sido apresentados com maior amplitude na carta ao Editor da *Royal Gazette* de Jamaica. Uma continuidade essencial articulava essas alusões à discussão sobre as relações entre as castas na América. Tratava-se da recorrência à história ou, melhor, às operações de organização do espaço de experiência no seio do movimento emancipacionista. A comparação, aqui, com outras circunstâncias históricas tendia a amenizar a pretensa excepcionalidade das desuniões internas no Novo Mundo. A semente mortal da discórdia era, para ele, não só um problema universal. Acima de tudo, a desunião consistia no termômetro da liberdade. Era, assim, uma circunstância que assolava muito mais as repúblicas do que outros regimes políticos. Bolívar também mencionava, aqui, exemplos da Antiguidade e da Modernidade, sublinhando que o gozo da liberdade estava em proporção direta com a efervescência dos partidos e o confronto da opinião pública.

¿Cuál es la nación libre, antigua o moderna, que no haya padecido por la desunión? ¿Habrà historia más turbulenta que la de Atenas? ¿Facciones más sanguinarias que las de Roma? ¿Guerras civiles más violentas que las de Inglaterra? ¿Disensiones más peligrosas que de los Estados Unidos de la América del Norte?

O recurso destacava, portanto, a natureza histórica das dissensões no seio dos governos livres. Não se tratava, de longe, de um tema isolado no seu pensamento político. O problema dos obstáculos naturais ao exercício da liberdade retornaria, com toda a força, em 1819, por ocasião do discurso de Angostura: “Sólo la Democracia, en mi concepto, es susceptible de una absoluta Libertad; pero, ¿cuál es el Gobierno Democrático que ha reunido a un tiempo, poder, prosperidad, y permanencia?” [III, p. 679] A esta altura, as conjeturas bolivarianas parecem se complicar, atingindo um alto grau de confusão. Como vimos antes, se ele negava os conflitos entre as castas, tendia, agora, a justificar as dissensões internas como um fenômeno inerente aos sistemas democráticos. Mas suas conjeturas são confusas só na aparência. Havíamos visto que, para ele, as discórdias que assolavam a insurgência patriótica tinham origem na ação nefasta da ordem colonial. (Ele insistia, de fato, em acentuar a ação coercitiva dos realistas por detrás da explosão de revoltas sociais na Venezuela). Se acrescentarmos a isso as ponderações acerca da naturalidade dos conflitos nas nações livres, aflora uma dupla conexão que isentava completamente a questão étnica da função de disseminadora das divisões. Estabelecia, então, a “separação do joio do trigo”, uma espécie de operação depuradora na representação dos elementos que compunham o passado americano.

Mas afastar a confusão não significa anular a complexidade das avaliações. Nesse sentido, as leituras de Bolívar suscitarão logo duas questões. Como separar, nos conflitos sociais, os fatores étnicos dos elementos políticos como se ambos fossem compartimentos destacados por rígidos contornos? Se a desunião era um fenômeno universal, seria possível conceber o fenômeno de castas como uma realidade incólume aos efeitos do colonialismo espanhol?

43.

Como se vê, tanto as explicações objetivistas quanto as subjetivistas (quando se trata de aceitar qualquer uma em detrimento da outra) chocam-se com amplas lacunas. Cada uma delas, contudo, continham argumentos inegáveis; a deficiência de uma reclamava a pertinência da outra. Ao que tudo indica, não existe motivo para supor que tais perspectivas se excluam. Considerações dessa ordem, na verdade, permitem vislumbrar a possibilidade de que as hipóteses apresentadas antes como incompatíveis constituem, na

verdade, a dupla característica da memória nacional no discurso bolivariano. Para compreender as razões dessa convergência parece necessário seguir um outro caminho: o terceiro (hibridismo) dentre os que indicamos acima.

Foi possível presumir, no discurso bolivariano, a condensação de elementos do passado e da tradição cívica da Ilustração.⁴⁵¹ Essas conotações híbridas parecem enfraquecer a suposição de que, ao assumir a secularização como base ideológica para a invenção de uma nova soberania, Bolívar tenha descartado pelo menos a recorrência a alguns elementos simbólicos das tradições espanhola e indígena, vistas como parte do passado colonial. É certo que ele não postulou a aceitação unilateral de uma delas como uma alternativa viável para se fundamentar a identidade nacional. Veríamos aqui mais uma confluência complexa e ambígua de elementos fragmentados (é certo) destas vertentes e aquela predominante do iluminismo.⁴⁵² Não se trata, entretanto, de enxertos aplicados a uma base diametralmente oposta.

Discernir com precisão até que ponto as recorrências de Bolívar ao passado eram ou espontâneas ou, ao contrário, submetidas à intenção premeditada de legitimar o discurso, é um problema de resolução praticamente impossível. Mas, se ao invés de reduzir esse problema a uma anomalia indesejável, começássemos a questionar a relevância de tal procedimento? Veríamos, pois, que o seu erro mais grave consiste em analisar as afirmações dos discursos políticos sobre a recuperação do passado como se fossem verdadeiros ou falsos segundo os critérios estabelecidos pela investigação histórica profissional. Contra isso, observou-se que a materialidade da história recordada, sua eficácia, seu potencial simbólico, não se baseiam em sua verdade literal.⁴⁵³

La historia es exactamente lo contrario, es supervivencia constante. Supervivencia de la historia porque a través de la memoria la historia continúa viviendo y reelaborando las esperanzas, proyectos o desánimo de hombres y mujeres que buscan dar un sentido a la vida, encontrar (o poner) orden en el caos, soluciones

⁴⁵¹ É a posição de Díaz-Caballero que coincide, em grande parte, com a de Ramos Pérez.

⁴⁵² O exemplo torna-se ainda mais claro no projeto “incaísta” de Miranda que “incluía una administración pública dirigida por ‘Amautas’, ‘Curacas’, e ‘Incas’, que bajo el modelo de la ética incaica y romana, articulación un nuevo ‘imperio americano’.” *Ibidem*, p. 93. Vide, também, GUERRERO, Carolina. “Estado y ciudadanía en los proyectos constitucionales de Francisco Miranda”. In: *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*. Caracas: Academia Nacional de la História, 348 (2004), p. 59. Díaz-Caballero lembra que Miranda foi profundamente influenciado por ideólogos incaístas do século XVIII (Francesco Algorri, Giannrinaldo Carli, François Quesnay) que reciclaram a “nação primordial” do utopismo garcilasista. Tratar-se-ia, em todo caso, do culto ao modelo do incaísmo iluminista francês.

⁴⁵³ Essa compreensão parece se aproximar da posição genérica de MERLEAU-PONTY, Maurice (*Fenomenologia da percepção*. 2.^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 557) segundo a qual a noção de tempo não é um objeto de nosso saber, mas uma dimensão do nosso ser.

conocidas a problemas desconocidos, quizá nuevos. La memoria es historia en acto.⁴⁵⁴

Essas considerações parecem ainda mais válidas se levarmos em conta a apropriação do passado operada desde a perspectiva da identidade nacional. Havíamos visto que não é possível imaginar arbitrariamente qualquer forma de comunidade nacional (seu desenvolvimento era inconcebível sem as estruturas sociais e econômicas que a acompanhavam). Mas, em contrapartida, para que esse princípio de identidade pudesse organizar pautas de ação coletiva era necessário uma seleção sistemática daqueles elementos tradicionais que mais o corroborassem. No caso do discurso bolivariano, a apropriação do passado, para simplificar, não era uma manipulação da memória explicada em termos conspiracionistas, nem a explanação objetiva de sobrevivências tradicionais. Para ser mais exato, o itinerário que seguimos levou-nos a um dado que resistia à refutação: quanto mais analisávamos, a fundo, as determinações da memória nacional, mais inadequadas para explicá-las se mostravam as categorias epistemológicas de verdadeiro e falso.⁴⁵⁵

Uma mudança radical de perspectiva parecerá jogar luzes à questão. De fato, se o que antes analisamos em termos de anomalia for investigado, agora, como um indício decisivo, emergirá por meio dele a possibilidade de entrever no centro da dupla característica da recuperação do passado – condicionamento histórico, manipulação retórica – uma experiência primária: a da história vivida. O que esses argumentos nos induzem a propor com cautela é a hipótese de que o problema da organização da memória – e, no caso de Bolívar, da memória nacional – esteja irremediavelmente ligado à idéia de que o passado é um componente inevitável da condição humana.⁴⁵⁶ É certo que uma conclusão desse gênero suscita algumas dificuldades. A primeira, talvez, é a possibilidade de negar à esfera da experiência (e à constituição da memória nacional) a característica de fenômeno sócio-histórico com suas singularidades irredutíveis; a outra, é postular a existência de um

⁴⁵⁴ VINYES, Ricardo. “La razón de la memoria”. In: *Cuadernos hispanoamericanos*. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana, 623 (2002), pp. 7-10. GAUER, Ruth Maria Chittó. “Falar em tempo, viver o tempo!” In: GAUER, Ruth Maria Chittó (Coord.) & SILVA, Mozart Linhares da (Org.). *Tempo/história* cit., p. 19, sem se referir às distinções entre história e memória e a natureza específica da relação entre ambos nos termos propostos por Vinyes, afirma praticamente o mesmo: “O tempo dos historiadores não pode ser confundido com o tempo dos homens. Para os primeiros, ele se refere a uma construção, para os segundo ele é uma decorrência do vivido.”

⁴⁵⁵ Cf. COLOM GONZÁLES, Francisco. “La imaginación nacional en América Latina” cit., p. 319.

⁴⁵⁶ Posição até certo ponto defendida por HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 22 (“O sentido do passado”).

universalismo formal de caráter (obviamente) a-histórico.⁴⁵⁷ Mas os resultados atingidos até aqui permitem evitar essa dupla armadilha. Vimos, de fato, emergir cinco conjuntos constituídos pelas seguintes referências:

- a) antiguidade greco-romana;
- b) exemplaridade do passado (*historia magistra vitae*);
- c) organização da memória revolucionária;
- d) religiosidade católica;
- e) fundamentos históricos da nacionalidade (pactismo hispânico, cultura autóctone, predisposição à coexistência pacífica das castas).

As alusões de Bolívar ao passado remetiam a uma série de respostas específicas às rupturas que os fenômenos revolucionários introduziram sobre as identidades coletivas. Todas elas parecem convergir para a fé inabalável na nacionalidade como uma força capaz de fazer os indivíduos esquecerem sua contingência. A capacidade de reconhecer a dimensão normativa nas identidades coletivas depende inteiramente da possibilidade de inserí-las num esquema de temporalidade histórica.⁴⁵⁸ A força retórica da consciência nacional como elemento de coesão emerge da sua capacidade de fazer das reminiscências do passado um discurso com significação simbólica; de converter cada fato histórico no ponto de encontro entre o legado das imagens tradicionais (evasão) e os acontecimentos concretos do presente (conjuntura).⁴⁵⁹ Nesse sentido, falou-se também que a cisão imposta pelas revoluções sobre as estruturas sociais foi quase sempre vivida pelos atores políticos como “um instante de eternidade” – “para se empregar a fórmula que Proust aplicava ao mecanismo da memória

⁴⁵⁷ Uma resposta particularmente instigante, pela sua abrangência, ao problema das relações entre história e morfologia foi oferecida por GINZBURG, Carlo. *História noturna* cit. Embora o historiador italiano elaborasse essa tese a partir do estudo de mitos e ritos, penso que sua contribuição poderia ser aplicada, como proponho aqui, ao campo da memória coletiva. Mas não se deve descartar a necessidade de fundamentar essa possível aplicação com estudos de maior abrangência.

⁴⁵⁸ Cf. COLOM GONZÁLES, Francisco. “La imaginación nacional en América Latina” cit., p. 329. Cf. também RUIZ, Nydia M. “Fuentes, relatos y construcción de la historia patria”. In: *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales. Humánitas: Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*. Caracas: Revele, 2 (2005), p. 248: “En la América hispana el discurso sobre el pasado ha sido una de las principales bases de los símbolos y mitos sobre los que se organiza el imaginario de las comunidades nacionales.”

⁴⁵⁹ Cf. PÉREZ VEJO, Tomás. “La construcción de las naciones como problema historiográfico” cit., pp. 299-300.

afetiva”⁴⁶⁰ – que retomava a história global. O projeto revolucionário de Bolívar nutria-se, sem dúvida, de formas laicas e secularizadas do tempo moderno, preconizando, sobretudo, sua ação corrosiva e a ruptura com determinadas dimensões do passado. Mas, ele assumia, na mesma proporção, os contornos de uma experiência do tempo que instalava, mediante figuras essenciais do próprio discurso revolucionário, continuidades e evasões. De um lado, a experiência do efêmero na ordem do tempo, do fluxo inevitável da história; do outro, a da evasão e a da memória como resposta contra-fáticas, isto é, trans-temporais. Mas daí o paradoxo: tratava-se de duas faces do mesmo plano da experiência.

Chegamos, portanto, à possibilidade de esclarecer com uma hipótese de fundo essa ambigüidade: a reconstrução das alusões de Bolívar às figuras do tempo investigadas ilustraram, como pano de fundo, uma constituição essencial válida igualmente para cada uma. *O passado e o futuro, no discurso bolivariano, são necessariamente multidimensionais.* Mas, como veremos, esse dado não explica ainda a relação entre eles. É inevitável que perguntemos se de uma análise sob esta perspectiva será possível decifrar uma estrutura discursiva da experiência bolivariana do tempo histórico. Nós o faremos retomando uma metáfora mencionada ligeiramente na introdução (a dos espelhos e a projeção de imagens simétricas e invertidas) e discutindo, sobretudo, se as convergências formais não se devem, na verdade, a conexões de ordem histórica.

⁴⁶⁰ JULLIARD, Jacques. “A política”. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (Orgs.). *Fazer história*. Vol. 2: novas contribuições. 2.^a ed. Venda Nova: Bertrand, 1989, p. 274.

CONCLUSÃO

1.

Havíamos partido de duas definições em grande parte convergentes: 1) o discurso bolivariano, ao apoiar-se sobre a história, contrapunha o passado (da tirania espanhola) ao futuro (da liberdade republicana); 2) o tempo histórico na Modernidade e, especificamente, na era das revoluções, era marcado pela assimetria entre o espaço de experiência (passado) e o horizonte de expectativa (futuro). A relação antagônica entre o passado e o futuro no discurso bolivariano parecia confirmar, numa escala de observação reduzida, o marco geral estabelecido por Koselleck para o campo lingüístico sócio-político das revoluções no mundo ocidental de fins do século XVIII e de princípios do século XIX. Os elementos discursivos do caso bolivariano, assim como estabelecera o historiador alemão na tipologia do tempo revolucionário, figuravam, portanto, a idéia de progresso como um choque entre o velho e o novo.

Deparamo-nos, contudo, com a descoberta de dois núcleos discursivos de percepção do passado e do futuro que não só destoavam dos conteúdos da reconstrução feita acima como também complicavam o esquema da relação assimétrica entre as figuras. *Evocação de faces do passado colonial que autorizava a fundamentação de esperanças para os estados nascentes e temor de que no futuro a revolução independentista pudesse enveredar pelos caminhos do caos.* Tais eram dois dos componentes essenciais do tempo histórico que passavam despercebidos pelo modelo explicativo que concebia o discurso revolucionário como o do progresso irreversível. Tivemos ocasião de assinalar que a complexidade do

discurso bolivariano sobre as modulações do tempo reclamava exatamente a reformulação do modelo das assimetrias. É que essa esquematização concebia como unilateral uma experiência marcada, sobretudo, pela ambigüidade. Mas algo também estava fora de qualquer dúvida. O esquema das assimetrias, isto é, de que “o passado dominado pela tirania espanhola contrapunha-se ao futuro, em que reinaria a liberdade”, é, em grande parte, confirmado pela análise dos escritos de Bolívar. Tornava-se necessário, portanto, sistematizar, pelo menos para o caso de Bolívar, uma tipologia que não omitisse dimensões fundamentais da experiência do tempo histórico. Mas que tipo de modelo explicativo poderá emergir da tentativa de integrar esses componentes num quadro abrangente? Qual a ordem de modificações que o esquema das assimetrias, de fato, sofrerá? É o que tentaremos, agora, responder.

2.

Vimos emergir da análise dos escritos de Bolívar quatro componentes de sentido sobre as figuras do tempo, distinguíveis em dois amplos grupos referentes às categorias formais de Koselleck quanto ao tempo histórico. Cada um dos núcleos poderá ser denominado, para efeitos de elucidar a exposição, por expressões que traduzam seu significado predominante e por símbolos que os sintetizem:

I. *O espaço de experiência* (ou a percepção do passado):

1. A tirania espanhola ou *o passado a ser destruído* (P-);
2. A coexistência pacífica das castas e da soberania primitiva ou *o passado a ser positivamente evocado* (P+);

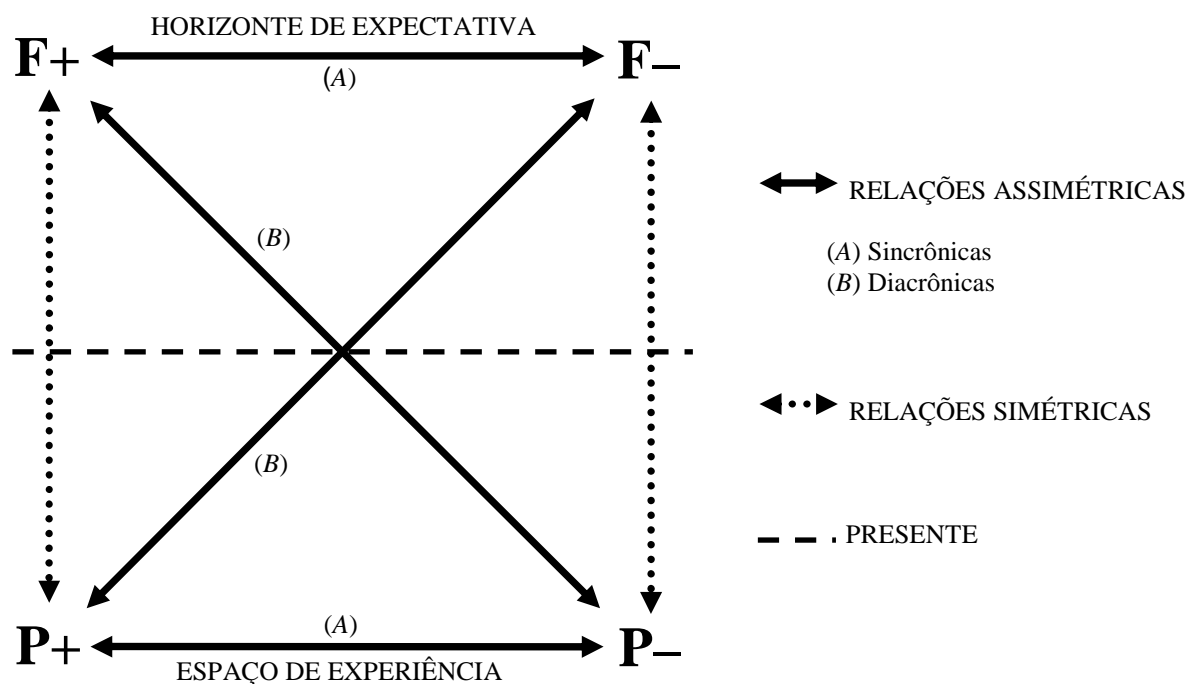
II. *O horizonte de expectativa* (ou a projeção de futuro):

1. A liberdade republicana e a unidade continental ou *o núcleo de esperanças* (F+);
2. A anarquia e a submissão colonial ou *o núcleo de temores* (F-).

A difusão e a persistência, quase equivalente, de todos esses núcleos de sentido ao longo da documentação do Libertador parece induzir, em primeiro lugar, a conclusão de que nenhum deles deverá ser consagrado como predominante em relação aos outros (sob o risco de se perder de vista ainda mais a percepção de uma experiência marcada essencialmente pela complexidade). A tentativa de reconstruir, por meio de afinidades formais, as percepções de

tempo histórico documentadas em diferentes períodos demonstrou, sobretudo, a permanência, para além das sucessões cronológicas, de séries compactas de sentido (que apontam para um padrão morfológico do discurso bolivariano). Daí a insistência em se considerar a experiência bolivariana do tempo histórico como essencialmente equívoca. Essa hipótese era ressaltada, sobretudo, quando da constatação de que não há uma periodização estanque que separe, como se fossem duas massas compactas e incomunicáveis, as esperanças, de um lado, e os temores, de outro, em relação ao futuro das repúblicas independentes. A simultaneidade de dimensões opostas de expectativas (esperanças e temores) presente muitas vezes até no mesmo documento (quando não na mesma afirmação) reforça ainda mais a hipótese de projeções complexas de futuro.

Conexões formais na experiência bolivariana do tempo histórico



A reconstrução dos conteúdos das diferentes concepções de passado e de futuro sugeriu, mais ainda, a idéia de que os núcleos de sentido não são simplesmente integrados por uma justaposição artificial. Nenhuma das figuras do tempo, nesse sentido, aparece isolada das demais. Cada uma delas, na verdade, mantém estruturalmente uma posição relacional, ou de oposição ou de convergência, com todas as outras. É como se diante de cada uma delas

estivesse disposto um jogo de espelhos de dois tipos. Se um espelho *plano* pressupõe sempre que o núcleo de sentido de qualquer uma das figuras do tempo é projetado simetricamente ao da outra, de um *convexo* se dispõe a configuração de sentidos inversos para as demais. A recorrência, aqui simplesmente metafórica, a instrumentos específicos do campo da ótica para traduzir a disposição formal do discurso bolivariano permite visualizar, sobretudo, o fato de que o *conteúdo* de cada uma das figuras do tempo é mais bem compreendida se considerada no quadro geral de suas relações com o das outras. Vamos ilustrar esse recurso por intermédio do esquema sobre *as conexões formais da experiência do tempo histórico no discurso bolivariano*, explicando a síntese pela consideração das relações assimétricas. As relações simétricas demonstrarão, por sua vez, atributos distintos da experiência histórica. O jogo das relações, na verdade, perpassa implicitamente a cada uma das figuras do tempo ao longo do corpo documental tomado na sua amplitude cronológica. Mas alguns exemplos bem específicos, superando qualquer dúvida razoável, ilustram claramente o antagonismo essencial entre os pares de figuras em um mesmo documento. Os casos desse tipo, todos já vistos ao longo da pesquisa, são retomados aqui em outra perspectiva, para confirmar a coexistência de distintos núcleos de sentido sobre o tempo histórico.

I ASSIMETRIAS

A) Sincrônicas.

Exemplos que representam a tensão interna entre cada uma das figuras do tempo, isto é, entre sentidos opostos de passado, de um lado, e de futuro, de outro.

Exemplos

1. Espaço de experiência

Sobre o passado a ser destruído [P–] *versus* o passado a ser positivamente evocado [P+].

Do *Manifiesto a los Soldados del ejército vencedor en La Victoria* (13 de fevereiro de 1814):

[...] sobre esas bandas de tártaros, que embriagados de sangre, intentaban aniquilar [P–] la América culta, cubrir de polvo los monumentos de la virtud y del genio [P+] [...] [III, p. 598]

Do *Manifiesto a las Naciones del Mundo sobre la Guerra a Muerte* (24 de fevereiro de 1814):

[...] el Gobierno español derramó el oprobio y la calamidad [P–] sobre los numerosos pueblos de la pacífica América [P+] [III, p. 605]

Do *Manifiesto a los Compatriotas* (06 de maio de 1814):

Terribles días estamos atravesando: la sangre corre a torrentes [P-] han desaparecido los tres siglos de cultura, de ilustración y de industria [P+]: por todas partes aparecen ruinas de la naturaleza o de la guerra [III, p. 608]

2. Horizonte de expectativa.

Sobre o núcleo de esperanças [F+] *versus* o núcleo de temores [F-].

Do *Manifiesto de Carúpano* (07 de setembro de 1814)

[...] el establecimiento [...] de la libertad en un país de esclavos [F+], es una obra tan imposible de ejecutar súbitamente, que está fuera del alcance de todo poder humano [F-] [...] [III, p. 611]

Da *Carta de Jamaica* (06 de setembro de 1815)

¿Se puede concebir que un pueblo recientemente desencadenado se lance a la esfera de la libertad [F+] sin que, como a Ícaro, se le deshagan las alas y recaiga en el abismo? [F-] [I, p. 169]

Do *Discurso de Angostura* (15 de fevereiro de 1819):

No aspiremos a lo imposible, nó sea que por elevarnos sobre la región de la Libertad [F+], descendamos a la región de la tiranía [F-] [III, p. 691]

B) Diacrônicas.

Exemplos que representam o antagonismo dos conteúdos anteriores, mas, agora, no âmbito da relação entre o passado e o futuro em suas distintas dimensões:

Exemplos

1. Sobre o passado a ser destruído [P-] *versus* o núcleo de esperanças [F+].

Da *Carta de Jamaica* (06 de setembro de 1815):

Los estados americanos han menester de los cuidados de gobiernos paternales [F+] que curen las llagas y las heridas del despotismo y la guerra [P-]. [I, p. 169]

Do *Manifiesto a los pueblos de Venezuela* (22 de outubro de 1818):

[...] Nuestras armas han destruido los obstáculos que oponía la tiranía [P-] a nuestra emancipación [F+]. [III, p. 670]

Venezuelanos! No echéis la vista sobre los sucesos pasados, sino para horrorizaros de los escollos que os han destrozado: apartad vuestros ojos de los monumentos dolorosos que os recuerdan vuestras crueles pérdidas [P-]: pensad sólo en lo que váis a hacer [...]. El clamor de Venezuela es libertad y paz: nuestras armas conquistarán la paz, y vuestra sabiduría nos dará la libertad [F+].”

Do *Manifiesto aos Colombianos* (08 de março de 1820):

Yo contemplo con un gozo inefable este glorioso período en que van a separarse las sombras de la opresión [P-] de los resplandores de la libertad [F+].” [III, p. 706]

2. Sobre o passado a ser positivamente evocado [P+] *versus* o núcleo de temores [F-].

Da *Carta a Santander* (14 de fevereiro de 1823)

Yo tiemblo amigo, delante de lo futuro: más horrible me parece el porvenir [F-] que lo pasado [P+] [I, p. 723]

Da *Carta a Santander* (08 de outubro de 1826)

Nuestro sagrado pacto está cubierto de una pureza intacta; gozaba de una virginidad inmaculada [P+]; ahora ha sido violado, manchado, roto, en fin; ya no puede servir de nada [F-] [...] [II, p. 480]

De *Una Mirada sobre la América Española* (1829)

Hemos perdido las garantías individuales, cuando por obtenerlas perfectas habíamos sacrificado nuestra sangre [F-], y lo más precioso de lo que poseímos antes de la guerra: y si volvemos la vista a aquel tiempo ¿quién negará que eran más respetados nuestros derechos? [P+] [III, p. 846]

II SIMETRIAS

Exemplos sobre relações que se dão sempre no plano diacrônico (passado e futuro) e indicam uma similitude valorativa entre as figuras do tempo:

1. Sobre as convergências entre o passado a ser positivamente evocado [P+] e o núcleo de esperanças [F+]:

Da *Carta ao Editor da Gaceta Real de Jamaica* (setembro de 1815)

Hasta el presente se admira la más perfecta armonía entre los que han nacido en este suelo [P+] [...] y no es de temerse que en lo futuro suceda lo contrario [F+] [I, p. 181]

Da *Carta a San Martín* (10 de janeiro de 1821)

Me hallo en marcha para ir a cumplir mis ofertas de reunir el imperio de los Incas [P+] al imperio de la Libertad [F+] [...]. [I, p. 524]

Da *Carta al Almirante Cochrane* (23 de agosto de 1821)

La mayor satisfacción que mi corazón va a sentir al acercarme a los antiguos imperios de los Incas [P+] y a las repúblicas nacientes del hemisferio austral [F+] [...] [I, p. 582]

Da *Carta a J. A. Páez* (26 de agosto de 1828)

Yo creo que el nuevo gobierno que se dé a la república [F+] debe estar fundado sobre nuestras costumbres, sobre nuestra religión y sobre nuestra historia [P+]. [II, p. 957]

2. Sobre as convergências entre o passado a ser destruído [P-] e o núcleo de temores [F-].

Do *Discurso de Angostura* (15 de fevereiro de 1819):

Como depois de haver rompido todas as travas de nossa antiga opressão [P-], podemos fazer a obra maravilhosa de evitar que os restos de nossos duros ferros não se transformem em armas “liberticidas”? [F-] [III, p. 683]

Las reliquias de la dominación Española [P-] permanecerán largo tiempo [F-] antes que llegemos a anonadarlas [III, p. 683]

Da *Carta a J. A. Páez* (04 de agosto de 1826):

La esclavitud [P-] romperá el yugo; cada color querrá el dominio, y los demás combatirán hasta la extinción o el triunfo [F-]. Los odios apagados entre las diferentes secciones [P-] volverán al galope [F-], como todas las cosas violentas y comprimidas. [II, p. 445]

Da *Carta a Daniel F. O’Leary* (22 de outubro de 1828):

La América es un mundo herido de maldición, desde su descubrimiento [P-] hasta los términos de la predicción [F-]. [III, pp. 26-7]

3.

Exemplos dessa ordem demonstram que, em momentos específicos de densidade histórica, o sentido de cada uma das figuras do tempo aparece definido por operações discursivas de entrecruzamento, de dois tipos, com os das demais. O itinerário que reconstruímos sobre as figuras indicou para cada uma delas afinidades formais que dobravam o plano cronológico. Mas, a análise à parte do espaço de experiência e do horizonte de expectativa, por si só, levantava inevitavelmente a hipótese da configuração relacional entre os conteúdos identificados que se manteria latente ao longo dos discursos. Os casos acima atestam, entretanto, que esse padrão formal de recorrências (implícito mesmo quando a ênfase recai sobre uma figura do tempo) se deve, sobretudo, a conexões de ordem histórica.

Iniciemos pelas operações discursivas que opunham o futuro da liberdade republicana e da unidade continental [F+] ao passado da tirania espanhola [P-]. A disposição assimétrica da relação temporal, neste caso, era traduzida geralmente pelos pares antinômicos do tipo liberdade/escravidão e república/tiranía. As três citações utilizadas para se ilustrar a questão, uma extraída da *Carta de Jamaica* (06 de setembro de 1815) e duas do *Manifesto a los*

pueblos de Venezuela (22 de outubro de 1818), constituíam tão somente exemplos em que as relações de oposição emergiam de maneira explícita. “Nuestras armas”, dizia Bolívar, “han destruido los obstáculos que oponía la tiranía a nuestra emancipación.” O adensamento da tensão temporal, sob o mesmo lema, conferia, é certo, uma força retórica sem igual ao discurso político, já que demarcava como antagônicos os conteúdos de cada uma das partes. Importa destacar, contudo, que esses termos (considerados aqui simplesmente como representativos) desdobravam-se pelas mais diversas manifestações. As oposições anunciadas explicitamente a partir de um ponto preciso do âmbito cronológico são suficientes, na verdade, para demonstrar que as mesmas persistem, ao longo do corpo documental, sob forma de conexões formais que transpõem as posições cronológicas. Há, portanto, um antagonismo implícito entre as duas figuras. O futuro da “liberdade republicana” remete necessariamente ao passado da “tirania espanhola” como o seu termo contrário. Daí que cada elemento do antagonismo se encontre formalmente relacionado ao seu oposto. Mesmo que estejam dispersos em qualquer período, a conexão formal “dobra” outra vez o tempo, possibilitando, então, a ampliação do leque de oposições formais para diversas variantes no espaço documental.⁴⁶¹ (Veremos, aliás, que este princípio será válido para as relações entre todas as figuras do tempo.)

Mas algo logo chama a atenção. Trata-se da distribuição cronológica das referências a cada uma das figuras do tempo em questão. Se as alusões às esperanças republicanas são facilmente identificáveis (em maior ou menor grau) ao longo dos vinte anos da documentação em análise, as referências ao passado da tirania espanhola, em contrapartida, circunscrevem-se (salvo algumas exceções) à fase militar do processo emancipacionista (1810-1824). Mas as alusões mais destrutivas ao legado colonial se concentram maciçamente entre os anos de 1810 a 1815, quando, então, a reação espanhola impôs o colapso das duas primeiras experiências republicanas na Venezuela. Os ataques retóricos se tornavam mais brandos (senão menos freqüentes) a partir do retorno do exílio na Jamaica até se distanciarem visivelmente uns dos outros, desde 1820, por intervalos mais esparsos no corpo documental. As operações discursivas, aqui, remetiam conseqüentemente a dois núcleos de sentido.

A máxima expressão do primeiro deles se encontraria no Decreto sobre a *Guerra a muerte*. Nesse documento vislumbrava-se o esforço bolivariano de difundir a consciência

⁴⁶¹ Um exemplo claro do que aqui se quer dizer (e que foi, de certa forma, o ponto de partida para esta investigação) foi citado logo no início da introdução. Maria Lígia Coelho Prado põe, lado a lado, para ilustrar o antagonismo entre passado e futuro no discurso bolivariano, afirmações contidas nas cartas ao Governador de Curaçao (1813), que traz à tona a menção ao passado dominado pela tirania espanhola, e na de Jamaica (1815), onde se lê a respeito da crença no futuro promissor para o continente.

nacional que, até então, era exclusiva dos *criollos*. O Libertador revelava, neste caso, um alto nível de consciência nacional em relação aos caudilhos e a crença de que tal sentimento era uma condição imprescindível para a edificação do Estado. O processo de construção das nações, com efeito, “que difunde entre la masa de la gente la creencia en la existencia de la nación, hasta entonces sólo sostenido por la élite”, incorpora, nos seus discursos, a todos os setores da população, sem por em risco, é certo, o controle sobre os instrumentos de poder pela classe dirigente,⁴⁶² isto é, a elite *criolla*. Mas este objetivo, por exemplo, estava seguramente ausente na política dos caudilhos e, mais tarde, de seus aliados do pós-guerra. “La elite criolla de terratenientes, comerciantes y funcionarios lucharon no solo para arrebatarle el poder a España, sino también para decidir quien recibiría aquel poder.”⁴⁶³ Para os novos governantes, em geral, a nação era simplesmente a estrutura de poder existente.

4.

De outra parte, Bolívar tinha em vista, como tivemos ocasião de assinalar, a convicção de que o fracasso revolucionário na Venezuela, entre os anos de 1810 e 1815, se devia à falta de coesão entre a vontade política dos dirigentes patriotas e a espontaneidade das massas populares.⁴⁶⁴ Sabemos que o medo das massas era comum a *criollos* e espanhóis. Como destacar subitamente a representação de que índios, mestiços e negros (livres ou escravos), aliados (não poucas vezes) às forças realistas, formam uma mesma “nação” com a minoria *criolla*? De que forma era possível superar também a oposição entre os elementos fidelistas e patriotas no interior da própria aristocracia *criolla*?⁴⁶⁵ O caminho imediatamente eficaz era, sem dúvida, o da invenção da “guerra a muerte”, que exaltava a revolução como uma luta contra o estrangeiro. A distinção fundamental recaía entre os grupos nacionais (espanhóis e americanos) e a revolução, dessa forma, assumia o caráter de guerra de libertação nacional. O discurso, assim, enfraquecia a retórica que tendia a enfatizar as revoltas *criollas* como o

⁴⁶² Cf. LYNCH, John. “Los caudillos de la independencia” cit., p. 216.

⁴⁶³ *Idem.*

⁴⁶⁴ Cf. VILAR, Pierre. “La participación de las clases populares en los movimientos de independencia de América Latina” cit.

⁴⁶⁵ Essa oposição se fazia sentir até mesmo do seio das mesmas famílias. “Cuando”, para citar somente um caso específico, “estallaron los hechos de la independencia en Caracas, el 19 de abril de 1810, el conflicto dividió los pareceres políticos de los integrantes de las familias criollas de la provincia. En la familia Bolívar, tres de los cuatro hermanos, Juan Vicente, Juana y Simón, se comprometieron con la causa de la Independencia. No ocurrió así en el caso de la hermana mayor, María Antonia Bolívar y Palácios quien, desde el primer momento expuso su rechazo a la idea de independizarse de España y se manifestó resueltamente dispuesta a defender la causa realista.” QUINTERO, Inês. “María Antonia Bolívar: convicciones monárquicas de una criolla principal”. In: *Procesos Históricos: revista de historia y ciencias sociales*. Mérida (Venezuela): Universidad de los Andes, 3 (2003).

elemento de uma guerra civil. Líamos, nesse sentido, numa das cartas de Bolívar ao editor da *Gazeta Real* de Jamaica, durante o exílio caribenho:

[...] por un suceso bien singular se ha visto, que los mismos soldados libertos y esclavos que tanto contribuyeron, aunque por fuerza, al triunfo de los realistas, se han vuelto al partido de los independientes, que no habían ofrecido la libertad absoluta, como lo hicieron las guerrillas españolas.”

Mas, não se tratava de modo algum de um artifício retórico sem apoio sobre a tendência histórica. Bolívar captava a ascendência de condições objetivas que favorecia o terreno comum de uma oposição que reuniria a todas as classes, isto é, a difusão da consciência americana.

Duas delas merecem destaque. A primeira dizia respeito às exações fiscais e ao incremento da exploração metropolitana. O sentimento anti-colonial, ligado à consciência da exploração econômica e da posição social de subordinação dos americanos em relação aos peninsulares, representava, então, o mais orgânico dos laços entre a luta social e a libertação nacional. A *Carta de Jamaica* sintetizava emblematicamente as fórmulas de solidariedade entre os grupos sociais como resultado das denúncias, nela contidas, sobre a opressão colonial. Mas, o amplo conjunto de acusações à ordem realista que emergia nos documentos entre 1812 e 1815 já encontrava um terreno fértil na reação “feroz” e “sanguinária” dos chefes realistas ao exaltar inversamente a unidade das vítimas do sistema colonial. O amadurecimento da consciência nacional se realizava também na própria luta contra os espanhóis. A guerra civil transformou-se em guerra nacional e patriótica quando a pretensão do Estado pelas minorias *criollas* de classe alta se transformou em *mística da pátria*.⁴⁶⁶ Os paralelos entre a destruição da república (imposta pelos realistas) e o extermínio da soberania primitiva (perpetrado pelos conquistadores) exaltavam a causa independentista como o rompimento do vínculo opressivo que por trezentos anos havia mantido os patriotas unidos à ordem monárquica. O discurso bolivariano, ao associar, neste período, a emancipação à destruição do passado colonial, reivindicava os clássicos ressentimentos dos vencidos contra os espanhóis. Ele acionava, portanto, um chamado às massas e a noção de pátria que englobava a todos os americanos. *Tratava-se, de qualquer forma, de uma operação retórica mais negativa do que positiva. A unidade americana era a consequência imediata das referências destrutivas à tirania espanhola, constituindo-se, então, como consciência voltada para o futuro.* Não há dúvida de que o republicanismo das sublevações na América Hispânica

⁴⁶⁶ Cf. VILAR, Pierre. “La participación de las clases populares em los movimientos de independencia de América Latina” cit., pp. 50 e 53.

facilitou as arremetidas retóricas contra o ordenamento colonial. O futuro republicano, no discurso revolucionário, era concebido como tempo novo na medida em que o horizonte das expectativas políticas se distanciava de qualquer das experiências realizadas pela antiga ordem. A redução do legado hispânico à causa da indisposição endêmica das sociedades americanas para o usufruto da liberdade era bastante visível em documentos como a *Carta de Jamaica* (1815) e o *Discurso de Angostura* (1819). A experiência histórica do governo colonial não podia, assim, ser estendida positivamente ao horizonte de expectativas. Ela nada teria para oferecer em termos de finalidade pedagógica e como herança a ser preservada. O futuro das repúblicas deveria ser distinto do passado despótico e, mais ainda, melhor. Quando, em 1817, Manuel Piar, o general pardo, pusera em risco o comando militar dos revolucionários pela ameaça de uma revolta de cunho racial, Bolívar exaltava a causa emancipacionista como a inauguradora de uma era de igualdade, citando, por exemplo, a ascensão do chefe mestiço: “La independencia en el más lato sentido de esta palabra sustituía a cuantas dependencias antes nos encadenaban”. A igualdade, a liberdade e a independência, continuava, são a nossa divisa. “Nuestras armas no han roto las cadenas de los esclavos.” A união era, portanto, o que faltava para completar a obra da regeneração dos povos americanos. Entre os anos de 1817 e 1819, apesar do fracasso de sua tentativa de integrar a insurgência venezuelana em um só exército, Bolívar obtinha sucesso ao anular as dissidências e inspirar um esforço nacional com a utilização dos recursos regionais.

5.

A causa republicana aparecia como um projeto fundamentalmente contra-fático. Afirmar, portanto, que a sorte futura da América deveria ser a mais acessível (e não a mais perfeita) significava levar necessariamente em conta as mazelas da experiência tradicional com o fim de controlá-las. Qualquer projeto republicano que não considerasse os entraves do passado, saltando por cima desta etapa fundamental, não só não poderia superá-los como também seria arrastado (o que era pior) pela força irresistível dos fatores de desagregação. Desse modo, se as circunstâncias eram calamitosas e turbulentas, já dizia Bolívar no *Manifiesto de Cartagena*, o governo deveria “mostrarse terrible y armarse de una firmeza igual a los peligros”. “Los estados americanos”, a afirmação é da *Carta de Jamaica*, “han menester de los cuidados de gobiernos paternos que curen las llagas y las heridas del despotismo y la guerra.” Daí a defesa incondicional de Bolívar, a partir já do *Manifiesto de Cartagena*, de um

governo forte e unitário que fortalecesse a ordem nas instituições e nos negócios, tendo sempre em vista a experiência histórica dos fracassos revolucionários e da desarticulação política. “En las Repúblicas”, proclamara pela ocasião da abertura do Congresso de Angostura, em 1819, “el Ejecutivo debe ser el más fuerte, porque todo conspira contra él [...]”. Devemos lembrar também que o ideal de unificação das repúblicas da Venezuela e da Colômbia num só estado já havia sido proposto por ele em 1813. Quando, em 1821, se materializou constitucionalmente a República da Colômbia, o equilíbrio interno do novo estado asseguraria ao continente uma destinação de primeira grandeza que condicionaria o equilíbrio do universo: “[...] la libertad del Nuevo Mundo es la esperanza del Universo.” Inaugurava-se o glorioso período em que iriam se separar as sombras da opressão dos resplendores da liberdade. Com efeito, a efetivação do componente continental no pensamento bolivariano, por ocasião das campanhas militares sobre os Andes, coincidia, pois, com a formação da Colômbia. Nesse período, a presença espanhola no Equador e no Peru fortalecia ainda mais a certeza de que a liberdade de cada nação dependia necessariamente da liberdade do continente. Mas, se até então essa era também a convicção de San Martín, depois do encontro de Guayaquil, em 1822, o componente continental se identificou exclusivamente com a corrente bolivarista.⁴⁶⁷ Para Bolívar, e os continentalistas em geral, o exército era a força decisiva e serviu de vanguarda para a libertação do Continente desde Caracas até Santiago. Devemos ter em conta, de forma imediata, que o êxito dos continentalistas foi beneficiado, em parte, pela própria experiência da guerra que “enseñó a las nuevas generaciones venezolanas, granadinas y quiteñas, que la cooperación militar, política y socio-económica fue en definitiva el camino para llegar a la meta del triunfo en la revolución de Independencia.”⁴⁶⁸

A revolução seria levada a cabo pelo voluntarismo político-moral, isto é, a ação consciente e aceleradora. Bolívar afirmava, nesse sentido, a Santander, em 30 de maio de 1820, que o impulso da revolução já estava dado e não era possível a ninguém contê-la. O máximo que se poderia conseguir era dar-lhe uma boa direção [I, p. 444] De outra parte, a ação degenerativa da herança colonial sobre o material humano das sociedades americanas impunha ao futuro da emancipação o cultivo da virtude política. “Actividad y prontitud”, afirmava, em 14 de dezembro de 1819, ao Almirante Luis Brión, são os principais agentes da empresa revolucionária e sem eles os ideais se frustrariam e a liberdade sofreria retardos prejudiciais e funestos [I, p. 404].

⁴⁶⁷ Cf. KOSSOK, Manfred. “Revolución, Estado y Nación” cit., p. 165.

⁴⁶⁸ LÓPEZ, Javier Ocampo. “La separación de la Gran Colombia” cit., p. 368.

6.

Mas se a esperança republicana nutria-se pela relação essencialmente assimétrica com o passado da antiga ordem, da mesma operação discursiva emergia, em contrapartida, um núcleo de referências positivas à tradição histórica. Os documentos que, entre 1812 e 1815, realçavam, a partir da denúncia da destruição colonial, a unidade patriótica como via para a constituição futura do estado republicano, projetavam sobre o interior do espaço de experiência, a mesma relação antagônica que identificávamos no nível diacrônico (passado e futuro). Trata-se, portanto, da organização de símbolos que compunham a tradição histórica dos vencidos em relação ao sistema colonial e de uma retórica política que transcendia as contradições fundamentais entre as massas populares e os *criollos*.

Los problemas de identidad y de legitimidad representan los primeros y más fundamentales desafíos en el proceso de la formación del Estado y de la nación, particularmente en el caso de los Estados hispanoamericanos que se emanciparon de la dependencia colonial y cuyo gobierno ya no estaba legitimado por el principio monárquico habitual con la persona del monarca como punto de referencia y objetivo de lealtad sino por el nuevo principio de la soberanía popular.⁴⁶⁹

Mas uma série de menções de Bolívar à soberania primitiva fundamentavam a nação cívica, um conceito exclusivamente voltado para o futuro, sobre o espaço de experiência. Na *Carta de Jamaica*, como vimos, aludia ao pacto estabelecido entre o imperador Carlos V e “los descubridores, conquistadores y colonizadores de América” como “nuestro contrato social”. A fórmula dos três séculos de escravidão, sob a inspiração freqüente de Las Casas, não só ressaltava uma identidade entre os índios e os descendentes, como também glorificava o autóctone como símbolo de liberdade. O índio, nesse sentido, aparecia, não poucas vezes, como a pobre vítima, humilhada pela opressão e digna de lástima. A conquista espanhola, continuava na *Carta de Jamaica*, havia obstaculizado seu desenvolvimento, usurpando brutalmente a legítima autoridade dos chefes indígenas. Vimos que, numa das cartas ao editor da *Gazeta Real de Jamaica*, o Libertador atribuía as causas das discórdias entre os americanos a duas fontes de calamidade pública, isto é, a ignorância, fomentada pela superstição, e a debilidade, perpetuada pela tirania. O pano de fundo dessas indagações circunscrevia-se, pois, ao colonialismo espanhol. Mas, agora, algo diverso ocorria. Contra aqueles que alegavam que a maior dificuldade para a emancipação do Novo Mundo consistia na diferença de castas,

⁴⁶⁹ KÖNIG, Hans-Joachim. “Símbolos nacionales y retorica politica en la independencia”, cit., p. 389.

Bolívar não poderia mais continuar assentando sua refutação somente nas acusações contra o colonialismo hispânico ou em remissões esperançosas ao futuro. Para legitimar a real predisposição das castas à união e à harmonia, não havia recurso mais eficaz do que recorrer à própria experiência dos povos americanos. A autoridade do passado neutralizava o argumento segundo o qual a adesão de povos sem qualquer experiência a projetos aparentemente inéditos os conduziria a uma aventura irresponsável. O espaço de experiência parecia ser, neste caso, a garantia imprescindível para a viabilidade do horizonte de expectativa. Na ausência de qualquer experiência republicana nas colônias, o Libertador exaltara os exemplos clássicos da Antiguidade e da Europa Moderna. Mas a reminiscência da história dos grupos insurgentes contra o domínio espanhol constituía, sem dúvida, a referência indispensável para os casos de legitimidade da nação cívica.

É certo que entre os anos de 1812 e 1814 não se observa nos escritos bolivarianos qualquer precisão do passado a partir de critérios étnicos. A ênfase discursiva recaía, acima de tudo, sobre estratos genéricos como os “dos numerosos povos da América pacífica” e da “obra dos três séculos de cultura, de ilustração e de indústria.” Mas nas cartas redigidas durante o exílio na Jamaica observamos o adensamento sem precedentes do núcleo de referências aos componentes étnicos da tradição histórica. Os pronunciamentos que, neste corpo documental, exaltavam a unidade das vítimas expressavam, sem dúvida, as contribuições fundamentais de Bolívar sobre a nova inflexão que o movimento independentista a partir daí teria em termos de difusão da consciência nacional. O horizonte de expectativa, então, reativava aspectos perdidos do passado que se ligavam à história das reivindicações dos vencidos contra a ordem colonial, abordando-as, portanto, como um núcleo de esperanças latentes que, apesar de frustradas sob o domínio espanhol, seriam levadas a termo com a revolução liberal. O Libertador, escutando nas vozes triunfantes do passado os ecos das vozes que se emudeceram, escovava a história a contrapelo.⁴⁷⁰ Mas as exigências deixadas sem respostas eram, de certo modo, concebidas como a prefiguração da nação cívica. Vislumbramos, portanto, uma conexão formal entre o núcleo de esperanças e o do passado a ser positivamente evocado segundo a qual os significados das figuras se reportam simetricamente um ao outro. Mais ainda, a assimetria fundamental era confirmada por uma conexão propriamente histórica, isto é, o período do exílio na Jamaica, quando, então, o adensamento simultâneo do núcleo de esperanças e o das evocações do passado aflorava nos escritos. “Hasta el presente”, declarava na *Carta ao Editor da Gazeta Real de*

⁴⁷⁰ Cf. BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história”, cit., p. 223.

Jamaica, “se admira la más perfecta armonía entre los que han nacido en este suelo [...] y no es de temerse que en lo futuro sucedo lo contrario.” A culminância dessas operações discursivas remontava, igualmente, à conexão histórica das campanhas sobre os Andes, conforme se vê na carta a San Martín de 10 de janeiro de 1821. “Me hallo en marcha para ir a cumplir mis ofertas de reunir el imperio de los Incas al imperio de la Libertad.” Tratava-se, portanto, de unificar nos novos governos as aspirações de seus cidadãos para criar uma consciência de passado e de futuros comuns.

Mas a simetria de significados entre o passado das esperanças latentes e futuro da liberdade republicana leva-nos, por fim, à descoberta de um espaço de experiência bidimensional composto por faces de valores politicamente opostos. Assim, como os exemplos tomados de documentos de 1814 acima demonstram, a experiência bolivariana ativava a memória de acontecimentos do passado colonial exatamente no marco dessa tensão. O antagonismo formal, revelado claramente nos mesmos documentos, é outra vez confirmada por conexões históricas circunscritas, aqui, ao período das denúncias da reação realista durante as duas experiências republicanas na Venezuela.

7.

A batalha de Ayacucho (1824) havia selado definitivamente a derrota dos exércitos realistas na América do Sul. Os exércitos bolivarianos, comprometidos com a libertação continental, cumpriram heroicamente sua missão militar ao longo dessa etapa. Contudo, não eram de maneira alguma os pilares de um poder político de extensão continental. O convênio político, até então legitimado pela guerra prolongada contra a Espanha, aprofundava, agora, o conflito entre o regionalismo dos *caudillos* e o supra-nacionalismo dos americanistas, representado por Bolívar.

Se o exército constituía para os continentalistas a força decisiva, não deixava de ser, paradoxalmente, uma de suas maiores debilidades.⁴⁷¹ A cooperação dos caudilhos, que dispunham de uma base regional para recrutar tropas, era imprescindível. O Libertador, em troca, tinha que satisfazer as ambições caudilhistas por meio da concessão de ofícios regionais nos quadros da organização político-militar. As correspondentes intenções de Bolívar, que culminaram na idéia de um exército continental, se viram bloqueadas ao longo da década de 1820 pelo processo de constituição do poder real sobre bases regionais e sob a tutela das

⁴⁷¹ Cf. KOSSOK, Manfred. “Revolución, Estado y Nación” cit., p. 165.

frações mais conservadoras das aristocracias locais.⁴⁷² O regionalismo, o caudilhismo militarista e civil, a anarquia ante o vazio de poder, a busca dos modelos políticos administrativos para os novos estados, a febre constitucionalista, a crise econômica e social, se converteram em forças contrárias aos ideais integracionistas.⁴⁷³ Havia também outros fatores como os do problema econômico do sustento de um grande exército colombiano num espaço geográfico que se estendia desde a Venezuela até a meseta peruano-boliviana e, diante da crise fiscal, o da demora no pagamento e o das conseqüentes rebeliões das tropas.⁴⁷⁴ Mais ainda, os *caudillos* não tinham um conceito “nacional” da guerra e estavam, portanto, ainda mais incapacitados para defender um conceito internacional ou para contribuir com um movimento de libertação continental. Idéias deste tipo simplesmente não faziam parte da mentalidade caudilhista. Daí que a transferência transnacional de recursos em favor dos interesses da revolução era algo para eles incompreensível.⁴⁷⁵

O regionalismo dos caudilhos emergiu, na verdade, como a expressão da liderança sustentada por fortes vínculos locais no momento em que se destruíram as instituições do estado colonial e diferentes grupos sociais competiram entre si para preencher o vazio de poder. Desse modo, o projeto bolivariano da República da Colômbia, unificada para a força nacional e a viabilidade econômica, fora apresentada como uma alternativa à anarquia do domínio local dos *caudillos*.⁴⁷⁶ Mas o fenômeno da desagregação eclodira de maneira paradigmática nas ações de Páez na Venezuela (1826), no acirrado conflito entre bolivarianistas e santanderistas (1827) e no conservadorismo da aristocracia *criolla* no Peru e na Bolívia. Assim, se até 1824 as tensões temporais que se entreviam predominantemente nos escritos bolivarianos eram aquelas entre o passado despótico e o futuro republicano, de um lado, e o passado despótico e o passado da soberania primitiva, de outro, as assimetrias, a partir de então, traduziam-se, sobretudo, pela decomposição do horizonte de expectativas em dois trajetos alternativos para o futuro. O federalismo, para Bolívar, o sistema político por excelência do caudilhismo tanto civil quanto militar, equivalia à anarquia regularizada e à guerra civil. O sistema federal em si, como podemos averiguar em não poucas ocasiões, era para ele magnífico. Mas povos repentinamente libertados não poderiam usufruir dele. “¿Se puede concebir que un pueblo recientemente desencadenado se lance a la esfera de la libertad sin que, como a Ícaro, se le deshagan las alas y recaiga en el abismo?” A célebre interrogação,

⁴⁷² Estas teses se encontram em KOSSOK, Manfred. “Revolución, Estado y Nación” cit., p. 166.

⁴⁷³ Cf. LÓPEZ, Javier Ocampo. “La separación de la Gran Colombia” cit., p. 375.

⁴⁷⁴ *Ibidem*, p. 379.

⁴⁷⁵ Cf. LYNCH, John. “Los caudillos de la independencia”, cit., p. 209.

⁴⁷⁶ *Ibidem*, p. 207.

proclamada na *Carta de Jamaica*, demonstrava que, muito antes dos últimos anos de sua vida, Bolívar já reconhecia a possibilidade de que a revolução caminhasse para o caos. Ele também já admitira, em 1823, que a revolução era um elemento difícil de manejar. O sistema federal, neste caso, não só não poderia conter a instabilidade endêmica das sociedades americanas, como liberaria, ainda mais, as forças incontroláveis da revolução, deixando que a ação intervencionista fosse arrastada. O recrudescimento das tendências desagregadoras, após a vitória de Ayacucho, fez Bolívar reconhecer gradativamente a impotência do voluntarismo político na luta para conter a degeneração do movimento emancipacionista. Várias metáforas extraídas da mitologia greco-romana ilustravam essa conscientização. O corpo documental deste período (1826-1830) indicava variantes surpreendentes do compacto núcleo de temores. Mas nada permitiria aceitar que o núcleo de esperanças, nesses últimos anos, havia se esvaído. A análise que se reduz a falar daquilo que efetivamente ocorreu, ao deixar-se levar pela tirania do fato consumado, não percebe certamente a história das expectativas que não se efetivaram. Vários exemplos identificados nos discursos dos últimos anos atestam a crença bolivariana, mesmo que menos entusiasmada, no restabelecimento da ordem e da tranquilidade nas repúblicas nascentes. A própria radicalização de seus projetos centralistas, expressa por proposições de intervenção ao longo do período, pode ser tomada como um exemplo de reações conscientes que visassem o combate ao quadro de desolações. O que propusemos, portanto, foi uma análise que considerasse a interação contraditória dos dois núcleos de projeções e que superasse o modelo explicativo que reduzia a história das expectativas de Bolívar a dois núcleos incomunicáveis entre si na sucessão temporal (as esperanças em torno do progresso, de um lado, os temores fatalistas, de outro). Os casos que investigamos sugerem a composição de um núcleo ambíguo de expectativas que apontam, sobretudo, para a idéia de um futuro aberto e para a confiança na reversibilidade de situações aparentemente inevitáveis.

8.

Mas se enganam também aqueles que presumem uma separação rigidamente cronológica entre as alusões ao passado despótico, como formas de ataque retórico à reação monárquica predominantes até 1824, e as remissões aos temores da anarquia sob o regime federalista no período entre 1824 e 1830. Uma conexão histórica nos conduz, novamente, a outra conexão formal. As avaliações bolivarianas sobre fracasso revolucionário na organização das primeiras experiências republicanas, entre 1812 e 1819, traçaram

constantemente convergências de sentido, algumas diretas, outras implícitas, entre o federalismo e o colonialismo. Nossa divisão, dizia Bolívar em 13 de agosto de 1812, nos levou outra vez à escravidão. Nossas discórdias têm origem nas duas mais copiosas fontes de calamidade pública: a ignorância e a debilidade. Um povo ignorante era instrumento de sua própria destruição. A nulidade política das sociedades americanas, explicada na *Carta de Jamaica* quase sempre em termos de ausência da tirania ativa, aparecia formalmente associada à herança colonial. A América, assim, não estava preparada para desprender-se da metrópole.

Nem sempre a revolução era vista como um movimento historicamente positivo: o Libertador a concebia, ao que tudo indica, como o resultado inevitável do processo de desmembramento do império espanhol na América. A revolução independentista acionara forças de desagregação contidas pelo centralismo administrativo da metrópole, sem, entretanto, o estabelecimento da unidade. “Los odios apagados”, dizia a Páez em 04 de agosto em 1826, “entre las diferentes secciones volverán al galope, como todas las cosas violentas y comprimidas.” A clássica comparação de Bolívar entre a fragmentação do império romano e a dissolução do império espanhol enfatizava, sobretudo, a precariedade do caso americano. Os povos do continente não podiam conservar os vestígios do que eram no passado. “[...] climas remotos, situaciones diversas, intereses opostos, caracteres desemejantes, dividen la América.” As causas da fragmentação remontavam, portanto, às restrições impostas pela Península às províncias americanas, para que não tratassem entre si, não se entendessem, nem negociassem [I, p. 165].⁴⁷⁷ Ouviríamos, em 1828, lamentos de ordem análoga: “La América es un mundo herido de maldición, desde su descubrimiento hasta los términos de la predicción.”

Quando o risco da reação espanhola era iminente, o federalismo representava, para Bolívar, o sistema que mais debilitava a então frágil emancipação das repúblicas. As aspirações regionalistas constituíam, então, a manifestação espontânea das mazelas históricas que remontavam ao período do domínio espanhol. A liberdade perfeita que os federalistas defendiam, combinada às deficiências endêmicas das sociedades americanas, incorreria nos efeitos mais nefastos: a tirania e a anarquia. Afastado o perigo da contra-revolução da Espanha e da Santa Aliança, em meados da década de 1820, o Libertador antevia a ameaça da

⁴⁷⁷ É interessante constatar a ênfase que vários historiadores concedem às particularidades regionais que tão profundamente influenciaram a configuração definitiva das nações, durante e após as independências americanas, como fatores que já haviam surgido com a Conquista e se aprofundaram durante a época colonial. Cf. KOSSOK, Manfred. “Revolución, Estado y Nación” cit., p. 163 e LÓPEZ, Javier Ocampo. “La separación de la Gran Colombia” cit., p. 386.

submissão americana à Inglaterra e aos Estados Unidos. A escravidão, dizia a Páez, em 1826, a respeito das dissensões, romperá o jugo. Não descartava, assim, a possibilidade de que os restos dos duros ferros rompidos pela emancipação se transformassem em armas “liberticidas”. Uma relação de simetria, portanto, entre o passado despótico e o fracasso revolucionário no horizonte de expectativas exaltava ainda mais o imperativo dos projetos de unidade. As constantes associações entre federalismo e colonialismo nos escritos de 1812 a 1815 denotam uma coincidência de conexões, tanto de ordem formal quanto histórica, dos núcleos do passado despótico e o dos temores pela anarquia e guerra civil. Com efeito, as acusações contra o legado do despotismo espanhol e a debilidade política das experiências federalistas surgem, nesse período, quase sempre imbricadas. As relíquias da dominação espanhola, como podemos observar, logo após, no *Discurso de Angostura*, permanecerão longo tempo antes que cheguemos a anulá-las. Parece plausível, portanto, deduzir que o colonialismo, alvo da retórica de destruição do passado hispânico antes de 1824, se entrevia, agora, nas advertências sobre os riscos nefastos do federalismo para o futuro. A alternativa de se construir a “nova ordem” sobre os destroços da “ordem tradicional” daria lugar à “ordem neocolonial”, quando, então, dominariam elites conservadoras sustentadas por potências estrangeiras.⁴⁷⁸

9.

Mas a convergência entre essas figuras do tempo levou-nos também à identificação de uma assimetria diacrônica inversa à que se constatou a respeito da tensão entre o passado despótico e o futuro republicano. As dissensões, declarava Bolívar em 1813, nos levariam a uma escravidão mais ignominiosa que a passada. Os temores de que o vôo dos povos americanos para a futura liberdade fosse sucedido pela queda no abismo demarcavam uma relação de antagonismo com as referências ao passado da soberania primitiva. O exemplo citado do Artigo de Quito, de 1829, denotava exatamente o reconhecimento decepcionado de Bolívar quanto à possibilidade de que a revolução se degenerasse no caos, vindo a representar, portanto, um retrocesso em relação às garantias do passado. “Hemos perdido las garantías individuales [...] y lo más precioso de lo que poseímos antes de la guerra: y si volvemos la vista a aquel tiempo ¿quién negará que eran más respetados nuestros derechos?” Mas o temor diante do futuro e o diagnóstico de que mais horrível lhe parecia o porvir do que

⁴⁷⁸ Cf. GARCÍA, Luis Navarro. “El orden tradicional y la independencia” cit., p. 159.

o passado já era identificado na carta a Santander de 14 de fevereiro de 1823. O sagrado pacto, que antes gozava de uma virgindade imaculada, agora, violado, manchado, rompido, já não poderia servir para nada, confessa, ao mesmo Santander, em 1826. A revolução, como vimos, fora de controle, aparecia também caracterizada pelo desenvolvimento visível de elementos do mal, invertendo, assim, a cadência temporal do progresso. Os temores de Bolívar pareciam se antecipar aos diagnósticos segundo os quais foi a aristocracia *criolla* moderada e conservadora que logrou preencher o vazio de poder, garantindo, ao mesmo tempo, a “continuidade social” no lutar da ruptura com as formas tradicionais de poder e suas correspondentes bases sociais.

Basándose en el ejército como la fuerza real y mejor organizada de la Revolución, Simón Bolívar y los bolivarianos hicieron el intento heroico de acercar la Revolución no solamente en el campo militar, político e ideológico sino también en el económico y social a la esencia clasista burguesa, elevándola al nivel de una transformación social correspondiente al carácter de época. En contraste con la mayoría de su propia clase y sus horizontes muy limitados, Bolívar nunca negó los fines burgueses de la Revolución, como lo prueban los decretos sobre la abolición de la esclavitud, la liberación de los indios, la desfeudalización del trabajo asalariado y las reformas en la enseñanza pública.⁴⁷⁹

O discurso de Bolívar, visto ao longo de sua trajetória política, indica um padrão formal da experiência do tempo histórico que se mantém, em grande parte, apesar das ênfases que uma ou outra das quatro figuras recebeu em diferentes momentos. O destaque que recaía sobre uma figura do tempo, nesse sentido, não afetava o jogo das relações entre as demais no quadro geral dos escritos. É que o conteúdo de cada uma das figuras do tempo ocupa posições relacionais de convergência (simetria) e de antagonismo (assimetria) com o de todas as outras. As conexões históricas, isto é, a identificação de pontos no plano diacrônico que revelavam os tipos de relação entre os conteúdos das figuras, confirmou o jogo das conexões formais. Mais ainda, a combinação das conexões (formais e históricas) proporcionou, sobretudo, a apreensão de facetas complexas da experiência bolivariana do tempo histórico e, conseqüentemente, a visão de um modelo explicativo que pudesse dar conta de um fenômeno por excelência equívoco.

Se as conexões históricas nos levaram, de fato, à confirmação de conexões formais entre as figuras do tempo que, apesar disso, nem sempre coincidiam com a evolução cronológica, também realçaram, em contrapartida, o caráter dinâmico das combinações. A tipologia da experiência bolivariana do tempo histórico, aqui proposta, reflete, na verdade, um padrão discursivo que interage afinidades formais e conexões diacrônicas ao considerar

⁴⁷⁹ KOSSOK, Manfred. “Revolución, Estado y Nación” cit., p. 170.

somente a amplitude do corpo documental. Vejamos, nesse sentido, algumas hipóteses conclusivas. Todas as relações assimétricas identificadas entre as figuras do tempo, tanto de ordem diacrônica (P- versus F+ e P+ versus F-) quanto sincrônica (P- versus P+ e F- versus F-), parecem traduzir o dualismo da tensão política. A contenda simbólica entre a escravidão e a liberdade, ao contrário do que se pensava com a hipótese do aperfeiçoamento irretornável, não se dava somente no plano das relações entre passado e futuro. O mesmo antagonismo emergia em operações discursivas que envolviam a disposição de faces valorativamente opostas (a) do espaço de experiência, no qual se antevia uma percepção multifacetada do passado, (b) e do horizonte de expectativas, quando, então, a alternância essencial dos temores e das esperanças revelava a compreensão de um futuro indeterminado. Mas eram as relações de convergência, verificadas sempre no plano diacrônico, entre as figuras do tempo (P+ / F+ e P- / F-) que constituíam a via pelo qual se projetavam os sentidos da tensão política do passado para o futuro e do futuro para o passado. As conexões simétricas complicavam os esquemas teóricos que definiam as experiências do tempo histórico durante as revoluções do século XVIII e XIX somente em termos de rupturas. Vislumbrávamos também esse núcleo nas versões da evasão do tempo pelo cultivo da memória revolucionária. As relações de analogia entre passado e futuro denotavam também o imperativo da inteligibilidade histórica nas alusões aos conteúdos da tensão política por parte das operações discursivas.

A confluência formal e histórica de todos os conteúdos das figuras do tempo e de suas diferentes conexões induz, portanto, a concluir pela inexistência da concepção do progresso irreversível na experiência bolivariana do tempo histórico.⁴⁸⁰ Ela reflete, ao que tudo indica, a vivência do fenômeno revolucionário como uma cisão que ativa a inteligibilidade histórica. Nos escritos do Libertador podemos entrever a percepção do movimento emancipacionista como uma encruzilhada capaz de mudar decisivamente a história e de retomar, ao mesmo tempo, as esperanças anuladas, no passado, pela opressão colonial. Mas a consciência perspicaz dos entraves às esperanças revolucionárias não lhe impediu de revelar, desde o

⁴⁸⁰ Uma tal disposição do núcleo de expectativas lembra-nos, em grande parte, as posições de Voltaire segundo as quais a evolução dos costumes e das idéias, sendo possível e até comprovada pelos eventos recentes da história, não é algo absolutamente necessário. “Estagnações e retrocessos ocorreriam também freqüentemente e podiam sempre ocorrer, destruindo parte do que a razão havia edificado a duras penas. Por isso ele parece ressaltar a permanência, como se nada tivesse aperfeiçoado, como se a história deixasse incólume a natureza humana. Em boa parte um cético, como vimos, ele encontra na história simples potencialidades, que não permitem certeza quanto ao rumo dos acontecimentos.” GRESPLAN, Jorge. *Revolução francesa e iluminismo* cit., pp. 59-60. Voltaire chegou até mesmo a rejeitar a idéia de evolução física e biológica. É importante assinalar, de outra parte, que Rousseau, o arquiinimigo de Voltaire, tinha, ao lado de uma visão superotimista da natureza humana, uma visão pessimista da história. “M. J. Temmer chamou a atenção para influência decisiva que teve sobre Rousseau a leitura de Santo Agostinho, origem de seu amor pela eternidade estática do paraíso agostiniano e de seu ‘desejo elegíaco de viver no futuro à maneira do passado’”. WHITROW, G. J. *O tempo na história: concepções do tempo da pré-história aos nossos tempos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, pp. 168-9.

início, um vasto horizonte de temores. A aceleração das esperanças revolucionárias dependia necessariamente da ação consciente e intervencionista dos líderes patriotas. Já o regresso à escravidão resultaria irremediavelmente da submissão da vontade humana às forças incontroláveis das mazelas do passado. Mas quando, em 1829, parecia reconhecer fatalmente que a emancipação, a mãe do caos, havia fracassado, deixara escapar, em meio à predominância de expressões resignadas, uma expectativa promissora: “[...] la revolución que hemos pasado ya, *aunque nos aguarda todavía* [...].”

REFERÊNCIAS

A – Escritos de Bolívar

BOLÍVAR, Simón. *Obras completas*. 2.^a ed. La Habana: Editorial Lex, 1950 (edição compilada, com notas, por Vicente Lecuña, com colaboração de Esther Barret de Nazaris)

Volume I: Cartas do Libertador compreendidas no período de 20 de março de 1799 a 08 de maio de 1824 (990p.)

Volume II: Cartas do Libertador compreendidas no período de 08 de maio a 19 de setembro de 1828 (999p.)

Volume III: Cartas do Libertador compreendidas no período de 21 de setembro de 1828 a 11 de dezembro de 1830. Testamento. Proclamas. Discursos. Artigos de Periódicos (946p.)

B – Bibliografia

ACEVEDO, Edberto Oscar. “Política, Religião e Ilustración en las Intendencias Alto-peruanas: regionalismo frente a unidad en el Virreinato Rioplatense”. VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica*. Bonn: Inter Naciones, 1984, pp. 33-54.

ACOSTA SAIGNES, Miguel. *Introducción a Simón Bolívar*. México: Siglo XXI, 1983.

AÍNSA, Fernando. “Tensión utópica e imaginario subversivo en Hispanoamérica”. In: *Anales de literatura hispanoamericana*. Madrid: Universidad Complutense, 13 (1984), pp. 13-35.

ALEIXO, Jose Carlos Brandi. *Visión y actuación internacional de Simón Bolívar*. Caracas: Comité Ejecutivo del Bicentenario de Simón Bolívar, 1984.

ALTMANN, Werner. “O capitalismo periférico latino-americano: a revolução independentista e os primórdios da revolução burguesa”. In: *Estudos Leopoldenses (Série História)*. São Leopoldo: Unisinos, 10 (1989), p. 38.

ALTMANN, Werner. “Marx/Engels e o olhar europeu sobre a América Latina”. In: *Estudos Leopoldenses (Série História)*. São Leopoldo: Unisinos, 2 (1997), pp. 25-39.

ANNINO, Antonio. “Soberanías en lucha”. In: ANNINO, Antonio & GUERRA, François-Xavier (Coord.). *Inventando la nación: Iberoamérica (siglo XIX)*. México: FCE, 2003, pp. 152-84.

ARELLANO, Homero. “Semblanza del General José Gregorio Monagas”. In: *Estudios: Boletín de la Academia Nacional de la Historia*. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 345 (2004), pp. 9-13.

ARENDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo/Brasília: Ática/UnB, 1988.

ARIÈS, Philippe. *O tempo da história*. Lisboa: Antropos, 1992.

ARICÓ, José. *Marx e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982

BACZKO, Bronislaw. “Imaginação social”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.

BÁEZ CABRERA, Mauricio Marcelino. “Teoría y practica del balance de poder en las relaciones internacionales: los tiempos de Simón Bolívar.” In: *Nuevo Mundo*. Caracas: Instituto de Altos Estudios de América Latina (Universidad Simón Bolívar), 1 (2002), pp. 9-35.

BASTIN, Georges L. “Traducción y emancipación: el caso de la Carmañola”. In: *Estudios: Boletín de la Academia Nacional de la Historia*. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 345 (2004), pp. 199-209.

BECKER, Félix. “Los Tratados de Amistad, Comercio y Navegación y la integración de los Estados independientes americanos en el sistema internacional”. VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica*. Bonn: Inter Naciones, 1984, pp. 247-77.

BELLOTTO, Manoel Lelo & CORRÊA, Anna Maria Martinez. “Bolívar e a luta pela independência da América: ação e pensamento político”. In: BOLÍVAR, Simón. *Política*. São Paulo: Ática, 1983, pp. 7-37.

BENCOMO BARRÍOS, Héctor. “Bolívar y Sucre en la emancipación del Perú”. In: *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 350 (2005), pp. 7-21.

BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história”. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (Obras escolhidas: v. 1). São Paulo: 1996.

BERBESI DE SALAZAR, Ligia y VÁZQUES DE FERRER, Belín. “Representaciones del poder en el antiguo régimen: el caso del gobierno provincial en Maracaibo (1799-1810)”. In: *Humánitas: Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*. Caracas: Revele, 11 (1999), pp. 251-7 (disponible em <http://www.revele.com.ve>).

BIDEGAIN GREISING, Ana Maria. “A igreja na emancipação (1750-1830)”. In: DUSSEL, Enrique. *Historia liberationis: 500 anos de história da Igreja na América Latina*. São Paulo: Paulinas/CEHILA, 1992, pp. 123-61.

BIORD, Horacio. “Aproximaciones al Bolívar necesario”. In: *Anthropos*. Los Teques (Venezuela): Instituto Universitario Salesiano Padre Ojeda, 2 (1992), pp. 13-22.

BIORD CASTILLO, Raul. “El hombre como vocación a la libertad: dimensión ética de la antropología política del Libertador”. In: *Anthropos*. Los Teques (Venezuela): Instituto Universitario Salesiano Padre Ojeda, 2 (1992) pp. 39-56.

BOSCH GARCÍA, Carlos. *El descubrimiento y la integración iberoamericana*. México: UNAM, 1991.

BONILLA, Heraclio. “Continuidad y cambio en la organización política del Estado en el Perú independiente”. VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica*. Bonn: Inter Naciones, 1984, pp. 481-98.

BONILLA, Heraclio. “O impacto da revolução francesa nos movimentos de independência da América Latina”. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *A revolução francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: Nova Stella/Edusp, 1990, pp. 151-7.

BORNHEIM, Gerd. “Filosofia e realidade nacional”. In: BORNHEIM, Gerd. *O idiota e o espírito objetivo*. Rio de Janeiro: UAPÊ, 1998, pp. 161-95.

BRANDÃO, Junito de Souza. *Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega*. Petrópolis: Vozes, 1991.

BRICEÑO PEROZO, Mario. *Reminiscencias griegas y latinas en las obras del Libertador*. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 1992.

BRUNEL, Pierre (Dir.). *Dicionário de mitos literários*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

BUISSON, Inge. “El ‘Ejército Libertador’ y la formación del Estado boliviano (1825-1828)”. VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica*. Bonn: Inter Naciones, 1984, pp. 499-512.

BUSANICHE, José Luis. *Bolívar visto por sus contemporáneos*. México: FCE, 1995.

BUSHNELL, David. “A independência da América do Sul espanhola”. In: BETHEL, Leslie (Org.). *História da América Latina*. Vol. III: Da independência até 1870. São Paulo/Brasília: Edusp/Imprensa Oficial do Estado/Fundação Alexandre Gusmão, pp. 119-86.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. "História e análise de textos". In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, pp. 375-99.

CARDOZO GALUÉ, Germán. "Venezuela: de las regiones históricas a la Nación". In: *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*, Caracas: Academia Nacional de la Historia, 349 (2005), pp. 7-48.

CARRERA DAMAS, Germán. "Estructura de poder interna y proyecto nacional inmediatamente después de la Independencia: el caso de Venezuela". In: VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica*. Bonn: Inter Naciones, 1984, pp. 407-39.

CARRERA DAMAS, Germán. "En defensa de las bases históricas de la conciencia nacional: esquema para su estudio" In: *Procesos históricos*. Mérida (Venezuela): Universidad de Los Andes, 8 (2005) (disponible en <http://www.saber.ula.ve/procesoshistoricos/>).

CARRERA DAMAS, Germán. "Bolívar y el presente latinoamericano: el rescate de Bolívar". In: STEGMANN, Wilhelm (Hrsg.). *Simón Bolívar: Persönlichkeit und Wirkung*. Berlin: Reimer, 1984, pp. 133-50.

CASTRO, Moacir Werneck de. *O Libertador: a vida de Simón Bolívar*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelson. "Tempo e cultura". In: GAUER, Ruth Maria Chittó (Coord.) & SILVA, Mozart Linhares da (Org.). *Tempo/história*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, pp. 9-15.

CHACÓN, Zully. "Los hierros del Conde de Tovar: la lucha de la élite ganadera contra el abigeato". In: *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 348 (2004), pp. 67-83.

CHAUNU, Pierre. "Interpretación de la independencia de América Latina". In: CHAUNU, Pierre; HOBBSBAUM, Eric J.; VILAR, Pierre. *La independencia de América Latina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1973, pp. 9-41.

CHIARAMONTE, José Carlos. "Iberoamérica en la segunda mitad del siglo XVIII: la crítica ilustrada de la realidad." In: CHIARAMONTE, José Carlos. *Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedades iberoamericanas en el siglo XVIII*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1979.

COLOM GONZÁLEZ, Francisco. "La imaginación nacional en América Latina". In: *História Mexicana*. México: El Colegio de México, 2 (2003), pp. 313-39.

CORRADO, Pastore & MARINO, Menini. "La formación política del Libertador". In: *Anthropos*. Caracas: Instituto Universitario Salesiano Padre Ojeda, 2 (1992) pp. 23-37.

COWIE, Lancelot. "Bolívar: entre la historia y la ficción". In: *Cuadernos americanos*. México: UNAM, 104 (2004), pp. 33-42.

DÍAZ-CABALLERO, Jesús. “Nación y patria: las lecturas de los *Comentarios Reales* y el patriotismo criollo emancipador”. In: *Revista de crítica literaria latinomericana*. Lima/Hanover: Darmouth College, 59 (2004), pp. 81-110.

DIETSCHY, Beat. “O evangelho da emancipação indígena: princípios do indigenismo moderno no Peru (1921-1919)”. In: FORNET-BETANCOURT, Raúl (Org.). *A teologia na história social e cultural da América Latina*. Vol. 2. São Leopoldo: Unisinos, 1996, pp. 215-246.

DOMINGUES, Ivan. *O fio e a trama: reflexões sobre o tempo e a história*. São Paulo/Belo Horizonte: Iluminuras/UFMG, 1996.

DONGHI, Túlio Halperin. *Reforma y disolución de los imperios ibéricos (1750-1850)*. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

DORATIOTO, Francisco. *Espaços nacionais na América Latina: da utopia bolivariana à fragmentação*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ELIADE, Mircea. *O mito do eterno retorno*. Lisboa: 70, 1993.

ELIADE, Mircea. *Mitos, sonhos e mistérios*. Lisboa: 70, 2000.

ETTE, Ottmar. “Tres fines de siglo: colonialismo / poscolonialismo / posmodernidad. Espacios culturales enter lo homogéneo y lo heterogêneo”. In: ZEA, Leopoldo & MAGALLÓN, Mário (comp.). *De Colón a Humboldt*. Instituto Panamericano de Geografía e Historia-FCE, 1999, pp. 80-133.

FARIAS, Amy Caldwell de. “Reorganizando o passado: Andrés Bello e o Iluminismo na América Latina”. In: *Estudos ibero-americanos*. Porto Alegre: PUCRS, 2 (1998), pp. 29-49.

FERRER BENIMELI, José A. “Bolívar y la masonería”. In: *Estudos ibero-americanos*. Porto Alegre: PUCRS, 1 e 2 (1983), pp. 1-51.

FISHER, John. “La formación del Estado Peruano (1808-1824) y Simón Bolívar”. VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica*. Bonn: Inter Naciones, 1984, pp. 465-80.

FLORESCANO, Enrique. “Mitos, historia, nacionalismo e identidades colectivas”. In: *Configuraciones*. México, Instituto de Estudios para la Transición Democrática, 5-6 (2001), pp. 56-68.

FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Bauru: EDUSC, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 46.^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GANDIA, Enrique de. “El reflejo europeo y América”. In: *Estudos históricos*. Marília, 13 e 14 (1974-1975), pp. 182-95.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *O general em seu labirinto*. Rio de Janeiro: Record, 1989.

GAUER, Ruth M. Chittó. “O nascimento do indivíduo como elemento fundador da identidade nacional”. In: KERN, Arno Alvarez (Org.). *Sociedades ibero-americanas: reflexões e pesquisas recentes*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000, pp. 171-91.

GAUER, Ruth Maria Chittó. “Falar em tempo, viver o tempo!” In: GAUER, Ruth Maria Chittó (Coord.) & SILVA, Mozart Linhares da (Org.). *Tempo/história*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, pp. 17-30.

GERBI, Antonello. *La disputa del Nuevo Mundo: historia de una polémica (1750-1900)*. México: FCE, 1993.

GINZBURG, Carlo. *História noturna: decifrando o sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GINZBURG, Carlos. *Os andarilhos do bem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

GODECHOT, Jacques. *As revoluções*. São Paulo: Pioneira, 1976.

GOMES, Miguel. “Poder, alegoría y nación en el neoclasicismo hispanoamericano”. In: *Hispanic Review*. Pennsylvania: University of Connecticut-Storrs, 1 (2005), pp. 41-63.

GÓMEZ-MARTINEZ, José Luis. “Por uma igreja da libertação: a religião e o sacerdote na novela indigenista”. In: FORNET-BETANCOURT, Raúl (Org.). *A teologia na história social e cultural da América Latina*. Vol. 2. São Leopoldo: Unisinos, 1996, pp. 279-90.

GÓMEZ-MARTINEZ, José Luis. “La encrucijada del cambio: Simón Bolívar entre dos paradigmas (una reflexión ante la encrucijada postindustrial)”. In: *Cuadernos americanos*. México: UNAM, 104 (2004), pp. 11-32.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Revolução e independências: notas sobre o conceito e os processos revolucionários na América Espanhola”. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: UFRJ-FGV, 20 (1997), pp. 275-94.

GRESPLAN, Jorge. *Revolução francesa e iluminismo*. São Paulo: Contexto, 2003.

GRIMAL, Pierre. *Dicionário da mitologia grega e romana*. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

GUARDIA, Amelia. “Proceso de codificación en Hispanoamérica”. In: *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 349 (2005), pp. 71-90.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. “A crise do sistema colonial e o processo de independência”. In: WASSERMAN, Claudia. *História da América Latina: cinco séculos*. 3.^a ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003, pp. 118-76.

GUERRA, François-Xavier. “De la política antigua a la política moderna: invenciones, permanencias, hibridaciones”. In: *19th International Congress of Historical Sciences*. Oslo: University of Oslo, 2000, pp. 1-13 (disponível em <http://www.oslo2000.uio.no/>).

GUERRERO, Carolina. “Estado y ciudadanía en los proyectos constitucionales de Francisco Miranda”. In: *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 348 (2004), pp. 47-63.

GUERRERO, Carolina. “Leopoldo Zea y una perspectiva original sobre Bolívar como hombre político”. In: SALADINO, Alberto & SANTANA, Adalberto (Comp.). *Visión de América Latina: homenaje a Leopoldo Zea*. México: Instituto Panamericano de Geografía e Historia-FCE, 2003, pp. 63-70.

HARWICH, Nikita. “Un héroe para todas las causas: Bolívar en la historiografía”. In: *Iberoamericana*. Berlin: Instituto Ibero-Americano, 10 (2003), pp. 7-22.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Lições sobre a filosofia da história universal*. Brasília: UnB, 1995.

HELG, Aline. “Simón Bolívar and the Spectre of *Pardocracia*: José Padilla in Post-Independence Cartagena”. In: *Journal of Latin American Studies*. Cambridge: Cambridge University Press, 35 (2003), pp. 447-71.

HEREDIA, Edmundo A. “Regionalización y multi-culturalismo: nuevos paradigmas para una teoría de la historia de las relaciones internacionales latinoamericanas”. In: KERN, Arno Alvarez (Org.). *Sociedades ibero-americanas: reflexões e pesquisas recentes*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000, pp. 15-43.

HESÍODO. *Teogonia: a origem dos deuses*. 3.^a ed. São Paulo: Iluminuras, 1995.

HESÍODO. *Trabalhos e os dias*. 3.^a ed. São Paulo: Iluminuras, 1996.

HOBSBAWM, Eric. J. *A era das revoluções (1789-1848)*. 16.^a ed. . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HOBSBAWM, Eric. J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HOBSBAWM, Eric. J. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

IRWIN, Domingo & ALBERTO BUTTÓ, Luis. “Reflexiones sobre la literatura venezolana relacionada con ‘los bolivarianismos’”. In: *Military Review*. Kansas: U. S. Army/Combined Arms Center, may.-jun., 2005, pp. 13-21.

JAKSIC, Iván. “La república del orden: Simón Bolívar, Andrés Bello y las transformaciones del pensamiento político de la independencia”. In: *Historia*. Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile, 36 (2003), pp. 191-218.

JAMES, Cyril Lionel Robert. *Os jacobinos negros: Toussant L'Overture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2000.

JARAMILLO URIBE, Jaime. “Nación y región en los orígenes del Estado nacional en la Colombia”. VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica*. Bonn: Inter Naciones, 1984, pp. 339-58.

JULLIARD, Jacques. "A política". In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre Nora. *Fazer história*. Vol. 2 (Novas contribuições). 2.^a ed. Venda Nova: Bertrand, 1987-1989, pp. 263-85.

KAHLE, Günter. "Conferencia conmemorativa: Bolívar y los alemanes". In: STEGMANN, Wilhelm (Hrsg.). *Simón Bolívar: Persönlichkeit und Wirkung*. Berlin: Reimer, 1984, pp. 45-57.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. 5.^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KÖNIG, Hans-Joachim. "Símbolos nacionales y retórica política en la Independencia: el caso de la Nueva Granada". VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica*. Bonn: Inter Naciones, 1984, pp. 389-405.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos*. Paidós: Barcelona, 1993.

KOSSOK, Manfred. "Revolución, Estado y Nación en la Independencia". In: VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica*. Bonn: Inter Naciones, 1984, pp. 161-71.

LAS CASAS, Bartolomé de. *Brevíssima relação da destruição das Índias*. Porto Alegre: L&PM, 1984.

LEMPÉRIÈRE, Annick. "De la república corporativa a la nación moderna: México (1821-1860)". In: ANNINO, Antonio & GUERRA, François-Xavier (Coord.). *Inventando la nación: Iberoamérica (siglo XIX)*. México: FCE, 2003, pp. 316-46.

LIBERMANN Z., Jacobo. "Bolívar: americano y universal". In: STEGMANN, Wilhelm (Hrsg.). *Simón Bolívar: Persönlichkeit und Wirkung*. Berlin: Reimer, 1984, pp. 151-66.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4.^a ed. Campinas: UNICAMP, 1996.

LEÓN PORTILLA, Miguel. *A conquista da América vista pelos índios: relatos astecas, maias e incas*. Petrópolis: Vozes, 1985.

LOHMANN VILLENA, Guillermo. "Criticismo e Ilustración como factores formativos de la conciencia del Perú en el siglo XVIII". VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica*. Bonn: Inter Naciones, 1984, pp. 15-31.

LOMBARDI, John V. "The Social Order of Venezuela: Property, Society, and Authority in Times of Bolívar (1750-1850)". In: STEGMANN, Wilhelm (Hrsg.). *Simón Bolívar: Persönlichkeit und Wirkung*. Berlin: Reimer, 1984, pp. 167-84.

LOMNÉ, Georges. "El 'espejo roto' de la Colombia bolivariana (1820-1850)". In: ANNINO, Antonio & GUERRA, François-Xavier (Coord.). *Inventando la nación: Iberoamérica (siglo XIX)*. México: FCE, 2003, pp. 475-500.

LÓPEZ-OCÓN CABRERA, Leoncio. “Un naturalista en el panteón: el culto a Humboldt en el Viejo y Nuevo Mundo durante el siglo XIX”. In: *Cuadernos hispanoamericanos*. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana, 586 (1999), pp. 21-33.

LÓPEZ ORTEGA, Antonio. “Los signos trascendentes: tendencias y relatos de la nueva narrativa venezolana”. In: *Cuadernos hispanoamericanos*. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana, 616 (2001), 21-31.

LYNCH, John. “Los caudillos de la independencia: enemigos y agentes del Estado-nación”. In: VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica*. Bonn: Inter Naciones, 1984, pp. 197-218.

LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas (1808-1826)*. 8.^a ed. Barcelona: Ariel, 2001.

MANNHEIM, Kart. *Ideología e utopía*. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MARSHALL, Francisco. *Édipo tirano: a tragédia do saber*. Brasília/Porto Alegre: UnB/UFRGS, 2000.

MARTÍNEZ, Gustavo Vargas. *Bolívar y el poder: orígenes de la revolución en las repúblicas entecas de América*. México: UNAM, 1991.

MARTÍNEZ, Nelson. *Simón Bolívar*. Madrid: Historia 16, 1987.

MARX, Karl. *Simón Bolívar*. Madrid: Ediciones Sequitur, 2001.

MENINI, Marino. “Andrés Bello: su personalidad y su filosofía”. In: *Anthropos*. Los Teques (Venezuela): Instituto Universitario Salesiano Padre Ojeda, 1 (1981), pp. 58-68.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. 2.^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MIRES, Fernando. “Do indianismo à indianidade”. In: FORNET-BETANCOURT, Raúl (Org.). *A teologia na história social e cultural da América Latina*. Vol. 2. São Leopoldo: Unisinos, 1996, pp. 247-77.

MONAGAS, Antonio José. “La comprensión humboldtiana de la política en la Venezuela de sus tiempos”. In: *Procesos Históricos*. Mérida (Venezuela): Universidad de los Andes, 5 (2004). (disponible en <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/index.jsp>)

MONDOLFI GUDAF, Edgardo. “Primeros contactos entre Venezuela y Argentina en el siglo XIX”. In: *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 347 (2004), pp. 89-109.

MORA, Pablo. “Bolívar escritor ante el espejo de la crítica.” In: *Espéculo*. Madrid: Universidade Complutense, 12 (1999).

MORA MÉRIDA, José Luis. “La Iglesia y el Estado ante la configuración de un nuevo modelo político hispanoamericano”. VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica*. Bonn: Inter Naciones, 1984, pp. 219-45.

MOREL, Marco. “Sociabilidades entre *Luzes* e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX”. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 28 (2001), pp. 3-22.

MÖRNER, Magnus. “A história das relações de raças na América Latina”. In: *Revista de história*. São Paulo: USP, 72 (1967), pp. 501-22.

MULLER, Alfredo Gómez. “Para uma teologia da república no século XIX latino-americano: o caso colombiano”. In: FORNET-BETANCOURT, Raúl (Org.). *A teologia na história social e cultural da América Latina*. Vol. 3. São Leopoldo: Unisinos, 1996, pp. 89-106.

MURRAY, Pamela S. “‘Loca’ or ‘Libertadora’?: Manuela Sáenz in the Eyes of History and Historians (1900-c.1990)”. In: *Journal of Latin American Studies*. Cambridge: Cambridge University Press, 33, Part 2 (2001), pp. 291-310.

NAVARRO GARCÍA, Luis. “El orden tradicional y la revolución de Independencia en Iberoamérica”. VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica*. Bonn: Inter Naciones, 1984, pp. 145-159.

NEJAR, Carlos. *Simón Vento Bolívar*. Porto Alegre: AGE, 1993.

NOVAIS, Fernando A. “No meio do caminho, uma colônia”. In: *Nossa história*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 6 (2004), pp. 54-5.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 7.º ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

NUNES, José Luiz Martins. “Os tempos diferenciados”. In: *Estudos ibero-americanos*. Porto Alegre: PUCRS, 1 (1995), pp. 85-96.

NWEIHED, Kaldone G. “Bolívar, él del pensamiento universal”. In: *Mundo Nuevo*. Caracas: Instituto de Altos Estudios de América Latina (Universidad Simón Bolívar), 92 (2001), pp. 61-82 (disponível em <http://www.iaeal.usb.ve/92/92-4.pdf>)

OCAMPO LÓPEZ, Javier. “La separación de la Gran Colombia en el proceso de la desintegración del Imperio colonial hispanoamericano”. VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica*. Bonn: Inter Naciones, 1984, pp. 359-387.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “As festas que a república manda guardar”. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 4 (1989), pp. 172-89.

OLIVIEN, Ruben George. “Modernidade e identidade nacional”. In: KERN, Arno Alvarez (Org.). *Sociedades ibero-americanas: reflexões e pesquisas recentes*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000, pp. 153-69.

O’PHELAN GODOY, Scarlett. “El mito de la “Independencia concedida”: los programas políticos el siglo XVIII y del temprano XIX en el Perú y Alto Perú (1730-1814). VVAA.

Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica. Bonn: Inter Naciones, 1984, pp. 55-92.

OVÍDIO. *Metamorfoses*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1983.

OZOUF, Mona. “A festa sob a revolução francesa”. In: GOFF, Jacques (Comp.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989, pp. 216-32.

PALMER R. R. *The age of democratic revolution*. Princeton: Princeton University Press, 1959.

PAZ GONZÁLEZ, Mari. “La sociedad venezolana del siglo XVIII”. In: *Anthropos*. Los Teques (Venezuela): Instituto Universitario Salesiano Padre Ojeda, 2 (1992), pp. 85-100.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 3 (1989), pp. 3-15.

POMIAN, Krzysztof. “A história das estruturas”. In: LE GOFF, Jacques (Org.). *A história nova*. 3.^a ed. São Paulo Martins Fontes, 1995, pp. 97-123.

PALTÍ, Elías J. “De la historia de ‘ideas’ a la historia de los ‘lenguajes políticos’: las escuelas recientes de análisis conceptual (el panorama latinoamericano)”. In: *Anales Nueva Época*. Göteborg, Instituto Iberoamericano, 7/8 (2005), pp. 63-81.

PÉREZ, Joseph. “El Nuevo Reino de Granada en vísperas de la Independencia (1781-1809)”. VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica*. Bonn: Inter Naciones, 1984, pp. 93-105.

PÉREZ, Joseph. “La revolución francesa y la independencia de las colonias hispanoamericanas”. In: *Cuadernos Americanos*. México: UNAM, 18 (1989), pp. 55-71.

PÉREZ VEJO, Tomás. “La construcción de las naciones como problema historiográfico: el caso del mundo hispánico”. In: *Historia Mexicana*. México: El Colegio de México, 2 (1996), pp. 275-311.

PIERRE-CHARLES, Gérard. “América: Toussaint Louverture”. In: *Nossa América*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 3 (1992), pp. 54-69.

PRADO, Maria Ligia Coelho. “Sonhos e desilusões nas independências hispano-americanas”. In: *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp, 1999, pp. 53-73.

PRADO, Maria Lígia. *A formação das nações latino-americanas*. 12.^a ed. São Paulo: Atual, 1994.

PRATT, Mary Louise. “Humboldt e a reinvenção da América”. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 8 (1991), pp. 155-65.

QUINTERO, Inés. “El surgimiento de las historiografías nacionales: Venezuela y Colombia desde una perspectiva comparada”. In: *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 347 (2004), pp. 35-55.

QUINTERO, Inés. “María Antonia Bolívar: convicciones monárquicas de una criolla principal”. In: *Procesos Históricos*. Mérida (Venezuela): Universidad de los Andes, 3 (2003) (disponible en <http://www.saber.ula.ve/procesoshistoricos/>)

RAMOS, Jorge Abelardo. *Historia de la nación latinoamericana*. Buenos Aires: A. Peña Lillo, 1968.

RAMOS PÉREZ, Demetrio. “Nación, supernación y nación local en Hispanoamérica en la época bolivariana”. In: VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica*. Bonn: Inter Naciones, 1984, pp. 173-95.

REIS, José Carlos. *Nouvelle histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. Rio de Janeiro: Ática, 1994.

REIS, José Carlos. *Tempo, história e evasão*. Campinas: Papirus, 1994.

REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 15-38.

REYES, Juan Carlos. “El pensamiento ilustrado en la cárcel real de Caracas en el año 1808”. In: *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 342 (2003), pp. 153-73.

RICARDO, Pio Bello, “Los sentimientos religiosos del Libertador”. In: *Anthropos*. Los Teques (Venezuela): Instituto Universitario Salesiano Padre Ojeda, pp. 67-86.

RICHARD, Pablo. *Morte das cristandades e nascimento da Igreja: análise histórica e interpretação teológica da Igreja na América Latina*. 2.^a ed. São Paulo: Paulinas, 1982.

RODRÍGUEZ, Mário. *La revolución americana de 1776 y el mundo hispánico: ensayos y documentos*. Madrid: Tecnos, 1976.

ROZITCHNER, Leon. “O pensamento de Simón Rodríguez e a revolução pendente na América Latina”. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *A revolução francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: Nova Stella/Edusp, pp. 231-43.

RUIZ, Nydia M. “Fuentes, relatos y construcción de la historia patria”. In: *Humánitas: Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*. Caracas: Revele, 2 (2005), pp. 237-49 (disponible en <http://www.revele.com.ve/>).

RUIZ GAYTÁN, Beatriz. “Reflexiones sobre la revolución francesa y América”. In: *Cuadernos Americanos*. México: UNAM, 17 (1989), pp. 87-105.

SAGREDO BAEZA, Rafael. “Actores políticos en los catecismos patriotas y republicanos americanos (1810-1827)”. In: *Historia Mexicana*. México: El Colegio de México, 3 (1996), pp. 501-38.

SALCEDO-BASTARDO, José Luis. “Bolívar en la identidad de la revolución latinoamericana”. In: STEGMANN, Wilhelm (Hrsg.). *Simón Bolívar: Persönlichkeit und Wirkung*. Berlin: Reimer, 1984, pp. 125-32.

SALCEDO-BASTARDO, José Luis. “Bolívar en orbita”. In: *Cuadernos Americanos*. México: UNAM, 18 (1989), pp. 104-7.

SALVADOR LARA, Jorge. “Bolívar y Rocafuerte: unitarismo y federalismo”. In: VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica*. Bonn: Inter Nationes, 1984, pp. 465-63.

SANTIAGO RODRÍGUEZ, José. “La abolición de la esclavitud en Venezuela”. In: *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 345 (2004), pp. 141-57.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo: civilização e barbárie*. Petrópolis: Vozes, 1996

SCHNELLE, Kurt. “El siglo XVIII e Hispanoamérica”. In: *Actas del IV Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas*. Salamanca: Centro Virtual Cervantes, 1971, pp. 617-23 (disponible en <http://cvc.cervantes.es/obref/aih/indice.htm>)

SEVERO, Gerson Egas. *O que somos e o que esperávamos ser: estado, economia e discurso presidencial na América Latina (o pós-1929 e o pós-1989)*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

SEVILLA SOLER, Rosario. “Las repercusiones de la revolución francesa en el Caribe español: los casos de Santo Domingo y Trinidad”. In: *Cuadernos Americanos*. México: UNAM, 17 (1989), pp. 117-53.

SUBERO, Efraim. “Bolívar y la cultura”. In: *Anthropos*. Los Teques (Venezuela): Instituto Universitario Salesiano Padre Ojeda, 2 (1992), pp. 57-66.

STEGGER, Hanns-Albert. “La geopolítica mundial en tiempos de Simón Bolívar”. In: SALADINO, Alberto & SANTANA, Adalberto (Comp.). *Visión de América Latina: homenaje a Leopoldo Zea*. México: Instituto Panamericano de Geografía e Historia-FCE, 2003, pp. 489-97.

STOETZER, O, Carlos, “Bolívar y Europa”. In: STEGMANN, Wilhelm (Hrsg.). *Simón Bolívar: Persönlichkeit und Wirkung*. Berlin: Reimer, 1984, pp. 75-95.

STRAKA, Tomás. “España y Venezuela: un reconocimiento en dos actos (1820-1845)”. In: *Cuadernos Hispanoamericanos*. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana, 653-654 (2004), pp. 35-42.

SUAZO, Félix. “Usos políticos de la memoria: devoción, desdén y asedio de las estatuas”. In: *Humánitas: Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*. Caracas: Revele, 2 (2005), pp. 251-7 (disponible en <http://www.revele.com.ve>).

SUBERO, Efraim. “Bolívar y la cultura”. In: *Anthropos*. Los Teques (Venezuela): Instituto Universitario Salesiano Padre Ojeda, 2 (1992), pp. 57-66.

TORRES, Angel. “Integración de América: ¿sueño o realidad?” In: *Anthropos*. Los Teques (Venezuela): Instituto Universitario Salesiano Padre Ojeda, 2 (1992), pp. 87-93.

VARGAS ARENAS, Iraida. “Visiones del pasado indígena y el proyecto de una Venezuela a futuro”. In: *Humánitas: Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*. Caracas: Revele, 2 (2005), pp. 187-210 (disponible em <http://www.revele.com.ve/>).

VARGAS MARTÍNEZ, Gustavo. “Bonapartismo en el siglo XXI”. In: SALADINO, Alberto & SANTANA, Adalberto (Comp.). *Visión de América Latina: homenaje a Leopoldo Zea*. México: Instituto Panamericano de Geografía e Historia-FCE, 2003, pp. 509-12.

VALENTE, Adriano M. W. “A escola e a construção do nacionalismo neogranadino (1820-1840)”. In: ALMEIDA, Jaime de (Org.). *Caminhos da história da América no Brasil: tendências e contornos de um campo historiográfico*. Brasília: ANPHLAC, 1988, pp. 375-88.

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. “As influências de Rousseau e Napoleão em Simón Bolívar”. In: *UFJF Defesa*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2005, pp. 1-12 (disponible em <http://www.defesa.ufjf.br/fts/Bolivar.pdf>)

VENTURA, Roberto. “Leituras do Abade Raynal na América Latina”. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *A revolução francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: Nova Stella/Edusp, 1990, pp. 165-79.

VERNANT, Jean-Pierre. *Entre mito e política*. São Paulo: Edusp, 2001.

VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro/Edusp, 1973.

VÁZQUEZ, Josefina Zoraida. “Una difícil inserción en el concierto de las naciones.” In: ANNINO, Antonio & GUERRA, François-Xavier (Coord.). *Inventando la nación* cit., p. 253-84.

VILAR, Pierre. “La participación de las clases populares en los movimientos de independencia de América Latina”. In: CHAUNU, Pierre; HOBBSBAUM, Eric J.; VILAR, Pierre. *La independencia de América Latina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1973, pp. 43-63.

VINYES, Ricard. “La razón de la memoria”. In: *Cuadernos hispanoamericanos*. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana, 623 (2002), pp. 7-10.

VIVES AZANCOT, Pedro A. “Ilustración en España y América (ensayo sobre una coyuntura renovadora)”. In: *Estudios ibero-americanos*. Porto Alegre: PUCRS, 1 (1986), pp. 7-24.

WAGNER DE REYNA, Alberto. “Bolívar viene al Perú: esbozo psicológico”. In: STEGMANN, Wilhelm (Hrsg.). *Simón Bolívar: Persönlichkeit und Wirkung*. Berlin: Reimer, 1984, pp. 111-24.

WASSERMAN, Cláudia & GUAZZELLI, Cesar Barcellos. *História da América Latina: do descobrimento a 1900*. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

WENTZLAFF-EGGEBERT, Christian. "Literatura americana o literatura internacional: problemas de legitimación después de la Independencia". VVAA. *Problemas de la formación del estado y de la nación en Hispanoamérica*. Bonn: Inter Naciones, 1984, pp. 279-87.

WHITROW, G. J. *O tempo na história: concepções do tempo da pré-história aos nossos tempos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

XAVIER, Antonio de Abreu. "El oficial alemán Carl Richard en la historia venezolana y venezolanista (notas historiográficas)". In: *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 349 (2005), pp. 139-150.

ZEA, Leopoldo. "Francia en la conciencia latinoamericana". In: *Cuadernos Americanos*. México: UNAM, 17 (1989), pp. 57-67.

*BREVE CRONOLOGIA DE SIMÓN BOLÍVAR*⁴⁸¹

- 1783 Nascimento de Simón Bolívar (24 de julho)
- 1798 Andrés Bello lhe dá aulas de gramática e geografia. Também por essa época estuda física e matemática, em sua própria casa, na academia fundada pelo padre Francisco de Andújar.
- 1799 Viaja para a Espanha, fazendo escalas no México e em Cuba. Em Vera Cruz escreve sua primeira carta.
- 1802 Em Amiens, França, admira Napoleão Bonaparte (12 de fevereiro). Casa-se, em Madri, com Maria Teresa Rodríguez del Roro, que morre, em 22 de janeiro de 1803, seis meses após terem retornado a Caracas.
- 1804 Assiste, em Paris, à coroação de Napoleão .
- 1805 Juramento no Monte Sacro, em Roma, junto ao mestre Simon Rodríguez (15 de agosto).
- 1807 Desembarca em Charleston, Estados Unidos, percorrendo várias cidades desse país. Volta, em junho, a Caracas.
- 1810 Experiência diplomática em Londres, ao viajar com Luis López Méndez e Andrés Bello a fim de obter apoio à decisão autônoma da Venezuela, aparentemente em nome e defesa dos direitos do deposto monarca espanhol contra Napoleão e, no fundo, em antecipação à separação potencial e definitiva. Conhece o Precursor, o Generalíssimo Francisco de Miranda.
- 1811-12 Participa no movimento cívico que termina declarando a independência da Venezuela (5 de julho de 1811), com a Primeira República, e na campanha

⁴⁸¹ NWEIHED, Kaldone G. “Bolívar, él del pensamiento universal” cit., pp. 69-71 e GABRIEL GARCÍA MARQUEZ. *O general em seu labirinto* cit., p. 271-2.

militar para defendê-la contra a ofensiva do Comandante espanhol Monteverde. Perde a praça de Porto Cabello e, após a capitulação de Miranda, consegue sair da Venezuela via Curazao e chegar a Cartagena, então sob um governo republicano livre que lhe presta apoio (Manifesto de Cartagena).

- 1813 A Campanha Admirável o leva, descendo dos Andes, a libertar Caracas e o restante da Venezuela. É aclamado Libertador, primeiro em Mérida e logo em seguida em Caracas. A Segunda República,
- 1814 A reação das forças realistas, com a colaboração dos *llaneros* sob o comando de Boves, termina com o colapso da Segunda República.
- 1815-16 Exílio de Bolívar na Jamaica. Há dois planos para voltar à Venezuela com a efetiva ajuda material e logística do Presidente Pétiou do Haiti. Nasce a Terceira República.
- 1871-19 Bolívar estabelece uma base territorial em Angostura (hoje Ciudad Bolívar), ao penetrar a esquadra do almirante Brión, a partir do oceano, pelo rio Orinoco. Campanha no *llano* venezuelano. Bolívar sobe aos Andes e o desce pelo caminho mais inesperado para surpreender as forças espanholas reunidas na Nova Granada. A batalha de Boyacá a liberta definitivamente. Volta a Angostura onde reúne o Congresso.
- 1820 Armistício com o General Pablo Morillo, em Trujillo, Venezuela.
- 1821 Nova campanha na Venezuela. Batalha decisiva de Carabobo. Constituição da Colômbia (união da Venezuela e Nova Granada em Cúcuta), conhecida como a Grã Colômbia para distingui-la da Colômbia de hoje (a antiga Nova Granada).
- 1822 Rumo ao Sul. Batalhas de Bomboná e de Pichincha (esta ganha por Sucre) para libertar o Equador. Encontro com o Libertador argentino San Martín, em Guayaquil, Equador.
- 1823-24 Instabilidade na Campanha do Peru. Batalha de Junín (com Bolívar) antes do triunfo definitivo de Sucre em Ayacucho. Término do domínio espanhol após três séculos na América Meridional.
- 1825 Criação da nova República da Bolívia, antes o Alto Peru ou Charcas. Viagem de Bolívar pelo mundo incaico até Potosí. Estabelece-se em Lima como Presidente do Peru. Santander é, desde 1821, o Vice-Presidente da Colômbia, com sede em Bogotá.
- 1826 Constituição da Bolívia. Reunião do Congresso Anfictiônico do Panamá a fim de estabelecer um Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua entre as nações que se emanciparam da Espanha. Bolívar o concebe e o dirige, porém, não assiste pessoalmente.
- 1827 Última viagem à Venezuela onde permanece seis meses. Cisma entre Bolívar, o Presidente da Colômbia, e o Vice-Presidente

Santander. A falida Convenção de Ocaña (Nova Granada). Bolívar se instala temporariamente na cidade de Bucaramanga. Aclamado, assume o governo com poderes ditatoriais. Atentado contra sua vida em setembro.

- 1828 Guerra entre Peru e Colômbia que Sucre ganha e outorga aos vencidos o mesmo tratamento que lhes havia oferecido antes da batalha.
- 1829 Desiludido, Bolívar renuncia à Presidência, em Bogotá, e se dirige ao exterior. Assassinato de Sucre. Desintegração da Grã Colômbia. Enfermo, o Libertador desembarca em Santa Marta, Nova Granada, onde morre, selando décadas de atuação pública (17 de dezembro de 1830).

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)